MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 735.2022.DCCON.0895651.2022.017753

Manaus, 13 de setembro de 2022.

Ao Senhor
PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES
Gestor e Fiscal do Contrato Administrativo nº 004/2018 - MP/PGJ.

Assunto: Aviso de expiração do Contrato Administrativo nº 004/2018 - MP/PGJ.

Senhor Gestor/Fiscal,

Considerando a Portaria n.º 0255/2018/SUBADM (0895736);

Considerando o disposto no Ato n.º 112/2012 – PGJ, o qual determina que a instrução dos processos administrativos, quando não definida em lei, deverá ser realizada e encerrada no prazo de até 120 (cento e vinte) dias; e,

Considerando que o **Contrato Administrativo nº 004/2018 - MP/PGJ (0895735),** firmado entre o Ministério Público do Amazonas e a **empresa ELEVADORES BRASIL LTDA**, cujo objeto refere-se a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos elevadores dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, **tem vigência até 19.03.2023**, solicito a tomada de providências cabíveis, caso seja necessária a continuação da prestação dos serviços objeto do contrato.

Outrossim, informo que o referido contrato **não poderá mais ser prorrogado**, **pois completará 60 (sessenta) meses de vigência na data supracitada**. Desta forma, havendo necessidade de continuidade na prestação do serviço, tal manifestação deve ser dirigida à **Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, acompanhada do Termo de Referência/Projeto Básico e solicitação de celebração de um novo contrato.

Em tempo, caso Vossa Senhoria já tenha adotado as providências necessárias, solicito que informe a esta Divisão de Contratos e Convênio (DCCON), via expediente, qual procedimento adotado.

Por fim, informo que foi(ram) relacionado(s) aos presentes autos o(s) processo(s) SEI nº(s) 2017.004349 - Processo Original.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 13/09/2022, às 10:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0895651** e o código CRC **DBC4C17E**.

PROCESSO N.º 2017.004349
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004/2018 – MP/PGJ

Termo de Contrato Administrativo, que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa **ELEVADORES BRASIL LTDA**, objetivando a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995 – Nova Esperança, 69.037-473, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Exma. Sra. **Leda Mara Nascimento Albuquerque**, residente e domiciliada em Manaus/AM, portadora do documento de identidade n.º 638133 – SESEG, e inscrita no CPF (MF) sob o n.º 239.809.582-72, e a empresa **ELEVADORES BRASIL LTDA**, com sede na Av. Carvalho Leal, n.º 162, Cachoeirinha, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 10.602.740/0001-51, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **Reynaldo Figueiredo de Souza**, portador do documento de identidade n.º 964901-8 SSP/AM e inscrito no CPF (MF) n.º 413.809.592-68, e ,tendo em vista o que consta do Processo n.º **2017.004349**, doravante referido por PROCESSO e, em consequência do Pregão Presencial n.º 5.001/2018 – CPL/MP/PGJ, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES**, nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93 e n.º 10.520/02, e demais legislações pertinentes, e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente ajuste tem por objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos elevadores dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, nos termos do Edital do

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 3

PROCESSO N.º 2017.004349
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004/2018 – MP/PGJ

Pregão Presencial n.º 5.001/2018 – CPL/MP/PGJ, que integra este termo contratual, com seus anexos, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

Os serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** dos elevadores deverão ser executados nos **6 (seis)** equipamentos, instalados nos prédios da **CONTRATANTE**, conforme a seguinte descrição:

Item	Número	Fabricante	Capacidade de Carga (Kg)	Número de Paradas	Velocidade (m/min)
Instalados no edifício-sede, localizado na Avenida Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, CEP 69037-473, Manaus, Amazonas					
1	Número de série 17794. Linha OMI	ThyssenKrupp	8 / 560	5	60,00
2	Número de série 17795. Linha OMI	ThyssenKrupp	10 / 750	5	60,00
3	Número de série 17796. Linha OMI	ThyssenKrupp	10 / 750	5	60,00
Instalados na sede administrativa da PGJ, localizado na Avenida Coronel Teixeira, n.º 7.995, Nova Esperança, CEP 69037-473, Manaus, Amazonas					
4	Número de série M3281 Linha VW2. Casa de máquinas instalado no térreo do prédio.	OTIS	8 / 630	4	60,00
5	Número de série M3282. Linha VW2. Casa de máquinas instalado no térreo do prédio.	OTIS	8 / 630	4	60,00
Instalados no Anexo localizado na Avenida André Araújo n.º 23, Aleixo, CEP 69037-473, Manaus, Amazonas					
6	Número de série 63733. Linha PRF	ThyssenKrupp	6 / 450	4	45,00

Parágrafo primeiro. Os equipamentos operam com sistema inteligente duplex, o qual evita que os elevadores atendam à mesma chamada.

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 4

PROCESSO N.º 2017.004349
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004/2018 – MP/PGJ

Parágrafo segundo. Não poderá haver subempreitada ou subcontratação sem o prévio e expresso consentimento por escrito da **CONTRATANTE.**

Parágrafo terceiro. Os serviços objeto deste contrato abrangem a **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA,** com FORNECIMENTO TOTAL DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, com cobertura de todos os equipamentos, peças, ferramentas e utensílios necessários ao cumprimento das atividades, bem como as características técnicas adequadas à boa execução dos serviços, incluindo todas as despesas/custos com peças materiais, ferramentas, mão de obra, frete, seguro, impostos e demais despesas/obrigações, necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação.

Parágrafo quarto. As peças e componentes, aplicados na **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** dos elevadores, deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação dos equipamentos, sendo obrigatoriamente novos e de primeiro uso, originais, com garantia do fabricante pelo período mínimo de **12** (doze) meses.

Parágrafo quinto. As peças e demais componentes aplicados na **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** dos elevadores deverão, no que couber, vir acompanhados de manuais originais de instalação, configuração e operação dos mesmos, incluindo ainda todos os que se fizerem necessários a sua correta operação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

A execução dos serviços deverá obedecer às seguintes orientações:

1. Os serviços prestados pela **CONTRATADA** no elevador alcançam: cabina, luminária, circulador de ar, máquina de tração, rolamentos, motor, freio, coletor e escovas; limitador de velocidade; painéis de comando, painéis elétricos, bobinas, relês, conjuntos elétricos e eletrônicos, proteções elétricas; disjuntores; drive´s, chaves; contatores, módulo de potência; cabos de aço; cabos elétricos; cabos de comando; polias de tração, de compensação e esticadoras; para-choques, guias, fixadores e tensores; contrapesos, coxins; carretilhas de portas, trincos, fechadores; operadores elétricos, portas dos pavimentos, correias e cordoalhas;

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 5

PROCESSO N.º 2017.004349
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004/2018 – MP/PGJ

2. Na execução dos serviços deverão ser respeitadas, no que couber:
   2.1 As normas e especificações constantes deste contrato;
   2.2 As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
   2.3 As disposições legais, pertinentes, da União, Estado e Município;
   2.4 As prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos quanto aos procedimentos de manutenção e operação;
   2.5 Aos regulamentos das empresas concessionárias de energia;
   2.6 Aos regulamentos do Corpo de Bombeiros do Estado do Amazonas;
   2.7 As normas internacionais consagradas, na falta de normas da ABNT;
   2.8 As normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
   2.9 A resolução CONFEA N.º 425/98 (ART);
3. Deverá a **CONTRATADA** manter controle individualizado dos elevadores, onde serão registradas suas características, medições, observações de funcionamento, peças substituídas e serviços executados;
4. Todos os itens necessários à realização dos serviços de manutenção estão incluídos no valor contratado, mesmo que não registrados no edital, contrato ou termo de referência;
5. No início da prestação dos serviços, a **CONTRATADA** deverá apresentar o **Plano Básico de Manutenção, Operação e Controle - PMOC**, em consonância com as rotinas mínimas descritas neste contrato, no qual, além das rotinas de manutenção a serem desenvolvidas, deverá constar, obrigatoriamente, a composição da equipe de serviço, bem como a função a ser exercida por cada um dos seus integrantes.
6. O **Plano Básico de Manutenção, Operação e Controle - PMOC** poderá ser alterado a qualquer tempo pela **CONTRATANTE**, que poderá modificar as rotinas e a periodicidade dos serviços, bastando comunicar à **CONTRATADA** por escrito, a qual terá o prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** para promover os acertos necessários.
7. Caso o engenheiro responsável técnico da **CONTRATADA** julgue necessárias alterações ou complementações nas rotinas de

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 6

manutenção, para o funcionamento seguro e eficiente dos equipamentos, instalações e sistemas, deverá submeter o assunto à **FISCALIZAÇÃO** do contrato com prévia antecedência.

8. A **CONTRATADA** deverá ainda:
   8.1 Garantir a aplicação do PMOC mediante a execução contínua deste serviço.
   8.2 Manter disponível o registro da execução dos procedimentos estabelecidos no PMOC.
   8.3 Divulgar os procedimentos e resultados das atividades de manutenção, operação e controle à **FISCALIZAÇÃO**.

CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTEÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA:

Os serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** deverão ser executados de forma a não interferir no funcionamento normal da instituição. Assim sendo, as interrupções no funcionamento dos elevadores deverão ocorrer de tal forma que pelo menos 1 (um) deles permaneça em serviço no referido prédio, devendo ser observado o que segue:

I. Disposições gerais dos serviços de manutenção:

1. **MANUTENÇÃO** é entendida como o conjunto de atividades técnico-administrativas, de natureza preventiva ou corretiva, com vistas à preservação da vida útil, sem perda das características, da integridade e ponto ótimo de operação do equipamento, instalações, sistemas ou suas partes;
2. Os serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA** e **CORRETIVA** incluirão a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem e limpeza dos equipamentos, conforme o caso, bem como as orientações à **CONTRATANTE** acerca da utilização normal e adequada de tais equipamentos.
3. **A MANUTENÇÃO PREVENTIVA** deverá ser executada em datas agendadas com a **CONTRATANTE**, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 8h e 15h. Poderá, ainda, ser executada em outros dias e horários, desde que solicitado previamente pela **CONTRATANTE** ou mediante comum acordo entre as partes;

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 7

PROCESSO N.º 2017.004349
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004/2018 – MP/PGJ

4. **A MANUTENÇÃO CORRETIVA** deverá ser prestada pela **CONTRATADA**, mediante chamado telefônico, ao número por ela indicado, o qual deverá constar na proposta, dentro dos seguintes limites:
   4.1 Em casos de acidentes ou de pessoas presas na cabine, o atendimento deverá ser imediato, após a chamada, num prazo máximo, de **1 (UMA) HORA**;
   4.2 Nos demais casos, o prazo máximo de atendimento deverá ser **6 (SEIS) HORAS**, contadas a partir da chamada;
   4.3 No caso de ambos os elevadores estarem parados, o prazo máximo de atendimento será reduzido para **2 (DUAS) HORAS**, contadas a partir da chamada;
   4.4 Em qualquer dos casos, a **CONTRATADA** fica obrigada a colocar os elevadores em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, contados a partir da parada do elevador;
   4.5 Decorridos os prazos descritos neste subitem, sem o atendimento devido, fica a **CONTRATANTE** autorizada a contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da **CONTRATADA** os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos equipamentos, peças e materiais aplicados.
5. Entende-se por início do atendimento a hora da chegada do técnico às dependências da **CONTRATANTE**.

II. Da **Manutenção Preventiva:**

1. A **MANUTENÇÃO PREVENTIVA** caracteriza-se por todas as atividades técnicas e administrativas destinadas a manter os equipamentos contratados em perfeito estado de funcionamento e conservação, bem como prolongar a vida útil do mesmo.
2. A manutenção dos equipamentos, das instalações e dos sistemas será executada observando-se a periodicidade e as especificações das verificações contidas no **PMOC**, cujas rotinas mínimas são descritas nos subitens 3 e 4 abaixo, e nas orientações técnicas contidas nos manuais específicos dos equipamentos, nas normas vigentes, assim como outras que sejam necessárias ao bom

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 8

funcionamento dos equipamentos, em consonância com as orientações e demandas do fiscal do contrato e a própria experiência da **CONTRATADA** no ramo.

3. **ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL:**

Atividade	Descrição
1	Verificar partidas e paradas, checar nivelamento, aceleração e retardamento.
2	Verificar funcionamento geral do elevador: vibrações, ruídos, tempos de abertura e fechamento de portas.
3	Consultar a **FISCALIZAÇÃO** do contrato sobre possíveis ocorrências.
4	Inspecionar a casa de máquinas: verificar temperatura, limpeza e condições gerais.
5	Registrar as rotinas executadas na O.S. de manutenção preventiva e incluir alterações no histórico do equipamento.
6	Verificar e fazer a manutenção necessária na cabine, do painel de operação, intercomunicador, iluminação, ventilador, painéis de acabamento, pisos, guarda corpos, portas, corrediças e régua de segurança.
7	Verificar todos os pavimentos, as botoeiras, indicadores luminosos, portas e soleiras, aceleração e desaceleração, nivelamento, fechos eletromecânicos e fechos hidráulicos.
8	Verificar na casa de máquinas: proteções e conexões (painel de força), quadro de comando, bateria e fonte de luz de emergência, máquina e cabos de tração, motor de indução, freio de contato, regulador de velocidade e nível de óleo.
9	Verificar na parte superior da cabine: porta e contato de emergência, aparelho de segurança, operador de portas e condições do teto e estrutura.
10	Verificar no poço: limites inferiores, aparelho de segurança, deslize do contrapeso e limpeza do poço.
11	Verificar os cabos de aço como fator de segurança.
12	Verificar na caixa de corrida: polia de desvio, limites

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 9

	superiores, guias e suportes, portas de pavimento e limite de redução de descida.
13	Efetuar reaperto geral dos componentes dos quadros de comando e agregados na cabine e topo.
14	Efetuar testes de simulação de falha em módulos, placas eletrônicas e contatoras.
15	Limpeza do poço do elevador.
16	Registrar as rotinas executadas na O.S. de manutenção preventiva e incluir alterações no histórico do equipamento.
17	Verificar as corrediças das guias ou roldanas dos cursores, assegurando uma operação silenciosa e manter as guias adequadamente lubrificadas.

4. **ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL:**

Atividade	Descrição
1	Verificar na parte superior da cabine as corrediças superiores, sustentação dos cabos e chaves de indução.
2	Verificar no poço: corrediças inferiores para-choques e cornija, polia, cabos, correntes de compensação e polia tensora.
3	Verificar na caixa corrida: contra-peso, cabos de manobra e fiações.
4	Registrar as rotinas executadas na O.S. de manutenção preventiva e incluir alterações no histórico do equipamento.

5. A **CONTRATADA** deverá apresentar, até o **25° dia útil de cada mês**, o **CRONOGRAMA MENSAL DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA**, do mês subsequente, onde informará:
5.1 A descrição dos serviços que serão realizados;
5.2 Data da realização dos serviços;
5.3 Turno em que serão realizados os serviços;
5.4 Funcionário(s) responsável(is) pela execução;
5.5 Relação dos materiais que serão utilizados.

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 10

PROCESSO N.º 2017.004349
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004/2018 – MP/PGJ

III. **Da Manutenção Corretiva:**

1. A **MANUTENÇÃO CORRETIVA**, que abrange todo o serviço necessário ao pleno funcionamento do sistema, e consistirá no desempenho das atividades destinadas a corrigir defeitos, falhas ou irregularidades apresentados pelos equipamentos, colocando-os em perfeitas condições de uso, será executada sempre que houver necessidade de consertos e reparos para restaurar o perfeito funcionamento dos referidos elevadores, incluindo a substituição de peças, componentes ou acessórios, ou quando requerida pela **CONTRATANTE**, observando-se a periodicidade e as especificações das verificações contidas no **PMOC**, cujas rotinas mínimas são descritas no seguinte subitem:

2. **ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA**

Atividade	Descrição
1	Executar serviços de manutenção corretiva e extra-manutenção em qualquer parte, equipamento ou peça de forma a garantir o perfeito funcionamento de todo o sistema. Esses serviços deverão ser executados sempre que o sistema apresentar problemas, devolvendo sua operacionalidade dentro dos prazos especificados. Esses serviços deverão atender aos padrões do fabricante, tanto em casos de conserto como em casos de substituição de peças e componentes.
2	Executar, também, serviços de manutenção corretiva sempre que, durante manutenção preventiva, for identificada alguma anormalidade ou possibilidade de falha em qualquer item do sistema.

3. Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removido para conserto em oficinas necessitará de prévia autorização da **FISCALIZAÇÃO** do contrato. As despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação dos componentes correrão por conta da **CONTRATADA**.
4. A manutenção corretiva será realizada sempre que necessária e a qualquer tempo, devendo ser imediatamente comunicada à **CONTRATANTE**.

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 11

5. Após a realização de serviços de manutenção corretiva, sempre que solicitado as instalações serão testadas na presença do representante da **CONTRATANTE.**
6. Todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos deverão ser entregues pela **CONTRATADA** ao fiscal do contrato.
7. Nos equipamentos ou sistemas, que se encontrem em período de garantia, os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados após a constatação de que o problema não decorre de defeito coberto pela garantia.
8. Ficando constatado que o problema do equipamento sob garantia decorre de defeito de fabricação, a **CONTRATADA** comunicará o fato à **FISCALIZAÇÃO** do contrato no prazo de **24 (vinte e quatro)** horas, mediante emissão de Laudo Técnico, assinado pelo engenheiro mecânico responsável técnico e/ou pelo engenheiro mecânico vinculado à empresa responsável pela condução dos serviços, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias.
9. Caso a **CONTRATADA** execute os serviços e, disto resulte a perda da garantia oferecida, ela assumirá durante o período remanescente da garantia o ônus a que atualmente está sujeito o fabricante do equipamento.
10. Durante o prazo de garantia dos equipamentos, será atribuída à **CONTRATADA** a responsabilidade por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para a extinção da garantia determinada pelo fabricante.

CLÁUSULA QUINTA – DO RELATÓRIO TÉCNICO DOS SERVIÇOS:

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **FISCALIZAÇÃO**, por escrito e em meio digital, acompanhado da Nota Fiscal/Fatura dos serviços, **RELATÓRIO MENSAL** assinado pelo engenheiro mecânico responsável técnico e/ou pelo engenheiro mecânico vinculado à empresa responsável pela condução dos serviços, conforme modelo fornecido pela **FISCALIZAÇÃO** do contrato.

Parágrafo primeiro. Deverão constar deste **RELATÓRIO MENSAL** o descritivo das ocorrências e das rotinas de manutenção preventiva e corretiva realizadas, informações sobre índices anormais de falhas no equipamento e em materiais, peças, componentes e/ou acessórios, a análise de ocorrências extra rotina e

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 12

eventuais sugestões, com vistas a maximizar a eficiência e a confiabilidade dos equipamentos e das instalações elétricas e mecânicas associadas.

Parágrafo segundo. Em cada visita realizada pela **CONTRATADA**, tanto para **MANUTENÇÃO PREVENTIVA** quanto **CORRETIVA**, deverá ser elaborada uma **DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO**, ou outro documento similar, onde serão indicados os serviços realizados e a relação de peças substituídas, além de outros registros pertinentes. Esse boletim deverá ser visado pela **CONTRATANTE** por ocasião da visita e comporá a documentação que acompanha a fatura mensal dos serviços da **CONTRATADA**. No momento do visto, uma cópia do boletim será repassada à **CONTRATANTE**, para ser arquivada em pasta própria.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **FISCALIZAÇÃO** do contrato, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos anteriores ao término da vigência contratual, **RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ANUAL – RIA** a ser expedido pelo fabricante do equipamento, contendo as seguintes inspeções:

I. Inspeção dos dispositivos de segurança e de emergência;
II. Inspeção da máquina e mecanismo do controle;
III. Inspeção dos cabos de suspensão e do regulador;
IV. Inspeção de outras peças de equipamento da instalação do elevador.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO:

Integram o presente contrato:

- O Edital do Pregão Presencial n.º 5.001/2018 – CPL/MP/PGJ;
- A proposta de preços, emitida pela **CONTRATADA** em 05/03/2018;
- O Anexo Único deste Contrato – Acordo de Níveis de Serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do presente dar-se-á de forma indireta, sob a modalidade empreitada por preço global, nos termo do Edital do Pregão Presencial n.º 5.001/2018 – CPL/MP/PGJ.

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 13

PROCESSO N.º 2017.004349
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004/2018 – MP/PGJ

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato será gerida, acompanhada e fiscalizada, por servidor (es) ou representante(s) especialmente designado(s) pela autoridade **CONTRATANTE**, por meio de ato específico, doravante denominada **FISCALIZAÇÃO,** permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, observando as determinações do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93, do edital e das seguintes atribuições:

I. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar no mesmo todos os documentos referentes à fiscalização dos serviços em tela;
II. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento e execução dos serviços, realizando diretamente toda e qualquer comunicação com a **CONTRATADA** (seja mediante anotação no livro, seja mediante ofício ou outros documentos);
III. Visar as Ordens de Serviços expedidas pela **CONTRATADA** e demais documentos;
IV. Aprovar a execução dos serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA a partir de relatório circunstanciado e fundamentado apresentado pela **CONTRATADA**, caso haja necessidade de substituição de peças nos equipamentos manutenidos, estando ou não os mesmos contemplados no preço apresentado na proposta;
V. Indicar as ocorrências verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas;
VI. Fixar prazo limite para realização das providências necessárias à regularização de eventuais vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do presente contrato;
VII. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato;
VIII. Comunicar à Administração, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas;
IX. Verificar se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do edital e seus anexos, em especial as metas e padrão de qualidade convencionadas no Acordo de Níveis de Serviços – ANS;
X. Atestar a respectiva nota fiscal emitida corretamente pela **CONTRATADA**, para a efetivação do pagamento correspondente;

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 14

PROCESSO N.º 2017.004349
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004/2018 – MP/PGJ

XI. Solicitar a documentação atualizada, necessária à comprovação da manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**;
XII. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.
XIII. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas;
XIV. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis;
XV. Solicitar à **CONTRATADA** e a seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da avença e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;
XVI. Solicitar aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.

Parágrafo primeiro. A ação da **FISCALIZAÇÃO** não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO** inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento**, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato.

Parágrafo quarto. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de Ofícios, e-mails, via fax ou por telefone.

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 15

PROCESSO N.º 2017.004349
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004/2018 – MP/PGJ

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Para o fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, caberá a **CONTRATADA:**

I. Desenvolver todas as obrigações previstas neste contrato, observando estritamente os conceitos de qualidade definidos em sua proposta comercial apresentada, obedecendo às condições do edital e anexos, e no Acordo de Nível de Serviço.

II. Obriga-se a manter, durante todo o período de vigência do contrato, a regularidade de seu registro junto ao Conselho Regional de Engenharia do Amazonas – CREA/AM, como também a do Engenheiro Mecânico ou Industrial responsável pelo serviço.

III. No prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data de assinatura do contrato, a **CONTRATADA** deverá apresentar à **FISCALIZAÇÃO** cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs em nome do profissional que será o responsável técnico pelo acompanhamento e execução dos serviços objeto deste contrato.

IV. Fornecer relação nominal dos empregados designados para prestar serviços em suas unidades, dando ciência prévia de quaisquer alterações decorrentes de substituições, exclusões e inclusões, observadas as exigências previstas em contrato.

V. Fornecer todos os equipamentos, peças, acessórios, ferramentas e utensílios necessários ao cumprimento das atividades, bem como os materiais em quantidades e características técnicas adequadas à boa execução dos serviços proposto neste contrato.

VI. Executar todos os testes de segurança, necessários ou recomendados pelos fabricantes dos equipamentos ou exigidos na legislação.

VII. Executar, após a assinatura do contrato, uma revisão geral em todos os equipamentos e emitir, **no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos,** relatório circunstanciado de execução de serviço, contendo, no mínimo: descrição sumária da situação encontrada e dos serviços executados; número de série do equipamento revisado; data; hora de início e término dos serviços, discriminação dos serviços executados e peças substituídas, se for o caso; assinatura do técnico responsável pela execução dos serviços.

VIII. Comunicar eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando justificativas, as quais serão apreciadas, para análise e deliberação da **CONTRATANTE**, com vistas à aplicação de penalidades.

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 16

PROCESSO N.º 2017.004349
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004/2018 – MP/PGJ

IX. Executar de forma contínua, dentro das recomendações específicas e com peças originais e genuínas, a manutenção corretiva, preventiva, assistência técnica, mecânica e operacional dos equipamentos, de modo a mantê-los em eficaz e plena capacidade operacional, ajustados e em condições de funcionar com segurança, através de pessoal próprio, treinado, especializado e capacitado, sem quaisquer ônus adicionais, encargos ou responsabilidades para a instituição.

X. Responsabilizar-se pela limpeza e conservação das áreas referentes às casas de máquinas dos elevadores.

XI. Remover, reparar, corrigir ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou parte, as peças e os componentes empregados nos equipamentos, que não atendam às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições técnicas, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação emitida pela **CONTRATANTE**.

XII. Não executar serviços que impliquem em paralisação ou remoção do equipamento, ou que possam afetar as características estéticas e estruturais do equipamento e/ou prédio, sem a prévia e formal anuência da Administração.

XIII. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.

XIV. Comunicar imediatamente, à **FISCALIZAÇÃO**, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços objeto deste contrato.

XV. Manter os seus empregados, quando em trabalho, devidamente habilitados, identificados por uniformes e crachás da empresa, com fotografia recente, substituindo, sempre que exigido pela Administração, mediante justificativa da fiscalização, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse do Serviço Público.

XVI. Manter seus empregados sujeitos as normas de Segurança do Trabalho, além das normas disciplinares da instituição.

XVII. Responsabilizar-se pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza,

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 17

causados, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

XVIII. Afastar, do local de serviços, qualquer empregado ou funcionário seu cuja presença, a juízo da **CONTRATANTE**, seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição.

XIX. Assumir todos os gastos e despesas com a execução das obrigações decorrentes dos serviços tais como ferramentas, transporte, peças e demais implementos que se fizerem necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, bem como encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, com todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), não transferindo à instituição a responsabilidade de pagamento.

XX. Além dos encargos pertinentes, ser responsável por todas as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à **CONTRATANTE** ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste contrato.

XXI. Apresentar, mensalmente, na sede da **CONTRATANTE**, a fatura correspondente ao serviço executado no período, acompanhada de relatório dos serviços realizados, devidamente assinada pelo responsável técnico, especificando os serviços realizados e quantitativos de peças que tenham sido substituídas ou aplicadas no período, bem como dos materiais utilizados e outros registros pertinentes, a qual deverá ser atestada e certificada pela **FISCALIZAÇÃO**.

XXII. Fornecer relação nominal dos empregados designados para prestar serviços em suas unidades, dando ciência prévia de quaisquer alterações decorrentes de substituições, exclusões e inclusões, observadas as exigências previstas em contrato.

XXIII. Entregar as notas fiscais/faturas devidamente discriminadas, em nome da **Procuradoria-Geral de Justiça**, CNPJ n.º 04.153.748.0001-85, e acompanhadas das respectivas certidões negativas de débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 18

Serviço - FGTS, e ainda, certidão de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal e junto à Justiça Trabalhista, sendo que a regularidade deverá ser mantida durante todo o período do contrato.

XXIV. Fazer constar nas notas fiscais/faturas a descrição dos serviços/produtos, o número da Nota de Empenho e do instrumento contratual correspondente.

XXV. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

XXVI. Manter durante a vigência do contrato as condições de habilitação para contratar com a **CONTRATANTE**, apresentando os documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

Parágrafo primeiro. A inobservância das presentes especificações técnicas, bem como das cláusulas contratuais, implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito à indenização.

Parágrafo segundo. Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de **48** (quarenta e oito horas), contados da notificação à **CONTRATADA** do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de multa.

Parágrafo terceiro. A infringência do prazo de início do atendimento, sem motivo de força maior e/ou caso fortuito, bem como o não cumprimento de sua execução dará à **CONTRATANTE** o direito de cancelar a proposta e/ou rescindir o contrato, bem como aplicar as penalidades previstas na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

I. designar, e informar à **CONTRATADA**, fiscal do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados;

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 19

II. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato;

III. A **FISCALIZAÇÃO** verificará se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do Edital e seus anexos, em especial as metas e padrão de qualidade convencionados no Acordo de Nível de Serviço – ANS;

IV. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas;

V. Efetuar regularmente o pagamento à **CONTRATADA**, dentro dos critérios estabelecidos neste no contrato, quanto aos serviços devidamente realizados, por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas pelo responsável;

VI. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;

VII. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas;

VIII. Assegurar o acesso dos empregados da **CONTRATADA** aos locais de exercício das suas atividades;

IX. Aprovar a execução dos serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA** a partir de relatório circunstanciado e fundamentado apresentado pela CONTRATADA, caso haja necessidade de substituição de peças nos equipamentos manutenidos, estando ou não os mesmos contemplados no preço apresentado na proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR:

O valor do presente contrato é de **R$ 51.999,96 (cinquenta e um mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos)**, a ser desembolsado em 12 (doze) parcelas de **R$ 4.333,33 (quatro mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos)**.

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 20

PROCESSO N.º 2017.004349
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004/2018 – MP/PGJ

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

O pagamento à **CONTRATADA** será efetuado, após apresentação, na sede da **CONTRATANTE**, do requerimento de pagamento acompanhado das Ordens de Serviço, Declaração de todos os serviços realizados durante o período e Nota Fiscal devidamente atestada pela **FISCALIZAÇÃO** do contrato.

Parágrafo primeiro. Para os serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, o pagamento ocorrerá mensalmente a contar da assinatura do contrato.

Parágrafo segundo. Por ocasião de cada pagamento, A **CONTRATADA** deverá apresentar mensalmente, nota fiscal/fatura dos serviços, na sede da **CONTRATANTE**, para fins de liquidação e pagamento, no mês subsequente ao da prestação do serviço, até o dia 10 (dez), de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas aos impostos decorrente da prestação do serviço.

Parágrafo terceiro. No caso de as notas fiscais/faturas a serem emitidas e entregues à **CONTRATANTE** em data posterior à indicada na condição acima, será imputado à **CONTRATADA** o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

Parágrafo quarto. A nota fiscal/fatura (atestada) e os documentos exigidos no Edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, mediante depósito na conta-corrente da **CONTRATADA,** por meio de Ordem Bancária, deverão ser entregues na data estipulada, exclusivamente, no Setor de Protocolo da **CONTRATANTE**.

Parágrafo quinto. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** quando forem constatadas as irregularidades abaixo especificadas, sendo que tais situações não caracterizam inadimplência da **CONTRANTATE** e, por conseguinte, não geram direito à compensação financeira: a) os serviços não abrangidos pelo objeto contratual; e b) ausência de comprovação da regularidade prevista no contrato.

Parágrafo sexto. Havendo erro no documento fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da mesma, aquele será devolvido à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou representação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 21

PROCESSO N.º 2017.004349
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004/2018 – MP/PGJ

Parágrafo sétimo. Qualquer atraso ocorrido na apresentação do documento fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, por parte da **CONTRATADA**, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da **CONTRATANTE**, não sendo devido à **CONTRATADA** o pagamento de multa e juros moratórios

Parágrafo oitavo. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo nono. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data de vencimento e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = i ÷ 365 = (6 ÷ 100) ÷ 365 = 0,00016438
Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo décimo. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, "d" da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato ocorrerão à conta da seguinte dotação orçamentária: **Unidade Gestora:** 03101- Procuradoria-Geral de Justiça; **Unidade Orçamentária:** 03101- Procuradoria-Geral de Justiça; **Programa de Trabalho**: 03.122.0001.2001.0001 – Administração da Unidade; **Fonte**: 0100 – Recursos Ordinários; **Natureza da Despesa:** 33903916 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, tendo sido emitida, pela **CONTRATANTE**, em 13/03/2018, a Nota de

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 22

PROCESSO N.º 2017.004349
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004/2018 – MP/PGJ

Empenho n.º **2018NE00290**, no valor global de **R$ 43.333,33 (quarenta e três mil, trezentos e trinta e três).**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO:

O contrato poderá ser repactuado, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data limite para a apresentação da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, ou, ainda, da data da última repactuação, visando à adequação aos novos preços de mercado, devidamente justificada, em conformidade com o Decreto n.º 2.271, de 07-07-1997 e arts. 37 a 41-b da IN/SLTI/MPOG n.º 02, de 30 de abril de 2008, alterada pela IN/SLTI/MPOG n.º 03/2009, de 15 de outubro de 2009.

Parágrafo primeiro. O interregno mínimo de 12 (doze) meses para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a maior parcela do custo da contratação for decorrente de mão de obra e estiver vinculado às datas-base destes instrumentos, em conformidade com o disposto no art. 37 da IN N.º 02/2008 MPOG.

Parágrafo segundo. Caso esses custos refiram-se a salários, será utilizado como parâmetro para a repactuação o índice de variação dos salários apurado a partir de convenção ou acordo coletivo de trabalho, firmado pelo sindicato a que pertencerem os empregados das empresas contratadas. Se não houver sindicados ou conselhos de classe instituídos, cabe à contratada comprovar, caso pleiteie repactuação do contrato, a variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

Parágrafo terceiro. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

Parágrafo quarto. Quando da solicitação da repactuação, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, condiserando-se o disposto no parágrafo 2º do art. 40º da IN n.º 2-SLTI/MPGO, de 30/04/2008

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 23

PROCESSO N.º 2017.004349
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004/2018 – MP/PGJ

Parágrafo quinto. Caberá à **CONTRATADA** efetuar os cálculos relativos à repactuação, acompanhando o pedido a demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos, e demais documentos comprobatórios, submetendo-os à apreciação da **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo sexto. O prazo para o exercício do direito à repactuação se inicia na data do fato que desequilibrou financeiramente o contrato e se exaure na data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não for requerida de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito do contratado à repactuação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES:

Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA TÉCNICA:

A **CONTRATADA** deverá dar garantia com **MANUTENÇÃO PREVENTIVA** e **CORRETIVA** total pelos serviços executados, bem como peças, componentes ou acessórios substituídos/aplicados, por um prazo mínimo de **12 (doze) meses**, contados do término da execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

Nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura deste contrato, de **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato, o que corresponde ao valor de **R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais).**

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 24

PROCESSO N.º 2017.004349
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004/2018 – MP/PGJ

Parágrafo primeiro. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes à:

a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
b) Prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e
d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** deverá fornecer a garantia que abranja todo o período de execução dos serviços, devendo ainda ter validade de **3 (três) meses após a vigência do contrato**, em obediência ao disposto no art. 35, parágrafo único, da IN n.º 02/2008.

Parágrafo terceiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta caução, devidamente designada para este fim, aberta em instituição financeira oficial.

Parágrafo quarto. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

Parágrafo quinto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

Parágrafo sexto. A **CONTRATADA** se compromete a repor ou a completar garantia na hipótese de utilização parcial ou total, para o pagamento da multa contratual ou encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda, na alteração do valor contratado, para manter o percentual inicial, **no prazo de até 10 (dez) dias**, contados da assinatura do termo aditivo ou a partir da data em que for notificada pela **CONTRATANTE**, a partir do qual se observará o disposto nesta cláusula.

Parágrafo sétimo. Na hipótese de prorrogação do prazo de execução e/ou vigência, a **CONTRATADA** deverá apresentar prorrogação equivalente na forma e prazo

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 25

estabelecido nesta cláusula, a partir do qual se observará o disposto nos parágrafos quinto e sexto desta cláusula.

Parágrafo oitavo. Será considerada extinta a garantia:

I. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **FISCALIZAÇÃO**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato;
II. Com a extinção do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, compreendendo o período de **19 de março de 2018 a 19 de março de 2019**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a **60 (sessenta) meses**, na forma da legislação aplicável e durante a vigência contratual.

Parágrafo único. O prazo acima referido terá início e vencimento em dia de expediente e terá eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PENALIDADES:

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

I. Advertência;
II. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no Edital;
III. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 26

PROCESSO N.º 2017.004349
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004/2018 – MP/PGJ

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

Parágrafo primeiro. Com fundamento nos art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4.º, da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação.

Parágrafo segundo. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo terceiro. As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO:

Para fins de efetivo controle sobre a execução contratual, a **CONTRATANTE** adotará o Acordo de Nível de Serviço - ANS, anexo ao presente contrato, a ser apurado mensalmente.

Parágrafo primeiro. Os descontos aplicados à **CONTRATADA** em razão do acompanhamento da execução contratual por meio do Acordo de Nível de Serviço, anexo ao presente instrumento, e/ou prejuízos causados à **CONTRATANTE** serão deduzidos dos valores a serem pagos à **CONTRATADA**.

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 27

Parágrafo segundo. Se o valor a ser pago à **CONTRATADA** não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS MULTAS

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

a) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, caso a **CONTRATADA** não inicie a prestação de serviços no prazo proposto e descumpra as demais condições avençadas. Após o 10º dia de atraso, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato, com as conseqüências previstas em lei e no ato convocatório.

b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação, por dia de irregularidade na prestação dos serviços, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, no caso da execução dos serviços ocorrer de forma incompleta ou em desconformidade com qualquer condição ou cláusula avençada. Após o 10º dia, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato.

c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, pela falta de apresentação de documentação de regularidade da **CONTRATADA** ou documentação ou relatório disciplinado no contrato, por documento. Após o 10º dia, ficará configurando a inexecução do contrato.

d) Multa correspondente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa aceita pela PGJ/AM, o vencedor não providenciar o devido cadastramento junto ao SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES DA

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 28

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ/AM, na forma prevista no edital;

e) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato quando, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Ordem de Execução de Serviço ou não assinar o contrato, deixando, assim, de cumprir os prazos fixados.

f) Multa de 10% (dez por cento) pela inexecução parcial ou total do contrato, sobre o valor total da contratação, cumulativamente, ou não, com outras sanções.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste contrato.

Parágrafo primeiro - Rescisão Unilateral. Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo segundo - Rescisão Bilateral. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos do art. 78, XIII a XVI, da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo terceiro - Rescisão Judicial. O presente contrato poderá ser rescindido, judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quarto. A rescisão contratual por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, sem prejuízo de quaisquer outros direitos garantidos à **CONTRATANTE** pela Lei n.º 8.666/1993, acarretará as seguintes conseqüências:

1. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidas; e,

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 29

2. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

Parágrafo quinto. A falta dos registros ou documentações, ou, ainda, constatada a irregularidade, ensejará o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo sexto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE.**

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA CESSÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado sob a forma de extrato, no Diário Oficial do Estado do Amazonas e no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 30

PROCESSO N.º 2017.004349
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004/2018 – MP/PGJ

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

- Lei n.º 10.520/2005 – Institui a modalidade Pregão;
- Lei n.º 8.666/1993 – Licitações e Contratos;
- Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
- Lei n.º 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro;
- IN SLTI/MPOG n.º 02/2008 e alterações;
- Resolução CONFEA N.º 425/98 (ART).
- Normas da ABNT, em especial a ABNT NBR 10982:1990, que normatiza os elevadores elétricos dispositivo de operação e sinalização, e NBR 5666:1977, que normatiza os elevadores elétricos,
- Demais regulamentações referentes ao serviço de manutenção de elevador e por outras legislações aplicáveis à espécie.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE** baseado na legislação vigente.

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 31

PROCESSO N.º 2017.004349
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004/2018 – MP/PGJ

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DO FORO CONTRATUAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes na presença das testemunhas abaixo.

Manaus (Am.), 19 de março 2018.

CONTRATANTE:

LEDA MARA NASCIMENTO ALBUQUERQUE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

CONTRATADA:

REYNALDO FIGUEIREDO DE SOUZA
Representante Legal da Empresa
Elevadores Brasil Ltda.

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
RG:
CPF:

Kátia Renata da Silva
Chefe da Divisão de Contratos e Convênios
Matrícula: 575-4B

2. _____
Nome:
RG:
CPF:

LIGIA MARIA O. SENA
Agente de Apoio - Administrativo
RG:2812718 -SP/PA
CPF: 571.907.632-87

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 32

PROCESSO N.º 2017.004349
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 004/2018 – MP/PGJ

ANEXO ÚNICO
ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

1. Informações Gerais

1.1 Este Acordo de Nível de Serviço tem como objetivo definir as atividades consideradas críticas para o Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores.

1.2 Resultados Esperados

1.2.1 É necessário que os elevadores instalados estejam sempre em boas condições de funcionamento, permanecendo inoperantes o menor tempo possível. Dessa forma, a prioridade na prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores é a rapidez no atendimento de chamados técnicos.

1.2.2 A **CONTRATANTE** adotará indicadores para avaliar o desempenho dos serviços contratados. O nível do serviço a ser exigido relaciona-se com a performance no atendimento aos chamados técnicos.

1.2.3 Quando não forem cumpridos pela **CONTRATADA** os limites mínimos de desempenho previstos, o pagamento mensal será ajustado conforme os itens 1.3 deste Acordo de Nível de Serviço.

1.3. Indicadores

1.3.1. **Indicador de Cumprimento de Prazo não Emergencial:** este indicador tem como objetivo definir critérios mínimos a serem atendidos pela **CONTRATADA** no que se refere ao cumprimento de prazos no atendimento aos chamados técnicos não emergenciais.

1.3.1.1 Para efeito deste indicador considera-se que o serviço foi prestado dentro do nível de conformidade quando for cumprido o prazo para o atendimento ao chamado técnico não emergencial.

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 33

1.3.1.2 Tempo de Atendimento Previsto: corresponde ao número de horas previstas para a realização do atendimento ao chamado técnico não emergencial. **Este prazo é de 6 (seis) horas corridas**.

1.3.1.3 Horas de Atraso: corresponde ao número de horas excedidas entre o tempo de atendimento previsto e o tempo efetivamente gasto para o atendimento ao chamado técnico não emergencial.

1.3.1.4 Índice de atraso (IA): corresponde ao quociente do tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial e do tempo de atendimento previsto. O índice de atraso (IAN) é calculado através da seguinte fórmula:

$$IAN = \frac{\text{tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial}}{\text{Tempo de Atendimento Previsto} = 6 \text{ horas}}$$

1.3.1.5 Atraso não emergencial: ocorre atraso quando o Índice de Atraso (IA) é maior que 1 (um).

1.3.1.6 Forma e Momento da Aferição: a aferição será realizada em cada chamado técnico individualmente, constatado o atraso será descontado um percentual do valor mensal do serviço, conforme item 1.3.1.7.

1.3.1.7 Multas pelo atraso não emergencial:

Índice de Atraso (IA)	Desconto sobre o valor mensal do serviço
IA ≤ 1	Não há desconto
1 < IA ≤ 1,5	5%
1,5 < IA ≤ 2	10%
IA > 2	20%

1.3.1.8 Comunicação do chamado técnico: A **CONTRATANTE** realizará a comunicação formal, através de mensagem eletrônica

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 34

(email) para a **CONTRATADA** da existência da necessidade de manutenção corretiva.

1.3.2. **Indicador de Cumprimento de Prazo Emergencial**: este indicador tem como objetivo definir critérios mínimos a serem atendidos pela **CONTRATADA** no que se refere ao cumprimento de prazos no atendimento dos chamados técnicos emergenciais.

1.3.2.1 Para efeito deste indicador considera-se que o serviço foi prestado dentro do nível de conformidade quando for cumprido o prazo para o atendimento ao chamado técnico emergencial.

1.3.2.2 Tempo de Atendimento Emergencial Previsto: corresponde ao número de horas previstas para a realização do atendimento ao chamado técnico emergencial. **Este prazo é de 1 (uma) ou 2 (duas) horas.**

1.3.2.2.1 **1 (UMA) HORA** contada a partir da chamada em caso de casos de acidentes ou de pessoas presas na cabine;

1.3.2.2.2 **2 (DUAS) HORAS,** contadas a partir da chamada, quando dois ou mais elevadores no mesmo Prédio estiverem parados;

1.3.2.3 Horas de Atraso: corresponde ao número de horas/minutos excedidos entre o tempo de atendimento emergencial previsto e o tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico.

1.3.2.4 Índice de atraso emergencial (IAE): corresponde ao quociente do tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico emergencial e do tempo de atendimento previsto. O índice de atraso emergencial (IAE) é calculado através da seguinte fórmula:

$$IAE = \frac{\text{tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial}}{\text{Tempo de Atendimento Previsto = 1 ou 2 horas}}$$

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 35

1.3.2.5 Atraso emergencial: ocorre atraso quando o índice de Atraso (IA) é maior que 1 (um).

1.3.2.6 Forma e Momento da Aferição: a aferição será realizada em cada chamado técnico individualmente. Constatado o atraso, será descontado um percentual do valor mensal do serviço.

1.3.2.7 Prazo máximo para atendimento emergencial:

Descrição	Prazo máximo para atendimento
Acidentes ou pessoas presas na cabine	1 hora corrida
Ambos elevadores encontrarem-se parados	2 horas corridas

1.3.2.8. Multas pelo Atraso emergencial:

Índice de Atraso (IAE)	Desconto sobre o valor mensal do serviço
IA ≤ 1	Não há desconto
1 < IA ≤ 1,5	5%
1,5 < IA ≤ 2	10%
IA > 2	20%

1.3.2.9.Comunicação do chamado técnico: A **CONTRATANTE** realizará a comunicação formal, através de mensagem eletrônica (email), para a **CONTRATADA** da existência da necessidade de manutenção corretiva.

1.3.2.9.1 Para fins de manutenção corretiva emergencial, além do atendimento no horário comercial, a **CONTRATADA** deverá manter serviço de emergência (fornecendo o telefone e/ou BIP para contrato), funcionando, pelo menos, entre 18h e 8h.

1.4. Da Contagem do tempo de atendimento

1.4.1. O tempo efetivamente gasto para atender aos chamados técnicos se iniciará com o envio, pela **CONTRATANTE**, da mensagem eletrônica à **CONTRATADA**.

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 36

1.4.2. O tempo efetivamente gasto para atender ao chamado técnico não emergencial terá o termo final no momento em que o técnico da **CONTRATADA** se apresentar à **FISCALIZAÇÃO** da Procuradoria-Geral de Justiça ou outro setor/servidor substituto. O tempo efetivamente gasto para atender ao chamado técnico emergencial terá o termo final no momento em que o defeito/problema que ocasionou a abertura do chamado técnico estiver resolvido.

1.4.3. No caso de manutenção corretiva emergencial decorrente de ambos os elevadores encontrarem-se parados, o tempo de atendimento emergencial previsto se iniciará, caso a comunicação formal não ocorra em hora útil, na primeira hora útil seguinte à comunicação.

1.4.4. O termo inicial e final dos atendimentos técnicos será anotado em relatório a ser fornecido pela **CONTRATADA**, no qual constarão, além do tempo efetivamente gasto para o atendimento, a assinatura do **FISCAL** do contrato e do técnico da **CONTRATADA**. O original ficará com o **FISCAL** de contrato e uma cópia será entregue a **CONTRATADA**.

1.4.5. Os relatórios serão individualizados para cada chamado técnico e servirão de controle para aferição do desempenho e performance da **CONTRATADA** e servirão de base para o desconto no valor mensal do serviço e a aplicação de penalidade constantes deste Acordo de Nível de Serviço.

1.5 Dos fatores fora do controle da CONTRATADA

1.5.1. A **CONTRATADA** poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da **CONTRATADA**, que será analisada pela **CONTRATANTE**.

1.5.2. Caso fique comprovado que a prestação do serviço com menor nível de conformidade não ocorreu por culpa da **CONTRATADA** não será considerado que ocorreu atraso e não será feito ajuste no pagamento mensal.

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 37

1.6. Da troca de peças

1.6.1. Nos casos em que ficar comprovado, através de relatório emitido pela **CONTRATADA**, que para a solução do problema no equipamento há necessidade de instalação/troca de peças, será iniciado um prazo de **24 (VINTE E QUATRO) HORAS CORRIDAS** para a troca/instalação das peças.

1.6.2. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período mediante justificativa apresentada pela **CONTRATADA**.

1.6.3. O prazo do subitem 1.6.1 se iniciará com a abertura do chamado para a troca/instalação das peças e terminará no momento em que o técnico da **CONTRATADA** se apresentar à **FISCALIZAÇÃO**.

1.6.4. O descumprimento dos prazos acima acarretará as sanções descritas para o Indicador de Cumprimento de Prazo não Emergencial.

1.7. **Das sanções administrativas**

1.7.1. Visando evitar a degeneração na qualidade dos serviços serão aplicadas as seguintes sanções administrativas à **CONTRATADA**, além das previstas neste contrato e no contrato:

A. Advertência:
No caso de ocorrer Índice de Atraso ou Índice de Atraso Emergencial > 2, além do desconto no valor mensal do serviço.

B. Multa de 5% do valor global do contrato:
Caso mais de 30% dos chamados técnicos no período de 6 meses possuírem Índice de Atraso ou Índice de Atraso Emergencial > 2.

C. Multa de 10% do valor global do contrato e rescisão contratual:
Caso mais de 50% dos chamados técnicos no período de 6 meses possuírem Índice de Atraso ou Índice de Atraso Emergencial > 2.

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 38

1.7.2. Para fim do período de 6 (seis) meses a que se refere as letras b e c do subitem **1.7.1**, considera-se iniciado o período na data inicial da vigência do contrato e terminado após 6 (seis) meses, iniciando um novo período no dia seguinte ao término do primeiro período e assim sucessivamente, terminando no último dia da vigência do contrato.

1.7.3. As penalidades de advertência, multa e rescisão contratual serão aplicadas após regular processo administrativo, sendo garantidos o contraditório e a ampla defesa.

1.8. Da Fiscalização

1.8.1. A fiscalização do cumprimento deste Acordo de Nível de Serviço ficará a cargo do **FISCAL** de contrato indicado pela **CONTRATANTE**.

1.8.2. O **FISCAL** de contrato será responsável por conferir o relatório referido nos subitem 1.4.4 e 1.4.5 deste Acordo de Nível de Serviço.

1.8.3. No último dia útil do mês o **FISCAL** do contrato enviará mensagem eletrônica contendo as informações de cada relatório e, se for o caso, o valor a ser descontado do preço mensal do serviço.

Contrato Administrativo nº 004/2018 - Elevadores Brasil (0895735) SEI 2022.017753 / pg. 39

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

PORTARIA Nº 0255/2018/SUBADM

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno nº 2017.004349 – SEI,

RESOLVE:

I – DESIGNAR o servidor desta Procuradoria-Geral de Justiça, o senhor **PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES**, Agente Técnico – Engenheiro Civil, Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo, para atuar como Gestor e Fiscal do **Contrato Administrativo n.º 004/2018-MP/PGJ**, firmado entre este Ministério Público e a empresa: **ELEVADORES BRASIL LTDA.,** cujo objeto refere-se a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos elevadores dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, nos termos do Edital do Pregão Presencial n.º 5.001/2018 - CPL/MP/PGJ;

II – No impedimento e/ou afastamento do gerenciador/fiscal titular, fica designado como substituto do referido Contrato, o servidor **HENRIQUE MENDES DA ROCHA LOPES**, Agente Técnico – Engenheiro Civil.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus, 23 de março de 2018.

LEDA MARA NASCIMENTO ALBUQUERQUE

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Leda Mara Nascimento Albuquerque**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 23/03/2018, às 14:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0177795** e o código CRC **476A570F**.

Portaria nº 255/2018 - SUBADM (0895736) SEI 2022.0177537 pg. 40

2017.004349 0177795v3

Portaria nº 255/2018 - SUBADM (0895736) SEI 2022.0177537 pg. 41

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 23.2022.DEAC.0898631.2022.017753

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

1.1. O Ministério Público do Estado do Amazonas, para consecução dos seus objetivos institucionais, quais sejam, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis, necessita dos serviços ora solicitados, que proporcionarão maior segurança e conforto aos usuários das instalações deste *Parquet,* bem como redução dos custos de manutenção.

Considera-se necessária a manutenção preventiva e corretiva, tendo como objetivo minimizar o período de indisponibilidade do sistema, ou mau funcionamento, por problemas técnicos ou outros motivos.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência abrangem a **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição, dos seis equipamentos de transporte vertical instalados nos prédios da Ministério Público do Estado do Amazonas.

Os serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** dos equipamentos de transporte vertical deverão ser executados nos seis equipamentos instalados nos prédios da PGJ/AM, instalados como descrito:

Item	Número	Fabricante	Capacidade de Carga (Kg)	Número de Paradas	Velocidade (m/min)
	Instalados no edifício-sede, localizado à Avenida Coronel Teixeira, n.° 7.995. Nova Esperança. CEP 69037-473. Manaus, Amazonas				
1	Número de série 17794. Linha OMI	ThyssenKrupp	8 / 560	5	60,00
2	Número de série 17795. Linha OMI	ThyssenKrupp	10 / 750	5	60,00
3	Número de série 17796. Linha OMI	ThyssenKrupp	10 / 750	5	60,00

	Instalados na sede administrativa da PGJ, localizado à Avenida Coronel Teixeira, n.° 7.995, Nova Esperança. CEP 69037-473. Manaus, Amazonas				
4	Número de série M3281 Linha VW2. Casa de máquinas instalado no térreo do prédio.	OTIS	8 / 630	4	60,00
5	Número de série M3282. Linha VW2. Casa de máquinas instalado no térreo do prédio.	OTIS	8 / 630	4	60,00
	Instalados no Anexo localizado à Avenida André Araújo nº 23, Aleixo, CEP 69037-473, Manaus, Amazonas				
6	Número de série 63733. Linha PRF	ThyssenKrupp	6 / 450	4	45,00
	Instalados na unidade localizada à Rua 13 de Novembro s/nº, Centro, CEP 69800-000, Humaitá, Amazonas				
7	Plataforma Vertical	...	2 / 275	2	3,00
	Instalados na unidade localizado à Marechal Costa e Silva n.º 23, Centro, CEP 69240-000, Autazes, Amazonas				
8	Plataforma Vertical	BLOTEK	2 / 325	2	3,00
	Instalados na Unidade localizado à Avenida Benjamin Constant nº 23, Centro, CEP 69550-000, Tefé, Amazonas				
9	Número de série 182079. Plataforma Vertical	TKE	2 / 275	2	6,00

2.3. Os equipamentos operam com sistema inteligente duplex, o qual evita que os equipamentos de transporte vertical atendam à mesma chamada.

2.4. Não poderá haver subempreitada ou subcontratação sem o prévio e expresso consentimento por escrito da Contratante.

2.5. Os valores contratados deverão contemplar os serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA com FORNECIMENTO TOTAL DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, com cobertura de todos os equipamentos, peças, ferramentas e utensílios necessários ao cumprimento das atividades, bem como as características técnicas adequadas à boa execução dos serviços, incluindo todas as despesas/custos com peças materiais, ferramentas, mão de obra, frete, seguro, impostos e

demais despesas/obrigações, necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

Para que possam se habilitar a executar os serviços descritos, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

3.1. Declaração de Vistoria, (*Anexo II deste Termo*). **A realização de vistoria é facultativa.**

3.1.1. **Na hipótese de optar pela realização da vistoria**, o interessado deverá obedecer às seguintes condições.

3.1.1.1. A vistoria **deverá** ser realizada por pessoa devidamente credenciada pela empresa interessada (*Anexo I deste Termo*).

3.1.1.2. Essa condição deverá ser comprovada através de carteira de identidade e prova de vínculo com a empresa interessada, que deverão se apresentar portando **Carta de Credenciamento**, emitida pelo representante legal da empresa, apresentando o profissional que realizará a vistoria;

3.1.1.3. Por ocasião da visita, as empresas licitantes deverão apresentar documento, denominado **Atestado de Vistoria Técnica**, modelo *Anexo II deste Termo* de Referência, que será assinado por servidor designado da **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC** - desta PGJ-AM, onde o servidor declara ter acompanhado o responsável técnico apresentado pela empresa durante a vistoria técnica realizada.

3.1.1.4. O referido Atestado deverá ser apresentado posteriormente, na **fase licitatória**, nos termos definidos no edital do certame;

3.1.1.5. A **vistoria** poderá ser realizada até 05 (cinco) dias antes à data estipulada para abertura da licitação;

3.1.1.6. As visitas deverão ser agendadas com o mínimo de 07 (sete) dias de antecedência à data limite de vistoria, com a **Divisão de Engenharia Arquitetura e Cálculo - DEAC**, pelos telefones (92) 3655-0739, no período das 8h às 13h.

3.1.1.7. O tempo de antecedência para agendamento é necessário para que a Administração possa planejar a equipe para acompanhamento da vistoria.

3.1.1.8. A visita será realizada por pessoa indicada pela interessada, que se apresentará municiado de documento de Credenciamento para Vistoria, emitido pelo Representante Legal da interessada.

3.1.1.9. Por ocasião da visita, a interessada deverá apresentar à PGJ sua Declaração de Vistoria.

3.1.2 **Caso a empresa opte por não realizar a vistoria**, o interessado deverá apresentar no processo licitatório, em substituição à Declaração de Vistoria, uma Declaração de Dispensa de Vistoria assinada pelo responsável legal, informando sua opção da não realização desta visita.

3.1.3. Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, para a execução dos serviços propostos, mesmo não tendo feio a vistoria.

3.2. Comprovação de qualificação técnica, constando de:

3.2.1. Prova de inscrição ou registro da empresa junto ao **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (CREA)** , da localidade da sede da licitante. No caso de a licitante possuir CREA de outra localidade, deverá apresentar visto do CREA-AM, previamente à contratação, em sua plena validade, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, de acordo com disposto no Inciso I do Art. 30 da Lei nº 8.666/93.

3.2.2. Apresentar Certidão de Registro ou Inscrição no **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (CREA)** , comprovando que faz parte

do corpo técnico da pessoa jurídica, no mínimo um Responsável Técnico habilitado na área Engenharia Mecânica (resolução 218/CONFEA; atribuições do art.12).

3.2.3. Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no órgão competente - CREA, que comprove(m) que a empresa licitante tenha executado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto ora licitado, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais e qualitativas com o objeto da presente licitação, em edificações não residenciais e com o fornecimento de todo o material de reposição.

3.3. Declaração, sob assinatura do Representante da empresa, de que, sendo vencedora da Licitação, em até 5 (cinco) dias úteis, após a celebração do Contrato, providenciará, junto ao CREA/AM, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART (art. 1º da Lei 6496/1977), e encaminhará à contratante uma cópia autenticada da documentação que comprove o registro.

3.4. Declaração da LICITANTE de que apresentará, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem as instalações, o aparelhamento e o pessoal técnico, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do Contrato, bem como disponibilizará a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

3.5. Declaração da LICITANTE de que, caso seja declarada vencedora da Licitação, manterá, em MANAUS -AM, sede, filial ou representação dotada de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, comprovando posteriormente, caso vencedora, esta condição.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 A execução dos serviços deverá obedecer às seguintes orientações:

4.1.1 MANUTENÇÃO é entendida como o conjunto de atividades técnico-administrativas, de natureza preventiva e corretiva, com vistas à preservação da vida útil, sem perda das características, da integridade e ponto ótimo de operação do equipamento, instalações, sistemas ou suas partes;

4.1.2 Os serviços prestados pela CONTRATADA nos equipamentos de transporte vertical alcançam: cabina, luminária, circuladores de ar, máquina de tração, rolamentos, motor, freio, coletor e escovas; limitador de velocidade; painéis de comando, painéis elétricos, bobinas, relês, conjuntos elétricos e eletrônicos, proteções elétricas; disjuntores; derives, chaves; contactoras, módulo de potência; cabos de aço; cabos elétricos; cabos de comando; polias de tração, de compensação e esticadoras; para-choques, guias, fixadores e tensores; contrapesos, coxins; carretilhas de portas, trincos, fechaduras; operadores elétricos, portas dos pavimentos, correias e cordoalhas.

4.2 Na execução dos serviços deverão ser respeitadas, no que couber:

4.2.1. As normas e especificações constantes deste Termo;

4.2.2. As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

4.2.3. As disposições legais, pertinentes, da União, Estado e Município;

4.2.4. As prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos quanto aos procedimentos de manutenção e operação;

4.2.5. Aos regulamentos das empresas concessionárias de energia;

4.2.6. Aos regulamentos do Corpo de Bombeiros do Estado do Amazonas;

4.2.7. As normas internacionais consagradas, na falta de normas da ABNT;

4.2.8. As normas regulamentadores do Ministério do Trabalho;

4.2.9. A resolução CONFEA N.º 425/98 (ART).

4.3. Deverá a CONTRATADA manter controle individualizado dos equipamentos de transporte vertical, onde serão registradas suas características, medições, observações de funcionamento, peças substituídas e serviços executados.

4.4. Todos os itens necessários à realização dos serviços de manutenção deverão estar incluídos no valor

contratado, mesmo que não registrados nos edital, contrato ou termo de referência.

4.5. No início da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar o **Plano Básico de Manutenção, Operação e Controle - PMOC**, em consonância com as rotinas mínimas descritas neste Termo, no qual, além das rotinas de manutenção a serem desenvolvidas, deverá constar, obrigatoriamente, a composição da Equipe de Serviço, bem como a função a ser exercida por cada um dos seus integrantes.

4.5.1. O **PLANO BÁSICO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE - PMOC** poderá ser alterado a qualquer tempo pelo CONTRATANTE que poderá modificar as rotinas e a periodicidade dos serviços, bastando comunicar à CONTRATADA por escrito, a qual terá o prazo máximo de cinco dias úteis para promover os acertos necessários.

4.5.2. Caso o engenheiro responsável técnico da CONTRATADA julgue necessárias alterações ou complementações nas rotinas de manutenção, para o funcionamento seguro e eficiente dos equipamentos, instalações e sistemas, deverá submeter o assunto ao fiscal do contrato com prévia antecedência.

4.5.3 A CONTRATADA deverá ainda:

4.5.3.1 Garantir a aplicação do PMOC mediante a execução contínua deste serviço.

4.5.3.2 Manter disponível o registro da execução dos procedimentos estabelecidos no PMOC.

4.5.3.3 Divulgar os procedimentos e resultados das atividades de manutenção, operação e controle à fiscalização.

4.6 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva incluirão a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem e limpeza dos equipamentos, conforme o caso, bem como as orientações à CONTRATANTE acerca da utilização normal e adequada dos mesmos.

4.7 Os serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**, deverão ser executados de forma a não interferir no funcionamento normal da instituição. Assim sendo as interrupções no funcionamento dos equipamentos de transporte vertical deverão ocorrer de tal forma que pelo menos 1 (um) deles permaneça em serviço.

4.7.1 **A MANUTENÇÃO PREVENTIVA** deverá ser executada em datas agendadas com a CONTRATANTE, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 8h e 15h. Poderá, ainda, ser executada em outros dias e horários, desde que solicitado previamente pela CONTRATANTE ou mediante comum acordo entre as partes.

4.7.2. **MANUTENÇÃO CORRETIVA** deverá ser prestada pela CONTRATADA, mediante chamado telefônico, ao número por ela indicado, o qual deverá constar na proposta, dentro dos seguintes limites:

4.7.2.1. em casos de acidentes ou de pessoas presas na cabine, o atendimento deverá ser imediato, após a chamada, num prazo máximo, de 1 (um) hora;

4.7.2.2. nos demais casos, o prazo máximo de atendimento deverá ser 6 (seis) horas, contadas a partir da chamada;

4.7.2.3. no caso dos equipamentos de transporte vertical encontrarem-se todos parados, o prazo máximo de atendimento será reduzido para 2 (duas) horas, contadas a partir da chamada;

4.7.2.4. em qualquer dos casos, a CONTRATADA fica obrigada a colocar os equipamentos de transporte vertical em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da parada do equipamentos de transporte vertical;

4.7.2.5. decorridos os prazos descritos neste subitem, sem o atendimento devido, fica a CONTRATANTE autorizada a contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da licitante vencedora os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos equipamentos, peças e materiais aplicados.

4.7.2.6. para as unidade no interior do estado, excetuando-se o prazo contido no item 4.7.2.1., os demais prazos serão acrescido de 48 (quarenta e oito) horas.

4.7.3 Entende-se por início do atendimento a hora da chegada do técnico às dependências da

CONTRATANTE.

4.8 **MANUTENÇÃO PREVENTIVA**

4.8.1 Caracteriza-se por todas as atividades técnicas e administrativas destinadas a manter os equipamentos contratados em perfeito estado de funcionamento e conservação, bem como prolongar a vida útil do mesmo.

4.8.2 A manutenção dos equipamentos, das instalações e dos sistemas será executada observando-se a periodicidade e as especificações das verificações contidas no PMOC, cujas rotinas mínimas são descritas nos subitens 4.7.3 e 4.7.5 deste Termo, e nas orientações técnicas contidas nos manuais específicos dos equipamentos, nas normas vigentes, assim como outras que sejam necessárias ao bom funcionamento dos equipamentos, em consonância com as orientações e demandas do fiscal do contrato e a própria experiência da CONTRATADA no ramo.

4.8.3. ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL.

Atividade	**Descrição**
1	Verificar partidas e paradas, checar nivelamento, aceleração e retardamento
2	Verificar funcionamento geral do equipamentos de transporte vertical: vibrações, ruídos, tempos de abertura e fechamento de portas
3	Consultar Fiscais sobre possíveis ocorrências
4	Inspecionar a casa de máquinas: verificar temperatura, limpeza e condições gerais
5	Registrar as rotinas executadas na O.S. de manutenção preventiva e incluir alterações no histórico do equipamento
6	Verificar e fazer a manutenção necessária na cabine, do painel de operação, intercomunicador, iluminação, ventilador, painéis de acabamento, pisos, guarda corpos, portas, corrediças e régua de segurança.
7	Verificar todos os pavimentos, as botoeiras, indicadores luminosos, portas e soleiras, aceleração e desaceleração, nivelamento, fechos eletromecânicos e fechos hidráulicos.
8	Verificar na casa de máquinas: proteções e conexões (painel de força), quadro de comando, bateria e fonte de luz de emergência, máquina e cabos de tração, motor de indução, freio de contato, regulador de velocidade e nível de óleo.
9	Verificar na parte superior da cabine: porta e contato de emergência, aparelho de segurança, operador de portas e condições do teto e estrutura.
10	Verificar no poço: limites inferiores, aparelho de segurança, deslize do contrapeso e limpeza do poço.
11	Verificar os cabos de aço como fator de segurança.
12	Verificar na caixa de corrida: polia de desvio, limites superiores, guias e suportes, portas de pavimento e limite de redução de descida.
13	Efetuar reaperto geral dos componentes dos quadros de comando e agregados na cabine e topo.

14	Efetuar testes de simulação de falha em módulos, placas eletrônicas e contactoras.
15	Limpeza do Poço do Equipamentos de transporte vertical
16	Registrar as rotinas executadas na O.S. de manutenção preventiva e incluir alterações no histórico do equipamento.
17	Verificar as corrediças das guias ou roldanas dos cursores, assegurando uma operação silenciosa e manter as guias adequadamente lubrificadas

4.8.4. ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL.

Atividade	**Descrição**
1	Verificar na parte superior da cabine as corrediças superiores, sustentação dos cabos e chaves de indução
2	Verificar no poço: corrediças inferiores pára-choques e cornija, polia, cabos, correntes de compensação e polia tensora
3	Verificar na caixa corrida: contra-peso, cabos de manobra e fiações
4	Registrar as rotinas executadas na O.S. de manutenção preventiva e incluir alterações no histórico do equipamento

4.8.4 A CONTRATADA deverá apresentar, até o 25. ° dia útil de cada mês, o **CRONOGRAMA MENSAL DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA**, do mês subsequente, onde informará:

4.8.4.1 A descrição dos serviços que serão realizados;

4.8.4.2 Data da realização dos serviços;

4.8.4.3 Turno em que serão realizados os serviços;

4.8.4.4 Funcionário(s) responsável(is) pela execução;

4.8.4.5 Relação dos materiais que serão utilizados.

4.9 **MANUTENÇÃO CORRETIVA**

4.9.1 A MANUTENÇÃO CORRETIVA abrange todo o serviço necessário ao pleno funcionamento do sistema, e consistirá no desempenho das atividades destinadas a corrigir defeitos, falhas ou irregularidades apresentados pelos equipamentos, colocando-os em perfeitas condições de uso, será executada sempre que houver necessidade de consertos e reparos para restaurar o perfeito funcionamento dos referidos equipamentos de transporte vertical, incluindo a substituição de peças, componentes ou acessórios, ou quando requerida pela CONTRATANTE, observando-se a periodicidade e as especificações das verificações contidas no PMOC, cujas rotinas mínimas são descritas no subitem 4.9.2 deste Termo.

4.9.2 ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA

Atividade	**Descrição**
1	Executar serviços de manutenção corretiva e extra-manutenção em qualquer parte, equipamento ou peça de forma a garantir o perfeito funcionamento de todo o sistema. Esses serviços deverão ser executados sempre que o sistema apresentar problemas, devolvendo sua operacionalidade dentro dos prazos especificados. Esses serviços deverão atender os padrões do fabricante, tanto em casos de conserto como em casos de substituição de peças e componentes.
2	Executar, também, serviços de manutenção corretiva sempre que, durante manutenção preventiva, for identificada alguma anormalidade ou possibilidade de falha em qualquer item do

	sistema.

4.9.3 Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removido para conserto em oficinas necessitará de prévia autorização do fiscal do contrato. As despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação dos componentes correrão por conta da CONTRATADA.

4.9.3.1 A manutenção corretiva será realizada sempre que necessária e a qualquer tempo, devendo ser imediatamente comunicada à CONTRATANTE.

4.9.3.2 Após a realização de serviços de manutenção corretiva, sempre que solicitado as instalações serão testadas na presença do representante da CONTRATATANTE.

4.9.4 Todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos deverão ser entregues pela CONTRATADA ao fiscal do contrato.

4.9.5 Nos equipamentos ou sistemas, que se encontrem em período de garantia, os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados após a constatação de que o problema não decorre de defeito coberto pela garantia.

4.9.6 Ficando constatado que o problema do equipamento sob garantia decorre de defeito de fabricação, a CONTRATADA comunicará o fato ao fiscal do contrato no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, mediante emissão de **Laudo Técnico**, assinado pelo engenheiro mecânico responsável técnico e/ou pelo engenheiro mecânico vinculado à empresa responsável pela condução dos serviços, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias.

4.9.7. Caso a CONTRATADA execute os serviços a que se refere este item e disto resulte a perda da garantia oferecida, ela assumirá durante o período remanescente da garantia o ônus a que atualmente está sujeito o fabricante do equipamento.

4.9.8. Durante o prazo de garantia dos equipamentos, será atribuída à CONTRATADA a responsabilidade por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para a extinção da garantia determinada pelo fabricante.

5. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS DE SERVIÇOS

5.1. A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do contrato, por escrito e em meio digital, acompanhado da Nota Fiscal/Fatura dos Serviços, **RELATÓRIO MENSAL** assinado pelo engenheiro mecânico responsável técnico e/ou pelo engenheiro mecânico vinculado à empresa responsável pela condução dos serviços, conforme modelo fornecido pelo gestor do contrato.

5.2. Deverão constar deste **RELATÓRIO MENSAL** o descritivo das ocorrências e das rotinas de manutenção preventiva e corretiva realizadas, informações sobre índices anormais de falhas no equipamento e em materiais, peças, componentes e/ou acessórios, a análise de ocorrências extra rotina e eventuais sugestões, com vistas a maximizar a eficiência e a confiabilidade dos equipamentos e das instalações elétricas e mecânicas associadas.

5.3 Em cada visita realizada pela CONTRATADA, tanto para MANUTENÇÃO PREVENTIVA quanto CORRETIVA, deverá ser elaborada uma **DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO**, ou outro documento similar, onde serão indicados os serviços realizados e a relação de peças substituídas, além de outros registros pertinentes. Esse boletim deverá ser visado pela CONTRATANTE por ocasião da visita e comporá a documentação que acompanha a fatura mensal dos serviços da CONTRATADA. No momento do visto, uma cópia do boletim será repassada à CONTRATANTE, para ser arquivada em pasta própria.

5.4 A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do contrato, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos anteriores ao término da vigência contratual, **RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ANUAL – RIA** a ser expedido pelo fabricante do equipamento, contendo as seguintes inspeções:

5.4.1. Inspeção dos dispositivos de segurança e de emergência;

5.4.2. Inspeção da máquina e mecanismo do controle;

5.4.3. Inspeção dos cabos de suspensão e do regulador;

5.4.4. Inspeção de outras peças de equipamento da instalação do equipamentos de transporte vertical.

6. **DA GARANTIA**

6.1. A CONTRATADA deverá dar garantia com MANUTENÇÃO PREVENTIVA e CORRETIVA total pelos serviços executados, bem como peças, componentes ou acessórios substituídos/aplicados, por um prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados do término da execução dos serviços.

7. **DOS PRAZOS**

7.1. O prazo total de execução será de 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, na forma da legislação aplicável e durante a vigência contratual.

8. **DAS OBRIGAÇÕES DA contratada**

8.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante todo o período de vigência do contrato, a regularidade de seu registro junto ao **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA DO AMAZONAS – CREA-AM**, como também a do Engenheiro Mecânico ou Industrial responsável pelo serviço.

8.2. No prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs em nome do profissional que será o responsável técnico pelo acompanhamento e execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

8.3. Fornecer todos os equipamentos, peças, acessórios, ferramentas e utensílios necessários ao cumprimento das atividades, bem como os materiais em quantidades e características técnicas adequadas à boa execução dos serviços, proposto neste termo.

8.3.1. As peças e componentes aplicados na MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA dos equipamentos de transporte vertical, deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação dos equipamentos, sendo obrigatoriamente novos e de primeiro uso, originais, com garantia do fabricante pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

8.3.2. As peças e demais componentes aplicados na MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA dos equipamentos de transporte vertical deverão, no que couber, vir acompanhados de manuais originais de instalação, configuração e operação dos mesmos, incluindo ainda todos os que se fizerem necessários a sua correta operação.

8.4. Indicar preposto da empresa por ocasião da assinatura do contrato, visando os contatos de serviço com o representante da Administração, durante a execução dos serviços.

8.5. Executar todos os testes de segurança, necessários ou recomendados pelos fabricantes dos equipamentos ou exigidos na legislação.

8.6. Executar, após a assinatura do contrato, uma revisão geral em todos os equipamentos e emitir, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, relatório circunstanciado de execução de serviço, contendo, no mínimo: descrição sumária da situação encontrada e dos serviços executados; número de série do equipamento revisado; data; hora de início e término dos serviços, discriminação dos serviços executados e peças substituídas, se for o caso; assinatura do técnico responsável pela execução dos serviços.

8.7. Comunicar eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando justificativas, as quais serão apreciadas, para análise e deliberação da Administração, com vistas à aplicação de penalidades.

8.8. Executar de forma contínua, dentro das recomendações específicas e com peças originais e genuínas, a manutenção corretiva, preventiva, assistência técnica, mecânica e operacional dos equipamentos, de modo a mantê-los em eficaz e plena capacidade operacional, ajustados e em condições de funcionar com segurança, através de pessoal próprio, treinado, especializado e capacitado, sem quaisquer ônus adicionais, encargos ou responsabilidades para o Órgão.

8.9. Responsabilizar-se pela limpeza e conservação das áreas referentes às Casas de Máquinas dos equipamentos de transporte vertical.

8.10. Remover, reparar, corrigir ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou parte, as peças e os componentes empregados nos equipamentos, que não atendam às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições técnicas, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação emitida pela CONTRATANTE.

8.11. Não executar serviços que impliquem em paralisação ou remoção do equipamento, ou que possam afetar as características estéticas e estruturais do equipamento e/ou prédio, sem a prévia e formal anuência da Administração.

8.12. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessário.

8.13. Não transferir, sob pretexto algum, qualquer responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc.

8.14. Comunicar imediatamente, ao fiscal, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

8.15. A inobservância das presentes especificações técnicas, bem como das cláusulas contratuais, implicará na não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

8.16. Apresentar, mensalmente, na sede da CONTRATANTE, a fatura correspondente ao serviço executado no período, acompanhada de relatório dos serviços realizados, devidamente assinada pelo responsável técnico, especificando os serviços realizados e quantitativos de peças que tenham sido substituídas ou aplicadas no período, bem como dos materiais utilizados e outros registros pertinentes, o qual deverá ser atestado e certificada pela CONTRATANTE.

8.17. Fornecer relação nominal dos empregados designados para prestar serviços em suas unidades, dando ciência prévia de quaisquer alterações decorrentes de substituições, exclusões e inclusões, observadas as exigências previstas em contrato.

8.18. Manter os seus empregados, quando em trabalho, devidamente habilitados, identificados por uniformes e crachás da empresa, com fotografia recente, substituindo, sempre que exigido pela Administração, mediante justificativa da fiscalização, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse do Serviço Público.

8.19. Manter seus empregados sujeitos as normas de Segurança do Trabalho, além das normas disciplinares do Órgão.

8.20. Responsabilizar-se pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

8.21. Afastar, do local de serviços, qualquer empregado ou funcionário seu cuja presença, a juízo da CONTRATANTE, seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição.

Assumir todos os gastos e despesas com a execução das obrigações decorrentes dos serviços tais como ferramentas, transporte, peças e demais implementos que se fizerem necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, bem como encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, com todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), não transferindo ao Órgão a responsabilidade de se pagamento.

Não poderá haver subempreitada ou subcontratação sem o prévio e expresso consentimento por escrito da CONTRATADA;

9. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Constituem obrigações do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria Geral de Justiça - PGJ-AM:

9.1. Designar servidor para acompanhar as empresas licitantes durante a vistoria técnica, mediante verificação do credenciamento do técnico, bem como atestar o comparecimento.

9.2. Efetuar o pagamento das notas fiscais/ faturas correspondentes às etapas do serviço efetivamente realizadas, na sua totalidade ou parcialidade.

9.3. Efetuar regularmente o pagamento da CONTRATADA, dentro dos critérios estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato, quanto aos serviços devidamente realizados, por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas pelo comitê responsável.

9.4. Designar, e informar à CONTRATADA, fiscal do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados.

9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

9.6. A fiscalização verificará se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do Edital e seus anexos, em especial as metas e padrão de qualidade convencionadas no Acordo de Níveis de Serviços – ANS.

9.8. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.

9.9. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

9.10. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.

9.11. Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais de exercício das suas atividades.

9.12. Aprovar a execução dos serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA** a partir de relatório circunstanciado e fundamentado apresentado pela CONTRATADA, caso haja necessidade de substituição de peças nos equipamentos manutenidos, estando ou não os mesmos contemplados no preço apresentado na proposta.

10 **ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO**

10.1. O Acordo de Níveis de Serviços tem como objetivo definir as atividades consideradas críticas para o Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de transporte vertical.

10.2. Resultados Esperados

10.2.1. É necessário que os equipamentos de transporte vertical instalados estejam sempre em boas condições de funcionamento, permanecendo inoperantes o menor tempo possível. Dessa forma, a prioridade na prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de transporte vertical é a rapidez no atendimento de chamados técnicos.

10.2.2. O Órgão adotará indicadores para avaliar o desempenho dos serviços contratados. O nível do serviço a ser exigido relaciona-se com a performance no atendimento aos chamados técnicos.

10.2.3. Quando não forem cumpridos pela CONTRATADA os limites mínimos de desempenho previstos, o pagamento mensal será ajustado conforme o item 10.3 deste Acordo de Níveis de Serviços.

10.3. Indicadores

10.3.1. **Indicador de Cumprimento de Prazo não Emergencial**: este indicador tem como objetivo definir critérios mínimos a serem atendidos pela contratada no que se refere ao cumprimento de prazos no atendimento dos chamados técnicos não emergenciais.

10.3.1.1. Para efeito deste indicador considera-se que o serviço foi prestado dentro do nível de conformidade quando for cumprido o prazo para o atendimento ao chamado técnico não emergencial.

10.3.1.2. Tempo de Atendimento Previsto: corresponde ao número de horas previstas para a realização do atendimento ao chamado técnico não emergencial. Este prazo é de 6 horas corridas.

10.3.1.3. Horas de Atraso: corresponde ao número de horas excedidas entre o tempo de atendimento previsto e o tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial.

IAE = tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial

Tempo de Atendimento Previsto = 1 horas

IA = tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial

Tempo de Atendimento Previsto = 3 horas

10.3.1.4. Índice de atraso (IA): corresponde ao quociente do tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial e do Tempo de atendimento previsto. O Índice de atraso (IA) é calculado através da seguinte fórmula:

10.3.1.5. Atraso não emergencial: ocorre atraso quando o Índice de Atraso (IA) é maior que 1 (um).

10.3.1.6. Forma e Momento da Aferição: A aferição será realizada em cada chamado técnico individualmente, constatado o atraso será descontado um percentual do valor mensal do serviço.

10.3.1.7. Multas pelo Atraso não emergencial

Índice de Atraso (IA)	**Desconto sobre o valor mensal do serviço**
IA ≤ 1	Não há desconto
1 < IA ≤ 1,5	5%
1,5 < IA ≤ 2	10%
IA > 2	20%

10.3.1.8. Comunicação do chamado técnico. A PGJ/AM realizará a comunicação formal, através de mensagem eletrônica (email), para a CONTRATADA da existência da necessidade de manutenção corretiva.

10.3.2. **Indicador de Cumprimento de Prazo Emergencial**: este indicar tem como objetivo definir critérios mínimos a serem atendidos pela CONTRATADA no que se refere ao cumprimento de prazos no atendimento dos chamados técnicos emergenciais.

10.3.2.1. Para efeito deste indicador considera-se que o serviço foi prestado dentro do nível de conformidade quando for cumprido o prazo para o atendimento ao chamado técnico emergencial.

10.3.2.2. Tempo de Atendimento Emergencial Previsto: corresponde ao número de horas previstas para a realização do atendimento ao chamado técnico emergencial.

10.3.2.3. Horas de Atraso: corresponde ao número de horas excedidas entre o tempo de atendimento emergencial previsto e o tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico.

10.3.2.4. Índice de atraso emergencial (IAE): corresponde ao quociente do tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico emergencial e do Tempo de atendimento previsto. O Índice de atraso emergencial (IAE) é calculado através da seguinte fórmula:

10.3.2.5. Atraso emergencial: ocorre atraso quando o Índice de Atraso é maior que 1 (um).

10.3.2.6. Forma e Momento da Aferição. A aferição será realizada em cada chamado técnico individualmente, constatado o atraso será descontado um percentual do valor mensal do serviço.

10.3.2.7. Prazo máximo para atendimento emergencial

Descrição	**Prazo máximo para atendimento**
Acidentes ou pessoas presas na cabine	1 hora corrida
Ambos equipamentos de transporte verticales encontrarem-se parados	2 horas corridas

10.3.2.8. Multas pelo Atraso não emergencial

Índice de Atraso (IAE)	Desconto sobre o valor mensal do serviço
IA ≤ 1	Não há desconto
1 < IA ≤ 1,5	5%
1,5 < IA ≤ 2	10%
IA > 2	20%

10.3.1.9. Comunicação do chamado técnico. A PGJ/AM realizará a comunicação formal, através de mensagem eletrônica (email), para a CONTRATADA da existência da necessidade de manutenção corretiva.

10.3.1.9.1. Para fins de manutenção corretiva emergencial, além do atendimento no horário comercial, a CONTRATADA deverá manter "serviço de emergência" (fornecendo o telefone e/ou "BIP" para contrato), funcionando, pelo menos, entre 18h e 8h.

10.4. Da Contagem do tempo de atendimento

10.4.1. O tempo efetivamente gasto para atender aos chamados técnicos se iniciará com o envio, pela PGJ/AM , da mensagem eletrônica à Contratada.

10.4.2. O tempo efetivamente gasto para atender ao chamado técnico não emergencial terá o termo final no momento em que o técnico da contratada se apresentar à Divisão de Serviços Gerais da Procuradoria-Geral de Justiça. O tempo efetivamente gasto para atender ao chamado técnico emergencial terá o termo final no momento em que o defeito/problema que ocasionou a abertura do chamado técnico estiver resolvido.

10.4.3. No caso de manutenção corretiva emergencial decorrente de ambos os equipamentos de transporte vertical encontrarem-se parados, o tempo de atendimento emergencial previsto se iniciará, caso a comunicação formal não ocorra em hora útil, na primeira hora útil seguinte à comunicação.

10.4.4. O termo inicial e final dos atendimentos técnicos será anotado em relatório a ser fornecido pela contratada, no qual constarão, além do tempo efetivamente gasto para o atendimento, a assinatura do fiscal do contrato e do técnico da contratada. O original ficará com o fiscal de contrato e uma cópia será entregue a contratada.

10.4.5. Os relatórios serão individualizados para cada chamado técnico e servirão de controle para aferição do desempenho e performance da contratada e servirão de base para o desconto no valor mensal do serviço e a aplicação de penalidade constantes deste Acordo de Níveis de Serviços.

10.5 Dos fatores fora do controle da contratada

10.5.1. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da contratada, que será analisada pela Procuradoria-Geral de Justiça.

10.5.2. Caso fique comprovado que a prestação do serviço com menor nível de conformidade não ocorreu por culpa da contratada não será considerado que ocorreu atraso e não será feito ajuste no pagamento mensal.

10.6. Da troca de peças

10.6.1. Nos casos em que ficar comprovado, através de relatório emitido pela contratada, que para a solução do problema no equipamento há necessidade de instalação/troca de peças, será iniciado um prazo de 24 horas corridas para a troca/instalação das peças.

10.6.2. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período mediante justificativa apresentada pela contratada.

10.6.3. O prazo do subitem 10.6.1 se iniciará com a abertura do chamado para a troca/instalação das peças e terminará no momento em que o técnico da contratada se apresentar à Divisão de Serviços Gerais.

10.6.4. O descumprimento dos prazos acima acarretará as sanções descritas para o Indicador de Cumprimento de Prazo não Emergencial.

10.7. Das sanções administrativas

10.7.1. Visando evitar a degeneração na qualidade dos serviços serão aplicadas as seguintes sanções administrativas à contratada, além das previstas neste termo de referência e no contrato:

A. Advertência:

No caso de ocorrer Índice de Atraso ou Índice de Atraso Emergencial > 2, além do desconto no valor mensal do serviço.

B. Multa de 5% do valor global do contrato:

Caso mais de 30% dos chamados técnicos no período de 6 meses possuírem Índice de Atraso ou Índice de Atraso Emergencial > 2.

C. Multa de 10% do valor global do contrato e rescisão contratual:

Caso mais de 50% dos chamados técnicos no período de 6 meses possuírem Índice de Atraso ou Índice de Atraso Emergencial > 2.

10.7.2. Para fim do período de 6 meses a que se refere as letras b e c do subitem 10.7.1, considera-se iniciado o período na data inicial da vigência do contrato e terminado após 6 meses, iniciando um novo período no dia seguinte ao término do primeiro período e assim sucessivamente, terminando no último dia da vigência do contrato.

10.7.3. As penalidades de advertência, multa e rescisão contratual serão aplicadas após regular processo administrativo, sendo garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.8. Da Fiscalização

10.8.1. A fiscalização do cumprimento deste Acordo de Níveis de Serviços ficará a cargo do fiscal de contrato indicado pela Procuradoria-Geral de Justiça.

10.8.2. O fiscal de contrato será responsável por conferir o relatório referido nos subitens 10.4.4 e 10.4.5 deste Acordo de Níveis de Serviços.

10.8.3. No último dia útil do mês o fiscal do contrato enviará mensagem eletrônica contendo as informações de cada relatório e, se for o caso, o valor a ser descontado do preço mensal do serviço.

11. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado pela Divisão de Serviços Gerais em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração e integra o procedimento interno.

DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE
Declaro que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 8.666/93 e Lei nº. 10.520/2002 e alterações posteriores. Manaus – AM, 16 de setembro de 2022. **PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES** Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo

Solicitamos aprovação. Manaus – AM, / / 2022	Despacho de Aprovação. ( ) Aprovado ( ) Não aprovado Manaus – AM, de de 2022.

FRANCISCO EDINALDO LIRA DE CARVALHO Diretora-Geral	**GEROGE PESTANA VIEIRA** Subprocuradora Geral d Justiça para Assuntos Administrativos Ordenadora de Despesas

ANEXO I –
CREDENCIAMENTO PARA VISTORIA TÉCNICA ÀS INSTALAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS / PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Pelo presente instrumento credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador do documento de Identidade n.º _____, para realizar a vistoria prevista no subitem 3.1.1.1 do Termo de Referência nº ___/___, referente ao procedimento licitatório _____, o qual está habilitado a proceder à vistoria técnica e assinar o Atestado de Vistoria contido no Anexo II do referido Termo.

Manaus, AM, de de 2017.

Representante legal

Razão Social e CNPJ da Empresa

Observações:

< >Emitir o credenciamento em papel timbrado da empresa, identificando o signatário e utilizando o carimbo padronizado da empresa; Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, quando da execução dos serviços propostos. A vistoria será realizada em data e horário previamente acordados segundo a conveniência deste Órgão.

ANEXO II –
MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA ÀS INSTALAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS / PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Atestamos, para cumprimento do item ..... do Edital referente ao certame …....., que a empresa ....., representada neste ato por seu representante credenciado, o(a) Sr(a)....., portador(a) do documento de identidade nº ....., compareceu às dependências deste órgão e, acompanhado por servidor especialmente designado pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, tomou conhecimento "in loco" dos locais, especificações, quantidades, estado geral dos equipamentos e condições de execução dos serviços, tendo pleno conhecimento do estado de uso e das condições físicas dos mesmos, conforme previsto no subitem 3.1.1 do Termo de Referência nº ___/____.

Manaus, AM, de de 2017.

Responsável pelo Setor Solicitante

Servidor Designado

De acordo

Representante credenciado pela empresa licitante

Razão Social e CNPJ da Empresa

Observações:

< >O atestado de vistoria será emitido em papel timbrado da empresa licitante e assinado pela PGJ/AM. A verificação referida no item 3.1, e seus subitens, do Termo de Referência nº ___/2017 será de inteira responsabilidade das licitantes.- Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, quando da execução dos serviços propostos.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 16/09/2022, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0898631** e o código CRC **A1DB9589**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 238.2022.DEAC.0898665.2022.017753

A Sua Excelência o Senhor

Dr. GEORGE PESTANA VIEIRA

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Assunto : Encaminha Processo para Contratação de Empresa para Elaboração de Projeto Elétrico e de Infraestrutura de Rede de informática e apresentar modelo de Projeto Básico para contratação final do serviço.

Senhor Subprocurador-Geral de Justiça,

Cumprimento Vossa Excelência, oportunidade em que encaminho o Termo de Referência N.º 23.2022.DEAC.0898631.2022.017753 para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses, para análise e aprovação.

Respeitosamente,

Eng. Paulo Augusto Lopes

Chefe DEAC

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 16/09/2022, às 15:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0898665** e o código CRC **B4A5F5E1**.

PARECER Nº 120.2022.01AJ-SUBADM.0900865.2022.017753

PROCESSO: 2022.017753

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte vertical dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.

Tratam os autos do Memorando 735 (0895651) da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, por meio do qual avisa da expiração do Contrato Administrativo nº 004/2018 - MP/PGJ, que não poderá mais ser prorrogado, pois completará 60 (sessenta) meses de vigência na data de 19.03.2023.

Desta forma, esclarece que, havendo necessidade de continuidade na prestação do serviço, tal manifestação deve ser dirigida à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, acompanhada do Termo de Referência/Projeto Básico e solicitação de celebração de um novo contrato.

Assim, a DEAC encaminhou o Termo de Referência 23 (0898631), tratando da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte vertical dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.

É o breve relatório. OPINO.

Como é cediço, a Administração Pública deverá sempre observar o cumprimento do **regime jurídico-administrativo**, que consiste em um conjunto harmônico de preceitos e regras que moldam a atuação dos entes estatais, impondo limitações e prerrogativas. No âmbito do procedimento de licitação, destacam-se, dentre os princípios que regem o Direito Administrativo, os princípios da impessoalidade e da indisponibilidade do interesse público.

Acerca do princípio da **impessoalidade**, de acordo com as lições de Celso Antônio Bandeira de Mello (2009), "*[...] a Administração Pública deve tratar a todos sem favoritismos, nem perseguições, simpatia ou animosidades políticas ou ideológicas [...]*". Já quanto ao princípio da **indisponibilidade do interesse público**, Matheus Carvalho (2018) assevera que se trata de preceito que impõe:

> […] limites da atuação administrativa e decorre o fato de que a impossibilidade de abrir mão do interesse público deve estabelecer ao administrador os seus critérios de conduta. De fato, o agente estatal não pode deixar de atuar quando as necessidades da coletividade assim exigirem, uma vez que suas atividades são necessárias à satisfação dos interesses do povo [...].

Nessa esteira, dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu artigo 37, inciso XXI, *in verbis:*

> **Art. 37**. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: [...]
>
> **XXI** – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Dessa forma, para garantir justamente a **impessoalidade** e a **supremacia do interesse público**, bem como para a manutenção do equilíbrio social e uma boa gestão da máquina pública, é necessária, por regra, a realização do processo de licitação que, como procedimento prévio ao contrato em que se escolhe a proposta mais vantajosa à persecução de seus fins, impede que seja desvirtuado, a critério do administrador, o regime jurídico-administrativo. Excepcionalmente, como sabido, poderão ser identificadas situações em que serão aplicados os regramentos legais para as hipóteses de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação. **Em qualquer caso, o Termo de Referência é o balizador e o limitador da atuação da Administração Pública na procedimentalização da contratação**.

Feitas tais considerações, cumpre esclarecer que o presente Parecer cinge-se tão somente à análise do destacado Termo de Referência, à luz da legislação, doutrina e jurisprudência pertinentes; questões de oportunidade e conveniência, bem como juízo de valor acerca da contratação, fogem à alçada do parecerista.

Nesse sentido, cumpre assestar que o Termo de Referência é peça técnica indispensável na fase interna da licitação, traduzindo a justificativa e a necessidade de realização de determinado objeto a ser contratado pela Administração Pública. Sobre o tema, a Lei n.º 8.666/93 assim dispõe, utilizando a nomenclatura Projeto Básico:

> **Art. 7º.** As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequência:
>
> I - projeto básico;
>
> II - projeto executivo;
>
> (...)
>
> § 9º. O disposto neste artigo aplica-se também, no que couber, aos casos de dispensa e de inexigibilidade de licitação.
>
> (...)
>
> **Art. 14.** Nenhuma compra será feita sem a adequada caracterização de seu objeto e indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa.
>
> **Art. 15.** *Omissis*
>
> § 7º. Nas compras deverão ser observadas, ainda:
>
> I - a especificação completa do bem a ser adquirido sem indicação de marca;
>
> II - a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação;
>
> III - as condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material.

Em consonância com o acima aludido, o Tribunal de Contas da União já decidiu pela necessidade do referido estudo técnico preliminar:

> REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO. CAUTELAR. OITIVA. AUDIÊNCIA. DIRECIONAMENTO A PRODUTOS DE DETERMINADO FABRICANTE. AUSÊNCIA DE ESTUDOS PRÉVIOS COMPROBATÓRIOS DA NECESSIDADE DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS APÓS A ATUAÇÃO DESTA CORTE. REVOGAÇÃO DA CAUTELAR. MULTA. DETERMINAÇÕES.
>
> **- As especificações técnicas dos objetos a serem adquiridos devem decorrer de necessidades identificadas em estudos prévios ao certame licitatório.**
>
> **- Do processo administrativo para aquisição de bens e serviços deve constar os estudos e levantamentos que fundamentaram a fixação das especificações técnicas.**
>
> - É defesa a exigência de seguros em licitações que se destinem a compras de equipamentos sem previsão de pagamentos antecipados, salvo motivo justificado exposto no instrumento convocatório.
>
> - É defesa a exigência de número de registro no Ministério da Saúde, de produtos não incluídos na relação estabelecida pela Lei 6.360/1976, salvo motivo justificado, exposto no instrumento convocatório.
>
> (TCU, Acórdão 310/203, Processo 037.832/2011-5).

Com efeito, inobstante a contratação pretendida não envolva e/ou dependa da definição de critérios técnicos muito detalhados, como sói ser as hipóteses de contratação de obras ou serviços de engenharia ou de soluções de TI, é forçoso reconhecer que pressupostos técnicos, mesmo que mais simplórios e menos relevantes, quando considerados em relação ao todo do objeto, compõem de forma decisiva a especificação dos produtos que ora se pretendem adquirir. **Nesse sentido, portanto, como se trata de objeto contratual sem maiores complexidades, a simples justificativa da contratação suplanta tal necessidade.**

Quanto ao objeto contido no citado Termo de Referência, tem-se que o Ministério Público do Estado do Amazonas - MP/AM pretende a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução

dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.

Destarte, imperioso verificar se os elementos constitutivos do Termo de Referência se encontram todos presentes, mormente no que tange à especificação do objeto a ser licitado, bem como a forma pela qual o objeto da licitação deve ser executado, com a definição de métodos, estratégias de suprimentos e prazo de execução. Ao se consultar o compêndio de Orientações e Jurisprudência do TCU (disponível em *www.portaltcu.gov.br*), tem-se que o Termo de Referência deve conter, dentre outros, os seguintes elementos:

- Descrição do objeto do certame, de forma precisa, suficiente e clara;

- Critérios de aceitação do objeto;

- Critérios de avaliação do custo do bem ou serviço pela Administração, considerando os preços praticados no mercado;

- Valor estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, se for o caso;

- Prazo de execução do serviço ou de entrega do objeto;

- Definição dos métodos e estratégia de suprimento;

- Cronograma físico-financeiro, se for o caso;

- Deveres do contratado e do contratante;

- Prazo de garantia, quando for o caso;

- Procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato;

- Sanções por inadimplemento

Dos critérios mínimos estabelecidos pela egrégia Corte Superior de Contas, constata-se que o Termo de Referência engloba tanto os elementos fáticos motivadores da contratação, quanto as balizas objetivas que irão nortear o certame licitatório, conforme o caso.

No caso em análise, das informações constantes do Termo de Referência 23 (0898631), observa-se a presença dos requisitos exigíveis, como o objeto a ser contratado, com especificação de itens,condições para participar da licitação, apresentação de relatórios, garantia, das obrigações da contratada e contratante e da previsão de sanções administrativas.

Dessa forma, considerando os fundamentos até aqui expostos, **OPINO** pela **APROVAÇÃO** do Termo de Referência, dado que cumpre com todos os requisitos exigidos pela Lei n. 8.666/93.

É o parecer que submeto à apreciação de Vossa Excelência.

ASSESSORIA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, 21 de setembro de 2022.

TEREZA CRISTINA MOTA DOS SANTOS PINTO
Assessora Jurídica
Ato PGJ 176/2022

Documento assinado eletronicamente por **Tereza Cristina Mota dos Santos Pinto**, **Assessor(a) Jurídico(a) de Subprocurador-Geral de Justiça**, em 21/09/2022, às 10:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0900865** e o código CRC **3C39B076**.

DESPACHO Nº 596.2022.01AJ-SUBADM.0900866.2022.017753

PROCESSO: 2022.017753

ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte vertical dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.

Tratam os autos do Memorando 735 (0895651) da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON, por meio do qual avisa da expiração do Contrato Administrativo nº 004/2018 - MP/PGJ, que não poderá mais ser prorrogado, pois completará 60 (sessenta) meses de vigência na data de 19.03.2023.

Desta forma, esclarece que, havendo necessidade de continuidade na prestação do serviço, tal manifestação deve ser dirigida à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, acompanhada do Termo de Referência/Projeto Básico e solicitação de celebração de um novo contrato.

Assim, a DEAC encaminhou o Termo de Referência 23 (0898631), tratando da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte vertical dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.

Nesse sentido, os autos vieram à análise da assessoria jurídica desta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM, que opinou pela **APROVAÇÃO** do Termo de Referência 23 (0898631) à medida que cumpriu todos os requisitos exigidos pela Lei n. 8.666/93.

Isto posto, **ACOLHO** o Parecer 120 (0900865) e **APROVO o referido Termo,** devendo a SCOMS proceder a pesquisa de mercado e logo após, o processo seguirá à DOF, para providências pertinentes.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, 21 de setembro de 2022.

NICOLAU LIBÓRIO DOS SANTOS FILHO
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, por substituição legal

Documento assinado eletronicamente por **Nicolau Libório dos Santos Filho**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais**, em 21/09/2022, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0900866** e o código CRC **9332B854**.

E-mail - 0901976

Data de Envio:
22/09/2022 12:54:47

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
comercial.am@hotmail.com
robertoalexandre@elevadoresbrasil.com.br
atendimento@elevadoresbrasil.com.br
paulo.aragao@otis.com
naira.viana@thyssenkrupp.com

Assunto:
Solicitação de proposta - Manutenção de Elevadores da PGJ/AM

Mensagem:
Prezada empresa fornecedora,

A Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas está realizando pesquisa de mercado para futura contratação de empresa para prestar serviço de manutenção de elevadores nas unidades do Ministério Público do Amazonas. Diante disso, solicito sua atenção em enviar proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações abaixo, constantes do Termo de Referência, em anexo.

É importante ressaltar que a empresa deverá levar em consideração as seguintes observações:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Pedimos a gentileza de acusar o recebimento desta mensagem.

Agradeço a colaboração e fico no aguardo de breve retorno.

ERIVAN LEAL DE OLIVEIRA
Setor de Compras e Serviços SCOMS
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
Ministério Público do Estado do Amazonas
Telefone: (92) 3655-0763

Anexos:
Termo_de_Referencia_0898631.html

E-mail - 0902020

Data de Envio:
22/09/2022 13:33:28

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para:
dtri@thyssenkruppelevadores.com.br

Assunto:
Solicitação de proposta - Manutenção de Elevadores da ´PGJ/AM

Mensagem:
Prezada empresa fornecedora

A Procuradoria-Geral de Justiça/Ministério Público do Estado do Amazonas está realizando pesquisa de mercado para futura contratação de empresa para prestar serviço de manutenção de elevadores nas unidades do Ministério Público do Amazonas situados no Amazonas. Diante disso, solicito sua atenção em enviar, proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações abaixo, constantes do Termo de Referência, em anexo.

É importante ressaltar que a empresa deverá levar em consideração as seguintes observações:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Pedimos a gentileza de acusar o recebimento desta mensagem.

Agradeço a colaboração e fico no aguardo de breve retorno.

ERIVAN LEAL DE OLIVEIRA
Setor de Compras e Serviços SCOMS
Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas
Telefone: (92) 3655-0763

Anexos:
Termo_de_Referencia_0898631.html

E-mail - 0905231

Data de Envio:
28/09/2022 10:59:57

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
comercial.am@hotmail.com
robertoalexandre@elevadoresbrasil.com.br
atendimento@elevadoresbrasil.com.br
paulo.aragao@otis.com
contato@otis.com
sic.br@tkelevator.com
vitor.abril@tkelevator.com
adm@godenelevadores.com

Assunto:
Solicitação de proposta - Manutenção de Elevadores da PGJ/AM

Mensagem:
Prezada empresa fornecedora,

A Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas/Ministério Público do Estado do Amazonas está realizando pesquisa de mercado para futura contratação de empresa para prestar serviço de manutenção de elevadores nas unidades do Ministério Público do Amazonas. Diante disso, solicito sua atenção em enviar proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações abaixo, constantes do Termo de Referência, em anexo.

É importante ressaltar que a empresa deverá levar em consideração as seguintes observações:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Pedimos a gentileza de acusar o recebimento desta mensagem.

Agradeço a colaboração e fico no aguardo de breve retorno.

ERIVAN LEAL DE OLIVEIRA
Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
Ministério Público do Estado do Amazonas
Telefone: (92) 3655-0763

Anexos:
Termo_de_Referencia_0898631.html

INFORMAÇÃO Nº 74.2022.DEAC.0905575.2022.017753

Processo: 2022.017753 - Contratação de Manutenção Corretiva e Preventiva de Elevadores da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas;

Insteressado : DEAC

Observando a relação dos equipamentos constante no Termo de Referência n.º 23.2022.DEAC.0898631.2022.017753, verificou-se a ausência do equipamento instaldo na unidade da Paraíba - (prédio locado), então chamo o feito à ordem para inserir o referido equipamento.

Eng. Paulo Augusto Lopes

Chefe DEAC

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 28/09/2022, às 15:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0905575** e o código CRC **E2E3E394**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 28.2022.DEAC.0905588.2022.017753

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

1.1. O Ministério Público do Estado do Amazonas, para consecução dos seus objetivos institucionais, quais sejam, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis, necessita dos serviços ora solicitados, que proporcionarão maior segurança e conforto aos usuários das instalações deste *Parquet,* bem como redução dos custos de manutenção.

Considera-se necessária a manutenção preventiva e corretiva, tendo como objetivo minimizar o período de indisponibilidade do sistema, ou mau funcionamento, por problemas técnicos ou outros motivos.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência abrangem a **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição, dos seis equipamentos de transporte vertical instalados nos prédios da Ministério Público do Estado do Amazonas.

Os serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** dos equipamentos de transporte vertical deverão ser executados nos seis equipamentos instalados nos prédios da PGJ/AM, instalados como descrito:

Item	Número	Fabricante	Capacidade de Carga (Kg)	Número de Paradas	Velocidade (m/min)
	Instalados no edifício-sede, localizado à Avenida Coronel Teixeira, n.° 7.995. Nova Esperança. CEP 69037-473. Manaus, Amazonas				
1	Número de série 17794. Linha OMI	ThyssenKrupp	8 / 560	5	60,00
2	Número de série 17795. Linha OMI	ThyssenKrupp	10 / 750	5	60,00
3	Número de série 17796. Linha OMI	ThyssenKrupp	10 / 750	5	60,00

	Instalados na sede administrativa da PGJ, localizado à Avenida Coronel Teixeira, n.° 7.995, Nova Esperança. CEP 69037-473. Manaus, Amazonas				
4	Número de série M3281 Linha VW2. Casa de máquinas instalado no térreo do prédio.	OTIS	8 / 630	4	60,00
5	Número de série M3282. Linha VW2. Casa de máquinas instalado no térreo do prédio.	OTIS	8 / 630	4	60,00
	Instalados no Anexo localizado à Avenida André Araújo nº 23, Aleixo, CEP 69037-473, Manaus, Amazonas				
6	Número de série 63733. Linha PRF	ThyssenKrupp	6 / 450	4	45,00
	Instalado no Anexo localizado à Avenida Jornalista Umberto Calderado Filho nº 175, Adrianopólis, CEP 69057-015, Manaus, Amazonas				
7	Número de série OVM 1142786	Atlas Schinder	8/560	1	45,00
	Instalados na unidade localizada à Rua 13 de Novembro s/nº, Centro, CEP 69800-000, Humaitá, Amazonas				
8	Plataforma Vertical	...	2 / 275	2	3,00
	Instalados na unidade localizado à Marechal Costa e Silva n.º 23, Centro, CEP 69240-000, Autazes, Amazonas				
9	Plataforma Vertical	BLOTEK	2 / 325	2	3,00
	Instalados na Unidade localizado à Avenida Benjamin Constant nº 23, Centro, CEP 69550-000, Tefé, Amazonas				
10	Número de série 182079. Plataforma Vertical	TKE	2 / 275	2	6,00

2.3. Os equipamentos operam com sistema inteligente duplex, o qual evita que os equipamentos de transporte vertical atendam à mesma chamada.

2.4. Não poderá haver subempreitada ou subcontratação sem o prévio e expresso consentimento por escrito da Contratante.

2.5. Os valores contratados deverão contemplar os serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA com FORNECIMENTO TOTAL DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, com cobertura de todos os equipamentos, peças, ferramentas e utensílios necessários ao cumprimento das atividades, bem como as características técnicas adequadas à boa execução dos serviços, incluindo todas as despesas/custos com peças materiais, ferramentas, mão de obra, frete, seguro, impostos e demais despesas/obrigações, necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

Para que possam se habilitar a executar os serviços descritos, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

3.1. Declaração de Vistoria, (*Anexo II deste Termo*). **A realização de vistoria é facultativa.**

3.1.1. **Na hipótese de optar pela realização da vistoria**, o interessado deverá obedecer às seguintes condições.

3.1.1.1. A vistoria **deverá** ser realizada por pessoa devidamente credenciada pela empresa interessada (*Anexo I deste Termo*).

3.1.1.2. Essa condição deverá ser comprovada através de carteira de identidade e prova de vínculo com a empresa interessada, que deverão se apresentar portando **Carta de Credenciamento**, emitida pelo representante legal da empresa, apresentando o profissional que realizará a vistoria;

3.1.1.3. Por ocasião da visita, as empresas licitantes deverão apresentar documento, denominado **Atestado de Vistoria Técnica**, modelo *Anexo II deste Termo* de Referência, que será assinado por servidor designado da **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC** - desta PGJ-AM, onde o servidor declara ter acompanhado o responsável técnico apresentado pela empresa durante a vistoria técnica realizada.

3.1.1.4. O referido Atestado deverá ser apresentado posteriormente, na **fase licitatória**, nos termos definidos no edital do certame;

3.1.1.5. A **vistoria** poderá ser realizada até 05 (cinco) dias antes à data estipulada para abertura da licitação;

3.1.1.6. As visitas deverão ser agendadas com o mínimo de 07 (sete) dias de antecedência à data limite de vistoria, com a **Divisão de Engenharia Arquitetura e Cálculo - DEAC**, pelos telefones (92) 3655-0739, no período das 8h às 13h.

3.1.1.7. O tempo de antecedência para agendamento é necessário para que a Administração possa planejar a equipe para acompanhamento da vistoria.

3.1.1.8. A visita será realizada por pessoa indicada pela interessada, que se apresentará muniçiado de documento de Credenciamento para Vistoria, emitido pelo Representante Legal da interessada.

3.1.1.9. Por ocasião da visita, a interessada deverá apresentar à PGJ sua Declaração de Vistoria.

3.1.2 **Caso a empresa opte por não realizar a vistoria**, o interessado deverá apresentar no processo licitatório, em substituição à Declaração de Vistoria, uma Declaração de Dispensa de Vistoria assinada pelo responsável legal, informando sua opção da não realização desta visita.

3.1.3. Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, para a execução dos serviços propostos, mesmo não tendo feio a vistoria.

3.2. Comprovação de qualificação técnica, constando de:

3.2.1. Prova de inscrição ou registro da empresa junto ao **CONSELHO REGIONAL DE**

ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (CREA) , da localidade da sede da licitante. No caso de a licitante possuir CREA de outra localidade, deverá apresentar visto do CREA-AM, previamente à contratação, em sua plena validade, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, de acordo com disposto no Inciso I do Art. 30 da Lei nº 8.666/93.

3.2.2. Apresentar Certidão de Registro ou Inscrição no **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (CREA)** , comprovando que faz parte do corpo técnico da pessoa jurídica, no mínimo um Responsável Técnico habilitado na área Engenharia Mecânica (resolução 218/CONFEA; atribuições do art.12).

3.2.3. Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no órgão competente - CREA, que comprove(m) que a empresa licitante tenha executado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto ora licitado, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais e qualitativas com o objeto da presente licitação, em edificações não residenciais e com o fornecimento de todo o material de reposição.

3.3. Declaração, sob assinatura do Representante da empresa, de que, sendo vencedora da Licitação, em até 5 (cinco) dias úteis, após a celebração do Contrato, providenciará, junto ao CREA/AM, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART (art. 1º da Lei 6496/1977), e encaminhará à contratante uma cópia autenticada da documentação que comprove o registro.

3.4. Declaração da LICITANTE de que apresentará, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem as instalações, o aparelhamento e o pessoal técnico, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do Contrato, bem como disponibilizará a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

3.5. Declaração da LICITANTE de que, caso seja declarada vencedora da Licitação, manterá, em MANAUS -AM, sede, filial ou representação dotada de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, comprovando posteriormente, caso vencedora, esta condição.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 A execução dos serviços deverá obedecer às seguintes orientações:

4.1.1 MANUTENÇÃO é entendida como o conjunto de atividades técnico-administrativas, de natureza preventiva e corretiva, com vistas à preservação da vida útil, sem perda das características, da integridade e ponto ótimo de operação do equipamento, instalações, sistemas ou suas partes;

4.1.2 Os serviços prestados pela CONTRATADA nos equipamentos de transporte vertical alcançam: cabina, luminária, circuladores de ar, máquina de tração, rolamentos, motor, freio, coletor e escovas; limitador de velocidade; painéis de comando, painéis elétricos, bobinas, relês, conjuntos elétricos e eletrônicos, proteções elétricas; disjuntores; derives, chaves; contactoras, módulo de potência; cabos de aço; cabos elétricos; cabos de comando; polias de tração, de compensação e esticadoras; para-choques, guias, fixadores e tensores; contrapesos, coxins; carretilhas de portas, trincos, fechaduras; operadores elétricos, portas dos pavimentos, correias e cordoalhas.

4.2 Na execução dos serviços deverão ser respeitadas, no que couber:

4.2.1. As normas e especificações constantes deste Termo;

4.2.2. As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

4.2.3. As disposições legais, pertinentes, da União, Estado e Município;

4.2.4. As prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos quanto aos procedimentos de manutenção e operação;

4.2.5. Aos regulamentos das empresas concessionárias de energia;

4.2.6. Aos regulamentos do Corpo de Bombeiros do Estado do Amazonas;

4.2.7. As normas internacionais consagradas, na falta de normas da ABNT;

4.2.8. As normas regulamentadores do Ministério do Trabalho;

4.2.9. A resolução CONFEA N.º 425/98 (ART).

4.3. Deverá a CONTRATADA manter controle individualizado dos equipamentos de transporte vertical, onde serão registradas suas características, medições, observações de funcionamento, peças substituídas e serviços executados.

4.4. Todos os itens necessários à realização dos serviços de manutenção deverão estar incluídos no valor contratado, mesmo que não registrados nos edital, contrato ou termo de referência.

4.5. No início da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar o **Plano Básico de Manutenção, Operação e Controle - PMOC**, em consonância com as rotinas mínimas descritas neste Termo, no qual, além das rotinas de manutenção a serem desenvolvidas, deverá constar, obrigatoriamente, a composição da Equipe de Serviço, bem como a função a ser exercida por cada um dos seus integrantes.

4.5.1. O **PLANO BÁSICO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE - PMOC** poderá ser alterado a qualquer tempo pelo CONTRATANTE que poderá modificar as rotinas e a periodicidade dos serviços, bastando comunicar à CONTRATADA por escrito, a qual terá o prazo máximo de cinco dias úteis para promover os acertos necessários.

4.5.2. Caso o engenheiro responsável técnico da CONTRATADA julgue necessárias alterações ou complementações nas rotinas de manutenção, para o funcionamento seguro e eficiente dos equipamentos, instalações e sistemas, deverá submeter o assunto ao fiscal do contrato com prévia antecedência.

4.5.3 A CONTRATADA deverá ainda:

4.5.3.1 Garantir a aplicação do PMOC mediante a execução contínua deste serviço.

4.5.3.2 Manter disponível o registro da execução dos procedimentos estabelecidos no PMOC.

4.5.3.3 Divulgar os procedimentos e resultados das atividades de manutenção, operação e controle à fiscalização.

4.6 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva incluirão a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem e limpeza dos equipamentos, conforme o caso, bem como as orientações à CONTRATANTE acerca da utilização normal e adequada dos mesmos.

4.7 Os serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**, deverão ser executados de forma a não interferir no funcionamento normal da instituição. Assim sendo as interrupções no funcionamento dos equipamentos de transporte vertical deverão ocorrer de tal forma que pelo menos 1 (um) deles permaneça em serviço.

4.7.1 **A MANUTENÇÃO PREVENTIVA** deverá ser executada em datas agendadas com a CONTRATANTE, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 8h e 15h. Poderá, ainda, ser executada em outros dias e horários, desde que solicitado previamente pela CONTRATANTE ou mediante comum acordo entre as partes.

4.7.2. **MANUTENÇÃO CORRETIVA** deverá ser prestada pela CONTRATADA, mediante chamado telefônico, ao número por ela indicado, o qual deverá constar na proposta, dentro dos seguintes limites:

4.7.2.1. em casos de acidentes ou de pessoas presas na cabine, o atendimento deverá ser imediato, após a chamada, num prazo máximo, de 1 (um) hora;

4.7.2.2. nos demais casos, o prazo máximo de atendimento deverá ser 6 (seis) horas, contadas a partir da chamada;

4.7.2.3. no caso dos equipamentos de transporte vertical encontrarem-se todos parados, o prazo máximo de atendimento será reduzido para 2 (duas) horas, contadas a partir da

chamada;

4.7.2.4. em qualquer dos casos, a CONTRATADA fica obrigada a colocar os equipamentos de transporte vertical em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da parada do equipamentos de transporte vertical;

4.7.2.5. decorridos os prazos descritos neste subitem, sem o atendimento devido, fica a CONTRATANTE autorizada a contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da licitante vencedora os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos equipamentos, peças e materiais aplicados.

4.7.2.6. para as unidade no interior do estado, excetuando-se o prazo contido no item 4.7.2.1., os demais prazos serão acrescido de 48 (quarenta e oito) horas.

4.7.3 Entende-se por início do atendimento a hora da chegada do técnico às dependências da CONTRATANTE.

4.8 MANUTENÇÃO PREVENTIVA

4.8.1 Caracteriza-se por todas as atividades técnicas e administrativas destinadas a manter os equipamentos contratados em perfeito estado de funcionamento e conservação, bem como prolongar a vida útil do mesmo.

4.8.2 A manutenção dos equipamentos, das instalações e dos sistemas será executada observando-se a periodicidade e as especificações das verificações contidas no PMOC, cujas rotinas mínimas são descritas nos subitens 4.7.3 e 4.7.5 deste Termo, e nas orientações técnicas contidas nos manuais específicos dos equipamentos, nas normas vigentes, assim como outras que sejam necessárias ao bom funcionamento dos equipamentos, em consonância com as orientações e demandas do fiscal do contrato e a própria experiência da CONTRATADA no ramo.

4.8.3. ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL.

Atividade	**Descrição**
1	Verificar partidas e paradas, checar nivelamento, aceleração e retardamento
2	Verificar funcionamento geral do equipamentos de transporte vertical: vibrações, ruídos, tempos de abertura e fechamento de portas
3	Consultar Fiscais sobre possíveis ocorrências
4	Inspecionar a casa de máquinas: verificar temperatura, limpeza e condições gerais
5	Registrar as rotinas executadas na O.S. de manutenção preventiva e incluir alterações no histórico do equipamento
6	Verificar e fazer a manutenção necessária na cabine, do painel de operação, intercomunicador, iluminação, ventilador, painéis de acabamento, pisos, guarda corpos, portas, corrediças e régua de segurança.
7	Verificar todos os pavimentos, as botoeiras, indicadores luminosos, portas e soleiras, aceleração e desaceleração, nivelamento, fechos eletromecânicos e fechos hidráulicos.
8	Verificar na casa de máquinas: proteções e conexões (painel de força), quadro de comando, bateria e fonte de luz de emergência, máquina e cabos de tração, motor de indução, freio de contato, regulador de velocidade e nível de óleo.
9	Verificar na parte superior da cabine: porta e contato de emergência,

9	aparelho de segurança, operador de portas e condições do teto e estrutura.
10	Verificar no poço: limites inferiores, aparelho de segurança, deslize do contrapeso e limpeza do poço.
11	Verificar os cabos de aço como fator de segurança.
12	Verificar na caixa de corrida: polia de desvio, limites superiores, guias e suportes, portas de pavimento e limite de redução de descida.
13	Efetuar reaperto geral dos componentes dos quadros de comando e agregados na cabine e topo.
14	Efetuar testes de simulação de falha em módulos, placas eletrônicas e contactoras.
15	Limpeza do Poço do Equipamentos de transporte vertical
16	Registrar as rotinas executadas na O.S. de manutenção preventiva e incluir alterações no histórico do equipamento.
17	Verificar as corrediças das guias ou roldanas dos cursores, assegurando uma operação silenciosa e manter as guias adequadamente lubrificadas

4.8.4. ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL.

Atividade	**Descrição**
1	Verificar na parte superior da cabine as corrediças superiores, sustentação dos cabos e chaves de indução
2	Verificar no poço: corrediças inferiores pára-choques e cornija, polia, cabos, correntes de compensação e polia tensora
3	Verificar na caixa corrida: contra-peso, cabos de manobra e fiações
4	Registrar as rotinas executadas na O.S. de manutenção preventiva e incluir alterações no histórico do equipamento

4.8.5. A CONTRATADA deverá apresentar, até o 25. ° dia útil de cada mês, o **CRONOGRAMA MENSAL DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA** , do mês subsequente, onde informará:

4.8.5.1 A descrição dos serviços que serão realizados;

4.8.5.2 Data da realização dos serviços;

4.8.5.3 Turno em que serão realizados os serviços;

4.8.5.4 Funcionário(s) responsável(is) pela execução;

4.8.5.5 Relação dos materiais que serão utilizados.

4.9 **MANUTENÇÃO CORRETIVA**

4.9.1 A MANUTENÇÃO CORRETIVA abrange todo o serviço necessário ao pleno funcionamento do sistema, e consistirá no desempenho das atividades destinadas a corrigir defeitos, falhas ou irregularidades apresentados pelos equipamentos, colocando-os em perfeitas condições de uso, será executada sempre que houver necessidade de consertos e reparos para restaurar o perfeito funcionamento dos referidos equipamentos de transporte vertical, incluindo a

substituição de peças, componentes ou acessórios, ou quando requerida pela CONTRATANTE, observando-se a periodicidade e as especificações das verificações contidas no PMOC, cujas rotinas mínimas são descritas no subitem 4.9.2 deste Termo.

4.9.2 ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA

Atividade	**Descrição**
1	Executar serviços de manutenção corretiva e extra-manutenção em qualquer parte, equipamento ou peça de forma a garantir o perfeito funcionamento de todo o sistema. Esses serviços deverão ser executados sempre que o sistema apresentar problemas, devolvendo sua operacionalidade dentro dos prazos especificados. Esses serviços deverão atender os padrões do fabricante, tanto em casos de conserto como em casos de substituição de peças e componentes.
2	Executar, também, serviços de manutenção corretiva sempre que, durante manutenção preventiva, for identificada alguma anormalidade ou possibilidade de falha em qualquer item do sistema.

4.9.3 Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removido para conserto em oficinas necessitará de prévia autorização do fiscal do contrato. As despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação dos componentes correrão por conta da CONTRATADA.

4.9.3.1 A manutenção corretiva será realizada sempre que necessária e a qualquer tempo, devendo ser imediatamente comunicada à CONTRATANTE.

4.9.3.2 Após a realização de serviços de manutenção corretiva, sempre que solicitado as instalações serão testadas na presença do representante da CONTRATATANTE.

4.9.4 Todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos deverão ser entregues pela CONTRATADA ao fiscal do contrato.

4.9.5 Nos equipamentos ou sistemas, que se encontrem em período de garantia, os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados após a constatação de que o problema não decorre de defeito coberto pela garantia.

4.9.6 Ficando constatado que o problema do equipamento sob garantia decorre de defeito de fabricação, a CONTRATADA comunicará o fato ao fiscal do contrato no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, mediante emissão de **Laudo Técnico**, assinado pelo engenheiro mecânico responsável técnico e/ou pelo engenheiro mecânico vinculado à empresa responsável pela condução dos serviços, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias.

4.9.7. Caso a CONTRATADA execute os serviços a que se refere este item e disto resulte a perda da garantia oferecida, ela assumirá durante o período remanescente da garantia o ônus a que atualmente está sujeito o fabricante do equipamento.

4.9.8. Durante o prazo de garantia dos equipamentos, será atribuída à CONTRATADA a responsabilidade por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para a extinção da garantia determinada pelo fabricante.

5. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS DE SERVIÇOS

5.1. A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do contrato, por escrito e em meio digital, acompanhado da Nota Fiscal/Fatura dos Serviços, **RELATÓRIO MENSAL** assinado pelo engenheiro mecânico responsável técnico e/ou pelo engenheiro mecânico vinculado à empresa responsável pela condução dos serviços, conforme modelo fornecido pelo gestor do contrato.

5.2. Deverão constar deste **RELATÓRIO MENSAL** o descritivo das ocorrências e das rotinas de manutenção preventiva e corretiva realizadas, informações sobre índices anormais de falhas no equipamento e em materiais, peças, componentes e/ou acessórios, a análise de ocorrências extra rotina e eventuais sugestões, com vistas a maximizar a eficiência e a confiabilidade dos equipamentos e das

instalações elétricas e mecânicas associadas.

5.3 Em cada visita realizada pela CONTRATADA, tanto para MANUTENÇÃO PREVENTIVA quanto CORRETIVA, deverá ser elaborada uma **DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO**, ou outro documento similar, onde serão indicados os serviços realizados e a relação de peças substituídas, além de outros registros pertinentes. Esse boletim deverá ser visado pela CONTRATANTE por ocasião da visita e comporá a documentação que acompanha a fatura mensal dos serviços da CONTRATADA. No momento do visto, uma cópia do boletim será repassada à CONTRATANTE, para ser arquivada em pasta própria.

5.4 A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do contrato, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos anteriores ao término da vigência contratual, **RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ANUAL – RIA** a ser expedido pelo fabricante do equipamento, contendo as seguintes inspeções:

5.4.1. Inspeção dos dispositivos de segurança e de emergência;

5.4.2. Inspeção da máquina e mecanismo do controle;

5.4.3. Inspeção dos cabos de suspensão e do regulador;

5.4.4. Inspeção de outras peças de equipamento da instalação do equipamentos de transporte vertical.

6. DA GARANTIA

6.1. A CONTRATADA deverá dar garantia com MANUTENÇÃO PREVENTIVA e CORRETIVA total pelos serviços executados, bem como peças, componentes ou acessórios substituídos/aplicados, por um prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados do término da execução dos serviços.

7. DOS PRAZOS

7.1. O prazo total de execução será de 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, na forma da legislação aplicável e durante a vigência contratual.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante todo o período de vigência do contrato, a regularidade de seu registro junto ao **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA DO AMAZONAS – CREA-AM**, como também a do Engenheiro Mecânico ou Industrial responsável pelo serviço.

8.2. No prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs em nome do profissional que será o responsável técnico pelo acompanhamento e execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

8.3. Fornecer todos os equipamentos, peças, acessórios, ferramentas e utensílios necessários ao cumprimento das atividades, bem como os materiais em quantidades e características técnicas adequadas à boa execução dos serviços, proposto neste termo.

8.3.1. As peças e componentes aplicados na MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA dos equipamentos de transporte vertical, deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação dos equipamentos, sendo obrigatoriamente novos e de primeiro uso, originais, com garantia do fabricante pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

8.3.2. As peças e demais componentes aplicados na MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA dos equipamentos de transporte vertical deverão, no que couber, vir acompanhados de manuais originais de instalação, configuração e operação dos mesmos, incluindo ainda todos os que se fizerem necessários a sua correta operação.

8.4. Indicar preposto da empresa por ocasião da assinatura do contrato, visando os contatos de serviço com o representante da Administração, durante a execução dos serviços.

8.5. Executar todos os testes de segurança, necessários ou recomendados pelos fabricantes dos

equipamentos ou exigidos na legislação.

8.6. Executar, após a assinatura do contrato, uma revisão geral em todos os equipamentos e emitir, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, relatório circunstanciado de execução de serviço, contendo, no mínimo: descrição sumária da situação encontrada e dos serviços executados; número de série do equipamento revisado; data; hora de início e término dos serviços, discriminação dos serviços executados e peças substituídas, se for o caso; assinatura do técnico responsável pela execução dos serviços.

8.7. Comunicar eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando justificativas, as quais serão apreciadas, para análise e deliberação da Administração, com vistas à aplicação de penalidades.

8.8. Executar de forma contínua, dentro das recomendações específicas e com peças originais e genuínas, a manutenção corretiva, preventiva, assistência técnica, mecânica e operacional dos equipamentos, de modo a mantê-los em eficaz e plena capacidade operacional, ajustados e em condições de funcionar com segurança, através de pessoal próprio, treinado, especializado e capacitado, sem quaisquer ônus adicionais, encargos ou responsabilidades para o Órgão.

8.9. Responsabilizar-se pela limpeza e conservação das áreas referentes às Casas de Máquinas dos equipamentos de transporte vertical.

8.10. Remover, reparar, corrigir ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou parte, as peças e os componentes empregados nos equipamentos, que não atendam às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições técnicas, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação emitida pela CONTRATANTE.

8.11. Não executar serviços que impliquem em paralisação ou remoção do equipamento, ou que possam afetar as características estéticas e estruturais do equipamento e/ou prédio, sem a prévia e formal anuência da Administração.

8.12. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessário.

8.13. Não transferir, sob pretexto algum, qualquer responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc.

8.14. Comunicar imediatamente, ao fiscal, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

8.15. A inobservância das presentes especificações técnicas, bem como das cláusulas contratuais, implicará na não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

8.16. Apresentar, mensalmente, na sede da CONTRATANTE, a fatura correspondente ao serviço executado no período, acompanhada de relatório dos serviços realizados, devidamente assinada pelo responsável técnico, especificando os serviços realizados e quantitativos de peças que tenham sido substituídas ou aplicadas no período, bem como dos materiais utilizados e outros registros pertinentes, o qual deverá ser atestado e certificada pela CONTRATANTE.

8.17. Fornecer relação nominal dos empregados designados para prestar serviços em suas unidades, dando ciência prévia de quaisquer alterações decorrentes de substituições, exclusões e inclusões, observadas as exigências previstas em contrato.

8.18. Manter os seus empregados, quando em trabalho, devidamente habilitados, identificados por uniformes e crachás da empresa, com fotografia recente, substituindo, sempre que exigido pela Administração, mediante justificativa da fiscalização, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse do Serviço Público.

8.19. Manter seus empregados sujeitos as normas de Segurança do Trabalho, além das normas disciplinares do Órgão.

8.20. Responsabilizar-se pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos

serviços objeto deste Termo de Referência, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

8.21. Afastar, do local de serviços, qualquer empregado ou funcionário seu cuja presença, a juízo da CONTRATANTE, seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição.

Assumir todos os gastos e despesas com a execução das obrigações decorrentes dos serviços tais como ferramentas, transporte, peças e demais implementos que se fizerem necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, bem como encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, com todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), não transferindo ao Órgão a responsabilidade de se pagamento.

Não poderá haver subempreitada ou subcontratação sem o prévio e expresso consentimento por escrito da CONTRATADA;

9. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Constituem obrigações do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria Geral de Justiça - PGJ-AM:

9.1. Designar servidor para acompanhar as empresas licitantes durante a vistoria técnica, mediante verificação do credenciamento do técnico, bem como atestar o comparecimento.

9.2. Efetuar o pagamento das notas fiscais/ faturas correspondentes às etapas do serviço efetivamente realizadas, na sua totalidade ou parcialidade.

9.3. Efetuar regularmente o pagamento da CONTRATADA, dentro dos critérios estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato, quanto aos serviços devidamente realizados, por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas pelo comitê responsável.

9.4. Designar, e informar à CONTRATADA, fiscal do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados.

9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

9.6. A fiscalização verificará se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do Edital e seus anexos, em especial as metas e padrão de qualidade convencionadas no Acordo de Níveis de Serviços – ANS.

9.8. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.

9.9. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

9.10. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.

9.11. Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais de exercício das suas atividades.

9.12. Aprovar a execução dos serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA** a partir de relatório circunstanciado e fundamentado apresentado pela CONTRATADA, caso haja necessidade de substituição de peças nos equipamentos manutenidos, estando ou não os mesmos contemplados no preço apresentado na proposta.

10 **ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO**

10.1. O Acordo de Níveis de Serviços tem como objetivo definir as atividades consideradas críticas para o Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de transporte vertical.

10.2. Resultados Esperados

10.2.1. É necessário que os equipamentos de transporte vertical instalados estejam sempre em

boas condições de funcionamento, permanecendo inoperantes o menor tempo possível. Dessa forma, a prioridade na prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de transporte vertical é a rapidez no atendimento de chamados técnicos.

10.2.2. O Órgão adotará indicadores para avaliar o desempenho dos serviços contratados. O nível do serviço a ser exigido relaciona-se com a performance no atendimento aos chamados técnicos.

10.2.3. Quando não forem cumpridos pela CONTRATADA os limites mínimos de desempenho previstos, o pagamento mensal será ajustado conforme o item 10.3 deste Acordo de Níveis de Serviços.

10.3. Indicadores

10.3.1. **Indicador de Cumprimento de Prazo não Emergencial**: este indicador tem como objetivo definir critérios mínimos a serem atendidos pela contratada no que se refere ao cumprimento de prazos no atendimento dos chamados técnicos não emergenciais.

10.3.1.1. Para efeito deste indicador considera-se que o serviço foi prestado dentro do nível de conformidade quando for cumprido o prazo para o atendimento ao chamado técnico não emergencial.

10.3.1.2. Tempo de Atendimento Previsto: corresponde ao número de horas previstas para a realização do atendimento ao chamado técnico não emergencial. Este prazo é de 6 horas corridas.

10.3.1.3. Horas de Atraso: corresponde ao número de horas excedidas entre o tempo de atendimento previsto e o tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial.

IAE = tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial

Tempo de Atendimento Previsto = 1 horas

IA = tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial

Tempo de Atendimento Previsto = 3 horas

10.3.1.4. Índice de atraso (IA): corresponde ao quociente do tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial e do Tempo de atendimento previsto. O Índice de atraso (IA) é calculado através da seguinte fórmula:

10.3.1.5. Atraso não emergencial: ocorre atraso quando o Índice de Atraso (IA) é maior que 1 (um).

10.3.1.6. Forma e Momento da Aferição: A aferição será realizada em cada chamado técnico individualmente, constatado o atraso será descontado um percentual do valor mensal do serviço.

10.3.1.7. Multas pelo Atraso não emergencial

Índice de Atraso (IA)	**Desconto sobre o valor mensal do serviço**
$IA \leq 1$	Não há desconto
$1 < IA \leq 1,5$	5%
$1,5 < IA \leq 2$	10%
$IA > 2$	20%

10.3.1.8. Comunicação do chamado técnico. A PGJ/AM realizará a comunicação formal, através de mensagem eletrônica (email), para a CONTRATADA da existência da

necessidade de manutenção corretiva.

10.3.2. **Indicador de Cumprimento de Prazo Emergencial**: este indicar tem como objetivo definir critérios mínimos a serem atendidos pela CONTRATADA no que se refere ao cumprimento de prazos no atendimento dos chamados técnicos emergenciais.

10.3.2.1. Para efeito deste indicador considera-se que o serviço foi prestado dentro do nível de conformidade quando for cumprido o prazo para o atendimento ao chamado técnico emergencial.

10.3.2.2. Tempo de Atendimento Emergencial Previsto: corresponde ao número de horas previstas para a realização do atendimento ao chamado técnico emergencial.

10.3.2.3. Horas de Atraso: corresponde ao número de horas excedidas entre o tempo de atendimento emergencial previsto e o tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico.

10.3.2.4. Índice de atraso emergencial (IAE): corresponde ao quociente do tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico emergencial e do Tempo de atendimento previsto. O Índice de atraso emergencial (IAE) é calculado através da seguinte fórmula:

10.3.2.5. Atraso emergencial: ocorre atraso quando o Índice de Atraso é maior que 1 (um).

10.3.2.6. Forma e Momento da Aferição. A aferição será realizada em cada chamado técnico individualmente, constatado o atraso será descontado um percentual do valor mensal do serviço.

10.3.2.7. Prazo máximo para atendimento emergencial

Descrição	**Prazo máximo para atendimento**
Acidentes ou pessoas presas na cabine	1 hora corrida
Ambos equipamentos de transporte verticales encontrarem-se parados	2 horas corridas

10.3.2.8. Multas pelo Atraso não emergencial

Índice de Atraso (IAE)	**Desconto sobre o valor mensal do serviço**
$IA \leq 1$	Não há desconto
$1 < IA \leq 1,5$	5%
$1,5 < IA \leq 2$	10%
$IA > 2$	20%

10.3.1.9. Comunicação do chamado técnico. A PGJ/AM realizará a comunicação formal, através de mensagem eletrônica (email), para a CONTRATADA da existência da necessidade de manutenção corretiva.

10.3.1.9.1. Para fins de manutenção corretiva emergencial, além do atendimento no horário comercial, a CONTRATADA deverá manter "serviço de emergência" (fornecendo o telefone e/ou "BIP" para contrato), funcionando, pelo menos, entre 18h e 8h.

10.4. Da Contagem do tempo de atendimento

10.4.1. O tempo efetivamente gasto para atender aos chamados técnicos se iniciará com o envio, pela PGJ/AM , da mensagem eletrônica à Contratada.

10.4.2. O tempo efetivamente gasto para atender ao chamado técnico não emergencial terá o termo final no momento em que o técnico da contratada se apresentar à Divisão de Serviços Gerais da Procuradoria-Geral de Justiça. O tempo efetivamente gasto para atender ao chamado técnico emergencial terá o termo final no momento em que o defeito/problema que ocasionou a abertura do chamado técnico estiver resolvido.

10.4.3. No caso de manutenção corretiva emergencial decorrente de ambos os equipamentos de transporte vertical encontrarem-se parados, o tempo de atendimento emergencial previsto se iniciará, caso a comunicação formal não ocorra em hora útil, na primeira hora útil seguinte à comunicação.

10.4.4. O termo inicial e final dos atendimentos técnicos será anotado em relatório a ser fornecido pela contratada, no qual constarão, além do tempo efetivamente gasto para o atendimento, a assinatura do fiscal do contrato e do técnico da contratada. O original ficará com o fiscal de contrato e uma cópia será entregue a contratada.

10.4.5. Os relatórios serão individualizados para cada chamado técnico e servirão de controle para aferição do desempenho e performance da contratada e servirão de base para o desconto no valor mensal do serviço e a aplicação de penalidade constantes deste Acordo de Níveis de Serviços.

10.5 Dos fatores fora do controle da contratada

10.5.1. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da contratada, que será analisada pela Procuradoria-Geral de Justiça.

10.5.2. Caso fique comprovado que a prestação do serviço com menor nível de conformidade não ocorreu por culpa da contratada não será considerado que ocorreu atraso e não será feito ajuste no pagamento mensal.

10.6. Da troca de peças

10.6.1. Nos casos em que ficar comprovado, através de relatório emitido pela contratada, que para a solução do problema no equipamento há necessidade de instalação/troca de peças, será iniciado um prazo de 24 horas corridas para a troca/instalação das peças.

10.6.2. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período mediante justificativa apresentada pela contratada.

10.6.3. O prazo do subitem 10.6.1 se iniciará com a abertura do chamado para a troca/instalação das peças e terminará no momento em que o técnico da contratada se apresentar à Divisão de Serviços Gerais.

10.6.4. O descumprimento dos prazos acima acarretará as sanções descritas para o Indicador de Cumprimento de Prazo não Emergencial.

10.7. Das sanções administrativas

10.7.1. Visando evitar a degeneração na qualidade dos serviços serão aplicadas as seguintes sanções administrativas à contratada, além das previstas neste termo de referência e no contrato:

A. Advertência:

No caso de ocorrer Índice de Atraso ou Índice de Atraso Emergencial > 2, além do desconto no valor mensal do serviço.

B. Multa de 5% do valor global do contrato:

Caso mais de 30% dos chamados técnicos no período de 6 meses possuírem Índice de Atraso ou Índice de Atraso Emergencial > 2.

C. Multa de 10% do valor global do contrato e rescisão contratual:

Caso mais de 50% dos chamados técnicos no período de 6 meses possuírem Índice

de Atraso ou Índice de Atraso Emergencial > 2.

10.7.2. Para fim do período de 6 meses a que se refere as letras b e c do subitem 10.7.1, considera-se iniciado o período na data inicial da vigência do contrato e terminado após 6 meses, iniciando um novo período no dia seguinte ao término do primeiro período e assim sucessivamente, terminando no último dia da vigência do contrato.

10.7.3. As penalidades de advertência, multa e rescisão contratual serão aplicadas após regular processo administrativo, sendo garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.8. Da Fiscalização

10.8.1. A fiscalização do cumprimento deste Acordo de Níveis de Serviços ficará a cargo do fiscal de contrato indicado pela Procuradoria-Geral de Justiça.

10.8.2. O fiscal de contrato será responsável por conferir o relatório referido nos subitens 10.4.4 e 10.4.5 deste Acordo de Níveis de Serviços.

10.8.3. No último dia útil do mês o fiscal do contrato enviará mensagem eletrônica contendo as informações de cada relatório e, se for o caso, o valor a ser descontado do preço mensal do serviço.

11. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado pela Divisão de Serviços Gerais em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração e integra o procedimento interno.

DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE
Declaro que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 8.666/93 e Lei nº. 10.520/2002 e alterações posteriores. Manaus – AM, 28 de setembro de 2022. **PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES** Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo

Solicitamos aprovação. Manaus – AM, / / 2022 **FRANCISCO EDINALDO LIRA DE CARVALHO** Diretora-Geral	Despacho de Aprovação. ( ) Aprovado ( ) Não aprovado Manaus – AM, de de 2022. **GEROGE PESTANA VIEIRA** Subprocuradora Geral d Justiça para Assuntos Administrativos Ordenadora de Despesas

ANEXO I –
CREDENCIAMENTO PARA VISTORIA TÉCNICA ÀS INSTALAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS / PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Pelo presente instrumento credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador do documento de Identidade n.º _____, para realizar a vistoria prevista no subitem 3.1.1.1 do Termo de Referência nº ___/___, referente ao procedimento licitatório _____, o qual está habilitado a proceder à vistoria técnica e assinar o Atestado de Vistoria contido no Anexo II do referido Termo.

Manaus, AM, de de 2022.

Representante legal

Razão Social e CNPJ da Empresa

Observações:

Emitir o credenciamento em papel timbrado da empresa, identificando o signatário e utilizando o carimbo padronizado da empresa; Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, quando da execução dos serviços propostos. A vistoria será realizada em data e horário previamente acordados segundo a conveniência deste Órgão.

ANEXO II –
MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA ÀS INSTALAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS / PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Atestamos, para cumprimento do item ..... do Edital referente ao certame …....., que a empresa ....., representada neste ato por seu representante credenciado, o(a) Sr(a)....., portador(a) do documento de identidade nº ....., compareceu às dependências deste órgão e, acompanhado por servidor especialmente designado pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, tomou conhecimento “in loco” dos locais, especificações, quantidades, estado geral dos equipamentos e condições de execução dos serviços, tendo pleno conhecimento do estado de uso e das condições físicas dos mesmos, conforme previsto no subitem 3.1.1 do Termo de Referência nº ___/____.

Manaus, AM, de de 2022.

Responsável pelo Setor Solicitante

Servidor Designado

De acordo

Representante credenciado pela empresa licitante

Razão Social e CNPJ da Empresa

Observações:

O atestado de vistoria será emitido em papel timbrado da empresa licitante e assinado pela PGJ/AM. A verificação referida no item 3.1, e seus subitens, do Termo de Referência nº ___/2017 será de inteira responsabilidade das licitantes.- Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, quando da execução dos serviços propostos.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 28/09/2022, às 15:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0905588** e o código CRC **E604FB5F**.

E-mail - 0905847

Data de Envio:
29/09/2022 09:05:09

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
comercial.am@hotmail.com
robertoalexandre@elevadoresbrasil.com.br
atendimento@elevadoresbrasil.com.br
paulo.aragao@otis.com
contato@otis.com
sic.br@tkelevator.com
vitor.abril@tkelevator.com
adm@godenelevadores.com

Assunto:
Solicitação de proposta - Manutenção de Elevadores da PGJ/AM - TR RETIFICADO / acréscimo de 1 equipamento

Mensagem:
Prezada empresa fornecedora,

A Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas/Ministério Público do Estado do Amazonas está realizando pesquisa de mercado para futura contratação de empresa para prestar serviço de manutenção de elevadores nas unidades do Ministério Público do Amazonas. Diante disso, solicito sua atenção em enviar proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações abaixo, constantes do Termo de Referência, em anexo.

É importante ressaltar que a empresa deverá levar em consideração as seguintes observações:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Pedimos a gentileza de acusar o recebimento desta mensagem.

Agradeço a colaboração e fico no aguardo de breve retorno.

ERIVAN LEAL DE OLIVEIRA
Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
Ministério Público do Estado do Amazonas
Telefone: (92) 3655-0763

Anexos:
Termo_de_Referencia_0905588.html

PROPOSTA DE PREÇOS

Dados do Fornecedor **Carimbo da empresa/CNPJ**

Empresa: ELEVADORES BRASIL LTDA		ELEVADORES BRASIL LTDA-EPP CNPJ: 10.602.740/0001-51
CNPJ: 10.602.740/0001-51		
Sócio(s): Reynaldo Figueiredo de Souza Ermilio Freires de Souza		
Endereço: Av. Carvalho Leal, Nº 162		
Bairro: Cachoerinha	Cidade: Manaus	UF: AM
E-mail: atendimento@elevadoresbrasil.com.br robertoalexandre@elevadoresbrasil.com.br		Telefone: (92) 3681-1108

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO: CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticais dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas.	Serviço	12	R$ 16.500,00	R$ 198.000,00
				TOTAL GERAL	R$ 198.000,00

1) Prazo de Validade da Proposta: **90 (Noventa) dias.**
2) Prazo Para Execução do Serviço: Imediato, após a assinatura do contrato
3) Forma de Pagamento: Nota de Empenho
4) Data: 27/09/2022

Roberto Alexandre Ferreira Ribeiro

Roberto Alexandre F. Ribeiro
Supervisor
ELEVADORES BRASIL LTDA - EPP

E-mail - 0914432

Data de Envio:
11/10/2022 14:20:54

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para:
comercial.am@hotmail.com
paulo.aragao@otis.com
contato@otis.com
sic.br@tkelevator.com
vitor.abril@tkelevator.com
adm@godenelevadores.com

Assunto:
Solicitação de proposta - Manutenção de Elevadores da PGJ/AM - TR retificado

Mensagem:
Prezada empresa fornecedora,

A Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas/Ministério Público do Estado do Amazonas está realizando pesquisa de mercado para futura contratação de empresa para prestar serviço de manutenção de elevadores nas unidades do Ministério Público do Amazonas. Diante disso, solicito sua atenção em enviar proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações abaixo, constantes do Termo de Referência, em anexo.

É importante ressaltar que a empresa deverá levar em consideração as seguintes observações:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.Pedimos a gentileza de acusar o recebimento desta mensagem.

Agradeço a colaboração e fico no aguardo de breve retorno.

ERIVAN LEAL DE OLIVEIRA
Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
Ministério Público do Estado do Amazonas
Telefone: (92) 3655-0763

Anexos:
Termo_de_Referencia_0905588.html

[PGJ/AM] Manutenção de elevadores

Setor de Compras e Servicos <compras@mpam.mp.br>
Qui, 17/11/2022 09:00

Cco: tecnologiasbeg@gmail.com <tecnologiasbeg@gmail.com>;rmempresarial@hotmail.com <rmempresarial@hotmail.com>;administrativo2@asrengenharia.rec.br <administrativo2@asrengenharia.rec.br>;comercial@atielevadores.com.br <comercial@atielevadores.com.br>;financeiro@b27elevadores.com.br <financeiro@b27elevadores.com.br>;joiasbrutasnew@gmail.com <joiasbrutasnew@gmail.com>;conserp@conserpelevadores.com.br <conserp@conserpelevadores.com.br>;financeiro@conserveservice.com.br <financeiro@conserveservice.com.br>;nanci@elevadoresergo.com.br <nanci@elevadoresergo.com.br>;hexcel@hexcel.com.br <hexcel@hexcel.com.br>;vendas@elevadoresor.com.br <vendas@elevadoresor.com.br>;wendellfick@gmail.com <wendellfick@gmail.com>;admgo@embralev.com.br <admgo@embralev.com.br>;facilitaequipamentos@gmail.com <facilitaequipamentos@gmail.com>;fortservicoselocacoes@gmail.com <fortservicoselocacoes@gmail.com>;guaporeprotecao@hotmail.com <guaporeprotecao@hotmail.com>;m.e.instalacoes@hotmail.com <m.e.instalacoes@hotmail.com>;servltda@yahoo.com.br <servltda@yahoo.com.br>;mdaelevadores@hotmail.com <mdaelevadores@hotmail.com>;financeiro@elevamazon.com.br <financeiro@elevamazon.com.br>

1 anexos (441 KB)
TR 28.2022.DEAC.0905588.2022.017753.pdf;

Prezada Empresa Fornecedora,

Solicitamos proposta comercial para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticais dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.

É importante ressaltar que a proposta deverá levar em consideração as seguintes observações:

1 - A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como Razão Social; CNPJ; endereço completo; contatos telefônicos; e-mail; dados bancários; marca e modelo dos produtos, conforme o caso; entre outros.

2 - A proposta deverá ter validade mínima de 90 dias.

3 - A proposta deverá apresentar o valor mensal e anual referente à prestação dos serviços requeridos.

4 - O fornecedor deverá observar atentamente o disposto no Termo de Referência 28.2022.DEAC.0905588.2022.017753, para que sua proposta esteja de acordo com as

especificações do objeto e condições de fornecimento do serviço.

Solicitamos a gentileza de confirmar o recebimento desta mensagem.
Estamos à disposição para dirimir eventuais dúvidas, que deverão ser encaminhadas por escrito, através deste endereço eletrônico.

Desde já, agradecemos a colaboração.
Atenciosamente,

Felipe Beiragrande da Costa
Setor de Compras e Serviços
Procuradoria-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado do Amazonas
CNPJ: 04.153.748/0001-85
Fones: (92) 3655-0763

E-mail - 0974869

Data de Envio:
02/02/2023 15:52:01

De:
MPAM/Setor de Compras e Serviços <compras@mpam.mp.br>

Para (com cópia oculta):
rmempresarial@hotmail.com
joiasbrutasnew@gmail.com
servltda@yahoo.com.br
mdaelevadores@hotmail.com
sic@thyssenkruppelevadores.com.br
sic.br@tkelevator.com
robertoalexandre@elevadoresbrasil.com.br
atendimento@elevadoresbrasil.com.br
elevadores.brasil@hotmail.com
licitacao@conserveservice.com.br
financeiro@conserveservice.com.br
3r@3rmaquinas.com.br
Universaldiesel.empresarial@hotmail.com
engeclim@hotmail.com
fiscal@otis.com
CARIOCA.LICITACOES@GMAIL.COM
BARRETO_ENGENHARIA@HOTMAIL.COM
MEXMONTAGENS@HOTMAIL.COM
servilarrefrigeracao@yahoo.com.br
servilarmanaus@gmail.com
eaguiar.servicos@gmail.com
vendas@elevadoresor.com.br
reijiane@gmail.com
rlvengenharia2018@gmail.com
m.e.instalacoes@hotmail.com

Assunto:
Solicitação de proposta de preços referente a serviços de manutenção de elevadores.

Mensagem:
Prezada Empresa Fornecedora,

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas está realizando pesquisa de mercado para futura contratação de empresa para prestar serviço de manutenção de elevadores nas unidades do Ministério Público do Amazonas. Diante disso, solicito sua atenção em enviar proposta referente ao objeto mencionado, conforme especificações abaixo, constantes do Termo de Referência, em anexo.

É importante ressaltar que a empresa deverá levar em consideração as seguintes observações:

1- A proposta deverá ser encaminhada em documento com o timbre e informações gerais da empresa, como CNPJ, endereço, contatos, e-mail, etc.;

2- A proposta deverá ter validade mínima de 60 dias;

3- O fornecedor deverá observar atentamente as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, de forma que a proposta atenda aos requisitos exigidos;

4- O pagamento será efetuado com Nota de Empenho, sendo necessária a comprovação da regularidade fiscal, com a apresentação de Certidões Negativas de Débito junto às Fazendas Públicas Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.Pedimos a gentileza de acusar o recebimento desta mensagem.

Agradeço a colaboração e fico no aguardo de breve retorno.

Renê Pereira de Oliveira
Setor de Compras e Serviços - SCOMS
Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas
Ministério Público do Estado do Amazonas

Telefone: (92) 3655-0763

Anexos:
SEI_MPAM - 0905588 - Termo de Referência 28.2022.DEAC.0905588.2022.017753.pdf
Termo_de_Referencia_0905588.html

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 96.2023.SCOMS.0979807.2022.017753

Manaus, na data da assinatura eletrônica.

Ao Senhor
MARCOS ANDRÉ ABENSUR
Diretor de Orçamento e Finanças – DOF

Assunto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores.

Senhor Diretor,

Em atenção ao Despacho n.º 596.2022.01AJ-SUBADM (doc. SEI 0900866), encaminhamos os presentes autos tendo em vista o processo de licitação para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses.

Informamos que este Setor de Compras e Serviços – SCOMS realizou pesquisa de mercado via e-mail e telefone, consultando várias empresas fornecedoras, conforme registros de e-mail (docs. SEI 0901976, 0902020, 0905231, 0905847, 0914432, 0935247 e 0974869). Dos potenciais fornecedores consultados nenhum encaminhou proposta válida durante o período da pesquisa, atá a presente data. Por isso, recorremos a plataforma on-line no Sistema Banco de Preços, através de acesso virtual no site <https://www.bancodeprecos.com.br/>, onde realizamos a pesquisa de preços utilizando a Média Saneada das Propostas Finais (TCU) para obtenção da média que serviu de base para a elaboração dos documentos abaixo e a produção do Relatório da Cotação - Banco de Preços (doc. SEI 0979810).

Desta feita, os valores propostos apenas pelas duas supracitadas empresas serviram de base para a elaboração do Mapa Demonstrativo de Preços n.º 12.2023.SCOMS (doc. SEI 0979812) e do Quadro-Resumo do Processo de Compra n.º 44.2023.SCOMS (doc. SEI 0979813), com valor total de **R$ 132.257,64 (cento e trinta e dois mil duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).**

Dessa forma, encaminhamos os autos para as providências dessa Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF, sendo que, posteriormente, deverão ser enviados à Comissão Permanente de Licitação – CPL, a fim de que se dê prosseguimento regular ao feito.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
Anne Jakeline Carvalho das Neves
Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS

Documento assinado eletronicamente por **Anne Jakeline Carvalho das Neves**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 09/02/2023, às 16:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0979807** e o código CRC **47334270**.

2022.017753 v2

Relatório de Cotação: 2022.017753 - Manutenção preventiva e corretiva de elevadores

Pesquisa realizada entre 09/02/2023 14:39:29 e 09/02/2023 14:43:30

Relatório gerado no dia 09/02/2023 14:46:53 (IP: 179.48.96.2)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021.

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021, no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
3 / 12	10	R$ 1.102,15 (un)	-	R$ 1.102,15	R$ 11.021,45

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MINISTÉRIO DA DEFESA | COMANDO DA MARINHA | Laboratório Farmacêutico da Marinha	NºPregão:242021 UASG:765741	06/12/2022	R$ 963,44
2	MINISTÉRIO DA DEFESA | Comando do Exército | Comando Militar do Nordeste | 7ª Região Militar/7ª Divisão de Exército	NºPregão:182022 UASG:160194	20/10/2022	R$ 1.123,00
3	Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba/SP	NºPregão:1002022 UASG:986563	18/07/2022	R$ 1.220,00
Valor Unitário				R$ 1.102,15

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 1.123,00

Média dos Preços Obtidos: R$ 1.102,15

Valor Global: R$ 11.021,45

Detalhamento dos Itens

Item 1: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores

Preço Estimado: R$ 1.102,15 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 1.102,15 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 1.102,15

Quantidade	Descrição	Observação
10 Unidades	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticais dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.	

Preço (Compras Governamentais) 1: Média Saneada das Propostas Finais (TCU) R$ 963,44

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA MARINHA
Laboratório Farmacêutico da Marinha

Objeto: Contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de climatização, sistemas de exaustão, câmaras refrigeradas e frigorífica, monta-cargas e equipamentos à gás e elétricos do Rancho do Laboratório Farmacêutico da Marinha.

Descrição: **Manutenção de Equipamentos de Cozinha Industrial** - Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva em elevadores monta-cargas para os equipamentos abaixo:- 2 (dois) elevadores monta-cargas.

Data: 06/12/2022 10:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: NºPregão:242021 / UASG:765741
Lote/Item: /5
Ata: Link Ata
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 12
Unidade: UNIDADE
UF: RJ

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
22.899.299/0001-09 * VENCEDOR *	MECATRON TECNOLOGIA E SERVICOS - EIRELI	R$ 817,46

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva em elevadores monta-cargas para os equipamentos abaixo: - 2 (dois) elevadores monta-cargas.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
DF	Brasília	BL CENTRO COMERCIAL BLOCO D, 20	MARCELO	(61) 3032-5359	mecatronteceservicos@gmail.com

00.330.676/0001-43	EPODONTO COMERCIO E SERVICOS LTDA	R$ 1.109,41

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição: Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva em elevadores monta-cargas para os equipamentos abaixo: - 2 (dois) elevadores monta-cargas. Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias. Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como: gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre as despesas da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos, inclusive frete.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RJ	Niterói	TV MADAME PACHECO, 41	Robson do Nascimento	(21) 3620-1250	epodonto@hotmail.com

Preço (Compras Governamentais) 2: Média Saneada das Propostas Finais (TCU) R$ 1.123,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: MINISTÉRIO DA DEFESA
Comando do Exército
Comando Militar do Nordeste
7ª Região Militar/7ª Divisão de Exército

Objeto: Prestação de Serviço de Manutenção de Elevadores..

Descrição: **Instalação / Manutenção - Elevadores, Escadas Rolantes, Mon-ta - Cargas / Plataforma / Escadas** - Manutenção preventiva e corretiva de Elevadores com fornecimento de materiais e mão de obra de 2 (dois) ELEVADORES ThyssenSur S/A, residenciais, nº de série 33073 e 33074, ano de fabricação 2000, instalado no Edifício 19 de Abril no ano de 2000, localizado na Av. Boa Viagem, nº 6.340, bairro Boa Viagem, Recife-PE.

CatSer: **3557** - INSTALACAO / MANUTENCAO - ELEVADORES, ESCADAS ROLANTES, MONTA - CARGAS / PLATAFORMA / ESCADAS

Data: 20/10/2022 09:30
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: NºPregão:182022 / UASG:160194
Lote/Item: /1
Ata: Link Ata
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 12
Unidade: UNIDADE
UF: PE

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
10.965.978/0001-41 * VENCEDOR *	A.S.R. COMERCIO E PRESTADORA DE SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA	R$ 1.000,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Manutenção preventiva e corretiva de Elevadores com fornecimento de materiais e mão de obra de 2 (dois) ELEVADORES ThyssenSur S/A, residenciais, nº de série 33073 e 33074, ano de fabricação 2000, instalado no Edifício 19 de Abril no ano de 2000, localizado na Av. Boa Viagem, nº 6.340, bairro Boa Viagem, Recife-PE.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:
PE	Recife	AV DOIS RIOS, 612	(81) 3465-1923

Relatório gerado no dia 09/02/2023 14:46:53 (IP: 179.48.96.2)
Código Validação: yalN5Dvgu7U%2fDsBcdCZvT%2f%2bUSWworWYpTdgWC3KKdtQpXd4inpNc5Q%3d%3d
http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=yalN5Dvgu7U%252fDsBcdCZvT%252f%252bUSWworWYpTdgWC3KKdtQpXd4inpNc5Q%253d%253d

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
29.080.486/0001-05	PREVELAR SOLUCOES EM ENGENHARIA LTDA	R$ 1.100,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Manutenção preventiva e corretiva de Elevadores com fornecimento de materiais e mão de obra de 2 (dois) ELEVADORES ThyssenSur S/A, residenciais, nº de série 33073 e 33074, ano de fabricação 2000, instalado no Edifício 19 de Abril no ano de 2000, localizado na Av. Boa Viagem, nº 6.340, bairro Boa Viagem, Recife-PE.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
BA	Salvador	R SILVEIRA MARTINS, 2568	Mario	(71) 99294-5959	prevent.engenharia@yahoo.com

15.026.942/0001-16	ELEVADORES VERSATIL LTDA	R$ 1.195,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Manutenção preventiva e corretiva de Elevadores com fornecimento de materiais e mão de obra de 2 (dois) ELEVADORES ThyssenSur S/A, residenciais, nº de série 33073 e 33074, ano de fabricação 2000, instalado no Edifício 19 de Abril no ano de 2000, localizado na Av. Boa Viagem, nº 6.340, bairro Boa Viagem, Recife-PE.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
PE	Recife	R PAULINO CAMARA, 65	(81) 3077-4345	elevadoresversatil@gmail.com

11.836.848/0001-71	DIBASA COMERCIO E SERVICOS TECNICOS LTDA	R$ 1.197,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Manutenção preventiva e corretiva de Elevadores com fornecimento de materiais e mão de obra de 2 (dois) ELEVADORES ThyssenSur S/A, residenciais, nº de série 33073 e 33074, ano de fabricação 2000, instalado no Edifício 19 de Abril no ano de 2000, localizado na Av. Boa Viagem, nº 6.340, bairro Boa Viagem, Recife-PE.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
PE	Recife	R CLAUDINO DOS SANTOS, 326	JORGE LUIZ BARBOSA DA COSTA	(81) 3428-6510	dibasa@dibasaelevadores.com.br

02.474.174/0001-11	ELEVADORES SUPER LTDA	R$ 2.400,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Manutenção preventiva e corretiva de Elevadores com fornecimento de materiais e mão de obra de 2 (dois) ELEVADORES ThyssenSur S/A, residenciais, nº de série 33073 e 33074, ano de fabricação 2000, instalado no Edifício 19 de Abril no ano de 2000, localizado na Av. Boa Viagem, nº 6.340, bairro Boa Viagem, Recife-PE.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RN	Natal	R PRESIDENTE BANDEIRA, 1151	Marcos Pereira Tomaz	(84) 3221-2427	super@elevadoressuper.com.br

03.193.254/0001-61	ELEVADORES MASTER LTDA	R$ 2.697,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Manutenção preventiva e corretiva de Elevadores com fornecimento de materiais e mão de obra de 2 (dois) ELEVADORES ThyssenSur S/A, residenciais, nº de série 33073 e 33074, ano de fabricação 2000, instalado no Edifício 19 de Abril no ano de 2000, localizado na Av. Boa Viagem, nº 6.340, bairro Boa Viagem, Recife-PE.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
RN	Natal	R JACAUNA, 01E	Francisco das Chagas e Souza Filho	(84) 3211-1087	hyundaimaster.rn@gmail.com

Preço (Compras Governamentais) 3: Média Saneada das Propostas Finais (TCU) — R$ 1.220,00

Inc. I Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

Órgão: Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba/SP
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores tipo plataformas com fornecimento de peças e materiais para os veículos adaptados pertencentes à Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação..
Descrição: **Manutenção Elevador Hidráulico/Elétrico - Veículo Automotivo** - Manutenção preventiva e corretiva de 05 (cinco) elevadores eletro-hidráulico, ORTOBRAS, instalados em Iveco Citiclass.
CatSer: **20338** - MANUTENCAO ELEVADOR HIDRAULICO/ELETRICO - VEICULO AUTOMOTIVO

Data: 18/07/2022 09:00
Modalidade: Pregão Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: NºPregão:1002022 / UASG:986563
Lote/Item: /3
Ata: Link Ata
Adjudicação: 22/07/2022 13:48
Homologação: 22/07/2022 13:49
Fonte: www.comprasgovernamentais.gov.br
Quantidade: 1
Unidade: UNIDADE
UF: SP

CNPJ	RAZÃO SOCIAL DO FORNECEDOR	VALOR DA PROPOSTA FINAL
45.637.234/0001-82 * VENCEDOR *	SARA DE ARAUJO BASTOS 36238874805	R$ 500,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Manutenção preventiva e corretiva de 05 (cinco) elevadores electro-hidráulico, tipo plataforma, ORTOBRAS, instalados em Iveco Citiclass, com forn ecimento de peças e matérias para os veículos adaptados, pertencentes a Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
SP	Itaquaquecetuba	AV BANDEIRANTES, 165	(11) 5329-5498	sjsolucoes22@gmail.com

23.511.968/0001-88	MARLEI APARECIDA DA SILVA DE OLIVEIRA 27909302878	R$ 540,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Manutenção preventiva e corretiva de 05 (cinco) elevadores eletro-hidráulico, ORTOBRAS, instalados em Iveco Citiclass.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
SP	Sumaré	R SAO LUIZ GONZAGA, 68	(19) 9644-6937	marlei@instmapel.com.br

29.140.294/0001-39	ELTON SANTOS BARBOSA	R$ 2.620,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição: Manutenção preventiva e corretiva de 05 (cinco) elevadores eletro-hidráulico, ORTOBRAS, instalados em Iveco Citiclass.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Telefone:	Email:
SP	Rio Grande da Serra	EST DO RIO PEQUENO, 1451	(11) 4824-7876/ (11) 7521-7290	eltonsantosbarbosa@gmail.com

02.273.057/0001-90	ALPHASET COMERCIO DE PECAS LTDA	R$ 3.250,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Manutenção preventiva e corretiva de 05 (cinco) elevadores eletro-hidráulico, ORTOBRAS, instalados em Iveco Citiclass.

Estado:	Cidade:	Endereço:	Nome de Contato:	Telefone:	Email:
SP	Guarulhos	RUA DOUTOR JOAO BUENO, 198	Eliete	(11) 2012-2867	alphasete.licita@gmail.com

LAUDO DA COTAÇÃO

Preço estimado do item calculado pela fórmula Média Aritmética dos preços obtidos:

Item 1 - Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores

- 3 preços do portal Compras Governamentais praticados pela Administração Pública de licitações homologadas/adjudicadas entre os dias 18/07/2022 e 06/12/2022, calculados pela fórmula Média Saneada das Propostas Finais (TCU).

DESCRITIVO DE FÓRMULAS UTILIZADAS

Média Saneada das Propostas Finais (TCU)

- A "média saneada" consiste em realizar uma avaliação crítica dos preços obtidos na pesquisa, a fim de descartar valores que apresentem grandes variações em relação aos demais.

Extrato de fontes Utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes de preços pesquisados no Banco de Preços:

1 - ComprasNet
www.comprasgovernamentais.gov.br

Data: 11/01/2023 14:12:19
Acessar a fonte aqui

MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS Nº 12.2023.SCOMS.0979812.2022.017753

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS – SCOMS

DETALHAMENTO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses, de acordo com o Termo de Referência n.º 28.2022.DEAC.0905588.2022.017753.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO MENSAL	VALOR ESTIMADO ANUAL
	Manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticais dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.	**10**	**R$ 1.102,15**	**R$ 11.021,47**	**R$ 132.257,64**
	Fontes Consultadas	**UNIDADE**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR MENSAL**	**VALOR ANUAL**
1	Sistema Banco de Preços MINISTÉRIO DA DEFESA COMANDO DA MARINHA Laboratório Farmacêutico da Marinha Nº do Pregão: 242021 UASG: 765741	Assinatura	R$ 963,44	R$ 9.634,40	R$ 115.612,80
	Sistema Banco de Preços MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Nordeste 7ª Região Militar Nº do Pregão: 182022 / UASG: 160194	Assinatura	R$ 1.123,00	R$ 11.230,00	R$ 134.760,00
	Sistema Banco de Preços				

	Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba/SP Nº do Pregão: 1002022 / UASG: 986563	Assinatura	R$ 1.220,00	R$ 12.200,00	R$ 146.400,00
TOTAL				**R$ 11.021,47**	**R$ 132.257,64**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- Período de Cotação de Preços: 09/02/2023.
- Responsável pela Cotação: Steve Conte, sob supervisão de Anne Jakeline Carvalho das Neves.
- Método matemático aplicado para a definição do valor estimado: (X) Média ( ) Mediana ( ) menor valor ( ) Outro _____
- Justificativa: O preço médio é adotado quando a frequência de um conjunto de preços é simétrica, ou seja, quando a média e a mediana coincidem.
- Também foi realizada pesquisa no Sistema Banco de Preços, através de acesso virtual no site <https://www.bancodeprecos.com.br/>, onde foi utilizada a Média Saneada das Propostas Finais (TCU).

Documento assinado eletronicamente por **Anne Jakeline Carvalho das Neves**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 09/02/2023, às 16:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0979812** e o código CRC **37BF9D7A**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

QUADRO - RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 44.2023.SCOMS.0979813.2022.017753

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS – SCOMS

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR

INDEFINIDO
A LICITAR

DETALHAMENTO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses, de acordo com o Termo de Referência n.º 28.2022.DEAC.0905588.2022.017753.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Quantidade de Meses	Valor Unitário Estimado	Valor Mensal Estimado	Valor Anual Estimado
1	**Manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticais dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.**	Elevadores	10	12	R$ 1.102,15	R$ 11.021,47	**R$ 132.257,64**
TOTAL ESTIMADO					**R$ 1.102,15**	**R$ 11.021,47**	**R$ 132.257,64**

MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO		FUNDAMENTO LEGAL
	DISPENSA DE LICITAÇÃO	
	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	
	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	
	PRORROGAÇÃO DE CONTRATO	
X	**A LICITAR**	Lei nº 8.666/93.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- Encaminhe-se à DOF para providências.

Documento assinado eletronicamente por **Anne Jakeline Carvalho das Neves**, **Chefe do Setor de Compras e Serviços - SCOMS**, em 09/02/2023, às 16:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0979813** e o código CRC **F8282365**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Av. Coronel Teixeira,nº 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS / ADJUDICAÇÃO -NAD Nº 73.2023.DOF - ORÇAMENTO.0983250.2022.017753

1 - INFORMAÇÕES DA NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS E ADJUDICAÇÃO

Procedimento Interno: 2022.017753 **Processo de Compra:** 44.2023.SCOMS.0979813.2022.017753 **Interessado:** Caroline Ellen Bezerra - Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON	**Modalidade:** Ordinário **Origem:** A LICITAR **Credor:** A LICITAR

2 - DESCRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Unidade Orçamentária: 03.101 - Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas **Fonte de Recurso:** 1.500.100.0000.0000 - Recursos Ordinários **Programa de Trabalho:** 03.122.0001.2001.0001 - Administração da Unidade	**Elemento:** 3390.39 - Serviços de Terceiros PJ **Subelemento:** 3390.39.16 - Manutencao E Conservacao De Bens Imoveis

3 - CONTROLE ORÇAMENTÁRIO

SALDO ATUAL	DEDUÇÃO PREVISTA	SALDO APÓS DESPESA
R$ 3.548.876,01	R$ 110.214,70	R$ 3.438.661,31

4 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses, de acordo com o Termo de Referência n.º 28.2022.DEAC.0905588.2022.017753.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Unidade	Quantidade	Quantidade de Meses	Valor Unitário Estimado	Valor Mensal Estimado	Valor Anual Estimado
1	**Manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticais dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.**	Elevadores	10	12	R$ 1.102,15	R$ 11.021,47	R$ 132.257,64
	VALOR PARA O ANO DE 2023 (10 MESES): R$ 110.214,70 **VALOR PARA O ANO DE 2024 (2 MESES)**: R$ 22.042,94						
TOTAL							**R$ 132.257,64**

Saldo atual composto pelo valor disponível para o respectivo elemento da despesa, conforme demonstrativo da execução orçamentária obtido no sistema AFI/SEFAZ no dia 14 de fevereiro de 2023 (R$ 3.548.876,01).

5 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 11.021,47	R$ 11.021,47	R$ 11.021,47	R$ 11.021,47
JULHO	**AGOSTO**	**SETEMBRO**	**OUTUBRO**	**NOVEMBRO**	**DEZEMBRO**
R$ 11.021,47	R$ 11.021,47	R$ 11.021,47	R$ 11.021,47	R$ 11.021,47	R$ 11.021,47

6 - DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

( ) Encaminhe-se à Divisão de Contratos e Convênios.
(**X**) Encaminhe-se à Comissão Permanente de Licitação.
( ) Autorizo a despesa. Encaminhe-se à Assessoria Jurídica para manifestação acerca da forma da contratação.
( ) Autorizo a despesa. Adjudico em favor da empresa. Empenhe-se.

Documento assinado eletronicamente por **Marcos André Abensur**, **Diretor(a) de Orçamento e Finanças - DOF**, em 15/02/2023, às 16:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 27/02/2023, às 14:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0983250** e o código CRC **87941E07**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 74.2023.CPL.0990656.2022.017753

Ilma. Sra.
CAROLINE ELLEN BEZERRA
Chefe da Divisão de Contratos e Convênios

Senhora Chefe,

Cumprimentando-a com o presente, informamos que tramitou nesta Comissão Permanente de Licitação o **Processo SEI n.º 2022.017753,** cujo objeto é a *Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.*

Considerando a análise do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 28.2022.DEAC.0905588.2022.017753**, parece-nos patente a necessidade de estipulações contratuais aptas a salvaguardar os direitos das partes e consignar suas respectivas obrigações, consoante previsão do artigo 62, §4º, da Lei 8.666/93 abaixo transcrito:

> §4º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.

Nesse sentido, também, é o entendimento do Tribunal de Contas da União:

A contratação deve ser formalizada obrigatoriamente por meio de termo de contrato sempre que houver obrigações futuras decorrentes do fornecimento de bens e serviços, independentemente da modalidade de licitação sua dispensa ou inexibilidade, conforme preconizado no art. 62, §4º, da Lei n.º 8.666/1993.

Considerando que esta Comissão depende da feitura do instrumento contratual correspondente para a execução das demais providências, **encaminhamos os autos** do Procedimento Interno em epígrafe à **Divisão de Contratos e Convênios – DCCON** para, caso compartilhado o entendimento desta Comissão, por obséquio, verifique a necessidade de confecção de Minuta de Contrato Administrativo ou Minuta de Termo de Garantia e Assistência Técnica.

Outrossim, ressalta-se que a referida Minuta deverá ser submetida ao crivo da Douta Assessoria Jurídica do Ordenador de Despesas para futura juntada ao Edital do certame a ser divulgado.

Por derradeiro, **retornem** os autos a esta Comissão para que seja dado prosseguimento regular ao feito.

Atenciosamente,

Manaus, na *data da assinatura eletrôncia.*

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 28/02/2023, às 10:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0990656** e o código CRC **C1284F3A**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10.2023.DCCON.0990747.2022.017753

Termo de Contrato Administrativo, que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa , objetivando a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, 69.037-473, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001- 85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada _____, e a empresa _____ com sede _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada _____, portador do documento de identidade n.º _____ e CPF (MF) n.º _____, tendo em vista o que consta do Processo n.º 2017.004349, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do _____ – CPL/MP/PGJ, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES**, nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93, nº 10.520/02 e demais legislações pertinentes, e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente ajuste tem por objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte vertical dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, nos termos do Edital do _____– CPL/MP/PGJ, que integra este termo contratual, com seus anexos, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

Os serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** dos equipamentos de transporte vertical deverão ser executados nos **10 (dez)** equipamentos instalados nos prédios da **CONTRATANTE**, conforme a seguinte descrição:

			Capacidade	Número	

Item	Número	Fabricante	Capacidade de Carga (Kg)	Número de Paradas	Velocidade (m/min)
Instalados no edifício-sede, localizado na Avenida Coronel Teixeira, n.° 7.995, Nova Esperança. CEP 69037-473. Manaus, Amazonas					
1	Número de série 17794. Linha OMI	ThyssenKrupp	8 / 560	5	60,00
2	Número de série 17795. Linha OMI	ThyssenKrupp	10 / 750	5	60,00
3	Número de série 17796. Linha OMI	ThyssenKrupp	10 / 750	5	60,00
Instalados na sede administrativa da PGJ, localizado na Avenida Coronel Teixeira, n.° 7.995, Nova Esperança. CEP 69037-473. Manaus, Amazonas					
4	Número de série M3281 Linha VW2. Casa de máquinas instalada no térreo do prédio.	OTIS	8 / 630	4	60,00
5	Número de série M3282. Linha VW2. Casa de máquinas instalada no térreo do prédio.	OTIS	8 / 630	4	60,00
Instalado no Anexo localizado na Avenida André Araújo, n.º 23, Aleixo, CEP 69037-473, Manaus, Amazonas					
6	Número de série 63733. Linha PRF	ThyssenKrupp	6 / 450	4	45,00
Instalado no Anexo localizado à Avenida Jornalista Umberto Calderado Filho, nº 175, Adrianopólis, CEP 69057-015, Manaus, Amazonas					
7	Número de série OVM 1142786	Atlas Schinder	8/560	1	45,00
Instalado na unidade localizada à Rua 13 de Novembro, s/nº, Centro, CEP 69800-000, Humaitá, Amazonas					
8	Plataforma Vertical	...	2 / 275	2	3,00
Instalado na unidade localizada à Rua Marechal Costa e Silva, n.º 23, Centro, CEP 69240-000, Autazes, Amazonas					
9	Plataforma Vertical	BLOTEK	2 / 325	2	3,00
Instalado na Unidade localizada à Avenida Benjamin Constant, nº 23, Centro, CEP 69550-000, Tefé, Amazonas					
10	Número de série 182079. Plataforma Vertical	TKE	2 / 275	2	6,00

Parágrafo primeiro. Os equipamentos operam com sistema inteligente duplex, o qual evita que os equipamentos de transporte vertical atendam à mesma chamada.

Parágrafo segundo. Não poderá haver subempreitada ou subcontratação sem o prévio e expresso consentimento por escrito da **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. Os serviços objeto deste contrato abrangem a **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**, com FORNECIMENTO TOTAL DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, com cobertura de todos os equipamentos, peças, ferramentas e utensílios necessários ao cumprimento das atividades, bem como as características técnicas adequadas à boa execução dos serviços, incluindo todas as despesas/custos com peças materiais, ferramentas, mão de obra, frete, seguro, impostos e demais despesas/obrigações, necessárias ao cumprimento do objeto deste contrato.

Parágrafo quarto. As peças e componentes aplicados na **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** dos equipamentos de transporte vertical deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação dos equipamentos, sendo obrigatoriamente novos e de primeiro uso, originais, com garantia do fabricante pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

Parágrafo quinto. As peças e demais componentes aplicados na **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** dos equipamentos de transporte vertical deverão, no que couber, vir acompanhados de manuais originais de instalação, configuração e operação dos mesmos, incluindo ainda todos os que se fizerem necessários a sua correta operação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

A execução dos serviços deverá obedecer às seguintes orientações:

1. Os serviços prestados pela **CONTRATADA** nos equipamentos de transporte vertical alcançam: cabina, luminária, circulador de ar, máquina de tração, rolamentos, motor, freio, coletor e escovas; limitador de velocidade; painéis de comando, painéis elétricos, bobinas, relês, conjuntos elétricos e eletrônicos, proteções elétricas; disjuntores; derives, chaves; contactoras, módulo de potência; cabos de aço; cabos elétricos; cabos de comando; polias de tração, de compensação e esticadoras; para-choques, guias, fixadores e tensores; contrapesos, coxins; carretilhas de portas, trincos, fechaduras; operadores elétricos, portas dos pavimentos, correias e cordoalhas;
2. Na execução dos serviços deverão ser respeitados, no que couber:

    - As normas e especificações constantes deste contrato;
    - As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
    - As disposições legais, pertinentes, da União, Estado e Município;
    - As prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos quanto aos procedimentos de manutenção e operação;
    - Os regulamentos das empresas concessionárias de energia;
    - Os regulamentos do Corpo de Bombeiros do Estado do Amazonas;
    - As normas internacionais consagradas, na falta de normas da ABNT;
    - As normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
    - A resolução CONFEA N.º 425/98 (ART);

3. Deverá a **CONTRATADA** manter controle individualizado dos equipamentos de transporte vertical, onde serão registradas suas características, medições, observações de funcionamento, peças

substituídas e serviços executados;

4. Todos os itens necessários à realização dos serviços de manutenção estão incluídos no valor contratado, mesmo que não registrados no edital, contrato ou termo de referência;
5. No início da prestação dos serviços, a **CONTRATADA** deverá apresentar o **Plano Básico de Manutenção, Operação e Controle - PMOC**, em consonância com as rotinas mínimas descritas neste contrato, no qual, além das rotinas de manutenção a serem desenvolvidas, deverá constar, obrigatoriamente, a composição da equipe de serviço, bem como a função a ser exercida por cada um dos seus integrantes.
6. O **Plano Básico de Manutenção, Operação e Controle - PMOC** poderá ser alterado a qualquer tempo pela **CONTRATANTE**, que poderá modificar as rotinas e a periodicidade dos serviços, bastando comunicar à **CONTRATADA** por escrito, a qual terá o prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** para promover os acertos necessários.
7. Caso o engenheiro responsável técnico da **CONTRATADA** julgue necessárias alterações ou complementações nas rotinas de manutenção, para o funcionamento seguro e eficiente dos equipamentos, instalações e sistemas, deverá submeter o assunto à **FISCALIZAÇÃO** do contrato com prévia antecedência.
8. A **CONTRATADA** deverá ainda:

    - Garantir a aplicação do PMOC mediante a execução contínua deste serviço.
    - Manter disponível o registro da execução dos procedimentos estabelecidos no PMOC.
    - Divulgar os procedimentos e resultados das atividades de manutenção, operação e controle à **FISCALIZAÇÃO**.

CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTEÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA:

MANUTENÇÃO é entendida como o conjunto de atividades técnico-administrativas, de natureza preventiva e corretiva, com vistas à preservação da vida útil, sem perda das características, da integridade e ponto ótimo de operação do equipamento, instalações, sistemas ou suas partes.

Parágrafo primeiro. Disposições gerais dos serviços de manutenção:

1. Os serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** deverão ser executados de forma a não interferir no funcionamento normal da instituição. Assim sendo, as interrupções no funcionamento dos equipamentos de transporte vertical deverão ocorrer de tal forma que pelo menos 1 (um) deles permaneça em serviço no referido prédio.
2. Os serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA e CORRETIVA** incluirão a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem e limpeza dos equipamentos, conforme o caso, bem como as orientações à **CONTRATANTE** acerca da utilização normal e adequada de tais equipamentos.
3. **A MANUTENÇÃO PREVENTIVA** deverá ser executada em datas agendadas com a **CONTRATANTE**, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 8h e 15h. Poderá, ainda, ser executada em outros dias e horários, desde que solicitado previamente pela **CONTRATANTE** ou mediante comum acordo entre as partes;
4. **A MANUTENÇÃO CORRETIVA** deverá ser prestada pela **CONTRATADA**, mediante chamado telefônico, ao número por ela indicado, o qual deverá constar na proposta, dentro dos seguintes limites:

    4.1. Em casos de acidentes ou de pessoas presas na cabine, o atendimento deverá ser imediato, após a chamada, num prazo máximo, de **1 (UMA) HORA**;

    4.2. Nos demais casos, o prazo máximo de atendimento deverá ser **6 (SEIS) HORAS**, contadas a partir da chamada;

4.3. No caso dos equipamentos de transporte vertical estarem parados, o prazo máximo de atendimento será reduzido para **2 (DUAS) HORAS,** contadas a partir da chamada;

4.4. Em qualquer dos casos, a **CONTRATADA** fica obrigada a colocar os elevadores em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, contados a partir da parada do equipamento de transporte vertical;

4.5. Decorridos os prazos descritos acima, sem o atendimento devido, fica a **CONTRATANTE** autorizada a contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da **CONTRATADA** os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos equipamentos, peças e materiais aplicados;

4.6. Para as unidade no interior do estado, excetuando-se o prazo contido no item 4.1., os demais prazos serão acrescido de 48 (quarenta e oito) horas.

4.7. Entende-se por início do atendimento a hora da chegada do técnico às dependências da **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo. Da Manutenção Preventiva:

1. A **MANUTENÇÃO PREVENTIVA** caracteriza-se por todas as atividades técnicas e administrativas destinadas a manter os equipamentos contratados em perfeito estado de funcionamento e conservação, bem como prolongar a vida útil do mesmo.
2. A manutenção dos equipamentos, das instalações e dos sistemas será executada observando-se a periodicidade e as especificações das verificações contidas no **PMOC**, cujas rotinas mínimas são descritas nos subitens 3 e 4 abaixo, e nas orientações técnicas contidas nos manuais específicos dos equipamentos, nas normas vigentes, assim como outras que sejam necessárias ao bom funcionamento dos equipamentos, em consonância com as orientações e demandas do fiscal do contrato e a própria experiência da **CONTRATADA** no ramo.
3. **ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL:**

Atividade	**Descrição**
1	Verificar partidas e paradas, checar nivelamento, aceleração e retardamento.
2	Verificar funcionamento geral do elevador: vibrações, ruídos, tempos de abertura e fechamento de portas.
3	Consultar a **FISCALIZAÇÃO** do contrato sobre possíveis ocorrências.
4	Inspecionar a casa de máquinas: verificar temperatura, limpeza e condições gerais.
5	Registrar as rotinas executadas na O.S. de manutenção preventiva e incluir alterações no histórico do equipamento.
6	Verificar e fazer a manutenção necessária na cabine, do painel de operação, intercomunicador, iluminação, ventilador, painéis de acabamento, pisos, guarda corpos, portas, corrediças e régua de segurança.
7	Verificar todos os pavimentos, as botoeiras, indicadores luminosos, portas e soleiras, aceleração e desaceleração, nivelamento, fechos eletromecânicos e fechos hidráulicos.
8	Verificar na casa de máquinas: proteções e conexões (painel de força), quadro de comando, bateria e fonte de luz de emergência, máquina e cabos de tração, motor de indução, freio de contato, regulador de velocidade e nível de óleo.

9	Verificar na parte superior da cabine: porta e contato de emergência, aparelho de segurança, operador de portas e condições do teto e estrutura.
10	Verificar no poço: limites inferiores, aparelho de segurança, deslize do contrapeso e limpeza do poço.
11	Verificar os cabos de aço como fator de segurança.
12	Verificar na caixa de corrida: polia de desvio, limites superiores, guias e suportes, portas de pavimento e limite de redução de descida.
13	Efetuar reaperto geral dos componentes dos quadros de comando e agregados na cabine e topo.
14	Efetuar testes de simulação de falha em módulos, placas eletrônicas e contatoras.
15	Limpeza do poço do elevador.
16	Registrar as rotinas executadas na O.S. de manutenção preventiva e incluir alterações no histórico do equipamento.
17	Verificar as corrediças das guias ou roldanas dos cursores, assegurando uma operação silenciosa e manter as guias adequadamente lubrificadas.

4. **ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL:**

Atividade	**Descrição**
1	Verificar na parte superior da cabine as corrediças superiores, sustentação dos cabos e chaves de indução.
2	Verificar no poço: corrediças inferiores para-choques e cornija, polia, cabos, correntes de compensação e polia tensora.
3	Verificar na caixa corrida: contra-peso, cabos de manobra e fiações.
4	Registrar as rotinas executadas na O.S. de manutenção preventiva e incluir alterações no histórico do equipamento.

5. A **CONTRATADA** deverá apresentar, até o **25° dia útil de cada mês**, o **CRONOGRAMA MENSAL DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA**, do mês subsequente, onde informará:

5.1. A descrição dos serviços que serão realizados;

5.2. Data da realização dos serviços;

5.3. Turno em que serão realizados os serviços;

5.4. Funcionário(s) responsável(is) pela execução;

5.5. Relação dos materiais que serão utilizados.

Parágrafo Terceiro. Da Manutenção Corretiva:

1. A **MANUTENÇÃO CORRETIVA**, que abrange todo o serviço necessário ao pleno funcionamento do sistema, e consistirá no desempenho das atividades destinadas a corrigir defeitos, falhas ou irregularidades apresentados pelos equipamentos, colocando-os em perfeitas condições de uso, será executada sempre que houver necessidade de consertos e reparos para restaurar o perfeito funcionamento dos referidos elevadores, incluindo a substituição de peças, componentes ou acessórios, ou quando requerida pela **CONTRATANTE**, observando-se a periodicidade e as especificações das verificações contidas no **PMOC**, cujas rotinas mínimas são descritas no seguinte subitem:

1.1. **ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA:**

Atividade	**Descrição**
1.1.1.	Executar serviços de manutenção corretiva e extra- manutenção em qualquer parte, equipamento ou peça de forma a garantir o perfeito funcionamento de todo o sistema. Esses serviços deverão ser executados sempre que o sistema apresentar problemas, devolvendo sua operacionalidade dentro dos prazos especificados. Esses serviços deverão atender aos padrões do fabricante, tanto em casos de conserto como em casos de substituição de peças e componentes.
1.1.2.	Executar, também, serviços de manutenção corretiva sempre que, durante manutenção preventiva, for identificada alguma anormalidade ou possibilidade de falha em qualquer item do sistema.

2. Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removido para conserto em oficinas necessitará de prévia autorização da **FISCALIZAÇÃO** do contrato. As despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação dos componentes correrão por conta da **CONTRATADA**.
3. A manutenção corretiva será realizada sempre que necessária e a qualquer tempo, devendo ser imediatamente comunicada à **CONTRATANTE**.
4. Após a realização de serviços de manutenção corretiva, sempre que solicitado as instalações serão testadas na presença do representante da **CONTRATANTE**.
5. Todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos deverão ser entregues pela **CONTRATADA** ao fiscal do contrato.
6. Nos equipamentos ou sistemas, que se encontrem em período de garantia, os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados após a constatação de que o problema não decorre de defeito coberto pela garantia.
7. Ficando constatado que o problema do equipamento sob garantia decorre de defeito de fabricação, a **CONTRATADA** comunicará o fato à **FISCALIZAÇÃO** do contrato no prazo de **24 (vinte e quatro)** horas, mediante emissão de Laudo Técnico, assinado pelo engenheiro mecânico responsável técnico e/ou pelo engenheiro mecânico vinculado à empresa responsável pela condução dos serviços, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias.
8. Caso a **CONTRATADA** execute os serviços e, disto resulte a perda da garantia oferecida, ela assumirá durante o período remanescente da garantia o ônus a que atualmente está sujeito o fabricante do equipamento.
9. Durante o prazo de garantia dos equipamentos, será atribuída à **CONTRATADA** a responsabilidade por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para a extinção da garantia determinada pelo fabricante.

CLÁUSULA QUINTA – DO RELATÓRIO TÉCNICO DOS SERVIÇOS:

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **FISCALIZAÇÃO**, por escrito e em meio digital, acompanhado da Nota Fiscal/Fatura dos serviços, **RELATÓRIO MENSAL** assinado pelo engenheiro mecânico responsável técnico e/ou pelo engenheiro mecânico vinculado à empresa responsável pela condução dos serviços, conforme modelo fornecido pela **FISCALIZAÇÃO** do contrato.

Parágrafo primeiro. Deverão constar nesse **RELATÓRIO MENSAL** o descritivo das ocorrências e das rotinas de manutenção preventiva e corretiva realizadas, informações sobre índices anormais de falhas no equipamento e em materiais, peças, componentes e/ou acessórios, a análise de ocorrências extra rotina e eventuais sugestões, com vistas a maximizar a eficiência e a confiabilidade dos equipamentos e das instalações elétricas e mecânicas associadas.

Parágrafo segundo. Em cada visita realizada pela **CONTRATADA**, tanto para **MANUTENÇÃO PREVENTIVA** quanto **CORRETIVA**, deverá ser elaborada uma **DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO**, ou outro documento similar, onde serão indicados os serviços realizados e a relação de peças substituídas, além de outros registros pertinentes. Esse boletim deverá ser visado pela **CONTRATANTE** por ocasião da visita e comporá a documentação que acompanha a fatura mensal dos serviços da **CONTRATADA**. No momento do visto, uma cópia do boletim será repassada à **CONTRATANTE**, para ser arquivada em pasta própria.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **FISCALIZAÇÃO** do contrato, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos anteriores ao término da vigência contratual, **RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ANUAL – RIA** a ser expedido pelo fabricante do equipamento, contendo as seguintes inspeções:

1. Inspeção dos dispositivos de segurança e de emergência;
2. Inspeção da máquina e mecanismo do controle;
3. Inspeção dos cabos de suspensão e do regulador;
4. Inspeção de outras peças de equipamento da instalação do elevador.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO:

Integram o presente contrato:

- O Edital do n.º - CPL/MP/PGJ;
- A proposta de preços emitida pela **CONTRATADA** em ;
- O Anexo Único deste Contrato – Acordo de Níveis de Serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do presente dar-se-á de forma indireta, sob a modalidade empreitada por preço global, nos termo do Edital do n.º – CPL/MP/PGJ.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

A execução do contrato será gerida, acompanhada e fiscalizada, por servidor(es) ou representante(s) especialmente designado(s) pela autoridade **CONTRATANTE**, por meio de ato específico, doravante denominada **FISCALIZAÇÃO,** permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, observando as determinações do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93, do edital e das seguintes atribuições:

1. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar no mesmo todos os documentos referentes à fiscalização dos serviços em tela;
2. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento e execução dos serviços, realizando diretamente toda e qualquer comunicação com a **CONTRATADA** (seja mediante anotação no livro, seja mediante ofício ou outros documentos);
3. Visar as Ordens de Serviços expedidas pela **CONTRATADA** e demais documentos;
4. Aprovar a execução dos serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA a partir de relatório circunstanciado e fundamentado apresentado pela **CONTRATADA**, caso haja necessidade de substituição de peças nos equipamentos manutenidos, estando ou não os mesmos contemplados no preço apresentado na proposta;
5. Indicar as ocorrências verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas;
6. Fixar prazo limite para realização das providências necessárias à regularização de eventuais vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do presente contrato;
7. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato;
8. Comunicar à Administração, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas;
9. Verificar se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do edital e seus anexos, em especial as metas e padrão de qualidade convencionadas no Acordo de Níveis de Serviços – ANS;
10. Atestar a respectiva nota fiscal emitida corretamente pela **CONTRATADA**, para a efetivação do pagamento correspondente;
11. Solicitar a documentação atualizada, necessária à comprovação da manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**;
12. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas;
13. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas;
14. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis;
15. Solicitar à **CONTRATADA** e a seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da avença e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;
16. Solicitar aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.

Parágrafo primeiro. A ação da **FISCALIZAÇÃO** não exonera a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO** inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento**, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato.

Parágrafo quarto. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de Ofícios, e-mails, via fax ou por telefone.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Para o fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, caberá a **CONTRATADA**:

1. Desenvolver todas as obrigações previstas neste contrato, observando estritamente os conceitos de qualidade definidos em sua proposta comercial apresentada, obedecendo às condições do edital e anexos, e no Acordo de Nível de Serviço.
2. Manter, durante todo o período de vigência do contrato, a regularidade de seu registro junto ao Conselho Regional de Engenharia do Amazonas – CREA/AM, como também a do Engenheiro Mecânico ou Industrial responsável pelo serviço.
3. No prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data de assinatura do contrato, apresentar à **FISCALIZAÇÃO** cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs em nome do profissional que será o responsável técnico pelo acompanhamento e execução dos serviços objeto deste contrato.
4. Fornecer relação nominal dos empregados designados para prestar serviços em suas unidades, dando ciência prévia de quaisquer alterações decorrentes de substituições, exclusões e inclusões, observadas as exigências previstas em contrato.
5. Fornecer todos os equipamentos, peças, acessórios, ferramentas e utensílios necessários ao cumprimento das atividades, bem como os materiais em quantidades e características técnicas adequadas à boa execução dos serviços proposto neste contrato.
6. Executar todos os testes de segurança, necessários ou recomendados pelos fabricantes dos equipamentos ou exigidos na legislação.
7. Executar, após a assinatura do contrato, uma revisão geral em todos os equipamentos e emitir, **no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, relatório circunstanciado de execução de serviço, contendo, no mínimo: descrição sumária da situação encontrada e dos serviços executados; número de série do equipamento revisado; data; hora de início e término dos serviços, discriminação dos serviços executados e peças substituídas, se for o caso; assinatura do técnico responsável pela execução dos serviços.
8. Comunicar eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando justificativas, as quais serão apreciadas, para análise e deliberação da **CONTRATANTE**, com vistas à aplicação de penalidades.
9. Executar de forma contínua, dentro das recomendações específicas e com peças originais e genuínas, a manutenção corretiva, preventiva, assistência técnica, mecânica e operacional dos equipamentos, de modo a mantê-los em eficaz e plena capacidade operacional, ajustados e em condições de funcionar com segurança, através de pessoal próprio, treinado, especializado e capacitado, sem quaisquer ônus adicionais, encargos ou responsabilidades para a instituição.
10. Responsabilizar-se pela limpeza e conservação das áreas referentes às casas de máquinas dos equipamentos de transporte vertical.
11. Remover, reparar, corrigir ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou parte, as peças e os componentes empregados nos equipamentos, que não atendam às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições técnicas, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação emitida pela **CONTRATANTE**.

12. Não executar serviços que impliquem em paralisação ou remoção do equipamento, ou que possam afetar as características estéticas e estruturais do equipamento e/ou prédio, sem a prévia e formal anuência da Administração.
13. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.
14. Comunicar imediatamente, à **FISCALIZAÇÃO**, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços objeto deste contrato.
15. Manter os seus empregados, quando em trabalho, devidamente habilitados, identificados por uniformes e crachás da empresa, com fotografia recente, substituindo, sempre que exigido pela Administração, mediante justificativa da fiscalização, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse do Serviço Público.
16. Manter seus empregados sujeitos às normas de Segurança do Trabalho, além das normas disciplinares da instituição.
17. Responsabilizar-se pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.
18. Afastar, do local de serviços, qualquer empregado ou funcionário seu cuja presença, a juízo da **CONTRATANTE**, seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição.
19. Assumir todos os gastos e despesas com a execução das obrigações decorrentes dos serviços tais como ferramentas, transporte, peças e demais implementos que se fizerem necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, bem como encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, com todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), não transferindo à instituição a responsabilidade de pagamento.
20. Além dos encargos pertinentes, ser responsável por todas as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à **CONTRATANTE** ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste contrato.
21. Apresentar, mensalmente, na sede da **CONTRATANTE**, a fatura correspondente ao serviço executado no período, acompanhada de relatório dos serviços realizados, devidamente assinada pelo responsável técnico, especificando os serviços realizados e quantitativos de peças que tenham sido substituídas ou aplicadas no período, bem como dos materiais utilizados e outros registros pertinentes, a qual deverá ser atestada e certificada pela **FISCALIZAÇÃO**.
22. Entregar as notas fiscais/faturas devidamente discriminadas, em nome da **Procuradoria-Geral de Justiça**, CNPJ n.º 04.153.748.0001-85, e acompanhadas das respectivas certidões negativas de débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, e ainda, certidão de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal e junto à Justiça Trabalhista, sendo que a regularidade deverá ser mantida durante todo o período do contrato.
23. Fazer constar nas notas fiscais/faturas a descrição dos serviços/produtos, o número da Nota de Empenho e do instrumento contratual correspondente.
24. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.
25. Manter durante a vigência do contrato as condições de habilitação para contratar com a **CONTRATANTE**, apresentando os documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais,

previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

Parágrafo primeiro. A inobservância das presentes especificações técnicas, bem como das cláusulas contratuais, implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito à indenização.

Parágrafo segundo. Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), contados da notificação à **CONTRATADA** do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de multa.

Parágrafo terceiro. A infringência do prazo de início do atendimento, sem motivo de força maior e/ou caso fortuito, bem como o não cumprimento de sua execução dará à **CONTRATANTE** o direito de cancelar a proposta e/ou rescindir o contrato, bem como aplicar as penalidades previstas na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

1. designar, e informar à **CONTRATADA**, fiscal do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados;
2. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato;
3. A **FISCALIZAÇÃO** verificará se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do Edital e seus anexos, em especial as metas e padrão de qualidade convencionados no Acordo de Nível de Serviço – ANS;
4. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas;
5. Efetuar regularmente o pagamento à **CONTRATADA**, dentro dos critérios estabelecidos neste no contrato, quanto aos serviços devidamente realizados, por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas pelo responsável;
6. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;
7. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas;
8. Assegurar o acesso dos empregados da **CONTRATADA** aos locais de exercício das suas atividades;
9. Aprovar a execução dos serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA** a partir de relatório circunstanciado e fundamentado apresentado pela CONTRATADA, caso haja necessidade de substituição de peças nos equipamentos manutenidos, estando ou não os mesmos contemplados no preço apresentado na proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR:

O valor do presente contrato é de **R$ ( )**, a ser desembolsado em 12 (doze) parcelas de **R$ ( )**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

O pagamento à **CONTRATADA** será efetuado, após apresentação, na sede da **CONTRATANTE**, do requerimento de pagamento acompanhado das Ordens de Serviço, Declaração de todos os serviços realizados durante o período e Nota Fiscal devidamente atestada pela **FISCALIZAÇÃO** do contrato.

Parágrafo primeiro. Para os serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, o pagamento ocorrerá mensalmente a contar da assinatura do contrato.

Parágrafo segundo. Por ocasião de cada pagamento, a**CONTRATADA** deverá apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura dos serviços, na sede da **CONTRATANTE**, para fins de liquidação e pagamento, no mês subsequente ao da prestação do serviço, até o dia 10 (dez), de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas aos impostos decorrente da prestação do serviço.

Parágrafo terceiro. No caso de as notas fiscais/faturas a serem emitidas e entregues à **CONTRATANTE** em data posterior à indicada na condição acima, será imputado à **CONTRATADA** o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

Parágrafo quarto. A nota fiscal/fatura (atestada) e os documentos exigidos no Edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, mediante depósito na conta-corrente da **CONTRATADA**, por meio de Ordem Bancária, deverão ser entregues na data estipulada, exclusivamente, no Setor de Protocolo da **CONTRATANTE** ou enviados para o e-mail protocolo@mpam.mp.br.

Parágrafo quinto. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** quando forem constatadas as irregularidades abaixo especificadas, sendo que tais situações não caracterizam inadimplência da **CONTRANTATE** e, por conseguinte, não geram direito à compensação financeira: a) os serviços não abrangidos pelo objeto contratual; e b) ausência de comprovação da regularidade prevista no contrato.

Parágrafo sexto. Havendo erro no documento fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da mesma, aquele será devolvido à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou representação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. Qualquer atraso ocorrido na apresentação do documento fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, por parte da **CONTRATADA**, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da **CONTRATANTE**, não sendo devido à **CONTRATADA** o pagamento de multa e juros moratórios

Parágrafo oitavo. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo nono. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data de vencimento e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem

incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: I = i ÷ 365 = (6 ÷ 100) ÷ 365 = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo décimo. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, "d" da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato ocorrerão à conta da seguinte dotação orçamentária: Unidade Orçamentária: _____; Programa de Trabalho: _____; Fonte: _____; Natureza da Despesa: _____, tendo sido emitida, pela CONTRATANTE, em _____, a Nota de Empenho n.º _____, no valor global de R$ _____ (_____).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO:

O contrato poderá ser repactuado, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data limite para a apresentação da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, ou, ainda, da data da última repactuação, visando à adequação aos novos preços de mercado, devidamente justificada, em conformidade com o Decreto n.º 2.271, de 07-07-1997, e arts. 37 a 41-b da IN/SLTI/MPOG n.º 02, de 30 de abril de 2008, alterada pela IN/SLTI/MPOG n.º 03/2009, de 15 de outubro de 2009.

Parágrafo primeiro. O interregno mínimo de 12 (doze) meses para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a maior parcela do custo da contratação for decorrente de mão de obra e estiver vinculado às datas-base destes instrumentos, em conformidade com o disposto no art. 37 da IN N.º 02/2008 MPOG.

Parágrafo segundo. Caso esses custos refiram-se a salários, será utilizado como parâmetro para a repactuação o índice de variação dos salários apurado a partir de convenção ou acordo coletivo de trabalho, firmado pelo sindicato a que pertencerem os empregados das empresas contratadas. Se não houver sindicados ou conselhos de classe instituídos, cabe à contratada comprovar, caso pleiteie repactuação do contrato, a variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

Parágrafo terceiro. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa,

acordo coletivo ou convenção coletiva.

Parágrafo quarto. Quando da solicitação da repactuação, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se o disposto no parágrafo 2º do art. 40º da IN n.º 2-SLTI/MPGO, de 30/04/2008

Parágrafo quinto. Caberá à **CONTRATADA** efetuar os cálculos relativos à repactuação, acompanhando o pedido a demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos, e demais documentos comprobatórios, submetendo-os à apreciação da **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo sexto. O prazo para o exercício do direito à repactuação se inicia na data do fato que desequilibrou financeiramente o contrato e se exaure na data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não for requerida de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito do contratado à repactuação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES:

Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA TÉCNICA:

A **CONTRATADA** deverá dar garantia com **MANUTENÇÃO PREVENTIVA** e **CORRETIVA** total pelos serviços executados, bem como peças, componentes ou acessórios substituídos/aplicados, por um prazo mínimo de **12 (doze) meses**, contados do término da execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

Nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a **CONTRATADA** apresentará garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura deste contrato, de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, o que corresponde ao valor de R$ _____ (_____).

Parágrafo primeiro. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes à:

1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. Prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do

contrato;

3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e
4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** deverá fornecer a garantia que abranja todo o período de execução dos serviços, devendo ainda ter validade de **3 (três) meses após a vigência do contrato**, em obediência ao disposto no art. 35, parágrafo único, da IN n.º 02/2008.

Parágrafo terceiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta caução, devidamente designada para este fim, aberta em instituição financeira oficial.

Parágrafo quarto. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

Parágrafo quinto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

Parágrafo sexto. A **CONTRATADA** se compromete a repor ou a completar garantia na hipótese de utilização parcial ou total, para o pagamento da multa contratual ou encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda, na alteração do valor contratado, para manter o percentual inicial, **no prazo de até 10 (dez) dias**, contados da assinatura do termo aditivo ou a partir da data em que for notificada pela **CONTRATANTE**, a partir do qual se observará o disposto nesta cláusula.

Parágrafo sétimo. Na hipótese de prorrogação do prazo de execução e/ou vigência, a **CONTRATADA** deverá apresentar prorrogação equivalente na forma e prazo estabelecido nesta cláusula, a partir do qual se observará o disposto nos parágrafos quinto e sexto desta cláusula.

Parágrafo oitavo. Será considerada extinta a garantia:

1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **FISCALIZAÇÃO**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato;
2. Com a extinção do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, compreendendo o período de **20 de março de 2023 a 20 de março de 2024**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a **60 (sessenta) meses**, na forma da legislação aplicável e durante a vigência contratual.

Parágrafo único. O prazo acima referido terá início e vencimento em dia de expediente e terá eficácia legal

após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PENALIDADES:

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência;
2. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no Edital;
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

Parágrafo primeiro. Com fundamento nos art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4.º, da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação.

Parágrafo segundo. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo terceiro. As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO:

Para fins de efetivo controle sobre a execução contratual, a **CONTRATANTE** adotará o Acordo de Nível de Serviço - ANS, anexo ao presente contrato, a ser apurado mensalmente.

Parágrafo primeiro. Os descontos aplicados à **CONTRATADA** em razão do acompanhamento da execução contratual por meio do Acordo de Nível de Serviço, anexo ao presente instrumento, e/ou prejuízos causados à **CONTRATANTE,** serão deduzidos dos valores a serem pagos à **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo. Se o valor a ser pago à **CONTRATADA** não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS MULTAS:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

1. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, caso a **CONTRATADA** não inicie a prestação de serviços no prazo proposto e descumpra as demais condições avençadas. Após o 10º dia de atraso, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato, com as conseqüências previstas em lei e no ato convocatório.

2. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação, por dia de irregularidade na prestação dos serviços, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, no caso da execução dos serviços ocorrer de forma incompleta ou em desconformidade com qualquer condição ou cláusula avençada. Após o 10º dia, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato.
3. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, pela falta de apresentação de documentação de regularidade da **CONTRATADA** ou documentação ou relatório disciplinado no contrato, por documento. Após o 10º dia, ficará configurando a inexecução do contrato.
4. Multa correspondente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, o vencedor não providenciar o devido cadastramento junto ao SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ/AM, na forma prevista no edital.
5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato quando, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Ordem de Execução de Serviço ou não assinar o contrato, deixando, assim, de cumprir os prazos fixados.
6. Multa de 10% (dez por cento) pela inexecução parcial ou total do contrato, sobre o valor total da contratação, cumulativamente, ou não, com outras sanções.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste contrato.

Parágrafo primeiro - Rescisão Unilateral. Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo segundo - Rescisão Bilateral. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes,

desde que haja conveniência para a Administração, nos casos do art. 78, XIII a XVI, da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo terceiro - Rescisão Judicial. O presente contrato poderá ser rescindido, judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quarto. A rescisão contratual por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, sem prejuízo de quaisquer outros direitos garantidos à **CONTRATANTE** pela Lei n.º 8.666/1993, acarretará as seguintes conseqüências:

1. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidas; e,
2. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

Parágrafo quinto. A falta dos registros ou documentações, ou, ainda, constatada a irregularidade, ensejará o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo sexto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA CESSÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado sob a forma de extrato, no Diário Oficial do Estado do Amazonas e no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

- Lei n.º 10.520/2005 – Institui a modalidade Pregão;
- Lei n.º 8.666/1993 – Licitações e Contratos;
- Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
- Lei n.º 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro;
- IN SLTI/MPOG n.º 02/2008 e alterações;
- Resolução CONFEA N.º 425/98 (ART).
- Normas da ABNT, em especial a ABNT NBR 10982:1990, que normatiza os elevadores elétricos dispositivo de operação e sinalização, e NBR 5666:1977, que normatiza os elevadores elétricos,
- Demais regulamentações referentes ao serviço de manutenção de elevador e por outras legislações aplicáveis à espécie.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE** baseado na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DO FORO CONTRATUAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes na presença das testemunhas abaixo.

ANEXO ÚNICO

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

1. Informações Gerais

1.1. Este Acordo de Nível de Serviço tem como objetivo definir as atividades consideradas críticas para a **CONTRATANTE** na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de transporte vertical.

2. Resultados Esperados

2.1. É necessário que os equipamentos de transporte vertical instalados estejam sempre em boas condições de funcionamento, permanecendo inoperantes o menor tempo possível. Dessa forma, a prioridade na prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores é a rapidez no atendimento de chamados técnicos.

2.2. A **CONTRATANTE** adotará indicadores para avaliar o desempenho dos serviços contratados. O nível do serviço a ser exigido relaciona-se com a performance no atendimento aos chamados técnicos.

2.3. Quando não forem cumpridos pela **CONTRATADA** os limites mínimos de desempenho previstos, o pagamento mensal será ajustado conforme o item 3. deste Acordo de Nível de Serviço.

3. Indicadores

3.1. **Indicador de Cumprimento de Prazo não Emergencial**: este indicador tem como objetivo definir critérios mínimos a serem atendidos pela **CONTRATADA** no que se refere ao cumprimento de prazos no atendimento aos chamados técnicos não emergenciais.

3.1.1. Para efeito deste indicador considera-se que o serviço foi prestado dentro do nível de conformidade quando for cumprido o prazo para o atendimento ao chamado técnico não emergencial.

3.1.2. Tempo de Atendimento Previsto: corresponde ao número de horas previstas para a realização do atendimento ao chamado técnico não emergencial. **Este prazo é de 6 (seis) horas corridas**.

3.1.3. Horas de Atraso: corresponde ao número de horas excedidas entre o tempo de atendimento previsto e o tempo efetivamente gasto para o atendimento ao chamado técnico não emergencial.

IAE = tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial

Tempo de Atendimento Previsto = 1 hora

IA = tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial

Tempo de Atendimento Previsto = 3 horas

3.1.4. Índice de atraso (IA): corresponde ao quociente do tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial e do Tempo de atendimento previsto. O Índice de atraso (IA) é calculado através da seguinte fórmula:

IAN = tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial

Tempo de Atendimento Previsto = 6 horas

3.1.5. Atraso não emergencial: ocorre atraso quando o Índice de Atraso (IA) é maior que 1 (um).

3.1.6. Forma e Momento da Aferição: A aferição será realizada em cada chamado técnico individualmente, constatado o atraso será descontado um percentual do valor mensal do serviço.

3.1.7. Multas pelo Atraso não emergencial:

Índice de Atraso (IA)	**Desconto sobre o valor mensal do serviço**
IA ≤ 1	Não há desconto
1 < IA ≤ 1,5	5%
1,5 < IA ≤ 2	10%
IA > 2	20%

3.1.8. Comunicação do chamado técnico: A **CONTRATANTE**realizará a comunicação formal, através de mensagem eletrônica (email) para a **CONTRATADA** da existência da necessidade de manutenção corretiva.

3.2. **Indicador de Cumprimento de Prazo Emergencial**: este indicador tem como objetivo definir critérios mínimos a serem atendidos pela **CONTRATADA** no que se refere ao cumprimento de prazos no atendimento dos chamados técnicos emergenciais.

3.2.1. Para efeito deste indicador considera-se que o serviço foi prestado dentro do nível de conformidade quando for cumprido o prazo para o atendimento ao chamado técnico emergencial.

3.2.2. Tempo de Atendimento Emergencial Previsto: corresponde ao número de horas previstas para a realização do atendimento ao chamado técnico emergencial.

3.2.3. Horas de Atraso: corresponde ao número de horas/minutos excedidos entre o tempo de atendimento emergencial previsto e o tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico.

3.2.4. Índice de atraso emergencial (IAE): corresponde ao quociente do tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico emergencial e do tempo de atendimento previsto. O índice de atraso emergencial (IAE) é calculado através da seguinte fórmula:

IAE = tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico emergencial

Tempo de Atendimento Previsto = 1 ou 2 horas

3.2.5. Atraso emergencial: ocorre atraso quando o índice de Atraso (IA) é maior que 1 (um).

3.2.6. Forma e Momento da Aferição: a aferição será realizada em cada chamado técnico individualmente. Constatado o atraso, será descontado um percentual do valor mensal do serviço.

3.2.7. Prazo máximo para atendimento emergencial:

Descrição	**Prazo máximo para atendimento**
Acidentes ou pessoas presas na cabine	1 hora corrida
Ambos elevadores encontrarem-se parados	2 horas corridas

3.2.8. Multas pelo Atraso emergencial:

Índice de Atraso (IAE)	**Desconto sobre o valor mensal do serviço**
IA ≤ 1	Não há desconto
1 < IA ≤ 1,5	5%
1,5 < IA ≤ 2	10%
IA > 2	20%

3.2.9. Comunicação do chamado técnico: A **CONTRATANTE** realizará a comunicação formal, através de mensagem eletrônica (email), para a **CONTRATADA** da existência da necessidade de manutenção corretiva.

3.2.9.1. Para fins de manutenção corretiva emergencial, além do atendimento no horário comercial, a **CONTRATADA** deverá manter serviço de emergência (fornecendo o telefone para contato), funcionando, pelo menos, entre 18h e 8h.

4. Da Contagem do tempo de atendimento

4.1. O tempo efetivamente gasto para atender aos chamados técnicos se iniciará com o envio, pela **CONTRATANTE**, da mensagem eletrônica à **CONTRATADA**.

4.2. O tempo efetivamente gasto para atender ao chamado técnico não emergencial terá o termo final no momento em que o técnico da **CONTRATADA** se apresentar à **FISCALIZAÇÃO** da Procuradoria-Geral de Justiça ou outro setor/servidor substituto. O tempo efetivamente gasto para atender ao chamado técnico emergencial terá o termo final no momento em que o defeito/problema que ocasionou a abertura do chamado técnico estiver resolvido.

4.3. No caso de manutenção corretiva emergencial decorrente de ambos os elevadores encontrarem-se parados, o tempo de atendimento emergencial previsto se iniciará, caso a comunicação formal não ocorra em hora útil, na primeira hora útil seguinte à comunicação.

4.4. O termo inicial e final dos atendimentos técnicos será anotado em relatório a ser fornecido pela

CONTRATADA, no qual constarão, além do tempo efetivamente gasto para o atendimento, a assinatura do **FISCAL** do contrato e do técnico da **CONTRATADA**. O original ficará com o **FISCAL** de contrato e uma cópia será entregue a **CONTRATADA**.

4.5. Os relatórios serão individualizados para cada chamado técnico e servirão de controle para aferição do desempenho e performance da **CONTRATADA** e servirão de base para o desconto no valor mensal do serviço e a aplicação de penalidade constantes deste Acordo de Nível de Serviço.

5. Dos fatores fora do controle da CONTRATADA

5.1. A **CONTRATADA** poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da **CONTRATADA**, que será analisada pela **CONTRATANTE**.

5.2. Caso fique comprovado que a prestação do serviço com menor nível de conformidade não ocorreu por culpa da **CONTRATADA** não será considerado que ocorreu atraso e não será feito ajuste no pagamento mensal.

6. Da troca de peças

6.1. Nos casos em que ficar comprovado, através de relatório emitido pela **CONTRATADA**, que para a solução do problema no equipamento há necessidade de instalação/troca de peças, será iniciado um prazo de **24 (VINTE E QUATRO) HORAS CORRIDAS** para a troca/instalação das peças.

6.2. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período mediante justificativa apresentada pela **CONTRATADA**.

6.3. O prazo do subitem 6.1 se iniciará com a abertura do chamado para a troca/instalação das peças e terminará no momento em que o técnico da **CONTRATADA** se apresentar à **FISCALIZAÇÃO**.

6.4. O descumprimento dos prazos acima acarretará as sanções descritas para o Indicador de Cumprimento de Prazo não Emergencial.

7. Das sanções administrativas

7.1. Visando evitar a degeneração na qualidade dos serviços serão aplicadas as seguintes sanções administrativas à **CONTRATADA**, além das previstas neste contrato:

7.1.1. Advertência: No caso de ocorrer Índice de Atraso ou Índice de Atraso Emergencial > 2, além do desconto no valor mensal do serviço.

7.1.2. Multa de 5% do valor global do contrato: Caso mais de 30% dos chamados técnicos no período de 6 meses possuírem Índice de Atraso ou Índice de Atraso Emergencial > 2.

7.1.3. Multa de 10% do valor global do contrato e rescisão contratual: Caso mais de 50% dos chamados técnicos no período de 6 meses possuírem Índice de Atraso ou Índice de Atraso Emergencial > 2.

7.2. Para fim do período de 6 (seis) meses a que se refere os subitens 7.1.2. e 7.1.3. do subitem 7.1, considera-se iniciado o período na data inicial da vigência do contrato e terminado após 6 (seis) meses, iniciando um novo período no dia seguinte ao término do primeiro período e assim sucessivamente,

terminando no último dia da vigência do contrato.

7.3. As penalidades de advertência, multa e rescisão contratual serão aplicadas após regular processo administrativo, sendo garantidos o contraditório e a ampla defesa.

8. Da Fiscalização

8.1. A fiscalização do cumprimento deste Acordo de Nível de Serviço ficará a cargo do **FISCAL** de contrato indicado pela **CONTRATANTE**.

8.2. O **FISCAL** de contrato será responsável por conferir o relatório referido nos subitem 4.4. e 4.5. deste Acordo de Nível de Serviço.

8.3. No último dia útil do mês o **FISCAL** do contrato enviará mensagem eletrônica contendo as informações de cada relatório e, se for o caso, o valor a ser descontado do preço mensal do serviço.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 01/03/2023, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0990747** e o código CRC **B2AE04FB**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 239.2023.DCCON.0991596.2022.017753

Manaus, 1º de março de 2023.

Ao Senhor

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Assunto: Encaminha Minuta de Contrato Administrativo 10 (SEI nº 0990747).

Senhor Presidente,

Trata-se de Procedimento Interno que visa à contratação de pessoa jurídica para *prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.*.

Assim, encaminho a Minuta de Contrato Administrativo 10 (SEI nº 0990747) elaborada por esta DCCON, para conhecimento e adoção das medidas cabíveis a essa Comissão Permanente de Licitação.

Em tempo, informo que a referida minuta deve ser analisada e aprovada pela assessoria jurídica deste *Parquet*, nos termos do artigo 38, parágrafo único da Lei Federal de Licitação e Contratos.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 01/03/2023, às 11:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0991596** e o código CRC **EB7EA571**.

MODELO

MINUTA DE EDITAL Nº 12.2023.CPL.0990820.2022.017753

* MODELO DE DOCUMENTO

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** pelo presente edital e por intermédio da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 160/2022 e alterações, torna público que, tendo em vista o que consta do **Processo SEI n.º 2022.017753,** fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL**, modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, em conformidade com o Ato PGJ n.º 389/2007; com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o **Decreto Federal n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019**; com o Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, e subsidiariamente com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, mediante as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

PROCEDIMENTO SEI N.º 2022.017753

Recebimento das propostas: a partir da data de publicação do aviso no DOMPE

Abertura das propostas: às 10 horas do dia **XX/XX/2023** (horário de Brasília).

Licitação Exclusiva para ME/EPP: ( ) SIM (X) NÃO

Endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br/

Código UASG: 925849

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – *internet*, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público integrante da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** deste Órgão, por ato interno, denominado(a) PREGOEIRO(A), e membros da equipe de apoio, previamente credenciado no aplicativo https://www.gov.br/compras/pt-br/

1.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de **Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a ***contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E***

CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses, conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e anexos.

2.1.1. Locais da prestação dos serviços: os serviços deverão ser executados nos equipamentos instalados nos prédios situados nas cidades de **MANAUS**, **HUMAITÁ** e **TEFÉ**, no Estado do Amazonas, conforme abaixo detalhado:

Item	Número	Fabricante	Capacidade de Carga (Kg)	Número de Paradas	Velocidade (m/min)
	Instalados no Edifício-Sede da PGJ: Avenida Coronel Teixeira, n.° 7.995. Nova Esperança. CEP 69037-473. MANAUS, Amazonas				
1	Número de série 17794. Linha OMI	ThyssenKrupp	8 / 560	5	60,00
2	Número de série 17795. Linha OMI	ThyssenKrupp	10 / 750	5	60,00
3	Número de série 17796. Linha OMI	ThyssenKrupp	10 / 750	5	60,00
	Instalados na Sede Administrativa da PGJ: Avenida Coronel Teixeira, n.° 7.995, Nova Esperança. CEP 69037-473. MANAUS, Amazonas				
4	Número de série M3281 Linha VW2. Casa de máquinas instalado no térreo do prédio.	OTIS	8 / 630	4	60,00
5	Número de série M3282. Linha VW2. Casa de máquinas instalado no térreo do prédio.	OTIS	8 / 630	4	60,00
	Instalados no Anexo: Avenida André Araújo nº 23, Aleixo, CEP 69037-473, MANAUS, Amazonas				
6	Número de série 63733. Linha PRF	ThyssenKrupp	6 / 450	4	45,00
	Instalado no Anexo: Avenida Jornalista Umberto Calderado Filho nº 175, Adrianopólis, CEP 69057-015, MANAUS, Amazonas				
	Número de série				

7	OVM 1142786	Atlas Schinder	8/560	1	45,00
	Instalados na unidade localizada na Rua 13 de Novembro s/nº, Centro, CEP 69800-000, HUMAITÁ, Amazonas				
8	Plataforma Vertical	...	2 / 275	2	3,00
	Instalados na unidade localizado na Marechal Costa e Silva n.º 23, Centro, CEP 69240-000, AUTAZES, Amazonas				
9	Plataforma Vertical	BLOTEK	2 / 325	2	3,00
	Instalados na Unidade localizado na Avenida Benjamin Constant nº 23, Centro, CEP 69550-000, TEFÉ, Amazonas				
10	Número de série 182079. Plataforma Vertical	TKE	2 / 275	2	6,00

2.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.3. O objeto previsto neste Edital deverá ser executado em obediência às especificações, planilhas e projetos constantes deste documento e seus anexos. Assim, para amplo conhecimento e detalhes do objeto desta licitação, a empresa deverá observar, integralmente o teor do **Termo de Referência Nº 28.2022.DEAC.0905588.2022.017753 e seus anexos**, Anexo I a este Edital;

2.4. O objeto da futura contratação compreenderá, sobretudo, as especificações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 28.2022.DEAC.0905588.2022.017753**, Anexo I deste Edital, sem prejuízo das demais prescrições figuradas no mencionado documento, bem assim na Minuta de Contrato Administrativo, Anexo II do Edital.

2.5. **Integra a presente licitação, como parte indissolúvel:**

1. Anexo I – Termo de Referência n.º 28.2022.DEAC.0905588.2022.017753;
    1.1. Anexo I do Termo de Referência – Credenciamento para vistoria técnica
    1.2. Anexo II Termo de Referência – Modelo de Atestado de Vistoria Técnica
2. Anexo II – Minuta de Contrato Administrativo;
3. Anexo III – Declaração de Dispensa de Vistoria;
4. Anexo IV – Modelo de Declarações Complementares;
5. Anexo V – Modelo de Proposta de Preços; e
6. Anexo VI – Modelo de Solicitação de Cadastramento – SEFAZ/AM.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 A despesa decorrente da contratação do objeto deste pregão, quando efetivada, deverá recair por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS – PGJ/AM. Programa 03.122.0001.2001.0001, Fonte 1.500.100.0000.0000, Elemento 3390.39.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI), do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG)**, provedor do sistema eletrônico utilizado nesta licitação, no site https://www.gov.br/compras/pt-br/, **por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.**

4.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de **chave de identificação e senha pessoal**, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se à respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do Cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão **interessados** cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. **A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para os fins previstos na Lei Complementar nº. 123/06.

5.1.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.2. O licitante deverá estar devidamente credenciado na **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SLTI, do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br/, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.**

5.3. O licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 21, parágrafo 2.º, do Decreto n.º 5.450/2005.

5.4. Será exigida do licitante **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, a qual será feita no campo do sistema ***Comprasnet*** destinado para tanto.

5.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do participante no Sistema Eletrônico ou por eventual desconexão.

5.6. **Não poderá participar,** direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

5.6.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. As pessoas físicas e jurídicas que se enquadrem, em uma ou mais, das hipóteses elencadas no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93;

5.6.3. As pessoas físicas e jurídicas que possuam sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e de sua **CPL**;

5.6.4. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no País e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente

5.6.5. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

5.6.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93;

5.6.7. Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionário público vinculado ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS ou à CPL;**

5.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do Sistema eletrônico Comprasnet, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a.1.) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

a.2.) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos,

c) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

f) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

g) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

h) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

6. DA POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA

6.1. A realização de **vistoria é facultativa**, e objetiva visitar o local de execução dos serviços e tomar conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações. Na hipótese de optar pela realização da vistoria, o interessado deverá obedecer às seguintes condições:

6.9.1. A vistoria deverá ser realizada pelo representante da empresa, devidamente credenciado pela interessada.

6.9.1.1. Essa condição deverá ser comprovada através de carteira de identidade e Carta de Credenciamento emitida em papel timbrado da empresa como prova de vínculo com a interessada, emitida pelo representante legal da empresa, apresentando a pessoa que realizará a vistoria;

6.9.2. Por ocasião da visita, as empresas licitantes deverão apresentar documento, denominado **Atestado de Vistoria Técnica,** *Anexo II do* Termo de Referência Nº 23.2022.DEAC.0898631.2022.017753, Anexo *I* deste Edital, que será assinado por servidor designado pela **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC** - desta PGJ-AM, onde o servidor declarará ter acompanhado o representante apresentado pela empresa durante a vistoria técnica realizada;

6.9.2.1. O referida Atestado de Vistoria deverá ser apresentado na sessão, sendo encaminhada junto aos documentos de Proposta e Habilitação, nos termos definidos no **subitem 7.1**. deste Edital do certame;

6.9.3. A vistoria poderá ser realizada **até 5 (cinco) dias úteis** anterior à data estipulada para abertura da licitação;

6.9.4. As visitas deverão ser agendadas **até 3 (três) dias úteis** de antecedência à data limite de vistoria, com a **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC**, pelo telefone (92) 3655-0739, no período de 8h às 14h;

6.9.4.1. O tempo de antecedência para agendamento é necessário para que a DEAC possa indicar servidor para acompanhamento da vistoria;

6.9.5. A visita será realizada pelo representante da interessada, que se apresentará municiado de documento de **Credenciamento para Vistoria**, emitido pelo Representante Legal da interessada, conforme modelo do *Anexo I do* Termo de Referência Nº 23.2022.DEAC.0898631.2022.017753, Anexo *I* deste Edital*;*

6.9.6. Caso a empresa opte por não realizar a vistoria, o interessado deverá juntar as documentações da proposta no processo licitatório, em substituição ao Atestado de Vistoria, uma **Declaração de Dispensa de Vistoria**, assinada pelo responsável legal, informando sua opção dela não realização desta visita, conforme modelo do *Anexo III* deste Edital;

6.9.7. Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, para a execução dos serviços propostos.

7. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão**, exclusivamente por meio do sistema**, **concomitantemente com os documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (horário de Brasília), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

7.1.1. **Levando-se em conta as nuances do objeto e da inviabilidade e parcelamento, somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado do objeto deste certame.**

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar Nº 123/2006.

7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.8.1. No campo destinado ao registro da proposta, no sistema, não deverá conter qualquer elemento que possa identificar a licitante, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, **dos seguintes campos**:

8.1.1. Valor total;

8.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico/Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, **sem identificação da licitante;**

8.1.2.1. Não serão aceitas propostas escritas contendo especificações que não contenham as informações necessárias à perfeita caracterização do objeto e suas especificidades, bem como especificações vagas, incompletas, ressalvado o subitem 8.6 deste Edital.

8.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

8.2.1. Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo

complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.

8.2.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2° da IN SEGES/MP n.5/2017.

8.3. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

8.3.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

8.3.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

8.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

8.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.8. O **prazo de validade da proposta <u>não será inferior</u>** a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

8.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais ou estaduais, quando participarem de licitações públicas;

8.9.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8.10. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

8.11. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á a executar os serviços/entregar os produtos descritos neste edital.

8.12. Para efeito de elaboração das propostas, caso haja divergência entre a especificação contida neste edital e a no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL** do certame, observando-se o prazo previsto para duração do contrato.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 5,00 (cinco reais).

9.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances (quando implementado).

9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO E FECHADO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.12. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um **LANCE FINAL** e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.12.1. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.13.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso

até o encerramento deste prazo.

9.14. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

9.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

9.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada à identificação do licitante.

9.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.20. O **Critério de Julgamento** adotado será o **menor preço GLOBAL**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

9.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

9.28.1. no País;

9.28.2. por empresas brasileiras;

9.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

10.1.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo máximo de 2 (duas) horas,** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.2. Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente deverá constar, conforme modelo do **Anexo V:**

a) Indicar nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (*e-mail*), se houver, para contato;

b) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional (Real), o valor unitário em algarismos, com duas casas decimais e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93), válidos para a data de apresentação e pelo prazo de vigência da proposta. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

b.1) Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

b.2) No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros, taxas e outras despesas necessárias ao fornecimento dos materiais e à execução dos serviços correspondentes;

b.3) Redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

c) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. As propostas que omitirem o prazo de

validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;

d) Especificações claras, completas e minuciosas, com detalhes do objeto ofertado, inclusive marca, modelo, tipo e referência, no que couber, observadas as especificações mínimas e quantitativos contidos neste Edital e anexos;

e) A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

f) Prazo de execução: 12 (dozes) meses, obervados os prazos estabelecidos no parágrafo primeiro da Cláusula Quarta da Minuta do Contato Administrativo, Anexo II do Edital.

g) Garantia dos serviços executados: deverá dar garantia com MANUTENÇÃO PREVENTIVA e CORRETIVA total pelos serviços executados, bem como peças, componentes ou acessórios substituídos/aplicados, por um prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados do término da execução dos serviços.

h) Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone, número do CNPJ/MF, *e-mail*, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

i) Nome, CNPJ ou CPF dos **3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante,** assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade;

j) Contato para fins de faturamento: (indicar o nome, cargo, endereço, telefone, *e-mail* de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho);

j.1) Para os serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, o pagamento ocorrerá mensalmente a contar da assinatura do contrato, obervadas as condições da Cláusula Décima Segunda da Minuta de Contrato Administrativo, Anexo II do Edital, e Item 5 do Termo de Referência Nº 28.2022.DEAC.0905588.2022.017753 , Anexo I do Edital.

10.3. Na elaboração de suas propostas, as licitantes deverão levar em consideração:

a) A legislação aplicável e todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos;

b) Os preços dos insumos, salários de mercado e encargos incidentes;

10.4. Nos preços apresentados pelos licitantes deverão estar incluídos todos os custos relativos à mão de obra, equipamentos, materiais, ferramentas e dispositivos, transporte, alimentação, encargos sociais e BDI - Benefícios e Despesas Indiretas, bem como todo e qualquer custo que porventura vier a incidir na execução dos serviços, salvo aqueles decorrentes de fatos supervenientes definidos em lei.

10.5. Todas as licenças e taxas necessárias à execução dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive as Taxas do CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA-AM ou CAU/AM referentes à ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART ou REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – RRT por todos os serviços executados, quando for o caso.

10.6. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerado pleito de acréscimos, a esse ou a qualquer título.

10.7. A proposta apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração que implique majoração do preço proposto.

10.7.1. Não se admitirá preço global superior ao orçamento estimado;

10.7.2. Não é permitida a cotação de quantidade inferior àquela constante no Termo de Referência.

10.8. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 90 (noventa) dias, e caso persista o interesse do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, este poderá solicitar prorrogação da validade acima referida, por igual prazo, no máximo.

10.9. Juntamente à proposta de preços, os interessados ou seus representantes apresentarão:

9.9.1. ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA ou **DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA**, conforme modelos dos **Anexos I E II do** Termo de Referência Nº 23.2022.DEAC.0898631.2022.017753, Anexo I deste Edital.

9.9.4. As Declarações Complementares, referentes ao Anexo IV do Edital, deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta pelos fornecedores, em seu próprio conteúdo ou documento apartado.

10.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.5.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na *internet*, após a homologação.

10.8. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

10.9. Quando da proposta de preços não constar o prazo de execução, entrega, validade e outros, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital e seus anexos.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.1.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme **Anexo V**, constando dela todas as informações descritas no referido modelo, essenciais à avaliação pelo Pregoeiro.

11.1.2. A proposta e documentação será analisada por engenheiros da **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC** desta Instituição Ministerial, para fins de verificação do atendimento às características e exigências reclamadas no edital e anexos.

11.2. **Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 11.4. deste Edital:**

11.2.1. Não atendam às exigências do edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

11.2.2. Apresentem preços finais (globais ou unitários) superiores ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, aplicando-se, por analogia, as disposições previstas no parágrafo primeiro do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93.

11.2.2.1. Considera-se **inexequível** a proposta que apresente preços global ou unitários

simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.2.3. No momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

11.3. No que couber, se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, **no prazo de 1 (um) dia útil a contar da convocação pelo Pregoeiro.**

11.3.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.4. A existência de **erros materiais ou omissões** nas propostas de preços das participantes não ensejará sua desclassificação antecipada.

11.4.1. Verificada a presença de erros sanáveis na proposta de preços, o Pregoeiro, ou Administração, poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção apenas das falhas apontadas, mediante apresentação de nova oferta, com desconto nunca inferior a **0,01% (um centésimo percentual) do valor total de sua última proposta, limitado a 3 (três) oportunidades.**

11.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**

11.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.7. Se a melhor oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração da melhor proposta.

11.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.11. **A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.**

11.12. Quando da proposta de preços não constar quaisquer declarações, prazos previstos, quer sejam os de garantia, validade dos produtos, validade da proposta ou de entrega, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.

11.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.14. Encerrada a análise e sendo aceitável a proposta, o pregoeiro admitirá a licitante à fase de habilitação, observado o disposto neste Edital.

11.15. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.

11.16. Sendo aceitável a proposta, o pregoeiro efetuará consulta "on-line" ao **sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, para comprovar a regularidade do licitante.

11.16.1. Nos casos em que a habilitação exigir documentos que não estejam contemplados no SICAF, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

11.17. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos neste edital.

12.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.2.3. No caso de impedimento indireto, o licitante será convocado para manifestação

previamente à sua desclassificação.

12.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

12.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF **até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;**

12.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

12.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**

12.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.6. Ressalvado o disposto no **item 6.3.**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.7. Relativos à Habilitação Jurídica:

12.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.7.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br;**

12.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.7.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de

autorização;

12.7.7. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.8. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

12.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

12.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.8.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.8.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.8.8. A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

12.9. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

12.9.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.9.1.1. O Balanço apresentado deverá cumprir as seguintes formalidades: a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE (Demonstração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo; b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente); c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);

12.9.1.2. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

12.9.1.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.9.1.4. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato social/estatuto social da Licitante.

12.9.1.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC}$$

$$SG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

$$LC = \frac{AT}{PC}$$

Sendo:

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo Não Circulante

AT = Ativo Total

12.9.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

12.9.3. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, **expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação,** quando do documento não constar data expressa de validade;

12.9.3.1 Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no item 12.9.3;

12.9.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem 12.9.3. deste instrumento convocatório.

12.10. Relativos à Qualificação Técnica

12.10.1. Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei n.º 5.194/66) ou **no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU**, em cuja jurisdição se encontre sua sede;

12.10.1.1. Caso a Certidão não seja da jurisdição do CREA-AM ou CAU/AM, o licitante deverá apresentar o registro devidamente vistado pelo mesmo, conforme art. 1º, da Resolução nº 413, de 27/6/1997.

12.10.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, da seguinte forma:

12.10.2.1. Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional fornecido(s) por pessoa

jurídica de direito público ou privado contratante de serviço, em que fique comprovado que o LICITANTE executou obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto do presente cotejo, em edificações não residenciais e com fornecimento de todo o material de reposição.

12.10.2.2. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

12.10.2.3. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

12.10.2.4. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este edital, tendo em vista o vulto da contratação, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

12.10.3. Certidão de registro de pessoa física emitida pelo CREA da jurisdição do domicílio do profissional, em nome do integrante da Equipe Técnica responsável pelos serviços, segundo as atribuições estipuladas pela Resolução CONFEA n.º 218/1973, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada pelo licitante.

12.10.3.1. Antes da assinatura do contrato, o licitante declarado vencedor do certame deverá apresentar "visto ou inscrição ou qualquer outro documento obtido perante o CREA" que se fizer necessário para a execução do serviço em questão, em nome do(s) profissional(is), por ele indicado(s) para execução do(s) projeto(s).

12.10.3.2. O ramo de atuação descrito nas certidões deverá ser compatível com o objeto desta licitação;

12.10.3.3. A regularidade dos registros deverá ser mantida durante todo o período de execução dos serviços;

12.10.3.4. O Responsável Técnico deverá possuir vínculo com a licitante, na data fixada para entrega dos envelopes **Documentação de Habilitação** e **Propostas de Preços,** entendendo-se como tal, para fins deste Edital:

a) o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;

b) o administrador ou o diretor;

c) o responsável técnico não sócio da empresa, que conste do quadro de Responsáveis Técnicos da Certidão de Registro referida no **subitem 12.10.1**, ou detentor de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) validada pelo respectivo conselho profissional para a data da licitação;

d) o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS assinada pela licitante ou no Livro de Registro de Empregados; ou

e) o prestador de serviços com contrato escrito vigente firmado com a licitante, cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado;

12.10.4. Declaração de responsabilidade técnica, devidamente assinada pelo profissional técnico indicado**.**

12.10.4. Indicação do pessoal técnico adequado e disponível para realização do objeto desta licitação, bem como a qualificação de cada um dos membros de sua equipe técnica que se responsabilizará pelo objeto desta licitação, **devendo constar nessa equipe técnica o detentor do registro referido no subitem 12.10.3.**

12.10.4.1. A verificação da veracidade e exatidão das informações prestadas pelas licitantes quanto à equipe técnica listada para realização do objeto desta licitação, conforme exigência contida no **subitem 12.10.4.** poderá ser auxiliada por técnico(s) da Instituição ou

outro especialmente designado para tanto.

12.10.4.2. Havendo necessidade de afastamento de qualquer dos profissionais cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenha contribuído para classificação da CONTRATADA no processo licitatório, deverá ocorrer a substituição por outro com capacitação, experiência e qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído, devidamente comprovadas, desde que a substituição seja aprovada pela Administração, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.10.4.3. No caso do subitem anterior, a CONTRATADA submeterá à aprovação da CONTRATANTE proposta de substituição de profissional, feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela PGJ/AM;

12.10.5. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, todas serão inabilitadas.

12.11. Disposições Gerais da Habilitação:

12.11.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

12.11.2. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o proponente **inabilitado**, sendo convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim **sucessivamente**, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

12.11.3. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

12.11.3.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

12.11.3.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

12.11.3.3. no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

12.11.4. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas, será considerado para esse fim, o prazo descrito no subitem 12.9.3 deste instrumento convocatório.

12.11.5. Os originais das documentações habilitatórias, ou cópias autenticadas por meio de cartório competente, deverão ser encaminhados ao(à) pregoeiro(a), nos termos do subitem 12.13. do Edital.

12.11.6. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.12. **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal** para **microempresas e empresas de pequeno porte**, lhes será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, **a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**.**

12.12.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa

com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.13. **Todos os documentos enviados eletronicamente ou via fac-símile deverão ser enviados em original, ou por cópia autenticada, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) no dia subsequente ao do resultado da habilitação**, impreterivelmente, **sob pena de desclassificação observado o disposto no item 25.7 e subitens,** à Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança II, CEP: 69037-473.

12.13.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.14. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

12.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.18.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.19. Atendidas as exigências habilitatórias fixadas neste Edital, o licitante será declarado **vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida os autos à autoridade competente para homologação.

12.20. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o **prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.1.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.1.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, cabendo o pregoeiro adjudicar o objeto da licitação à empresa licitante declarada vencedora.

13.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2.1. Quando o prazo de interposição de Recursos Administrativos ou de Contrarrazões terminar em dia não útil, o prazo final será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

13.3.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

13.3.2. O não oferecimento de razões no prazo deste Edital fará deserto o recurso.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, Av. Coronel Teixeira n.º 7.995, Nova Esperança, Cep.: 69037-473, nos dias úteis, no horário das 8h. Às 14h. (horário local).

13.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá **efeito suspensivo**.

13.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7. Não serão providos recursos de **caráter protelatório**, fundada em mera insatisfação da licitante, podendo ainda ser aplicado, supletiva e subsidiariamente, no que couberem, as regras previstas na Lei n.º 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

13.8. A alegação de preço inexequível por parte de uma das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada.

13.9. A sessão pública do pregão eletrônico somente será concluída após declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final desta etapa

13.10. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou ainda, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso

não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.1.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15.2. Homologado o resultado, o adjudicatário será convocado a comparecer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

15.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados, procedendo-se na forma do item 11.7, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.2.2. O vencedor do certame deverá apresentar ao órgão interessado, antes da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), nova proposta de preços escrita, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances verbais, observado o subitem 9.7 deste Edital.

15.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Nos termos do art. 56 da Lei n º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do Contrato, a CONTRATADA **deverá apresentar garantia na forma e condições estabelecidas na Cláusula Décima Sétima da Minuta de Contrato**, *Anexo II* deste Edital.

17. DOS PRAZOS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E DO RECEBIMENTO

17.1. O prazo de execução obedecerá às disposições do **subitem 7.1 do Termo de Referência Nº 28.2022.DEAC.0905588.2022.017753** (Anexo I), bem como, das Cláusulas Quarta e Décima Oitava da Minuta da futura avença, consistindo em **12 (doze) meses,** a contar da publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, na forma da legislação aplicável e durante a vigência contratual.

17.2. O recebimento dos serviços será realizado por técnicos da CONTRATANTE, na forma prevista no art. 73 da Lei n.° 8.666/93, e ocorrerá na forma disposta no **Item 5** do **Termo de Referência Nº 28.2022.DEAC.0905588.2022.017753** (Anexo I) e Cláusula Quinta da Minuta de Contrato (Anexo II).

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato Administrativo ou emitido instrumento equivalente.

18.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.1.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência eletrônica no e-mail constante da proposta, para que seja assinado eletronicamente pelo Sistema SEI ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

18.1.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.1.1.3. Nos termos do art. 6º do Decreto n º 40.674/2019, o termo contratual ou instrumento equivalente poderá ser assinado por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ;

18.1.1.3.1. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de **inteira** e **exclusiva responsabilidade da licitante**, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, promotora da licitação, **qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.**

18.1.1.4. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços – ARP ou instrumento equivalente, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: **https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0**, e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado.

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

18.1.1.5. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

18.1.1.6. Ao assinar o termo contratual ou instrumento equivalente, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

18.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.2.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

18.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

18.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

18.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

18.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

18.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

18.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

18.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

18.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. Além das obrigações compreendias **no Item 8. do Termo de Referência n.º 28.2022.DEAC.0905588.2022.017753**, *Anexo I* a este Edital, bem como na **Cláusula Nona da Minuta de Contrato Administrativo,** *Anexo II*, serão também deveres da CONTRATADA:

19.1.1. Manter as condições de habilitação, como condição para emissão da nota de empenho, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

19.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

19.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

19.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via *e-mail*, banco, agência e número da conta-corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o nº do CNPJ e Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. As obrigações desta contratante constituem o **Item 9 do Termo de Referência n.º 28.2022.DEAC.0905588.2022.017753**, *Anexo I* a este Edital, bem assim a **Cláusula Décima do futuro ajuste contratual,** *Anexo II.*

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento resultante da contratação do objeto, será efetuado de acordo com a **Cláusula Décima Segunda – Da Liquidação e do Pagamento** da Minuta de Contrato Administrativo, em consonância, também, com a proposta de preços aceita pela Administração.

21.2. O pagamento devido à CONTRATADA será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

21.2.1. As respectivas notas fiscais/faturas, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverão estar devidamente discriminadas, em nome da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, junto à Justiça Trabalhista e, ainda, das certidões de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, conforme descrito no link https://www.mpam.mp.br/component/content/article/34-licitacoes/paginas-internas-licitacoes/2148-orientacaopagamentofornecedor;

21.2.2. Deverão constar das Notas Fiscais as especificações dos serviços, o número da Nota de Empenho e do instrumento contratual correspondente, conforme o caso;

21.2.3. Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, nenhum pagamento será efetuado à Contratada, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

21.3. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

21.4. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao objeto contratual, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

21.5. A nota fiscal (atestada) e os documentos exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE.

21.6. Como condição para emissão da nota de empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

21.7. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou se recusar injustificadamente a recebê-la no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

21.7.1. **Como condição inafastável a que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora**, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores – da Secretaria da Fazendo do Estado do Amazonas – SEFAZ.

21.7.1.1. Com relação ao Cadastramento de Credores, a empresa deverá providenciar o envio dos documentos abaixo elencados ao órgão promotor da licitação (MPAM), durante o certame no próprio Sistema Comprasnet na fase de envio da proposta, quando convocado pelo Pregoeiro ou posteriormente após a adjudicação para o endereço eletrônico **licitacao@mpam.mp.br**, sendo que naquele primeiro momento não será motivo para sua desclassificação. No entanto, caso a vencedora não realize o cadastro em até 5 (cinco) dias após a homologação do certame, poderá responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da execução do ajuste, com possível aplicação das sanções previstas neste Edital, bem como perda do direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes:

a) Carta solicitando o cadastramento (conforme Anexo VI);

b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

c) Cópia legível dos dados bancários (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário etc.).

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, punível cumulativamente com aplicação de **multa de até 30%** do valor total da proposta, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

22.1.3. apresentar documentação falsa;

22.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.6. não mantiver a proposta;

22.1.7. cometer fraude fiscal;

22.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

22.2. As sanções do item acima **também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva**, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela administração pública.

22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, **a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes**, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.4. As sanções serão aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

22.5. A falta de regularização da documentação no prazo previsto no **subitem 12.12.** sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste edital.

22.6. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas - DOMPE e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

22.7. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções aplicada pelo(a) PROCURADOR(A)-GERAL DE JUSTIÇA poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

22.7.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.7.2. **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos neste Edital;

22.7.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.7.4. **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplica com base no item anterior.

22.7.5. **Impedimento de licitar e de contratar com o ESTADO DO AMAZONAS** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

22.8. Se a CONTRATADA, *sem justa causa*, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, além das multas previstas no **Item 10.7 do Termo de Referência 28.2022.DEAC.0905588.2022.017753 e na Cláusula Décima Nona da Minuta de Contrato Administrativo**, segundo a gravidade da falta, as seguintes:

22.8.1. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta quando, sem justificativa aceita pela Administração, o vencedor não mantiver a proposta apresentada na sessão pública;

22.9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente às de multa, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

22.10. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

22.11. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

22.11.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 2.794, de 2003.

22.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.17. O fluxo procedimental quanto aos processos administrativos sancionadores no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no Ato PGJ n.º 187/2021 (publicado no DOMPE, Ed. 2170, de 12.07.2021).

23. DA REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

23.1. A interessada deverá protocolar o seu pedido de repactuação, reajuste e revisão de preços antes da assinatura do contrato ou, nos casos em que este vier a ser substituído por instrumento equivalente, **em até 5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho**, sob pena de não apreciação do pedido por intempestividade.

23.1.1. Deverá constar do pedido a planilha de custos e documentos comprovantes da situação superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

23.1.2. A **CONTRATADA** deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

23.2. A não-apresentação da planilha de custos impossibilitará o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** de proceder o reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, caso venha a empresa contratada solicitar qualquer uma dessas alterações no contrato.

23.3. A cada pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração da proposta, demonstrando a nova composição do preço.

23.4. No caso do detentor do registro de preços/contratado ser revendedor ou representante comercial deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço constante de sua proposta, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (*planilha de custos*).

23.5. **A critério do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, poderá ser exigido da contratada, listas de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

23.6. Na análise do pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão, dentre outros critérios, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e /ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Estadual, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração.

23.7. O percentual de diferença entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela CONTRATADA/Detentora do registro de preços será mantido durante toda a vigência do registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

23.8. A repactuação, reajuste ou revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação na Imprensa Oficial.

23.9. **É vedado à contratada interromper o fornecimento ou a prestação do serviço enquanto aguarda o trâmite do processo de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste Edital.**

23.10. A repactuação, reajuste ou revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais e estaduais, que são soberanas à previsão do conteúdo exposto neste item.

24. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

24.1. Até o dia **XX/XX/2023, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública**, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacao@mpam.mp.br**, no horário local de expediente da Instituição, **até às 14 horas (horário local) da data limite fixada** ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

24.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da petição**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

24.4. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia XX/XX/2023, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, **às 14 horas (horário local) da data limite fixada,** preferencialmente por meio eletrônico via internet ou protocolizada no endereço indicado no rodapé do Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

24.5.1. O pedido de esclarecimento poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br, no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser

motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site https://www.gov.br/compras/pt-br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no **site oficial do MPAM**. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos".

24.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas, na Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0701, (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: **licitacao@mpam.mp.br**.

25.2. A **Autoridade Competente** designará o pregoeiro que conduzirá esta licitação, necessariamente escolhido dentre os Pregoeiros Oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

25.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

25.3.1. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deverá sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019.

25.3.2. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (preexistente), que deixou de ser juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (***TCU, Acórdão nº 1.211/2021, do Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, j. em 26.05.2021***).

25.3.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

25.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

25.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

25.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo.

25.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do FORNECEDOR de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

25.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento apuratório em face da conduta do licitante.

25.7. Em caso de licitante vencedor sediado fora da cidade de Manaus, cujo envio de documentos e demais solicitações ensejem utilização de serviços postais, **será obrigatória a apresentação de cópia do comprovante de envio dos itens solicitados, como forma de confirmação do atendimento aos prazos previstos em cada subitem**.

25.7.1. O comprovante poderá ser enviado para o e-mail: licitacao@mpam.mp.br**.**

25.7.2. **O descumprimento dos prazos para envio dos documentos ou demais solicitações, sem apresentação de justificativa, ensejará a desclassificação da empresa licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.**

25.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

25.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.12. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar nova documentação, ou nova proposta, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação das empresas.

25.13. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

25.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.15. Em substituição aos respectivos originais, todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação**;

25.15.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

25.16. Somente serão aceitos propostas e lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

25.17. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo referente a este pregão eletrônico, no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.

25.18. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

25.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital, assim como no caso de divergências entre os lançamentos no Sistema COMPRASNET, prevalecerá o Edital.

25.20. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados sem ônus para o interessado, antes da realização da licitação, no formato eletrônico, através de consulta aos sítios https://www.gov.br/compras/pt-br e www.mpam.mp.br, ou através do correio eletrônico da CPL,

licitacao@mpam.mp.br.

25.20.1. Poderão ser, também, adquiridos impressos mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico, calculado no produto de R$ 0,20 (vinte centavos) por página, depositado na conta-corrente n.º 13200-4, Agência 6019-4, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

25.21. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 389/2007, na Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, no Decreto Estadual n.º 21.178, de 27/09/2000, e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

25.22. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

Manaus AM, XX de março de 2023.

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 381/2022- DOMPE, Ed. 2495, de 23.11.2022

Documento assinado eletronicamente.

Os códigos de autenticidade podem ser conferidos na última página do Edital

ANEXO I

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 28.2022.DEAC.0905588.2022.017753

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO Nº 10.2023.DCCON.0990747.2022.017753

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELA DISPENSA DE VISTORIA

LOCAL: _____

Declaramos, sob as penalidades da lei, e em atendimento aos subitens 3.1.2 e 3.1.3. do Termo de Referência n.° 28.2022.DEAC, que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto a ser contratado, que assumimos total responsabilidade por esse fato e que não faremos uso deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

(Cidade-UF),_____ de _____ de 2023.

Representante legal da empresa licitante

Dados da empresa:

Nome:

CNPJ:

Endereço:

Fone:

E-mail:

Observação: Caso a empresa opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar esta declaração juntamente à Proposta de Preços.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, expressamente, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º, e seus incisos, da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;**

6. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

(Cidade-UF),_____ de _____ de 2023.

RAZÃO SOCIAL/CNPJ DA EMPRESA

Representante Legal

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, na cidade de _____, CEP _____, fone _____, e-mail _____, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.º 4.0__/2023-CPL/MP/PGJ**, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS					
Item	**Descrição**	**Qtd. (A)**	**Und.**	**Valor Unitário (R$) (B)**	**Valor Total (R$) (C=A*B)**
1					
2					
3					
...					
Valor total da Proposta R$ (por extenso)					

A _____(*nome da empresa)*_____ declara que concorda com todas as especificações do Edital.

1. **Prazo de validade da proposta**: _____
2. **Prazo de entrega/disponibilização dos serviços**: não podendo ser superior a 90 (noventa) dias corridos, contados da assinatura do Contrato e da Ordem de Serviço.
3. **Dados Bancários**: (*indicar o nome e número do banco, nome e número completo da agência e*

número da conta-corrente);

4. **Contato para fins de faturamento**: *(indicar o nome, cargo, endereço, telefone, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho).*
5. **Dados dos 3 (três) <u>principais integrantes</u> do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.

Nome: _____

CNPJ ou CPF: _____

<u>DECLARAÇÕES:</u>

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 5.6.**, para os devidos fins elencados no art. 9.º, e seus incisos, da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;**

6. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Local e data:

(*assinatura*)

(*nome do representante legal pela empresa*)

(*CPF do representante legal*)

ANEXO VI

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO – SEFAZ/AM

(*cidade*), ____ *de* _____ *de* _____

À

Diretoria de Orçamento e Finanças

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas

Av. Coronel Teixeira, 7995 – Nova Esperança

69037- 473 MANAUS/AM

A empresa (*informar a razão social, CNPJ e endereço*) solicita a esse Setor o seu cadastro no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – dessa **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.**

Assim sendo, acompanha esta carta de solicitação de cadastramento a documentação abaixo listada, exigida para a efetivação do registro:

a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

b) Cópia legível do comprovante (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário, etc.) dos seguintes dados bancários:

Banco: _____

Agência: _____

Conta: _____

Razão Social e CNPJ da empresa

Nome completo e CPF do Representante Legal

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 03/03/2023, às 17:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0990820** e o código CRC **435C8673**.

DESPACHO Nº 20.2023.CPL.0993841.2022.017753

Processo SEI Nº 2022.017753

Objeto: *Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses*

Trata-se dos autos do procedimento interno em epígrafe, versando sobre o objeto de referência, instruído por solicitação formalizada, inicialmente, através do **Memorando Nº 735.2022.DCCON.0895651.2022.017753**, exarado pela senhora **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, datado de 13/09/2022.

O detalhamento do objeto foi realizado, a priori, por intermédio do Termo de Referência Nº 23.2022.DEAC.0898631.2022.017753, tendo sido devidamente analisado pela Assessoria Jurídica, via Parecer Nº 120.2022.01AJ-SUBADM.0900865.2022.017753, e aprovado pelo Exmo. Sr. Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, por substituição legal, via Despacho Nº 596.2022.01AJ-SUBADM.0900866.2022.017753.

Entretanto, **o Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC,** senhor **Paulo Augusto de Oliveira Lopes, chamou o feito a ordem** para fazer constar como objeto dos serviços de manutenção preventiva e corretiva o equipamento (elevador) instalado na unidade da Paraíba - (prédio locado), gerando, assim, o **Termo de Referência Nº 28.2022.DEAC.0905588.2022.017753.**

Ato contínuo, foram os autos remetidos ao **Setor de Compras e Serviços – SCS**, em 28/09/2022, para providências.

Na ocasião, o **Setor de Compras e Serviços – SCS** colheu pesquisa de mercado aos autos e emitiu, em 09/02/2023, o **Mapa Demonstrativo de Preços Nº 12.2023.SCOMS.**0979812.2022.017753, subsidiando a elaboração do **Quadro - Resumo do Processo de Compra Nº 44.2023.SCOMS.**0979813.2022.017753**,** remetendo os autos à **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – DOF**, na mesma data.

Nessa linha, a **DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS – DOF** confeccionou a **Nota de Autorização de Despesas / Adjudicação -NAD Nº 73.2023.DOF - ORÇAMENTO**.0983250.2022.017753, datada de 15/02/2023.

Encaminhado o procedimento à **Comissão Permanente de Licitação - CPL**, aos 27/02/2023, considerando o objeto e as obrigações adivindas do **Termo de Referência Nº 28.2022.DEAC.**0905588.2022.017753, encaminhou-se os autos à **Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, através do **Ofício Nº 74.2023.CPL**.0990656.2022.017753, no intuito de se proceder análise sobre a necessidade de confecção de Minuta de Contrato Administrativo ou Minuta de Termo de Garantia e Assistência Técnica, para assegurar a adequada execução do futuro ajuste.

A **DCCON**, após análise, em 1º/03/2023, emitiu **Minuta de Contrato Administrativo Nº 10.2023.DCCON**.0990747.2022.017753 retornando os autos a esta Comissão de Licitação, através do **Memorando Nº 239.2023.DCCON**.0991596.2022.017753, na mesma data.

Desta feita, em razão das nuances do caso, bem como a necessidade de assegurar a boa contratação e prover-se dos instrumentos necessários para seleção da melhor proposta à Administração, este Comitê confeccionou **MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO** (doc. 0990820), **cujo critério de seleção é pelo menor preço GLOBAL.**

Por oportuno, esta CPL destaca que, foi alterado o Termo de Referência inicialmente aprovado, pra inclusão de um elevador, conforme Informação Nº 74.2022.DEAC.0905575.2022.017753, o que, salvo melhor juízo, merece análise da d. Assessoria. Ademais, a fim de não gerar dúvidas, cabe a adequação da quantidade mencionada no **Termo de Referência Nº 28.2022.DEAC.0905588.2022.017753**, item 2.1, haja vista que os serviços eventualmente contratados deverão ser executados **em 10 (DEZ) equipamentos instalados nos prédios da PGJ/AM, instalados em MANAUS, HUMAITÁ e TEFÉ**, apesar de haver a seguinte inconsistência:

> 2. DETALHAMENTO DO OBJETO
>
> 2.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência abrangem a **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** , com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição, dos seis equipamentos de transporte vertical instalados nos prédios da Ministério Público do Estado do Amazonas.
>
> Os serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** dos equipamentos de transporte vertical deverão ser executados **nos seis equipamentos instalados nos prédios da PGJ/AM**, instalados como descrito:

Sendo assim, **encaminhem-se os autos** do Processo em epígrafe à **SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, a fim de cumprir o disposto no parágrafo único, do artigo 38, da Lei n.º 8.666/93, e artigo 37, *caput,* da Constituição Federal, quanto à emissão do parecer jurídico e posterior aprovação pelo(a) Ordenador(a) de Despesas do **Termo de Referência Nº 28.2022.DEAC.0905588.2022.017753**, da **MINUTA DE EDITAL** (doc. 0990820) e da **Minuta Do Contrato Administrativo Nº 10.2023.DCCON.0990747.2022.017753.**

Manaus, 03 de março de 2023.

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 381/2022- DOMPE, Ed. 2495, de 23.11.2022

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 03/03/2023, às 17:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0993841** e o código CRC **BA970B54**.

PARECER Nº 59.2023.01AJ-SUBADM.0994244.2022.017753

PROCESSO: 2022.017753

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, FORNECIMENTO TOTAL DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE CONSUMO, E DEMAIS MATERIAIS DE REPOSIÇÃO NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NOS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE VERTICALES DOS PRÉDIOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, NO ESTADO DO AMAZONAS, POR UM PERÍODO DE 12 MESES.

INTERESSADA: DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC

EMENTA: ADMINISTRATIVO - PARECER OBRIGATÓRIO - ARTIGO 38 DA LEI N° 8.666/93 E ARTIGO 37, CAPUT DA CRFB/88 - **ANÁLISE JURÍDICA DE TERMO DE REFERÊNCIA, MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO E DE MINUTA DE CONTRATO** - REQUISITOS LEGAIS OBSERVADOS - ELEMENTOS FORMAIS E MATERIAIS OBRIGATÓRIOS PRESENTES - **PARECER PELA APROVAÇÃO**.

I. RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo deflagrado a partir do **MEMORANDO Nº 735.2022.DCCON** (0895651), da lavra da **Sra. Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios**, por meio do qual **informou acerca da expiração do Contrato Administrativo nº 004/2018 - MP/PGJ**, que não poderia mais ser prorrogado pois completará 60 (sessenta) meses de vigência na data de 19.03.2023, **e considerando a necessidade da continuidade na prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas**, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, encaminhou os autos ao Gestor/Fiscal do referido Contrato para adoção de providências cabíveis, caso fosse necessária a continuação da prestação dos serviços objeto do contrato.

Em seguida, a Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo, por meio do **MEMORANDO Nº 238.2022.DEAC** (0898665), encaminhou o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 23.2022.DEAC** (0898631) para análise e aprovação.

Após análise do referido documento, a Assessoria Jurídica, por meio do **PARECER Nº 120.2022.01AJ-SUBADM** (0900865), entendeu que todos os critérios exigíveis estavam presentes no referido documento, motivo pelo qual opinou pela aprovação do Termo de Referência, tendo sido acolhida a peça opinativa através do **DESPACHO Nº 596.2022.01AJ-SUBADM** (0900866).

Ressalta-se que, na data de 28/09/2022, a Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC chamou o processo à ordem a fim de juntar ao presente caderno processual o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 28.2022.DEAC** (0905588), uma vez que verificou a ausência do equipamento instalado na unidade da Paraíba - (prédio locado), conforme se verifica na **INFORMAÇÃO Nº 74.2022.DEAC** (0905575).

Ato contínuo, o Setor de Compras e Serviços - SCOMS, através do **MEMORANDO Nº 96.2023.SCOMS** (0979807), informou que realizou pesquisa de mercado via e-mail e telefone, consultando várias empresas fornecedoras, conforme registros de e-mail (0901976, 0902020, 0905231, 0905847, 0914432, 0935247 e 0974869). Dos potenciais fornecedores consultados nenhum encaminhou proposta válida durante o período da pesquisa, motivo pelo qual recorreu à plataforma on-line no Sistema Banco de Preços, através de acesso virtual no site <https://www.bancodeprecos.com.br/>, onde fora realizada a pesquisa de preços utilizando a Média Saneada das Propostas Finais (TCU) para obtenção da média que serviu de base para a elaboração dos documentos abaixo e a produção do Relatório da Cotação - Banco de Preços (0979810). Por fim, informou que os valores propostos apenas pelas duas supracitadas empresas serviram de base para a elaboração do **MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS N.º 12.2023.SCOMS** (0979812) e do **QUADRO-RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA N.º 44.2023.SCOMS** (0979813), com valor total de **R$ 132.257,64 (cento e trinta e dois mil duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).**

Após, os autos foram encaminhados à Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF que, por meio da **NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS/ADJUDICAÇÃO -NAD Nº 73.2023.DOF - ORÇAMENTO** (0983250), informou acerca da disponibilidade financeira e encaminhou os autos à Comissão Permanente de Licitação - CPL.

Por sua vez, a Comissão Permanente de Licitação, através do **OFÍCIO Nº 74.2023.CPL** (0990656), entendeu que a contratação deveria ser formalizada obrigatoriamente por meio de termo de contrato, motivo pelo qual encaminhou o presente caderno processual à Divisão de Contratos e Convênios – DCCON para que fosse verificada a necessidade de confecção de Minuta de Contrato Administrativo ou

Em seguida, a Divisão de Contratos e Convênios, por meio do **MEMORANDO Nº 239.2023.DCCON** (0991596), juntou ao processo em epígrafe a **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10.2023.DCCON** (0990747) e encaminhou os autos à CPL para prosseguimento do feito.

Por fim, a Comissão Permanente de Licitação - CPL, através do **DESPACHO Nº 20.2023.CPL** (0993841), realizou a juntada da **MINUTA DE EDITAL Nº 12.2023.CPL** (0990820), para realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA,** com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, para análise e aprovação desta SUBADM.

É o relatório. Passo a opinar.

II. DA FUNDAMENTAÇÃO

1. DO CUMPRIMENTO DO REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO

Ab initio, importante destacar que, em regra, a aquisição de bens e serviços pelo Poder Público depende de prévio procedimento licitatório, o que decorre, expressamente, do artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e, implicitamente, do princípio da isonomia, além dos princípios administrativos da impessoalidade e da moralidade.

> **Art. 37. A administração pública direta e indireta** de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte**:
>
> **XXI - ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, **compras** e alienações **serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes**, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (*grifo*)

Sobre o tema, o professor Marçal Justen Filho traz uma interpretação relevante do artigo supracitado, no que tange à prévia licitação e a contratação direta:

> A Constituição acolheu a presunção de que **prévia licitação produz a melhor contratação – entendida como aquela que assegura a maior vantagem possível à Administração Pública, com observância do princípio da isonomia**. Mas a própria Constituição se encarregou de limitar tal presunção, facultando contratação direta (sem licitação) nos casos previstos por lei. (*grifo*)

Na lição de Celso Antonio Bandeira de Mello em Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2009.):

> Licitação é um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na ideia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preencham os atributos e aptidões necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem assumir.

Tal procedimento administrativo visa garantir a observância de tratamento igualitário entre os interessados, a seleção da proposta mais vantajosa e o desenvolvimento nacional sustentável, nos termos do art. 3º da Lei n° 8.666/93 e do art. 5° da Lei n° 14.133/2021, que trata de normas gerais para a licitação e contratos administrativos, *in verbis*:

> **LEI Nº 8.666/93**
>
> **Art. 3° A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos**. (*grifo*)

> **LEI Nº 14.133/2021**
>
> **Art. 5º** Na aplicação desta Lei, **serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável**, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro). (*grifo*)

Como leciona Hely Lopes Meirelles:

> a legalidade, como princípio de administração, significa que o administrador público está, em toda sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei, e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se à responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso.

O autor continua que "*na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza*".

Por sua vez, o Poder Público, na forma da Carta Republicana, deve pautar-se também pelo princípio da impessoalidade e da moralidade administrativa.

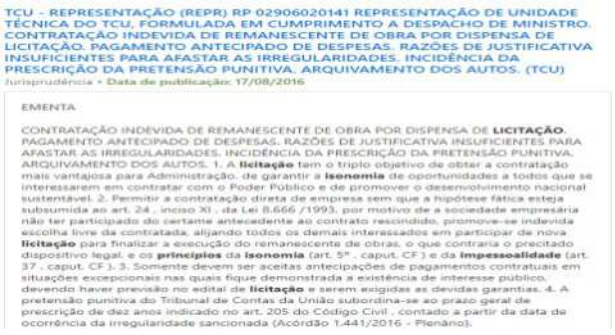
Nesse sentido, Hely Lopes Meireles resume seu entendimento:

> O princípio da impessoalidade referido na Constituição Federal nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador que só pratique o ato para seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de direito indica expressa ou virtualmente com objetivo do ato de forma impessoal. (MEIRELES, Hely Lopes, 2007)

O princípio da impessoalidade estabelece o dever de imparcialidade na defesa do interesse público, impedindo discriminações e privilégios indevidamente dispensados aos particulares no exercício da função administrativa. Além do mais, possui outro aspecto importante, a atuação dos agentes públicos é imputada ao Estado, portanto, as realizações não devem ser atribuídas à pessoa física do agente público, mas à pessoa jurídica estatal a que estiver ligado.

O que deve ser levado em conta no princípio da moralidade administrativa é a boa-fé dos atos praticados pelo administrador público. Como leciona Maria Silvia Di Pietro, "o princípio deve ser observado não apenas pelo administrador, mais também pelo particular que se relaciona com administração pública". (DI PIETRO, Maria Silvia, 2000).

Ademais, acerca da necessária observância dos princípios pela Administração Pública na realização da licitação, vejamos como leciona a jurisprudência do TCU:



TCU - REPRESENTAÇÃO (REPR) RP 029060201141 REPRESENTAÇÃO DE UNIDADE TÉCNICA DO TCU, FORMULADA EM CUMPRIMENTO A DESPACHO DE MINISTRO. CONTRATAÇÃO INDEVIDA DE REMANESCENTE DE OBRA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO. PAGAMENTO ANTECIPADO DE DESPESAS. RAZÕES DE JUSTIFICATIVA INSUFICIENTES PARA AFASTAR AS IRREGULARIDADES. INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. (TCU)

Jurisprudência - Data de publicação: 17/08/2016

EMENTA

CONTRATAÇÃO INDEVIDA DE REMANESCENTE DE OBRA POR DISPENSA DE **LICITAÇÃO**. PAGAMENTO ANTECIPADO DE DESPESAS. RAZÕES DE JUSTIFICATIVA INSUFICIENTES PARA AFASTAR AS IRREGULARIDADES. INCIDÊNCIA DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. ARQUIVAMENTO DOS AUTOS. 1. A **licitação** tem o triplo objetivo de obter a contratação mais vantajosa para Administração, de garantir a **isonomia** de oportunidades a todos que se interessarem em contratar com o Poder Público e de promover o desenvolvimento nacional sustentável. 2. Permitir a contratação direta de empresa sem que a hipótese fática esteja subsumida ao art. 24 , inciso XI , da Lei 8.666 /1993, por motivo de a sociedade empresária não ter participado do certame antecedente ao contrato rescindido, promove-se indevida escolha livre da contratada, alijando todos os demais interessados em participar de nova **licitação** para finalizar a execução do remanescente de obras, o que contraria o preceitado dispositivo legal, e os **princípios** da **isonomia** (art. 5º , caput, CF) e da **impessoalidade** (art. 37 , caput, CF). 3. Somente devem ser aceitas antecipações de pagamentos contratuais em situações excepcionais nas quais fique demonstrada a existência de interesse público, devendo haver previsão no edital de **licitação** e serem exigidas as devidas garantias. 4. A pretensão punitiva do Tribunal de Contas da União subordina-se ao prazo geral de prescrição de dez anos indicado no art. 205 do Código Civil , contado a partir da data de ocorrência da irregularidade sancionada (Acórdão 1.441/2016 - Plenário).

Portanto, depreende-se que o processo licitatório tem como objetivo garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes.

Assim, diante do exposto, entendo que a contratação pretendida justifica-se na medida em que se faz necessária a continuidade na prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, conforme especificações e quantitativos especificados no Termo de Referência.

2. DA ANÁLISE DO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 19.2022.ASCOM

Conforme já exposto, inicialemente fora submetido a esta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 23.2022.DEAC** (0898631) para análise e aprovação.

Após análise do referido documento, a Assessoria Jurídica, por meio do **PARECER Nº 120.2022.01AJ-SUBADM** (0900865), entendeu que todos os critérios exigíveis estavam presentes no referido documento, motivo pelo qual opinou pela aprovação do Termo de Referência, tendo sido acolhida a peça opinativa através do **DESPACHO Nº 596.2022.01AJ-SUBADM** (0900866).

Contudo, na data de 28/09/2022, a Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC chamou o processo à ordem a fim de juntar ao presente caderno processual o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 28.2022.DEAC** (0905588), uma vez que verificou a ausência do equipamento instalado na unidade da Paraíba - (prédio locado), conforme se verifica na **INFORMAÇÃO Nº 74.2022.DEAC** (0905575).

Compulsando o novo Termo de Referência e comparando-o com o anterior, constata-se que fora incluído o Detalhamento do Objeto o equipamento instalado no Anexo localizado à Avenida Jornalista Umberto Calderado Filho nº 175, Adrianopólis, CEP 69057-015, Manaus, Amazonas, passando a 10 (dez) equipamentos para manutenção preventiva e corretiva, conforme se verifica abaixo:

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência abrangem a **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição, dos seis equipamentos de transporte vertical instalados nos prédios da Ministério Público do Estado do Amazonas.

Os serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** dos equipamentos de transporte vertical deverão ser executados nos seis equipamentos instalados nos prédios da PGJ/AM, instalados como descrito:

Item	Número	Fabricante	Capacidade de Carga (Kg)	Número de Paradas	Velocidade (m/min)
	Instalados no edifício-sede, localizado à Avenida Coronel Teixeira, n.° 7.995. Nova Esperança. CEP 69037-473. Manaus, Amazonas				
1	Número de série 17794. Linha OMI	ThyssenKrupp	8 / 560	5	60,00
2	Número de série 17795. Linha OMI	ThyssenKrupp	10 / 750	5	60,00
3	Número de série 17796. Linha OMI	ThyssenKrupp	10 / 750	5	60,00
	Instalados na sede administrativa da PGJ, localizado à Avenida Coronel Teixeira, n.° 7.995, Nova Esperança. CEP 69037-473. Manaus, Amazonas				
4	Número de série M3281 Linha VW2. Casa de máquinas instalado no térreo do prédio.	OTIS	8 / 630	4	60,00
5	Número de série M3282. Linha VW2. Casa de máquinas instalado no térreo do prédio.	OTIS	8 / 630	4	60,00
	Instalados no Anexo localizado à Avenida André Araújo n° 23, Aleixo, CEP 69037-473, Manaus, Amazonas				
6	Número de série 63733. Linha PRF	ThyssenKrupp	6 / 450	4	45,00
	Instalado no Anexo localizado à Avenida Jornalista Umberto Calderado Filho n° 175, Adrianopólis, CEP 69057-015, Manaus, Amazonas				
7	Número de série OVM 1142786	Atlas Schinder	8/560	1	45,00
	Instalados na unidade localizada à Rua 13 de Novembro s/n°, Centro, CEP 69800-000, Humaitá, Amazonas				
8	Plataforma Vertical	...	2 / 275	2	3,00
	Instalados na unidade localizado à Marechal Costa e Silva n.° 23, Centro, CEP 69240-000, Autazes, Amazonas				
9	Plataforma Vertical	BLOTEK	2 / 325	2	3,00
	Instalados na Unidade localizado à Avenida Benjamin Constant n° 23, Centro, CEP 69550-000, Tefé, Amazonas				
10	Número de série 182079. Plataforma Vertical	TKE	2 / 275	2	6,00

Importa destacar que, após análise minuciosa quanto ao item do objeto, verificou-se a existência de contradição no supracitado item, tendo em vista que os serviços eventualmente contratados deverão ser executados **em 10 (DEZ) equipamentos instalados nos prédios da PGJ/AM, instalados em MANAUS, HUMAITÁ, AUTAZES e TEFÉ**, apesar de constar no item 2.1 do Termo de Referência que os "*serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** dos equipamentos de transporte vertical deverão ser executados nos seis equipamentos instalados nos prédios da PGJ/AM*", sendo necessária a retificação do referido item a fim de não gerar dúvidas quanto da realização do certame.

Quanto aos demais itens do referido instrumento, constata-se que permaneceram inalterados, sendo possível concluir que o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 28.2022.DEAC** (0905588) apresenta os requisitos necessários à regular sequência do procedimento de contratação, pois, descreve minuciosamente o objeto a ser contratado, com especificação de itens, justifica a necessidade da proposição, estabelece condições para participar da licitação, prevê as obrigações da adquirente e da fornecedora, eventuais sanções administrativas por inadimplemento, dentre outros dispositivos essenciais à regularidade da aquisição dos serviços pretendidos.

3. DA NATUREZA DO OBJETO LICITADO E DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO ESCOLHIDA

A Lei Federal n.º 10.520/02 instituiu o Pregão como modalidade de licitação tendente à aquisição de "*bem ou serviço comum*", definido pelo parágrafo único, do seu art. 1º, como, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

> **Art. 1.º** Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.
>
> **Parágrafo único.** Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Na realidade, a norma, ao restringir o âmbito de aplicação do Pregão, objetiva viabilizar a realização de um procedimento mais simples para aquisição de bens e serviços razoavelmente padronizados, possibilitando à Administração negociar o melhor preço, sem comprometer a viabilidade da proposta.

Dessa maneira, a modalidade escolhida é adequada, uma vez caracterizado o objeto do certame como bem comum e, consequentemente, consideram-se presentes todos os elementos obrigatórios do Edital, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 4.º da Lei n.° 10.520/02, art. 40 da Lei n.° 8.666/93, naquilo que é cabível, com o art. 9.° do Decreto n.° 3.931/01 e, no âmbito interno, com o art. 7.º

do Ato PGJ n.º 389/07 (regulamentor do Pregão Presencial e Eletrônico).

3.1.DOS ATOS ESSENCIAIS AO PREGÃO

O Pregão é regido pela Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 3.555/2000, o Decreto nº 10.024/2019 e, subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93.

Os requisitos a serem observados na fase preparatória da licitação foram estabelecidos no art. 3º da Lei nº 10.520/2002, que assim dispõe:

> I - **a autoridade competente justificará a necessidade de contratação** e **definirá o objeto do certame**, **as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento**;
>
> II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;
>
> III - **dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I** deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e
>
> IV - **a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio**, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor. (*grifo*)

Ademais, o art. 21 do Decreto n.° 3.555/00, elenca todos os atos essenciais a realização do Pregão:

> **Art. 21.** Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:
>
> I - justificativa da contratação;
>
> II - termo de referência, contendo descrição detalhada do objeto, orçamento estimativo de custos e cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso;
>
> III - planilhas de custo;
>
> IV - garantia de reserva orçamentária, com a indicação das respectivas rubricas;
>
> V - autorização de abertura da licitação;
>
> VI - designação do pregoeiro e equipe de apoio;
>
> VII - parecer jurídico;
>
> VIII - edital e respectivos anexos, quando for o caso;
>
> IX - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, conforme o caso;
>
> X - originais das propostas escritas, da documentação de habilitação analisada e dos documentos que a instruírem;
>
> XI - ata da sessão do pregão, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos; e
>
> XII - comprovantes da publicação do aviso do edital, do resultado da licitação, do extrato do contrato e dos demais atos relativos a publicidade do certame, conforme o caso.

De logo, constata-se a presença de todos os pressupostos necessários ao prosseguimento do feito.

3.2. DA MINUTA DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

Conforme exposto alhures, o certame licitatório é um procedimento prévio de seleção por meio do qual a Administração, mediante critérios previamente estabelecidos, isonômicos, abertos ao público e fomentadores da competitividade, busca escolher a melhor alternativa para a celebração de um contrato (Ronny Charles Lopes de Torres, Lei de Licitações Públicas Comentadas. Salvador: Juspodivm. 2018. P. 44).

Desta feita, o edital é "*ato pelo qual a Administração divulga a abertura da concorrência, fixa os requisitos para participação, define o objeto e as condições básicas do contrato e convida a todos os interessados para que apresentem suas propostas*" (Maria Sylvia Zanella Di Pietro. Direito Administrativo, 2014. P. 423).

Portanto, conclui-se que o Edital é o instrumento adequado para que a Administração Pública tenha êxito em atingir os objetivos impostos pelo Regime Jurídico Administrativo, bem como trazer segurança jurídica a avença. Assim, consoante salienta José dos Santos Carvalho Filho "*o edital traduz uma verdadeira lei porque subordina administradores e administrados às regras que estabelece. Para a Administração, o edital é ato vinculado e não pode ser desrespeitado por seus agentes*".

Esse entendimento está consolidado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, como se pode aferir, *in verbis*: "*(...) o Poder Discricionário da Administração esgota-se com a elaboração do Edital de Licitação. A partir daí, nos termos do vocábulo constante da própria Lei, a Administração Pública vincula-se 'estritamente' a ele.*" (REsp. nº 421.946/DF, 1ª T., rel. Min, Francisco Falcão, j. em 7.02.2006, DJ em 6.3.2006, p. 163).

Outrossim, é a redação do artigo 41, da Lei 8.666/93, que disciplina as matérias de Licitações e Contratos Administrativos: "*Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.*".

Ademais, o Edital é o instrumento convocatório do cotejo, cabendo a ele dispor acerca das condições e regras de habilitação, critérios de julgamento, bem como definir as penalidades a serem cominadas, a forma de pagamento, dentre outros aspectos. Assim, cumpre-lhe atribuir mecanismos que assegurem e promovam a máxima competitividade e a igualdade entre os licitantes, de maneira que o resultado do certame seja o mais efetivo e legítimo aos interesses da Administração Pública.

In casu, considero presentes todos os elementos obrigatórios desse instrumento, em conformidade com o disposto no inciso III do art. 4.º da Lei n.° 10.520/02, art. 40 da Lei n.° 8.666/93, naquilo que é cabível, com o art. 9.° do Decreto n.° 7.892/2013, Decreto Federal n.º 10.024/2019, e, no âmbito interno, com o art. 7.º do Ato PGJ n.º 389/07 (regulamenta o Pregão Presencial e Eletrônico).

4. DA ANÁLISE DA MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Sabe-se que, em regra, as contratações administrativas devem ser celebradas mediante termo de contrato no qual se vejam formalmente insculpidas todas as cláusulas essenciais relacionadas no art. 55 da Lei n° 8.666/93 e eventuais normas correlatas.

Isto posto, destaca-se que o art. 55 da Lei nº 8.666/03 elenca as seguintes cláusulas necessárias para celebração de uma avença sob o regime de direito público:

> Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:
>
> I - o objeto e seus elementos característicos;
>
> II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
>
> III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
>
> IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
>
> V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
>
> VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
>
> VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
>
> VIII - os casos de rescisão;
>
> IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
>
> X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;
>
> XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;
>
> XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;
>
> XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

No mesmo sentido, manifesta-se a Corte Federal de Contas ao se referir ao dever da Administração de observar os requisitos do contrato:

> Observe a necessidade de apresentação de cláusulas contratuais específicas e precisas, sobretudo quanto à definição do objeto da avença, do preço acordado, do tempo de execução e da atualização monetária do negócio jurídico, vedada a possibilidade de sub-rogação do pacto, conforme exigem os arts. 40, incisos XI e XIV, alíneas 'c' e 'd', 54, 55, caput, inciso III, 56, 61, 72 e 78, inciso VI, todos da Lei nº 8.666/1993. (ACÓRDÃO 1837/2009, PLENÁRIO).
>
> Defina o objeto de forma precisa, suficiente e clara, não se admitindo discrepância entre os termos do edital, do termo de referência e da minuta de contrato, sob pena de comprometer o caráter competitivo do certame, em atendimento aos arts. 3º, inciso II, e 4º, inciso III, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 8º, inciso I do Decreto nº 3.555/2000. (ACÓRDÃO 531/2007, PLENÁRIO).

Após análise da **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10.2023.DCCON** (0990747), verifico que todos os elementos contratuais necessários a respaldar com segurança a avença encontram-se presentes, não havendo óbice a sua aprovação.

5. DA (NÃO) EXCLUSIVIDADE DO CERTAME LICITATÓRIO A MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, NO CASO CONCRETO

Com o advento da Lei Complementar n.º 123/2006 (alterada posteriormente pela Lei Complementar n.º 147/2014) que instituiu o Estatuto Nacional das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), destinou-se a estas a exclusividade de participação em expediente licitatório nas contratações cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme se extrai de seu artigo 48, I:

> Art. 48 – Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:
>
> I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos **itens** de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

A partir de 05 de janeiro de 2016 passou a viger o Decreto n. º 8.538/2015 (Decreto Federal que se aplica subsidiariamente à administração pública estadual e municipal) norma que favorece tais

pessoas jurídicas, conforme diretriz constitucional de redução de desigualdades existentes entre tais empresas e outros tipos societários, estímulo da economia regional/local e criação de novos postos de trabalho e que repercute também nas suas letras o limite de R$ 80.000,00 para aplicação da licitação exclusiva a ME e EPP (artigo 6º), ratificando os termos da Lei Complementar n.º 123/2006.

Nesse sentido, é importante salientar a redação do art. 49, da Lei Complementar n.º 123/2006, *in verbis*:

> Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:
>
> (...)
>
> III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

Desta feita, tem-se que a situação fática em análise amolda-se perfeitamente à legislação de referência. Evidencia-se, por oportuno, que a adoção desta medida não irá tolher o direito dos empreendimentos que detêm tal classificação de participar do certame, haja vista que a medida apenas tenta evitar situações passadas que prejudicaram o interesse público e o bom funcionamento deste Órgão Ministerial.

Compulsando os autos, verifica-se que objeto a ser licitado **ultrapassa** o valor limite de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), portanto, correta está a *não aplicação* da regra da exclusividade para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte pela i. Comissão Permanente de Licitação - CPL.

III. CONCLUSÃO

Ex positis, esta Assessoria Jurídica **OPINA** pela **APROVAÇÃO, COM RESSALVAS** , do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 28.2022.DEAC** (0905588), uma vez que fora verificada a existência de contradição no Detalhamento do Objeto (item 2), tendo em vista que os serviços eventualmente contratados deverão ser executados em **10 (DEZ) equipamentos instalados nos prédios da PGJ/AM, instalados em MANAUS, HUMAITÁ, AUTAZES e TEFÉ**, apesar de constar no item 2.1 do Termo de Referência que os "*serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** dos equipamentos de transporte vertical deverão ser executados nos seis equipamentos instalados nos prédios da PGJ/AM*", sendo necessária a retificação do referido item a fim de não gerar dúvidas quanto da realização do certame.

Ademais, **OPINA** pela **APROVAÇÃO** da **MINUTA DE EDITAL Nº 12.2023.CPL** (0990820), para realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA,** com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, e da **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10.2023.DCCON** (0990747), considerando a presença dos requisitos exigíveis.

Importante frisar que a Lei nº 14.133/2021, a nova Lei de Licitações, em que pese não ter revogado de imediato todos os dispositivos da Lei nº 8.666/93, já previu em seu artigo 6º, XXIII, a definição e os elementos do Termo de Referência, sendo indispensável que as unidades deste Ministério Público iniciem a cautelosa transposição dos ensinamentos do novo mandamento legal aos documentos correlatos às licitações e aos contratos administrativos vindouros, preparando-se para a total revogação da Lei nº 8.666/93.

Ressalta-se ainda que, de acordo com o inciso II do art. 193 da Lei n° 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações entrará em vigor a partir de 01/04/2023, e, conforme dispõe o art. 191 do referido diploma legal, até o decurso do prazo a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente sob os dtames da Lei n° 8.666/1993 ou da Lei n° 14.133/2021.

Assim considerando que as presnetes minutas estão utilizando como fundamento a Lei n° 8.666/1993 e a Lei nº. 10.520/2002, considerando ainda que o ordenamento jurídico encontra-se no período de transição entre os referidos diplomas legais, bem como a orientação contida nos Comunicados n° 10/2022 e n° 13/2022 da SEGES/ME, entende-se que deve ser observada a publicação do edital ou do aviso da contratação direta para garantir a ultratividade do regime antigo, sob pena de necessária retificação para readequação ao ditames da Nova Lei de Licitações.

É o parecer que submento à apreciação de Vossa Excelência.

ASSESSORIA DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, Manaus/AM, 06 de março de 2023.

DÉBORAH TRAJANO CORRÊA CASTELLO BRANCO

Assessora Jurídica

Documento assinado eletronicamente por **Déborah Trajano Correa Castello Branco**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 06/03/2023, às 12:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0994244** e o código CRC **839727A1**.

DESPACHO Nº 264.2023.01AJ-SUBADM.0994674.2022.017753

Trata-se de procedimento administrativo deflagrado a partir do **MEMORANDO Nº 735.2022.DCCON** (0895651), da lavra da **Sra. Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios**, por meio do qual **informou acerca da expiração do Contrato Administrativo nº 004/2018 - MP/PGJ**, que não poderia mais ser prorrogado pois completará 60 (sessenta) meses de vigência na data de 19.03.2023, **e considerando a necessidade da continuidade na prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas**, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, encaminhou os autos ao Gestor/Fiscal do referido Contrato para adoção de providências cabíveis, caso fosse necessária a continuação da prestação dos serviços objeto do contrato.

Em seguida, a Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo, por meio do **MEMORANDO Nº 238.2022.DEAC** (0898665), encaminhou o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 23.2022.DEAC** (0898631) para análise e aprovação.

Após análise do referido documento, a Assessoria Jurídica, por meio do **PARECER Nº 120.2022.01AJ-SUBADM** (0900865), entendeu que todos os critérios exigíveis estavam presentes no referido documento, motivo pelo qual opinou pela aprovação do Termo de Referência, tendo sido acolhida a peça opinativa através do **DESPACHO Nº 596.2022.01AJ-SUBADM** (0900866).

Ressalta-se que, na data de 28/09/2022, a Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC chamou o processo à ordem a fim de juntar ao presente caderno processual o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 28.2022.DEAC** (0905588), uma vez que verificou a ausência do equipamento instalado na unidade da Paraíba - (prédio locado), conforme se verifica na **INFORMAÇÃO Nº 74.2022.DEAC** (0905575).

Ato contínuo, o Setor de Compras e Serviços - SCOMS, através do **MEMORANDO Nº 96.2023.SCOMS** (0979807), informou que realizou pesquisa de mercado via e-mail e telefone, consultando várias empresas fornecedoras, conforme registros de e-mail (0901976, 0902020, 0905231, 0905847, 0914432, 0935247 e 0974869). Dos potenciais fornecedores consultados nenhum encaminhou proposta válida durante o período da pesquisa, motivo pelo qual recorreu à plataforma on-line no Sistema Banco de Preços, através de acesso virtual no site <https://www.bancodeprecos.com.br/>, onde fora realizada a pesquisa de preços utilizando a Média Saneada das Propostas Finais (TCU) para obtenção da média que serviu de base para a elaboração dos documentos abaixo e a produção do Relatório da Cotação - Banco de Preços (0979810). Por fim, informou que os valores propostos apenas pelas duas supracitadas empresas serviram de base para a elaboração do **MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS N.º 12.2023.SCOMS** (0979812) e do **QUADRO-RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA N.º 44.2023.SCOMS** (0979813), com valor total de **R$ 132.257,64 (cento e trinta e dois mil duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).**

Após, os autos foram encaminhados à Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF que, por meio da **NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS/ADJUDICAÇÃO -NAD Nº 73.2023.DOF - ORÇAMENTO** (0983250), informou acerca da disponibilidade financeira e encaminhou os autos à Comissão Permanente de Licitação - CPL.

Por sua vez, a Comissão Permanente de Licitação, através do **OFÍCIO Nº 74.2023.CPL** (0990656), entendeu que a contratação deveria ser formalizada obrigatoriamente por meio de termo de contrato, motivo pelo qual encaminhou o presente caderno processual à Divisão de Contratos e Convênios – DCCON para que fosse verificada a necessidade de confecção de Minuta de Contrato Administrativo ou Minuta de Termo de Garantia e Assistência Técnica.

Em seguida, a Divisão de Contratos e Convênios, por meio do **MEMORANDO Nº 239.2023.DCCON** (0991596), juntou ao processo em epígrafe a **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10.2023.DCCON** (0990747) e encaminhou os autos à CPL para prosseguimento do feito.

Por fim, a Comissão Permanente de Licitação - CPL, através do **DESPACHO Nº 20.2023.CPL** (0993841), realizou a juntada da **MINUTA DE EDITAL Nº 12.2023.CPL** (0990820), para realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA,** com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, para análise e aprovação desta SUBADM.

Após exame dos referidos documentos, considerando a presença dos requisitos exigíveis, a Assessoria Jurídica, por meio do **PARECER Nº 59.2023.01AJ-SUBADM** (0994244), manifestou-se conclusivamente da seguinte maneira:

> **III. CONCLUSÃO**
>
> *Ex positis,* esta Assessoria Jurídica **OPINA** pela **APROVAÇÃO, COM RESSALVAS**, do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 28.2022.DEAC** (0905588), uma vez que fora verificada a existência de contradição no Detalhamento do Objeto (item 2), tendo em vista que os serviços eventualmente contratados deverão ser executados em **10 (DEZ) equipamentos instalados nos prédios da PGJ/AM, instalados em MANAUS, HUMAITÁ, AUTAZES e TEFÉ**, apesar de constar no item 2.1 do Termo de Referência que os "*serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** dos equipamentos de transporte vertical deverão ser executados nos seis equipamentos instalados nos prédios da PGJ/AM*", sendo necessária a retificação do referido item a fim de não gerar dúvidas quanto da realização do certame.
>
> Ademais, **OPINA** pela **APROVAÇÃO** da **MINUTA DE EDITAL Nº 12.2023.CPL** (0990820), para realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA,** com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, e da **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10.2023.DCCON** (0990747), considerando a presença dos requisitos exigíveis.
>
> Importante frisar que a Lei nº 14.133/2021, a nova Lei de Licitações, em que pese não ter revogado de imediato todos os dispositivos da Lei nº 8.666/93, já previu em seu artigo 6º, XXIII, a definição e os elementos do Termo de Referência, sendo indispensável que as unidades deste Ministério Público iniciem a cautelosa transposição dos ensinamentos do novo mandamento legal aos documentos correlatos às licitações e aos contratos administrativos vindouros, preparando-se para a total revogação da Lei nº 8.666/93.
>
> Ressalta-se ainda que, de acordo com o inciso II do art. 193 da Lei n° 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações entrará em vigor a partir de 01/04/2023, e, conforme dispõe o art. 191 do referido diploma legal, até o

decurso do prazo a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente sob os dtames da Lei n° 8.666/1993 ou da Lei n° 14.133/2021.

Assim considerando que as presnetes minutas estão utilizando como fundamento a Lei n° 8.666/1993 e a Lei nº. 10.520/2002, considerando ainda que o ordenamento jurídico encontra-se no período de transição entre os referidos diplomas legais, bem como a orientação contida nos Comunicados n° 10/2022 e n° 13/2022 da SEGES/ME, entende-se que deve ser observada a publicação do edital ou do aviso da contratação direta para garantir a ultratividade do regime antigo, sob pena de necessária retificação para readequação ao ditames da Nova Lei de Licitações.

Assim sendo, pelos fatos e fundamentos carreados aos presentes autos, **ACOLHO** na íntegra a peça opinativa supracitada e, por conseguinte, **APROVO COM RESSALVAS** o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 28.2022.DEAC** (0905588), uma vez que fora verificada a existência de contradição no Detalhamento do Objeto (item 2), tendo em vista que os serviços eventualmente contratados deverão ser executados em **10 (DEZ) equipamentos instalados nos prédios da PGJ/AM, instalados em MANAUS, HUMAITÁ, AUTAZES e TEFÉ**, apesar de constar no item 2.1 do Termo de Referência que os "*serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** dos equipamentos de transporte vertical deverão ser executados nos seis equipamentos instalados nos prédios da PGJ/AM*", sendo necessária a retificação do referido item a fim de não gerar dúvidas quanto da realização do certame.

Outrossim, **APROVO** a **MINUTA DE EDITAL Nº 12.2023.CPL** (0990820), para realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA,** com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, bem como a **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10.2023.DCCON** (0990747), considerando a presença dos requisitos exigíveis.

Por fim, considerando que os presentes documentos estão utilizando como fundamento a Lei n° 8.666/1993 e a Lei nº. 10.520/2002, considerando ainda que o ordenamento jurídico encontra-se no período de transição entre a antiga e a nova lei de licitações, bem como a orientação contida nos Comunicados n° 10/2022 e n° 13/2022 da SEGES/ME, entende-se que deve ser observado como marco temporal a publicação do edital ou do aviso da contratação direta para garantir a ultratividade do regime antigo, sob pena de necessária retificação para readequação ao ditames da Nova Lei de Licitações.

À Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC para retificação do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 28.2022.DEAC** (0905588).

Após, encaminhe os autos à Comissão Permanente de Licitação – CPL, para as providências de estilo.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am), na data de assinatura digital.

LILIAN MARIA PIRES STONE
Promotora de Justiça de Entrância Final

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 06/03/2023, às 13:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0994674** e o código CRC **0CF52FC6**.

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2023.DEAC.0995724.2022.017753

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

1.1. O Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, para consecução dos seus objetivos institucionais, quais sejam, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis, necessita dos serviços ora solicitados, que proporcionarão maior segurança e conforto aos usuários das instalações deste *Parquet,* bem como redução dos custos de manutenção.

Considera-se necessária a manutenção preventiva e corretiva, tendo como objetivo minimizar o período de indisponibilidade do sistema, ou mau funcionamento, por problemas técnicos ou outros motivos.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência abrangem a **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição, dos equipamentos de transporte vertical instalados nos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas listados no item 2.2.

2.2 Os serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** dos equipamentos de transporte vertical deverão ser executados nos seis equipamentos instalados nos prédios da PGJ/AM, instalados como descrito:

Item	Número	Fabricante	Capacidade de Carga (Kg)	Número de Paradas	Velocidade (m/min)
	Instalados no edifício-sede, localizado à Avenida Coronel Teixeira, n.° 7.995. Nova Esperança. CEP 69037-473. Manaus, Amazonas				
1	Número de série 17794. Linha OMI	ThyssenKrupp	8 / 560	5	60,00
2	Número de série 17795. Linha OMI	ThyssenKrupp	10 / 750	5	60,00
3	Número de série 17796.	ThyssenKrupp	10 / 750	5	60,00

	Linha OMI				
	Instalados na sede administrativa da PGJ, localizado à Avenida Coronel Teixeira, n.° 7.995, Nova Esperança. CEP 69037-473. Manaus, Amazonas				
4	Número de série M3281 Linha VW2. Casa de máquinas instalado no térreo do prédio.	OTIS	8 / 630	4	60,00
5	Número de série M3282. Linha VW2. Casa de máquinas instalado no térreo do prédio.	OTIS	8 / 630	4	60,00
	Instalados no Anexo localizado à Avenida André Araújo nº 23, Aleixo, CEP 69037-473, Manaus, Amazonas				
6	Número de série 63733. Linha PRF	ThyssenKrupp	6 / 450	4	45,00
	Instalado no Anexo localizado à Avenida Jornalista Umberto Calderado Filho nº 175, Adrianopólis, CEP 69057-015, Manaus, Amazonas				
7	Número de série OVM 1142786	Atlas Schinder	8/560	1	45,00
	Instalados na unidade localizada à Rua 13 de Novembro s/nº, Centro, CEP 69800-000, Humaitá, Amazonas				
8	Plataforma Vertical	...	2 / 275	2	3,00
	Instalados na unidade localizado à Marechal Costa e Silva n.º 23, Centro, CEP 69240-000, Autazes, Amazonas				
9	Plataforma Vertical	BLOTEK	2 / 325	2	3,00
	Instalados na Unidade localizado à Avenida Benjamin Constant nº 23, Centro, CEP 69550-000, Tefé, Amazonas				
10	Número de série 182079. Plataforma Vertical	TKE	2 / 275	2	6,00

2.3. Os equipamentos operam com sistema inteligente duplex, o qual evita que os equipamentos de transporte vertical atendam à mesma chamada.

2.4. Não poderá haver subempreitada ou subcontratação sem o prévio e expresso consentimento por escrito da Contratante.

2.5. Os valores contratados deverão contemplar os serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA com FORNECIMENTO TOTAL DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, com cobertura de todos os equipamentos, peças, ferramentas e utensílios necessários ao cumprimento das atividades, bem como as características técnicas adequadas à boa execução dos serviços, incluindo todas as despesas/custos com peças materiais, ferramentas, mão de obra, frete, seguro, impostos e demais despesas/obrigações, necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação.

3. **CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO**

Para que possam se habilitar a executar os serviços descritos, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

3.1. Declaração de Vistoria, (*Anexo II deste Termo*). **A realização de vistoria é facultativa.**

3.1.1. **Na hipótese de optar pela realização da vistoria**, o interessado deverá obedecer às seguintes condições.

3.1.1.1. A vistoria **deverá** ser realizada por pessoa devidamente credenciada pela empresa interessada (*Anexo I deste Termo*).

3.1.1.2. Essa condição deverá ser comprovada através de carteira de identidade e prova de vínculo com a empresa interessada, que deverão se apresentar portando **Carta de Credenciamento**, emitida pelo representante legal da empresa, apresentando o profissional que realizará a vistoria;

3.1.1.3. Por ocasião da visita, as empresas licitantes deverão apresentar documento, denominado **Atestado de Vistoria Técnica**, modelo *Anexo II deste Termo* de Referência, que será assinado por servidor designado da **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC** - desta PGJ-AM, onde o servidor declara ter acompanhado o responsável técnico apresentado pela empresa durante a vistoria técnica realizada.

3.1.1.4. O referido Atestado deverá ser apresentado posteriormente, na **fase licitatória**, nos termos definidos no edital do certame;

3.1.1.5. A **vistoria** poderá ser realizada até 05 (cinco) dias antes à data estipulada para abertura da licitação;

3.1.1.6. As visitas deverão ser agendadas com o mínimo de 07 (sete) dias de antecedência à data limite de vistoria, com a **Divisão de Engenharia Arquitetura e Cálculo - DEAC**, pelos telefones (92) 3655-0739, no período das 8h às 13h.

3.1.1.7. O tempo de antecedência para agendamento é necessário para que a Administração possa planejar a equipe para acompanhamento da vistoria.

3.1.1.8. A visita será realizada por pessoa indicada pela interessada, que se apresentará muniçiado de documento de Credenciamento para Vistoria, emitido pelo Representante Legal da interessada.

3.1.1.9. Por ocasião da visita, a interessada deverá apresentar à PGJ sua Declaração de Vistoria.

3.1.2 **Caso a empresa opte por não realizar a vistoria**, o interessado deverá apresentar no processo licitatório, em substituição à Declaração de Vistoria, uma Declaração de Dispensa de Vistoria assinada pelo responsável legal, informando sua opção da não realização desta visita.

3.1.3. Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, para a execução dos serviços propostos, mesmo não tendo feio a vistoria.

3.2. Comprovação de qualificação técnica, constando de:

3.2.1. Prova de inscrição ou registro da empresa junto ao **CONSELHO REGIONAL DE**

ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (CREA) , da localidade da sede da licitante. No caso de a licitante possuir CREA de outra localidade, deverá apresentar visto do CREA-AM, previamente à contratação, em sua plena validade, com indicação do objeto social compatível com a presente licitação, de acordo com disposto no Inciso I do Art. 30 da Lei nº 8.666/93.

3.2.2. Apresentar Certidão de Registro ou Inscrição no **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (CREA)** , comprovando que faz parte do corpo técnico da pessoa jurídica, no mínimo um Responsável Técnico habilitado na área Engenharia Mecânica (resolução 218/CONFEA; atribuições do art.12).

3.2.3. Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no órgão competente - CREA, que comprove(m) que a empresa licitante tenha executado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto ora licitado, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais e qualitativas com o objeto da presente licitação, em edificações não residenciais e com o fornecimento de todo o material de reposição.

3.3. Declaração, sob assinatura do Representante da empresa, de que, sendo vencedora da Licitação, em até 5 (cinco) dias úteis, após a celebração do Contrato, providenciará, junto ao CREA/AM, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART (art. 1º da Lei 6496/1977), e encaminhará à contratante uma cópia autenticada da documentação que comprove o registro.

3.4. Declaração da LICITANTE de que apresentará, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem as instalações, o aparelhamento e o pessoal técnico, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do Contrato, bem como disponibilizará a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

3.5. Declaração da LICITANTE de que, caso seja declarada vencedora da Licitação, manterá, em MANAUS -AM, sede, filial ou representação dotada de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, comprovando posteriormente, caso vencedora, esta condição.

4. **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1 A execução dos serviços deverá obedecer às seguintes orientações:

4.1.1 MANUTENÇÃO é entendida como o conjunto de atividades técnico-administrativas, de natureza preventiva e corretiva, com vistas à preservação da vida útil, sem perda das características, da integridade e ponto ótimo de operação do equipamento, instalações, sistemas ou suas partes;

4.1.2 Os serviços prestados pela CONTRATADA nos equipamentos de transporte vertical alcançam: cabina, luminária, circuladores de ar, máquina de tração, rolamentos, motor, freio, coletor e escovas; limitador de velocidade; painéis de comando, painéis elétricos, bobinas, relês, conjuntos elétricos e eletrônicos, proteções elétricas; disjuntores; derives, chaves; contactoras, módulo de potência; cabos de aço; cabos elétricos; cabos de comando; polias de tração, de compensação e esticadoras; para-choques, guias, fixadores e tensores; contrapesos, coxins; carretilhas de portas, trincos, fechaduras; operadores elétricos, portas dos pavimentos, correias e cordoalhas.

4.2 Na execução dos serviços deverão ser respeitadas, no que couber:

4.2.1. As normas e especificações constantes deste Termo;

4.2.2. As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

4.2.3. As disposições legais, pertinentes, da União, Estado e Município;

4.2.4. As prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos quanto aos procedimentos de manutenção e operação;

4.2.5. Aos regulamentos das empresas concessionárias de energia;

4.2.6. Aos regulamentos do Corpo de Bombeiros do Estado do Amazonas;

4.2.7. As normas internacionais consagradas, na falta de normas da ABNT;

4.2.8. As normas regulamentadores do Ministério do Trabalho;

4.2.9. A resolução CONFEA N.º 425/98 (ART).

4.3. Deverá a CONTRATADA manter controle individualizado dos equipamentos de transporte vertical, onde serão registradas suas características, medições, observações de funcionamento, peças substituídas e serviços executados.

4.4. Todos os itens necessários à realização dos serviços de manutenção deverão estar incluídos no valor contratado, mesmo que não registrados nos edital, contrato ou termo de referência.

4.5. No início da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar o **Plano Básico de Manutenção, Operação e Controle - PMOC**, em consonância com as rotinas mínimas descritas neste Termo, no qual, além das rotinas de manutenção a serem desenvolvidas, deverá constar, obrigatoriamente, a composição da Equipe de Serviço, bem como a função a ser exercida por cada um dos seus integrantes.

4.5.1. O **PLANO BÁSICO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE - PMOC** poderá ser alterado a qualquer tempo pelo CONTRATANTE que poderá modificar as rotinas e a periodicidade dos serviços, bastando comunicar à CONTRATADA por escrito, a qual terá o prazo máximo de cinco dias úteis para promover os acertos necessários.

4.5.2. Caso o engenheiro responsável técnico da CONTRATADA julgue necessárias alterações ou complementações nas rotinas de manutenção, para o funcionamento seguro e eficiente dos equipamentos, instalações e sistemas, deverá submeter o assunto ao fiscal do contrato com prévia antecedência.

4.5.3 A CONTRATADA deverá ainda:

4.5.3.1 Garantir a aplicação do PMOC mediante a execução contínua deste serviço.

4.5.3.2 Manter disponível o registro da execução dos procedimentos estabelecidos no PMOC.

4.5.3.3 Divulgar os procedimentos e resultados das atividades de manutenção, operação e controle à fiscalização.

4.6 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva incluirão a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem e limpeza dos equipamentos, conforme o caso, bem como as orientações à CONTRATANTE acerca da utilização normal e adequada dos mesmos.

4.7 Os serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**, deverão ser executados de forma a não interferir no funcionamento normal da instituição. Assim sendo as interrupções no funcionamento dos equipamentos de transporte vertical deverão ocorrer de tal forma que pelo menos 1 (um) deles permaneça em serviço.

4.7.1 **A MANUTENÇÃO PREVENTIVA** deverá ser executada em datas agendadas com a CONTRATANTE, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 8h e 15h. Poderá, ainda, ser executada em outros dias e horários, desde que solicitado previamente pela CONTRATANTE ou mediante comum acordo entre as partes.

4.7.2. **MANUTENÇÃO CORRETIVA** deverá ser prestada pela CONTRATADA, mediante chamado telefônico, ao número por ela indicado, o qual deverá constar na proposta, dentro dos seguintes limites:

4.7.2.1. em casos de acidentes ou de pessoas presas na cabine, o atendimento deverá ser imediato, após a chamada, num prazo máximo, de 1 (um) hora;

4.7.2.2. nos demais casos, o prazo máximo de atendimento deverá ser 6 (seis) horas, contadas a partir da chamada;

4.7.2.3. no caso dos equipamentos de transporte vertical encontrarem-se todos parados, o prazo máximo de atendimento será reduzido para 2 (duas) horas, contadas a partir da

chamada;

4.7.2.4. em qualquer dos casos, a CONTRATADA fica obrigada a colocar os equipamentos de transporte vertical em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da parada do equipamentos de transporte vertical;

4.7.2.5. decorridos os prazos descritos neste subitem, sem o atendimento devido, fica a CONTRATANTE autorizada a contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da licitante vencedora os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos equipamentos, peças e materiais aplicados.

4.7.2.6. para as unidade no interior do estado, excetuando-se o prazo contido no item 4.7.2.1., os demais prazos serão acrescido de 48 (quarenta e oito) horas.

4.7.3 Entende-se por início do atendimento a hora da chegada do técnico às dependências da CONTRATANTE.

4.8 MANUTENÇÃO PREVENTIVA

4.8.1 Caracteriza-se por todas as atividades técnicas e administrativas destinadas a manter os equipamentos contratados em perfeito estado de funcionamento e conservação, bem como prolongar a vida útil do mesmo.

4.8.2 A manutenção dos equipamentos, das instalações e dos sistemas será executada observando-se a periodicidade e as especificações das verificações contidas no PMOC, cujas rotinas mínimas são descritas nos subitens 4.7.3 e 4.7.5 deste Termo, e nas orientações técnicas contidas nos manuais específicos dos equipamentos, nas normas vigentes, assim como outras que sejam necessárias ao bom funcionamento dos equipamentos, em consonância com as orientações e demandas do fiscal do contrato e a própria experiência da CONTRATADA no ramo.

4.8.3. ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL.

Atividade	**Descrição**
1	Verificar partidas e paradas, checar nivelamento, aceleração e retardamento
2	Verificar funcionamento geral do equipamentos de transporte vertical: vibrações, ruídos, tempos de abertura e fechamento de portas
3	Consultar Fiscais sobre possíveis ocorrências
4	Inspecionar a casa de máquinas: verificar temperatura, limpeza e condições gerais
5	Registrar as rotinas executadas na O.S. de manutenção preventiva e incluir alterações no histórico do equipamento
6	Verificar e fazer a manutenção necessária na cabine, do painel de operação, intercomunicador, iluminação, ventilador, painéis de acabamento, pisos, guarda corpos, portas, corrediças e régua de segurança.
7	Verificar todos os pavimentos, as botoeiras, indicadores luminosos, portas e soleiras, aceleração e desaceleração, nivelamento, fechos eletromecânicos e fechos hidráulicos.
8	Verificar na casa de máquinas: proteções e conexões (painel de força), quadro de comando, bateria e fonte de luz de emergência, máquina e cabos de tração, motor de indução, freio de contato, regulador de velocidade e nível de óleo.
9	Verificar na parte superior da cabine: porta e contato de emergência,

9	aparelho de segurança, operador de portas e condições do teto e estrutura.
10	Verificar no poço: limites inferiores, aparelho de segurança, deslize do contrapeso e limpeza do poço.
11	Verificar os cabos de aço como fator de segurança.
12	Verificar na caixa de corrida: polia de desvio, limites superiores, guias e suportes, portas de pavimento e limite de redução de descida.
13	Efetuar reaperto geral dos componentes dos quadros de comando e agregados na cabine e topo.
14	Efetuar testes de simulação de falha em módulos, placas eletrônicas e contactoras.
15	Limpeza do Poço do Equipamentos de transporte vertical
16	Registrar as rotinas executadas na O.S. de manutenção preventiva e incluir alterações no histórico do equipamento.
17	Verificar as corrediças das guias ou roldanas dos cursores, assegurando uma operação silenciosa e manter as guias adequadamente lubrificadas

4.8.4. ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL.

Atividade	**Descrição**
1	Verificar na parte superior da cabine as corrediças superiores, sustentação dos cabos e chaves de indução
2	Verificar no poço: corrediças inferiores pára-choques e cornija, polia, cabos, correntes de compensação e polia tensora
3	Verificar na caixa corrida: contra-peso, cabos de manobra e fiações
4	Registrar as rotinas executadas na O.S. de manutenção preventiva e incluir alterações no histórico do equipamento

4.8.5. A CONTRATADA deverá apresentar, até o 25. ° dia útil de cada mês, o **CRONOGRAMA MENSAL DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA** , do mês subsequente, onde informará:

4.8.5.1 A descrição dos serviços que serão realizados;

4.8.5.2 Data da realização dos serviços;

4.8.5.3 Turno em que serão realizados os serviços;

4.8.5.4 Funcionário(s) responsável(is) pela execução;

4.8.5.5 Relação dos materiais que serão utilizados.

4.9 **MANUTENÇÃO CORRETIVA**

4.9.1 A MANUTENÇÃO CORRETIVA abrange todo o serviço necessário ao pleno funcionamento do sistema, e consistirá no desempenho das atividades destinadas a corrigir defeitos, falhas ou irregularidades apresentados pelos equipamentos, colocando-os em perfeitas condições de uso, será executada sempre que houver necessidade de consertos e reparos para restaurar o perfeito funcionamento dos referidos equipamentos de transporte vertical, incluindo a

substituição de peças, componentes ou acessórios, ou quando requerida pela CONTRATANTE, observando-se a periodicidade e as especificações das verificações contidas no PMOC, cujas rotinas mínimas são descritas no subitem 4.9.2 deste Termo.

4.9.2 ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA

Atividade	**Descrição**
1	Executar serviços de manutenção corretiva e extra-manutenção em qualquer parte, equipamento ou peça de forma a garantir o perfeito funcionamento de todo o sistema. Esses serviços deverão ser executados sempre que o sistema apresentar problemas, devolvendo sua operacionalidade dentro dos prazos especificados. Esses serviços deverão atender os padrões do fabricante, tanto em casos de conserto como em casos de substituição de peças e componentes.
2	Executar, também, serviços de manutenção corretiva sempre que, durante manutenção preventiva, for identificada alguma anormalidade ou possibilidade de falha em qualquer item do sistema.

4.9.3 Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removido para conserto em oficinas necessitará de prévia autorização do fiscal do contrato. As despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação dos componentes correrão por conta da CONTRATADA.

4.9.3.1 A manutenção corretiva será realizada sempre que necessária e a qualquer tempo, devendo ser imediatamente comunicada à CONTRATANTE.

4.9.3.2 Após a realização de serviços de manutenção corretiva, sempre que solicitado as instalações serão testadas na presença do representante da CONTRATATANTE.

4.9.4 Todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos deverão ser entregues pela CONTRATADA ao fiscal do contrato.

4.9.5 Nos equipamentos ou sistemas, que se encontrem em período de garantia, os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados após a constatação de que o problema não decorre de defeito coberto pela garantia.

4.9.6 Ficando constatado que o problema do equipamento sob garantia decorre de defeito de fabricação, a CONTRATADA comunicará o fato ao fiscal do contrato no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, mediante emissão de **Laudo Técnico**, assinado pelo engenheiro mecânico responsável técnico e/ou pelo engenheiro mecânico vinculado à empresa responsável pela condução dos serviços, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias.

4.9.7. Caso a CONTRATADA execute os serviços a que se refere este item e disto resulte a perda da garantia oferecida, ela assumirá durante o período remanescente da garantia o ônus a que atualmente está sujeito o fabricante do equipamento.

4.9.8. Durante o prazo de garantia dos equipamentos, será atribuída à CONTRATADA a responsabilidade por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para a extinção da garantia determinada pelo fabricante.

5. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS DE SERVIÇOS

5.1. A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do contrato, por escrito e em meio digital, acompanhado da Nota Fiscal/Fatura dos Serviços, **RELATÓRIO MENSAL** assinado pelo engenheiro mecânico responsável técnico e/ou pelo engenheiro mecânico vinculado à empresa responsável pela condução dos serviços, conforme modelo fornecido pelo gestor do contrato.

5.2. Deverão constar deste **RELATÓRIO MENSAL** o descritivo das ocorrências e das rotinas de manutenção preventiva e corretiva realizadas, informações sobre índices anormais de falhas no equipamento e em materiais, peças, componentes e/ou acessórios, a análise de ocorrências extra rotina e eventuais sugestões, com vistas a maximizar a eficiência e a confiabilidade dos equipamentos e das

instalações elétricas e mecânicas associadas.

5.3 Em cada visita realizada pela CONTRATADA, tanto para MANUTENÇÃO PREVENTIVA quanto CORRETIVA, deverá ser elaborada uma **DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO**, ou outro documento similar, onde serão indicados os serviços realizados e a relação de peças substituídas, além de outros registros pertinentes. Esse boletim deverá ser visado pela CONTRATANTE por ocasião da visita e comporá a documentação que acompanha a fatura mensal dos serviços da CONTRATADA. No momento do visto, uma cópia do boletim será repassada à CONTRATANTE, para ser arquivada em pasta própria.

5.4 A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do contrato, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos anteriores ao término da vigência contratual, **RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ANUAL – RIA** a ser expedido pelo fabricante do equipamento, contendo as seguintes inspeções:

5.4.1. Inspeção dos dispositivos de segurança e de emergência;

5.4.2. Inspeção da máquina e mecanismo do controle;

5.4.3. Inspeção dos cabos de suspensão e do regulador;

5.4.4. Inspeção de outras peças de equipamento da instalação do equipamentos de transporte vertical.

6. DA GARANTIA

6.1. A CONTRATADA deverá dar garantia com MANUTENÇÃO PREVENTIVA e CORRETIVA total pelos serviços executados, bem como peças, componentes ou acessórios substituídos/aplicados, por um prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados do término da execução dos serviços.

7. DOS PRAZOS

7.1. O prazo total de execução será de 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, na forma da legislação aplicável e durante a vigência contratual.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante todo o período de vigência do contrato, a regularidade de seu registro junto ao **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA DO AMAZONAS – CREA-AM**, como também a do Engenheiro Mecânico ou Industrial responsável pelo serviço.

8.2. No prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs em nome do profissional que será o responsável técnico pelo acompanhamento e execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

8.3. Fornecer todos os equipamentos, peças, acessórios, ferramentas e utensílios necessários ao cumprimento das atividades, bem como os materiais em quantidades e características técnicas adequadas à boa execução dos serviços, proposto neste termo.

8.3.1. As peças e componentes aplicados na MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA dos equipamentos de transporte vertical, deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação dos equipamentos, sendo obrigatoriamente novos e de primeiro uso, originais, com garantia do fabricante pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

8.3.2. As peças e demais componentes aplicados na MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA dos equipamentos de transporte vertical deverão, no que couber, vir acompanhados de manuais originais de instalação, configuração e operação dos mesmos, incluindo ainda todos os que se fizerem necessários a sua correta operação.

8.4. Indicar preposto da empresa por ocasião da assinatura do contrato, visando os contatos de serviço com o representante da Administração, durante a execução dos serviços.

8.5. Executar todos os testes de segurança, necessários ou recomendados pelos fabricantes dos

equipamentos ou exigidos na legislação.

8.6. Executar, após a assinatura do contrato, uma revisão geral em todos os equipamentos e emitir, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, relatório circunstanciado de execução de serviço, contendo, no mínimo: descrição sumária da situação encontrada e dos serviços executados; número de série do equipamento revisado; data; hora de início e término dos serviços, discriminação dos serviços executados e peças substituídas, se for o caso; assinatura do técnico responsável pela execução dos serviços.

8.7. Comunicar eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando justificativas, as quais serão apreciadas, para análise e deliberação da Administração, com vistas à aplicação de penalidades.

8.8. Executar de forma contínua, dentro das recomendações específicas e com peças originais e genuínas, a manutenção corretiva, preventiva, assistência técnica, mecânica e operacional dos equipamentos, de modo a mantê-los em eficaz e plena capacidade operacional, ajustados e em condições de funcionar com segurança, através de pessoal próprio, treinado, especializado e capacitado, sem quaisquer ônus adicionais, encargos ou responsabilidades para o Órgão.

8.9. Responsabilizar-se pela limpeza e conservação das áreas referentes às Casas de Máquinas dos equipamentos de transporte vertical.

8.10. Remover, reparar, corrigir ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou parte, as peças e os componentes empregados nos equipamentos, que não atendam às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições técnicas, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação emitida pela CONTRATANTE.

8.11. Não executar serviços que impliquem em paralisação ou remoção do equipamento, ou que possam afetar as características estéticas e estruturais do equipamento e/ou prédio, sem a prévia e formal anuência da Administração.

8.12. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessário.

8.13. Não transferir, sob pretexto algum, qualquer responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc.

8.14. Comunicar imediatamente, ao fiscal, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

8.15. A inobservância das presentes especificações técnicas, bem como das cláusulas contratuais, implicará na não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

8.16. Apresentar, mensalmente, na sede da CONTRATANTE, a fatura correspondente ao serviço executado no período, acompanhada de relatório dos serviços realizados, devidamente assinada pelo responsável técnico, especificando os serviços realizados e quantitativos de peças que tenham sido substituídas ou aplicadas no período, bem como dos materiais utilizados e outros registros pertinentes, o qual deverá ser atestado e certificada pela CONTRATANTE.

8.17. Fornecer relação nominal dos empregados designados para prestar serviços em suas unidades, dando ciência prévia de quaisquer alterações decorrentes de substituições, exclusões e inclusões, observadas as exigências previstas em contrato.

8.18. Manter os seus empregados, quando em trabalho, devidamente habilitados, identificados por uniformes e crachás da empresa, com fotografia recente, substituindo, sempre que exigido pela Administração, mediante justificativa da fiscalização, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse do Serviço Público.

8.19. Manter seus empregados sujeitos as normas de Segurança do Trabalho, além das normas disciplinares do Órgão.

8.20. Responsabilizar-se pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos

serviços objeto deste Termo de Referência, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

8.21. Afastar, do local de serviços, qualquer empregado ou funcionário seu cuja presença, a juízo da CONTRATANTE, seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição.

Assumir todos os gastos e despesas com a execução das obrigações decorrentes dos serviços tais como ferramentas, transporte, peças e demais implementos que se fizerem necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, bem como encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, com todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), não transferindo ao Órgão a responsabilidade de se pagamento.

Não poderá haver subempreitada ou subcontratação sem o prévio e expresso consentimento por escrito da CONTRATADA;

9. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Constituem obrigações do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria Geral de Justiça - PGJ-AM:

9.1. Designar servidor para acompanhar as empresas licitantes durante a vistoria técnica, mediante verificação do credenciamento do técnico, bem como atestar o comparecimento.

9.2. Efetuar o pagamento das notas fiscais/ faturas correspondentes às etapas do serviço efetivamente realizadas, na sua totalidade ou parcialidade.

9.3. Efetuar regularmente o pagamento da CONTRATADA, dentro dos critérios estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato, quanto aos serviços devidamente realizados, por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas pelo comitê responsável.

9.4. Designar, e informar à CONTRATADA, fiscal do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados.

9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

9.6. A fiscalização verificará se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do Edital e seus anexos, em especial as metas e padrão de qualidade convencionadas no Acordo de Níveis de Serviços – ANS.

9.8. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.

9.9. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

9.10. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.

9.11. Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais de exercício das suas atividades.

9.12. Aprovar a execução dos serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA** a partir de relatório circunstanciado e fundamentado apresentado pela CONTRATADA, caso haja necessidade de substituição de peças nos equipamentos manutenidos, estando ou não os mesmos contemplados no preço apresentado na proposta.

10 **ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO**

10.1. O Acordo de Níveis de Serviços tem como objetivo definir as atividades consideradas críticas para o Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de transporte vertical.

10.2. Resultados Esperados

10.2.1. É necessário que os equipamentos de transporte vertical instalados estejam sempre em

boas condições de funcionamento, permanecendo inoperantes o menor tempo possível. Dessa forma, a prioridade na prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de transporte vertical é a rapidez no atendimento de chamados técnicos.

10.2.2. O Órgão adotará indicadores para avaliar o desempenho dos serviços contratados. O nível do serviço a ser exigido relaciona-se com a performance no atendimento aos chamados técnicos.

10.2.3. Quando não forem cumpridos pela CONTRATADA os limites mínimos de desempenho previstos, o pagamento mensal será ajustado conforme o item 10.3 deste Acordo de Níveis de Serviços.

10.3. Indicadores

10.3.1. **Indicador de Cumprimento de Prazo não Emergencial**: este indicador tem como objetivo definir critérios mínimos a serem atendidos pela contratada no que se refere ao cumprimento de prazos no atendimento dos chamados técnicos não emergenciais.

10.3.1.1. Para efeito deste indicador considera-se que o serviço foi prestado dentro do nível de conformidade quando for cumprido o prazo para o atendimento ao chamado técnico não emergencial.

10.3.1.2. Tempo de Atendimento Previsto: corresponde ao número de horas previstas para a realização do atendimento ao chamado técnico não emergencial. Este prazo é de 6 horas corridas.

10.3.1.3. Horas de Atraso: corresponde ao número de horas excedidas entre o tempo de atendimento previsto e o tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial.

IAE = tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial

Tempo de Atendimento Previsto = 1 horas

IA = tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial

Tempo de Atendimento Previsto = 3 horas

10.3.1.4. Índice de atraso (IA): corresponde ao quociente do tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial e do Tempo de atendimento previsto. O Índice de atraso (IA) é calculado através da seguinte fórmula:

10.3.1.5. Atraso não emergencial: ocorre atraso quando o Índice de Atraso (IA) é maior que 1 (um).

10.3.1.6. Forma e Momento da Aferição: A aferição será realizada em cada chamado técnico individualmente, constatado o atraso será descontado um percentual do valor mensal do serviço.

10.3.1.7. Multas pelo Atraso não emergencial

Índice de Atraso (IA)	**Desconto sobre o valor mensal do serviço**
$IA \leq 1$	Não há desconto
$1 < IA \leq 1,5$	5%
$1,5 < IA \leq 2$	10%
$IA > 2$	20%

10.3.1.8. Comunicação do chamado técnico. A PGJ/AM realizará a comunicação formal, através de mensagem eletrônica (email), para a CONTRATADA da existência da

necessidade de manutenção corretiva.

10.3.2. **Indicador de Cumprimento de Prazo Emergencial**: este indicar tem como objetivo definir critérios mínimos a serem atendidos pela CONTRATADA no que se refere ao cumprimento de prazos no atendimento dos chamados técnicos emergenciais.

10.3.2.1. Para efeito deste indicador considera-se que o serviço foi prestado dentro do nível de conformidade quando for cumprido o prazo para o atendimento ao chamado técnico emergencial.

10.3.2.2. Tempo de Atendimento Emergencial Previsto: corresponde ao número de horas previstas para a realização do atendimento ao chamado técnico emergencial.

10.3.2.3. Horas de Atraso: corresponde ao número de horas excedidas entre o tempo de atendimento emergencial previsto e o tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico.

10.3.2.4. Índice de atraso emergencial (IAE): corresponde ao quociente do tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico emergencial e do Tempo de atendimento previsto. O Índice de atraso emergencial (IAE) é calculado através da seguinte fórmula:

10.3.2.5. Atraso emergencial: ocorre atraso quando o Índice de Atraso é maior que 1 (um).

10.3.2.6. Forma e Momento da Aferição. A aferição será realizada em cada chamado técnico individualmente, constatado o atraso será descontado um percentual do valor mensal do serviço.

10.3.2.7. Prazo máximo para atendimento emergencial

Descrição	**Prazo máximo para atendimento**
Acidentes ou pessoas presas na cabine	1 hora corrida
Ambos equipamentos de transporte verticales encontrarem-se parados	2 horas corridas

10.3.2.8. Multas pelo Atraso não emergencial

Índice de Atraso (IAE)	**Desconto sobre o valor mensal do serviço**
$IA \leq 1$	Não há desconto
$1 < IA \leq 1,5$	5%
$1,5 < IA \leq 2$	10%
$IA > 2$	20%

10.3.1.9. Comunicação do chamado técnico. A PGJ/AM realizará a comunicação formal, através de mensagem eletrônica (email), para a CONTRATADA da existência da necessidade de manutenção corretiva.

10.3.1.9.1. Para fins de manutenção corretiva emergencial, além do atendimento no horário comercial, a CONTRATADA deverá manter "serviço de emergência" (fornecendo o telefone e/ou "BIP" para contrato), funcionando, pelo menos, entre 18h e 8h.

10.4. Da Contagem do tempo de atendimento

10.4.1. O tempo efetivamente gasto para atender aos chamados técnicos se iniciará com o envio, pela PGJ/AM , da mensagem eletrônica à Contratada.

10.4.2. O tempo efetivamente gasto para atender ao chamado técnico não emergencial terá o termo final no momento em que o técnico da contratada se apresentar à Divisão de Serviços Gerais da Procuradoria-Geral de Justiça. O tempo efetivamente gasto para atender ao chamado técnico emergencial terá o termo final no momento em que o defeito/problema que ocasionou a abertura do chamado técnico estiver resolvido.

10.4.3. No caso de manutenção corretiva emergencial decorrente de ambos os equipamentos de transporte vertical encontrarem-se parados, o tempo de atendimento emergencial previsto se iniciará, caso a comunicação formal não ocorra em hora útil, na primeira hora útil seguinte à comunicação.

10.4.4. O termo inicial e final dos atendimentos técnicos será anotado em relatório a ser fornecido pela contratada, no qual constarão, além do tempo efetivamente gasto para o atendimento, a assinatura do fiscal do contrato e do técnico da contratada. O original ficará com o fiscal de contrato e uma cópia será entregue a contratada.

10.4.5. Os relatórios serão individualizados para cada chamado técnico e servirão de controle para aferição do desempenho e performance da contratada e servirão de base para o desconto no valor mensal do serviço e a aplicação de penalidade constantes deste Acordo de Níveis de Serviços.

10.5 Dos fatores fora do controle da contratada

10.5.1. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da contratada, que será analisada pela Procuradoria-Geral de Justiça.

10.5.2. Caso fique comprovado que a prestação do serviço com menor nível de conformidade não ocorreu por culpa da contratada não será considerado que ocorreu atraso e não será feito ajuste no pagamento mensal.

10.6. Da troca de peças

10.6.1. Nos casos em que ficar comprovado, através de relatório emitido pela contratada, que para a solução do problema no equipamento há necessidade de instalação/troca de peças, será iniciado um prazo de 24 horas corridas para a troca/instalação das peças.

10.6.2. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período mediante justificativa apresentada pela contratada.

10.6.3. O prazo do subitem 10.6.1 se iniciará com a abertura do chamado para a troca/instalação das peças e terminará no momento em que o técnico da contratada se apresentar à Divisão de Serviços Gerais.

10.6.4. O descumprimento dos prazos acima acarretará as sanções descritas para o Indicador de Cumprimento de Prazo não Emergencial.

10.7. Das sanções administrativas

10.7.1. Visando evitar a degeneração na qualidade dos serviços serão aplicadas as seguintes sanções administrativas à contratada, além das previstas neste termo de referência e no contrato:

A. Advertência:

No caso de ocorrer Índice de Atraso ou Índice de Atraso Emergencial > 2, além do desconto no valor mensal do serviço.

B. Multa de 5% do valor global do contrato:

Caso mais de 30% dos chamados técnicos no período de 6 meses possuírem Índice de Atraso ou Índice de Atraso Emergencial > 2.

C. Multa de 10% do valor global do contrato e rescisão contratual:

Caso mais de 50% dos chamados técnicos no período de 6 meses possuírem Índice de

Atraso ou Índice de Atraso Emergencial > 2.

10.7.2. Para fim do período de 6 meses a que se refere as letras b e c do subitem 10.7.1, considera-se iniciado o período na data inicial da vigência do contrato e terminado após 6 meses, iniciando um novo período no dia seguinte ao término do primeiro período e assim sucessivamente, terminando no último dia da vigência do contrato.

10.7.3. As penalidades de advertência, multa e rescisão contratual serão aplicadas após regular processo administrativo, sendo garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.8. Da Fiscalização

10.8.1. A fiscalização do cumprimento deste Acordo de Níveis de Serviços ficará a cargo do fiscal de contrato indicado pela Procuradoria-Geral de Justiça.

10.8.2. O fiscal de contrato será responsável por conferir o relatório referido nos subitens 10.4.4 e 10.4.5 deste Acordo de Níveis de Serviços.

10.8.3. No último dia útil do mês o fiscal do contrato enviará mensagem eletrônica contendo as informações de cada relatório e, se for o caso, o valor a ser descontado do preço mensal do serviço.

11. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado pela Divisão de Serviços Gerais em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração e integra o procedimento interno.

DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE
Declaro que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 8.666/93 e Lei nº. 10.520/2002 e alterações posteriores. Manaus – AM, 07 de Março de 2023. **PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES** Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo

Solicitamos aprovação. Manaus – AM, / / 2023. **FRANCISCO EDINALDO LIRA DE CARVALHO** Diretora-Geral	Despacho de Aprovação. ( ) Aprovado ( ) Não aprovado Manaus – AM, de de 2023. **GEROGE PESTANA VIEIRA** Subprocuradora Geral d Justiça para Assuntos Administrativos Ordenadora de Despesas

ANEXO I –
CREDENCIAMENTO PARA VISTORIA TÉCNICA ÀS INSTALAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS / PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Pelo presente instrumento credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador do documento de Identidade n.º _____, para realizar a vistoria prevista no subitem 3.1.1.1 do Termo de Referência nº ___/___, referente ao procedimento licitatório _____, o qual está habilitado a proceder à vistoria técnica e assinar o Atestado de Vistoria contido no Anexo II do referido Termo.

Manaus, AM, de de 2023.

Representante legal

Razão Social e CNPJ da Empresa

Observações:

Emitir o credenciamento em papel timbrado da empresa, identificando o signatário e utilizando o carimbo padronizado da empresa; Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, quando da execução dos serviços propostos. A vistoria será realizada em data e horário previamente acordados segundo a conveniência deste Órgão.

ANEXO II –
MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA ÀS INSTALAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS / PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Atestamos, para cumprimento do item ..... do Edital referente ao certame …....., que a empresa ....., representada neste ato por seu representante credenciado, o(a) Sr(a)....., portador(a) do documento de identidade nº ....., compareceu às dependências deste órgão e, acompanhado por servidor especialmente designado pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, tomou conhecimento “in loco” dos locais, especificações, quantidades, estado geral dos equipamentos e condições de execução dos serviços, tendo pleno conhecimento do estado de uso e das condições físicas dos mesmos, conforme previsto no subitem 3.1.1 do Termo de Referência nº ___/____.

Manaus, AM, de de 2023.

Responsável pelo Setor Solicitante

Servidor Designado

De acordo

Representante credenciado pela empresa licitante

Razão Social e CNPJ da Empresa

Observações:

O atestado de vistoria será emitido em papel timbrado da empresa licitante e assinado pela PGJ/AM. A verificação referida no item 3.1, e seus subitens, do Termo de Referência nº ___/___ será de inteira responsabilidade das licitantes.- Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, quando da execução dos serviços propostos.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 07/03/2023, às 14:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0995724** e o código CRC **FE0BAFA2**.

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** pelo presente edital e por intermédio da **PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**, cadastrada no CNPJ sob o n.º 04.153.748/0001-85, através da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, designada pelo Ato PGJ n.º 160/2022 e alterações, torna público que, tendo em vista o que consta do **Processo SEI n.º 2022.017753,** fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL**, modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, em conformidade com o Ato PGJ n.º 389/2007; com a Lei nº 10.520, de 17/07/2002, com o **Decreto Federal n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019**; com o Decreto Estadual n.º 24.818/2005, de 27/01/2005, e subsidiariamente com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e nos termos do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, mediante as condições estabelecidas neste Edital e anexos.

O contrato correspondente, ou o instrumento que vier a substituí-lo, será regido pela Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

PROCEDIMENTO SEI N.º 2022.017753

Recebimento das propostas: a partir da data de publicação do aviso no DOMPE

Abertura das propostas: às 10 horas do dia **22/03/2023** (horário de Brasília).

Licitação Exclusiva para ME/EPP: ( ) SIM (X) NÃO

Endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br/

Código UASG: 925849

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação – *internet*, utilizando-se, para tanto, de métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público integrante da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** deste Órgão, por ato interno, denominado(a) PREGOEIRO(A), e membros da equipe de apoio, previamente credenciado no aplicativo https://www.gov.br/compras/pt-br/

1.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão rigorosamente o horário de **Brasília – DF**, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a ***contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-***

Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses, conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e anexos.

2.1.1. Locais da prestação dos serviços: os serviços deverão ser executados nos equipamentos instalados nos prédios situados nas cidades de **MANAUS**, **HUMAITÁ** e **TEFÉ**, no Estado do Amazonas, conforme abaixo detalhado:

Item	Número	Fabricante	Capacidade de Carga (Kg)	Número de Paradas	Velocidade (m/min)
	Instalados no Edifício-Sede da PGJ: Avenida Coronel Teixeira, n.° 7.995. Nova Esperança. CEP 69037-473. MANAUS, Amazonas				
1	Número de série 17794. Linha OMI	ThyssenKrupp	8 / 560	5	60,00
2	Número de série 17795. Linha OMI	ThyssenKrupp	10 / 750	5	60,00
3	Número de série 17796. Linha OMI	ThyssenKrupp	10 / 750	5	60,00
	Instalados na Sede Administrativa da PGJ: Avenida Coronel Teixeira, n.° 7.995, Nova Esperança. CEP 69037-473. MANAUS, Amazonas				
4	Número de série M3281 Linha VW2. Casa de máquinas instalado no térreo do prédio.	OTIS	8 / 630	4	60,00
5	Número de série M3282. Linha VW2. Casa de máquinas instalado no térreo do prédio.	OTIS	8 / 630	4	60,00
	Instalados no Anexo: Avenida André Araújo nº 23, Aleixo, CEP 69037-473, MANAUS, Amazonas				
6	Número de série 63733. Linha PRF	ThyssenKrupp	6 / 450	4	45,00
	Instalado no Anexo: Avenida Jornalista Umberto Calderado Filho nº 175, Adrianopólis, CEP 69057-015, MANAUS, Amazonas				
7	Número de série OVM 1142786	Atlas Schinder	8/560	1	45,00
	Instalados na unidade localizada na Rua 13 de Novembro s/nº, Centro, CEP 69800-000, HUMAITÁ, Amazonas				
8	Plataforma Vertical	...	2 / 275	2	3,00
	Instalados na unidade localizado na Marechal Costa e Silva n.º 23, Centro, CEP 69240-000, AUTAZES, Amazonas				
9	Plataforma Vertical	BLOTEK	2 / 325	2	3,00
	Instalados na Unidade localizado na Avenida Benjamin Constant nº 23, Centro, CEP 69550-000, TEFÉ, Amazonas				
10	Número de série 182079. Plataforma Vertical	TKE	2 / 275	2	6,00

2.2. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2.3. O objeto previsto neste Edital deverá ser executado em obediência às especificações, planilhas e projetos constantes deste documento e seus anexos. Assim, para amplo conhecimento e detalhes do objeto desta licitação, a empresa deverá observar, integralmente o teor do **Termo de Referência Nº 2.2023.DEAC.0995724.2022.01775 e seus anexos**, Anexo I a este Edital;

2.4. O objeto da futura contratação compreenderá, sobretudo, as especificações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2023.DEAC.0995724.2022.01775**, Anexo I deste Edital, sem prejuízo das demais prescrições figuradas no mencionado documento, bem assim na Minuta de Contrato Administrativo, Anexo II do Edital.

2.5. **Integra a presente licitação, como parte indissolúvel:**

1. Anexo I – Termo de Referência n.º **2.2023.DEAC.0995724.2022.01775**;
    1.1. Anexo I do Termo de Referência – Credenciamento para vistoria técnica
    1.2. Anexo II Termo de Referência – Modelo de Atestado de Vistoria Técnica
2. Anexo II – Minuta de Contrato Administrativo;
3. Anexo III – Declaração de Dispensa de Vistoria;
4. Anexo IV – Modelo de Declarações Complementares;
5. Anexo V – Modelo de Proposta de Preços; e
6. Anexo VI – Modelo de Solicitação de Cadastramento – SEFAZ/AM.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 A despesa decorrente da contratação do objeto deste pregão, quando efetivada, deverá recair por conta dos recursos específicos consignados no orçamento da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS – PGJ/AM. Programa 03.122.0001.2001.0001, Fonte 1.500.100.0000.0000, Elemento 3390.39.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI), do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG)**, provedor do sistema eletrônico utilizado nesta licitação, no site https://www.gov.br/compras/pt-br/, **por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.**

4.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste pregão deverão dispor de **chave de identificação e senha pessoal**, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se à respeito do seu funcionamento, regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.1.2. O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no **SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES – SICAF**, em seu nível básico, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS (entidade promotora da licitação) por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do Cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.3.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão **interessados** cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

5.1.1. **A licitante deverá declarar em campo próprio do sistema eletrônico a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte**, para os fins previstos na Lei Complementar nº. 123/06.

5.1.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.2. O licitante deverá estar devidamente credenciado na **SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – SLTI, do MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**, através do site **https://www.gov.br/compras/pt-br/, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.**

5.3. O licitante deverá manifestar, **em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação**, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do art. 21, parágrafo 2.º, do Decreto n.º 5.450/2005.

5.4. Será exigida do licitante **Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, a qual será feita no campo do sistema ***Comprasnet*** destinado para tanto.

5.5. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em nome do participante no Sistema Eletrônico ou por eventual desconexão.

5.6. **Não poderá participar,** direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:

5.6.1. Os interessados que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.6.2. As pessoas físicas e jurídicas que se enquadrem, em uma ou mais, das hipóteses elencadas no art. 9.º e seus incisos da Lei n.º 8.666/93;

5.6.3. As pessoas físicas e jurídicas que possuam sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e de sua **CPL**;

5.6.4. Empresa estrangeira não autorizada a funcionar no País e que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente

5.6.5. Interessado que se encontre em processo de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial (conforme Lei nº. 11.101/05), salvo decisão judicial em contrário, concurso de credores, insolvência, dissolução, liquidação, fusão, cisão, incorporação, ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, salvo devidamente justificado;

5.6.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua

reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93;

5.6.7. Empresa que possua, em sua diretoria ou quadro técnico, funcionário público vinculado ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS ou à CPL;**

5.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5.7. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do Sistema eletrônico Comprasnet, relativo às seguintes declarações:

a) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a.1.) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

a.2.) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

b) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos,

c) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

d) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

e) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

f) que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

g) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

h) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

6. DA POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA

6.1. A realização de **vistoria é facultativa**, e objetiva visitar o local de execução dos serviços e tomar conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações. Na hipótese de optar pela realização da vistoria, o interessado deverá obedecer às seguintes condições:

6.9.1. A vistoria deverá ser realizada pelo representante da empresa, devidamente credenciado pela interessada.

6.9.1.1. Essa condição deverá ser comprovada através de carteira de identidade e Carta de Credenciamento emitida em papel timbrado da empresa como prova de vínculo com a interessada, emitida pelo representante legal da empresa, apresentando a pessoa que realizará a vistoria;

6.9.2. Por ocasião da visita, as empresas licitantes deverão apresentar documento, denominado **Atestado de Vistoria Técnica,** *Anexo II do* Termo de Referência Nº 2.2023.DEAC.0995724.2022.017753, Anexo *I* deste Edital, que será assinado por servidor

designado pela **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC** - desta PGJ-AM, onde o servidor declarará ter acompanhado o representante apresentado pela empresa durante a vistoria técnica realizada;

6.9.2.1. O referida Atestado de Vistoria deverá ser apresentado na sessão, sendo encaminhada junto aos documentos de Proposta e Habilitação, nos termos definidos no **subitem 7.1**. deste Edital do certame;

6.9.3. A vistoria poderá ser realizada **até 5 (cinco) dias úteis** anterior à data estipulada para abertura da licitação;

6.9.4. As visitas deverão ser agendadas **até 3 (três) dias úteis** de antecedência à data limite de vistoria, com a **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC**, pelo telefone (92) 3655-0739, no período de 8h às 14h;

6.9.4.1. O tempo de antecedência para agendamento é necessário para que a DEAC possa indicar servidor para acompanhamento da vistoria;

6.9.5. A visita será realizada pelo representante da interessada, que se apresentará municiado de documento de **Credenciamento para Vistoria**, emitido pelo Representante Legal da interessada, conforme modelo do *Anexo I do* Termo de Referência Nº 2.2023.DEAC.0995724.2022.017753, Anexo *I* deste Edital*;*

6.9.6. Caso a empresa opte por não realizar a vistoria, o interessado deverá juntar as documentações da proposta no processo licitatório, em substituição ao Atestado de Vistoria, uma **Declaração de Dispensa de Vistoria**, assinada pelo responsável legal, informando sua opção dela não realização desta visita, conforme modelo do *Anexo III* deste Edital;

6.9.7. Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, para a execução dos serviços propostos.

7. DO ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1. Os licitantes encaminharão**, exclusivamente por meio do sistema**, **concomitantemente com os documentos de habilitação** exigidos no edital, **proposta** com a descrição do objeto ofertado e o preço, **até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (horário de Brasília), quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

7.1.1. **Levando-se em conta as nuances do objeto e da inviabilidade e parcelamento, somente será admitida proposta para o quantitativo total estimado do objeto deste certame.**

7.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Complementar Nº 123/2006.

7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente

serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

7.8.1. No campo destinado ao registro da proposta, no sistema, não deverá conter qualquer elemento que possa identificar a licitante, sob pena de desclassificação, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, **dos seguintes campos**:

8.1.1. Valor total;

8.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Projeto Básico/Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, **sem identificação da licitante;**

8.1.2.1. Não serão aceitas propostas escritas contendo especificações que não contenham as informações necessárias à perfeita caracterização do objeto e suas especificidades, bem como especificações vagas, incompletas, ressalvado o subitem 8.6 deste Edital.

8.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

8.2.1. Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.

8.2.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2° da IN SEGES/MP n.5/2017.

8.3. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

8.3.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

8.3.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

8.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

8.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais,

equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

8.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8.8. O **prazo de validade da proposta <u>não será inferior</u>** a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

8.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais ou estaduais, quando participarem de licitações públicas;

8.9.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8.10. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

8.11. Serão irrelevantes quaisquer ofertas que não se enquadrem nas especificações exigidas, ou Anexos não solicitados, considerando-se que pelo preço proposto, a empresa obrigar-se-á a executar os serviços/entregar os produtos descritos neste edital.

8.12. Para efeito de elaboração das propostas, caso haja divergência entre a especificação contida neste edital e a no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste edital.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL** do certame, observando-se o prazo previsto para duração do contrato.

9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de **valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R$ 5,00 (cinco reais).

9.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances (quando implementado).

9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO E FECHADO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.12. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um **LANCE FINAL** e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.12.1. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.13.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.14. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

9.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

9.15.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

9.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada à identificação do licitante.

9.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.20. O **Critério de Julgamento** adotado será o **menor preço GLOBAL**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e

empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.23. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

9.28. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

9.28.1. no País;

9.28.2. por empresas brasileiras;

9.28.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.28.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.29. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.30.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

10.1.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo máximo de 2 (duas) horas,** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.2. Na proposta vencedora a ser enviada posteriormente deverá constar, conforme modelo do **Anexo V:**

a) Indicar nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (*e-mail*), se houver, para contato;

b) Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional (Real), o valor unitário em algarismos, com duas casas decimais e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93), válidos para a data de apresentação e pelo prazo de vigência da proposta. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

b.1) Não será admitido nos preços o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se sumariamente a fração remanescente;

b.2) No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros, taxas e outras despesas necessárias ao fornecimento dos materiais e à execução dos serviços correspondentes;

b.3) Redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

c) Prazo de validade da proposta de, no mínimo, **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período supracitado;

d) Especificações claras, completas e minuciosas, com detalhes do objeto ofertado, inclusive marca, modelo, tipo e referência, no que couber, observadas as especificações mínimas e quantitativos contidos neste Edital e anexos;

e) A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

f) Prazo de execução: 12 (dozes) meses, obervados os prazos estabelecidos no parágrafo primeiro da Cláusula Quarta da Minuta do Contato Administrativo, Anexo II do Edital.

g) Garantia dos serviços executados: deverá dar garantia com MANUTENÇÃO PREVENTIVA e CORRETIVA total pelos serviços executados, bem como peças, componentes ou acessórios substituídos/aplicados, por um prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados do término da execução dos serviços.

h) Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone, número do CNPJ/MF, *e-mail*, se houver, Banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento;

i) Nome, CNPJ ou CPF dos **3 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante,** assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade;

j) Contato para fins de faturamento: (indicar o nome, cargo, endereço, telefone, *e-mail* de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho);

j.1) Para os serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, o pagamento ocorrerá mensalmente a contar da assinatura do contrato, obervadas as condições da Cláusula Décima Segunda da Minuta de Contrato Administrativo, Anexo II do Edital, e Item 5 do Termo de Referência Nº **2.2023.DEAC.0995724.2022.01775**, Anexo I do Edital.

10.3. Na elaboração de suas propostas, as licitantes deverão levar em consideração:

a) A legislação aplicável e todas as condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos;

b) Os preços dos insumos, salários de mercado e encargos incidentes;

10.4. Nos preços apresentados pelos licitantes deverão estar incluídos todos os custos relativos à mão de obra, equipamentos, materiais, ferramentas e dispositivos, transporte, alimentação, encargos sociais e BDI - Benefícios e Despesas Indiretas, bem como todo e qualquer custo que porventura vier a incidir na execução dos serviços, salvo aqueles decorrentes de fatos supervenientes definidos em lei.

10.5. Todas as licenças e taxas necessárias à execução dos serviços serão de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive as Taxas do CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA – CREA-AM ou CAU/AM referentes à ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – ART ou REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA – RRT por todos os serviços executados, quando for o caso.

10.6. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerado pleito de acréscimos, a esse ou a qualquer título.

10.7. A proposta apresentada e levada em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração que implique majoração do preço proposto.

10.7.1. Não se admitirá preço global superior ao orçamento estimado;

10.7.2. Não é permitida a cotação de quantidade inferior àquela constante no Termo de Referência.

10.8. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 90 (noventa) dias, e caso persista o interesse do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, este poderá solicitar prorrogação da validade acima referida, por igual prazo, no máximo.

10.9. Juntamente à proposta de preços, os interessados ou seus representantes apresentarão:

10.9.1. ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA ou **DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA**, conforme modelos dos **Anexos I E II do** Termo de Referência Nº 2.2023.DEAC.0995724.2022.017753, Anexo I deste Edital.

10.9.2. As Declarações Complementares, referentes ao Anexo IV do Edital, deverão ser efetuadas no momento da elaboração e envio da proposta pelos fornecedores, em seu próprio conteúdo ou documento apartado.

10.10. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.10.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.11. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.12. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na *internet*, após a homologação.

10.13. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

10.14. Quando da proposta de preços não constar o prazo de execução, entrega, validade e outros, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital e seus anexos.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.1.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme **Anexo V**, constando dela todas as informações descritas no referido modelo, essenciais à avaliação pelo Pregoeiro.

11.1.2. A proposta e documentação será analisada por engenheiros da **DIVISÃO DE**

ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC desta Instituição Ministerial, para fins de verificação do atendimento às características e exigências reclamadas no edital e anexos.

11.2. **Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 11.4. deste Edital:**

11.2.1. Não atendam às exigências do edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

11.2.2. Apresentem preços finais (globais ou unitários) superiores ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, aplicando-se, por analogia, as disposições previstas no parágrafo primeiro do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93.

11.2.2.1. Considera-se **inexequível** a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.2.3. No momento do preenchimento do campo de ***"Descrição detalhada do objeto ofertado"*** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.

11.3. No que couber, se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, **no prazo de 1 (um) dia útil a contar da convocação pelo Pregoeiro.**

11.3.1. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.4. A existência de **erros materiais ou omissões** nas propostas de preços das participantes não ensejará sua desclassificação antecipada.

11.4.1. Verificada a presença de erros sanáveis na proposta de preços, o Pregoeiro, ou Administração, poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção apenas das falhas apontadas, mediante apresentação de nova oferta, com desconto nunca inferior a **0,01% (um centésimo percentual) do valor total de sua última proposta, limitado a 3 (três) oportunidades.**

11.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**

11.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.7. Se a melhor oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o

Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração da melhor proposta.

11.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

11.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.11. **A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.**

11.12. Quando da proposta de preços não constar quaisquer declarações, prazos previstos, quer sejam os de garantia, validade dos produtos, validade da proposta ou de entrega, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.

11.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.14. Encerrada a análise e sendo aceitável a proposta, o pregoeiro admitirá a licitante à fase de habilitação, observado o disposto neste Edital.

11.15. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.

11.16. Sendo aceitável a proposta, o pregoeiro efetuará consulta "on-line" ao **sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, para comprovar a regularidade do licitante.

11.16.1. Nos casos em que a habilitação exigir documentos que não estejam contemplados no SICAF, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

11.17. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, **não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento** em substituição aos documentos requeridos neste edital.

12.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)

12.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.2.3. No caso de impedimento indireto, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

12.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF **até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;**

12.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

12.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

12.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.**

12.4. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.5.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.6. Ressalvado o disposto no **item 6.3.**, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

12.7. Relativos à Habilitação Jurídica:

12.7.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.7.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da

autenticidade no sítio **www.portaldoempreendedor.gov.br;**

12.7.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.7.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.7.6. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.7.7. Os documentos relativos à Habilitação Jurídica indicados, deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.8. Relativo à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

12.8.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

12.8.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.8.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.8.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.8.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.8.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.8.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.8.7. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.8.8. A aceitação de certidões emitidas via internet ficará sujeita à confirmação de sua validade mediante consulta *on line* ao cadastro emissor respectivo.

12.9. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

12.9.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, podendo ser apresentado de acordo com o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED – Decreto Federal n.º 6.022/2007), que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.9.1.1. O Balanço apresentado deverá cumprir as seguintes formalidades: a) Indicação do número das páginas e números do livro onde estão inscritos o balanço patrimonial e a DRE

(Demonstração do Resultado do Exercício) no Livro Diário. Além do acompanhamento do respectivo Termo de Abertura e Termo de Encerramento do mesmo; b) Assinatura do contador e do titular ou representante legal da empresa no balanço patrimonial e DRE (pode ser feita digitalmente); c) Prova de registro na Junta Comercial ou Cartório (devidamente carimbado, com etiqueta, chancela da Junta Comercial ou código de registro);

12.9.1.2. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

12.9.1.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.9.1.4. Quando solicitado ou autorizado pelo Pregoeiro, será permitido apresentação de balanço intermediário, desde que se decorra de lei ou contrato social/estatuto social da Licitante.

12.9.1.5. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + PNC}$$

$$SG = \frac{AT}{PC + PNC}$$

$$LC = \frac{AT}{PC}$$

Sendo:

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo Não Circulante

AT = Ativo Total

12.9.2. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

12.9.3. Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante, **expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura desta licitação,** quando do documento não constar data expressa de validade;

12.9.3.1 Onde não houver **CENTRAL DE CERTIDÕES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, deverá ser apresentada Certidão emitida pela **SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA** ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo referido no item 12.9.3;

12.9.3.2. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões, serão considerados para esse fim, o prazo descrito no subitem 12.9.3. deste instrumento convocatório.

12.10. Relativos à Qualificação Técnica

12.10.1. Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA (Lei n.º 5.194/66) ou **no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU**, em cuja jurisdição se encontre sua sede;

12.10.1.1. Caso a Certidão não seja da jurisdição do CREA-AM ou CAU/AM, o licitante deverá apresentar o registro devidamente vistado pelo mesmo, conforme art. 1º, da Resolução nº 413, de 27/6/1997.

12.10.2. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, da seguinte forma:

12.10.2.1. **Atestado(s) de Capacidade Técnico-Operacional** fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado contratante de serviço, em que fique comprovado que o LICITANTE executou obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto do presente cotejo, em edificações não residenciais e com fornecimento de todo o material de reposição.

12.10.2.2. No caso de pessoa jurídica de direito público, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser assinado(s) pelo responsável do setor competente do órgão;

12.10.2.3. No caso de pessoa jurídica de direito privado, o(s) atestado(s) deverá(ão) conter dados suficientes para identificação civil do declarante, com referência ao cargo/função que ocupa na empresa.

12.10.2.4. A ausência de apresentação de atestado claro, legível e idôneo, em não conformidade com este edital, tendo em vista o vulto da contratação, será motivo de inabilitação, a critério do Pregoeiro.

12.10.3. Certidão de registro de pessoa física emitida pelo CREA da jurisdição do domicílio do profissional, em nome do integrante da Equipe Técnica responsável pelos serviços, segundo as atribuições estipuladas pela Resolução CONFEA n.º 218/1973, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste atribuição compatível com a área de atuação indicada pelo licitante.

12.10.3.1. Antes da assinatura do contrato, o licitante declarado vencedor do certame deverá apresentar "visto ou inscrição ou qualquer outro documento obtido perante o CREA" que se fizer necessário para a execução do serviço em questão, em nome do(s) profissional(is), por ele indicado(s) para execução do(s) projeto(s).

12.10.3.2. O ramo de atuação descrito nas certidões deverá ser compatível com o objeto desta licitação;

12.10.3.3. A regularidade dos registros deverá ser mantida durante todo o período de execução dos serviços;

12.10.3.4. O Responsável Técnico deverá possuir vínculo com a licitante, na data fixada para entrega dos envelopes **Documentação de Habilitação** e **Propostas de Preços,** entendendo-se como tal, para fins deste Edital:

a) o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social;

b) o administrador ou o diretor;

c) o responsável técnico não sócio da empresa, que conste do quadro de Responsáveis Técnicos da Certidão de Registro referida no **subitem 12.10.1**, ou detentor de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) validada pelo respectivo conselho profissional para a data da licitação;

d) o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS assinada pela licitante ou no Livro de Registro de Empregados; ou

e) o prestador de serviços com contrato escrito vigente firmado com a licitante, cuja

duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado;

12.10.4. Declaração de responsabilidade técnica, devidamente assinada pelo profissional técnico indicado**.**

12.10.5. Indicação do pessoal técnico adequado e disponível para realização do objeto desta licitação, bem como a qualificação de cada um dos membros de sua equipe técnica que se responsabilizará pelo objeto desta licitação, **devendo constar nessa equipe técnica o detentor do registro referido no subitem 12.10.3.**

12.10.5.1. A verificação da veracidade e exatidão das informações prestadas pelas licitantes quanto à equipe técnica listada para realização do objeto desta licitação, conforme exigência contida no **subitem 12.10.4.** poderá ser auxiliada por técnico(s) da Instituição ou outro especialmente designado para tanto.

12.10.5.2. Havendo necessidade de afastamento de qualquer dos profissionais cuja capacitação, experiência e qualificação técnica tenha contribuído para classificação da CONTRATADA no processo licitatório, deverá ocorrer a substituição por outro com capacitação, experiência e qualificação técnica equivalente ou superior à do profissional substituído, devidamente comprovadas, desde que a substituição seja aprovada pela Administração, nos termos do artigo 30, §10, da Lei n° 8.666, de 1993.

12.10.5.3. No caso do subitem anterior, a CONTRATADA submeterá à aprovação da CONTRATANTE proposta de substituição de profissional, feita por escrito, fundamentada e instruída com as provas necessárias à comprovação da situação que se apresenta, e incluirá indicação do novo profissional com o respectivo acervo técnico. Para a sua efetivação, a proposta de substituição deverá ser apreciada e aprovada pela PGJ/AM;

12.10.6. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, todas serão inabilitadas.

12.11. Disposições Gerais da Habilitação:

12.11.1. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

12.11.2. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o proponente **inabilitado**, sendo convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim **sucessivamente**, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

12.11.3. Sob pena de inabilitação os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

12.11.3.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e

12.11.3.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

12.11.3.3. no caso dos subitens anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que COMPROVADAMENTE, forem emitidos SOMENTE em nome da matriz, e vice-versa.

12.11.4. Caso os prazos de validade não constem expressamente das certidões apresentadas, será considerado para esse fim, o prazo descrito no subitem 12.9.3 deste instrumento convocatório.

12.11.5. Os originais das documentações habilitatórias, ou cópias autenticadas por meio de cartório competente, deverão ser encaminhados ao(à) pregoeiro(a), nos termos do subitem 12.13. do Edital.

12.11.6. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está

dispensada da obrigação do item anterior.

12.12. **Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal** para **microempresas e empresas de pequeno porte**, lhes será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do momento em que o licitante for declarado vencedor, prorrogáveis por igual período, **a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa**.**

12.12.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.13. **Todos os documentos enviados eletronicamente ou via fac-símile deverão ser enviados em original, ou por cópia autenticada, devidamente assinado(s) pelo(s) representante(s) legal(is) no dia subsequente ao do resultado da habilitação**, impreterivelmente, **sob pena de desclassificação observado o disposto no item 25.7 e subitens,** à Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança II, CEP: 69037-473.

12.13.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

12.14. Para fins de julgamento da habilitação no certame, considerar-se-á vigente o documento com prazo de validade, pelo menos, até a data de abertura da licitação.

12.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.18. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.18.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.19. Atendidas as exigências habilitatórias fixadas neste Edital, o licitante será declarado **vencedor**, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida os autos à autoridade competente para homologação.

12.20. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o **prazo de no mínimo 30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma

motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.1.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.1.1.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.1.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito, cabendo o pregoeiro adjudicar o objeto da licitação à empresa licitante declarada vencedora.

13.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.2.1. Quando o prazo de interposição de Recursos Administrativos ou de Contrarrazões terminar em dia não útil, o prazo final será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

13.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

13.3.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

13.3.2. O não oferecimento de razões no prazo deste Edital fará deserto o recurso.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, Av. Coronel Teixeira n.º 7.995, Nova Esperança, Cep.: 69037-473, nos dias úteis, no horário das 8h. Às 14h. (horário local).

13.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá **efeito suspensivo**.

13.6. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7. Não serão providos recursos de **caráter protelatório**, fundada em mera insatisfação da licitante, podendo ainda ser aplicado, supletiva e subsidiariamente, no que couberem, as regras previstas na Lei n.º 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

13.8. A alegação de preço inexequível por parte de uma das licitantes com relação à proposta de preços de outra licitante deverá ser devidamente comprovada.

13.9. A sessão pública do pregão eletrônico somente será concluída após declarado o vencedor do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, cabendo aos licitantes permanecerem conectados ao sistema até o final desta etapa

13.10. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

14. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento

da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou ainda, e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.1.1. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15.2. Homologado o resultado, o adjudicatário será convocado a comparecer, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para celebrar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, devendo manter as condições de habilitação exibidas na licitação.

15.2.1. Se o vencedor do certame não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), ou recusar-se a assiná-lo, ou sobrevier fato impeditivo de sua celebração, a sessão será retomada e os demais licitantes chamados, procedendo-se na forma do item 11.7, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.2.2. O vencedor do certame deverá apresentar ao órgão interessado, antes da assinatura do contrato (ou retirada do instrumento equivalente), nova proposta de preços escrita, com a devida recomposição dos custos unitários decorrentes da diminuição dos valores na fase de lances verbais, observado o subitem 9.7 deste Edital.

15.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL

16.1. Nos termos do art. 56 da Lei n º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do Contrato, a CONTRATADA **deverá apresentar garantia na forma e condições estabelecidas na Cláusula Décima Sétima da Minuta de Contrato**, *Anexo II* deste Edital.

17. DOS PRAZOS PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E DO RECEBIMENTO

17.1. O prazo de execução obedecerá às disposições do **subitem 7.1 do Termo de Referência Nº 2.2023.DEAC.0995724.2022.01775** (Anexo I), bem como, das Cláusulas Quarta e Décima Oitava da Minuta da futura avença, consistindo em **12 (doze) meses,** a contar da publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, na forma da legislação aplicável e durante a vigência contratual.

17.2. O recebimento dos serviços será realizado por técnicos da CONTRATANTE, na forma prevista no art. 73 da Lei n.° 8.666/93, e ocorrerá na forma disposta no **Item 5** do **Termo de Referência Nº 2.2023.DEAC.0995724.2022.01775** (Anexo I) e Cláusula Quinta da Minuta de Contrato (Anexo II).

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato Administrativo ou emitido instrumento equivalente.

18.1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o

caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.1.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência eletrônica no e-mail constante da proposta, para que seja assinado eletronicamente pelo Sistema SEI ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

18.1.1.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.1.1.3. Nos termos do art. 6º do Decreto n º 40.674/2019, o termo contratual ou instrumento equivalente poderá ser assinado por certificação digital ou mediante assinatura eletrônica via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, conforme disposição do ATO Nº 141/2017/PGJ;

18.1.1.3.1. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico de Informação - SEI é de **inteira** e **exclusiva responsabilidade da licitante**, incluindo qualquer acesso efetuado diretamente ou por seu representante, não cabendo ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, promotora da licitação, **qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.**

18.1.1.4. Para fins do atendimento do disposto no item anterior, antes da assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços – ARP ou instrumento equivalente, será solicitado do representante da fornecedora o preenchimento de cadastro disponível no endereço eletrônico: **https://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0**, e envio dos seguintes documentos:

I – Documento de identidade;

II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;

III – Comprovante de residência atualizado.

IV – Ato constitutivo e suas alterações, devidamente registrados; e

V – Ato de nomeação ou eleição de dirigentes ou procuração, quando for o caso, devidamente registrados.

18.1.1.5. Será dispensado da apresentação dos documentos referidos o representante que já os tiver enviado durante a sessão pública do pregão.

18.1.1.6. Ao assinar o termo contratual ou instrumento equivalente, a empresa adjudicatária obriga-se a fornecer/executar os bens/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste edital, em seus anexos e também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições do edital;

18.2. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.2.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

18.2.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

18.2.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

18.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

18.4. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

18.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

18.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

18.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

18.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. Além das obrigações compreendias **no Item 8. do Termo de Referência n.º 2.2023.DEAC.0995724.2022.01775,** *Anexo I* a este Edital, bem como na **Cláusula Nona da Minuta de Contrato Administrativo,** *Anexo II*, serão também deveres da CONTRATADA:

19.1.1. Manter as condições de habilitação, como condição para emissão da nota de empenho, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

19.2. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou recusar-se injustificadamente a receber a nota de empenho no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

19.2.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

19.3. A empresa deverá encaminhar, quando solicitado, via *e-mail*, banco, agência e número da conta-corrente, endereço, telefone e representante legal da empresa, com o nº do CNPJ e Inscrição Estadual ou Inscrição Municipal.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. As obrigações desta contratante constituem o **Item 9 do Termo de Referência n.º 2.2023.DEAC.0995724.2022.01775,** *Anexo I* a este Edital, bem assim a **Cláusula Décima do futuro ajuste contratual,** *Anexo II.*

21. DO PAGAMENTO

21.1. O pagamento resultante da contratação do objeto, será efetuado de acordo com a **Cláusula Décima Segunda – Da Liquidação e do Pagamento** da Minuta de Contrato Administrativo, em consonância, também, com a proposta de preços aceita pela Administração.

21.2. O pagamento devido à CONTRATADA será creditado em conta-corrente por meio de ordem bancária, efetuado mediante apresentação de nota fiscal/fatura atestada e visada pelos órgãos de fiscalização e acompanhamento do fornecimento do material, no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da Administração na fatura apresentada.

21.2.1. As respectivas notas fiscais/faturas, emitidas em conformidade com o Protocolo ICMS 42/2009 (NF-e), deverão estar devidamente discriminadas, em nome da PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CNPJ n.º 04.153.748/0001-85, e acompanhada das respectivas Certidões Negativas de Débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, junto à Justiça Trabalhista e, ainda, das certidões de regularidade junto à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, conforme descrito no link https://www.mpam.mp.br/component/content/article/34-licitacoes/paginas-internas-licitacoes/2148-orientacaopagamentofornecedor;

21.2.2. Deverão constar das Notas Fiscais as especificações dos serviços, o número da Nota de Empenho e do instrumento contratual correspondente, conforme o caso;

21.2.3. Enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, nenhum pagamento será efetuado à Contratada, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

21.3. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da CONTRATADA, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

21.4. Nenhum pagamento isentará o fornecedor das responsabilidades atinentes ao objeto contratual, nem tampouco implicará a aprovação definitiva da entrega, total ou parcialmente.

21.5. A nota fiscal (atestada) e os documentos exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, deverão ser entregues, exclusivamente, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE.

21.6. Como condição para emissão da nota de empenho, a licitante vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.

21.7. Se a licitante vencedora não apresentar situação de regularidade documental, no ato da emissão da nota de empenho, ou se recusar injustificadamente a recebê-la no prazo estabelecido, os demais licitantes serão convocados, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

21.7.1. **Como condição inafastável a que seja emitida Nota de Empenho à Fornecedora**, esta deverá, também, estar cadastrada junto ao Sistema de Administração Financeira e Contabilidade – Cadastramento de Credores – da Secretaria da Fazendo do Estado do Amazonas – SEFAZ.

21.7.1.1. Com relação ao Cadastramento de Credores, a empresa deverá providenciar o envio dos documentos abaixo elencados ao órgão promotor da licitação (MPAM), durante o certame no próprio Sistema Comprasnet na fase de envio da proposta, quando convocado pelo Pregoeiro ou posteriormente após a adjudicação para o endereço eletrônico **licitacao@mpam.mp.br**, sendo que naquele primeiro momento não será motivo para sua desclassificação. No entanto, caso a vencedora não realize o cadastro em até 5 (cinco) dias após a homologação do certame, poderá responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da execução do ajuste, com possível aplicação das sanções previstas neste Edital, bem como perda do direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes:

a) Carta solicitando o cadastramento (conforme Anexo VI);

b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

c) Cópia legível dos dados bancários (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário etc.).

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, punível cumulativamente com aplicação de **multa de até 30%** do valor total da proposta, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

22.1.3. apresentar documentação falsa;

22.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.6. não mantiver a proposta;

22.1.7. cometer fraude fiscal;

22.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

22.2. As sanções do item acima **também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva**, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente ou com justificativa recusada pela administração pública.

22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, **a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes**, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.4. As sanções serão aplicadas pela **AUTORIDADE COMPETENTE**, em processo regular que assegure ao acusado o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, com os recursos a ela inerentes.

22.5. A falta de regularização da documentação no prazo previsto no **subitem 12.12.** sujeitará a licitante à aplicação das sanções previstas neste edital.

22.6. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas - DOMPE e registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

22.7. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções aplicada pelo(a) PROCURADOR(A)-GERAL DE JUSTIÇA poderá aplicar ao fornecedor as seguintes sanções:

22.7.1. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.7.2. **Multas percentuais**, nos termos estabelecidos neste Edital;

22.7.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.7.4. **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o CONTRATADO ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplica com base no item anterior.

22.7.5. **Impedimento de licitar e de contratar com o ESTADO DO AMAZONAS** e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

22.8. Se a CONTRATADA, *sem justa causa*, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, além das multas previstas no **Item 10.7 do Termo de Referência 2.2023.DEAC.0995724.2022.01775 e na Cláusula Décima Nona da Minuta de Contrato Administrativo**, segundo a gravidade da falta, as seguintes:

22.8.1. Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta quando, sem justificativa aceita pela Administração, o vencedor não mantiver a proposta apresentada na sessão pública;

22.9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação, impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente às de multa, as quais, por sua vez, **poderão ser descontadas dos pagamentos a serem efetuados.**

22.10. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pelos motivos legais.

22.11. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

22.11.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Estado ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.15. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei Estadual nº 2.794, de 2003.

22.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.17. O fluxo procedimental quanto aos processos administrativos sancionadores no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas está disciplinado no Ato PGJ n.º 187/2021 (publicado no DOMPE, Ed. 2170, de 12.07.2021).

23. DA REPACTUAÇÃO, REAJUSTE E REVISÃO DE PREÇOS

23.1. A interessada deverá protocolar o seu pedido de repactuação, reajuste e revisão de preços antes da assinatura do contrato ou, nos casos em que este vier a ser substituído por instrumento equivalente, **em até 5 (cinco) dias do recebimento da Nota de Empenho**, sob pena de não apreciação do pedido por intempestividade.

23.1.1. Deverá constar do pedido a planilha de custos e documentos comprovantes da situação superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

23.1.2. A **CONTRATADA** deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo, por exemplo: as parcelas relativas à mão de obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

23.2. A não-apresentação da planilha de custos impossibilitará o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** de proceder o reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, caso venha a

empresa contratada solicitar qualquer uma dessas alterações no contrato.

23.3. A cada pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preço, deverá a contratada comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração da proposta, demonstrando a nova composição do preço.

23.4. No caso do detentor do registro de preços/contratado ser revendedor ou representante comercial deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço constante de sua proposta, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com notas fiscais de fábrica/indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (*planilha de custos*).

23.5. **A critério do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, poderá ser exigido da contratada, listas de preços expedidas pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

23.6. Na análise do pedido de reequilíbrio, reajuste ou revisão, dentre outros critérios, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e /ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Estadual, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração.

23.7. O percentual de diferença entre os preços de mercado vigentes à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela CONTRATADA/Detentora do registro de preços será mantido durante toda a vigência do registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

23.8. A repactuação, reajuste ou revisão do preço, caso deferido, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação na Imprensa Oficial.

23.9. **É vedado à contratada interromper o fornecimento ou a prestação do serviço enquanto aguarda o trâmite do processo de reequilíbrio, reajuste ou revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste Edital.**

23.10. A repactuação, reajuste ou revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais federais e estaduais, que são soberanas à previsão do conteúdo exposto neste item.

24. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

24.1. Até o dia **16/03/2023, 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública**, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail **licitacao@mpam.mp.br**, no horário local de expediente da Instituição, **até às 14 horas (horário local) da data limite fixada** ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

24.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da petição**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

24.4. Acolhida a impugnação ou determinadas as providências requeridas, será designada nova data para realização da sessão pública, salvo quando estas não afetarem a formulação das propostas.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia 16/03/2023, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, **às 14 horas (horário local) da data limite fixada,** preferencialmente por meio eletrônico via internet ou protocolizada no endereço indicado no rodapé do Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante

(CPF/CNPJ).

24.5.1. O pedido de esclarecimento poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br, no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.

24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site https://www.gov.br/compras/pt-br, na área Gestor Público/consultas/pregões/agendados (http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/lista_pregao_filtro.asp?Opc=0) e no **site oficial do MPAM**. O fornecedor, além do acesso livre, poderá visualizar também no menu principal, no link: "visualizar impugnações /esclarecimentos/avisos".

24.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1. A **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO** prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 8 às 14 horas, na Av. Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, Manaus – AM, pelos telefones (92) 3655-0701, (92) 3655-0743 ou, ainda, pelo e-mail: **licitacao@mpam.mp.br.**

25.2. A **Autoridade Competente** designará o pregoeiro que conduzirá esta licitação, necessariamente escolhido dentre os Pregoeiros Oficiais do **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**.

25.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

25.3.1. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deverá sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019.

25.3.2. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (preexistente), que deixou de ser juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. (***TCU, Acórdão nº 1.211/2021, do Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, j. em 26.05.2021***).

25.3.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

25.4. A **Autoridade Competente** para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

25.4.1. No caso de revogação ou anulação do procedimento licitatório, ficará assegurada oportunidade de ampla e prévia manifestação dos interessados, na forma da Lei.

25.4.2. A anulação pode ser declarada a qualquer tempo.

25.4.3. As licitantes não terão direito a indenização em decorrência de anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do FORNECEDOR de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado em eventual cumprimento da obrigação decorrente da execução do objeto deste certame.

25.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, sob pena de abertura de procedimento apuratório em face da conduta do licitante.

25.7. Em caso de licitante vencedor sediado fora da cidade de Manaus, cujo envio de documentos e demais solicitações ensejem utilização de serviços postais, **será obrigatória a apresentação de cópia do comprovante de envio dos itens solicitados, como forma de confirmação do atendimento aos prazos previstos em cada subitem**.

25.7.1. O comprovante poderá ser enviado para o e-mail: licitacao@mpam.mp.br**.**

25.7.2. **O descumprimento dos prazos para envio dos documentos ou demais solicitações, sem apresentação de justificativa, ensejará a desclassificação da empresa licitante, sem prejuízo das sanções cabíveis.**

25.8. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal no **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

25.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.12. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar nova documentação, ou nova proposta, escoimadas das causas que ensejaram a inabilitação ou desclassificação das empresas.

25.13. Nenhuma pessoa física ou jurídica ainda que credenciada poderá representar mais de uma empresa concorrente, sob pena de não participação das empresas representadas.

25.14. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.15. Em substituição aos respectivos originais, todos os documentos poderão ser apresentados em cópia autenticada por Cartório competente ou conferida com o original por servidor da CPL. **Neste último caso, a autenticação administrativa poderá ser feita, preferencialmente, até o dia anterior à data prevista para o recebimento dos envelopes da Proposta e da Documentação**;

25.15.1. Caso a autenticação do documento ou o próprio documento esteja em formato digital, com assinatura por certificado digital, padrão ICP-Brasil, ou ainda torne possível sua convalidação em sítio eletrônico de autoridade certificadora oficial e/ou cartório digital respectivo, a licitante está dispensada da obrigação do item anterior.

25.16. Somente serão aceitos propostas e lances encaminhados pelo sistema eletrônico.

25.17. É de inteira responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo referente a este pregão eletrônico, no endereço eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.

25.18. Para as demais condições de contratação, observar-se-ão as disposições constantes dos Anexos deste Edital.

25.19. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital, assim como no caso de divergências entre os lançamentos no Sistema COMPRASNET, prevalecerá o Edital.

25.20. Este Edital e seus Anexos poderão ser examinados sem ônus para o interessado, antes da realização da licitação, no formato eletrônico, através de consulta aos sítios https://www.gov.br/compras/pt-br e www.mpam.mp.br, ou através do correio eletrônico da CPL, licitacao@mpam.mp.br.

25.20.1. Poderão ser, também, adquiridos impressos mediante depósito da quantia referente ao custo reprográfico, calculado no produto de R$ 0,20 (vinte centavos) por página, depositado na conta-corrente n.º 13200-4, Agência 6019-4, do Banco Bradesco S/A (237), em nome do **FUNDO DE APOIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS.**

25.21. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base no Ato PGJ n.º 389/2007, na Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, no Decreto Estadual n.º 21.178, de 27/09/2000, e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/93 e alterações.

25.22. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da cidade de Manaus, com exclusão expressa de qualquer outro.

Manaus AM, 08 de março de 2023.

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ato PGJ n.º 381/2022- DOMPE, Ed. 2495, de 23.11.2022

Documento assinado eletronicamente.

Os códigos de autenticidade podem ser conferidos na última página do Edital

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2023.DEAC.0995724.2022.017753

DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.

1. JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

1.1. O Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, para consecução dos seus objetivos institucionais, quais sejam, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses individuais indisponíveis, necessita dos serviços ora solicitados, que proporcionarão maior segurança e conforto aos usuários das instalações deste *Parquet,* bem como redução dos custos de manutenção.

Considera-se necessária a manutenção preventiva e corretiva, tendo como objetivo minimizar o período de indisponibilidade do sistema, ou mau funcionamento, por problemas técnicos ou outros motivos.

2. DETALHAMENTO DO OBJETO

2.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência abrangem a **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e materiais de reposição, dos equipamentos de transporte vertical instalados nos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas listados no item 2.2.

2.2 Os serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** dos equipamentos de transporte vertical deverão ser executados nos seis equipamentos instalados nos prédios da PGJ/AM, instalados como descrito:

Item	Número	Fabricante	Capacidade de Carga (Kg)	Número de Paradas	Velocidade (m/min)
	Instalados no edifício-sede, localizado à Avenida Coronel Teixeira, n.° 7.995. Nova Esperança. CEP 69037-473. Manaus, Amazonas				
1	Número de série 17794. Linha OMI	ThyssenKrupp	8 / 560	5	60,00
	Número de série 17795.				

2	Número de série 17795. Linha OMI	ThyssenKrupp	10 / 750	5	60,00
3	Número de série 17796. Linha OMI	ThyssenKrupp	10 / 750	5	60,00
	Instalados na sede administrativa da PGJ, localizado à Avenida Coronel Teixeira, n.° 7.995, Nova Esperança. CEP 69037-473. Manaus, Amazonas				
4	Número de série M3281 Linha VW2. Casa de máquinas instalado no térreo do prédio.	OTIS	8 / 630	4	60,00
5	Número de série M3282. Linha VW2. Casa de máquinas instalado no térreo do prédio.	OTIS	8 / 630	4	60,00
	Instalados no Anexo localizado à Avenida André Araújo nº 23, Aleixo, CEP 69037-473, Manaus, Amazonas				
6	Número de série 63733. Linha PRF	ThyssenKrupp	6 / 450	4	45,00
	Instalado no Anexo localizado à Avenida Jornalista Umberto Calderado Filho nº 175, Adrianopólis, CEP 69057-015, Manaus, Amazonas				
7	Número de série OVM 1142786	Atlas Schinder	8/560	1	45,00
	Instalados na unidade localizada à Rua 13 de Novembro s/nº, Centro, CEP 69800-000, Humaitá, Amazonas				
8	Plataforma Vertical	...	2 / 275	2	3,00
	Instalados na unidade localizado à Marechal Costa e Silva n.º 23, Centro, CEP 69240-000, Autazes, Amazonas				
9	Plataforma Vertical	BLOTEK	2 / 325	2	3,00
	Instalados na Unidade localizado à Avenida Benjamin Constant nº 23, Centro, CEP 69550-000, Tefé, Amazonas				
10	Número de série 182079. Plataforma Vertical	TKE	2 / 275	2	6,00

2.3. Os equipamentos operam com sistema inteligente duplex, o qual evita que os equipamentos de transporte vertical atendam à mesma chamada.

2.4. Não poderá haver subempreitada ou subcontratação sem o prévio e expresso consentimento por escrito da Contratante.

2.5. Os valores contratados deverão contemplar os serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA com FORNECIMENTO TOTAL DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, com cobertura de todos os equipamentos, peças, ferramentas e utensílios necessários ao cumprimento das atividades, bem como as características técnicas adequadas à boa execução dos serviços, incluindo todas as despesas/custos com peças materiais, ferramentas, mão de obra, frete, seguro, impostos e demais despesas/obrigações, necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação.

3. **CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO**

Para que possam se habilitar a executar os serviços descritos, os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:

3.1. Declaração de Vistoria, (*Anexo II deste Termo*). **A realização de vistoria é facultativa.**

3.1.1. **Na hipótese de optar pela realização da vistoria**, o interessado deverá obedecer às seguintes condições.

3.1.1.1. A vistoria **deverá** ser realizada por pessoa devidamente credenciada pela empresa interessada (*Anexo I deste Termo*).

3.1.1.2. Essa condição deverá ser comprovada através de carteira de identidade e prova de vínculo com a empresa interessada, que deverão se apresentar portando **Carta de Credenciamento**, emitida pelo representante legal da empresa, apresentando o profissional que realizará a vistoria;

3.1.1.3. Por ocasião da visita, as empresas licitantes deverão apresentar documento, denominado **Atestado de Vistoria Técnica**, modelo *Anexo II deste Termo* de Referência, que será assinado por servidor designado da **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC** - desta PGJ-AM, onde o servidor declara ter acompanhado o responsável técnico apresentado pela empresa durante a vistoria técnica realizada.

3.1.1.4. O referido Atestado deverá ser apresentado posteriormente, na **fase licitatória**, nos termos definidos no edital do certame;

3.1.1.5. A **vistoria** poderá ser realizada até 05 (cinco) dias antes à data estipulada para abertura da licitação;

3.1.1.6. As visitas deverão ser agendadas com o mínimo de 07 (sete) dias de antecedência à data limite de vistoria, com a **Divisão de Engenharia Arquitetura e Cálculo - DEAC**, pelos telefones (92) 3655-0739, no período das 8h às 13h.

3.1.1.7. O tempo de antecedência para agendamento é necessário para que a Administração possa planejar a equipe para acompanhamento da vistoria.

3.1.1.8. A visita será realizada por pessoa indicada pela interessada, que se apresentará municiado de documento de Credenciamento para Vistoria, emitido pelo Representante Legal da interessada.

3.1.1.9. Por ocasião da visita, a interessada deverá apresentar à PGJ sua Declaração de Vistoria.

3.1.2 **Caso a empresa opte por não realizar a vistoria**, o interessado deverá apresentar no processo licitatório, em substituição à Declaração de Vistoria, uma Declaração de Dispensa de Vistoria assinada pelo responsável legal, informando sua opção da não realização desta visita.

3.1.3. Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, para a execução dos serviços propostos, mesmo não tendo feio a vistoria.

3.2. Comprovação de qualificação técnica, constando de:

3.2.1. Prova de inscrição ou registro da empresa junto ao **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (CREA)** , da localidade da sede da licitante. No caso de a licitante possuir CREA de outra localidade, deverá apresentar visto do CREA-AM, previamente à contratação, em sua plena validade, com indicação do objeto social

compatível com a presente licitação, de acordo com disposto no Inciso I do Art. 30 da Lei nº 8.666/93.

3.2.2. Apresentar Certidão de Registro ou Inscrição no **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (CREA)** , comprovando que faz parte do corpo técnico da pessoa jurídica, no mínimo um Responsável Técnico habilitado na área Engenharia Mecânica (resolução 218/CONFEA; atribuições do art.12).

3.2.3. Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no órgão competente - CREA, que comprove(m) que a empresa licitante tenha executado, a contento, serviços de natureza e vulto compatíveis com o objeto ora licitado, que permitam estabelecer, por comparação, proximidade de características funcionais técnicas, dimensionais e qualitativas com o objeto da presente licitação, em edificações não residenciais e com o fornecimento de todo o material de reposição.

3.3. Declaração, sob assinatura do Representante da empresa, de que, sendo vencedora da Licitação, em até 5 (cinco) dias úteis, após a celebração do Contrato, providenciará, junto ao CREA/AM, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART (art. 1º da Lei 6496/1977), e encaminhará à contratante uma cópia autenticada da documentação que comprove o registro.

3.4. Declaração da LICITANTE de que apresentará, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem as instalações, o aparelhamento e o pessoal técnico, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do Contrato, bem como disponibilizará a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

3.5. Declaração da LICITANTE de que, caso seja declarada vencedora da Licitação, manterá, em MANAUS -AM, sede, filial ou representação dotada de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, comprovando posteriormente, caso vencedora, esta condição.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 A execução dos serviços deverá obedecer às seguintes orientações:

4.1.1 MANUTENÇÃO é entendida como o conjunto de atividades técnico-administrativas, de natureza preventiva e corretiva, com vistas à preservação da vida útil, sem perda das características, da integridade e ponto ótimo de operação do equipamento, instalações, sistemas ou suas partes;

4.1.2 Os serviços prestados pela CONTRATADA nos equipamentos de transporte vertical alcançam: cabina, luminária, circuladores de ar, máquina de tração, rolamentos, motor, freio, coletor e escovas; limitador de velocidade; painéis de comando, painéis elétricos, bobinas, relês, conjuntos elétricos e eletrônicos, proteções elétricas; disjuntores; derives, chaves; contactoras, módulo de potência; cabos de aço; cabos elétricos; cabos de comando; polias de tração, de compensação e esticadoras; para-choques, guias, fixadores e tensores; contrapesos, coxins; carretilhas de portas, trincos, fechaduras; operadores elétricos, portas dos pavimentos, correias e cordoalhas.

4.2 Na execução dos serviços deverão ser respeitadas, no que couber:

4.2.1. As normas e especificações constantes deste Termo;

4.2.2. As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;

4.2.3. As disposições legais, pertinentes, da União, Estado e Município;

4.2.4. As prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos quanto aos procedimentos de manutenção e operação;

4.2.5. Aos regulamentos das empresas concessionárias de energia;

4.2.6. Aos regulamentos do Corpo de Bombeiros do Estado do Amazonas;

4.2.7. As normas internacionais consagradas, na falta de normas da ABNT;

4.2.8. As normas regulamentadores do Ministério do Trabalho;

4.2.9. A resolução CONFEA N.º 425/98 (ART).

4.3. Deverá a CONTRATADA manter controle individualizado dos equipamentos de transporte vertical, onde serão registradas suas características, medições, observações de funcionamento, peças substituídas e serviços executados.

4.4. Todos os itens necessários à realização dos serviços de manutenção deverão estar incluídos no valor contratado, mesmo que não registrados nos edital, contrato ou termo de referência.

4.5. No início da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar o **Plano Básico de Manutenção, Operação e Controle - PMOC**, em consonância com as rotinas mínimas descritas neste Termo, no qual, além das rotinas de manutenção a serem desenvolvidas, deverá constar, obrigatoriamente, a composição da Equipe de Serviço, bem como a função a ser exercida por cada um dos seus integrantes.

4.5.1. O **PLANO BÁSICO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE - PMOC** poderá ser alterado a qualquer tempo pelo CONTRATANTE que poderá modificar as rotinas e a periodicidade dos serviços, bastando comunicar à CONTRATADA por escrito, a qual terá o prazo máximo de cinco dias úteis para promover os acertos necessários.

4.5.2. Caso o engenheiro responsável técnico da CONTRATADA julgue necessárias alterações ou complementações nas rotinas de manutenção, para o funcionamento seguro e eficiente dos equipamentos, instalações e sistemas, deverá submeter o assunto ao fiscal do contrato com prévia antecedência.

4.5.3 A CONTRATADA deverá ainda:

4.5.3.1 Garantir a aplicação do PMOC mediante a execução contínua deste serviço.

4.5.3.2 Manter disponível o registro da execução dos procedimentos estabelecidos no PMOC.

4.5.3.3 Divulgar os procedimentos e resultados das atividades de manutenção, operação e controle à fiscalização.

4.6 Os serviços de manutenção preventiva e corretiva incluirão a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem e limpeza dos equipamentos, conforme o caso, bem como as orientações à CONTRATANTE acerca da utilização normal e adequada dos mesmos.

4.7 Os serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**, deverão ser executados de forma a não interferir no funcionamento normal da instituição. Assim sendo as interrupções no funcionamento dos equipamentos de transporte vertical deverão ocorrer de tal forma que pelo menos 1 (um) deles permaneça em serviço.

4.7.1 **A MANUTENÇÃO PREVENTIVA** deverá ser executada em datas agendadas com a CONTRATANTE, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 8h e 15h. Poderá, ainda, ser executada em outros dias e horários, desde que solicitado previamente pela CONTRATANTE ou mediante comum acordo entre as partes.

4.7.2. **MANUTENÇÃO CORRETIVA** deverá ser prestada pela CONTRATADA, mediante chamado telefônico, ao número por ela indicado, o qual deverá constar na proposta, dentro dos seguintes limites:

4.7.2.1. em casos de acidentes ou de pessoas presas na cabine, o atendimento deverá ser imediato, após a chamada, num prazo máximo, de 1 (um) hora;

4.7.2.2. nos demais casos, o prazo máximo de atendimento deverá ser 6 (seis) horas, contadas a partir da chamada;

4.7.2.3. no caso dos equipamentos de transporte vertical encontrarem-se todos parados, o prazo máximo de atendimento será reduzido para 2 (duas) horas, contadas a partir da chamada;

4.7.2.4. em qualquer dos casos, a CONTRATADA fica obrigada a colocar os

equipamentos de transporte vertical em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da parada do equipamentos de transporte vertical;

4.7.2.5. decorridos os prazos descritos neste subitem, sem o atendimento devido, fica a CONTRATANTE autorizada a contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da licitante vencedora os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos equipamentos, peças e materiais aplicados.

4.7.2.6. para as unidade no interior do estado, excetuando-se o prazo contido no item 4.7.2.1., os demais prazos serão acrescido de 48 (quarenta e oito) horas.

4.7.3 Entende-se por início do atendimento a hora da chegada do técnico às dependências da CONTRATANTE.

4.8 MANUTENÇÃO PREVENTIVA

4.8.1 Caracteriza-se por todas as atividades técnicas e administrativas destinadas a manter os equipamentos contratados em perfeito estado de funcionamento e conservação, bem como prolongar a vida útil do mesmo.

4.8.2 A manutenção dos equipamentos, das instalações e dos sistemas será executada observando-se a periodicidade e as especificações das verificações contidas no PMOC, cujas rotinas mínimas são descritas nos subitens 4.7.3 e 4.7.5 deste Termo, e nas orientações técnicas contidas nos manuais específicos dos equipamentos, nas normas vigentes, assim como outras que sejam necessárias ao bom funcionamento dos equipamentos, em consonância com as orientações e demandas do fiscal do contrato e a própria experiência da CONTRATADA no ramo.

4.8.3. ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL.

Atividade	**Descrição**
1	Verificar partidas e paradas, checar nivelamento, aceleração e retardamento
2	Verificar funcionamento geral do equipamentos de transporte vertical: vibrações, ruídos, tempos de abertura e fechamento de portas
3	Consultar Fiscais sobre possíveis ocorrências
4	Inspecionar a casa de máquinas: verificar temperatura, limpeza e condições gerais
5	Registrar as rotinas executadas na O.S. de manutenção preventiva e incluir alterações no histórico do equipamento
6	Verificar e fazer a manutenção necessária na cabine, do painel de operação, intercomunicador, iluminação, ventilador, painéis de acabamento, pisos, guarda corpos, portas, corrediças e régua de segurança.
7	Verificar todos os pavimentos, as botoeiras, indicadores luminosos, portas e soleiras, aceleração e desaceleração, nivelamento, fechos eletromecânicos e fechos hidráulicos.
8	Verificar na casa de máquinas: proteções e conexões (painel de força), quadro de comando, bateria e fonte de luz de emergência, máquina e cabos de tração, motor de indução, freio de contato, regulador de velocidade e nível de óleo.
9	Verificar na parte superior da cabine: porta e contato de emergência, aparelho de segurança, operador de portas e condições do teto e estrutura.
10	Verificar no poço: limites inferiores, aparelho de segurança, deslize do contrapeso e limpeza do poço.

11	Verificar os cabos de aço como fator de segurança.
12	Verificar na caixa de corrida: polia de desvio, limites superiores, guias e suportes, portas de pavimento e limite de redução de descida.
13	Efetuar reaperto geral dos componentes dos quadros de comando e agregados na cabine e topo.
14	Efetuar testes de simulação de falha em módulos, placas eletrônicas e contactoras.
15	Limpeza do Poço do Equipamentos de transporte vertical
16	Registrar as rotinas executadas na O.S. de manutenção preventiva e incluir alterações no histórico do equipamento.
17	Verificar as corrediças das guias ou roldanas dos cursores, assegurando uma operação silenciosa e manter as guias adequadamente lubrificadas

4.8.4. ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL.

Atividade	**Descrição**
1	Verificar na parte superior da cabine as corrediças superiores, sustentação dos cabos e chaves de indução
2	Verificar no poço: corrediças inferiores pára-choques e cornija, polia, cabos, correntes de compensação e polia tensora
3	Verificar na caixa corrida: contra-peso, cabos de manobra e fiações
4	Registrar as rotinas executadas na O.S. de manutenção preventiva e incluir alterações no histórico do equipamento

4.8.5. A CONTRATADA deverá apresentar, até o 25. ° dia útil de cada mês, o **CRONOGRAMA MENSAL DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA** , do mês subsequente, onde informará:

4.8.5.1 A descrição dos serviços que serão realizados;

4.8.5.2 Data da realização dos serviços;

4.8.5.3 Turno em que serão realizados os serviços;

4.8.5.4 Funcionário(s) responsável(is) pela execução;

4.8.5.5 Relação dos materiais que serão utilizados.

4.9 **MANUTENÇÃO CORRETIVA**

4.9.1 A MANUTENÇÃO CORRETIVA abrange todo o serviço necessário ao pleno funcionamento do sistema, e consistirá no desempenho das atividades destinadas a corrigir defeitos, falhas ou irregularidades apresentados pelos equipamentos, colocando-os em perfeitas condições de uso, será executada sempre que houver necessidade de consertos e reparos para restaurar o perfeito funcionamento dos referidos equipamentos de transporte vertical, incluindo a substituição de peças, componentes ou acessórios, ou quando requerida pela CONTRATANTE, observando-se a periodicidade e as especificações das verificações contidas no PMOC, cujas rotinas mínimas são descritas no subitem 4.9.2 deste Termo.

4.9.2 ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA

Atividade	**Descrição**

1	Executar serviços de manutenção corretiva e extra-manutenção em qualquer parte, equipamento ou peça de forma a garantir o perfeito funcionamento de todo o sistema. Esses serviços deverão ser executados sempre que o sistema apresentar problemas, devolvendo sua operacionalidade dentro dos prazos especificados. Esses serviços deverão atender os padrões do fabricante, tanto em casos de conserto como em casos de substituição de peças e componentes.
2	Executar, também, serviços de manutenção corretiva sempre que, durante manutenção preventiva, for identificada alguma anormalidade ou possibilidade de falha em qualquer item do sistema.

4.9.3 Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removido para conserto em oficinas necessitará de prévia autorização do fiscal do contrato. As despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação dos componentes correrão por conta da CONTRATADA.

4.9.3.1 A manutenção corretiva será realizada sempre que necessária e a qualquer tempo, devendo ser imediatamente comunicada à CONTRATANTE.

4.9.3.2 Após a realização de serviços de manutenção corretiva, sempre que solicitado as instalações serão testadas na presença do representante da CONTRATATANTE.

4.9.4 Todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos deverão ser entregues pela CONTRATADA ao fiscal do contrato.

4.9.5 Nos equipamentos ou sistemas, que se encontrem em período de garantia, os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados após a constatação de que o problema não decorre de defeito coberto pela garantia.

4.9.6 Ficando constatado que o problema do equipamento sob garantia decorre de defeito de fabricação, a CONTRATADA comunicará o fato ao fiscal do contrato no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, mediante emissão de **Laudo Técnico**, assinado pelo engenheiro mecânico responsável técnico e/ou pelo engenheiro mecânico vinculado à empresa responsável pela condução dos serviços, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias.

4.9.7. Caso a CONTRATADA execute os serviços a que se refere este item e disto resulte a perda da garantia oferecida, ela assumirá durante o período remanescente da garantia o ônus a que atualmente está sujeito o fabricante do equipamento.

4.9.8. Durante o prazo de garantia dos equipamentos, será atribuída à CONTRATADA a responsabilidade por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para a extinção da garantia determinada pelo fabricante.

5. APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIOS TÉCNICOS DE SERVIÇOS

5.1. A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do contrato, por escrito e em meio digital, acompanhado da Nota Fiscal/Fatura dos Serviços, **RELATÓRIO MENSAL** assinado pelo engenheiro mecânico responsável técnico e/ou pelo engenheiro mecânico vinculado à empresa responsável pela condução dos serviços, conforme modelo fornecido pelo gestor do contrato.

5.2. Deverão constar deste **RELATÓRIO MENSAL** o descritivo das ocorrências e das rotinas de manutenção preventiva e corretiva realizadas, informações sobre índices anormais de falhas no equipamento e em materiais, peças, componentes e/ou acessórios, a análise de ocorrências extra rotina e eventuais sugestões, com vistas a maximizar a eficiência e a confiabilidade dos equipamentos e das instalações elétricas e mecânicas associadas.

5.3 Em cada visita realizada pela CONTRATADA, tanto para MANUTENÇÃO PREVENTIVA quanto CORRETIVA, deverá ser elaborada uma **DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO**, ou outro documento similar, onde serão indicados os serviços realizados e a relação de peças substituídas, além de outros registros pertinentes. Esse boletim deverá ser visado pela CONTRATANTE por ocasião da visita e comporá a documentação que acompanha a fatura mensal dos serviços da CONTRATADA. No momento do visto, uma cópia do boletim será repassada à CONTRATANTE, para ser arquivada em pasta própria.

5.4 A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do contrato, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos anteriores ao término da vigência contratual, **RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ANUAL – RIA** a ser expedido pelo fabricante do equipamento, contendo as seguintes inspeções:

5.4.1. Inspeção dos dispositivos de segurança e de emergência;

5.4.2. Inspeção da máquina e mecanismo do controle;

5.4.3. Inspeção dos cabos de suspensão e do regulador;

5.4.4. Inspeção de outras peças de equipamento da instalação do equipamentos de transporte vertical.

6. **DA GARANTIA**

6.1. A CONTRATADA deverá dar garantia com MANUTENÇÃO PREVENTIVA e CORRETIVA total pelos serviços executados, bem como peças, componentes ou acessórios substituídos/aplicados, por um prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados do término da execução dos serviços.

7. **DOS PRAZOS**

7.1. O prazo total de execução será de 12 (doze) meses, a contar da publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, na forma da legislação aplicável e durante a vigência contratual.

8. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante todo o período de vigência do contrato, a regularidade de seu registro junto ao **CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA DO AMAZONAS – CREA-AM**, como também a do Engenheiro Mecânico ou Industrial responsável pelo serviço.

8.2. No prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs em nome do profissional que será o responsável técnico pelo acompanhamento e execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

8.3. Fornecer todos os equipamentos, peças, acessórios, ferramentas e utensílios necessários ao cumprimento das atividades, bem como os materiais em quantidades e características técnicas adequadas à boa execução dos serviços, proposto neste termo.

8.3.1. As peças e componentes aplicados na MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA dos equipamentos de transporte vertical, deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação dos equipamentos, sendo obrigatoriamente novos e de primeiro uso, originais, com garantia do fabricante pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

8.3.2. As peças e demais componentes aplicados na MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA dos equipamentos de transporte vertical deverão, no que couber, vir acompanhados de manuais originais de instalação, configuração e operação dos mesmos, incluindo ainda todos os que se fizerem necessários a sua correta operação.

8.4. Indicar preposto da empresa por ocasião da assinatura do contrato, visando os contatos de serviço com o representante da Administração, durante a execução dos serviços.

8.5. Executar todos os testes de segurança, necessários ou recomendados pelos fabricantes dos equipamentos ou exigidos na legislação.

8.6. Executar, após a assinatura do contrato, uma revisão geral em todos os equipamentos e emitir, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, relatório circunstanciado de execução de serviço, contendo, no mínimo: descrição sumária da situação encontrada e dos serviços executados; número de série do equipamento revisado; data; hora de início e término dos serviços, discriminação dos serviços executados e peças substituídas, se for o caso; assinatura do técnico responsável pela execução dos serviços.

8.7. Comunicar eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando justificativas, as quais serão apreciadas, para análise e deliberação da Administração, com vistas à aplicação de penalidades.

8.8. Executar de forma contínua, dentro das recomendações específicas e com peças originais e genuínas, a manutenção corretiva, preventiva, assistência técnica, mecânica e operacional dos equipamentos, de modo a mantê-los em eficaz e plena capacidade operacional, ajustados e em condições de funcionar com segurança, através de pessoal próprio, treinado, especializado e capacitado, sem quaisquer ônus adicionais, encargos ou responsabilidades para o Órgão.

8.9. Responsabilizar-se pela limpeza e conservação das áreas referentes às Casas de Máquinas dos equipamentos de transporte vertical.

8.10. Remover, reparar, corrigir ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou parte, as peças e os componentes empregados nos equipamentos, que não atendam às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições técnicas, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação emitida pela CONTRATANTE.

8.11. Não executar serviços que impliquem em paralisação ou remoção do equipamento, ou que possam afetar as características estéticas e estruturais do equipamento e/ou prédio, sem a prévia e formal anuência da Administração.

8.12. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a CONTRATANTE julgar necessário.

8.13. Não transferir, sob pretexto algum, qualquer responsabilidade para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc.

8.14. Comunicar imediatamente, ao fiscal, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços objeto deste Termo de Referência.

8.15. A inobservância das presentes especificações técnicas, bem como das cláusulas contratuais, implicará na não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a CONTRATADA refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

8.16. Apresentar, mensalmente, na sede da CONTRATANTE, a fatura correspondente ao serviço executado no período, acompanhada de relatório dos serviços realizados, devidamente assinada pelo responsável técnico, especificando os serviços realizados e quantitativos de peças que tenham sido substituídas ou aplicadas no período, bem como dos materiais utilizados e outros registros pertinentes, o qual deverá ser atestado e certificada pela CONTRATANTE.

8.17. Fornecer relação nominal dos empregados designados para prestar serviços em suas unidades, dando ciência prévia de quaisquer alterações decorrentes de substituições, exclusões e inclusões, observadas as exigências previstas em contrato.

8.18. Manter os seus empregados, quando em trabalho, devidamente habilitados, identificados por uniformes e crachás da empresa, com fotografia recente, substituindo, sempre que exigido pela Administração, mediante justificativa da fiscalização, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse do Serviço Público.

8.19. Manter seus empregados sujeitos as normas de Segurança do Trabalho, além das normas disciplinares do Órgão.

8.20. Responsabilizar-se pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à CONTRATANTE ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.

8.21. Afastar, do local de serviços, qualquer empregado ou funcionário seu cuja presença, a juízo da CONTRATANTE, seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição.

Assumir todos os gastos e despesas com a execução das obrigações decorrentes dos serviços tais como ferramentas, transporte, peças e demais implementos que se fizerem necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, bem como encargos e obrigações concernentes às legislações sociais,

trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, com todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), não transferindo ao Órgão a responsabilidade de se pagamento.

Não poderá haver subempreitada ou subcontratação sem o prévio e expresso consentimento por escrito da CONTRATADA;

9. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Constituem obrigações do Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria Geral de Justiça - PGJ-AM:

9.1. Designar servidor para acompanhar as empresas licitantes durante a vistoria técnica, mediante verificação do credenciamento do técnico, bem como atestar o comparecimento.

9.2. Efetuar o pagamento das notas fiscais/ faturas correspondentes às etapas do serviço efetivamente realizadas, na sua totalidade ou parcialidade.

9.3. Efetuar regularmente o pagamento da CONTRATADA, dentro dos critérios estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato, quanto aos serviços devidamente realizados, por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas pelo comitê responsável.

9.4. Designar, e informar à CONTRATADA, fiscal do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados.

9.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato.

9.6. A fiscalização verificará se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do Edital e seus anexos, em especial as metas e padrão de qualidade convencionadas no Acordo de Níveis de Serviços – ANS.

9.8. Anotar em registro próprio e notificar a CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas.

9.9. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

9.10. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas.

9.11. Assegurar o acesso dos empregados da CONTRATADA aos locais de exercício das suas atividades.

9.12. Aprovar a execução dos serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA** a partir de relatório circunstanciado e fundamentado apresentado pela CONTRATADA, caso haja necessidade de substituição de peças nos equipamentos manutenidos, estando ou não os mesmos contemplados no preço apresentado na proposta.

10 **ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO**

10.1. O Acordo de Níveis de Serviços tem como objetivo definir as atividades consideradas críticas para o Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de transporte vertical.

10.2. Resultados Esperados

10.2.1. É necessário que os equipamentos de transporte vertical instalados estejam sempre em boas condições de funcionamento, permanecendo inoperantes o menor tempo possível. Dessa forma, a prioridade na prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de transporte vertical é a rapidez no atendimento de chamados técnicos.

10.2.2. O Órgão adotará indicadores para avaliar o desempenho dos serviços contratados. O nível do serviço a ser exigido relaciona-se com a performance no atendimento aos chamados técnicos.

10.2.3. Quando não forem cumpridos pela CONTRATADA os limites mínimos de desempenho previstos, o pagamento mensal será ajustado conforme o item 10.3 deste Acordo de Níveis de

Serviços.

10.3. Indicadores

10.3.1. **Indicador de Cumprimento de Prazo não Emergencial**: este indicador tem como objetivo definir critérios mínimos a serem atendidos pela contratada no que se refere ao cumprimento de prazos no atendimento dos chamados técnicos não emergenciais.

10.3.1.1. Para efeito deste indicador considera-se que o serviço foi prestado dentro do nível de conformidade quando for cumprido o prazo para o atendimento ao chamado técnico não emergencial.

10.3.1.2. Tempo de Atendimento Previsto: corresponde ao número de horas previstas para a realização do atendimento ao chamado técnico não emergencial. Este prazo é de 6 horas corridas.

10.3.1.3. Horas de Atraso: corresponde ao número de horas excedidas entre o tempo de atendimento previsto e o tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial.

IAE = tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial

Tempo de Atendimento Previsto = 1 horas

IA = tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial

Tempo de Atendimento Previsto = 3 horas

10.3.1.4. Índice de atraso (IA): corresponde ao quociente do tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial e do Tempo de atendimento previsto. O Índice de atraso (IA) é calculado através da seguinte fórmula:

10.3.1.5. Atraso não emergencial: ocorre atraso quando o Índice de Atraso (IA) é maior que 1 (um).

10.3.1.6. Forma e Momento da Aferição: A aferição será realizada em cada chamado técnico individualmente, constatado o atraso será descontado um percentual do valor mensal do serviço.

10.3.1.7. Multas pelo Atraso não emergencial

Índice de Atraso (IA)	**Desconto sobre o valor mensal do serviço**
$IA \leq 1$	Não há desconto
$1 < IA \leq 1,5$	5%
$1,5 < IA \leq 2$	10%
$IA > 2$	20%

10.3.1.8. Comunicação do chamado técnico. A PGJ/AM realizará a comunicação formal, através de mensagem eletrônica (email), para a CONTRATADA da existência da necessidade de manutenção corretiva.

10.3.2. **Indicador de Cumprimento de Prazo Emergencial**: este indicar tem como objetivo definir critérios mínimos a serem atendidos pela CONTRATADA no que se refere ao cumprimento de prazos no atendimento dos chamados técnicos emergenciais.

10.3.2.1. Para efeito deste indicador considera-se que o serviço foi prestado dentro do nível de conformidade quando for cumprido o prazo para o atendimento ao chamado técnico emergencial.

10.3.2.2. Tempo de Atendimento Emergencial Previsto: corresponde ao número de horas previstas para a realização do atendimento ao chamado técnico emergencial.

10.3.2.3. Horas de Atraso: corresponde ao número de horas excedidas entre o tempo de atendimento emergencial previsto e o tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico.

10.3.2.4. Índice de atraso emergencial (IAE): corresponde ao quociente do tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico emergencial e do Tempo de atendimento previsto. O Índice de atraso emergencial (IAE) é calculado através da seguinte fórmula:

10.3.2.5. Atraso emergencial: ocorre atraso quando o Índice de Atraso é maior que 1 (um).

10.3.2.6. Forma e Momento da Aferição. A aferição será realizada em cada chamado técnico individualmente, constatado o atraso será descontado um percentual do valor mensal do serviço.

10.3.2.7. Prazo máximo para atendimento emergencial

Descrição	**Prazo máximo para atendimento**
Acidentes ou pessoas presas na cabine	1 hora corrida
Ambos equipamentos de transporte verticales encontrarem-se parados	2 horas corridas

10.3.2.8. Multas pelo Atraso não emergencial

Índice de Atraso (IAE)	**Desconto sobre o valor mensal do serviço**
IA ≤ 1	Não há desconto
1 < IA ≤ 1,5	5%
1,5 < IA ≤ 2	10%
IA > 2	20%

10.3.1.9. Comunicação do chamado técnico. A PGJ/AM realizará a comunicação formal, através de mensagem eletrônica (email), para a CONTRATADA da existência da necessidade de manutenção corretiva.

10.3.1.9.1. Para fins de manutenção corretiva emergencial, além do atendimento no horário comercial, a CONTRATADA deverá manter "serviço de emergência" (fornecendo o telefone e/ou "BIP" para contrato), funcionando, pelo menos, entre 18h e 8h.

10.4. Da Contagem do tempo de atendimento

10.4.1. O tempo efetivamente gasto para atender aos chamados técnicos se iniciará com o envio, pela PGJ/AM , da mensagem eletrônica à Contratada.

10.4.2. O tempo efetivamente gasto para atender ao chamado técnico não emergencial terá o termo final no momento em que o técnico da contratada se apresentar à Divisão de Serviços Gerais da Procuradoria-Geral de Justiça. O tempo efetivamente gasto para atender ao chamado técnico emergencial terá o termo final no momento em que o defeito/problema que ocasionou a abertura do chamado técnico estiver resolvido.

10.4.3. No caso de manutenção corretiva emergencial decorrente de ambos os equipamentos de transporte vertical encontrarem-se parados, o tempo de atendimento

emergencial previsto se iniciará, caso a comunicação formal não ocorra em hora útil, na primeira hora útil seguinte à comunicação.

10.4.4. O termo inicial e final dos atendimentos técnicos será anotado em relatório a ser fornecido pela contratada, no qual constarão, além do tempo efetivamente gasto para o atendimento, a assinatura do fiscal do contrato e do técnico da contratada. O original ficará com o fiscal de contrato e uma cópia será entregue a contratada.

10.4.5. Os relatórios serão individualizados para cada chamado técnico e servirão de controle para aferição do desempenho e performance da contratada e servirão de base para o desconto no valor mensal do serviço e a aplicação de penalidade constantes deste Acordo de Níveis de Serviços.

10.5 Dos fatores fora do controle da contratada

10.5.1. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da contratada, que será analisada pela Procuradoria-Geral de Justiça.

10.5.2. Caso fique comprovado que a prestação do serviço com menor nível de conformidade não ocorreu por culpa da contratada não será considerado que ocorreu atraso e não será feito ajuste no pagamento mensal.

10.6. Da troca de peças

10.6.1. Nos casos em que ficar comprovado, através de relatório emitido pela contratada, que para a solução do problema no equipamento há necessidade de instalação/troca de peças, será iniciado um prazo de 24 horas corridas para a troca/instalação das peças.

10.6.2. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período mediante justificativa apresentada pela contratada.

10.6.3. O prazo do subitem 10.6.1 se iniciará com a abertura do chamado para a troca/instalação das peças e terminará no momento em que o técnico da contratada se apresentar à Divisão de Serviços Gerais.

10.6.4. O descumprimento dos prazos acima acarretará as sanções descritas para o Indicador de Cumprimento de Prazo não Emergencial.

10.7. Das sanções administrativas

10.7.1. Visando evitar a degeneração na qualidade dos serviços serão aplicadas as seguintes sanções administrativas à contratada, além das previstas neste termo de referência e no contrato:

A. Advertência:

No caso de ocorrer Índice de Atraso ou Índice de Atraso Emergencial > 2, além do desconto no valor mensal do serviço.

B. Multa de 5% do valor global do contrato:

Caso mais de 30% dos chamados técnicos no período de 6 meses possuírem Índice de Atraso ou Índice de Atraso Emergencial > 2.

C. Multa de 10% do valor global do contrato e rescisão contratual:

Caso mais de 50% dos chamados técnicos no período de 6 meses possuírem Índice de Atraso ou Índice de Atraso Emergencial > 2.

10.7.2. Para fim do período de 6 meses a que se refere as letras b e c do subitem 10.7.1, considera-se iniciado o período na data inicial da vigência do contrato e terminado após 6 meses, iniciando um novo período no dia seguinte ao término do primeiro período e assim sucessivamente, terminando no último dia da vigência do contrato.

10.7.3. As penalidades de advertência, multa e rescisão contratual serão aplicadas após regular processo administrativo, sendo garantidos o contraditório e a ampla defesa.

10.8. Da Fiscalização

10.8.1. A fiscalização do cumprimento deste Acordo de Níveis de Serviços ficará a cargo do fiscal de contrato indicado pela Procuradoria-Geral de Justiça.

10.8.2. O fiscal de contrato será responsável por conferir o relatório referido nos subitens 10.4.4 e 10.4.5 deste Acordo de Níveis de Serviços.

10.8.3. No último dia útil do mês o fiscal do contrato enviará mensagem eletrônica contendo as informações de cada relatório e, se for o caso, o valor a ser descontado do preço mensal do serviço.

11. DA ELABORAÇÃO

O presente Termo de Referência foi elaborado pela Divisão de Serviços Gerais em conformidade com as atribuições legais e regimentais, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração e integra o procedimento interno.

DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE
Declaro que este Termo de Referência está de acordo com a Lei nº 8.666/93 e Lei nº. 10.520/2002 e alterações posteriores. Manaus – AM, 07 de Março de 2023. **PAULO AUGUSTO DE OLIVEIRA LOPES** Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo

Solicitamos aprovação. Manaus – AM, / / 2023. **FRANCISCO EDINALDO LIRA DE CARVALHO** Diretora-Geral	Despacho de Aprovação. ( ) Aprovado ( ) Não aprovado Manaus – AM, de de 2023. **GEROGE PESTANA VIEIRA** Subprocuradora Geral d Justiça para Assuntos Administrativos Ordenadora de Despesas

ANEXO I –
CREDENCIAMENTO PARA VISTORIA TÉCNICA ÀS INSTALAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS / PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Pelo presente instrumento credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador do documento de Identidade n.º _____, para realizar a vistoria prevista no subitem 3.1.1.1 do Termo de Referência nº ___/___, referente ao procedimento licitatório _____, o qual está habilitado a proceder à vistoria técnica e assinar o Atestado de Vistoria contido no Anexo II do referido Termo.

Manaus, AM, de de 2023.

Representante legal

Razão Social e CNPJ da Empresa

Observações:

Emitir o credenciamento em papel timbrado da empresa, identificando o signatário e utilizando o carimbo padronizado da empresa; Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, quando da execução dos serviços propostos. A vistoria será realizada em data e horário previamente acordados segundo a conveniência deste Órgão.

ANEXO II –
MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA ÀS INSTALAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS / PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Atestamos, para cumprimento do item ..... do Edital referente ao certame …....., que a empresa ....., representada neste ato por seu representante credenciado, o(a) Sr(a)....., portador(a) do documento de identidade nº ....., compareceu às dependências deste órgão e, acompanhado por servidor especialmente designado pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, tomou conhecimento “in loco” dos locais, especificações, quantidades, estado geral dos equipamentos e condições de execução dos serviços, tendo pleno conhecimento do estado de uso e das condições físicas dos mesmos, conforme previsto no subitem 3.1.1 do Termo de Referência nº ___/____.

Manaus, AM, de de 2023.

Responsável pelo Setor Solicitante

Servidor Designado

De acordo

Representante credenciado pela empresa licitante

Razão Social e CNPJ da Empresa

Observações:

O atestado de vistoria será emitido em papel timbrado da empresa licitante e assinado pela PGJ/AM. A verificação referida no item 3.1, e seus subitens, do Termo de Referência nº ___/___ será de inteira responsabilidade das licitantes.- Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, quando da execução dos serviços propostos.

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 07/03/2023, às 14:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0995724** e o código CRC **FE0BAFA2**.

2022.017753 v5

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO Nº 10.2023.DCCON.0990747.2022.017753

Termo de Contrato Administrativo, que entre si celebram o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS** e a empresa , objetivando a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**, por intermédio de sua **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão de sua Administração Superior, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Coronel Teixeira, 7.995, Nova Esperança, 69.037-473, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 04.153.748/0001- 85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada _____, e a empresa _____ com sede _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada _____, portador do documento de identidade n.º _____ e CPF (MF) n.º _____, tendo em vista o que consta do Processo n.º 2017.004349, doravante referido por **PROCESSO** e, em consequência do _____ – CPL/MP/PGJ, resolvem assinar o presente **TERMO DE CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES**, nos termos das Leis Federais n.º 8.666/93, nº 10.520/02 e demais legislações pertinentes, e pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O presente ajuste tem por objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte vertical dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, nos termos do Edital do _____– CPL/MP/PGJ, que integra este termo contratual, com seus anexos, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO:

Os serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** dos equipamentos de transporte vertical deverão ser executados nos **10 (dez)** equipamentos instalados nos prédios da **CONTRATANTE**, conforme a seguinte descrição:

Item	Número	Fabricante	Capacidade de Carga (Kg)	Número de Paradas	Velocidade (m/min)
Instalados no edifício-sede, localizado na Avenida Coronel Teixeira, n.° 7.995, Nova Esperança. CEP 69037-473. Manaus, Amazonas					
1	Número de série 17794. Linha OMI	ThyssenKrupp	8 / 560	5	60,00
2	Número de série 17795. Linha OMI	ThyssenKrupp	10 / 750	5	60,00
3	Número de série 17796. Linha OMI	ThyssenKrupp	10 / 750	5	60,00
Instalados na sede administrativa da PGJ, localizado na Avenida Coronel Teixeira, n.° 7.995, Nova Esperança. CEP 69037-473. Manaus, Amazonas					
4	Número de série M3281 Linha VW2. Casa de máquinas instalada no térreo do prédio.	OTIS	8 / 630	4	60,00
5	Número de série M3282. Linha VW2. Casa de máquinas instalada no térreo do prédio.	OTIS	8 / 630	4	60,00
Instalado no Anexo localizado na Avenida André Araújo, n.º 23, Aleixo, CEP 69037-473, Manaus, Amazonas					
6	Número de série 63733. Linha PRF	ThyssenKrupp	6 / 450	4	45,00
Instalado no Anexo localizado à Avenida Jornalista Umberto Calderado Filho, nº 175, Adrianopólis, CEP 69057-015, Manaus, Amazonas					
7	Número de série OVM 1142786	Atlas Schinder	8/560	1	45,00
Instalado na unidade localizada à Rua 13 de Novembro, s/nº, Centro, CEP 69800-000, Humaitá, Amazonas					
8	Plataforma Vertical	...	2 / 275	2	3,00
Instalado na unidade localizada à Rua Marechal Costa e Silva, n.º 23, Centro, CEP 69240-000, Autazes, Amazonas					

9	Plataforma Vertical	BLOTEK	2 / 325	2	3,00
Instalado na Unidade localizada à Avenida Benjamin Constant, nº 23, Centro, CEP 69550-000, Tefé, Amazonas					
10	Número de série 182079. Plataforma Vertical	TKE	2 / 275	2	6,00

Parágrafo primeiro. Os equipamentos operam com sistema inteligente duplex, o qual evita que os equipamentos de transporte vertical atendam à mesma chamada.

Parágrafo segundo. Não poderá haver subempreitada ou subcontratação sem o prévio e expresso consentimento por escrito da **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. Os serviços objeto deste contrato abrangem a **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**, com FORNECIMENTO TOTAL DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE REPOSIÇÃO, com cobertura de todos os equipamentos, peças, ferramentas e utensílios necessários ao cumprimento das atividades, bem como as características técnicas adequadas à boa execução dos serviços, incluindo todas as despesas/custos com peças materiais, ferramentas, mão de obra, frete, seguro, impostos e demais despesas/obrigações, necessárias ao cumprimento do objeto deste contrato.

Parágrafo quarto. As peças e componentes aplicados na **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** dos equipamentos de transporte vertical deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação dos equipamentos, sendo obrigatoriamente novos e de primeiro uso, originais, com garantia do fabricante pelo período mínimo de 12 (doze) meses.

Parágrafo quinto. As peças e demais componentes aplicados na **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** dos equipamentos de transporte vertical deverão, no que couber, vir acompanhados de manuais originais de instalação, configuração e operação dos mesmos, incluindo ainda todos os que se fizerem necessários a sua correta operação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

A execução dos serviços deverá obedecer às seguintes orientações:

1. Os serviços prestados pela **CONTRATADA** nos equipamentos de transporte vertical alcançam: cabina, luminária, circulador de ar, máquina de tração, rolamentos, motor, freio, coletor e escovas; limitador de velocidade; painéis de comando, painéis elétricos, bobinas, relês, conjuntos elétricos e eletrônicos, proteções elétricas; disjuntores; derives, chaves; contactoras, módulo de potência; cabos de aço; cabos elétricos; cabos de comando; polias de tração, de compensação e esticadoras; para-choques, guias, fixadores e tensores; contrapesos, coxins; carretilhas de portas, trincos, fechaduras; operadores elétricos, portas dos pavimentos, correias e cordoalhas;
2. Na execução dos serviços deverão ser respeitados, no que couber:
    - As normas e especificações constantes deste contrato;
    - As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
    - As disposições legais, pertinentes, da União, Estado e Município;

- As prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos quanto aos procedimentos de manutenção e operação;
- Os regulamentos das empresas concessionárias de energia;
- Os regulamentos do Corpo de Bombeiros do Estado do Amazonas;
- As normas internacionais consagradas, na falta de normas da ABNT;
- As normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- A resolução CONFEA N.º 425/98 (ART);

3. Deverá a **CONTRATADA** manter controle individualizado dos equipamentos de transporte vertical, onde serão registradas suas características, medições, observações de funcionamento, peças substituídas e serviços executados;
4. Todos os itens necessários à realização dos serviços de manutenção estão incluídos no valor contratado, mesmo que não registrados no edital, contrato ou termo de referência;
5. No início da prestação dos serviços, a **CONTRATADA** deverá apresentar o **Plano Básico de Manutenção, Operação e Controle - PMOC**, em consonância com as rotinas mínimas descritas neste contrato, no qual, além das rotinas de manutenção a serem desenvolvidas, deverá constar, obrigatoriamente, a composição da equipe de serviço, bem como a função a ser exercida por cada um dos seus integrantes.
6. O **Plano Básico de Manutenção, Operação e Controle - PMOC** poderá ser alterado a qualquer tempo pela **CONTRATANTE**, que poderá modificar as rotinas e a periodicidade dos serviços, bastando comunicar à **CONTRATADA** por escrito, a qual terá o prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** para promover os acertos necessários.
7. Caso o engenheiro responsável técnico da **CONTRATADA** julgue necessárias alterações ou complementações nas rotinas de manutenção, para o funcionamento seguro e eficiente dos equipamentos, instalações e sistemas, deverá submeter o assunto à **FISCALIZAÇÃO** do contrato com prévia antecedência.
8. A **CONTRATADA** deverá ainda:

    - Garantir a aplicação do PMOC mediante a execução contínua deste serviço.
    - Manter disponível o registro da execução dos procedimentos estabelecidos no PMOC.
    - Divulgar os procedimentos e resultados das atividades de manutenção, operação e controle à **FISCALIZAÇÃO**.

CLÁUSULA QUARTA – DA MANUTEÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA:

MANUTENÇÃO é entendida como o conjunto de atividades técnico-administrativas, de natureza preventiva e corretiva, com vistas à preservação da vida útil, sem perda das características, da integridade e ponto ótimo de operação do equipamento, instalações, sistemas ou suas partes.

Parágrafo primeiro. Disposições gerais dos serviços de manutenção:

1. Os serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** deverão ser executados de forma a não interferir no funcionamento normal da instituição. Assim sendo, as interrupções no funcionamento dos equipamentos de transporte vertical deverão ocorrer de tal forma que pelo menos 1 (um) deles permaneça em serviço no referido prédio.
2. Os serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA e CORRETIVA** incluirão a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem e limpeza dos equipamentos, conforme o caso, bem como as orientações à **CONTRATANTE** acerca da utilização normal e adequada de tais equipamentos.
3. **A MANUTENÇÃO PREVENTIVA** deverá ser executada em datas agendadas com a **CONTRATANTE**, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 8h e 15h. Poderá, ainda,

ser executada em outros dias e horários, desde que solicitado previamente pela **CONTRATANTE** ou mediante comum acordo entre as partes;

4. **A MANUTENÇÃO CORRETIVA** deverá ser prestada pela **CONTRATADA**, mediante chamado telefônico, ao número por ela indicado, o qual deverá constar na proposta, dentro dos seguintes limites:

4.1. Em casos de acidentes ou de pessoas presas na cabine, o atendimento deverá ser imediato, após a chamada, num prazo máximo, de **1 (UMA) HORA**;

4.2. Nos demais casos, o prazo máximo de atendimento deverá ser **6 (SEIS) HORAS**, contadas a partir da chamada;

4.3. No caso dos equipamentos de transporte vertical estarem parados, o prazo máximo de atendimento será reduzido para **2 (DUAS) HORAS,** contadas a partir da chamada;

4.4. Em qualquer dos casos, a **CONTRATADA** fica obrigada a colocar os elevadores em perfeito estado de funcionamento no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis**, contados a partir da parada do equipamento de transporte vertical;

4.5. Decorridos os prazos descritos acima, sem o atendimento devido, fica a **CONTRATANTE** autorizada a contratar os serviços de outra empresa e a cobrar da **CONTRATADA** os custos respectivos, sem que tal fato acarrete qualquer perda quanto à garantia dos equipamentos, peças e materiais aplicados;

4.6. Para as unidade no interior do estado, excetuando-se o prazo contido no item 4.1., os demais prazos serão acrescido de 48 (quarenta e oito) horas.

4.7. Entende-se por início do atendimento a hora da chegada do técnico às dependências da **CONTRATANTE**.

Parágrafo segundo. Da Manutenção Preventiva:

1. A **MANUTENÇÃO PREVENTIVA** caracteriza-se por todas as atividades técnicas e administrativas destinadas a manter os equipamentos contratados em perfeito estado de funcionamento e conservação, bem como prolongar a vida útil do mesmo.
2. A manutenção dos equipamentos, das instalações e dos sistemas será executada observando-se a periodicidade e as especificações das verificações contidas no **PMOC**, cujas rotinas mínimas são descritas nos subitens 3 e 4 abaixo, e nas orientações técnicas contidas nos manuais específicos dos equipamentos, nas normas vigentes, assim como outras que sejam necessárias ao bom funcionamento dos equipamentos, em consonância com as orientações e demandas do fiscal do contrato e a própria experiência da **CONTRATADA** no ramo.
3. **ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA MENSAL:**

Atividade	**Descrição**
1	Verificar partidas e paradas, checar nivelamento, aceleração e retardamento.
2	Verificar funcionamento geral do elevador: vibrações, ruídos, tempos de abertura e fechamento de portas.
3	Consultar a **FISCALIZAÇÃO** do contrato sobre possíveis ocorrências.
4	Inspecionar a casa de máquinas: verificar temperatura, limpeza e condições gerais.
5	Registrar as rotinas executadas na O.S. de manutenção preventiva e incluir alterações no histórico do equipamento.

6	Verificar e fazer a manutenção necessária na cabine, do painel de operação, intercomunicador, iluminação, ventilador, painéis de acabamento, pisos, guarda corpos, portas, corrediças e régua de segurança.
7	Verificar todos os pavimentos, as botoeiras, indicadores luminosos, portas e soleiras, aceleração e desaceleração, nivelamento, fechos eletromecânicos e fechos hidráulicos.
8	Verificar na casa de máquinas: proteções e conexões (painel de força), quadro de comando, bateria e fonte de luz de emergência, máquina e cabos de tração, motor de indução, freio de contato, regulador de velocidade e nível de óleo.
9	Verificar na parte superior da cabine: porta e contato de emergência, aparelho de segurança, operador de portas e condições do teto e estrutura.
10	Verificar no poço: limites inferiores, aparelho de segurança, deslize do contrapeso e limpeza do poço.
11	Verificar os cabos de aço como fator de segurança.
12	Verificar na caixa de corrida: polia de desvio, limites superiores, guias e suportes, portas de pavimento e limite de redução de descida.
13	Efetuar reaperto geral dos componentes dos quadros de comando e agregados na cabine e topo.
14	Efetuar testes de simulação de falha em módulos, placas eletrônicas e contatoras.
15	Limpeza do poço do elevador.
16	Registrar as rotinas executadas na O.S. de manutenção preventiva e incluir alterações no histórico do equipamento.
17	Verificar as corrediças das guias ou roldanas dos cursores, assegurando uma operação silenciosa e manter as guias adequadamente lubrificadas.

4. **ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA SEMESTRAL:**

Atividade	**Descrição**
1	Verificar na parte superior da cabine as corrediças superiores, sustentação dos cabos e chaves de indução.
2	Verificar no poço: corrediças inferiores para-choques e cornija, polia, cabos, correntes de compensação e polia tensora.
3	Verificar na caixa corrida: contra-peso, cabos de manobra e fiações.
4	Registrar as rotinas executadas na O.S. de manutenção preventiva e incluir alterações no histórico do equipamento.

5. A **CONTRATADA** deverá apresentar, até o **25° dia útil de cada mês**, o **CRONOGRAMA MENSAL DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA**, do mês subsequente, onde informará:

5.1. A descrição dos serviços que serão realizados;

5.2. Data da realização dos serviços;

5.3. Turno em que serão realizados os serviços;

5.4. Funcionário(s) responsável(is) pela execução;

5.5. Relação dos materiais que serão utilizados.

Parágrafo Terceiro. Da Manutenção Corretiva:

1. A **MANUTENÇÃO CORRETIVA**, que abrange todo o serviço necessário ao pleno funcionamento do sistema, e consistirá no desempenho das atividades destinadas a corrigir defeitos, falhas ou irregularidades apresentados pelos equipamentos, colocando-os em perfeitas condições de uso, será executada sempre que houver necessidade de consertos e reparos para restaurar o perfeito funcionamento dos referidos elevadores, incluindo a substituição de peças, componentes ou acessórios, ou quando requerida pela **CONTRATANTE**, observando-se a periodicidade e as especificações das verificações contidas no **PMOC**, cujas rotinas mínimas são descritas no seguinte subitem:

1.1. **ROTINAS MÍNIMAS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA:**

Atividade	Descrição
1.1.1.	Executar serviços de manutenção corretiva e extra- manutenção em qualquer parte, equipamento ou peça de forma a garantir o perfeito funcionamento de todo o sistema. Esses serviços deverão ser executados sempre que o sistema apresentar problemas, devolvendo sua operacionalidade dentro dos prazos especificados. Esses serviços deverão atender aos padrões do fabricante, tanto em casos de conserto como em casos de substituição de peças e componentes.
1.1.2.	Executar, também, serviços de manutenção corretiva sempre que, durante manutenção preventiva, for identificada alguma anormalidade ou possibilidade de falha em qualquer item do sistema.

2. Todo equipamento, componente ou peça que necessitar ser removido para conserto em oficinas necessitará de prévia autorização da **FISCALIZAÇÃO** do contrato. As despesas com a retirada, a remessa, a devolução e a posterior reinstalação dos componentes correrão por conta da **CONTRATADA**.
3. A manutenção corretiva será realizada sempre que necessária e a qualquer tempo, devendo ser imediatamente comunicada à **CONTRATANTE**.
4. Após a realização de serviços de manutenção corretiva, sempre que solicitado as instalações serão testadas na presença do representante da **CONTRATANTE**.
5. Todas as peças, componentes e materiais porventura substituídos deverão ser entregues pela **CONTRATADA** ao fiscal do contrato.
6. Nos equipamentos ou sistemas, que se encontrem em período de garantia, os serviços de manutenção corretiva somente poderão ser executados após a constatação de que o problema não decorre de defeito coberto pela garantia.
7. Ficando constatado que o problema do equipamento sob garantia decorre de defeito de fabricação, a **CONTRATADA** comunicará o fato à **FISCALIZAÇÃO** do contrato no prazo de **24 (vinte e quatro)** horas, mediante emissão de Laudo Técnico, assinado pelo engenheiro mecânico responsável técnico e/ou pelo engenheiro mecânico vinculado à empresa responsável pela condução dos serviços, a fim de que sejam tomadas as providências

necessárias.

8. Caso a **CONTRATADA** execute os serviços e, disto resulte a perda da garantia oferecida, ela assumirá durante o período remanescente da garantia o ônus a que atualmente está sujeito o fabricante do equipamento.
9. Durante o prazo de garantia dos equipamentos, será atribuída à **CONTRATADA** a responsabilidade por eventuais procedimentos ou omissões que contribuam para a extinção da garantia determinada pelo fabricante.

CLÁUSULA QUINTA – DO RELATÓRIO TÉCNICO DOS SERVIÇOS:

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **FISCALIZAÇÃO**, por escrito e em meio digital, acompanhado da Nota Fiscal/Fatura dos serviços, **RELATÓRIO MENSAL** assinado pelo engenheiro mecânico responsável técnico e/ou pelo engenheiro mecânico vinculado à empresa responsável pela condução dos serviços, conforme modelo fornecido pela **FISCALIZAÇÃO** do contrato.

Parágrafo primeiro. Deverão constar nesse **RELATÓRIO MENSAL** o descritivo das ocorrências e das rotinas de manutenção preventiva e corretiva realizadas, informações sobre índices anormais de falhas no equipamento e em materiais, peças, componentes e/ou acessórios, a análise de ocorrências extra rotina e eventuais sugestões, com vistas a maximizar a eficiência e a confiabilidade dos equipamentos e das instalações elétricas e mecânicas associadas.

Parágrafo segundo. Em cada visita realizada pela **CONTRATADA**, tanto para **MANUTENÇÃO PREVENTIVA** quanto **CORRETIVA**, deverá ser elaborada uma **DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO**, ou outro documento similar, onde serão indicados os serviços realizados e a relação de peças substituídas, além de outros registros pertinentes. Esse boletim deverá ser visado pela **CONTRATANTE** por ocasião da visita e comporá a documentação que acompanha a fatura mensal dos serviços da **CONTRATADA**. No momento do visto, uma cópia do boletim será repassada à **CONTRATANTE**, para ser arquivada em pasta própria.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **FISCALIZAÇÃO** do contrato, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos anteriores ao término da vigência contratual, **RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ANUAL – RIA** a ser expedido pelo fabricante do equipamento, contendo as seguintes inspeções:

1. Inspeção dos dispositivos de segurança e de emergência;
2. Inspeção da máquina e mecanismo do controle;
3. Inspeção dos cabos de suspensão e do regulador;
4. Inspeção de outras peças de equipamento da instalação do elevador.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO:

Integram o presente contrato:

- O Edital do n.º - CPL/MP/PGJ;
- A proposta de preços emitida pela **CONTRATADA** em ;
- O Anexo Único deste Contrato – Acordo de Níveis de Serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

A execução do presente dar-se-á de forma indireta, sob a modalidade empreitada por preço global, nos termo do Edital do n.º – CPL/MP/PGJ.

CLÁUSULA OITAVA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:

A execução do contrato será gerida, acompanhada e fiscalizada, por servidor(es) ou representante(s) especialmente designado(s) pela autoridade **CONTRATANTE**, por meio de ato específico, doravante denominada **FISCALIZAÇÃO,** permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição, observando as determinações do artigo 67 da Lei n.º 8.666/93, do edital e das seguintes atribuições:

1. Abrir processo de gestão do presente contrato, fazendo constar no mesmo todos os documentos referentes à fiscalização dos serviços em tela;
2. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento e execução dos serviços, realizando diretamente toda e qualquer comunicação com a **CONTRATADA** (seja mediante anotação no livro, seja mediante ofício ou outros documentos);
3. Visar as Ordens de Serviços expedidas pela **CONTRATADA** e demais documentos;
4. Aprovar a execução dos serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA a partir de relatório circunstanciado e fundamentado apresentado pela **CONTRATADA**, caso haja necessidade de substituição de peças nos equipamentos manutenidos, estando ou não os mesmos contemplados no preço apresentado na proposta;
5. Indicar as ocorrências verificadas, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas;
6. Fixar prazo limite para realização das providências necessárias à regularização de eventuais vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do presente contrato;
7. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o contrato;
8. Comunicar à Administração, de forma imediata, a ocorrência de fatos passíveis de aplicação de penalidades administrativas;
9. Verificar se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do edital e seus anexos, em especial as metas e padrão de qualidade convencionadas no Acordo de Níveis de Serviços – ANS;
10. Atestar a respectiva nota fiscal emitida corretamente pela **CONTRATADA**, para a efetivação do pagamento correspondente;
11. Solicitar a documentação atualizada, necessária à comprovação da manutenção das condições de habilitação da **CONTRATADA**;
12. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas;
13. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas;
14. Encaminhar à Administração Superior toda e qualquer modificação que se faça necessária e envolva acréscimo ou supressão de despesa e dilatação de prazos, para fins das providências administrativas indispensáveis;
15. Solicitar à **CONTRATADA** e a seus prepostos, ou obter da Administração, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento da avença e anexar aos autos cópia dos documentos que comprovem essas solicitações;
16. Solicitar aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem sua competência, para a adoção das medidas convenientes.

Parágrafo primeiro. A ação da **FISCALIZAÇÃO** não exonera a **CONTRATADA** de suas

responsabilidades contratuais.

Parágrafo segundo. Quaisquer exigências da **FISCALIZAÇÃO** inerentes ao objeto deste contrato deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo terceiro. A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pela **CONTRATANTE**, para representá-la administrativamente na execução do contrato, devendo **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento**, informar nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a **CONTRATANTE** e o preposto responsável pela execução do contrato.

Parágrafo quarto. As comunicações e notificações feitas pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, a serem realizadas sob o âmbito do presente contrato, serão feitas por meio de Ofícios, e-mails, via fax ou por telefone.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Para o fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados, caberá a **CONTRATADA**:

1. Desenvolver todas as obrigações previstas neste contrato, observando estritamente os conceitos de qualidade definidos em sua proposta comercial apresentada, obedecendo às condições do edital e anexos, e no Acordo de Nível de Serviço.
2. Manter, durante todo o período de vigência do contrato, a regularidade de seu registro junto ao Conselho Regional de Engenharia do Amazonas – CREA/AM, como também a do Engenheiro Mecânico ou Industrial responsável pelo serviço.
3. No prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da data de assinatura do contrato, apresentar à **FISCALIZAÇÃO** cópia das Anotações de Responsabilidade Técnica - ARTs em nome do profissional que será o responsável técnico pelo acompanhamento e execução dos serviços objeto deste contrato.
4. Fornecer relação nominal dos empregados designados para prestar serviços em suas unidades, dando ciência prévia de quaisquer alterações decorrentes de substituições, exclusões e inclusões, observadas as exigências previstas em contrato.
5. Fornecer todos os equipamentos, peças, acessórios, ferramentas e utensílios necessários ao cumprimento das atividades, bem como os materiais em quantidades e características técnicas adequadas à boa execução dos serviços proposto neste contrato.
6. Executar todos os testes de segurança, necessários ou recomendados pelos fabricantes dos equipamentos ou exigidos na legislação.
7. Executar, após a assinatura do contrato, uma revisão geral em todos os equipamentos e emitir, **no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos**, relatório circunstanciado de execução de serviço, contendo, no mínimo: descrição sumária da situação encontrada e dos serviços executados; número de série do equipamento revisado; data; hora de início e término dos serviços, discriminação dos serviços executados e peças substituídas, se for o caso; assinatura do técnico responsável pela execução dos serviços.
8. Comunicar eventual atraso ou paralisação dos serviços, apresentando justificativas, as quais serão apreciadas, para análise e deliberação da **CONTRATANTE**, com vistas à aplicação de penalidades.
9. Executar de forma contínua, dentro das recomendações específicas e com peças originais e genuínas, a manutenção corretiva, preventiva, assistência técnica, mecânica e operacional dos equipamentos, de modo a mantê-los em eficaz e plena capacidade operacional, ajustados e em condições de funcionar

com segurança, através de pessoal próprio, treinado, especializado e capacitado, sem quaisquer ônus adicionais, encargos ou responsabilidades para a instituição.

10. Responsabilizar-se pela limpeza e conservação das áreas referentes às casas de máquinas dos equipamentos de transporte vertical.
11. Remover, reparar, corrigir ou reconstituir, às suas expensas, no todo ou parte, as peças e os componentes empregados nos equipamentos, que não atendam às especificações exigidas, em que se verifiquem imperfeições técnicas, vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação emitida pela **CONTRATANTE**.
12. Não executar serviços que impliquem em paralisação ou remoção do equipamento, ou que possam afetar as características estéticas e estruturais do equipamento e/ou prédio, sem a prévia e formal anuência da Administração.
13. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a **CONTRATANTE** julgar necessário.
14. Comunicar imediatamente, à **FISCALIZAÇÃO**, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução dos serviços objeto deste contrato.
15. Manter os seus empregados, quando em trabalho, devidamente habilitados, identificados por uniformes e crachás da empresa, com fotografia recente, substituindo, sempre que exigido pela Administração, mediante justificativa da fiscalização, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina ou ao interesse do Serviço Público.
16. Manter seus empregados sujeitos às normas de Segurança do Trabalho, além das normas disciplinares da instituição.
17. Responsabilizar-se pela idoneidade moral e técnica dos seus empregados, sendo única, integral e exclusivamente responsável, em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** ou a terceiros, provenientes da execução dos serviços objeto deste contrato, quaisquer que tenham sido as medidas preventivas adotadas, respondendo por si e seus procuradores.
18. Afastar, do local de serviços, qualquer empregado ou funcionário seu cuja presença, a juízo da **CONTRATANTE**, seja considerada prejudicial ao bom andamento, regularidade e perfeição dos mesmos, ou ainda, à disciplina ou o interesse da instituição.
19. Assumir todos os gastos e despesas com a execução das obrigações decorrentes dos serviços tais como ferramentas, transporte, peças e demais implementos que se fizerem necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, bem como encargos e obrigações concernentes às legislações sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, com todas as despesas decorrentes da execução de eventuais trabalhos em horários extraordinários (diurno e noturno), não transferindo à instituição a responsabilidade de pagamento.
20. Além dos encargos pertinentes, ser responsável por todas as obrigações relativas a acidentes de trabalho, bem como pelo ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material causado à **CONTRATANTE** ou a terceiros que possa advir, direta ou indiretamente, da execução do objeto deste contrato.
21. Apresentar, mensalmente, na sede da **CONTRATANTE**, a fatura correspondente ao serviço executado no período, acompanhada de relatório dos serviços realizados, devidamente assinada pelo responsável técnico, especificando os serviços realizados e quantitativos de peças que tenham sido substituídas ou aplicadas no período, bem como dos materiais utilizados e outros registros pertinentes, a qual deverá ser atestada e certificada pela **FISCALIZAÇÃO**.
22. Entregar as notas fiscais/faturas devidamente discriminadas, em nome da **Procuradoria-Geral de Justiça**, CNPJ n.º 04.153.748.0001-85, e acompanhadas das respectivas certidões negativas de débito para com a Seguridade Social, para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, e ainda, certidão de regularidade junto à Fazenda Federal,

Estadual e Municipal e junto à Justiça Trabalhista, sendo que a regularidade deverá ser mantida durante todo o período do contrato.

23. Fazer constar nas notas fiscais/faturas a descrição dos serviços/produtos, o número da Nota de Empenho e do instrumento contratual correspondente.
24. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** as alterações que sofrer em seu estatuto ou contrato social, razão ou denominação social, CNPJ/MF, dados bancários, endereço, telefones, fax, e outros dados que forem importantes, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.
25. Manter durante a vigência do contrato as condições de habilitação para contratar com a **CONTRATANTE**, apresentando os documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas, especialmente, encargos sociais, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

Parágrafo primeiro. A inobservância das presentes especificações técnicas, bem como das cláusulas contratuais, implicará a não aceitação parcial ou total dos serviços, devendo a **CONTRATADA** refazer as partes recusadas sem direito à indenização.

Parágrafo segundo. Os danos e prejuízos deverão ser ressarcidos à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), contados da notificação à **CONTRATADA** do ato administrativo que lhes fixar o valor, sob pena de multa.

Parágrafo terceiro. A infringência do prazo de início do atendimento, sem motivo de força maior e/ou caso fortuito, bem como o não cumprimento de sua execução dará à **CONTRATANTE** o direito de cancelar a proposta e/ou rescindir o contrato, bem como aplicar as penalidades previstas na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

1. designar, e informar à **CONTRATADA**, fiscal do contrato e seu substituto, mantendo tais dados atualizados;
2. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato;
3. A **FISCALIZAÇÃO** verificará se os serviços foram prestados de acordo com as exigências do Edital e seus anexos, em especial as metas e padrão de qualidade convencionados no Acordo de Nível de Serviço – ANS;
4. Anotar em registro próprio e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção e exigindo as medidas reparadoras devidas;
5. Efetuar regularmente o pagamento à **CONTRATADA**, dentro dos critérios estabelecidos neste no contrato, quanto aos serviços devidamente realizados, por meio de Ordem Bancária, após o atesto das notas fiscais/faturas pelo responsável;
6. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato;
7. Prestar as informações e os esclarecimentos necessários ao desenvolvimento das tarefas;
8. Assegurar o acesso dos empregados da **CONTRATADA** aos locais de exercício das suas atividades;
9. Aprovar a execução dos serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E/OU CORRETIVA** a

partir de relatório circunstanciado e fundamentado apresentado pela CONTRATADA, caso haja necessidade de substituição de peças nos equipamentos manutenidos, estando ou não os mesmos contemplados no preço apresentado na proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR:

O valor do presente contrato é de **R$ ( )**, a ser desembolsado em 12 (doze) parcelas de **R$ ( )**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

O pagamento à **CONTRATADA** será efetuado, após apresentação, na sede da **CONTRATANTE**, do requerimento de pagamento acompanhado das Ordens de Serviço, Declaração de todos os serviços realizados durante o período e Nota Fiscal devidamente atestada pela **FISCALIZAÇÃO** do contrato.

Parágrafo primeiro. Para os serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva, o pagamento ocorrerá mensalmente a contar da assinatura do contrato.

Parágrafo segundo. Por ocasião de cada pagamento, a**CONTRATADA** deverá apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura dos serviços, na sede da **CONTRATANTE**, para fins de liquidação e pagamento, no mês subsequente ao da prestação do serviço, até o dia 10 (dez), de forma a garantir o recolhimento das importâncias retidas relativas aos impostos decorrente da prestação do serviço.

Parágrafo terceiro. No caso de as notas fiscais/faturas a serem emitidas e entregues à **CONTRATANTE** em data posterior à indicada na condição acima, será imputado à **CONTRATADA** o pagamento dos eventuais encargos moratórios decorrentes.

Parágrafo quarto. A nota fiscal/fatura (atestada) e os documentos exigidos no Edital e neste contrato, para fins de liquidação e pagamento das despesas, mediante depósito na conta-corrente da **CONTRATADA**, por meio de Ordem Bancária, deverão ser entregues na data estipulada, exclusivamente, no Setor de Protocolo da **CONTRATANTE** ou enviados para o e-mail protocolo@mpam.mp.br.

Parágrafo quinto. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** quando forem constatadas as irregularidades abaixo especificadas, sendo que tais situações não caracterizam inadimplência da **CONTRANTATE** e, por conseguinte, não geram direito à compensação financeira: a) os serviços não abrangidos pelo objeto contratual; e b) ausência de comprovação da regularidade prevista no contrato.

Parágrafo sexto. Havendo erro no documento fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da mesma, aquele será devolvido à **CONTRATADA** e o pagamento ficará pendente até que seja sanado o problema. Nesta hipótese, o prazo para pagamento se iniciará após a regularização ou representação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a **CONTRATANTE**.

Parágrafo sétimo. Qualquer atraso ocorrido na apresentação do documento fiscal, ou dos documentos

exigidos como condição para pagamento, por parte da **CONTRATADA**, importará prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da **CONTRATANTE**, não sendo devido à **CONTRATADA** o pagamento de multa e juros moratórios

Parágrafo oitavo. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo nono. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela **CONTRATANTE**, entre a data de vencimento e a data do efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: I = i ÷ 365 = (6 ÷ 100) ÷ 365 = 0,00016438

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo décimo. Aplica-se a mesma regra disposta no parágrafo anterior, na hipótese de eventual pagamento antecipado, observado o disposto no art. 40, XIV, "d" da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas oriundas deste contrato ocorrerão à conta da seguinte dotação orçamentária: Unidade Orçamentária: _____; Programa de Trabalho: _____; Fonte: _____; Natureza da Despesa: _____, tendo sido emitida, pela CONTRATANTE, em _____, a Nota de Empenho n.º _____, no valor global de R$ _____ (_____).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO:

O contrato poderá ser repactuado, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data limite para a apresentação da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, ou, ainda, da data da última repactuação, visando à adequação aos novos preços de mercado, devidamente justificada, em conformidade com o Decreto n.º 2.271, de 07-07-1997, e arts. 37 a 41-b da IN/SLTI/MPOG n.º 02, de 30 de abril de 2008, alterada pela IN/SLTI/MPOG n.º 03/2009, de 15 de outubro de 2009.

Parágrafo primeiro. O interregno mínimo de 12 (doze) meses para a primeira repactuação será contado a partir da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a maior parcela do custo da contratação for decorrente de mão de obra e estiver vinculado às datas-base destes instrumentos, em conformidade com o disposto no art. 37 da IN N.º 02/2008 MPOG.

Parágrafo segundo. Caso esses custos refiram-se a salários, será utilizado como parâmetro para a repactuação o índice de variação dos salários apurado a partir de convenção ou acordo coletivo de trabalho, firmado pelo sindicato a que pertencerem os empregados das empresas contratadas. Se não houver sindicados ou conselhos de classe instituídos, cabe à contratada comprovar, caso pleiteie repactuação do contrato, a variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pela Administração, da pertinência das informações prestadas.

Parágrafo terceiro. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

Parágrafo quarto. Quando da solicitação da repactuação, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se o disposto no parágrafo 2º do art. 40º da IN n.º 2-SLTI/MPGO, de 30/04/2008

Parágrafo quinto. Caberá à **CONTRATADA** efetuar os cálculos relativos à repactuação, acompanhando o pedido a demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos, e demais documentos comprobatórios, submetendo-os à apreciação da **FISCALIZAÇÃO**.

Parágrafo sexto. O prazo para o exercício do direito à repactuação se inicia na data do fato que desequilibrou financeiramente o contrato e se exaure na data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não for requerida de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito do contratado à repactuação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES:

Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações tratadas neste instrumento, na Lei n.º 8.666/93 e em outras disposições legais pertinentes, realizar, por escrito, por meio de Termo Aditivo, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar as alterações unilaterais, conforme disposto no art. 65, I da Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA GARANTIA TÉCNICA:

A **CONTRATADA** deverá dar garantia com **MANUTENÇÃO PREVENTIVA** e **CORRETIVA** total pelos serviços executados, bem como peças, componentes ou acessórios substituídos/aplicados, por um prazo mínimo de **12 (doze) meses**, contados do término da execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL:

Nos termos do art. 56 da Lei n.º 8.666, de 21/6/1993, para segurança do integral cumprimento do contrato, a

CONTRATADA apresentará garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura deste contrato, de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, o que corresponde ao valor de R$ _____ (_____).

Parágrafo primeiro. A garantia prestada deverá formalmente cobrir pagamentos não efetuados pela **CONTRATADA** referentes à:

1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
2. Prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**; e
4. Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo. A **CONTRATADA** deverá fornecer a garantia que abranja todo o período de execução dos serviços, devendo ainda ter validade de **3 (três) meses após a vigência do contrato**, em obediência ao disposto no art. 35, parágrafo único, da IN n.º 02/2008.

Parágrafo terceiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em conta caução, devidamente designada para este fim, aberta em instituição financeira oficial.

Parágrafo quarto. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

Parágrafo quinto. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a **CONTRATANTE** a promover a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

Parágrafo sexto. A **CONTRATADA** se compromete a repor ou a completar garantia na hipótese de utilização parcial ou total, para o pagamento da multa contratual ou encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda, na alteração do valor contratado, para manter o percentual inicial, **no prazo de até 10 (dez) dias**, contados da assinatura do termo aditivo ou a partir da data em que for notificada pela **CONTRATANTE**, a partir do qual se observará o disposto nesta cláusula.

Parágrafo sétimo. Na hipótese de prorrogação do prazo de execução e/ou vigência, a **CONTRATADA** deverá apresentar prorrogação equivalente na forma e prazo estabelecido nesta cláusula, a partir do qual se observará o disposto nos parágrafos quinto e sexto desta cláusula.

Parágrafo oitavo. Será considerada extinta a garantia:

1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **FISCALIZAÇÃO**, mediante termo circunstanciado, de que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato;
2. Com a extinção do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, compreendendo o período de **20 de março de 2023 a 20 de março de 2024**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, limitada sua duração a **60 (sessenta) meses**, na forma da legislação aplicável e durante a vigência contratual.

Parágrafo único. O prazo acima referido terá início e vencimento em dia de expediente e terá eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado do Amazonas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PENALIDADES:

Com fundamento nos arts. 86 e 87 da Lei n.º 8.666/1993, a **CONTRATADA** ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

1. Advertência;
2. Multas percentuais, nos termos estabelecidos neste contrato e no Edital;
3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

Parágrafo primeiro. Com fundamento nos art. 7.º da Lei n.º 10.520/2002, quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, podendo ser descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV, do art. 4.º, da referida Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação.

Parágrafo segundo. As penalidades acima referidas serão propostas pela **FISCALIZAÇÃO** e impostas pela autoridade competente.

Parágrafo terceiro. As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do item II, facultada a defesa prévia do interessado, por escrito, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO:

Para fins de efetivo controle sobre a execução contratual, a **CONTRATANTE** adotará o Acordo de Nível de Serviço - ANS, anexo ao presente contrato, a ser apurado mensalmente.

Parágrafo primeiro. Os descontos aplicados à **CONTRATADA** em razão do acompanhamento da execução contratual por meio do Acordo de Nível de Serviço, anexo ao presente instrumento, e/ou prejuízos causados à **CONTRATANTE,** serão deduzidos dos valores a serem pagos à **CONTRATADA**.

Parágrafo segundo. Se o valor a ser pago à **CONTRATADA** não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS MULTAS:

Se a **CONTRATADA**, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir preceitos legais, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as seguintes multas:

1. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total da contratação, por dia de atraso injustificado, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, caso a **CONTRATADA** não inicie a prestação de serviços no prazo proposto e descumpra as demais condições avençadas. Após o 10º dia de atraso, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato, com as conseqüências previstas em lei e no ato convocatório.

2. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação, por dia de irregularidade na prestação dos serviços, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, no caso da execução dos serviços ocorrer de forma incompleta ou em desconformidade com qualquer condição ou cláusula avençada. Após o 10º dia, os serviços poderão, a critério da Administração, não mais ser aceitos, configurando-se a inexecução do contrato.
3. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da contratação, limitada a sua aplicação até o máximo de 10 (dez) dias, pela falta de apresentação de documentação de regularidade da **CONTRATADA** ou documentação ou relatório disciplinado no contrato, por documento. Após o 10º dia, ficará configurando a inexecução do contrato.
4. Multa correspondente a 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) do valor da proposta, quando, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, o vencedor não providenciar o devido cadastramento junto ao SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ/AM, na forma prevista no edital.
5. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato quando, sem justificativa aceita pela **CONTRATANTE**, o vencedor não retirar a Nota de Empenho, a Ordem de Execução de Serviço ou não assinar o contrato, deixando, assim, de cumprir os prazos fixados.
6. Multa de 10% (dez por cento) pela inexecução parcial ou total do contrato, sobre o valor total da contratação, cumulativamente, ou não, com outras sanções.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO DO CONTRATO:

A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, por parte da **CONTRATADA**, assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescindir o contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para Administração e prejuízo das sanções previstas neste contrato.

Parágrafo primeiro - Rescisão Unilateral. Ficará o presente contrato rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo segundo - Rescisão Bilateral. Ficará o presente contrato rescindido por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração, nos casos do art. 78, XIII a XVI, da Lei n.º 8.666/1993.

Parágrafo terceiro - Rescisão Judicial. O presente contrato poderá ser rescindido, judicialmente, nos termos da lei.

Parágrafo quarto. A rescisão contratual por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, sem prejuízo de quaisquer outros direitos garantidos à **CONTRATANTE** pela Lei n.º 8.666/1993, acarretará as seguintes conseqüências:

1. Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidas; e,
2. Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

Parágrafo quinto. A falta dos registros ou documentações, ou, ainda, constatada a irregularidade, ensejará o rompimento do vínculo contratual, sem prejuízo das multas contratuais, bem como das demais cominações legais.

Parágrafo sexto. Fica vedado, à **CONTRATADA**, sob pena de rescisão contratual, CAUCIONAR ou utilizar o contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO:

Os empregados e prepostos da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA CESSÃO:

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, total ou parcial, não podendo a **CONTRATADA** transferir a outrem, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros etc, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO:

O presente contrato será publicado sob a forma de extrato, no Diário Oficial do Estado do Amazonas e no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas, após a sua assinatura, correndo as despesas por conta da **CONTRATANTE**, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993 e ATO PGJ N.º 082/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DAS NORMAS APLICÁVEIS:

O presente contrato deverá respeitar as seguintes leis e/ou decretos e resoluções:

- Lei n.º 10.520/2005 – Institui a modalidade Pregão;
- Lei n.º 8.666/1993 – Licitações e Contratos;
- Lei n.º 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
- Lei n.º 10.406/2002 – Código Civil Brasileiro;
- IN SLTI/MPOG n.º 02/2008 e alterações;
- Resolução CONFEA N.º 425/98 (ART).
- Normas da ABNT, em especial a ABNT NBR 10982:1990, que normatiza os elevadores elétricos dispositivo de operação e sinalização, e NBR 5666:1977, que normatiza os elevadores elétricos,
- Demais regulamentações referentes ao serviço de manutenção de elevador e por outras legislações aplicáveis à espécie.

Parágrafo único. A **CONTRATADA** declara conhecer todas essas normas e concorda em sujeitar-se às estipulações, sistemas de penalidades e demais regras delas constantes, mesmo que não expressamente transcritas no presente instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

A **CONTRATADA**, em cumprimento à Resolução n.º 37/2009 do Conselho Nacional do Ministério Público, declara que não possui sócios, gerentes ou diretores que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos pela Administração Superior da **CONTRATANTE** baseado na legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DO FORO CONTRATUAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro de Manaus/AM, com expressa renúncia da **CONTRATADA** a qualquer outro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, foi o presente termo de contrato, depois de lido e anuído, lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes na presença das testemunhas abaixo.

ANEXO ÚNICO
ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

1. Informações Gerais

1.1. Este Acordo de Nível de Serviço tem como objetivo definir as atividades consideradas críticas para a **CONTRATANTE** na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de transporte vertical.

2. Resultados Esperados

2.1. É necessário que os equipamentos de transporte vertical instalados estejam sempre em boas condições de funcionamento, permanecendo inoperantes o menor tempo possível. Dessa forma, a prioridade na prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores é a rapidez no atendimento de chamados técnicos.

2.2. A **CONTRATANTE** adotará indicadores para avaliar o desempenho dos serviços contratados. O nível do serviço a ser exigido relaciona-se com a performance no atendimento aos chamados técnicos.

2.3. Quando não forem cumpridos pela **CONTRATADA** os limites mínimos de desempenho previstos, o pagamento mensal será ajustado conforme o item 3. deste Acordo de Nível de Serviço.

3. Indicadores

3.1. **Indicador de Cumprimento de Prazo não Emergencial**: este indicador tem como objetivo definir critérios mínimos a serem atendidos pela **CONTRATADA** no que se refere ao cumprimento de prazos no atendimento aos chamados técnicos não emergenciais.

3.1.1. Para efeito deste indicador considera-se que o serviço foi prestado dentro do nível de conformidade quando for cumprido o prazo para o atendimento ao chamado técnico não emergencial.

3.1.2. Tempo de Atendimento Previsto: corresponde ao número de horas previstas para a realização do atendimento ao chamado técnico não emergencial. **Este prazo é de 6 (seis) horas corridas**.

3.1.3. Horas de Atraso: corresponde ao número de horas excedidas entre o tempo de atendimento previsto e o tempo efetivamente gasto para o atendimento ao chamado técnico não emergencial.

IAE = tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não

emergencial

Tempo de Atendimento Previsto = 1 hora

IA = tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial

Tempo de Atendimento Previsto = 3 horas

3.1.4. Índice de atraso (IA): corresponde ao quociente do tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial e do Tempo de atendimento previsto. O Índice de atraso (IA) é calculado através da seguinte fórmula:

IAN = tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico não emergencial

Tempo de Atendimento Previsto = 6 horas

3.1.5. Atraso não emergencial: ocorre atraso quando o Índice de Atraso (IA) é maior que 1 (um).

3.1.6. Forma e Momento da Aferição: A aferição será realizada em cada chamado técnico individualmente, constatado o atraso será descontado um percentual do valor mensal do serviço.

3.1.7. Multas pelo Atraso não emergencial:

Índice de Atraso (IA)	**Desconto sobre o valor mensal do serviço**
IA ≤ 1	Não há desconto
1 < IA ≤ 1,5	5%
1,5 < IA ≤ 2	10%
IA > 2	20%

3.1.8. Comunicação do chamado técnico: A **CONTRATANTE**realizará a comunicação formal, através de mensagem eletrônica (email) para a **CONTRATADA** da existência da necessidade de manutenção corretiva.

3.2. **Indicador de Cumprimento de Prazo Emergencial**: este indicador tem como objetivo definir critérios mínimos a serem atendidos pela **CONTRATADA** no que se refere ao cumprimento de prazos no atendimento dos chamados técnicos emergenciais.

3.2.1. Para efeito deste indicador considera-se que o serviço foi prestado dentro do nível de conformidade quando for cumprido o prazo para o atendimento ao chamado técnico emergencial.

3.2.2. Tempo de Atendimento Emergencial Previsto : corresponde ao número de horas previstas para a realização do atendimento ao chamado técnico emergencial.

3.2.3. Horas de Atraso: corresponde ao número de horas/minutos excedidos entre o tempo de atendimento emergencial previsto e o tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico.

3.2.4. Índice de atraso emergencial (IAE): corresponde ao quociente do tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico emergencial e do tempo de atendimento previsto. O índice de atraso emergencial (IAE) é calculado através da seguinte fórmula:

IAE = tempo efetivamente gasto para o atendimento do chamado técnico emergencial

Tempo de Atendimento Previsto = 1 ou 2 horas

3.2.5. Atraso emergencial: ocorre atraso quando o índice de Atraso (IA) é maior que 1 (um).

3.2.6. Forma e Momento da Aferição: a aferição será realizada em cada chamado técnico individualmente. Constatado o atraso, será descontado um percentual do valor mensal do serviço.

3.2.7. Prazo máximo para atendimento emergencial:

Descrição	**Prazo máximo para atendimento**
Acidentes ou pessoas presas na cabine	1 hora corrida
Ambos elevadores encontrarem-se parados	2 horas corridas

3.2.8. Multas pelo Atraso emergencial:

Índice de Atraso (IAE)	**Desconto sobre o valor mensal do serviço**
IA ≤ 1	Não há desconto
1 < IA ≤ 1,5	5%
1,5 < IA ≤ 2	10%
IA > 2	20%

3.2.9. Comunicação do chamado técnico: A **CONTRATANTE** realizará a comunicação formal, através de mensagem eletrônica (email), para a **CONTRATADA** da existência da necessidade de manutenção corretiva.

3.2.9.1. Para fins de manutenção corretiva emergencial, além do atendimento no horário comercial, a **CONTRATADA** deverá manter serviço de emergência (fornecendo o telefone para contato), funcionando, pelo menos, entre 18h e 8h.

4. Da Contagem do tempo de atendimento

4.1. O tempo efetivamente gasto para atender aos chamados técnicos se iniciará com o envio, pela **CONTRATANTE**, da mensagem eletrônica à **CONTRATADA**.

4.2. O tempo efetivamente gasto para atender ao chamado técnico não emergencial terá o termo final no momento em que o técnico da **CONTRATADA** se apresentar à **FISCALIZAÇÃO** da Procuradoria-

Geral de Justiça ou outro setor/servidor substituto. O tempo efetivamente gasto para atender ao chamado técnico emergencial terá o termo final no momento em que o defeito/problema que ocasionou a abertura do chamado técnico estiver resolvido.

4.3. No caso de manutenção corretiva emergencial decorrente de ambos os elevadores encontrarem-se parados, o tempo de atendimento emergencial previsto se iniciará, caso a comunicação formal não ocorra em hora útil, na primeira hora útil seguinte à comunicação.

4.4. O termo inicial e final dos atendimentos técnicos será anotado em relatório a ser fornecido pela **CONTRATADA**, no qual constarão, além do tempo efetivamente gasto para o atendimento, a assinatura do **FISCAL** do contrato e do técnico da **CONTRATADA**. O original ficará com o **FISCAL** de contrato e uma cópia será entregue a **CONTRATADA**.

4.5. Os relatórios serão individualizados para cada chamado técnico e servirão de controle para aferição do desempenho e performance da **CONTRATADA** e servirão de base para o desconto no valor mensal do serviço e a aplicação de penalidade constantes deste Acordo de Nível de Serviço.

5. Dos fatores fora do controle da CONTRATADA

5.1. A **CONTRATADA** poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle da **CONTRATADA**, que será analisada pela **CONTRATANTE**.

5.2. Caso fique comprovado que a prestação do serviço com menor nível de conformidade não ocorreu por culpa da **CONTRATADA** não será considerado que ocorreu atraso e não será feito ajuste no pagamento mensal.

6. Da troca de peças

6.1. Nos casos em que ficar comprovado, através de relatório emitido pela **CONTRATADA**, que para a solução do problema no equipamento há necessidade de instalação/troca de peças, será iniciado um prazo de **24 (VINTE E QUATRO) HORAS CORRIDAS** para a troca/instalação das peças.

6.2. O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período mediante justificativa apresentada pela **CONTRATADA**.

6.3. O prazo do subitem 6.1 se iniciará com a abertura do chamado para a troca/instalação das peças e terminará no momento em que o técnico da **CONTRATADA** se apresentar à **FISCALIZAÇÃO**.

6.4. O descumprimento dos prazos acima acarretará as sanções descritas para o Indicador de Cumprimento de Prazo não Emergencial.

7. Das sanções administrativas

7.1. Visando evitar a degeneração na qualidade dos serviços serão aplicadas as seguintes sanções administrativas à **CONTRATADA**, além das previstas neste contrato:

7.1.1. Advertência: No caso de ocorrer Índice de Atraso ou Índice de Atraso Emergencial > 2, além do desconto no valor mensal do serviço.

7.1.2. Multa de 5% do valor global do contrato: Caso mais de 30% dos chamados técnicos no

período de 6 meses possuírem Índice de Atraso ou Índice de Atraso Emergencial > 2.

7.1.3. Multa de 10% do valor global do contrato e rescisão contratual: Caso mais de 50% dos chamados técnicos no período de 6 meses possuírem Índice de Atraso ou Índice de Atraso Emergencial > 2.

7.2. Para fim do período de 6 (seis) meses a que se refere os subitens 7.1.2. e 7.1.3. do subitem 7.1, considera-se iniciado o período na data inicial da vigência do contrato e terminado após 6 (seis) meses, iniciando um novo período no dia seguinte ao término do primeiro período e assim sucessivamente, terminando no último dia da vigência do contrato.

7.3. As penalidades de advertência, multa e rescisão contratual serão aplicadas após regular processo administrativo, sendo garantidos o contraditório e a ampla defesa.

8. Da Fiscalização

8.1. A fiscalização do cumprimento deste Acordo de Nível de Serviço ficará a cargo do **FISCAL** de contrato indicado pela **CONTRATANTE**.

8.2. O **FISCAL** de contrato será responsável por conferir o relatório referido nos subitem 4.4. e 4.5. deste Acordo de Nível de Serviço.

8.3. No último dia útil do mês o **FISCAL** do contrato enviará mensagem eletrônica contendo as informações de cada relatório e, se for o caso, o valor a ser descontado do preço mensal do serviço.

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 01/03/2023, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0990747** e o código CRC **B2AE04FB**.

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELA DISPENSA DE VISTORIA

LOCAL: _____

Declaramos, sob as penalidades da lei, e em atendimento aos subitens 3.1.2 e 3.1.3. do Termo de Referência n.° 2.2023.DEAC.0995724.2022.017753, que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto a ser contratado, que assumimos total responsabilidade por esse fato e que não faremos uso deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

(Cidade-UF),_____ de _____ de 2023.

Representante legal da empresa licitante

Dados da empresa:

Nome:

CNPJ:

Endereço:

Fone:

E-mail:

Observação: Caso a empresa opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar esta declaração juntamente à Proposta de Preços.

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

Declaro, expressamente, sob as penas da Lei, para os devidos fins junto à Comissão Permanente de Licitação que:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º, e seus incisos, da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;**

6. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

(Cidade-UF),_____ de _____ de 2023.

RAZÃO SOCIAL/CNPJ DA EMPRESA

Representante Legal

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, localizada _____, na cidade de _____, CEP _____, fone _____, e-mail _____, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no **Pregão Eletrônico n.º 4.0__/2023-CPL/MP/PGJ**, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS					
Item	**Descrição**	**Qtd. (A)**	**Und.**	**Valor Unitário (R$) (B)**	**Valor Total (R$) (C=A*B)**
1					
2					
3					
...					
Valor total da Proposta R$ (por extenso)					

A _____(*nome da empresa)*_____ declara que concorda com todas as especificações do Edital.

1. **Prazo de validade da proposta**: _____
2. **Prazo de entrega/disponibilização dos serviços**: não podendo ser superior a 90 (noventa) dias corridos, contados da assinatura do Contrato e da Ordem de Serviço.
3. **Dados Bancários**: (*indicar o nome e número do banco, nome e número completo da agência e*

número da conta-corrente);

4. **Contato para fins de faturamento**: *(indicar o nome, cargo, endereço, telefone, e-mail de contato do responsável pelo recebimento das futuras notas de empenho).*
5. **Dados dos 3 (três) <u>principais integrantes</u> do quadro societário da licitante**, assim compreendidos aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade.

Nome: _____

CNPJ ou CPF: _____

<u>DECLARAÇÕES:</u>

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no **subitem 5.6.**, para os devidos fins elencados no art. 9.º, e seus incisos, da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que **no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;**

6. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Local e data:

(*assinatura*)

(*nome do representante legal pela empresa*)

(*CPF do representante legal*)

ANEXO VI

MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO – SEFAZ/AM

(*cidade*), ____ *de* _____ *de* _____

À

Diretoria de Orçamento e Finanças

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas

Av. Coronel Teixeira, 7995 – Nova Esperança

69037- 473 MANAUS/AM

A empresa (*informar a razão social, CNPJ e endereço*) solicita a esse Setor o seu cadastro no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – dessa **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.**

Assim sendo, acompanha esta carta de solicitação de cadastramento a documentação abaixo listada, exigida para a efetivação do registro:

a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

b) Cópia legível do comprovante (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário, etc.) dos seguintes dados bancários:

Banco: _____

Agência: _____

Conta: _____

Razão Social e CNPJ da empresa

Nome completo e CPF do Representante Legal

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 08/03/2023, às 09:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0995847** e o código CRC **6B77EF55**.

AVISO Nº 0995907 - CPL

Área de publicação:

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ

PROCESSO SEI N.º 2022.017753

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.

ABERTURA: **22/03/2023** às 10h. (horário de Brasília)

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 09/03/2023.

LOCAL: no site **https://www.gov.br/compras/pt-br**

UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelos telefones **(92) 3655-0743 ou pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br.**

Manaus, 08 de março de 2023.

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Fim da área de publicação.

Em 07 de março de 2023.

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 08/03/2023, às 08:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0995907** e o código CRC **FEA2FADB**.

Licitação
Dispensa/Inexigibilidade
Pedido de Cotação Eletrônica

Ambiente: PRODUÇÃO

Disponibilizar Aviso de Licitação apenas para Divulgação

08/03/2023 11:13:36

Este Aviso de Licitação será Divulgado no gov.br/compras (www.gov.br/compras) na data de 09/03/2023.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão: 93320 - ESTADO DO AMAZONAS

UASG Responsável: 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Característica	Forma de Realização	Modo de Disputa
Pregão	04014/2023	Tradicional	Eletrônico	Aberto/Fechado

Lei: Lei nº 10.520/2002

Nº do Processo	Tipo de Licitação
2022.017753	Menor Preço

Quantidade de Itens: 1

☐ Equalização de ICMS ☐ Internacional

Objeto

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.

Data da Divulgação: 09/03/2023

Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 09/03/2023 às 08:00

Data/Hora da Abertura da Licitação: Em 22/03/2023 às 10:00

Disponibilizar apenas para Divulgação

Aviso de Licitação

Solução SERPRO

Publicação Aviso Comprasnet 08.03.2023 (0996380) SEI 2022.017753 / pg. 286

93320 - ESTADO DO AMAZONAS
925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04014/2023-000

1 - Itens da Licitação

1 - Instalação / Manutenção - Elevadores, Escadas Rolantes, Mon-ta - Cargas / Plataforma / Escadas

Descrição Detalhada: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.

Tratamento Diferenciado: Não

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 10

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Intervalo Mínimo entre Lances (R$): 5,00

Local de Entrega (Quantidade): Autazes/AM (1), Humaitá/AM (1), Manaus/AM (7), Tefé/AM (1)

Anexo Relação de Itens PE 4014.2023-CPL (0996383) SEI 2022.017753 / pg. 287

(assinado eletronicamente)
Hilton Serra Viana
Promotor de Justiça

INTIMAÇÃO DE PROMOTORIA Nº PProcedimento de Gestão Administrativa n. 0001.2023.000040

Ref.: Procedimento de Gestão Administrativa n.: 001.2023.000040
Noticiante: IPAAM- Instituto de Proteção Ambiental do amazonas
Noticiado (s): Elias Trepak
Peça processual: Parecer e promoção

Decisão

Trata-se de notícia de fato decorrente da lavratura de auto de infração n. G6M09WB8, autuado pelo Instituto de Proteção do Meio Ambiente do Amazonas – IPAAM encaminhado a esta Promotoria de Justiça com a descrição da prática de ato crime ambiental previsto no da cometido por: art. 60, Parágrafo único Lei n. 9.605/98.

ELIAS TREPAK, brasileiro, CPF 075.229.169-68, CI n. 9292560 SSP/AM, filho de Isabel Chatelev Trepak, residente e domiciliado na Rua Humaitá 1225, Bairro São Pedro, Humaitá/ AM. CEP n. 69.800-000.

Segundo apurado, no dia 28 de março de 2022, por volta da 11h14m, no Porto Elias Trepak, no Município de Humaitá/AM, o autor dos fatos Elias Trepak, foi abordado pela equipe de fiscalização do IPAAM em razão de construir e fazer operar um
estabelecimento utilizador de recursos naturais, qual seja, um porto. Aliás, o autuado não tinha sequer documento comprobatório da legitimidade da posse ou do domínio da área utilizada. A partir dos elementos de prova produzidos, pode-se constatar a violação de direitos e interesses tutelados pelo Ministério Público por motivo pelo qual determino a Elias Trepak, realização das seguintes medidas:

a) a dos autos no Juizado Especial, via Sistema Projudi, com pedido de juntada distribuição da certidão de antecedentes criminais e designação de audiência para oferta de Transação Penal;
b) minute-se peça de proposta de transação penal aos investigados;
c) junte-se cópia do espelho de distribuição;
d) publique-se no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas;
e) arquive-se, com as cautelas de praxe.

Humaitá/AM, 07 de março de 2023.

Weslei Machado
Promotor de Justiça

INTIMAÇÃO DE PROMOTORIA Nº Procedimento de Gestão Administrativa n. 001.2022.000081

Ref.: Procedimento de Gestão Administrativa n.: 001.2022.000081
Noticiante: Instituto de Proteção ambiental do Amazonas - IPAAM
Noticiado (s): Laercio Cruz Beleza
Peça processual: Parecer e promoção

Decisão

Trata-se de notícia de fato decorrente de auto de infração n. K14UE60W e tremo de Embargos IZQ5GMX2 autuada pelo Instituto Proteção do Meio Ambiente - IPAAM encaminhado a esta Promotoria de Justiça com a descrição da prática de ato crime ambiental previsto no da cometido por Laercio Cruz Beleza art. 50, Parágrafo único Lei n. 9.605/98 .

Segundo apurado, no dia 14 de dezembro de 2021, por volta da 18h45, a equipe do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, realizou operação de fiscalização no sítio 3 Irmãos, localizado na BR 319 Km 30, Humaitá/AM, possuído pelo autor dos fatos, ocasião em que houve a constatação do desmatamento de 35,1093 hetctares de floresta nativa, sem licença válida outorgada por autoridade competente.

No entanto, os fatos apurados nestes autos também se encontram em apuração nos autos de n. PROJUDI, motivo pelo qual não há necessidade de 0 0600458-69.2023.8.04.440 tramitação de dois feitos para apuração de fato idêntico.

Diante disso, determino a realização das seguintes medidas:

a) o arquivamento do feito, observada as cautelas de praxe;
b) publique-se no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas;

Humaitá/AM, 07 de março de 2023.

Weslei Machado
Promotor de Justiça

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI N.º 2022.017753

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.

ABERTURA: 22/03/2023 às 10h. (horário de Brasília)

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 09/03/2023.

LOCAL: no site https://www.gov.br/compras/pt-br

UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelos telefones (92) 3655-0743 ou pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br.

Manaus, 08 de março de 2023.

Cleiton da Silva Alves
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.015/2023-CPL/MP/PGJ-SRP
PROCESSO SEI N.º 2022.021600

OBJETO: Formação de ata de registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviço, sob demanda, de fornecimento, instalação, confecção, montagem e desmontagem de persianas, bem como manutenção e reparo das

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Lílian Maria Pires Stone
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretário-Geral do Ministério Público:
George Pestana Vieira

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Pedro Bezerra Filho
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Sarah Pirangy de Souza

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Aguinelo Balbi Júnior
Silvana Nobre de Lima Cabral
Suzete Maria dos Santos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MAUÉS
PODER EXECUTIVO

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2023

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2023. PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2023/SRP. PARTES SIGNATÁRIAS: Prefeitura Municipal de Maués, CNPJ nº 04.282.869/0001-27, e as empresas: W I SERVIÇOS ENGENHARIA E LOCAÇÕES LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 43.589.971/0001-21, estabelecida no endereço a Rua Francisco Magnani, nº 430, Letra D, Bairro Santa Luzia, CEP 69.190-000, Maués, Amazonas, venceu os itens 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 25, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119 e 120 com o valor total de R$ 1.018.029,55 (um milhão, dezoito mil, vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos), R M COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, LIMPEZA, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E LOCAÇÕES LTDA, inscrito no CNPJ nº 40.291.857/0001-22, estabelecido na Avenida Francisco Magnani, nº 842, Bairro Santa Luzia, CEP nº 69.190-000, Cidade Maués, Estado Amazonas, venceu os itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 24, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 136, 137 e 138 no valor total de R$ 226.345,25 (duzentos e vinte e seis mil, trezentos e quarenta e cinco reais e vinte e cinco centavos) e a empresa ORGANIZAÇÃO DIAS MERCADINHO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 04.611.751/0001-03, estabelecida na Rua Deputado João Vargosa, nº 118, Bairro Centro, CEP nº 69.190-00, Cidade Maués, Estado Amazonas, venceu os itens 18, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 121, 122, 123, 124, 125, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161 e 162 no valor total de R$ 227.087,15 (duzentos e dezenove mil e trezentos e quarenta e oito reais). OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de pessoa jurídica para Fornecimento de Material Elétrico destinado a Pequenos Reparos aos Prédios das Escolas da Rede Pública Municipal de Maués, para atender a Secretaria Municipal de Educação – SEMED da Prefeitura Municipal de Maués/AM. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar a partir de sua assinatura. DATA DE ASSINATURA: 03/03/2023.

Maués/AM, 02 de março de 2023.
Carlos Roberto de Oliveira Júnior
Prefeito Municipal de Maués

ESTADO DO AMAZONAS
MUNICÍPIO DE MAUÉS
PODER EXECUTIVO

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2023

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2023. PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2023/SRP. PARTES SIGNATÁRIAS: Prefeitura Municipal de Maués, CNPJ nº 04.282.869/0001-27, e as empresas: J I ENGENHARIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 38.238.007/0001-71, estabelecida no endereço a Rua Francisco Magnani, nº 430, Letra C, Bairro Santa Luzia, CEP 69.190-000, Maués, Amazonas, venceu todos os itens com o valor total de R$ 4.001.800,00 (quatro milhões, um mil e oitocentos reais). OBJETO: Registro de Preços para eventual contratação de pessoa jurídica para prestação de Serviços de Locação de Veículos, Embarcação de Médio e Grande Porte e Maquinas Pesadas, para atender a Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços Públicos – SEMOSP da Prefeitura Municipal de Maués/AM. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar a partir de sua assinatura; DATA DE ASSINATURA: 02/03/2023.

Maués/AM, 02 de março de 2023.
Carlos Roberto de Oliveira Júnior
Prefeito Municipal de Maués

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.015/2023-CPL/MP/PGJ-SRP
PROCESSO SEI N.º 2022.021600

OBJETO: Formação de ata de registro de preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviço, sob demanda, de fornecimento, instalação, confecção, montagem e desmontagem de persianas, bem como manutenção e reparo das persianas já existentes, para atender às necessidades do MPE – AM / PGJ, por um período de 12 (doze) meses.

ABERTURA: 23/03/2023 às 10h. (horário de Brasília)

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 09/03/2023.

LOCAL: no site https://www.gov.br/compras/pt-br

UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelos telefones **(92) 3655-0743 ou pelo e-mail** licitacao@mpam.mp.br.

Manaus, 8 de março de 2023.

Cleiton da Silva Alves
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ
PROCESSO SEI N.º 2022.017753

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.

ABERTURA: 22/03/2023 às 10h. (horário de Brasília)

ENTREGA DAS PROPOSTAS: a partir de 09/03/2023.

LOCAL: no site https://www.gov.br/compras/pt-br

UASG: 925849 – PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA AM.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO pelos telefones **(92) 3655-0743 ou pelo e-mail** licitacao@mpam.mp.br.

Manaus, 08 de março de 2023.

Cleiton da Silva Alves
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABATINGA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TABATINGA e a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o que estabelece os procedimentos licitatórios, regidos pelas Leis 8.666/93 e legislações adicionais;
CONSIDERANDO o teor da Ata emitida pela Comissão Permanente de Licitação, resultado do processo de licitação TOMADA DE PREÇOS nº 03/2023/CPL - PMTBT destinados a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A MANUTENÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO VILA VERDE, NO MUNICIPIO DE TABATINGA/AM".
CONSIDERANDO a inexistência de recursos, quanto ao presente certame licitatório.
RESOLVE:
I – ADJUDICAR a empresa G. ANDRADE GOMES EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.859.296/0001-14, no valor de R$ 172.306,82 (Cento e setenta e dois mil trezentos e seis reais e oitenta e dois centavos).
II – HOMOLOGAR a decisão da Comissão Permanente de Licitação – CPL, declarando a empresa acima citada como vencedora, convocando-a a assinar o contrato para a Execução do Serviço Licitado.

Tabatinga/AM (AM), 07 de março de 2023.
SAUL NUNES BEMERGUY
Prefeito Municipal de Tabatinga/AM
REGINA RODRIGUES DA SILVA
Presidente da CPL

COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS JUTICULTORES, PRODUTORES RURAIS E EXTRATIVISTAS DO AMAZONAS
COOPERJUTA DA AMAZÔNIA
[illegible]

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS JUTICULTORES, PRODUTORES RURAIS E EXTRATIVISTAS DO AMAZONAS – COOPERJUTA DA AMAZÔNIA

A Presidente da **COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS JUTICULTORES, PRODUTORES RURAIS E EXTRATIVISTAS DO AMAZONAS – COOPERJUTA DA AMAZÔNIA**, CNPJ **14.139.255/0001-44**, no uso das atribuições conferidas pelo Estatuto Social, convoca os senhores associados, que nesta **data somam-se 57 (cinquenta e sete sócios)** em pleno gozo de seus direitos sociais para se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária** que se realizará à **Estrada da Correnteza, 2580- altos, Bairro Correnteza** no **dia 23 de março de 2023.** A **Assembleia Geral Ordinária** em primeira convocação realizar-se-á às **8:00** horas, com a presença de 2/3 dos associados, em segunda convocação às **9:00** horas, no mesmo dia e local, com a presença de metade mais um do número total de associados, e persistindo a falta de quórum legal, em terceira e última convocação, às **10:00** horas, com a presença mínima de 10 (dez) associados, a fim de deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1. Prestação de Contas do exercício de 2022 compreendendo;
   a) Relatório da Gestão;
   b) Balanço Patrimonial;
   c) Demonstrativo de Sobras ou Perdas e demais demonstrativos;
   d) Parecer do Conselho Fiscal.
2. Destinação das Sobras ou Rateio das Perdas;
3. Eleição dos membros do Conselho Fiscal.
4. Fixação do valor do Pró-labore, de Gratificações e de Cédula de Presença dos membros do Conselho da Administração e do Conselho Fiscal;
5. Plano de Trabalho para o ano de 2023;
6. Outros assuntos de interesse social;

Manacapuru/AM, 05 de março 2023.

Veronica Mesquita da Silva
Presidente

SMILE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONDOMÍNIO SMILE VILLAGE CIDADE NOVA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Prezados (as) Senhores (as) Condôminos (as):
Na qualidade de Síndica do **Condomínio *Smile Village Cidade Nova***, servo-me da presente para convocar os senhores(as) condôminos(as) para participarem da **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no proximo dia 14 de Março de 2023 (terça-feira) às 19:00 horas em primeira chamada** na quadra poliesportiva do Condomínio, em primeira convocação, contando com a presença de condôminos que representem, pelo menos, metade das frações ideais, consoante disposto no Art. 1.352 do Código Civil, **ou às 19:30h em segunda convocação** com qualquer quórum, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:**

1. **Apresentação, deliberação e aprovação da prestação de contas do exercício anual de 2022;**
2. **Apresentação, deliberação e aprovação da instalação do mercado autônomo Latti by Pátio Gourmet em área do condomínio;**
3. **Apresentação e deliberação sobre o valor do seguro contra riscos de incêndio, atendendo a letra "b" do item 21 da convenção condominial;**
4. **Apresentação, deliberação e aprovação da previsão orçamentária para o período de abril/2023 a março/2024 com possibilidade de reajuste de cota condominial e/ou retirada do desconto de pontualidade.**

Manaus 06 de Março de 2023

Zenilda Leite de Moura
Síndica

Observações:
a) Contamos com a presença de todos para tratar dos assuntos descritos da pauta, haja vista, que são relevantes para a vida condominial;
b) Lembramos que somente terão direito a voto os condôminos ou as unidades que estiverem quites com o condomínio, conforme estabelece o Código Civil Brasileiro – Artigo 1.335 – inciso III; e Convenção Condominial;
c) d) O presente Edital atende todos os preceitos da Lei nº 4.591/64, Lei nº 10.406/02 e Convenção Condominial.
d) É lícito ao condômino se fazer representar nas assembleias, através de procurador devidamente constituído e com poderes especiais, para tanto. (Item 28 da Convenção Condominial).

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

1ª Público Leilão – 14/03/2023 às 14h30
2º Público Leilão – 16/03/2023 às 14h30
ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial - mat. Jucesp nº 715, autorizada por SWISS PARK MANAUS INCORPORADORA LTDA., CNPJ nº 11.245.168/0001-83, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, conforme art. 26, 27 da Lei nº 9.514/97, e posteriores alterações, o IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 45, QUADRA "K", do LOTEAMENTO VILLA SUÍÇA, localizado na Avenida do Turismo (antiga Estrada do Tarumã – Ponta Negra), Manaus/AM, com ÁREA TOTAL DO TERRENO: 200,00m². Medidas e confrontações do Terreno: frente para a Rua 11, medindo 8,00m em linha reta; pelo lado esquerdo, de quem olha da rua para o lote, medindo 25,00m em linha reta, confrontando com o Lotes nºs 01 e 02; pelo lado direito, de quem olha da rua para o lote, medindo 25,00m em linha reta, confrontando com o Lote nº 44. Matrícula Imobiliária nº 49.434 do 3º CRI de Manaus/AM. Cadastro Municipal nº 442187. 1º LEILÃO: R$ 111.530,75. 2º LEILÃO: R$ 126.613,96. Encargos do Arrematante: i) pagamento à vista do arremate e 5% de comissão da leiloeira; ii) custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; iii) todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; iv) verificação do imóvel, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; v) observar as restrições associativas, ambientais, urbanísticas, construtivas convencionais, municipais, estaduais e federais. A venda é feita em caráter ad corpus. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Ficam os Fiduciantes JULIA GRAZIELA BERNARDINO DE ARAÚJO QUEIROZ - CPF: 719.859.802-15, e JOSÉ DE ARIMATEA NASCIMENTO QUEIROZ - CPF: 798.388.472-91, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras Para Participação, disponíveis no portal: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br, não podendo alegar desconhecimento. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

1º Público Leilão – 14/03/2023 às 15h30
2º Público Leilão – 16/03/2023 às 15h30
ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial - mat. Jucesp nº 715, autorizada por SWISS PARK MANAUS INCORPORADORA LTDA., CNPJ nº 11.245.168/0001-83, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, conforme art. 26, 27 da Lei nº 9.514/97, e posteriores alterações, o IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 04, QUADRA "U", do LOTEAMENTO VILLA SUÍÇA, localizado na Avenida do Turismo (antiga Estrada do Tarumã – Ponta Negra), Manaus/AM, com ÁREA TOTAL DO TERRENO: 200,00m². Medidas e confrontações do Terreno: frente para a Rua 12, medindo 8,00m em linha reta; pelo lado esquerdo, de quem olha da rua para o lote, medindo 25,00m em linha reta, confrontando com o Lote nº 03; no fundo, mede 8,00m em linha reta, confrontando com a propriedade de Vivien Priscila Ann Kriger D'Amorim Antony; pelo lado direito, de quem olha da rua para o lote, medindo 25,00m em linha reta, confrontando com o Lote nº 05. Matrícula Imobiliária nº 42.110 do 3º CRI de Manaus/AM. Cadastro Municipal nº 442278. 1º LEILÃO: R$ 136.913,17. 2º LEILÃO: R$ 109.713,91. Encargos do Arrematante: i) pagamento à vista do arremate e 5% de comissão da leiloeira; ii) custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; iii) todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; iv) verificação do imóvel, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; v) observar as restrições associativas, ambientais, urbanísticas, construtivas convencionais, municipais, estaduais e federais. A venda é feita em caráter ad corpus. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Ficam os Fiduciantes ANDRE ANDERSON DA SILVA FEITOZA - CPF: 652.085.522-72, e KISSIA MENDES DA SILVA - CPF: 613.517.762-15, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras Para Participação, disponíveis no portal: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br, não podendo alegar desconhecimento. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

1º Público Leilão – 14/03/2023 às 15h00
2º Público Leilão – 16/03/2023 às 15h00
ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial - mat. Jucesp nº 715, autorizada por SWISS PARK MANAUS INCORPORADORA LTDA., CNPJ nº 11.245.168/0001-83, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, conforme art. 26, 27 da Lei nº 9.514/97, e posteriores alterações, o IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 11, QUADRA "I", do LOTEAMENTO VILLA SUÍÇA, localizado na Avenida do Turismo (antiga Estrada do Tarumã – Ponta Negra), Manaus/AM, com ÁREA TOTAL DO TERRENO: 200,00m². Medidas e confrontações do Terreno: frente para a Rua 11, medindo 8,00m em linha reta; pelo lado esquerdo, de quem olha da rua para o lote, medindo 25,00m em linha reta, confrontando com o Lote nº 12; no fundo, mede 8,00m em linha reta, confrontando com o Lote nº 44; pelo lado direito, de quem olha da rua para o lote, medindo 25,00m em linha reta, confrontando com o Lote nº 10. Matrícula Imobiliária nº 41.886 do 3º CRI de Manaus/AM. Cadastro Municipal nº 441725. 1º LEILÃO: R$ 145.409,38. 2º LEILÃO: R$ 87.706,54. Encargos do Arrematante: i) pagamento à vista do arremate e 5% de comissão da leiloeira; ii) custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; iii) todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; iv) verificação do imóvel, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; v) observar as restrições associativas, ambientais, urbanísticas, construtivas convencionais, municipais, estaduais e federais. A venda é feita em caráter ad corpus. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Fica o Fiduciante OSMAR CRUZ MOURA - CPF: 027.140.504-09, comunicado das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras Para Participação, disponíveis no portal: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br, não podendo alegar desconhecimento. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES ONLINE

1º Público Leilão – 14/03/2023 às 14h00
2º Público Leilão – 16/03/2023 às 14h00
ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial - mat. Jucesp nº 715, autorizada por SWISS PARK MANAUS INCORPORADORA LTDA., CNPJ nº 11.245.168/0001-83, venderá em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, conforme art. 26, 27 da Lei nº 9.514/97, e posteriores alterações, o IMÓVEL: LOTE DE TERRENO Nº 37, QUADRA "F", do LOTEAMENTO VILLA SUÍÇA, localizado na Avenida do Turismo (antiga Estrada do Tarumã – Ponta Negra), Manaus/AM, com ÁREA TOTAL DO TERRENO: 200,00m². Medidas e confrontações do Terreno: frente para a Rua 06, medindo 8,00m em linha reta; pelo lado esquerdo, de quem olha da rua para o lote, medindo 25,00m em linha reta, confrontando com o Lote nº 38; no fundo, mede 8,00m em linha reta, confrontando com o Lote nº 04; pelo lado direito, de quem olha da rua para o lote, medindo 25,00m em linha reta, confrontando com o Lote nº 36. Matrícula Imobiliária nº 49.126 do 3º CRI de Manaus/AM. Cadastro Municipal nº 441419. 1º LEILÃO: R$ 168.105,16. 2º LEILÃO: R$ 137.777,72. Encargos do Arrematante: i) pagamento à vista do arremate e 5% de comissão da leiloeira; ii) custas cartoriais, impostos e taxas de transmissão para lavratura e registro da escritura; iii) todas as despesas que vencerem a partir das datas dos leilões; iv) verificação do imóvel, de sua situação jurídica e eventuais ações judiciais em andamento; v) observar as restrições associativas, ambientais, urbanísticas, construtivas convencionais, municipais, estaduais e federais. A venda é feita em caráter ad corpus. Imóvel entregue no estado em que se encontra. Ficam os Fiduciantes MAX PEREIRA DE FREITAS - CPF: 335.744.562-04, e PATTRICE CHRISTINE VITAL DE FREITAS - CPF: 596.882.702-53, comunicados das datas dos leilões, também pelo presente edital, para o exercício da preferência. Os interessados deverão tomar conhecimento do Edital de Leilão e Regras Para Participação, disponíveis no portal: www.pecinileiloes.com.br. E-mail: contato@pecinileiloes.com.br, não podendo alegar desconhecimento. Whatsapp: (11) 97577-0485. Fone: (19) 3295-9777. Av. Rotary nº 187, Jd. das Paineiras, Campinas/SP.

AVISO DE LICITAÇÃO

O município de Apuí, através da CML da prefeitura municipal, torna público que realizará sessão para abertura de envelope do seguinte certame:
PL n.º 016/2023, TP n.º 002/2023
Objeto: Contratação de empresa para construção de portais de acesso a zona urbana do município de Apuí/AM, conforme Convênio Plataforma + Brasil n.º 916414/2021.
Tipo: Menor Valor Global
Abertura: 30 de março de 2023 às 08hs.
Local: Sala de licitação sede da prefeitura.
Retirada do edital: http://servicos.apui.am.gov.br:8079/comprasedital/
Como retirar: encurtador.com.br/coET3
Regência legal: Lei n.º 8.666/93, e suas alterações posteriores, Lei Municipal n.º 235 de 17 de junho de 2011, subsidiária à Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar n.º 147 de 7 de agosto de 2014.
Informações: e-mail: pma-licita2013@hotmail.com
Data: 09/03/2023.

DIRLAN GONÇALVES SOUZA
Presidente da CML

Este documento foi assinado digitalmente por Jornal do Comercio LTDA.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 7758-BED3-A960-2D38.

Publicação Jornal do Commercio_Ed. 43.749_09.03.23 (0998710) SEI 2022.017753 / pg. 289

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

PORTARIA N° 204/2023/SUBADM

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno n.º 2023.004758 – SEI,

CONSIDERANDO o teor do ATO PGJ N.º 389/2007, datado de 26.11.2007, que regulamenta a utilização da modalidade Pregão no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas,

RESOLVE:

I – DESIGNAR a servidora **SARAH MADALENA BARBOSA SANTOS CORTES**, Agente de Apoio – Administrativo, como Pregoeira do **Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ (Contratação de seguro de veículos)**, e, para auxiliá-la, bem como substituí-la em seus impedimentos ou afastamentos, o servidor **CLEITON DA SILVA ALVES**, Agente de Apoio – Administrativo;

II – DESIGNAR os servidores **MAURÍCIO ARAÚJO MEDEIROS** e **FELIPE BEIRAGRANDE DA COSTA**, ambos Agentes de Apoio – Administrativo, membros da Comissão Permanente de Licitação desta Instituição, para compor a Equipe de Apoio do referido Pregão.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus, 09 de março de 2023.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 13/03/2023, às 09:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0997590** e o código CRC **66FA268E**.

PE 4014/2023 - Pedido de Esclarecimento

IRAN DE OLIVEIRA <imirandeoliveira@yahoo.com>

Qui, 09/03/2023 14:39

Para: Comissao Permanente de Licitacao <licitacao@mpam.mp.br>

À Comissão Permanente de Licitação,

Ao analisar o edital e anexos do PE 4014/2023 verifiquei que não consta o **Valor Máximo**/ **Valor Global do serviço.** Gostaria de verificar se existe esse valor.

EMPRESA: IRAN DE OLIVEIRA COMÉRCIO
CNPJ: 09.345.660/0001-89

At.te,

Jaqueline Almeida
CRC/SC 045146-O/0

DECISÃO Nº 12.2023.CPL.0997881.2022.017753

PROCESSO SEI Nº 2022.017753

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO INTERPOSTO AOS TERMOS DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ, PELA EMPRESA **IRAN DE OLIVERIA COMÉRCIO, CNPJ Nº 09.345.660/0001-89**, EM **09 DE MARÇO DE 2023.** PRESSUPOSTOS LEGAIS: LEGITIMIDADE; INTERESSE DE AGIR; A EXISTÊNCIA DE UM ATO ADMINISTRATIVO; FUNDAMENTAÇÃO; E TEMPESTIVIDADE, ATENDIDOS. IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE, ATENDIDA. REPUTAR ESCLARECIDO. MANUTENÇÃO DO EDITAL E DATA DE REALIZAÇÃO DO CERTAME.

1. DA DECISÃO

Analisados todos os pressupostos de admissibilidade e os aspectos objeto da peça dirigida, este **PREGOEIRO**, com fundamento no artigo 13, § 1º, do ATO PGJ N.º 389/2007, decide:

a) **Receber e conhecer** o pedido de esclarecimento apresentado pela empresa **IRAN DE OLIVERIA COMÉRCIO, CNPJ Nº 09.345.660/0001-89**, situada em Tefé/AM (doc. 0997880), aos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ (doc. 0995847), pelo qual o *Parquet* Amazonense busca a *contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses;*

b) No mérito, **reputar esclarecidas as objeções**, conforme discorrido na presente peça;

c) **Manter o edital e a data de realização do certame**, uma vez que não houve nenhuma alteração do objeto, em consonância com o art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

2. DO RELATÓRIO

2.1. DAS RAZÕES DO ESCLARECIMENTO

Chegou ao *e-mail* institucional desta Comissão Permanente de Licitação, em **09 de março**

de 2023, às **14h39min**, o pedido de esclarecimento interposto aos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ, colhido pela sobredita empresa, nos seguintes termos:

> À Comissão Permanente de Licitação,
>
> Ao analisar o edital e anexos do PE 4014/2023 verifiquei que não consta o **Valor Máximo/ Valor Global do serviço**. Gostaria de verificar se existe esse valor.
>
> EMPRESA: IRAN DE OLIVEIRA COMÉRCIO
> CNPJ: 09.345.660/0001-89
>
> At.te,
>
> Jaqueline Almeida
> CRC/SC 045146-O/0

Passo à análise dos pressupostos legais e à exposição das razões de decidir.

2.2. DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS

Ab initio, é necessário observar se o interessado atende às exigências emanadas do repositório legal das licitações públicas, particularmente, aquelas decorrentes do texto do art. 41, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93 c/c o art. 13 do ATO PJG 389/2007.

Rezam esses dispositivos que qualquer cidadão e/ou pretenso licitante é parte legítima para impugnar edital de licitação, desde que o façam, respectivamente, até o **até o quinto e segundo dia útil** anterior à data fixada para a realização da sessão inaugural do certame.

Dessa regra se desdobram alguns requisitos que devem ser adimplidos quando de eventual impugnação dirigida ao órgão público licitante, são eles: legitimidade, interesse, a existência de um ato administrativo, fundamentação e tempestividade.

O primeiro desses pressupostos dispensa maiores comentários ante a clarividência da norma mencionada alhures, isto é, *qualquer cidadão é parte legítima.*

Obviamente, o segundo requisito apontado decorre dessa acepção de legitimidade, pois mesmo que não se trate de pretenso licitante com interesse concreto e pontualmente direcionado às regras do cotejo, o interesse da parte legitimada pela regra sobredita pode estar revestido do mero e simples anseio de se satisfazer com o cumprimento estrito da lei.

Na verdade, cremos que a intenção do legislador foi justamente a de conferir ao procedimento licitatório o mais amplo, acessível e rigoroso sistema de fiscalização.

O terceiro ponto a ser observado decorre certamente da consequência lógica do instituto ora em estudo. É dizer, só se pode questionar, esclarecer ou impugnar algo que existe. *In casu,* um ato administrativo instrumentalizado sob a forma de um documento público.

Consequentemente, eventual objeção a um ato administrativo deve trazer consigo suas razões fundamentais específicas, mesmo que simplesmente baseada em fatos, de forma a evitar que a oposição seja genérica, vaga e imprecisa. A peça em análise preencheu, também, esse requisito ao fustigar/indagar pontualmente o entendimento de determinadas regras do edital.

Por derradeiro, há o pressuposto que condiciona o exercício dessa faculdade a determinado lapso temporal, de forma que, ultrapassado o limite de tempo em que se poderiam interpor os questionamentos reputados necessários, deixa de existir o direito conferido pela Lei àquela particular situação.

No caso corrente, a peça em liça partiu de pretenso licitante e, por isso, o juízo de admissibilidade deve lastrear-se nas disposições do § 2º, art. 41, da Lei Licitatória.

Com termos semelhantes dispõem, também, os subitens 24.5 e 24.6 do Edital (doc. 0995847) estipulando que:

> 24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, **até o dia 16/03/2023, 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública**, **às 14 horas (horário local) da data limite fixada,** preferencialmente por meio eletrônico via internet ou protocolizada no endereço indicado no rodapé do Edital, mediante **petição**, que deverá obrigatoriamente (art. 10, caput, da Lei nº 12.527/2011) conter a identificação do Impugnante (CPF/CNPJ).
>
> 24.5.1. O pedido de esclarecimento poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@mpam.mp.br, no horário local de expediente da Instituição, até às 14 horas (horário local) da data limite fixada ou por petição dirigida ou protocolada no endereço constante do Rodapé, endereçado à Comissão Permanente de Licitação.
>
> 24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos **no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data de recebimento do pedido**, prorrogáveis desde que devidamente justificado, limitado ao dia anterior à data prevista de abertura, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos Anexos.

Faz-se mister, contudo, elucidar os critérios utilizados na contagem dos prazos estabelecidos no instrumento convocatório, valendo-se, para tanto, de lição do mestre Jorge Ulisses Jacoby Fernandes[1], cujo excerto segue abaixo:

> A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do art. 110 da Lei nº 8.666/93[2] , tendo por termo inicial a data estabelecida para a apresentação da proposta". Para facilitar o entendimento, exemplifica-se a seguinte situação:
>
> O dia 19 foi fixado para a realização da sessão e, na forma da contagem geral de prazos, não se computa o dia do início. O primeiro dia na contagem regressiva é o dia 18; o segundo, o dia 17. Portanto, até o dia 16, último minuto do encerramento do expediente no órgão, poderá o licitante e qualquer cidadão impugnar o edital ou requerer esclarecimentos. (...)
>
> Caso a impugnação seja oferecida fora do prazo, não deve ser conhecida com essa natureza, mas merece ser respondida, como qualquer documento que é dirigido à Administração. (sublinhamos)

Na mesma tônica, vejamos trecho do julgado exarado pelo Corte de Justiça do Estado do Acre em Agravo de Instrumento:

> (...) Em hipóteses como a da espécie em tela, a forma de contagem obedece à regra geral constante do CPC, segundo a qual exclui-se do cômputo o dia do início e inclui-se o do vencimento (art. 184, caput). O traço distintivo, porém, reside no fato de que durante o período de transcurso do prazo é proibida a prática do ato. (...) o prazo referido nos dispositivos legais em destaque é chamado de regressivo, ou inverso. Isso porque a respectiva contagem se dá para trás com a finalidade de impor um limite temporal na prática do ato que não seja dentro do período proibido. (...) No caso vertente, a abertura da sessão pública do Pregão Presencial nº 088/2008 foi aprazada para o dia 18 de dezembro de 2008, quinta-feira. Sendo assim, contando o prazo regressivamente a partir do dia 17, o último dia para impugnação do ato convocatório em questão seria o dia 15 de dezembro de 2008, isto porque o dia 16 de dezembro de 2008 foi o último dia proibido para a prática do ato". (TJ/AC, AI nº 2009.000005-2, Rel. Des. Adair Longuini, j. em 12.05.2009.)

Vê-se, portanto, que, a partir de uma interpretação finalística do dispositivo legal ao norte especificado, a intenção do legislador foi justamente a de disponibilizar à Administração um tempo mínimo suficiente para a apreciação de eventuais recursos, neles inclusos impugnações e/ou pedidos de esclarecimentos, sendo assinalado para cada uma das hipóteses normativas prazos razoáveis para a tomada de decisões.

À luz dessas considerações, conforme já se disse alhures, a interessada interpôs sua solicitação aos 09/03/2023, às 14h39min. Portanto, **a peça trazida a esta CPL é TEMPESTIVA**.

Considera-se um pressuposto legal adicional para aceitação dos pedidos de impugnação e/ou esclarecimentos, aquele trazido pelo art. 10, *caput*, da Lei nº 12.527/2011[3], que condiciona à identificação do requerente o conhecimento da petição interposta. No caso em estudo, **há a identificação adequada da empresa requerente**, uma vez que apresenta número no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, razão social completa; bem como a pertinente identificação da representante da empresa.

Sendo assim, passemos à análise do pedido.

3. RAZÕES DE DECIDIR

Vale ressaltar, em caráter preliminar, que as disposições constantes do instrumento convocatório procuram se alinhar, estritamente, aos auspícios dos princípios e regras legais que disciplinam o procedimento licitatório, estabelecidos quer na **Lei n.° 8.666/1993,** de Licitações e Contratos Administrativos, quer na **Constituição Federal de 1988,** bem como, frisa-se, **seguindo-se os mais lúcidos preceitos da doutrina e da jurisprudência majoritária**.

Nesse sentido, é mister recordar que o dever administrativo de adotar critérios claros, objetivos e legais durante a análise das documentações dos concorrentes em uma licitação decorre da obrigação da Administração Pública manter plena transparência de seus atos, a fim de definir qual a licitante reúne condições de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento de seus deveres, sem desviar-se da observância necessária do princípio da igualdade entre os licitantes, estimulando o caráter competitivo da licitação, constante no artigo 3.º da Lei n.º 8.666/93, abaixo disposto:

> A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita

> conformidade com os princípios básicos da **legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (g.n.)

Estabelecidos os princípios legais, apresentamos a seguir as razões e motivações acerca do questionamento aventado pela pretensa licitante. Considerando o questionamento, este nos remete à **possível apresentação do valor estimado pela Administração para a contratação do objeto em voga,** o cerne da indagação da interessada é direto e simples e, portanto, reclama pronunciamento pontual e sem muita digressão, muito mais por se tratar de questão de pacífico entendimento no âmbito da Corte Máxima de Contas da União (TCU).

Bem se sabe que as contratações públicas são regidas por vários princípios e critérios, dentre os quais, certamente, o da publicidade. Ocorre que, no caso particular em apreço, há que se considerar, sobretudo, outros princípios de maior relevância, repisamos, *in casu*, já que, em abstrato, não se pode afirmar a sobrepujança de um princípio sobre o outro. Referimo-nos, assim, aos **critérios da competitividade, impessoalidade e da igualdade entre os concorrentes**.

I — Levando-se em conta a **competitividade** do certame, a experiência vivenciada por este Órgão conduz à irrefutável conclusão de que a revelação do preço máximo a ser desembolsado com este tipo de contratação **faz com que as propostas dos licitantes orbitem em torno daquele valor**, o que prejudica a obtenção das melhores condições de contratação, em patente afronta ao princípio sob exame.

Em outras palavras, pela óptica da Administração Pública, restaria prejudicada a possibilidade de negociação do preço com o licitante vencedor preconizado no inciso XVII do artigo 4º da Lei n.º 10.520/2002.

Desse modo, com a divulgação do valor estimado, o dispositivo supracitado tornar-se-ia letra morta, perdendo, portanto, sua finalidade. Ora, o licitante vencedor sabendo que sua proposta se encontra dentro do estimado, em tese, não se abriria a negociação, pois sabe que a Administração deve contratá-lo com o preço inicial ofertado, uma vez que está no limite da estimativa.

II — Considerando-se a **impessoalidade e isonomia entre os interessados**, à luz da solicitação em análise, **ambos os critérios seriam ofendidos** ao conceder-se, única e exclusivamente, à empresa que pedisse, as informações alusivas à quantia máxima disponível para desembolso pela Administração. Dito de outra forma, não há como se garantir impessoalidade e, portanto, isonomia, se as regras aplicadas no certame não forem conhecidas por todos e pelos mesmos meios.

Tudo isso porque, lembramos, caso fosse admitida a consulta anterior à tal fase, além de se comprometer a livre disputa e a possível contratação mais vantajosa, estar-se-ia, flagrantemente, desrespeitando o princípio da isonomia.

Em ambos os sentidos (I e II), há farta jurisprudência do Tribunal de Contas da União corroborando com o que aqui se apregoa, tais como os Acórdãos nº 644/2006, nº 1925/2006, nº 114/2007, nº 1789/2009, todos do Plenário do TCU. Eis o trecho do voto do Relator, Ministro José Jorge, do Processo TC 033.876/2010-0, atinente ao ACÓRDÃO Nº 392/2011 – TCU – Plenário:

> Portanto, nas licitações na modalidade de pregão, os orçamentos estimados em planilhas de quantitativos e preços unitários – e, se for o caso, os preços máximos unitários e global – **não constituem elementos**

> **obrigatórios do edital**, devendo, no entanto, estar inseridos nos autos do respectivo processo licitatório. **Caberá aos gestores/pregoeiros, no caso concreto, a avaliação da oportunidade e conveniência de incluir tais orçamentos** – e os próprios preços máximos, se a opção foi a sua fixação – no edital, informando nesse caso, no próprio ato convocatório, a sua disponibilidade aos interessados e os meios para obtê-los." .(g.n.)

No julgamento do mesmo processo, decidiu o Plenário daquela Corte:

> [...] não seria obrigatória a fixação de preço máximo, tampouco a divulgação do valor orçado, por se tratar de pregão. Pelas razões já expostas, ficaria a critério do órgão fixar o preço máximo, sendo igualmente discricionária a sua divulgação." . (g.n.)

Esse posicionamento foi reafirmado na sessão plenária do TCU, do dia 20 de agosto de 2014, decidindo-se que,

> [...] na licitação na modalidade pregão, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários não constitui um dos elementos obrigatórios do edital, mas deve estar inserido obrigatoriamente no bojo do processo relativo ao certame. (BRASIL. Tribunal de Contas da União. Plenário. Acórdão n. 2.166/2014. Relator: min. substituto Augusto Sherman Cavalcanti. Sessão de 20 ago. 2014.)

Debatendo sobre o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, o **Ministro Benjamin Zymler**, à época presidente do Tribunal de Contas da União, ao comentar as inovações desse novo regime de licitações, destacou que "*o sigilo sobre o orçamento evitará que as propostas gravitem em torno do orçamento fixado pela Administração, ampliando-se a competitividade do certame.*"

Em outras palavras, a prática adotada pelo *Parquet*, é dizer, o sigilo sobre o orçamento, traduz a posição defendida pelo TCU, isto é, amplia a disputa e consagra a competitividade do certame, culminando no princípio basilar da licitação: a busca da melhor proposta para a Administração Pública.

Vale destacar que, após a fase de lances, caso o valor ofertado pela licitante permaneça acima do valor estimado pela Administração, **este será informado pelo(a) Pregoeiro(a) com intuito de lograr melhor preço para o Órgão**. Isto significa valor igual ou menor que o estimado, caso contrário, a proposta não poderá ser aceita com fundamento no subitem 11.2.2. do instrumento convocatório (0995847).

Outrossim, cabe destacar que se trata de uma prática comumente adotada por esta Instituição há bastante tempo. Corroborando, temos que o decreto regulamentador do Pregão Eletrônico, qual seja, o Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, **consagrou tal procedimento, afastando quaisquer entendimentos em sentidos contrários**:

> Art. 15. O valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente do edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
>
> § 1º O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no § 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.
>
> § 2º Para fins do disposto no **caput**, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e

> imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.
>
> § 3º Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente do instrumento convocatório.

Vale ressaltar também que, após a fase de lances, será ampla a possibilidade de acesso, por parte dos licitantes, ao processo administrativo de onde constam os orçamentos estimados em planilhas de quantitativos e preços unitários.

Por derradeiro, ressalta-se que todos os procedimentos licitatórios de interesse desta PGJ/AM passam por uma rigorosa ***fase interna***, incluindo, pesquisa de preços para apuração do valor médio, a fim de refletir o real preço praticado no mercado.

4. CONCLUSÃO

Em face do exposto acima, esta Pregoeira, em cumprimento ao Item 24.6 do ato convocatório, decide, primeiro, por receber e conhecer do pleito apresentado pela empresa **IRAN DE OLIVERIA COMÉRCIO, CNPJ Nº 09.345.660/0001-89** (doc. 0997880), para, no mérito, **reputar esclarecidas as objeções**.

Considerando que o teor da presente decisão não afeta a formulação das propostas por parte das empresas interessadas, conforme preleciona o artigo 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93, **mantém-se a realização do cotejo na data original, conforme publicação oficial, a fim de dar-se prosseguimento aos demais atos providenciais**.

É a decisão.

Manaus, 10 de março de 2023.

Cleiton da Silva Alves

Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Ato PGJ n.º 381/2022- DOMPE, Ed. 2495, de 23.11.2022

---

[1] In Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico, Editora Fórum, 1ª edição, 3ª tiragem, 2004, págs. 503/504.
[2] Art. 110. Na contagem dos prazos estabelecidos nesta Lei, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Parágrafo único. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste artigo em dia de expediente no órgão ou na entidade.
[3] Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.

Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Silva Alves**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 10/03/2023, às 10:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei

assinatura eletrônica 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0997881** e o código CRC **03531226**.

RE: PE 4014/2023 - Pedido de Esclarecimento

Comissao Permanente de Licitacao <licitacao@mpam.mp.br>
Sex, 10/03/2023 11:21

Para: IRAN DE OLIVEIRA <imirandeoliveira@yahoo.com>

Senhor Licitante,

Segue a ***anexa*** DECISÃO Nº 12.2023.CPL.0997881.2022.017753, que, com fundamento no artigo 13, § 1.º, do ATO PGJ N.º 389/2007, decide:

a) **Receber e conhecer** o pedido de esclarecimento apresentado pela empresa **IRAN DE OLIVERIA COMÉRCIO, CNPJ Nº 09.345.660/0001-89**, situada em Tefé/AM (doc. 0997880), aos termos do Edital do Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ (doc. 0995847), pelo qual o *Parquet* Amazonense busca a *contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses;*

b) No mérito, **reputar esclarecidas as objeções**, conforme discorrido na presente peça;

c) **Manter o edital e a data de realização do certame**,uma vez que não houve nenhuma alteração do objeto, em consonância com o art. 21, § 4º, da Lei n° 8.666/93.

Respeitosamente,

Ministério Público do Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral de Justiça

Cleiton da Silva Alves
Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL
Ato PGJ n.º 381/2022
Matrícula n.º 000.640-8A
Procuradoria-Geral de Justiça / Ministério Público do Estado do Amazonas (CNPJ: 04.153.748/0001- 85)
Telefone: (92) 3655-0743 (Whatsapp)
Cel.: (92) 98181-2780 (Whatsapp)

De: IRAN DE OLIVEIRA <imirandeoliveira@yahoo.com>
Enviado: quinta-feira, 9 de março de 2023 14:39
Para: Comissao Permanente de Licitacao <licitacao@mpam.mp.br>
Assunto: PE 4014/2023 - Pedido de Esclarecimento

À Comissão Permanente de Licitação,

Ao analisar o edital e anexos do PE 4014/2023 verifiquei que não consta o **Valor Máximo/ Valor Global do serviço.** Gostaria de verificar se existe esse valor.

EMPRESA: IRAN DE OLIVEIRA COMÉRCIO
CNPJ: 09.345.660/0001-89

At.te,

Jaqueline Almeida
CRC/SC 045146-O/0

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 347.2023.DCCON.1006861.2022.017753

Manaus, 21 de março de 2023.

A Sua Excelência a Senhora
LÍLIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
NESTE

Assunto: Informa expiração da vigência do Contrato Administrativo nº 004/2018 - MP/PGJ.

Senhora Subprocuradora-Geral de Justiça,

Venho informar que o **Contrato Administrativo nº 004/2018 - MP/PGJ,** firmado entre o Ministério Público do Amazonas e a **empresa ELEVADORES BRASIL LTDA**, cujo objeto refere-se a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos elevadores dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, **teve a vigência expirada dia 19.03.2023, sem que tenhamos formalizado novo contrato para a prestação dos mesmos serviços,** considerando que o processo licitatório, em trâmite nos presentes autos, ainda não foi finalizado,

Observa-se que os presentes autos foram iniciados por esta DCCON no dia 13/09/2022, 120 (cento e vinte) dias antes, portanto, do término da vigência do referido contrato, conforme preconiza o Ato n.º 112/2012 – PGJ.

Ocorre que, conforme consta no Memorando 96 (SEI nº 0979807), o Setor de Compras e Serviços – SCOMS realizou pesquisa de mercado via e-mail e telefone, consultando várias empresas fornecedoras, conforme registros de e-mail (docs. SEI 0901976, 0902020, 0905231, 0905847, 0914432, 0935247 e 0974869), sendo que, dos potenciais fornecedores consultados, **nenhum** encaminhou proposta válida durante o período da pesquisa, até 09/02/2023. Por isso, o SCOMS recorreu à plataforma on-line no Sistema Banco de Preços, dando seguimento ao processo somente naquela data.

Dessa forma, haverá uma pequena lacuna entre o término da vigência do Contrato Administrativo nº 004/2018 - MP/PGJ e a formalização do novo instrumento, sendo que, em contato com o Chefe de Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo, o mesmo esclareceu que solicitaria da empresa **ELEVADORES BRASIL LTDA.** a manutenção da prestação dos serviços durante esse período descoberto contratualmente.

É o que esta DCCON tem a justificar.

Respeitosamente,

(*Assinado Eletronicamente*)
CAROLINE ELLEN BEZERRA
Chefe da Divisão de Contratos e Convênios
Ministério Público do Estado do Amazonas

Documento assinado eletronicamente por **Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON**, em 21/03/2023, às 11:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1006861** e o código CRC **D39A9E68**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ

PROPOSTA DE PREÇOS

DADOS DA EMPRESA:

Razão social: ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO
EIRELICNPJ: 22.787.852/0001-03
Endereço:Av. Dois Rios, 612, Ibura – Recife/PE – CEP 51230-000Fone(81)3465-1923 E-mail:alexandresantacruz@hotmail.com/licitacoes@asenengenharia.com.br
Dados bancários: Banco Sicredi Recife – Agência 2203 – Conta corrente 50627-3

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Alexandre Santa Cruz Ramos / SÓCIO-DIRETOR RG 6.154.912 SSP/PE – CPF 037.173.814-82
Email: alexandresantacruz@hotmail.com Fone: 81 3465-1923 / 81 988505503
Av. Dois Rios, 612 Galpão A, Ibura – Recife/PE – CEP 51230-000
Naturalidade: Recife Nacionalidade: Brasileiro

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria- Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.

Instalados no edifício-sede, localizado à Avenida Coronel Teixeira, n.° 7.995. Nova Esperança. CEP 69037-473. Manaus, Amazonas					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QTDE**	**UND**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	Número de série 17794. Linha OMI; fabricante: ThyssenKrupp; Capacidade 8/560, números de paradas 5; velocidade 60m/min	1	UND	R$ 665,00	R$ 7.980,00
2	Número de série 17795. Linha OMI; fabricante: ThyssenKrupp; Capacidade 10/750, números de paradas 5; velocidade 60m/min	1	UND	R$ 665,00	R$ 7.980,00

ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS EIRELI,
Av. Dois Rios 612 Ibura Recife-PE CEP: 51.230-000
CNPJ 22.787.852/0001-03
Fone: (81) 9.8850-5503

Proposta de Preço _ACESSE COMERCIO (1007808) SEI 2022.017753 / pg. 303

3	Número de série 17796. Linha OMI; fabricante: ThyssenKrupp; Capacidade 10/750, números de paradas 5; velocidade 60m/min	1	UND	R$ 665,00	R$ 7.980,00
Instalados na Sede Administrativa da PGJ: Avenida Coronel Teixeira, n.° 7.995, Nova Esperança. CEP 69037-473. MANAUS, Amazonas					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QTDE**	**UND**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
4	Número de série M3281 Linha VW2. Casa de máquinas instalado no térreo do prédio. Fabricante OTIS; Capacidade 8/630kg , números de paradas 5; velocidade 60m/min	1	UND	R$ 665,00	R$ 7.980,00
5	Número de série M3282. Linha VW2. Casa de máquinas instalado no térreo do prédio.. Fabricante OTIS; Capacidade 8/630kg , números de paradas 5; velocidade 60m/min	1	UND	R$ 665,00	R$ 7.980,00
Instalados no Anexo: Avenida André Araújo nº 23, Aleixo, CEP 69037-473, MANAUS, Amazonas					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QTDE**	**UND**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
6	Número de série 63733. Linha PRFI; fabricante: ThyssenKrupp; Capacidade 6/450, números de paradas 4; velocidade 45,00 m/min	1	UND	R$ 665,00	R$ 7.980,00
Instalado no Anexo: Avenida Jornalista Umberto Calderado Filho nº 175, Adrianopólis, CEP 69057-015, MANAUS, Amazonas					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QTDE**	**UND**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
7	Número de série OVM 1142786; fabricante: Atlas Schinder; Capacidade 8/560 kg, números de paradas 1; velocidade 45,00 m/min	1	UND	R$ 720,00	R$ 8.640,00
Instalados na unidade localizada na Rua 13 de Novembro s/nº, Centro, CEP 69800-000, HUMAITÁ, Amazonas					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QTDE**	**UND**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**

ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS EIRELI,
Av. Dois Rios 612 Ibura Recife-PE CEP: 51.230-000
CNPJ 22.787.852/0001-03
Fone: (81) 9.8850-5503

Proposta de Preço _ACESSE COMERCIO (1007808) SEI 2022.017753 / pg. 304

8	Plataforma Vertical; Capacidade 2/275 kg, números de paradas 2; velocidade 3,00 m/min	1	UND	R$ 665,00	R$ 7.980,00
Instalados na unidade localizado na Marechal Costa e Silva n.º 23, Centro, CEP 69240-000, AUTAZES, Amazonas					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QTDE**	**UND**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
9	Plataforma Vertical; BLOTEK Capacidade 2/325 kg, números de paradas 2; velocidade 3,00 m/min	1	UND	R$ 630,00	R$ 7.560,00
Instalados na Unidade localizado na Avenida Benjamin Constant nº 23, Centro, CEP 69550-000, TEFÉ, Amazonas;					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**QTDE**	**UND**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
10	Número de série 182079. Plataforma Vertical ; TKE Capacidade 2/275 kg, números de paradas 2; velocidade 6,00 m/min	1	UND	R$ 630,00	R$ 7.560,00

Valor anual Global R$ 79.620,00 (setenta e nove mil e seiscentos vinte reais);

Contato para fins de faturamento: Marcos Slva (81) 3465-1923

DADOS DO MAJORITÁRIO DA EMPRESA:

Alexandre Santa Cruz Ramos / SÓCIO-DIRETOR RG 6.154.912 SSP/PE – CPF 037.173.814-82
Email: alexandresantacruz@hotmail.com Fone: 81 3465-1923 / 81 988505503Av.
Dois Rios, 612 Galpão A, Ibura – Recife/PE – CEP 51230-000
Naturalidade: Recife Nacionalidade: Brasileiro

DECLARAÇÕES:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º, e seus incisos, da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS EIRELI,
Av. Dois Rios 612 Ibura Recife-PE CEP: 51.230-000
CNPJ 22.787.852/0001-03
Fone: (81) 9.8850-5503

Proposta de Preço _ACESSE COMERCIO (1007808) SEI 2022.017753 / pg. 305

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DOAMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;

6. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

A empresa está enquadrada no Regime de tributação de Microempresa e/ou Empresa dePequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

Sim (X). Não ( ).

Declaro que estão incluídos no **PREÇO** apresentado nesta **PROPOSTA** todos os custos e despesas incidentes, tais como materiais, equipamentos, recipientes, frete, mão de obra, entrega, transporte, encargos sociais e trabalhistas, seguros, taxas, margem de remuneração empresarial, impostos, bem como quaisquer outros custos e/ou encargos, incluindo ainda qualquer serviço ou fornecimento não especializado, mas que seja necessário à perfeita e completa execução do objeto desta contratação;

Declaramos que esta proposta tem validade pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de realização da licitação, e que concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital e respectivo Anexo.

Declaramos que de acordo com a condição da empresa, que não está sob pena de interdição de direitos previstos na Lei nº 9.605, de 12.02.98 (Lei de Crimes Ambientais);

Os valores indicados no contrato remuneram todos os elementos requeridos para o fornecimento do objeto, incluindo mão de obra, tributos incidentes e demais despesas, constituindo-se assim, a única remuneração devida pelos trabalhos contratados.

Prazo de entrega/disponibilização dos serviços: não podendo ser superior a 90 (noventa) dias corridos, contados da assinatura do Contrato e da Ordem de Serviço.

DECLARAÇÕES:
1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º, e seus incisos, da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral

ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS EIRELI,
Av. Dois Rios 612 Ibura Recife-PE CEP: 51.230-000
CNPJ 22.787.852/0001-03
Fone: (81) 9.8850-5503

Proposta de Preço _ACESSE COMERCIO (1007808) SEI 2022.017753 / pg. 306

ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder o direito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidade de responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome, telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;

6. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Recife, 22 de março de 2023.

ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO EIRELI
Alexandre Santa Cruz
RamosSÓCIO-DIRETOR
RG 6.154.912 SSP/PE – CPF 037.173.814-82
Email:
alexandresantacruz@hotmail.comFone:
81 3465-1923 / 81 988505503

22.787 852/0001-03
Acesse Comércio e Empreendimentos EIRELI
Av. Dois Rios,nº 612
Imbura CEP:51.230-000
RECIFE-PE

Proposta de Preço _ACESSE COMERCIO (1007808) SEI 2022.017753 / pg. 307

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ

DECLARAÇÕES

Eu, Alexandre Santa Cruz Ramos, portador (a) do documento de identidade nº RG 6.154.912, expedido pelo (a) SSP/PE, inscrito (a) no CPF sob o nº 037.173.814-82, representante legal da empresa ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 22.787.852/0001-03, DECLARA que:

1. Sob assinatura do Representante da empresa, de que, sendo vencedora da Licitação, em até 5 (cinco) dias úteis, após a celebração do Contrato, providenciará, junto ao CREA/AM, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART (art. 1º da Lei 6496/1977), e encaminhará à contratante uma cópia autenticada da documentação que comprove o registro.

2. Apresentará, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem as instalações, o aparelhamento e o pessoal técnico, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do Contrato, bem como disponibilizará a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

3. Caso seja declarada vencedora da Licitação, manterá, em MANAUS -AM, sede, filial ou representação dotada de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, comprovando posteriormente, caso vencedora, esta condição.

Recife, 22 de março de 2023

.

ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO EIRELI
Alexandre Santa Cruz Ramos
SÓCIO-DIRETOR
RG 6.154.912 SSP/PE – CPF 037.173.814-82
Email: alexandresantacruz@hotmail.com
Fone: 81 3465-1923 / 81 988505503

22.787.852/0001-03
Acesse Comércio e Empreendimentos EIRELI
Av. Dois Rios,nº 612
Ibura CEP:51.230-000
RECIFE-PE

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ

DECLARAÇÃO QUE POSSUI AS CONDIÇÕES OPERACIONAIS NECESSÁRIAS AO CUMPRIMENTO DO OBJETO E QUE ESTÁ CIENTE DE TODAS AS EXIGÊNCIAS RELATIVAS AO MESMO

Eu, Alexandre Santa Cruz Ramos, portador (a) do documento de identidade nº RG 6.154.912, expedido pelo (a) SSP/PE, inscrito (a) no CPF sob o nº 037.173.814-82, representante legal da empresa ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 22.787.852/0001-03, DECLARA que possui as condições operacionais necessárias ao cumprimento do objeto do edital referente ao PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2.2023.DEAC.0995724.2022.017753, estando ciente de todas as exigências relativas ao mesmo.

Recife, 22 de março de 2023

.

ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO EIRELI
Alexandre Santa Cruz Ramos
SÓCIO-DIRETOR
RG 6.154.912 SSP/PE – CPF 037.173.814-82
Email: alexandresantacruz@hotmail.com
Fone: 81 3465-1923 / 81 988505503

22.787 852/0001-03
Acesse Comércio e Empreendimentos EIRELI
Av. Dois Rios,nº 612
Imbura CEP:51.230-000
RECIFE-PE

ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS EIRELI,
Av. Dois Rios 612 Ibura Recife-PE CEP: 51.230-000
CNPJ 22.787.852/0001-03
Fone: (81) 9.8850-5503

Proposta de Preço _ACESSE COMERCIO (1007808) SEI 2022.017753 / pg. 309

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA À VISITA TÉCNICA

Eu, Alexandre Santa Cruz Ramos, portador (a) do documento de identidade nº RG 6.154.912, expedido pelo (a) SSP/PE, inscrito (a) no CPF sob o nº 037.173.814-82, representante legal da empresa ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 22.787.852/0001-03, Declaramos, sob as penalidades da lei, e em atendimento aos subitens 3.1.2 e 3.1.3. do Termo de Referência n.° 2.2023.DEAC.0995724.2022.017753, que temos pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto a ser contratado, que assumimos total responsabilidade por esse fato e que não faremos uso deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas.

Recife, 22 de março de 2023.

ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO EIRELI
Alexandre Santa Cruz Ramos
SÓCIO-DIRETOR
RG 6.154.912 SSP/PE – CPF 037.173.814-82
Email: alexandresantacruz@hotmail.com
Fone: 81 3465-1923 / 81 988505503

22.787 852/0001-03
Acesse Comércio e Empreendimentos EIRELI
Av. Dois Rios,nº 612
Imbura CEP:51.230-000
RECIFE-PE

ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS EIRELI,
Av. Dois Rios 612 Ibura Recife-PE CEP: 51.230-000
CNPJ 22.787.852/0001-03
Fone: (81) 9.8850-5503

Proposta de Preço _ACESSE COMERCIO (1007808) SEI 2022.017753 / pg. 310

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 117.2023.CPL.1007816.2022.017753

Manaus, 22 de março de 2023.

Ao Senhor

Paulo Augusto de Oliveira Lopes

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Assunto: Análise de Proposta - Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL *(manutenção preventiva e corretiva de elevadores)*

Senhor Chefe,

Cumprimentando-o cordialmente e, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ**, cujo objeto é a *contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses,* venho **encaminhar**, com fundamento no subitem **11.1.2** c/c subitem **25.3** do Edital do Pregão Eletrônico em comento, a **Proposta de Preço nº 1007808**, apresentada pela empresa **CESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA., CNPJ Nº 22.787.852/0001-03,** para análise e manifestação, com a maior brevidade possível.

Na ocasião, renovo protestos de consideração e apreço, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Sarah Madalena Barbosa Santos Côrtes

Pregoeira - Portaria n.º 204/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 22/03/2023, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1007816** e o código CRC **BF942D72**.

DESPACHO Nº 344.2023.01AJ-SUBADM.1008637.2022.017753

PROCESSO N° 2022.017753

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, FORNECIMENTO TOTAL DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE CONSUMO, E DEMAIS MATERIAIS DE REPOSIÇÃO NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NOS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE VERTICALES DOS PRÉDIOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, NO ESTADO DO AMAZONAS, POR UM PERÍODO DE 12 MESES.

INTERESSADA: DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC

Trata-se de procedimento administrativo deflagrado a partir do **MEMORANDO Nº 735.2022.DCCON** (0895651), da lavra da **Sra. Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios**, por meio do qual **informou acerca da expiração do Contrato Administrativo nº 004/2018 - MP/PGJ**, que não poderia mais ser prorrogado pois completará 60 (sessenta) meses de vigência na data de 19.03.2023, **e considerando a necessidade da continuidade na prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas**, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, encaminhou os autos ao Gestor/Fiscal do referido Contrato para adoção de providências cabíveis, caso fosse necessária a continuação da prestação dos serviços objeto do contrato.

Em seguida, a Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo, por meio do **MEMORANDO Nº 238.2022.DEAC** (0898665), encaminhou o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 23.2022.DEAC** (0898631) para análise e aprovação.

Após análise do referido documento, a Assessoria Jurídica, por meio do **PARECER Nº 120.2022.01AJ-SUBADM** (0900865), entendeu que todos os critérios exigíveis estavam presentes no referido documento, motivo pelo qual opinou pela aprovação do Termo de Referência, tendo sido acolhida a peça opinativa através do **DESPACHO Nº 596.2022.01AJ-SUBADM** (0900866).

Ressalta-se que, na data de 28/09/2022, a Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC chamou o processo à ordem a fim de juntar ao presente caderno processual o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 28.2022.DEAC** (0905588), uma vez que verificou a ausência do equipamento instalado na unidade da Paraíba - (prédio locado), conforme se verifica na **INFORMAÇÃO Nº 74.2022.DEAC** (0905575).

Ato contínuo, o Setor de Compras e Serviços - SCOMS, através do **MEMORANDO Nº 96.2023.SCOMS** (0979807), informou que realizou pesquisa de mercado via e-mail e telefone, consultando várias empresas fornecedoras, conforme registros de e-mail (0901976, 0902020, 0905231, 0905847, 0914432, 0935247 e 0974869). Dos potenciais fornecedores consultados nenhum encaminhou proposta válida durante o período da pesquisa, motivo pelo qual recorreu à plataforma on-line no Sistema Banco de Preços, através de acesso virtual no site <https://www.bancodepreços.com.br/>, onde fora realizada a pesquisa de preços utilizando a Média Saneada das Propostas Finais (TCU) para obtenção da média que serviu de base para a elaboração dos documentos abaixo e a produção do Relatório da Cotação - Banco de Preços (0979810). Por fim, informou que os valores propostos apenas pelas duas supracitadas empresas serviram de base para a elaboração do **MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS N.º 12.2023.SCOMS** (0979812) e do **QUADRO-RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA N.º 44.2023.SCOMS** (0979813), com valor total de **R$ 132.257,64 (cento e trinta e dois mil duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).**

Após, os autos foram encaminhados à Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF que, por meio da **NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS/ADJUDICAÇÃO -NAD Nº 73.2023.DOF - ORÇAMENTO** (0983250), informou acerca da disponibilidade financeira e encaminhou os autos à Comissão Permanente de Licitação - CPL.

Por sua vez, a Comissão Permanente de Licitação, através do **OFÍCIO Nº 74.2023.CPL** (0990656), entendeu que a contratação deveria ser formalizada obrigatoriamente por meio de termo de contrato, motivo pelo qual encaminhou o presente caderno processual à Divisão de Contratos e Convênios – DCCON para que fosse verificada a necessidade de confecção de Minuta de Contrato Administrativo ou Minuta de Termo de Garantia e Assistência Técnica.

Em seguida, a Divisão de Contratos e Convênios, por meio do **MEMORANDO Nº 239.2023.DCCON** (0991596), juntou ao processo em epígrafe a **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10.2023.DCCON** (0990747) e encaminhou os autos à CPL para prosseguimento do feito.

Por fim, a Comissão Permanente de Licitação - CPL, através do **DESPACHO Nº 20.2023.CPL** (0993841), realizou a juntada da **MINUTA DE EDITAL Nº 12.2023.CPL** (0990820), para realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA,** com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, para análise e aprovação desta SUBADM.

Após exame dos referidos documentos, considerando a presença dos requisitos exigíveis, a Assessoria Jurídica, por meio do **PARECER Nº 59.2023.01AJ-SUBADM** (0994244),

manifestou-se conclusivamente da seguinte maneira:

> **III. CONCLUSÃO**
>
> *Ex positis,* esta Assessoria Jurídica **OPINA** pela **APROVAÇÃO, COM RESSALVAS** , do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 28.2022.DEAC** (0905588), uma vez que fora verificada a existência de contradição no Detalhamento do Objeto (item 2), tendo em vista que os serviços eventualmente contratados deverão ser executados em **10 (DEZ) equipamentos instalados nos prédios da PGJ/AM, instalados em MANAUS, HUMAITÁ, AUTAZES e TEFÉ**, apesar de constar no item 2.1 do Termo de Referência que os "*serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** dos equipamentos de transporte vertical deverão ser executados nos seis equipamentos instalados nos prédios da PGJ/AM*", sendo necessária a retificação do referido item a fim de não gerar dúvidas quanto da realização do certame.
>
> Ademais, **OPINA** pela **APROVAÇÃO** da **MINUTA DE EDITAL Nº 12.2023.CPL** (0990820), para realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA,** com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, e da **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10.2023.DCCON** (0990747), considerando a presença dos requisitos exigíveis.
>
> Importante frisar que a Lei nº 14.133/2021, a nova Lei de Licitações, em que pese não ter revogado de imediato todos os dispositivos da Lei nº 8.666/93, já previu em seu artigo 6º, XXIII, a definição e os elementos do Termo de Referência, sendo indispensável que as unidades deste Ministério Público iniciem a cautelosa transposição dos ensinamentos do novo mandamento legal aos documentos correlatos às licitações e aos contratos administrativos vindouros, preparando-se para a total revogação da Lei nº 8.666/93.
>
> Ressalta-se ainda que, de acordo com o inciso II do art. 193 da Lei n° 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações entrará em vigor a partir de 01/04/2023, e, conforme dispõe o art. 191 do referido diploma legal, até o decurso do prazo a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente sob os dtames da Lei n° 8.666/1993 ou da Lei n° 14.133/2021.
>
> Assim considerando que as presnetes minutas estão utilizando como fundamento a Lei n° 8.666/1993 e a Lei nº. 10.520/2002, considerando ainda que o ordenamento jurídico encontra-se no período de transição entre os referidos diplomas legais, bem como a orientação contida nos Comunicados n° 10/2022 e n° 13/2022 da SEGES/ME, entende-se que deve ser observada a publicação do edital ou do aviso da contratação direta para garantir a ultratividade do regime antigo, sob pena de necessária retificação para readequação ao ditames da Nova Lei de Licitações.

Assim sendo, pelos fatos e fundamentos carreados aos presentes autos, através do **DESPACHO Nº 264.2023.01AJ-SUBADM** (0994674), acolheu na íntegra a peça opinativa supracitada.

Em atenção ao supracitado, fora anexado aos presentes autos o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2023.DEAC** (0995724), o **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ** (0995847) e o **AVISO Nº 0995907 - CPL**, dando início à fase externa do referido procedimento licitatório.

Após, o presente caderno processual retornou a esta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM contendo o **MEMORANDO Nº 347.2023.DCCON** (1006861) que informou o que segue:

> Venho informar que o **Contrato Administrativo nº 004/2018 - MP/PGJ,** firmado entre o Ministério Público do Amazonas e a **empresa ELEVADORES BRASIL LTDA** , cujo objeto refere-se a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos elevadores dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, **teve a vigência expirada dia 19.03.2023, sem que tenhamos formalizado novo contrato para a prestação dos mesmos serviços,** considerando que o processo licitatório, em trâmite nos presentes autos, ainda não foi finalizado,
>
> Observa-se que os presentes autos foram iniciados por esta DCCON no dia 13/09/2022, 120 (cento e vinte) dias antes, portanto, do término da vigência do referido contrato, conforme preconiza o Ato n.º 112/2012 – PGJ.
>
> Ocorre que, conforme consta no Memorando 96 (SEI nº 0979807), o Setor de Compras e Serviços – SCOMS realizou pesquisa de mercado via e-mail e telefone, consultando várias empresas fornecedoras, conforme registros de e-mail (docs. SEI 0901976, 0902020, 0905231, 0905847, 0914432, 0935247 e 0974869), sendo que, dos potenciais fornecedores consultados, **nenhum** encaminhou proposta válida durante o período da pesquisa, até 09/02/2023. Por isso, o SCOMS recorreu à plataforma on-line no Sistema Banco de Preços, dando seguimento ao processo somente naquela data.
>
> Dessa forma, haverá uma pequena lacuna entre o término da vigência do Contrato Administrativo nº 004/2018 - MP/PGJ e a formalização do novo instrumento, sendo que, em contato com o Chefe de Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo, o mesmo esclareceu que solicitaria da empresa **ELEVADORES BRASIL LTDA.** a manutenção da prestação dos serviços durante esse período descoberto contratualmente.

Isto posto, sabe-se que a assunção de obrigação sem cobertura contratual é prática vedada pelo ordenamento jurídico pátrio, conforme disposto no parágrafo único do art. 60 da Lei n° 8.666/93, e no art. 95, § 2°, da Lei n° 14.133/2021, *in verbis*:

> **LEI Nº 8.666/93**
>
> **Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas**, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.
>
> **Parágrafo único. É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração,** salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento. (*grifo*)
>
> **LEI Nº 14.133/2021**
>
> **Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório**, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:
>
> I - dispensa de licitação em razão de valor;
>
> II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.
>
> § 1º Às hipóteses de substituição do instrumento de contrato, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 desta Lei.
>
> § 2º **É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração**, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais). (*grifo*)

Assim, considerando o exposto, encaminho os autos à Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - **DEAC** para que se manifeste quanto ao teor do **MEMORANDO Nº 347.2023.DCCON** (1006861), ressaltando que a assunção de obrigação sem cobertura contratual é prática vedada pelo ordenamento jurídico pátrio, devendo adotar as providências cabíveis para solução da problemática.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus (Am), na data de assinatura digital.

LILIAN MARIA PIRES STONE
Promotora de Justiça de Entrância Final
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 27/03/2023, às 11:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1008637** e o código CRC **1B297127**.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **22.787.852/0001-03**

Razão Social: **ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA**

Atividade Econômica Principal:

2822-4/01 - FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E APARELHOS PARA TRANSPORTE E ELEVAÇÃO DE PESSOAS, PEÇAS E ACESSÓRIOS

Endereço:

AVENIDA DOIS RIOS, 612 - IBURA - Recife / Pernambuco

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

Este certificado não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**22.787.852/0001-03**	DUNS®:	**937273499**
Razão Social:	**ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA**		
Nome Fantasia:	**ACESSE EMPREENDIMENTOS**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**07/11/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Consta. Verificar no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).
Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**16/07/2023**
FGTS		Validade:	**31/03/2023**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**09/09/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**13/11/2022** (*)
Receita Municipal	Validade:	**25/09/2022** (*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/04/2023**

SICAF CRC e Relatório de Ocorrências_ACESSE COMERCIO (1009601) SEI 2022.017753 / pg. 317

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

ANEXO
Impedimentos de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: **22.787.852/0001-03** DUNS®: **937273499**
Razão Social: **ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA**
Nome Fantasia: **ACESSE EMPREENDIMENTOS**
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Impedimento de Licitar no Âmbito:

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA / 153066-PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**22.787.852/0001-03**	DUNS®:	**937273499**
Razão Social:	**ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA**		
Nome Fantasia:	**ACESSE EMPREENDIMENTOS**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**		

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência:	**Suspensão Temporária - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. III**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB**		
Âmbito da Sanção:	**Órgão Sancionador**		
Prazo:	**Determinado**		
Prazo Inicial:	**19/05/2022**	Prazo Final:	**19/05/2023**
Número do Processo:	**23074027005/22-78**	Número do Contrato:	**UFPB/SOF 016/2021**
Descrição/Justificativa:	**Descumprimento de obrigação contratual subscrita no item 1, 10.18 e 10.22 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nª 007/2021/UFPB/SOF/CLC**		

SICAF CRC e Relatório de Ocorrências_ACESSE COMERCIO (1009601) SEI 2022.017753 / pg. 319

Ao
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança
CEP 69037-473
Manaus - AM

Pregão Eletrônico nº 4.014/2023-CPL/MP/PGJ
Processo SEI nº 2022.017753

ANEXO V

PROPOSTA DE PREÇO

Proposta que faz a empresa Módulo Consultoria e Gerência Predial Ltda, inscrita no CNPJ (MF) nº 05.926.726/0001-73, localizada SAAN Quadra 02, Lote 980, Parte "B", na cidade de Brasília-DF, CEP 70.632.200, fone (61) 3031-6369/3031-6350/3363 4200, e- mail mrangel@orona.com.br, para a prestação do serviço abaixo relacionado, de acordo com todas as especificações e condições estabelecidas no Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça:

Item	Descrição					Qtd. (A)	Und.	Valor Unitário (R$) (B)	Valor Total (R$) (C=A*B)
1	Número de série 17794. Linha OMI	ThyssenKrupp	8 / 560	5	60	1		R$ 550,00	R$ 550,00
2	Número de série 17795. Linha OMI	ThyssenKrupp	10 / 750	5	60	1		R$ 550,00	R$ 550,00

SAAN Quadra 2 Nº 980
Brasília/DF - Brasil
CEP : 70.632-200
+ 55 (61) 3363-4200
www.orona.com.br
www.orona-group.com

3	Número de série 17796. Linha OMI	ThyssenKrupp	10 / 750	5	60	1		R$ 550,00	R$ 550,00
4	Número de série M3281 Linha VW2. Casa de máquinas instalada no térreo do prédio.	OTIS	6 / 630	4	60	1		R$ 600,00	R$ 600,00
5	Número de série M3282. Linha VW2. Casa de máquinas instalada no térreo do prédio.	OTIS	6 / 630	4	60	1		R$ 633,00	R$ 633,00
6	Número de série 63733. Linha PRF	ThyssenKrupp	6 / 450	4	45	1		R$ 600,00	R$ 600,00
7	Número de série OVM 1142786	Atlas Schinder	8/560	1	45	1		R$ 1.450,00	R$ 1.450,00
8	Plataforma Vertical	...	2 / 275	2	3	1		R$ 1.950,00	R$ 1.950,00
9	Plataforma Vertical	BLOTEK	2 / 325	2	3	1		R$ 1.950,00	R$ 1.950,00
10	Número de série 182079. Plataforma Vertical	TKE	2 / 275	2	6	1		R$ 1.950,33	R$ 1.950,33
Valor total da Proposta R$ 10.783,33 (Dez mil setecentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos)									R$ 10.783,33
Valor Total Anual da Proposta R$ 129.400,00 (Cento e vinte e nove mil e quatrocentos reais)									R$ 129.400,00

A **Módulo Consultoria e Gerência Predial Ltda**, declara que concorda com todas as especificações do Edital.

1. Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias, a conta da data de sua apresentação.
2. Prazo de entrega/disponibilização dos serviços: não podendo ser superior a 90 (noventa) dias corridos, contados da assinatura do Contrato e

SAAN Quadra 2 Nº 980
Brasília/DF - Brasil
CEP : 70.632-200
+ 55 (61) 3363-4200
www.orona.com.br
www.orona-group.com

da Ordem de Serviço.

3. Dados Bancários:

Banco :	Banco do Brasil S/A:
Agência:	3382
Conta Corrente:	118.170-X

4. Contato para fins de faturamento:

Nome: Matheus Rangel de Sá

CPF: 054.681.827-77 Cargo/Função: Diretor Comercial

RG: 5736165 Órgão Expedido: SSP/GO

Naturalidade: Rio de Janeiro Nacionalidade: Brasileira

5. Dados dos 03 (três) principais integrantes do quadro societário da licitante, assim compreendiados aqueles que detenham maior parcela das cotas societárias ou o poder de gestão da sociedade:

Nome: AMG Participações S.A.

CNPJ: 13.051.600/0001-20

Declarações:

1. Cumpro plenamente os requisitos de credenciamento e habilitação, inclusive o estabelecido no subitem 5.6., para os devidos fins elencados no art. 9.º, e seus incisos, da Lei n.º 8.666/93, e quanto ao fato de que não possuo sócios, diretores ou gerentes, que sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou de servidores ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento no âmbito do Ministério Público do Estado do Amazonas e de sua CPL;

2. Que recebi o edital e todos os documentos que o integram, dispondo de todos os elementos e informações necessários à elaboração da proposta de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação;

SAAN Quadra 2 Nº 980
Brasília/DF - Brasil
CEP : 70.632-200
+ 55 (61) 3363-4200
www.orona.com.br
www.orona-group.com

3. Que os documentos e declarações apresentados são fiéis e verdadeiros;

4. Que, caso seja vencedor do certame e não cadastrado no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE da SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ-AM, encaminhará a CONTRATANTE os documentos necessários para efetuar o referido cadastramento no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da adjudicação, sob pena de perder odireito de preferência à contratação em favor dos demais licitantes subsequentes, sem prejuízo da possibilidadede responder a procedimento apuratório por eventual retardamento da licitação;

5. Que manterei preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representação administrativa na execução do contrato e que no prazo máximo de 10 (dez) dias da assinatura do instrumento, informarei o nome,telefone, endereços e outros meios de comunicação entre a CONTRATANTE e o preposto responsável pela execução do contrato;

6. O preço inclui além do lucro, todos os custos e despesas, com tributos incidentes e encargos devidos, materiais, serviços, transporte, bem como quaisquer outras despesas diretas e indiretas incidentes na prestação de serviços;

Brasília - DF, 24 de março de 2023.



Módulo Consultoria e Gerência Predial Ltda.
CNPJ N.º 05.926.726/0001-73
Matheus Rangel de Sá
RG n.º 5736165 – SSP/GO
Representante Legal

SAAN Quadra 2 Nº 980
Brasília/DF - Brasil
CEP : 70.632-200
+ 55 (61) 3363-4200
www.orona.com.br
www.orona-group.com

Ao
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança
CEP 69037-473
Manaus - AM

Pregão Eletrônico nº 4.014/2023-CPL/MP/PGJ
Processo SEI nº 2022.017753

DECLARAÇÃO 3.3

Módulo Consultoria e Gerência Predial Ltda, inscrito no CNPJ nº 05.926.726/0001-73, por intermédio de seu representante legal o Sr. Matheus Rangel de Sá, portador da Carteira de Identidade nº 5736165 SSP/GO e do CPF nº 054.681.827-77, DECLARA, que, sendo vencedora da Licitação, em até 5 (cinco) dias úteis, após a celebração do Contrato, providenciará, junto ao CREA/AM, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART (art. 1º da Lei 6496/1977), e encaminhará à contratante uma cópia autenticada da documentação que comprove o registro.

Brasília - DF, 24 de março de 2023.

Módulo Eng. Cons. e Ger. Predial
Matheus Rangel de Sá
Diretor de Vendas Novas
Representante Legal

Módulo Consultoria e Gerência Predial Ltda.
CNPJ N.º 05.926.726/0001-73
Matheus Rangel de Sá
RG n.º 5736165 – SSP/GO
Representante Legal

Orona
SAAN Quadra 2 Nº 980
Brasília/DF - Brasil
CEP : 70.632-200
+ 55 (61) 3363-4200
www.orona.com.br
www.orona-group.com

Ao
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança
CEP 69037-473
Manaus - AM

Pregão Eletrônico nº 4.014/2023-CPL/MP/PGJ
Processo SEI nº 2022.017753

DECLARAÇÃO 3.4

Módulo Consultoria e Gerência Predial Ltda, inscrito no CNPJ nº 05.926.726/0001-73, por intermédio de seu representante legal o Sr. Matheus Rangel de Sá, portador da Carteira de Identidade nº 5736165 SSP/GO e do CPF nº 054.681.827-77, DECLARA, que apresentará, no ato da assinatura do contrato, os documentos que indiquem as instalações, o aparelhamento e o pessoal técnico, adequados, suficientes e disponíveis para a realização do objeto do Contrato, bem como disponibilizará a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

Brasília - DF, 24 de março de 2023.

Módulo Eng. Cons. e Ger. Predial
Matheus Rangel de Sá
Diretor de Vendas Novas
Representante Legal

Módulo Consultoria e Gerência Predial Ltda.
CNPJ N.º 05.926.726/0001-73
Matheus Rangel de Sá
RG n.º 5736165 – SSP/GO
Representante Legal

Orona
SAAN Quadra 2 Nº 980
Brasília/DF - Brasil
CEP : 70.632-200
+ 55 (61) 3363-4200
www.orona.com.br
www.orona-group.com

Ao
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança
CEP 69037-473
Manaus - AM

Pregão Eletrônico nº 4.014/2023-CPL/MP/PGJ
Processo SEI nº 2022.017753

DECLARAÇÃO 3.4

Módulo Consultoria e Gerência Predial Ltda, inscrito no CNPJ nº 05.926.726/0001-73, por intermédio de seu representante legal o Sr. Matheus Rangel de Sá, portador da Carteira de Identidade nº 5736165 SSP/GO e do CPF nº 054.681.827-77, DECLARA, que, caso seja declarada vencedora da Licitação, manterá, em MANAUS -AM, sede, filial ou representação dotada de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, comprovando posteriormente, caso vencedora, esta condição.

Brasília - DF, 24 de março de 2023.

Módulo Eng. Cons. e Ger. Predial
Matheus Rangel de Sá
Diretor de Vendas Novas
Representante Legal

Módulo Consultoria e Gerência Predial Ltda.
CNPJ N.º 05.926.726/0001-73
Matheus Rangel de Sá
RG n.º 5736165 – SSP/GO
Representante Legal

Orona
SAAN Quadra 2 Nº 980
Brasília/DF - Brasil
CEP : 70.632-200
+ 55 (61) 3363-4200
www.orona.com.br
www.orona-group.com

Orona

AO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473
Manaus – AM

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ
Processo SEI n.º 2022.017753

ANEXO II

MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA ÀS INSTALAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS / PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Atestamos, para cumprimento do item 3.1.1.1 do Edital referente ao certame PE **N.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ**, que a empresa **MÓDULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA**, representada neste ato por seu representante credenciado, o Sr Bruno Held, portador(a) do documento de identidade nº CREA – SP 261183824-0, compareceu às dependências deste órgão e, acompanhado por servidor especialmente designado pelo Ministério Público do Estado do Amazonas / Procuradoria-Geral de Justiça, tomou conhecimento "in loco" dos locais, especificações, quantidades, estado geral dos equipamentos e condições de execução dos serviços, tendo pleno conhecimento do estado de uso e das condições físicas dos mesmos, conforme previsto no subitem 3.1.1 do Termo de Referência nº **Nº 2.2023.DEAC.0995724.2022.017753**

Manaus, AM, de de 2023.

Eluzone Souza Pontes 17/03/23
Responsável pelo Setor Solicitante
Servidor Designado

De acordo

Representante credenciado pela empresa licitante
Razão Social e CNPJ da Empresa

Observações:

O atestado de vistoria será emitido em papel timbrado da empresa licitante e assinado pela PGJ/AM. A verificação referida no item 3.1, e seus subitens, do Termo de Referência nº ___/___ será de inteira responsabilidade das licitantes.- Não serão admitidas quaisquer alegações de desconhecimento ou erro orçamentário por parte da futura contratada, quando da execução dos serviços propostos.

Orona
SAAN Quadra 2 Nº 980
Brasília/DF - Brasil
CEP : 70.632-200
+55 (61) 3363-4200
www.orona.com.br

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Certificado de Registro Cadastral - CRC

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **05.926.726/0001-73**

Razão Social: **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**

Atividade Econômica Principal:

4329-1/03 - INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES

Endereço:

SETOR SETOR DE ARMAZENAGEM E ABASTECIMENTO, QUADRA 02, 980 - PARTE B - SAAN - BRASÍLIA / Distrito Federal

Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.

Este certificado não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993.

SICAF CRC e Relatório de Credenciamento_ MODULO_ORONA (1009978) SEI 2022.017753 / pg. 328

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nª 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**05.926.726/0001-73**	DUNS®:	**914620091**
Razão Social:	**MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**		
Nome Fantasia:	**ORONA AMG ELEVADORES**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**12/03/2024**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**
Ocorrências Impeditivas indiretas:	**Nada Consta**
Vínculo com "Serviço Público":	**Nada Consta (Dados obtidos do histórico)**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**11/09/2023**
FGTS		Validade:	**07/04/2023**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**13/09/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital		Validade:	**15/06/2023**
Receita Municipal	(Isento)		

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

CPF: 760.245.632-72 Nome: SARAH MADALENA BARBOSA CORTES DE MELO
Ass: _____

SICAF CRC e Relatório de Credenciamento_ MODULO_ORONA (1009978) SEI 2022.017753 / pg. 329

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas

Dados do Fornecedor

CNPJ: **05.926.726/0001-73** DUNS®: **914620091**
Razão Social: **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**
Nome Fantasia: **ORONA AMG ELEVADORES**
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Ocorrência 1:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **170940 - COORD.-GERAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**
Data Aplicação: **31/10/2016**
Número do Processo: **00190031112201183** Número do Contrato: **14/2012**
Descrição/Justificativa: **Aplicação da penalidade de advertência, por descumprimento de obrigação prevista no item 7 da Cláusula Quarta do Contrato nª 14/2012, com amparo na alínea "a" da Cláusula Décima Quarta do mesmo contrato.**

Ocorrência 2:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **110176 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS**
Data Aplicação: **08/01/2007**
Número do Processo: **001900325300621**
Descrição/Justificativa: **APLICAçãO DE PENALIDADE DE ADVERTêNCIA, NOS TERMOS DO INCISO I DO ART. 87, DA LEI N. 8.666/1993, PELO DESCUMPRIMENTO PARCIAL DO CONTRATO N.17/2004, CUJO OBJETO é A PRESTAçãO DE SERVIçOS DE ASSISTêNCIA TéCNICA, OPERAçãO, MANUTENçãO PREVENTIVA E CORRETIVA EM 06 ELEVADORES DA MARCA KONE COM FORNECIMENTO DE TODA MãO DE OBRA E MATERIAIS NECESSáRIOS E DE PEçAS DE REPOSIçãO GENUINAMENTE ORIGINAIS E NOVAS.**

SICAF CRC e Relatório de Credenciamento_ MODULO_ORONA (1009978) SEI 2022.017753 / pg. 330

Ocorrência 3:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**110176 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS**
Data Aplicação:	**16/09/2009**
Número do Processo:	**001900383642008**
Descrição/Justificativa:	**APLICAçãO DA PENALIDADE DE ADVERTêNCIA, EM VIRTUDE DE DESCUMPRIMENTO DE CLáUSULA DO CONTRATO Nª 46/2008, CUJO OBJETO é PRESTAçãO DE SERVIçOS DE MODERNIZAçãO DE ELEVADORES, COM FULCRO NO ART. 87, INCISO I, DA LEI Nª 8.666/93.**

Ocorrência 4:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**110176 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS**
Data Aplicação:	**31/03/2009**
Número do Processo:	**001900383642008**
Descrição/Justificativa:	**APLICAçãO DA PENALIDADE DE ADVERTêNCIA DE ACORDO COM O INCISO I, DO ART. 87 DA LEI Nª 8.666/93, POR DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL FIRMADO PELO CONTRATO Nª 46/2008, QUE TEM POR OBJETO A PRESTAçãO DE SERVIçOS DE MODERNIZAçãO DE 5 ELEVADORES E A MANUTENçãO PREVENTIVA E CORRETIVA DE TODOS OS ELEVADORES DA CGU-PR.**

Ocorrência 5:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**110176 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS**
Data Aplicação:	**26/04/2010**
Número do Processo:	**001900383642008**
Descrição/Justificativa:	**APLICAçãO DA PENALIDADE DE ADVERTêNCIA, TENDO EM VISTA O DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAçõES PREVISTAS NAS CLáUSULA QUARTA E QUINTA DO CONTRATO Nª 46/2008, CUJO OBJETO é A PRESTAçãO DE SERVIçOS DE MODERNIZAçãO E MANUTENçãO PREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES, COM FULCRO NO ARTIGO 87,I, DA LEI Nª 8.666/93.**

Ocorrência 6:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**110176 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS**
Data Aplicação:	**30/06/2009**
Número do Processo:	**001900383642008**
Descrição/Justificativa:	**APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA POR DESCUMPRIMENTO PACIAL DO CONTRATO Nª 46/2008, QUE TEM POR OBJETO A MODERNIZAÇÃO E A MANUTENÇÃO DE ELEVADORES.**

SICAF CRC e Relatório de Credenciamento_ MODULO_ORONA (1009978) SEI 2022.017753 / pg. 331

Ocorrência 7:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**110176 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS**
Data Aplicação:	**04/12/2006**
Número do Processo:	**001900503750462**
Descrição/Justificativa:	**APLICAçãO DE PENALIDADE DE ADVERTêNCIA, NOS TERMOS DO INCISO I DO ART. 87, DA LEI N. 8.666/1993, PELO DESCUMPRIMENTO PARCIAL DO CONTRATO N.17/2004, CUJO OBJETO é A PRESTAçãO DE SERVIçOS DE ASSISTêNCIA TéCNICA, OPERAçãO, MANUTENçãO PREVENTIVA E CORRETIVA EM 06 ELEVADORES DA MARCA KONE, COM FORNECIMENTO DE TODA A MãO DE OBRA E MATERIAIS NECESSáRIOSE DE PEçAS DE REPOSIçãO GENUINAMENTE ORIGINAIS E NOVAS.**

Ocorrência 8:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**370003 - COORD. GERAL, DE LIC. CONT. E DOC/DGI/SE/CGU**
Data Aplicação:	**02/12/2021**
Número do Processo:	**00190108250202130** Número do Contrato: **19/2021**
Descrição/Justificativa:	**Descumprimento dos itens 6.4, 7.1.21, 7.1.22, 10.1, 10.29, 10.32, 10.33, 10.38, 10.42, 10.58 e 10.61 do Termo de Referência.**

Ocorrência 9:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**110120 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO DA ABIN/GSI/PR**
Data Aplicação:	**20/03/2015**
Número do Processo:	**01180000861/2012** Número do Contrato: **548/2012/DAL/SPOA/ABIN**
Descrição/Justificativa:	**Descumprimento parcial na execução do contrato, tendo em vista a falta de implantação do sistema de monitoramento dos elevadores instalados na Agência Brasileira de Inteligência.**

SICAF CRC e Relatório de Credenciamento_ MODULO_ORONA (1009978) SEI 2022.017753 / pg. 332

Ocorrência 10:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**

UASG Sancionadora: **110245 - FUNDO DE IMPRENSA NACIONAL/EXEC.ORC.FINANC.**

Data Aplicação: **08/10/2012**

Número do Processo: **034001928/2012-66** Número do Contrato: **22/2009**

Descrição/Justificativa: **FOI APLICADA A EMPRESA MÓDULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA, INCRITA NO CNPJ SOB O Nª 05.926.726/0001-73, A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA, EM VIRTUDE DE DESCUMPRIMENTO DO PRAZO DE ATENDIMENTO DA OBRIGAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 5 DO INCISO I DA CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES DO CONTRATO IN Nª 22/2009, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ACOSTADA AO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nª 00034.001928/2012-66.**

Ocorrência 11:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**

UASG Sancionadora: **200009 - MINISTERIO PUBLICO DO DF E TERRITORIOS**

Data Aplicação: **28/01/2010**

Número do Processo: **081901209240856**

Descrição/Justificativa: **O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS - MPDFT, ADOTANDO O PARECER Nª 670/2009-CONJUR/DG, APLICOU À EMPRESA MÓDULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA, PELA INOBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO 7ª DA CLÁUSULA 1º DO CONTRATO Nª 034/DG/MPDFT/2008, ASSIM COMO O ITEM 1 DA CLÁUSULA 3º, COM ESPEQUE NO INCISO I DO 2ª DA CLÁUSULA 8º DO INSTRUMENTO CONTRATUAL C/C ARTIGO 87, I, DA LEI 8666/93.**

Ocorrência 12:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**

UASG Sancionadora: **200009 - MINISTERIO PUBLICO DO DF E TERRITORIOS**

Data Aplicação: **28/09/2011**

Número do Processo: **08190191613/11-21**

Descrição/Justificativa: **O MPDFT, DE ACORDO COM O PARECER Nª 606/2011 – CONJUR/DG, APLICOU A PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA EM DESFAVOR DA EMPRESA MÓDULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA., COM FUNDAMENTO NA CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, PARÁGRAFO SEGUNDO, INCISO I, COMBINADO COM O ARTIGO 87, I, DA LEI N 8.666/93, TENDO EM VISTA O DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES PREVISTAS NAS CLÁUSULAS PRIMEIRA E TERCEIRA DO CONTRATO N 034/DG/MPDFT/2008.**

Ocorrência 13:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**80020 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18A.REG/GO**
Data Aplicação:	**11/02/2020**
Número do Processo:	**1145/2020** Número do Contrato: **71/2018**
Descrição/Justificativa:	**advertência com fundamento no art. 87, inciso I, da Lei nª 8.666/93 e item 13.2.1 do Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nª 058/2018.**

Ocorrência 14:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**70023 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS**
Data Aplicação:	**17/09/2014**
Número do Processo:	**26985-2013** Número do Contrato: **57/2010**
Descrição/Justificativa:	**À vista das manifestações emitidas pela Seção de Contratos e pela Secretaria de Administração e Orçamento, bem como diante da jurisprudência da Corte de Contas da União, mormente por restar configurado nos autos que houve descumprimento contratual, aplico, com fulcro no art. 9ª, da Portaria TRE-GO n. 808/2009, a sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei nª 8.666/93, cumulada com multa compensatória de 7% sobre o valor total do pacto (Terceiro Termo Aditivo - valor total de R$ 12.433,08), prevista na Cláusula Décima Sexta, Inciso II, do contrato TRE-GO nª 57/2010.**

Ocorrência 15:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**80020 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18A.REG/GO**
Data Aplicação:	**24/03/2020**
Número do Processo:	**3371/2020** Número do Contrato: **71/2018**
Descrição/Justificativa:	**Penalidade de advertência, com fundamento no item 13.2.1, do tópico "Sanções Administrativas" do Anexo I do Pregão Eletrônico nª 58/2018.**

Ocorrência 16:

Tipo Ocorrência:	**Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora:	**320004 - MME-CGC-COORD.GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS/DF**
Data Aplicação:	**08/02/2018**
Número do Processo:	**48000000501201345** Número do Contrato: **24/2013-MME**
Descrição/Justificativa:	**Descumprimento das obrigações contratuais estabelecidas na alínea "a" da Cláusula Quarta do Contrato nª 24/2013-MME.** **(ausência do profissional no Posto de Engenheiro por quatro meses consecutivos - agosto a novembro/2017).**

SICAF CRC e Relatório de Credenciamento_ MODULO_ORONA (1009978) SEI 2022.017753 / pg. 334

Ocorrência 17:

Tipo Ocorrência: **Advertência - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. I**
UASG Sancionadora: **70023 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS**
Data Aplicação: **09/09/2014**
Número do Processo: **719552013** Número do Contrato: **572010**
Descrição/Justificativa: **Destarte, à vista das manifestações emitidas pela Seção de Contratos e pela Secretaria de Administração e Orçamento, bem como diante da jurisprudência da Corte de Contas da União, mormente por restar configurado nos autos que houve descrumprimento contratual, aplico, com fulcro no artigo 9 da Portaria nª 808/2009, a sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei 8.666/93, cumulada com multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor total do pacto (alterado para R$ 12.433,08, conforme Terceiro Termo Aditivo), até o limite de 5%, prevista na Cláusula Décima Primeira, §5 , do Contrato TRE/GO nª 57/2010.**

Ocorrência 18:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **110120 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO DA ABIN/GSI/PR**
Data Aplicação: **03/12/2015** Valor da Multa: **R$ 8.571,91**
Número do Processo: **00091001628/2015** Número do Contrato: **548/2012/DAL/SPOA/ABIN**
Descrição/Justificativa: **Descumprimento do subitem 6.1.1 do contrato, referente ao Pregão Eletrônico nª 105/2012.**

Ocorrência 19:

Tipo Ocorrência: **Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo: **Inexecução total ou parcial do contrato**
UASG Sancionadora: **170940 - COORD.-GERAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**
Data Aplicação: **31/10/2016** Valor da Multa: **R$ 1.976,12**
Número do Processo: **00190031112201183** Número do Contrato: **14/2016**
Descrição/Justificativa: **Aplicação da penalidade de multa, por descumprimento de obrigação prevista no item 7 da Cláusula Quarta do Contrato nª 14/2012, com amparo na alínea "c" da Cláusula Décima Quarta do mesmo contrato.**

SICAF CRC e Relatório de Credenciamento_ MODULO_ORONA (1009978) SEI 2022.017753 / pg. 335

Ocorrência 20:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo:	**Outros**
UASG Sancionadora:	**110176 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS**
Data Aplicação:	**08/01/2007**
Número do Processo:	**001900325300621**
Descrição/Justificativa:	**APLICAçãO DE PENALIDADE DE MULTA, NO VALOR DE R$ 47,00 (QUARENTA E SETE REAIS), NOS TERMOS DO INCISO II DO ART. 87, DA LEI N. 8.666/1993, PELO DESCUMPRIMENTO PARCIAL DO CONTRATO N. 17/2004, CUJO OBJETO é A PRESTAçãO DE SERVIçOS DE ASSISTêNCIA TéCNICA, OPERAçãO, MANUTENçãO PREVENTIVA E CORRETIVA DE 06 ELEVADORES DA MARCA KONE, COM FORNECIMENTO DE TODA A MãO DE OBRA E MATERIAIS NECESSáRIOS E DE PEçAS DE REPOSIçãO GENUINAMENTE ORIGINAIS E NOVAS.**

Ocorrência 21:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo:	**Outros**
UASG Sancionadora:	**110176 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS**
Data Aplicação:	**16/09/2009**
Número do Processo:	**001900383642008**
Descrição/Justificativa:	**APLICAçãO DA PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 1.679,00, EM VIRTUDE DE DESCUMPRIMENTO DE CLáUSULA DO CONTRATO Nª 46/2008, CUJO OBJETO é A PRESTAçãO DE SERVIçOS DE MODERNIZAçãO DE ELEVADORES, COM FULCO NO ART.87, INCISO II, DA LEI Nª 8.666/93.**

Ocorrência 22:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo:	**Outros**
UASG Sancionadora:	**110176 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS**
Data Aplicação:	**26/04/2010**
Número do Processo:	**001900383642008**
Descrição/Justificativa:	**APLICAçãO DA PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 1.679,00 (UM MIL, SEISCENTOS E SETENTA E NOVE REAIS), TENDO EM VISTA O DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAçõES PREVISTAS NAS CLáUSULAS QUARTA E QUINTA DO CONTRATO Nª 46/2008, CUJO OBJETO é A PRESTAçãO DE SERVIçOS DE MODERNIZAçãO E MANUTENçãOPREVENTIVA E CORRETIVA DE ELEVADORES, COM FULCRO NO ARTIGO 87, II, DALEI Nª 8.666/93.**

SICAF CRC e Relatório de Credenciamento_ MODULO_ORONA (1009978) SEI 2022.017753 / pg. 336

Ocorrência 23:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo:	**Outros**
UASG Sancionadora:	**110176 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS**
Data Aplicação:	**30/06/2009**
Número do Processo:	**001900383642008**
Descrição/Justificativa:	**APLICAÇÃO DE MULTA NO VALOR DE 11.954,87 (ONZE MIL REAIS, NOVECENTOS E CINQÜENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS) POR DESCUMPRIMENTO PARCIAL DO CONTRATO Nª46/2008, QUE TEM POR OBJETO A MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ELEVADORES.**

Ocorrência 24:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo:	**Outros**
UASG Sancionadora:	**110176 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS**
Data Aplicação:	**17/05/2010**
Número do Processo:	**001900383642008**
Descrição/Justificativa:	**A CONTROLADORIA-GERAL DA UNIãO RESOLVE APLICAR à EMPRESA MóDULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERêNCIA PREDIAL LTDA, CNPJ Nª 05926726000173, A PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 1.679,00 (MIL, SEISCENTOS E SETENTAE NOVE REAIS), COM BASE NO ART. 87, II, DA LEI Nª 8.666/93. A PENALIDADE é RESULTADO DE DESCUMPRIMENTO DOS PRAZOS PARA CUMPRIMENTO DOS CHAMADOS TéCNICOS DE MANUTENçãO ESTABELECIDOS NO CONTRATO Nª 46/2008.**

Ocorrência 25:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo:	**Outros**
UASG Sancionadora:	**110176 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS**
Data Aplicação:	**04/12/2006**
Número do Processo:	**001900503750462**
Descrição/Justificativa:	**APLICAÇÃO DE PENALIDADE DE NULTA, NO VALOR DE R$ 47,00 (QUARENTA E SETE REAIS), NOS TERMOS DO INCISO II DO ART. 87, DA LEI N. 8.666/1993, PELO DESCUMPRIMENTO PARCIAL DO CONTRATO N. 17/2004, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA D6 06 ELEVADORES DA MARCA KONE, COM FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS E DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO GENUINAMENTE ORIGINAIS E NOVAS.**

SICAF CRC e Relatório de Credenciamento_ MODULO_ORONA (1009978) SEI 2022.017753 / pg. 337

Relatório de Ocorrências Ativas

Ocorrência 26:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**370003 - COORD. GERAL, DE LIC. CONT. E DOC/DGI/SE/CGU**		
Data Aplicação:	**19/07/2017**	Valor da Multa:	**R$ 1.103,69**
Número do Processo:	**00190100621201759**	Número do Contrato:	**14/2012**
Descrição/Justificativa:	**Multa aplicada por descumprimento de obrigações previstas nos itens 6 e 50 da Cláusula Quarta do Contrato, com respaldo na alínea "c" da Cláusula Décima Quarta.**		

Ocorrência 27:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**110120 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO DA ABIN/GSI/PR**		
Data Aplicação:	**20/03/2015**	Valor da Multa:	**R$ 27.075,00**
Número do Processo:	**01180000861/2012**	Número do Contrato:	**548/2012/DAL/SPOA/ABIN**
Descrição/Justificativa:	**Descumprimento parcial na execução do contrato, tendo em vista a falta de implantação do sistema de monitoramento dos elevadores instalados na Agência Brasileira de Inteligência.**		

Ocorrência 28:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**
Motivo:	**Outros**
UASG Sancionadora:	**364102 - CNPQ - ADMINISTRACAO CENTRAL**
Data Aplicação:	**12/12/2008**
Número do Processo:	**01300.000167/07**
Descrição/Justificativa:	**O CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTIFICO E TECNOLóGICO-CNPQAPLICOU A PENALIDADE DE MULTA à EMPRESA MóDULO ENGENHARIA LTDA, NO VA-LOR DE R$ 5.270,00 , PREVISTA NA ALíNEA "C" ITEM 12.2 DO TERMO DE REFERêNCIA ANEXO I, DO EDITAL DO PREGãO ELETRôNICO Nª 037/06, CORRESPONDENTE A 2% DO VALOR DO CONTRATO, EM RAZãO DE DESCUMPRIMENTO CONTRATUALCONFORME MOTIVOS INSERTOS NOS AUTOS.**

Ocorrência 29:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**200140 - DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO - DF**		
Data Aplicação:	**02/10/2015**	Valor da Multa:	**R$ 4.910,00**
Número do Processo:	**08038007877201509**	Número do Contrato:	**80/2010**
Descrição/Justificativa:	**Conforme Despacho SGE DPGU (1020791/SEI), em razão de não prestar o serviço de manutenção preventiva e corretiva de elevador com fornecimento de materiais e peças a ser executado nas dependências da Defensoria Pública da União em São Paulo/SP.**		

Ocorrência 30:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**50001 - STJ _ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**		
Data Aplicação:	**14/12/2015**	Valor da Multa:	**R$ 70,90**
Número do Processo:	**12205/2015**	Número do Contrato:	**12/2011**
Descrição/Justificativa:	**devido ao atraso no conserto e fornecimento das "escovas de coletor do elevador", nos termos do art. 86 da Lei nª 8.666/1993 e do item b.2.4 do item 10.3 da Cláusula Décima do Contrato STJ nª 12/2011**		

Ocorrência 31:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**80016 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10A.REGIAO**		
Data Aplicação:	**12/09/2016**	Valor da Multa:	**R$ 137.050,43**
Número do Processo:	**14.000007561-3**	Número do Contrato:	**192/2014**
Descrição/Justificativa:	**Multa moratória no valor de R$ 137.050,43, tendo em vista o atraso na entrega do objeto da NE nª 1867/2014, conforme item 20.1.2.1 do Edital do Pregão Eletrônico n 071/2014 e do art. 87, Inciso II, da Lei n. 8.666/93 e alterações.**		

Ocorrência 32:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**80020 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18A.REG/GO**		
Data Aplicação:	**09/10/2019**	Valor da Multa:	**R$ 250,96**
Número do Processo:	**14054/2019**	Número do Contrato:	**71/2018**
Descrição/Justificativa:	**multa no valor de R$ 250,96 (duzentos e cinquenta reais e noventa e seis centavos), correspondente a 2% do valor mensal da contratação, nos termos do previsto no subitem 13.2.2, item 14 da Tabela 2 c/c Tabela 1, do Termo de Referência dos Pregões Eletrônicos nª 058/2019 e 069/2018.**		

Ocorrência 33:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**80020 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18A.REG/GO**		
Data Aplicação:	**28/01/2020**	Valor da Multa:	**R$ 129,60**
Número do Processo:	**20101/2019**	Número do Contrato:	**71/2018**
Descrição/Justificativa:	**Multa no percentual de 1% do valor mensal da contratação, correspondente a R$129,60, nos termos do item 12 da tabela 2, subitem 13.2.2 do Anexo I do Pregão Eletrônico nª 58/2018, c/c o artigo 87, II, da Lei nª 8.666/1993.**		

SICAF CRC e Relatório de Credenciamento_ MODULO_ORONA (1009978) SEI 2022.017753 / pg. 339

Ocorrência 34:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**70023 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS**		
Data Aplicação:	**17/09/2014**	Valor da Multa:	**R$ 870,32**
Número do Processo:	**26985/2013**	Número do Contrato:	**57-2010**
Descrição/Justificativa:	**À vista das manifestações emitidas pela Seção de Contratos e pela Secretaria de Administração e Orçamento, bem como diante da jurisprudência da Corte de Contas da União, mormente por restar configurado nos autos que houve descumprimento contratual, aplico, com fulcro no art. 9ª, da Portaria TRE-GO n. 808/2009, a sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei nª 8.666/93, cumulada com multa compensatória de 7% sobre o valor total do pacto (Terceiro Termo Aditivo - valor total de R$ 12.433,08), prevista na Cláusula Décima Sexta, Inciso II, do contrato TRE-GO nª 57/2010.**		

Ocorrência 35:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**510760 - GERÊNCIA EXECUTIVA NATAL/RN**		
Data Aplicação:	**07/01/2015**	Valor da Multa:	**R$ 282,60**
Número do Processo:	**35232000188201370**	Número do Contrato:	**07/2013**
Descrição/Justificativa:	**Ineficiência na execução do contrato.**		

Ocorrência 36:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**80020 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 18A.REG/GO**		
Data Aplicação:	**22/09/2022**	Valor da Multa:	**R$ 114,68**
Número do Processo:	**4832/2022**	Número do Contrato:	**42/2020**
Descrição/Justificativa:	**e multa no valor total de R$114,68 (cento e quatorze reais e sessenta e oito centavos), com fundamento no artigo 87, II, da Lei nª 8.666/93 e nos termos doo item 13.2.2 da tabela 2 do Pregão Eletrônico nª 47/2020.**		

Ocorrência 37:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**323028 - AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - DF**		
Data Aplicação:	**18/09/2007**		
Número do Processo:	**485000068472005**		
Descrição/Justificativa:	**APLICADA MULTA NO VALOR DE R$ 4.897,88 (QUATRO MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS), POR INEXECUçãO PARCIAL DOCONTRATO N.108/2005, DETERMINADA PELA DECISãO N. 010/2006-SLC/ANEEL ERATIFICADA PELO DESPACHO N. 2.737/2007, PUBLICADO NO DOU EM 04/09/2007.**		

SICAF CRC e Relatório de Credenciamento_ MODULO_ORONA (1009978) SEI 2022.017753 / pg. 340

Ocorrência 38:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**393003 - DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES**		
Data Aplicação:	**22/09/2011**	Valor da Multa:	**R$ 9.860,40**
Número do Processo:	**50600002605200991**	Número do Contrato:	**869/2009**
Descrição/Justificativa:	**Descumprimento dos subitens 2.2, 2.6 e 2.21 da Cláusula Segunda do Contrato n 869/2009, fundamentada no Subitem 12.1.3 da Cláusula Décima Segunda do contrato acima citado e no inciso II do artigo 87 da Lei 8.666/93**		

Ocorrência 39:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Outros**		
UASG Sancionadora:	**393003 - DEPTO. NAC. DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES**		
Data Aplicação:	**27/04/2009**		
Número do Processo:	**506001883200688**		
Descrição/Justificativa:	**EM RAZÃO DO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS, AMPARADO PELOSARTIGOS 86 E 87 DA LEI 8.666/93, FICA APLICADA A PENALIDADE DE MULTANO VALOR DE R$ 52.530,00 CORRESPONDENTE A 3% DO VALOR TOTAL DO EMPENHONª 2006NE903600.**		

Ocorrência 40:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**70023 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIAS**		
Data Aplicação:	**09/09/2014**	Valor da Multa:	**R$ 621,65**
Número do Processo:	**719552013**	Número do Contrato:	**572013**
Descrição/Justificativa:	**A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarreta aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato por dia atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).**		

Ocorrência 41:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**125202 - AEROPORTO DE DE BELÉM/SBBE**		
Data Aplicação:	**28/08/2015**	Valor da Multa:	**R$ 1.805,68**
Número do Processo:	**AA121/BEMN/2015**	Número do Contrato:	**0037-ML/2013/0004**
Descrição/Justificativa:	**Descumprimento de clausula 7.1.6 do Termo de Contrato.**		

SICAF CRC e Relatório de Credenciamento_ MODULO_ORONA (1009978) SEI 2022.017753 / pg. 341

Ocorrência 42:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**125202 - AEROPORTO DE DE BELÉM/SBBE**		
Data Aplicação:	**29/09/2015**	Valor da Multa:	**R$ 1.805,68**
Número do Processo:	**AA 133/BEMN/2015**	Número do Contrato:	**TC0037-ML/2013/0004**
Descrição/Justificativa:	**Descumprimento contratual dos Itens 7.1.6 do termo de Contrato. Aplicação da penalidade de Multa de 10% sobre o valor mensal.**		

Ocorrência 43:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**125200 - CENTRO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO DE BELEM**		
Data Aplicação:	**07/01/2015**	Valor da Multa:	**R$ 1.263,97**
Número do Processo:	**AA18/GCNO/2015**	Número do Contrato:	**0037-ML/2013/0004**
Descrição/Justificativa:	**Descumprimento da cláusula 3, item 3.1, subitens 3.1.3.2 e 3.6 do Termo de Contrato.**		

Ocorrência 44:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**125200 - CENTRO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO DE BELEM**		
Data Aplicação:	**20/01/2015**	Valor da Multa:	**R$ 4.333,64**
Número do Processo:	**AA54/GCNO/2015**	Número do Contrato:	**0037-ML/2013/0004**
Descrição/Justificativa:	**DESCUMPRIMENTO DO ITEM 7.1.6 E 7.1.32 DO TERMO DE CONTRATO, E ADENDO 2 DO TERMO DE REFERÊNCIA.**		

Ocorrência 45:

Tipo Ocorrência:	**Multa - Lei nª 8666/93, art. 87, inc. II**		
Motivo:	**Inexecução total ou parcial do contrato**		
UASG Sancionadora:	**80002 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 11A.REGIAO**		
Data Aplicação:	**16/02/2018**	Valor da Multa:	**R$ 27.883,94**
Número do Processo:	**MA-495A/2016**	Número do Contrato:	**24/2017/TRT11/DLC.SC**
Descrição/Justificativa:	**Multa de R$ 27.883,94 equivalente a 30% do valor anual do contrato, com fulcro na cláusula 16, item 16.4 do Contrato Administrativo n. 24/2017/TRT11/DLC.SC e no art. 87, II e §1ª, da Lei 8.666/93.**		

SICAF CRC e Relatório de Credenciamento_ MODULO_ORONA (1009978) SEI 2022.017753 / pg. 342

Ocorrência 46:

Tipo Ocorrência: **Legado**

UASG Sancionadora: **110176 - COORDENACAO-GERAL DE RECURSOS LOGISTICOS**

Número do Processo: **190038364200838**

Descrição/Justificativa: **A COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS DA CGU,TORNA SEM EFEITO APENALIDADE DE MULTA NO VARLOR DE R$ 11.954,87(ONZE MIL, NOVECENTOS ECINQUENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS), APLICADA EM30/06/2009 À EMPRESA MÓDULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIALLTDA., TENDO EM VISTA O RECURSO IMPETRADO PELA EMPRESA, QUE REDUZIU OVALOR DA MULTA PARA R$ 1.679,00 (HUM MIL, SEISCENTOS E SETENTA E NOVEREAIS), REGISTRADA NO SICAF EM 05/07/2009 E GLOSADA NA FATURA Nª 3058,PAGA PARA EMPRESA EM 14/10/2009, CONFORME FLS. 390, 396 E 883 A 886 DOPROCESSO Nª 00190.038364/2008-38.**

Ocorrência 47:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**

UASG Sancionadora: **110001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

Impeditiva: **Não**

Prazo Inicial: **20/04/2022**

Data Aplicação: **20/04/2022**

Número do Processo: **00059001722202149** Número do Contrato: **CT 22/2018**

Descrição/Justificativa: **Multa no valor R$ 728,72 (setecentos e vinte e oito reais e setenta e dois centavos), correspondente a 0,6% do valor atualizado do Contrato nª 22/2018, a razão de 0,2% ao dia, pelos 3 (três) dias de atraso na execução do serviço, com fundamento no subitem 10.2.2.1 da Cláusula Décima do aludido instrumento.**

Ocorrência 48:

Tipo Ocorrência: **Multa Art. 86 da Lei 8.666/93.**

UASG Sancionadora: **50001 - STJ _ SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA/DF**

Impeditiva: **Não**

Prazo Inicial: **18/10/2019**

Data Aplicação: **18/10/2019**

Número do Processo: **021175/2018** Número do Contrato: **1251/2018**

Descrição/Justificativa: **Atraso na entrega do objeto da nota de empenho nª 1251/2018**

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Credenciamento

Dados do Fornecedor

CNPJ: **05.926.726/0001-73** DUNS®: **914620091**
Razão Social: **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**
Nome Fantasia: **ORONA AMG ELEVADORES**
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **12/03/2024**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: **Demais**
Natureza Jurídica: **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA** MEI: **Não**
Capital Social: **R$ 17.969.113,00** Data de Abertura da Empresa: **29/09/2003**
CNAE Primário: **4329-1/03 - INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES**

CNAE Secundário 1: **4744-0/01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS**
CNAE Secundário 2: **7112-0/00 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

Dados para Contato

CEP: **70.632-200**
Endereço: **SETOR SETOR DE ARMAZENAGEM E ABASTECIMENTO, QUADRA 02,**
Município / UF: **BRASÍLIA / Distrito Federal**
Telefone: **(61) 30316347** Telefone: **(61) 30316348**
E-mail: **SDELATTRE@ORONA.COM.BR**

Dados do Responsável Legal

CPF: **238.533.508-52**
Nome: **LUIS BONILLA DE TORO**

SICAF CRC e Relatório de Credenciamento_ MODULO_ORONA (1009978) SEI 2022.017753 / pg. 344

Relatório de Credenciamento

Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF:	**238.533.508-52**
Nome:	**LUIS BONILLA DE TORO**
E-mail:	**sdelattre@orona.com.br**

SICAF CRC e Relatório de Credenciamento_ MODULO_ORONA (1009978) SEI 2022.017753 / pg. 345

Relatório de Credenciamento

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CNPJ: **13.051.600/0001-20** Participação Societária: **100,00%**
Nome: **AMG PARTICIPACOES S.A.**
Data Abertura Empresa: **27/12/2010**
CEP: **70.632-200**
Endereço: **SETOR DE ARMAZENAGEM E ABASTECIMENTO NORTE QUADRA 02,**
Município / UF: **BRASÍLIA / Distrito Federal**
Telefone: **(61) 33634200** Telefone: **(61) 30316343**
E-mail: **SDELATTRE@ORONA.COM.BR**

Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: **054.681.827-77**
Nome: **MATHEUS RANGEL DE SA**
Número do Documento: **5736165** Órgão Expedidor: **SSP GO**
Data de Expedição: **14/07/2016** Data de Nascimento: **09/12/1979**
Filiação Materna: **ROSAURA MOREIRA RANGEL DE SA**
Estado Civil: **Divorciado(a)**
CEP: **23.094-100**
Endereço: **RUA ALBERTO DE OLIVEIRA, 138 - SETOR SANTISSIMO**
Município / UF: **Rio de Janeiro / Rio de Janeiro**
Telefone: **(62) 92989594**
E-mail: **mrangel@orona.com.br**

Dados do Sócio/Administrador 3

CPF: **238.533.508-52**
Nome: **LUIS BONILLA DE TORO**
Número do Documento: **G2521925** Órgão Expedidor: **DIREX/DPF**
Data de Expedição: **08/08/2018** Data de Nascimento: **04/04/1985**
Filiação Materna: **SACRAMENTO DE TORO CASTILLO**
Estado Civil: **Solteiro(a)**
CEP: **71.215-800**
Endereço: **SETOR SGCV SUL, LT 27 - ZONA INDUSTRIAL GU**
Município / UF: **BRASÍLIA / Distrito Federal**
Telefone: **(61) 96342429**
E-mail: **sdelattre@orona.com.br**

SICAF CRC e Relatório de Credenciamento_ MODULO_ORONA (1009978) SEI 2022.017753 / pg. 346

Relatório de Credenciamento

Dados do Sócio/Administrador 4

CPF:	**709.723.981-63**		
Nome:	**JAVIER CRUZ PELEGRIN**		
Número do Documento:	**G295488J**	Órgão Expedidor:	**PF**
Data de Expedição:	**19/01/2021**	Data de Nascimento:	**21/08/1975**
Filiação Materna:	**CARMEN PELEGRIN LORENTE**		
Estado Civil:	**Solteiro(a)**		
CEP:	**71.215-800**		
Endereço:	**SETOR DE GARAGENS E CONCESSIONARIAS DE VEIC, S N - TORRE E**		
Município / UF:	**BRASÍLIA / Distrito Federal**		
Telefone:	**(61) 96486697**		
E-mail:	**sdelattre@orona.com.br**		

Linhas Fornecimento

Materiais

3960 - ELEVADORES E ESCADAS ROLANTES

Serviços

3557 - Instalação / Manutenção - Elevadores, Escadas Rolantes, Mon-ta - Cargas / Plataforma / Escadas

3638 - Manutenção / Reparo - Equipamento Elevação / MovimentaçãoCarga

5606 - Instalação / Manutenção Elétrica - Predial, Industrial

8869 - Manutenção de Carrossel Transportador de Bagagem

16691 - Inspeção e Avaliação de Manutenção - Elevador / Escada Rolante

SICAF CRC e Relatório de Credenciamento_ MODULO_ORONA (1009978) SEI 2022.017753 / pg. 347

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 125.2023.CPL.1009979.2022.017753

Manaus, 24 de março de 2023.

Ao Senhor

Paulo Augusto de Oliveira Lopes

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Assunto: Análise de Proposta - Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL *(manutenção preventiva e corretiva de elevadores)*

Senhor Chefe,

Cumprimentando-o cordialmente e, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ**, cujo objeto é a *contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses,* venho **EXPOR** e **SOLICITAR** o que segue:

1. Em análise preliminar dos registros cadastrais da empresa **ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA.**, **CNPJ Nº 22.787.852/0001-03**, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF,** a equipe de apoio deste certame constatou a ocorrência de "**Suspensão Temporária - Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III**".

2. Assim, ante a expressa vedação prevista no item 5.6.6 do instrumento convocatório, restou prejudicada a análise da Proposta de Preço nº 1007808.

3. Desta feita, homenageando os princípios da celeridade e eficiência, sobretudo com base nas informações prestadas pela Sra. Caroline Ellen Bezerra, *Chefe da Divisão de Contratos e Convênios - DCCON*, no Memorando Nº 347.2023.DCCON.1006861.2022.017753, **ENCAMINHO a Proposta de Preços nº** 1009976, apresentada pela empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES)** , CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, para análise e manifestação, com a maior brevidade possível.

Na ocasião, renovo protestos de consideração e apreço, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Sarah Madalena Barbosa Santos Côrtes

Pregoeira - Portaria n.º 204/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 24/03/2023, às 13:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1009979** e o código CRC **49D42C88**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 104.2023.DEAC.1012568.2022.017753

A Senhora

Sarah Madalena Barbosa Santos Côrtes

Pregoeira - Portaria n.º 204/2023/SUBADM

NESTE EDIFÍCIO

Assunto: Análise da Proposta e da Qualificação Técnica da Empresa **CESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA., CNPJ Nº 22.787.852/0001-03** (docs. N.º 1007808) referente ao **Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ** ***(Manutenção Preventiva e Corretiva Elevadores)***.

Senhora Pregoeira,

Cumprimentando-o cordialmente e, com relação a documentação ofertada pela Empresa **CESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA., CNPJ Nº 22.787.852/0001-03** (docs. N.º 1007808) referente ao **Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ**, cujo objeto é a *contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses*, conforme análise da documentação.

11. **DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**		
Item	Descrição	
11.1.	Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.	Critério de análise CPL
		A proposta atende

11.1.1.	A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme **Anexo V**, constando dela todas as informações descritas no referido modelo, essenciais à avaliação pelo Pregoeiro.	ao edital, Embora A proposta não tenha seguido o modelo do Anexo V as informações estão presente na proposta.
11.1.2.	A proposta e documentação será analisada por engenheiros da **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC** desta Instituição Ministerial, para fins de verificação do atendimento às características e exigências reclamadas no edital e anexos.	Proposta analisada.
11.2.	**Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 11.4. deste Edital:**	
11.2.1.	Não atendam às exigências do edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;	A proposta está clara, isenta de irregularidades e sem omissões.
11.2.2.	Apresentem preços finais (globais ou unitários) superiores ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, aplicando-se, por analogia, as disposições previstas no parágrafo primeiro do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93.	Os valores estão abaixo do levantado no Mapa de preços (doc. N.º 0979812);
11.2.2.1.	Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.	A proposta não apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
11.2.3.	No momento do preenchimento do campo de **"Descrição detalhada do objeto ofertado"** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.	Critério de análise da CPL;
11.3.	No que couber, se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, **no prazo de 1 (um) dia útil a contar da convocação pelo Pregoeiro.**	Critério de análise da CPL;
11.3.1.	Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;	Critério de análise da CPL;
11.4.	A existência de **erros materiais ou omissões** nas propostas de preços das participantes não ensejará sua desclassificação antecipada.	A proposta não apresenta erros materiais ou omissões;

11.4.1.	**Verificada a presença de <u>erros sanáveis</u>** na proposta de preços, o Pregoeiro, ou Administração, poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção apenas das falhas apontadas, mediante apresentação de nova oferta, com desconto nunca inferior a **0,01% (um centésimo percentual) do valor total de sua última proposta, limitado a 3 (três) oportunidades.**	A proposta não apresenta erros sanáveis;
11.5.	Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;	Critério de análise da CPL;
11.6.	O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**	Critério de análise da CPL;
11.6.1.	É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.	Critério de análise da CPL;
11.6.2.	Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.	Critério de análise da CPL;
11.7.	Se a melhor oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração da melhor proposta.	Critério de análise da CPL;
11.8.	Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.	Critério de análise da CPL;
11.9.	O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.	Critério de análise da CPL;
11.9.1.	Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.	Critério de análise da CPL;
11.9.2.	A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.	Critério de análise da CPL;
11.10.	Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.	Critério de análise da CPL;
11.11.	**A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta**	A empresa **não apresentou** essa declaração

	vinculam a Contratada.	declaração.
11.12.	Quando da proposta de preços não constar quaisquer declarações, prazos previstos, quer sejam os de garantia, validade dos produtos, validade da proposta ou de entrega, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.	Junto a proposta constam as declarações solicitados no edital, Exceto a declaração de que concorda com as especificações do edital.
11.13.	Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.	Critério de análise da CPL;
11.14.	Encerrada a análise e sendo aceitável a proposta, o pregoeiro admitirá a licitante à fase de habilitação, observado o disposto neste Edital.	Critério de análise da CPL;
11.15.	Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.	Critério de análise da CPL;
11.16.	Sendo aceitável a proposta, o pregoeiro efetuará consulta "on-line" ao **sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, para comprovar a regularidade do licitante.	Critério de análise da CPL;
11.16.1.	Nos casos em que a habilitação exigir documentos que não estejam contemplados no SICAF, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.	Critério de análise da CPL;
11.17.	Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor.	Critério de análise da CPL;

Com base na análise demostrada no quadro acima a proposta Empresa **CESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA., CNPJ Nº 22.787.852/0001-03** (docs. N.º 1007808) referente ao **Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ** ***(Manutenção Preventiva e Corretiva Elevadores)****, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e materiais de reposição necessários para execução dos serviços*, contudo para dar continuar o certame, faz-se necessário a empresa demostrar a exequibilidade dos preços junto a CPL uma vez que os deslocamentos no interior do Amazonas são onerosos.

Atenciosamente,

Eng. Paulo Augusto de Oliveira Lopes

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 28/03/2023, às 15:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 105.2023.DEAC.1012597.2022.017753

A Sua Excelência a Senhora
LÍLIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
NESTE

Assunto: Informa expiração da vigência do Contrato Administrativo nº 004/2018 - MP/PGJ.

Senhora Subprocuradora-Geral de Justiça,

Venho informar que o **Contrato Administrativo nº 004/2018 - MP/PGJ,** firmado entre o Ministério Público do Amazonas e a **empresa ELEVADORES BRASIL LTDA**, cujo objeto refere-se a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos elevadores dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, que teve a vigência expirada dia 19.03.2023, por determinação desta fiscalização foi feita vistoria e manutenção geral final proxima ao fim do contrato, ficando os serviços com garantia de 30 (trinta) dias conforme estabelece o Códico de Defesa do Consumidor - CDC, portanto até 13 de abril de 2023 eventuais problemas nos elevadores estariam coberto pela garantia de serviço.

Atenciosamente,

Eng. Paulo Augusto Lopes
Chefe DEAC

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC**, em 28/03/2023, às 16:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1012597** e o código CRC **518581F3**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 106.2023.DEAC.1012652.2022.017753

A Senhora

Sarah Madalena Barbosa Santos Côrtes

Pregoeira - Portaria n.º 204/2023/SUBADM

NESTE EDIFÍCIO

Assunto: Análise da Proposta e da Qualificação Técnica da Empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES)** , CNPJ Nº 05.926.726/0001-73 (docs. N.º 1009976) referente ao **Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ** ***(Manutenção Preventiva e Corretiva Elevadores)***.

Senhora Pregoeira,

Cumprimentando-o cordialmente e, com relação a documentação ofertada pela Empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES)** , CNPJ Nº 05.926.726/0001-73 (docs. N.º 1009976) referente ao **Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ**, cujo objeto é a *contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses*, conforme análise da documentação.

11. **DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA**		
Item	Descrição	
11.1.	Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.	Critério de análise CPL
11.1.1.	A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme **Anexo V**, constando dela todas as informações descritas no referido modelo, essenciais à avaliação	A proposta atende ao

	pelo Pregoeiro.	edital.
11.1.2.	A proposta e documentação será analisada por engenheiros da **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC** desta Instituição Ministerial, para fins de verificação do atendimento às características e exigências reclamadas no edital e anexos.	Proposta analisada.
11.2.	**Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 11.4. deste Edital:**	
11.2.1.	Não atendam às exigências do edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;	A proposta está clara, isenta de irregularidades e sem omissões.
11.2.2.	Apresentem preços finais (globais ou unitários) superiores ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, aplicando-se, por analogia, as disposições previstas no parágrafo primeiro do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93.	Os valores estão abaixo do levantado no Mapa de preços (doc. N.º 0979812);
11.2.2.1.	Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.	A proposta não apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
11.2.3.	No momento do preenchimento do campo de **"Descrição detalhada do objeto ofertado"** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.	Critério de análise da CPL;
11.3.	No que couber, se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, **no prazo de 1 (um) dia útil a contar da convocação pelo Pregoeiro.**	Critério de análise da CPL;
11.3.1.	Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;	Critério de análise da CPL;
11.4.	A existência de **erros materiais ou omissões** nas propostas de preços das participantes não ensejará sua desclassificação antecipada.	A proposta não apresenta erros materiais ou omissões;
	Verificada a presença de erros sanáveis na proposta de preços, o Pregoeiro, ou Administração, poderá realizar diligência junto à Licitante para a	A proposta não apresenta

11.4.1.	devida correção apenas das falhas apontadas, mediante apresentação de nova oferta, com desconto nunca inferior a **0,01% (um centésimo percentual) do valor total de sua última proposta, limitado a 3 (três) oportunidades.**	não apresenta erros sanáveis;
11.5.	Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;	Critério de análise da CPL;
11.6.	O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**	Critério de análise da CPL;
11.6.1.	É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.	Critério de análise da CPL;
11.6.2.	Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.	Critério de análise da CPL;
11.7.	Se a melhor oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração da melhor proposta.	Critério de análise da CPL;
11.8.	Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.	Critério de análise da CPL;
11.9.	O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.	Critério de análise da CPL;
11.9.1.	Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.	Critério de análise da CPL;
11.9.2.	A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.	Critério de análise da CPL;
11.10.	Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.	Critério de análise da CPL;
11.11.	**A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a**	Na proposta empresa apresentou esta

	Contratada.	esta declaração.
11.12.	Quando da proposta de preços não constar quaisquer declarações, prazos previstos, quer sejam os de garantia, validade dos produtos, validade da proposta ou de entrega, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.	Junto a proposta constam as declarações solicitados no edital.
11.13.	Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.	Critério de análise da CPL;
11.14.	Encerrada a análise e sendo aceitável a proposta, o pregoeiro admitirá a licitante à fase de habilitação, observado o disposto neste Edital.	Critério de análise da CPL;
11.15.	Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.	Critério de análise da CPL;
11.16.	Sendo aceitável a proposta, o pregoeiro efetuará consulta "on-line" ao **sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, para comprovar a regularidade do licitante.	Critério de análise da CPL;
11.16.1.	Nos casos em que a habilitação exigir documentos que não estejam contemplados no SICAF, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.	Critério de análise da CPL;
11.17.	Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor.	Critério de análise da CPL;

Com base na análise demostrada no quadro acima a proposta Empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES)** , CNPJ Nº 05.926.726/0001-73 (docs. N.º 1009976) referente ao **Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ** ***(Manutenção Preventiva e Corretiva Elevadores)****, com fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e materiais de reposição necessários para execução dos serviços*, este técnico declara que a proposta está apta para dar prosseguimento ao certame.

Atenciosamente,

Eng. Paulo Augusto de Oliveira Lopes

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto de Oliveira Lopes**, **Chefe da Divisão**

de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC, em 28/03/2023, às 17:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1012652** e o código CRC **85CD8E6C**.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 29/03/2023 10:32:12

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**
CNPJ: **05.926.726/0001-73**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

DESPACHO Nº 380.2023.01AJ-SUBADM.1013305.2022.017753

PROCESSO N° 2022.017753

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, FORNECIMENTO TOTAL DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE CONSUMO, E DEMAIS MATERIAIS DE REPOSIÇÃO NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NOS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE VERTICALES DOS PRÉDIOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, NO ESTADO DO AMAZONAS, POR UM PERÍODO DE 12 MESES.

INTERESSADA: DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC

Trata-se de procedimento administrativo deflagrado a partir do **MEMORANDO Nº 735.2022.DCCON** (0895651), da lavra da **Sra. Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios**, por meio do qual **informou acerca da expiração do Contrato Administrativo nº 004/2018 - MP/PGJ**, que não poderia mais ser prorrogado pois completará 60 (sessenta) meses de vigência na data de 19.03.2023, **e considerando a necessidade da continuidade na prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas**, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, encaminhou os autos ao Gestor/Fiscal do referido Contrato para adoção de providências cabíveis, caso fosse necessária a continuação da prestação dos serviços objeto do contrato.

Em seguida, a Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo, por meio do **MEMORANDO Nº 238.2022.DEAC** (0898665), encaminhou o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 23.2022.DEAC** (0898631) para análise e aprovação.

Após análise do referido documento, a Assessoria Jurídica, por meio do **PARECER Nº 120.2022.01AJ-SUBADM** (0900865), entendeu que todos os critérios exigíveis estavam presentes no referido documento, motivo pelo qual opinou pela aprovação do Termo de Referência, tendo sido acolhida a peça opinativa através do **DESPACHO Nº 596.2022.01AJ-SUBADM** (0900866).

Ressalta-se que, na data de 28/09/2022, a Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC chamou o processo à ordem a fim de juntar ao presente caderno processual o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 28.2022.DEAC** (0905588), uma vez que verificou a ausência do equipamento instalado na unidade da Paraíba - (prédio locado), conforme se verifica na **INFORMAÇÃO Nº 74.2022.DEAC** (0905575).

Ato contínuo, o Setor de Compras e Serviços - SCOMS, através do **MEMORANDO Nº 96.2023.SCOMS** (0979807), informou que realizou pesquisa de mercado via e-mail e telefone, consultando várias empresas fornecedoras, conforme registros de e-mail (0901976, 0902020, 0905231, 0905847, 0914432, 0935247 e 0974869). Dos potenciais fornecedores consultados nenhum encaminhou proposta válida durante o período da pesquisa, motivo pelo qual recorreu à plataforma on-line no Sistema Banco de Preços, através de acesso virtual no site <https://www.bancodepreços.com.br/>, onde fora realizada a pesquisa de preços utilizando a Média Saneada das Propostas Finais (TCU) para obtenção da média que serviu de base para a elaboração dos documentos abaixo e a produção do Relatório da Cotação - Banco de Preços (0979810). Por fim, informou que os valores propostos apenas pelas duas supracitadas empresas serviram de base para a elaboração do **MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS N.º 12.2023.SCOMS** (0979812) e do **QUADRO-RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA N.º 44.2023.SCOMS** (0979813), com valor total de **R$ 132.257,64 (cento e trinta e dois mil duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).**

Após, os autos foram encaminhados à Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF que, por meio da **NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS/ADJUDICAÇÃO -NAD Nº 73.2023.DOF - ORÇAMENTO** (0983250), informou acerca da disponibilidade financeira e encaminhou os autos à Comissão Permanente de Licitação - CPL.

Por sua vez, a Comissão Permanente de Licitação, através do **OFÍCIO Nº 74.2023.CPL** (0990656), entendeu que a contratação deveria ser formalizada obrigatoriamente por meio de termo de contrato, motivo pelo qual encaminhou o presente caderno processual à Divisão de Contratos e Convênios – DCCON para que fosse verificada a necessidade de confecção de Minuta de Contrato Administrativo ou Minuta de Termo de Garantia e Assistência Técnica.

Em seguida, a Divisão de Contratos e Convênios, por meio do **MEMORANDO Nº 239.2023.DCCON** (0991596), juntou ao processo em epígrafe a **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10.2023.DCCON** (0990747) e encaminhou os autos à CPL para prosseguimento do feito.

Por fim, a Comissão Permanente de Licitação - CPL, através do **DESPACHO Nº 20.2023.CPL** (0993841), realizou a juntada da **MINUTA DE EDITAL Nº 12.2023.CPL** (0990820), para realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA,** com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, para análise e aprovação desta SUBADM.

Após exame dos referidos documentos, considerando a presença dos requisitos exigíveis, a Assessoria Jurídica, por meio do **PARECER Nº 59.2023.01AJ-SUBADM** (0994244),

manifestou-se conclusivamente da seguinte maneira:

> **III. CONCLUSÃO**
>
> *Ex positis,* esta Assessoria Jurídica **OPINA** pela **APROVAÇÃO, COM RESSALVAS** , do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 28.2022.DEAC** (0905588), uma vez que fora verificada a existência de contradição no Detalhamento do Objeto (item 2), tendo em vista que os serviços eventualmente contratados deverão ser executados em **10 (DEZ) equipamentos instalados nos prédios da PGJ/AM, instalados em MANAUS, HUMAITÁ, AUTAZES e TEFÉ**, apesar de constar no item 2.1 do Termo de Referência que os "*serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** dos equipamentos de transporte vertical deverão ser executados nos seis equipamentos instalados nos prédios da PGJ/AM*", sendo necessária a retificação do referido item a fim de não gerar dúvidas quanto da realização do certame.
>
> Ademais, **OPINA** pela **APROVAÇÃO** da **MINUTA DE EDITAL Nº 12.2023.CPL** (0990820), para realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA,** com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, e da **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10.2023.DCCON** (0990747), considerando a presença dos requisitos exigíveis.
>
> Importante frisar que a Lei nº 14.133/2021, a nova Lei de Licitações, em que pese não ter revogado de imediato todos os dispositivos da Lei nº 8.666/93, já previu em seu artigo 6º, XXIII, a definição e os elementos do Termo de Referência, sendo indispensável que as unidades deste Ministério Público iniciem a cautelosa transposição dos ensinamentos do novo mandamento legal aos documentos correlatos às licitações e aos contratos administrativos vindouros, preparando-se para a total revogação da Lei nº 8.666/93.
>
> Ressalta-se ainda que, de acordo com o inciso II do art. 193 da Lei n° 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações entrará em vigor a partir de 01/04/2023, e, conforme dispõe o art. 191 do referido diploma legal, até o decurso do prazo a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente sob os dtames da Lei n° 8.666/1993 ou da Lei n° 14.133/2021.
>
> Assim considerando que as presnetes minutas estão utilizando como fundamento a Lei n° 8.666/1993 e a Lei nº. 10.520/2002, considerando ainda que o ordenamento jurídico encontra-se no período de transição entre os referidos diplomas legais, bem como a orientação contida nos Comunicados n° 10/2022 e n° 13/2022 da SEGES/ME, entende-se que deve ser observada a publicação do edital ou do aviso da contratação direta para garantir a ultratividade do regime antigo, sob pena de necessária retificação para readequação ao ditames da Nova Lei de Licitações.

Assim sendo, pelos fatos e fundamentos carreados aos presentes autos, através do **DESPACHO Nº 264.2023.01AJ-SUBADM** (0994674), acolheu na íntegra a peça opinativa supracitada.

Em atenção ao supracitado, fora anexado aos presentes autos o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2023.DEAC** (0995724), o **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ** (0995847) e o **AVISO Nº 0995907 - CPL**, dando início à fase externa do referido procedimento licitatório.

Após, o presente caderno processual retornou a esta Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos - SUBADM contendo o **MEMORANDO Nº 347.2023.DCCON** (1006861) que informou o que segue:

> Venho informar que o **Contrato Administrativo nº 004/2018 - MP/PGJ,** firmado entre o Ministério Público do Amazonas e a **empresa ELEVADORES BRASIL LTDA** , cujo objeto refere-se a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos elevadores dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, **teve a vigência expirada dia 19.03.2023, sem que tenhamos formalizado novo contrato para a prestação dos mesmos serviços,** considerando que o processo licitatório, em trâmite nos presentes autos, ainda não foi finalizado,
>
> Observa-se que os presentes autos foram iniciados por esta DCCON no dia 13/09/2022, 120 (cento e vinte) dias antes, portanto, do término da vigência do referido contrato, conforme preconiza o Ato n.º 112/2012 – PGJ.
>
> Ocorre que, conforme consta no Memorando 96 (SEI nº 0979807), o Setor de Compras e Serviços – SCOMS realizou pesquisa de mercado via e-mail e telefone, consultando várias empresas fornecedoras, conforme registros de e-mail (docs. SEI 0901976, 0902020, 0905231, 0905847, 0914432, 0935247 e 0974869), sendo que, dos potenciais fornecedores consultados, **nenhum** encaminhou proposta válida durante o período da pesquisa, até 09/02/2023. Por isso, o SCOMS recorreu à plataforma on-line no Sistema Banco de Preços, dando seguimento ao processo somente naquela data.
>
> Dessa forma, haverá uma pequena lacuna entre o término da vigência do Contrato Administrativo nº 004/2018 - MP/PGJ e a formalização do novo instrumento, sendo que, em contato com o Chefe de Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo, o mesmo esclareceu que solicitaria da empresa **ELEVADORES BRASIL LTDA.** a manutenção da prestação dos serviços durante esse período descoberto contratualmente.

Assim, considerando o exposto, esta SUBADM, por meio do **DESPACHO Nº 344.2023.01AJ-SUBADM** (1008637), encaminhou os autos à Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC para que se manifestasse quanto ao teor do **MEMORANDO Nº 347.2023.DCCON** (1006861), ressaltando que a assunção de obrigação sem cobertura contratual é prática vedada pelo ordenamento jurídico pátrio, devendo adotar as providências cabíveis para solução da problemática.

Em resposta, a Unidade Técnica Especializada, através do **MEMORANDO Nº 105.2023.DEAC** (1012597), informou o que segue:

> Venho informar que o **Contrato Administrativo nº 004/2018 - MP/PGJ,** firmado entre o Ministério Público do Amazonas e a **empresa ELEVADORES BRASIL LTDA** , cujo objeto refere-se a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos elevadores dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, que teve a vigência expirada dia 19.03.2023, por determinação desta fiscalização foi feita vistoria e manutenção geral final proxima ao fim do contrato, ficando os serviços com garantia de 30 (trinta) dias conforme estabelece o Código de Defesa do Consumidor - CDC, portanto até 13 de abril de 2023 eventuais problemas nos elevadores estariam coberto pela garantia de serviço.

Assim, considerando que o processo licitatório para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, por um epríodo de 12 (doze) meses, está em fase externa, encaminho os autos à Comissão Permanente de Licitação - **CPL**, para que se manifeste quanto ao andamento do certame e se o contrato será assinado até a data de 13/04/2023, considerando que até a referida data os eventuais problemas nos elevadores vão estar cobertos pela garantia de serviço.

Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS,

em Manaus (Am), na data de assinatura digital.

LILIAN MARIA PIRES STONE
Promotora de Justiça de Entrância Final
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 30/03/2023, às 17:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1013305** e o código CRC **A235BA78**.

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução n° 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-DF

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
0720210000338

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Atividade em andamento

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - Crea-DF o Acervo Técnico do profissional **CRISTIANO FERREIRA** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **CRISTIANO FERREIRA** RNP: **0813318955** Registro: **35358/D-ES**

Título profissional: **Engenheiro Mecanico , Tecnico em Mecanica**

Número da ART: **0720200063737**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **24/09/2020** ....
Forma de registro: **Substituição** à **0720190059070**..... Participação técnica: **Individual**.....
Empresa contratada: **6807 -..MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**.....

Contratante: **CONDOMÍNIO DO EMPREENDIMENTO MAX HOME E MALL** CPF/CNPJ: **21.082.021/0001-73**

Rua 7..... Número: -..... Bairro: Norte (Águas Claras).... CEP: 71908-180

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: LOTES 03 / 05 E 07.

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....)000000000...

Contrato: Nº 11322003 Celebrado em: 01/09/2019 Valor R$: 37.869,96.....

Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: Rua 7..... Número: -.....

Bairro: Norte (Águas Claras)..... CEP: 71908-180

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: LOTES 03 / 05 E 07.....

Data de Início: 01/09/2019 Situação: "atividade em andamento" Coordenadas Geográficas: .....,.....

Finalidade: **Residencial....** Código/Obra pública: .....

Proprietário: **CONDOMÍNIO DO EMPREENDIMENTO MAX HOME E MALL** CPF/CNPJ: **21.082.021/0001-73**

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....) 000000000.

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Realização** Manutenção Elevador , 8,0000 unidade;

Observações

Informações Complementares

CERTIFICAMOS QUE A CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT FOI CONCEDIDA PELA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA INDUSTRIAL E SEGURANÇA DO TRABALHO – CEEIST EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 667 DE 05/04/2021, DE ACORDO COM O PROCESSO Nº 209116/2020. **ATESTADO FOI OBJETO DE LAUDO TÉCNICO, CONFORME O ARTIGO 58 DA RESOLUÇÃO Nº 1025/2009, DO CONFEA.** CERTIDÃO VÁLIDA PARA O PROFISSIONAL ACIMA CITADO, REFERENTE AO PERÍODO DE **01/09/2019 A 07/08/2020,** PARA OS SERVIÇOS ANOTADOS NA ART, QUE TAMBÉM CONSTAM DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA E QUE SÃO CONDIZENTES COM AS **ATRIBUIÇÕES DE ACORDO COM ARTIGOS 1º E 12º DA RESOLUÇÃO 218/73 DO CONFEA.**

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 116460 a 116462, o atestado contendo <3> página(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico n° 0720210000338
Data: 26/04/2021 Hora: 12:03:07
Código de Controle: JQPQBYM

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.
A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnicoprofissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.
A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-DF (www.creadf.org.br).
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal
SGAS 901 - Conj. "D" Asa Sul Brasília-DF - CEP: 70390-010
Tel: (61) 3961-2800 Fax: E-mail: informacao@creadf.org.br

CREA-DF

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de comprovação da realização de atividade técnica que a empresa **Módulo Engenharia Consultoria e Gerência Predial Ltda.,** CNPJ: **05.926.726/0001-73**, com sede na cidade de Brasília-DF, no **SAAN Quadra 02, Lote 980, Parte "B"**, executou os serviços de Manutenção preventiva e corretiva, composto por elevadores que presta serviços ao **Condomínio do Empreendimento Max Home e Mall**, situado na Rua 7 Norte, Lote 07 – Águas Claras – Brasília-DF, abaixo relacionados com as seguintes características:

1- Especificações Técnicas:

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 116460

– Quantidade: 08 (Oito)

- 04 (Quatro) Elevadores (Bloco A)

a) Tipo: passageiros;

b) Número de Paradas: 22 (Vinte e duas);

c) Capacidade: 630 Kg ou 08 passageiros;

d) Velocidade: 1,6 m/s;

e) Marca: Otis.

CONDOMÍNIO DO EMPREENDIMENTO MAX HOME & MALL
Rua 7 Norte Lotes 3, 5 e 7 Águas Claras, Brasília-DF
E-mail: condominiomaxhomemall@gmail.com
Telefone: 61 3797-8417 CNPJ: 21.082.021/0001-73


CARTÓRIO ASA NORTE
SEPN QD 504, ED. MARIANNA, LOJA 108/114 - BRASÍLIA / DF
FONE (61) 3038-2519, 3326-5234, 3338-2500 - (61) 99129.1003
cartorio@4oficiodenotas.com.br
PRÊMIO DE QUALIDADE TOTAL
4º OFÍCIO DE NOTAS - DF
EVALDO FEITOSA DOS SANTOS - TABELIÃO TITULAR
AUTENTICAÇÃO
Confere com o original. (Lei n. 8.935/94)
Tabelião: Evaldo Feitosa dos Santos
Brasília-DF, 12 de Abril de 2021
JEANN CARLOS FEITOSA CABRAL
ESCREVENTE AUTORIZADO
121-Consultar selos: www.tjdft.jus.br
Selo: TJDFT20210090228209MOWD
QUALQUER EMENDA OU RASURA INVALIDARÁ O DOCUMENTO

- 04 (Quatro) Elevadores (Bloco B)

a) Tipo: passageiros;

b) Número de Paradas: 29 (Vinte e nove);

c) Capacidade: 925 Kg ou 12 passageiros;

d) Velocidade: 1,75 m/s;

e) Marca: Otis.



2- Termo de Contrato nº. 11322003

3- Registro sob ART nº.: 0720200063737

4- Objeto do Contrato:

Prestação de serviços de Manutenção preventiva e corretiva em atendimentos emergenciais em 08 (oito) elevadores marca Otis, Comando VVVF, localizados na Rua 07 Norte, Lote 07 – Águas Claras, em Brasília –DF.

Responsável Técnico:

Eng.º Cristiano Ferreira -CREA-ES 35358/D-ES Engenheiro Mecânico

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 369


4º OFÍCIO DE NOTAS -DF
EVALDO FEITOSA DOS SANTOS - TABELIÃO TITULAR
CARTÓRIO ASA NORTE
SEPN QD 504, ED. MARIANNA, LOJA 108/114 - BRASÍLIA / DF
FONE: (61) 3038-2519, 3326-5234, 3338-2500 - (61) 99129.1003
cartorio@4oficiodenotas.com.br
PRÊMIO DE QUALIDADE TOTAL
AUTENTICAÇÃO
Confere com o original. (Lei n. 8.935/94)
Tabelião: Evaldo Feitosa dos Santos
Brasília-DF, 12 de Abril de 2021
DEANN CARLOS FEITOSA CABRAL
ESCREVENTE AUTORIZADO
121-Consultar selos: www.tjdft.jus.br
Selo: TJDFT20210090228208XDEA
QUALQUER EMENDA OU RASURA INVALIDARÁ O DOCUMENTO

Declaramos ainda, que os serviços estão sendo executados em total conformidade com as disposições contratuais, demonstrando capacidade técnica, operacional e administrativa no período de 01/09/2019 à 31/08/2020, nada havendo até a presente data que possa desaboná-la.

Brasília-DF, 07 de agosto de 2020.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 116462

Condomínio do Empreendimento Max Home e Mall

Henrique Silva de Sousa

CPF: 810.372.101-82

Sindico (Representante)

Orona Alta Elevadores
Cristiano Ferreira
Engº Mecânico
CREA - ES035358/D

Eng.º Cristiano Ferreira

CREA-ES 35358/D

Ofício de Notas de Brazlândia
DOCUMENTO AUTENTICADO

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 371


4º OFÍCIO DE NOTAS - DF
EVALDO FEITOSA DOS SANTOS - TABELIÃO TITULAR
CARTÓRIO ASA NORTE
SEPN QD 504, ED. MARIANNA, LOJA 108/114 - BRASÍLIA / DF
FONE: (61) 3038-2519, 3326-5234, 3338-2500 - (61) 99129.1003
cartorio@4oficiodenotas.com.br
PRÊMIO DE QUALIDADE TOTAL
AUTENTICAÇÃO
Confere com o original. (Lei n. 8.935/94)
Tabelião: Evaldo Feitosa dos Santos
Brasília-DF, 12 de Abril de 2021
JEANN CARLOS FEITOSA CABRAL
ESCREVENTE AUTORIZADO
121-Consultar selos: www.tjdft.jus.br
Selo: TJDFT20210090228207GTNW
QUALQUER EMENDA OU RASURA INVALIDARÁ O DOCUMENTO

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução n° 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-DF

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
0720210000455

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Atividade em andamento

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - Crea-DF o Acervo Técnico do profissional **CRISTIANO FERREIRA** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **CRISTIANO FERREIRA** RNP: **0813318955** Registro: **35358/D-ES**

Título profissional: **Engenheiro Mecanico, Tecnico em Mecanica**

Número da ART: **0720210015036**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **2021-03-02** ....
Forma de registro: **Substituição** à **0720190067943**..... Participação técnica: **Individual**.....
Empresa contratada: **6807 -..MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**.....

Contratante: **CONDOMINIO RESIDENCIAL PARQUE BURLE MARX** CPF/CNPJ: **34.306.413/0001-10**

SQNW 107 Bloco I..... Número: /J..... Bairro: Setor Noroeste..... CEP: 70686-095

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: .....

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....)00000000....

Contrato: Nº 11372003 Celebrado em: 0 Valor R$: 59.142,00.....

Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: SQNW 107 Bloco I..... Número: /J.....

Bairro: Setor Noroeste..... CEP: 70686-095

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: .....

Data de Início: 2019-09-02 Situação: "atividade em andamento" Coordenadas Geográficas: .....

Finalidade: **Residencial....** Código/Obra pública: .....

Proprietário: **CONDOMINIO RESIDENCIAL PARQUE BURLE MARX** CPF/CNPJ: **34.306.413/0001-10**

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....) 00000000..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Realização** Manutenção Elevador , 20,0000 unidade;

Observações

Número da ART: **0720210023581**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **2021-04-06** ....
Forma de registro: **Substituição** à **0720200070803**..... Participação técnica: **Individual**.....

Contratante: **CONDOMINIO RESIDENCIAL PARQUE BURLE MARX** CPF/CNPJ: **34.306.413/0001-10**

SQNW 107 Bloco I..... Número: /J..... Bairro: Setor Noroeste..... CEP: 70686-095

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: .....

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....)00000000....

Contrato: Nº 11372003 Celebrado em: 0 Valor R$: 59.142,00.....

Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: SQNW 107 Bloco I..... Número: /J.....

Bairro: Setor Noroeste..... CEP: 70686-095

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: .....

Data de Início: 2020-09-02 Situação: "atividade em andamento" Coordenadas Geográficas: .....

Finalidade: **Residencial....** Código/Obra pública: .....

Proprietário: **CONDOMINIO RESIDENCIAL PARQUE BURLE MARX** CPF/CNPJ: **34.306.413/0001-10**

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....) 00000000..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Realização** Manutenção Elevador , 21,0000 unidade;

Observações

Informações Complementares

CERTIFICAMOS QUE A CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT FOI CONCEDIDA PELA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA INDUSTRIAL E SEGURANÇA DO TRABALHO – CEEIST EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 670 DE 17/05/2021, DE ACORDO COM O PROCESSO Nº 209903/2020. **ATESTADO FOI OBJETO DE LAUDO TÉCNICO, CONFORME O ARTIGO 58 DA RESOLUÇÃO Nº 1025/2009, DO CONFEA.** CERTIDÃO VÁLIDA PARA O PROFISSIONAL ACIMA CITADO, REFERENTE AO PERÍODO DE 02/09/2019 A 07/08/2020, DA TA DA ASSINATURA DO ATESTADO DE

Ofício de Brasília-DF
Cópia de Documento Autenticado

CAPACIDADE TÉCNICA, PARA OS SERVIÇOS ANOTADOS NAS ARTS E NO ATESTADO, E QUE SÃO CONDIZENTES COM AS ATRIBUIÇÕES DE ACORDO COM ARTIGOS 1º E 12º DA RESOLUÇÃO 218/73 DO CONFEA.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 119507 a 119509, o atestado contendo <3> página(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 0720210000455
Data: 09/06/2021 Hora: 13:59:03
Código de Controle: JYWUYYL

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.
A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnicoprofissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.
A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-DF (www.creadf.org.br).
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal
SGAS 901 - Conj. "D" Asa Sul Brasília-DF - CEP: 70390-010
Tel: (61) 3961-2800 Fax: E-mail: informacao@creadf.org.br

CREA-DF

Cartório de Brasília-DF
Ofício de Documento Autenticado

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de comprovação da realização de atividade técnica que a empresa **Módulo Engenharia Consultoria e Gerência Predial Ltda.,** CNPJ: **05.926.726/0001-73**, com sede na cidade de Brasília-DF, no **SAAN Quadra 02, Lote 980, Parte "B"**, executou os serviços de Manutenção preventiva e corretiva, composto por elevadores que presta serviços ao **Condomínio Residencial Parque Burle Marx**, situado na SQNW 107 Blocos I/ J – Setor Noroeste – Brasília-DF, abaixo relacionados com as seguintes características:

1- Especificações Técnicas:

– Quantidade: 21 (Vinte e um)

- 10 (Dez) Elevadores (Sociais)

a) Tipo: passageiros;

b) Número de Paradas: 10 (Dez);

c) Capacidade: 450 Kg ou 06 passageiros;

d) Velocidade: 1,0 m/s;

e) Marca: ThyssenKrupp;

f) Casa de Máquinas: MRL.

- 10 (Dez) Elevadores (Serviços)

a) Tipo: passageiros;

b) Número de Paradas: 10 (Dez);

c) Capacidade: 560 Kg ou 08 passageiros;



Brasília-DF 4º Ofício de DOCUMENTO AUTENTICADO

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 375

d) Velocidade: 1,0 m/s;

e) Marca: ThyssenKrupp;

f) Casa de Máquinas: MRL.

- 01 (Uma) Plataforma Elevatória

a) Tipo: Acessibilidade PNE;

b) Número de Paradas: 02 (Duas);

c) Capacidade: 325 Kg ou 01 cadeirante;

d) Velocidade: 0,2 m/s;

e) Marca: Daiken;

2- Termo de Contrato n°. 11372003

3- Registro sob ART n°.: 0720210015036

4- Objeto do Contrato:

Prestação de serviços de Manutenção preventiva e corretiva em 20 (vinte) elevadores marca ThyssenKrupp e 01 (uma) Plataforma de Acessibilidade, Comando VVVF, localizados na SQNW 107 Bloco I e J – Setor Noroeste/DF, em Brasília –DF.



Cartório de Notas de Brasília - DF
Ofício de Documentos Autenticado

Responsável Técnico:

Eng.º Cristiano Ferreira -CREA-ES 35358/D-ES Engenheiro Mecânico

Declaramos ainda, que os serviços estão sendo executados em total conformidade com as disposições contratuais, demonstrando capacidade técnica, operacional e administrativa no período de 02/09/2019 à 01/09/2020, nada havendo até a presente data que possa desaboná-la.

Brasília-DF, 07 de agosto de 2020.

Condomínio Residencial Parque Burle Marx

Adriana Gottgtroy dos Montes Moura

CPF: 071.905.937-21

Sindica (Representante)

Eng.º Cristiano Ferreira

CREA-ES 35358/D



Ofício de Notas de Brasília - Ur
DOCUMENTO AUTENTICADO

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-DF

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
0720200000589

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Atividade em andamento

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - Crea-DF o Acervo Técnico do profissional **RENATO SANTOS QUEIROZ** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **RENATO SANTOS QUEIROZ** RNP: **0708195156** Registro: **17486/D-DF**

Título profissional: **Engenheiro Mecanico**

Número da ART: **0720190089565**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **26/12/2019** ....
Forma de registro: **Inicial**..... Participação técnica: **Equipe**..... à **0720190022951**.....
Empresa contratada: **6807 -..MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**.....

Contratante: **BANCO DO BRASIL S.A**..... CPF/CNPJ: **00.000.000/4529-20**

Avenida São João, 32 - Banco do Brasil S.A. Número: -..... Bairro: Centro..... CEP: 01036-900

Cidade: São Paulo..... UF: SP Complemento: 14 ANDAR .....

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....)00000000....

Contrato: Nº 2019.7421.1227 Celebrado em: 28/02/2019 Valor R$: 140.000,00.....

Vinculada a ART: 0720190022951 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: Trecho SIA Trecho 2 - até 763 - lado impar Número: 365....

Bairro: Zona Industrial (Guará)..... CEP: 71200-027.....

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: LOTE 365.....

Data de Início: 28/02/2019 Situação: "atividade em andamento" Coordenadas Geográficas: .....

Finalidade: **Comercial .....** Código/Obra pública: .....

Proprietário: **BANCO DO BRASIL S.A**..... CPF/CNPJ: **00.000.000/4529-20**

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....) 00000000..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Realização** Instalação Elevador , 1,0000 unidade;**2 - Realização** Manutenção Elevador , 1,0000 unidade;

Observações

Fornecimento e instalação de 01 (um) elevador de passageiros, com 02 (duas) paradas, na agência 1507/00 - SIA Trecho 02 do Banco do Brasil na Cidade de Brasília, com manutenção de 40 (quarenta) meses.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS QUE A CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT FOI CONCEDIDA PELA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA INDUSTRIAL E SEGURANÇA DO TRABALHO – CEEIST EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 649 DE 25/05/2020, DE ACORDO COM O PROCESSO Nº 203252/2020. CERTIDÃO VÁLIDA PARA O PROFISSIONAL ACIMA CITADO,PARA OS SERVIÇOS ANOTADOS NA ART, QUE TAMBÉM CONSTEM DO ATESTADO E QUE SEJAM CONDIZENTES COM AS **ATRIBUIÇÕES DO ART. 12 DA RES. 218/73 DO CONFEA, PARA O PERÍODO DE 28/02/2019 A 18/02/2020.**

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 107008 a 107010, o atestado contendo <3> página(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 0720200000589
Data: 10/06/2020 Hora: 12:29:00
Código de Controle: MPYNFEH

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.
A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnicoprofissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.
A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-DF (www creadf.org.br).
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal
SGAS 901 - Conj. "D" Asa Sul Brasília-DF - CEP: 70390-010
Tel: (61) 3961-2800 Fax: E-mail: informacao@creadf.org.br

CREA-DF

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 107008

BANCO DO BRASIL - AGÊNCIA 1507
SIA TRECHO 02 - BRASÍLIA - DF

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de comprovação da realização de atividade técnica que a empresa **Módulo Engenharia Consultoria e Gerência Predial Ltda.,** CNPJ: **05.926.726/0001-73**, com sede na cidade de Brasília-DF, no **SAAN Quadra 02, Lote 980, Parte "B"**, executou os serviços fornecimento e instalação de 01 (um) elevador de passageiros, com 02 (duas) paradas, na Agência 1507/00 – SIA Trecho 02 do Banco do Brasil na Cidade de Brasília, com Manutenção preventiva, corretiva em garantia, abaixo relacionado com as seguintes características:

Referências – Orona – XBR82309GG – Quantidade: 01

1- Especificações Técnicas:

- Local: **Agencia 1507/00 - SIA Trecho 02 do Banco do Brasil – Brasília - DF**

Endereço: SIA Trecho 02 Lote 365/763 Zona Industrial (Guará – Brasília – DF)

EXBR82309GG – MODELO: 3G 2010 – VVVF

- Quantidade: 1 Elevador;
- Capacidade: 8 passageiros;
- Velocidade: 60m/min;

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 380



- Número de paradas: 02;
- Pavimentos: Térreo e 1º Pavimento;
- Portas de Cabine: Corrediça de abertura frontal automática;
- Portas de Pavimento: Corrediça de abertura frontal automática;
- Dimensões internas, mínimas, da cabine:
- Largura: 1.100 mm;
- Profundidade: 1.400 mm;
- Altura livre: 2.200 mm;
- Dimensão mínima das portas de cabine e de pavimento:
- Folha de porta de cabine: 800 mm;
- Altura mínima livre: 2.100 mm;
- Casa de Máquinas: Sem casa de máquinas
- Acionamento: Máquina de tração elétrica;
- Alimentação: trifásico, 380 V - 60 Hz;

2- Termo de Contrato nº.: 2019.7421.1227

Registro sob ART nº.: 0720190089565 / 0720190065512

5- Período de Execução:

08/02/2019 à 17/09/2019 - Contrato

6- Objeto do Contrato:

Instalação e Manutenção, de 01 (um) elevadores marca Orona, Sem Casa de Máquinas (MRL), com acionamento eletrônico VVVF e Circuito Regenerativo de Energia com Máquinas de Tração de Imãs Permanentes, sem engrenagem, portas automáticas abertura central em aço inox, Sistema de Resgate Automático, Sistema de Gerador de Emergência, Sistema de Voz Digitalizada, Iluminação Eficiente em LED e Chamadas codificadas.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 381



RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

- ✓ Eng.º Renato Santos Queiroz – Crea-DF17486/D
  ART - 0720190089565
  (Engenheiro Mecânico)

- ✓ Eng.º Cristiano Ferreira – Crea – ES035358/D
  ART – 0720190022951 e 0720190065512
  (Engenheiro Mecânico)

Declaramos ainda, que os serviços foram executados em total conformidade com as disposições contratuais, demonstrando capacidade técnica, operacional e administrativa, nada havendo até a presente data que possa desaboná-la.

Brasília - DF, 18 de fevereiro de 2020.

Sérgio Ribeiro Barcelos
Eng. Mecânico
CREA 2013123561/D-RJ
Ass. Eng. Arq I

Banco do Brasil S/A.
CNPJ: 00.000.000/4529-20
Eng.º Sérgio Ribeiro Barcelos
CREA 2013123561/D-RJ

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 382

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução n° 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-DF

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
0720210000460

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Atividade em andamento

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - Crea-DF o Acervo Técnico do profissional **RENATO SANTOS QUEIROZ** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **RENATO SANTOS QUEIROZ** RNP: **0708195156** Registro: **17486/D-DF**

Título profissional: **Engenheiro Mecanico**

Número da ART: **0720210003280**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **2021-01-14** ....
Forma de registro: **Substituição** à **0720200063599**..... Participação técnica: **Equipe**.....
Empresa contratada: **6807 -..MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**.....

Contratante: **CÂMARA DOS DEPUTADOS** ..... CPF/CNPJ: **00.530.352/0001-59**

Praça dos Três Poderes..... Número: -..... Bairro: Zona Cívico-Administrativa CEP: 70100-000

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: .....

E-Mail: Nenhum ..... Fone: (61....)00000000....

Contrato: 2018/176.0 Celebrado em: 0 Valor R$: 1.766.426,00...

Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: Praça dos Três Poderes..... Número: -.....

Bairro: Zona Cívico-Administrativa... CEP: 70100-000

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: .....

Data de Início: 2018-10-05 Situação: "atividade em andamento" Coordenadas Geográficas: .....

Finalidade: **Comercial** ..... Código/Obra pública: .....

Proprietário: **CÂMARA DOS DEPUTADOS**..... CPF/CNPJ: **00.530.352/0001-59**

E-Mail: Nenhum ..... Fone: (61....) 00000000..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Realização** Instalação Elevador , 5,0000 unidade;**2 - Realização** Execução ATUALIZAÇÃO TECNOLOGICA E MODERNIZAÇÃO , 2,0000 unidade;**3 - Realização** Manutenção ATUALIZAÇÃO TECNOLOGICA E MODERNIZAÇÃO , 7,0000 unidade;

Observações

Serviços de substituição de 5 (cinco) elevadores e modernização de 2 (dois) elevadores instalados nas dependências da Câmara dos Deputados, incluindo projeto, desmontagem, fornecimento e instalação dos equipamentos e materiais, treinamento e garantia de funcionamento pelo período de 36 meses.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS QUE A CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT FOI CONCEDIDA PELA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA INDUSTRIAL E SEGURANÇA DO TRABALHO – CEEIST EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 671 DE 07/06/2021, DE ACORDO COM O PROCESSO Nº 211758/2020. CERTIDÃO VÁLIDA PARA O PROFISSIONAL ACIMA CITADO, REFERENTE AO PERÍODO DE 01/12/2018 A 24/08/2020, PARA OS SERVIÇOS ANOTADOS NA ART, QUE TAMBÉM CONSTAM DA DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E QUE SÃO CONDIZENTES COM AS ATRIBUIÇÕES DE ACORDO COM ARTIGO 12º DA RESOLUÇÃO 218/73 DO CONFEA.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 119535 a 119538, o atestado contendo <4> página(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 0720210000460
Data: 11/06/2021 Hora: 12:02:46
Código de Controle: VCCPUYQ

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.
A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnicoprofissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.
A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-DF (www.creadf.org.br).
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal
SGAS 901 - Conj. "D" Asa Sul Brasília-DF - CEP: 70390-010
Tel. (61) 3961-2800 Fax: E-mail: informacao@creadf.org.br

CREA-DF

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A119535

CT N.º 73/2020

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaro, a pedido da parte interessada, que a empresa **MÓDULO ENGENHARIA CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA,** CNPJ 05.926.726/0001-73, estabelecida no SAAN Quadra 2, Lote 980, Parte B, Brasília-DF, presta à CÂMARA DOS DEPUTADOS, CNPJ 00.530.352/0001-59, satisfatoriamente, os serviços abaixo relacionados, tendo demonstrado capacidade técnica e pontualidade nos compromissos assumidos, nada havendo, até a presente data, que possa desaboná-la.

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Substituição de 5 (cinco) elevadores e modernização de 2 (dois) elevadores instalados nas dependências da CONTRATANTE, incluindo projeto, desmontagem, fornecimento e instalação dos equipamentos e materiais, treinamento e garantia de funcionamento pelo período de 36 (trinta e seis) meses, conforme processo 101.342/2016 e contrato 176/2018 com vigência de 5/10/2018 a 23/8/2023.

A execução iniciou em 1 de dezembro de 2018 e o recebimento definitivo foi realizado em 24 de agosto de 2020.

GRUPO 1 (Itens 1 e 2)	**SUBSTITUIÇÃO DE ELEVADORES INSTALADOS NA BIBLIOTECA DO EDIFÍCIO ANEXO II E NO ANEXO III DA CAMÂRA DOS DEPUTADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PEÇAS NOVAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E GARANTIA DE FUNCIONAMENTO COM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**

ITEM 1 EXECUÇÃO TOTAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PEÇAS NOVAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA SUBSTITUIÇÃO DE ELEVADOR DA BIBLIOTECA (CEDI)

DESCRIÇÃO: execução total, com fornecimento de materiais, peças novas e mão de obra especializada, dos serviços de substituição de 01 (um) elevador elétrico de passageiros instalado na biblioteca do Edifício Anexo II, incluídos os serviços de manutenção corretiva e preventiva durante o prazo de garantia de funcionamento de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir do recebimento provisório de cada elevador novo.
Unidade: SERVIÇO

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 385

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A119536

Quantidade: 1

ITEM 2 EXECUÇÃO TOTAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PEÇAS NOVAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA SUBSTITUIÇÃO DE ELEVADOR DO EDIFÍCIO ANEXO III

DESCRIÇÃO: execução total, com fornecimento de materiais, peças novas e mão de obra especializada, dos serviços de substituição de 01 (um) elevador elétrico instalado no Edifício Anexo III da Câmara dos Deputados, incluídos os serviços de manutenção corretiva e preventiva durante o prazo de garantia de funcionamento de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir do recebimento provisório de cada elevador novo.
Unidade: SERVIÇO
Quantidade: 1

GRUPO 2 (Itens 3 e 4) SUBSTITUIÇÃO DE ELEVADORES INSTALADOS NO ACESSO DA CHAPELARIA DO EDIFÍCIO PRINCIPAL DA CAMÂRA DOS DEPUTADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PEÇAS NOVAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E GARANTIA DE FUNCIONAMENTO COM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

ITEM 3 EXECUÇÃO TOTAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PEÇAS NOVAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA SUBSTITUIÇÃO DO ELEVADOR DE 3 PARADAS DA CHAPELARIA

DESCRIÇÃO: execução total, com fornecimento de materiais, peças novas e mão de obra especializada, dos serviços de substituição de 01 (um) elevador elétrico instalado no acesso da chapelaria do Edifício Principal da Câmara dos Deputados, elevador de 3 paradas, incluídos os serviços de manutenção corretiva e preventiva durante o prazo de garantia de funcionamento de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir do recebimento provisório de cada elevador novo.
Unidade: SERVIÇO
Quantidade: 1

ITEM 4 EXECUÇÃO TOTAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PEÇAS NOVAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA SUBSTITUIÇÃO DE ELEVADOR de 2 PARADAS DA CHAPELARIA

DESCRIÇÃO: execução total, com fornecimento de materiais, peças novas e mão de obra especializada, dos serviços de substituição de 01 (um) elevador elétrico instalado no acesso da chapelaria do Edifício Principal da Câmara dos Deputados, elevador de 2 paradas, incluídos os serviços de manutenção corretiva e preventiva durante o prazo de garantia de funcionamento de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir do recebimento provisório de cada elevador novo.
Unidade: SERVIÇO
Quantidade: 1

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A119537

GRUPO 3 (Itens 5 e 6)	**SUBSTITUIÇÃO DE ELEVADORES INSTALADOS NO ACESSO DA CHAPELARIA DO EDIFÍCIO PRINCIPAL DA CAMÂRA DOS DEPUTADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PEÇAS NOVAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E GARANTIA DE FUNCIONAMENTO COM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA**

ITEM 5 EXECUÇÃO TOTAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PEÇAS NOVAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MODERNIZAÇÃO DE ELEVADOR DO ESPAÇO CULTURAL

DESCRIÇÃO: execução total, com fornecimento de materiais, peças novas e mão de obra especializada, dos serviços de modernização de 01 (um) elevador elétrico instalado no espaço cultural do Edifício Principal, incluídos os serviços de manutenção corretiva e preventiva durante o prazo de garantia de funcionamento de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir do recebimento provisório de cada elevador novo.
Unidade: SERVIÇO
Quantidade: 1

ITEM 6 EXECUÇÃO TOTAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PEÇAS NOVAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA PARA MODERNIZAÇÃO DE ELEVADOR ESCADA FERRADURA

DESCRIÇÃO: execução total, com fornecimento de materiais, peças novas e mão de obra especializada, dos serviços de modernização de 01 (um) elevador elétrico instalado no acesso ao Edifício Principal da Câmara dos Deputados (Ferradura), incluídos os serviços de manutenção corretiva e preventiva durante o prazo de garantia de funcionamento de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir do recebimento provisório de cada elevador novo.
Unidade: SERVIÇO
Quantidade: 1

ITEM NÃO AGRUPADO

ITEM 7 SUBSTITUIÇÃO DE ELEVADOR INSTALADO EM FRENTE AO AUDITÓRIO NEREU RAMOS DO EDIFÍCIO ANEXO II DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PEÇAS NOVAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E GARANTIA DE FUNCIONAMENTO COM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

DESCRIÇÃO: execução total, com fornecimento de materiais, peças novas e mão de obra especializada, dos serviços de substituição de 01 (um) elevador hidráulico de passageiros instalado em frente ao auditório Nereu Ramos do Edifício Anexo II da Câmara dos Deputados, incluídos os serviços de manutenção corretiva e preventiva durante o prazo de garantia de funcionamento de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir do recebimento provisório de cada elevador novo.
Unidade: SERVIÇO
Quantidade: 1

RESPONSÁVEIS TÉCNICOS

- Engenheiro Mecânico **Renato Santos Queiroz,** CREA: 17486/D-DF, ART nº 0720200063599.
- Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista e Técnico em Eletrônica **Bruno Held dos Santos,** CREA: 5069025858/D-SP, ART nº 0720200066055.

A íntegra do contrato supracitado pode ser consultada por meio do QR-Code:

Brasília-DF, 9 de outubro de 2020.

LUCIANE RODRIGUES DE PAIVA FERREIRA
Diretora

MAURO MOURA SEVERINO
CREA 45.403/D-MG
Diretor do Departamento Técnico

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução n° 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-DF

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
0720200000506

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - Crea-DF o Acervo Técnico do profissional **RENATO SANTOS QUEIROZ** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **RENATO SANTOS QUEIROZ** RNP: **0708195156** Registro: **17486/D-DF**

Título profissional: **Engenheiro Mecanico**

Número da ART: **0720190033342**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **12/06/2019** ....Baixada em: **05/07/2019**
Forma de registro: **Inicial**..... Participação técnica: **Corresponsável**..... à **0720170017490**.....
Empresa contratada: **6807 -..MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**.....

Contratante: **CONDOMINIO DO EDIFICIO PAULO MAURICIO...** CPF/CNPJ: **03.604.576/0001-56**
SBN Quadra 2 Bloco J..... Número: -..... Bairro: Asa Norte..... CEP: 70040-905
Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: .....
E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....)00000000....
Contrato: CM/1138-A/15 Celebrado em: 01/12/2016 Valor R$: 898.950,00.....
Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado
Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: SBN Quadra 2 Bloco J..... Número: -.....
Bairro: Asa Norte..... CEP: 70040-905.....
Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: .....
Data de Início: 01/06/2016 Conclusão efetiva: 27/09/2018 Coordenadas Geográficas: .....,.....
Finalidade: **Comercial .....** Código/Obra pública: .....
Proprietário: **CONDOMINIO DO EDIFICIO PAULO MAURICIO...** CPF/CNPJ: **03.604.576/0001-56**
E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....) 00000000..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Realização** Manutenção Elevador , 3,0000 unidade;

Observações

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 01/12/2016 À 30/11/2017.

Número da ART: **0720190072011**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **16/10/2019** ....Baixada em: **06/05/2020**
Forma de registro: **Substituição** à **0720190033342**..... Participação técnica: **Corresponsável**..... à **0720170017490**.....
Empresa contratada: **6807 -..MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**.....

Contratante: **CONDOMINIO DO EDIFICIO PAULO MAURICIO...** CPF/CNPJ: **03.604.576/0001-56**
SBN Quadra 2 Bloco J..... Número: -..... Bairro: Asa Norte..... CEP: 70040-905
Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: .....
E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....)00000000....
Contrato: CM/1138-A/15 Celebrado em: 01/12/2016 Valor R$: 898.950,00.....
Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado
Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: SBN Quadra 2 Bloco J..... Número: -.....
Bairro: Asa Norte..... CEP: 70040-905.....
Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: .....
Data de Início: 01/12/2016 Conclusão efetiva: 03/06/2019 Coordenadas Geográficas: .....,.....
Finalidade: **Comercial .....** Código/Obra pública: .....
Proprietário: **CONDOMINIO DO EDIFICIO PAULO MAURICIO...** CPF/CNPJ: **03.604.576/0001-56**
E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....) 00000000..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Realização** Instalação Elevador , 3,0000 unidade;**2 - Realização** Manutenção Elevador , 3,0000 unidade;

Observações

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 01/12/2016 À 30/11/2017.

Número da ART: **0720190072013**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **16/10/2019** ....Baixada em: **06/05/2020**
Forma de registro: **Complementar** à **0720190072011**..... Participação técnica: **Corresponsável**..... à **0720170017490**.....
Empresa contratada: **6807 -..MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**.....

Contratante: **CONDOMINIO DO EDIFICIO PAULO MAURICIO...** CPF/CNPJ: **03.604.576/0001-56**

SBN Quadra 2 Bloco J..... Número: -..... Bairro: Asa Norte..... CEP: 70040-905

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: .....

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....)00000000....

Contrato: CM/1138-A/15 Celebrado em: 01/12/2016 Valor R$: 898.950,00.....

Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: SBN Quadra 2 Bloco J..... Número: -.....

Bairro: Asa Norte..... CEP: 70040-905.....

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: .....

Data de Início: 01/01/2018 Conclusão efetiva: 03/06/2019 Coordenadas Geográficas: .....

Finalidade: **Comercial .....** Código/Obra pública: .....

Proprietário: **CONDOMINIO DO EDIFICIO PAULO MAURICIO...** CPF/CNPJ: **03.604.576/0001-56**

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....) 00000000..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Realização** Instalação Elevador , 3,0000 unidade;**2 - Realização** Manutenção Elevador , 3,0000 unidade;

Observações

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 01/01/2018 À 31/08/2018 - 1º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS QUE A CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT FOI CONCEDIDA "AD REFERENDUM" PELO COORDENADOR DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA INDUSTRIAL E SEGURANÇA DO TRABALHO – CEEIST EM 17/03/2020, DE ACORDO COM O PROCESSO Nº 208955/2019. CERTIDÃO VÁLIDA PARA O PROFISSIONAL ACIMA CITADO, PARA OS SERVIÇOS ANOTADOS NAS ARTS QUE TAMBÉM CONSTEM DO ATESTADO E QUE SEJAM CONDIZENTES COM AS ATRIBUIÇÕES DO ARTIGO 12 DA RESOLUÇÃO 218/73.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 106102 a 106104, o atestado contendo <3> página(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 0720200000506
Data: 11/05/2020 Hora: 19:32:00
Código de Controle: XTPSLMZ

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.
A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnicoprofissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.
A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-DF (www.creadf.org.br).
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal
SGAS 901 - Conj. "D" Asa Sul Brasília-DF - CEP: 70390-010
Tel: (61) 3961-2800 Fax: E-mail: informacao@creadf.org.br

CREA-DF

CONDOMÍNIO DO EDIFICIO ENGENHEIRO PAULO MAURICIO SAMPAIO – SBN QUADRA 02 BLOCO J – BRASÍLIA/DF

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de comprovação da realização de atividade técnica que a empresa **Módulo Engenharia Consultoria e Gerência Predial Ltda.,** CNPJ: **05.926.726/0001-73**, com sede na cidade de Brasília-DF, no **SAAN Quadra 02, Lote 980, Parte "B"**, executou os serviços de Fornecimento, instalação e manutenção de sistema de transporte vertical, composto por elevadores que presta serviços ao **Condomínio do Edifício Paulo Maurício**, Setor Bancário Norte, Projeção 10 Bloco J - Brasília-DF, abaixo relacionados com as seguintes características:

Referências – Orona – XBR56700GG – Quantidade: 01
Referências – Orona – XBR56701GG – Quantidade: 01
Referências – Orona – XBR56702GG – Quantidade: 01



1- Especificações Técnicas:

a) Tipo: passageiros marca Orona com casa de máquinas, sem redutor;
b) Número de Paradas: 17 (paradas);
c) Entradas: 17;
d) Capacidade: 1250 Kg ou 16 passageiros;
e) Velocidade: 2,00 m/s ou 120 m/min;
f) Tensão de iluminação: 220 volts;
g) Tensão motriz: 380 volts 60 Hz;

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 393

CONDOMÍNIO DO EDIFICIO ENGENHEIRO PAULO MAURICIO SAMPAIO – SBN QUADRA 02 BLOCO J – BRASÍLIA/DF

2- Termo de Contrato nº.: CM 1138- A/2015

3- Registro sob ART nº.: 0720170017490 / 0720190072011 / 0720190072013

4- Período de Execução:

01/12/2016 à 30/11/2017 - Contrato

01/01/2018 à 31/08/2018 – 1º Aditivo de prorrogação

03/06/2019 – Termo de Recebimento Definitivo

5- Objeto do Contrato:

Prestação de serviços de Substituição, Manutenção preventiva e corretiva em atendimentos emergenciais em transporte vertical, incluídos o fornecimento de peças, materiais e acessórios, em de 03 (três) elevadores marca Orona, com casa de máquinas sem redutor (Gearless), com acionamento eletrônico VVVF e com Máquinas de Tração de Imãs Permanentes, portas automáticas abertura central em aço inox, Sistema de Resgate Automático, Sistema de Voz Digitalizada, Sistema de evacuação, Iluminação Eficiente em LED, Comando em Grupo.

Responsáveis Técnicos:

Eng.º Juvenal Antunes Pereira Jr. - Crea-DF 7.929/D

(Engenheiro Mecânico e Engenheiro de Segurança do Trabalho)

Eng.º Renato Santos Queiroz – Crea-DF17486/D

(Engenheiro Mecânico)



Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 394

CONDOMÍNIO DO EDIFICIO ENGENHEIRO PAULO MAURICIO SAMPAIO – SBN QUADRA 02 BLOCO J – BRASÍLIA/DF

Declaramos ainda, que os serviços foram executados em total conformidade com as disposições contratuais, demonstrando capacidade técnica, operacional e administrativa, nada havendo até a presente data que possa desaboná-la.

Brasília-DF, 18 de outubro de 2019.

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA-DF
A 106104

Condomínio do Edifício Paulo Maurício
Valdicelia Dutra Ferreira de Souza
CPF:471716261-72

INSCRIÇÃO NO CNPJ
03.604.576/0001-56
COND. DO ED. ENG.
PAULO MAURÍCIO SAMPAIO
SBN QD 02 PROJEÇÃO 10 S/N BLOCO J
CEP 70040-904 - ASA NORTE
BRASÍLIA-DF

Eng.º Juvenal Antunes Pereira Junior
CREA-DF 7929-D

Eng.º Renato Santos Queiroz
CREA-DF 17486-D

Eng.º Francisco Corrêa Rabello
CREA-DF 2864/D

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 395


4º OFÍCIO DE NOTAS - DF
EVALDO FEITOSA DOS SANTOS - TABELIÃO TITULAR
CARTÓRIO ASA NORTE
SEPN QD 504, ED. MARIANNA, LOJA 108/114 - BRASÍLIA / DF
FONE: (61) 3038-2519, 3326-5234, 3338-2500 - (61) 99129.1003
cartorio@4oficiodenotas.com.br
PRÊMIO DE QUALIDADE TOTAL
RECONHECO e dou fe por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[0426785] - JUVENAL ANTUNES PEREIRA JUNIOR
[0089374] - RENATO SANTOS CUBEIROZ
[0194524] - FRANCISCO CORREA RABELLO
TJDFT20190091038189GLZG TJDFT20190091038190WSFC
TJDFT20190091038191CYFU
Selo tjdft.jus.br - BSB, 11/12/2019 - 14:57:16
FDAVDR-Tabelião Evaldo Feitosa dos Santos
HELIO MENDONÇA
QUALQUER EMENDA OU RASURA INVALIDARÁ O PRESENTE
Hélio Mendonça
1º Oficial de Notas do DF
Escrevente Autorizado

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-DF

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
0720220000300

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Atividade em andamento

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - Crea-DF o Acervo Técnico do profissional **CRISTIANO FERREIRA** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **CRISTIANO FERREIRA** RNP: **0813318955** Registro: **35358/D-ES**

Título profissional: **Engenheiro Mecânico**

Número da ART: **0720180037762**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **18/06/2018** ....
Forma de registro: **Inicial**..... Participação técnica: **Individual**.....
Empresa contratada: **6807 -..MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**.....

Contratante: **PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA**..... CPF/CNPJ: **00.394.411/0001-09**

Praça dos Três Poderes..... Número: -..... Bairro: Zona Cívico-Administrativa CEP: 70100-000

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: EIXO MONUMENTAL.....

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....)00000000....

Contrato: Nº 22/2018 Celebrado em: 0 Valor R$: 110.814,84.....

Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: Praça dos Três Poderes..... Número: -.....

Bairro: Zona Cívico-Administrativa... CEP: 70100-000

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: EIXO MONUMENTAL.....

Data de Início: 01/06/2018 Situação: "atividade em andamento" Coordenadas Geográficas: .....,.....

Finalidade: **Comercial** ..... Código/Obra pública: .....

Proprietário: **PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA**..... CPF/CNPJ: **00.394.411/0001-09**

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....) 00000000..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Realização** Manutenção Elevador , 19,0000 unidade;

Observações

Número da ART: **0720190031390**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **30/05/2019** ....
Forma de registro: **Complementar à 0720180037762**..... Participação técnica: **Individual**.....
Empresa contratada: **6807 -..MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**.....

Contratante: **PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA**..... CPF/CNPJ: **00.394.411/0001-09**

Praça dos Três Poderes..... Número: -..... Bairro: Zona Cívico-Administrativa CEP: 70100-000

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: EIXO MONUMENTAL.....

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....)00000000....

Contrato: Nº 22/2018 Celebrado em: 0 Valor R$: 110.814,84.....

Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: Praça dos Três Poderes..... Número: -.....

Bairro: Zona Cívico-Administrativa... CEP: 70100-000

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: EIXO MONUMENTAL.....

Data de Início: 01/06/2019 Situação: "atividade em andamento" Coordenadas Geográficas: .....,.....

Finalidade: **Comercial** ..... Código/Obra pública: .....

Proprietário: **PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA**..... CPF/CNPJ: **00.394.411/0001-09**

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....) 00000000..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Realização** Manutenção Elevador , 19,0000 unidade;

Observações

1º TERMO ADITIVO - PERÍODO DE VIGÊNCIA: 01/06/2019 À 31/05/2020. (SERVIÇO VIGENTE MEDIANTE TERMO ADITIVO).

Número da ART: **0720200044267**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **27/07/2020** ....
Forma de registro: **Complementar à 0720190031390**..... Participação técnica: **Individual**.....
Empresa contratada: **6807 -..MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**.....

Contratante: **PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA**..... CPF/CNPJ: **00.394.411/0001-09**

Praça dos Três Poderes..... Número: -..... Bairro: Zona Cívico-Administrativa CEP: 70100-000

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: EIXO MONUMENTAL.....

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....)00000000....

Contrato: Nº 22/2018 Celebrado em: 0 Valor R$: 114.471,73.....

Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: Praça dos Três Poderes..... Número: -.....

Bairro: Zona Cívico-Administrativa... CEP: 70100-000

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: EIXO MONUMENTAL.....

Data de Início: 01/06/2020 Situação: "atividade em andamento" Coordenadas Geográficas: .....,.....

Finalidade: **Comercial .....** Código/Obra pública: .....

Proprietário: **PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA**..... CPF/CNPJ: **00.394.411/0001-09**

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....) 00000000..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Realização** Manutenção Elevador , 19,0000 unidade;

Observações

2º TERMO ADITIVO - PERÍODO DE VIGÊNCIA: 01/06/2020 À 01/06/2021. (SERVIÇO VIGENTE MEDIANTE TERMO ADITIVO).

Número da ART: **0720210037807**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **07/06/2021** ....
Forma de registro: **Complementar** à **0720200044267**..... Participação técnica: **Individual**.....
Empresa contratada: **6807 -..MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**.....

Contratante: **PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA**..... CPF/CNPJ: **00.394.411/0001-09**

Praça dos Três Poderes..... Número: -..... Bairro: Zona Cívico-Administrativa CEP: 70100-000

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: EIXO MONUMENTAL.....

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....)00000000....

Contrato: Nº 22/2018 Celebrado em: 0 Valor R$: 114.471,73.....

Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: Praça dos Três Poderes..... Número: -.....

Bairro: Zona Cívico-Administrativa... CEP: 70100-000

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: EIXO MONUMENTAL.....

Data de Início: 01/06/2021 Situação: "atividade em andamento" Coordenadas Geográficas: .....,.....

Finalidade: **Comercial .....** Código/Obra pública: .....

Proprietário: **PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA**..... CPF/CNPJ: **00.394.411/0001-09**

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....) 00000000..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Execução** Execução de manutenção de elevadores de passageiros, 19,0000 unidade;

Observações

3º TERMO ADITIVO - PERÍODO DE VIGÊNCIA: 01/06/2021 A 01/06/2022. (SERVIÇO VIGENTE MEDIANTE TERMO ADITIVO).

Informações Complementares

CERTIFICAMOS QUE A **CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT FOI CONCEDIDA "AD REFERENDUM DO COORDENADOR DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA MECÂNICA E METALÚRGICA E SEGURANÇA DO TRABALHO - CEEMMST, EM 06/04/2022,** DE ACORDO COM O PROCESSO Nº 204197/2022. CERTIDÃO VÁLIDA SOMENTE PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM 19 (DEZENOVE) ELEVADORES INSTALADOS NAS DEPENDÊNCIAS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, EM BRASÍLIA-DF, CONSTANTES NA ARTS E NO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA, REFERENTE AO PERÍODO DE 01/06/2018 a 31/05/2021 E QUE SÃO CONDIZENTES COM AS **ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS DO ARTIGO 12 DA RESOLUÇÃO Nº 218/73, DO CONFEA.**

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 129319 a 129321, o atestado contendo <3> página(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 0720220000300
Data: 06/04/2022 Hora: 16:47:00
Código de Controle: IFYHZRJ

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.
A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnicoprofissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.
A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do

indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
A CAT é válida em todo o território nacional.

Crea-DF (www.creadf.org.br).
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal
SGAS 901 - Conj. "D" Asa Sul Brasília-DF - CEP: 70390-010
Tel: (61) 3961-2800 Fax: E-mail: informacao@creadf.org.br



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA
SECRETARIA ESPECIAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE ENGENHARIA E PATRIMÔNIO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ENGENHARIA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de comprovação de capacidade técnica, que a empresa **Módulo Consultoria e Gerência Predial Ltda.,** CNPJ: **05.926.726/0001-73**, com sede na cidade de Brasília-DF, no **SAAN Quadra 02, Lote 980, Parte "B"**, executou os serviços de manutenção preventiva e corretiva em 19 (dezenove) elevadores instalados nas dependências da **Presidência da República**, conforme termos do **Contrato 22/2018**, com vigência no período de 01/06/2018 até 31/05/2021, em seu Terceiro Termo Aditivo.

Objeto:

Contratação de empresa para atender as necessidades da Presidência da República (PR) quanto a prestação de serviços técnicos continuados de manutenção preventiva e corretiva de elevadores e sistemas de interfones associados, com fornecimento total de materiais de consumo, ferramentas e peças de reposição originais, conforme tabela a seguir.

Prestação de serviços técnicos continuados de manutenção preventiva e corretiva de elevadores e sistemas de interfones associados, com fornecimento total de materiais de consumo, ferramentas e peças de reposição originais conforme condições e quantidades especificadas neste Termo de Referência.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 400

Especificações Técnicas:

Elevadores do Palácio do Planalto							
Ala Oeste - Portas Adjacentes							
Elevador	**Série**	**Descrição (Marca/Modelo)**	**Tipo de acionamento(Motor)**	**Destinação**	**Capacidade (pessoas)**	**Carga/Kg**	**Paradas**
Social 01	EXBR87099GG	ORONA	Motor Gearless MSIP- 300.45-16	Passageiros	16	1,250	5
Social 02	EXBR87100GG	ORONA	Motor Gearless MSIP- 300.45-16	Passageiros	16	1,250	5
Social 03	EXBR87098GG	ORONA	Motor Gearless MSIP- 300.45-16	Passageiros	16	1,250	5
Social 04	EXBR87093GG	ORONA	Motor Gearless MSIP- 300.45-16	Passageiros	16	1,250	5
Serviço 05	EXBR87092GG	ORONA	Motor Gearless MSIP- 300.45-16	Passageiros	10	800	5
Monta-carga	AMG 316 A	AMG	-	Carga	-	100	5
Monta-carga	AMG 316 B	AMG	-	Carga	-	100	5
Ala Leste - Portas Opostas							
Elevador	**Série**	**Descrição (Marca/Modelo)**	**Tipo de acionamento(Motor)**	**Destinação**	**Capacidade (pessoas)**	**Carga/Kg**	**Paradas**
Privativo 06	EXBR87091GG	ORONA	Motor Gearless ZUF 160.19-4	Passageiros	8	630	5
Privativo 07	EXBR87095GG	ORONA	Motor Gearless MSIP- 300.45-16	Passageiros	10	780	5
Social 08	EXBR87094GG	ORONA	Motor Gearless MSIP- 300.45-16	Passageiros	10	780	5
Social 09	EXBR87097GG	ORONA	Motor Gearless MSIP- 300.45-16	Passageiros	10	780	5
Social 10	EXBR87096GG	ORONA	Motor Gearless MSIP- 300.45-16	Passageiros	10	780	5
Elevadores dos Anexos I, II e III do Palácio do Planalto							
Elevador	**Série**	**Descrição (Marca/Modelo)**	**Tipo de acionamento(Motor)**	**Destinação**	**Capacidade (pessoas)**	**Carga/Kg**	**Paradas**
Necessidades especiais	-	ADDTECH	SM200.20C	Passageiros	8	600	2
Necessidades especiais	-	ADDTECH	SM200.20C	Passageiros	8	600	2
Necessidades especiais	-	ADDTECH	SM200.20C	Passageiros	8	600	2
Elevadores do Palácio da Alvorada							
Elevador	**Série**	**Descrição (Marca/Modelo)**	**Tipo de acionamento(Motor)**	**Destinação**	**Capacidade (pessoas)**	**Carga/Kg**	**Paradas**
Social 01	37A2648	OTIS	60 ES-X Motor AC 7.5HP	Passageiros	8	560	3
Social 02	37A2649	OTIS	60 ES-X Motor AC 7.5HP	Passageiros	10	560	3
Monta-carga	37A270A	OTIS	-	Carga	*	30	3
Segurança Presidencial - SPR - Complexo COTRAN							
Elevador	**Série**	**Descrição (Marca/Modelo)**	**Tipo de acionamento(Motor)**	**Destinação**	**Capacidade (pessoas)**	**Carga/Kg**	**Paradas**
Necessidades especiais	-	GMV	Vertical Eletrohidráulico - Pistão	Passageiros	6	560	2



Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 401

Engenheiro Responsável:

Eng.º Cristiano Ferreira – Crea – ES035358/D
(Engenheiro Mecânico)

Ressaltamos ainda que o profissional realiza à contento os serviços contínuos de manutenção preventivas, corretiva, preditiva e assistência técnica, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, bem como realização de serviços eventuais diversos, nos sistemas, equipamentos e instalações dos elevadores da Presidência da República.

Afirmamos ainda que a empresa vem cumprindo a contenho com todas as obrigações assumidas, não havendo até o presente momento, nada que desabone sua capacidade técnica ou gerencial.

Brasília-DF, 01 abril de 2022.

Presidência da República
Eng.º João Francisco Guimarães Júnior
Engenheiro Mecânico – CREA-DF 11.142/D

MÓDULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA
CRISTIANO FERREIRA
ENG. MECÂNICO
CREA-ES 035358/D

Eng.º Cristiano Ferreira
Crea – ES035358/D



Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 402

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução n° 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-DF

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
0720190000341

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - Crea-DF o Acervo Técnico do profissional **RENATO SANTOS QUEIROZ** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **RENATO SANTOS QUEIROZ** RNP: **0708195156** Registro: **17486/D-DF**

Título profissional: **Engenheiro Mecanico**

Número da ART: **66368/2010**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **10/01/2011** ....Baixada em: **06/03/2019**
Forma de registro: **Inicial**..... Participação técnica: **Coautor**.....
Empresa contratada: **6807 - MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**.....

Contratante: **COMPANHIA IMOBILI?RIA DE BRAS?LIA TERRACAP** CPF/CNPJ: **00.359.877/0001-73**

SETOR DE ADMINISTRA??O MUNICIPAL, BLOCO F EDIF?CI Número: ..... Bairro: ASA NORTE..... CEP: 70610-000

Cidade: BRASILIA..... UF: DF Complemento: .....

E-Mail: ..... Fone: (.....)61334216....

Contrato: ..... Celebrado em: 00/00/0000 Valor R$: 55.752,00.....

Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: .....

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: SETOR DE ADMINISTRA??O MUNICIPAL, BLOCO F Número: .....

Bairro: ..... CEP: 70610-000.....

Cidade: BRASILIA..... UF: DF Complemento: .....

Data de Início: 16/12/2010 Conclusão efetiva: 16/12/2011 Coordenadas Geográficas: .....,.....

Finalidade: **Outro**..... Código/Obra pública: .....

Proprietário: **COMPANHIA IMOBILI?RIA DE BRAS?LIA TERRACAP** CPF/CNPJ: **00.359.877/0001-73**

E-Mail: ..... Fone: (.....) 61334216..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Assessoria** Manutenção OUTROS SERVICOS DE ENGENHARIA , 0,0000 ;

Observações

Objeto: CONTRATO DE MANUTEN??O PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSI??O DE PE?AS EM 03 TR?S ELEVADORES COMERCIAIS MARCA THYSSENS?R, COM 06 SEIS PARADAS E CAPACIDADE PARA 06 SEIS PASSAGEIROS OU 450 KG., Prazo Execucao: 365 DIA(S), Area Inicial: 000, Area Acrescimo: 000, Area Total: 000, Pavimentos: 0, Observacoes:

Informações Complementares

CERTIFICAMOS QUE A CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT FOI CONCEDIDA ADMINISTRATIVAMENTE, CONFORME PARECER DE 02/04/2019 DO DEPARTAMENTO TÉCNICO/DTE, DE ACORDO COM O PROCESSO Nº 203321/2019. CERTIDÃO VÁLIDA PARA O PROFISSIONAL ACIMA CITADO CONDIZENTES COM AS ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS DO ARTIGO 12 DA RESOLUÇÃO Nº 218/73, DO CONFEA.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 92758 a 92758, o atestado contendo <1> página(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico n° 0720190000341
Data: 30/04/2019 Hora: 10:51:00
Código de Controle: MWXSDBU

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.
A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnicoprofissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.
A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-DF (www.creadf.org.br).
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal
SGAS 901 - Conj. "D" Asa Sul Brasília-DF - CEP: 70390-010
Tel: (61) 3961-2800 Fax: (61) 3223-4619 E-mail: informacao@creadf.org.br

CREA-DF

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 404

ATESTADO TÉCNICO

Atestamos para fins de comprovação da realização de atividade técnica que, o profissional ***RENATO SANTOS QUEIROZ***, como Responsável Técnico pela **MÓDULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA**, prestou à **COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP** os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

Dados da obra ou serviço:

1. Contrato n.º 305/2010
2. ART n.º 66368/2010 (20100663681141003)
3. Objeto do Contrato: serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças em 03 (três) elevadores da Marca THYSSEN SÛR, de propriedade da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP.
4. Empresa contratada: **MÓDULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.926.726/0001-73, estabelecida no SAAN, Quadra 02, Lote 980 – Parte B, na cidade de Brasília/DF prestou serviços à COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, CNPJ nº 00.359.877/0001-73, registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 5350000034-8
5. Contratante dos serviços: **COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, CNPJ nº 00.359.877/0001-73**, registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 5350000034-8
6. Proprietário do empreendimento: **COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, CNPJ nº 00.359.877/0001-73**, registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 5350000034-8, endereço: SAM, Bloco "F" Edifício Sede TERRACAP - Brasília/DF - CEP 70.620-000
7. Período de execução: 16/12/2010 a 16/12/2011
8. Endereço da obra ou serviço: SAM - Bloco "F", Edifício Sede TERRACAP - Brasília/DF - CEP 70.620-000

Descrição das atividades desenvolvidas:

Serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças em 03 (três) elevadores da Marca THYSSEN SÛR, de propriedade da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP objeto do contrato 305/2010 referente ao processo administrativo nº 111.001658/2010-TERRACAP

Responsável Técnico:

1. Identificação do Responsável Técnico: **Renato Santos Queiroz**, nº de registro no CREA/DF 17486/D-DF, RNP: **0708195156**
2. Nível de atuação conforme glossário técnico: Assessoria
3. Período de participação nos serviços: 16/12/2010 a 16/12/2011
4. Atividades que efetivamente desenvolveu:

✓ *Manutenção OUTROS SERVICOS DE ENGENHARIA.*

Brasília-DF, 27 de Março de 2019.

Chefe do Núcleo de Serviços Gerais
TERRACAP

MARCOS SOUSA DA SILVA
Chefe do Núcleo de Serviços Gerais
TERRACAP/DIRAF/GERAT/NUGER
CPF/CNPJ: 00.359.877/0001-73

CARLOS ANTONIO LEAL
Diretor Técnico
TERRACAP/PRESI/DITEC
CPF/CNPJ: 00.359.877/0001-73

Carlos Antônio Leal
Diretor Técnico
DITEC/TERRACAP

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA - DF
A 0092.758

RENATO SANTOS QUEIROZ
CPF: 610.100.061-34

MSdS
\\Terracapnet\arquivos\NUGER_Documentos\2019\DESPACHOPROCESSO\DEP0001-19

SAM – BLOCO "F" EDIFÍCIO SEDE – BRASÍLIA – DF – CEP 70620-000 – E-MAIL: sac@terracap.df.gov.br. – Internet: www.terracap.df.gov.br
TELEFONES: (61)3342-2013 – 3342-2014 e 3342-2525 – CNPJ Nº 00.359.877/0001-73 – INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 07.312.572/001-20

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 405

ATESTADO TÉCNICO

Atestamos para fins de comprovação da realização de atividade técnica que, o profissional ***RENATO SANTOS QUEIROZ***, como Responsável Técnico pela **MÓDULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA**, prestou à **COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP** os serviços abaixo relacionados com as seguintes características:

Dados da obra ou serviço:

1. Contrato n.º 305/2010
2. ART n.º 66368/2010 (20100663681141003)
3. Objeto do Contrato: serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças em 03 (três) elevadores da Marca THYSSEN SÛR, de propriedade da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP.
4. Empresa contratada: **MÓDULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.926.726/0001-73, estabelecida no SAAN, Quadra 02, Lote 980 – Parte B, na cidade de Brasília/DF prestou serviços à COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, CNPJ nº 00.359.877/0001-73, registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 5350000034-8
5. Contratante dos serviços: **COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, CNPJ nº 00.359.877/0001-73**, registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 5350000034-8
6. Proprietário do empreendimento: **COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, CNPJ nº 00.359.877/0001-73**, registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 5350000034-8, endereço: SAM, Bloco "F" Edifício Sede TERRACAP - Brasília/DF - CEP 70.620-000
7. Período de execução: 16/12/2010 a 16/12/2011
8. Endereço da obra ou serviço: SAM - Bloco "F", Edifício Sede TERRACAP - Brasília/DF - CEP 70.620-000

Descrição das atividades desenvolvidas:

Serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças em 03 (três) elevadores da Marca THYSSEN SÛR, de propriedade da Companhia Imobiliária de Brasília – TERRACAP objeto do contrato 305/2010 referente ao processo administrativo nº 111.001658/2010-TERRACAP

Responsável Técnico:

1. Identificação do Responsável Técnico: **Renato Santos Queiroz**, nº de registro no CREA/DF 17486/D-DF, RNP: **0708195156**
2. Nível de atuação conforme glossário técnico: Assessoria
3. Período de participação nos serviços: 16/12/2010 a 16/12/2011
4. Atividades que efetivamente desenvolveu:

✓ *Manutenção OUTROS SERVICOS DE ENGENHARIA.*

Brasília-DF, 28 de Fevereiro de 2019.

Chefe do Núcleo de Serviços Gerais
Matrícula

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA TERRACAP
CPF/CNPJ: 00.359.877/0001-73

P.P.

RENATO SANTOS QUEIROZ - CPF: 610.100.061-34

MSdS
\\Terracapnet\arquivos\NUGER_Documentos\2019\DESPACHOPROCESSO\DEP0001-19

SAM – BLOCO "F" EDIFÍCIO SEDE – BRASÍLIA – DF – CEP 70620-000 – E-MAIL: sac@terracap.df.gov.br. – Internet: www.terracap.df.gov.br
TELEFONES: (61)3342-2013 – 3342-2014 e 3342-2525 – CNPJ Nº 00.359.877/0001-73 – INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº 07.312.572/001-20

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 406

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução n° 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-DF

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
0720190001047

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - Crea-DF o Acervo Técnico do profissional **RENATO SANTOS QUEIROZ** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **RENATO SANTOS QUEIROZ** RNP: **0708195156** Registro: **17486/D-DF**

Título profissional: **Engenheiro Mecanico**

Número da ART: **0720190041972**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **01/07/2019** ....Baixada em: **26/07/2019**
Forma de registro: **Substituição à 0720190040196**..... Participação técnica: **Corresponsável**..... à **0720130003201**.....
Empresa contratada: **6807 -..MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**.....

Contratante: **TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS** CPF/CNPJ: **00.531.954/0001-20**

Praça Municipal Lote 1 Bloco B Número: 01..... Bairro: Zona Cívico-Administrativa CEP: 70094-900

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: PALÁCIO DA JUSTIÇA..

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....)00000000....

Contrato: Nº 009/13. Celebrado em: 14/01/2013 Valor R$: 5.390.266,93...

Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: Praça Municipal Lote 1 Bloco B Número: 01.....

Bairro: Zona Cívico-Administrativa.... CEP: 70094-900.....

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: PALÁCIO DA JUSTIÇA.....

Data de Início: 14/01/2013 Conclusão efetiva: 31/07/2017 Coordenadas Geográficas: .....,.....

Finalidade: **Comercial .....** Código/Obra pública: .....

Proprietário: **TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS** CPF/CNPJ: **00.531.954/0001-20**

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....) 00000000..

Atividade(s) Técnica(s): 1 - **Realização** Instalação Elevador , 15,0000 unidade;**2 - Realização** Manutenção Elevador , 15,0000 unidade;

Observações

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 14/01/2013 À 31/07/2017. END. DE SERVIÇO: FORUM DE BRASILIA, BLOCO B / FORUM DE SAMAMBAIA. SUBSTITUIÇÃO INTEGRAL DE 15 ELEVADORES.

Número da ART: **0720190058447**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **28/08/2019** ....Baixada em: **26/09/2019**
Forma de registro: **Complementar à 0720190041972**..... Participação técnica: **Individual**.....
Empresa contratada: **6807 -..MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**.....

Contratante: **TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS** CPF/CNPJ: **00.531.954/0001-20**

Praça Municipal Lote 1 Bloco B Número: 01..... Bairro: Zona Cívico-Administrativa CEP: 70094-900

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: PALÁCIO DA JUSTIÇA..

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....)00000000....

Contrato: Nº 009/13. Celebrado em: 14/01/2013 Valor R$: 5.390.266,93...

Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: Praça Municipal Lote 1 Bloco B Número: 01.....

Bairro: Zona Cívico-Administrativa.... CEP: 70094-900.....

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: PALÁCIO DA JUSTIÇA.....

Data de Início: 17/02/2014 Conclusão efetiva: 26/08/2019 Coordenadas Geográficas: .....,.....

Finalidade: **Comercial .....** Código/Obra pública: .....

Proprietário: **TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS** CPF/CNPJ: **00.531.954/0001-20**

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....) 00000000..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Realização** Instalação Elevador , 15,0000 unidade;**2 - Realização** Manutenção Elevador , 15,0000 unidade;

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 407

Observações

1º TERMO ADITIVO- PRORROGAÇÃO DE 60 (SESSENTA) DIAS O PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO INICIAL. END. DE SERVIÇO: FORUM DE BRASILIA, BLOCO B / FORUM DE SAMAMBAIA. SUBSTITUIÇÃO INTEGRAL DE 15 ELEVADORES.

Número da ART: **0720190058448**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **27/08/2019** ....Baixada em: **26/09/2019**
Forma de registro: **Complementar** à **0720190058447**..... Participação técnica: **Individual**.....
Empresa contratada: **6807 -..MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**.....

Contratante: **TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS** CPF/CNPJ: **00.531.954/0001-20**

Praça Municipal Lote 1 Bloco B Número: 01..... Bairro: Zona Cívico-Administrativa CEP: 70094-900

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: PALÁCIO DA JUSTIÇA..

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....)00000000....

Contrato: Nº 009/13. Celebrado em: 14/01/2013 Valor R$: 5.390.266,93...

Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: Praça Municipal Lote 1 Bloco B Número: 01.....

Bairro: Zona Cívico-Administrativa.... CEP: 70094-900.....

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: PALÁCIO DA JUSTIÇA.....

Data de Início: 02/06/2014 Conclusão efetiva: 29/10/2014 Coordenadas Geográficas: .....,.....

Finalidade: **Comercial .....** Código/Obra pública: .....

Proprietário: **TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS** CPF/CNPJ: **00.531.954/0001-20**

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....) 00000000..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Realização** Instalação Elevador , 15,0000 unidade;**2 - Realização** Manutenção Elevador , 15,0000 unidade;

Observações

2º TERMO ADITIVO- PRORROGAÇÃO DE 150 (CENTO E CINQUENTA) DIAS O PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO INICIAL, OBSERVADA A PRORROGAÇÃO OBJETO DO TERMO ADITIVO Nº 01. END. DE SERVIÇO: FORUM DE BRASILIA, BLOCO B / FORUM DE SAMAMBAIA. SUBSTITUIÇÃO INTEGRAL DE 15 ELEVADORES.

Número da ART: **0720190058449**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **27/08/2019** ....Baixada em: **26/09/2019**
Forma de registro: **Complementar** à **0720190058448**..... Participação técnica: **Individual**.....
Empresa contratada: **6807 -..MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**.....

Contratante: **TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS** CPF/CNPJ: **00.531.954/0001-20**

Praça Municipal Lote 1 Bloco B Número: 01..... Bairro: Zona Cívico-Administrativa CEP: 70094-900

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: PALÁCIO DA JUSTIÇA..

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....)00000000....

Contrato: Nº 009/13. Celebrado em: 14/01/2013 Valor R$: 5.390.266,93...

Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: Praça Municipal Lote 1 Bloco B Número: 01.....

Bairro: Zona Cívico-Administrativa.... CEP: 70094-900.....

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: PALÁCIO DA JUSTIÇA.....

Data de Início: 23/09/2014 Conclusão efetiva: 23/12/2014 Coordenadas Geográficas: .....,.....

Finalidade: **Comercial .....** Código/Obra pública: .....

Proprietário: **TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS** CPF/CNPJ: **00.531.954/0001-20**

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....) 00000000..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Realização** Instalação Elevador , 15,0000 unidade;**2 - Realização** Manutenção Elevador , 15,0000 unidade;

Observações

3º TERMO ADITIVO- PRORROGAÇÃO DE 90 (NOVENTA) DIAS O PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO INICIAL, PASSANDO DE 23/09/2014 A 23/12/2014. END. DE SERVIÇO: FORUM DE BRASILIA, BLOCO B / FORUM DE SAMAMBAIA. SUBSTITUIÇÃO INTEGRAL DE 15 ELEVADORES.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS QUE A CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT FOI CONCEDIDA "AD REFERENDUM" PELO RELATOR NA CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA INDUSTRIAL E SEGURANÇA DO TRABALHO – CEEIST EM 03/10/2019, DE ACORDO COM O PROCESSO Nº 209890/2019. ATESTADO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS PARA OS SERVIÇOS ANOTADOS NA ART QUE SEJAM CONDIZENTES COM AS ATRIBUIÇÕES DO ARTIGO 12 DA RESOLUÇÃO 218/73 DO CONFEA.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 409

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 99611 a 99614, o atestado contendo <4> página(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 0720190001047
Data: 11/10/2019 Hora: 14:59:00
Código de Controle: EYWEMRD

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.
A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnicoprofissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.
A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-DF (www.creadf.org.br).
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal
SGAS 901 - Conj. "D" Asa Sul Brasília-DF - CEP: 70390-010
Tel: (61) 3961-2800 Fax: (61) 3223-4619 E-mail: informacao@creadf.org.br

CREA-DF

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 411

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CNPJ:00.531.954/0001-20
Coordenadoria de Contratos, Compras e Convênios
Praça do Buriti, Tribunal do Distrito Federal – Lote 01, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 700.94-900.Telefone: (61) 3103-7000

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de comprovação da realização de atividade técnica que a empresa **Módulo Engenharia Consultoria e Gerência Predial Ltda.,** CNPJ: **05.926.726/0001-73**, com sede na cidade de Brasília-DF, no **SAAN Quadra 02, Lote 980, Parte "B"**, executou os serviços de Manutenção de sistema de transporte vertical, composto por elevadores que presta serviços ao **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT**, Praça Municipal, Lote 01 Palácio de Justiça - Brasília-DF e demais localidades, abaixo relacionados com as seguintes características:

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA - DF
A 0099.611

Referências – Orona - EXBR20028GG – Quantidade: 01
Referências – Orona - EXBR20029GG – Quantidade: 01
Referências – Orona - EXBR20030GG – Quantidade: 01
Referências – Orona - EXBR20031GG – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2102 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2103 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2104 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2105 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2106 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2107 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2108 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2109 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2110 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2111 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2112 – Quantidade: 01

1- Especificações Técnicas:

15 (quinze) elevadores marca Orona e Fujitec, Com casa de máquinas, com acionamento eletrônico VVVF e com Máquinas de Tração com redutor e sem redutor (Gearless) de Imãs Permanentes, portas automáticas abertura central e lateral em aço inox, Sistema de Resgate Automático, Sistema de Gerador de Emergência, Sistema de Voz Digitalizada, Iluminação Eficiente em LED, Comando em Grupo e Sistema de

Gerenciamento e Supervisão de Tráfego dos Elevadores, composto de "hardware" e "software". Conforme características abaixo:

- Local: **Fórum de Samambaia – TJDFT**

Endereço: QR 302, Conjunto 1, Lote 1 - Samambaia Sul, Brasília - DF, 72310-030

EXBR20028GG e EXBR20029GG – Quantidade: 02

EXBR20030GG e EXBR20031GG – Quantidade: 02



a) Tipo: passageiros marca Orona com casa de máquinas;
b) Número de Paradas: 5 (cinco);
c) Entradas: 05;
d) Capacidade: 1000 Kg ou 13 passageiros;
e) Velocidade: 1,0 m/s ou 60 m/min;
f) Tensão de iluminação: 220 volts;
g) Tensão motriz: 380 volts 60 Hz;

- Local: **Fórum de Brasília Bloco "B" - TJDFT**

Endereço: Praza Municipal, Lote 1, Brasília - DF, 70.094-900

FE2102, FE2103 e FE2104 - Quantidade: 03

FE2105, FE2106 e FE2107 - Quantidade: 03

a) Tipo: passageiros
b) Número de Paradas: 11 (onze);
c) Entradas: 11;
d) Capacidade: 1350 Kg ou 18 passageiros;
e) Velocidade: 2,5 m/s ou 150 m/min;
f) Tensão de iluminação: 220 volts;
g) Tensão motriz: 380 volts 60 Hz;

FE2108 e FE2109 - Quantidade: 02

a) Tipo: passageiros;
b) Número de Paradas: 11 (onze);
c) Entradas: 11;
d) Capacidade: 1275 Kg ou 17 passageiros;
e) Velocidade: 2,5 m/s ou 150 m/min;
f) Tensão de iluminação: 220 volts;

g) Tensão motriz: 380 volts 60 Hz;

FE2110 - Quantidade: 01



a) Tipo: passageiros;
b) Número de Paradas: 12 (doze);
c) Entradas: 12;
d) Capacidade: 450Kg ou 06 passageiros;
e) Velocidade: 1,5 m/s ou 90 m/min;
f) Tensão de iluminação: 220 volts;
g) Tensão motriz: 380 volts 60 Hz;

FE2111 - Quantidade: 01

a) Tipo: passageiros;
b) Número de Paradas: 11 (onze);
c) Entradas: 11;
d) Capacidade: 800Kg ou 10 passageiros;
e) Velocidade: 1,5 m/s ou 90 m/min;
f) Tensão de iluminação: 220 volts;
g) Tensão motriz: 380 volts 60 Hz;

FE2112 - Quantidade: 01

a) Tipo: passageiros;
b) Número de Paradas: 11 (onze);
c) Entradas: 11;
d) Capacidade: 1125Kg ou 15 passageiros;
e) Velocidade: 1,5 m/s ou 90 m/min;
f) Tensão de iluminação: 220 volts;
g) Tensão motriz: 380 volts 60 Hz;

2- TERMO DE CONTRATO Nº.: 009/2013

3- REGISTRO SOB ART Nº.:

0720130003201 / 0720190041972 / 0720190058447 / 0720190058448 / 0720190058449

4- PERÍODO DE EXECUÇÃO:

Início: 14/01/2013 à 31/07/2017.

5- OBJETO DO CONTRATO:

Substituição integral de 15 (quinze) elevadores, sendo 11 (onze) elevadores da marca Atlas Shindler, situados no Fórum de Brasília – Bloco B e 04 (quatro) elevadores da marca Thyssenkrupp, localizado no Fórum de Samambaia, com substituição de componentes eletromecânicos e eletrônicos dos elevadores, incluindo os serviços de manutenção em garantia dos equipamentos a serem instalados e o serviço de alvenaria/estrutura, nos termos do Edital, deste Contrato e de seus anexos.

6 - RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:



Eng.º Juvenal Antunes Pereira Jr. - Crea-DF 7.929/D
(Engenheiro Mecânico e Engenheiro de Segurança do Trabalho)

Eng.º Renato Santos Queiroz – Crea-DF17486/D
(Engenheiro Mecânico)

Declaramos ainda, que os serviços foram executados em total conformidade com as disposições contratuais, demonstrando capacidade técnica, operacional e administrativa no período de 14/01/2013 até 31/07/2017, nada havendo até a presente data que possa desaboná-la.

Brasília-DF, 03 de setembro de 2019

Eng. Thiago de Souza Dias
Analista Judiciário
CREA-DF 15.888/D

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT
Thiago de Souza Dias
CREA 15888-D

Isabella Brito
Secretária de Recursos Materiais

Samuel Rayer de Santana
Secretário Substituto de Recursos Materiais

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CNPJ:00.531.954/0001-20
Coordenadoria de Contratos, Compras e Convênios
Praça do Buriti, Tribunal do Distrito Federal – Lote 01, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 700.94-900.Telefone: (61) 3103-7000

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de comprovação da realização de atividade técnica que a empresa **Módulo Engenharia Consultoria e Gerência Predial Ltda.,** CNPJ: **05.926.726/0001-73**, com sede na cidade de Brasília-DF, no **SAAN Quadra 02, Lote 980, Parte "B"**, executou os serviços de Manutenção de sistema de transporte vertical, composto por elevadores que presta serviços ao **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT**, Praça Municipal, Lote 01 Palácio de Justiça - Brasília-DF e demais localidades, abaixo relacionados com as seguintes características:

Referências – Orona - EXBR20028GG – Quantidade: 01
Referências – Orona - EXBR20029GG – Quantidade: 01
Referências – Orona - EXBR20030GG – Quantidade: 01
Referências – Orona - EXBR20031GG – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2102 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2103 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2104 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2105 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2106 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2107 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2108 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2109 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2110 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2111 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2112 – Quantidade: 01

1- Especificações Técnicas:

15 (quinze) elevadores marca Orona e Fujitec, Com casa de máquinas, com acionamento eletrônico VVVF e com Máquinas de Tração com redutor e sem redutor (Gearless) de Imãs Permanentes, portas automáticas abertura central e lateral em aço inox, Sistema de Resgate Automático, Sistema de Gerador de Emergência, Sistema de Voz Digitalizada, Iluminação Eficiente em LED, Comando em Grupo e Sistema de

Gerenciamento e Supervisão de Tráfego dos Elevadores, composto de "hardware" e "software". Conforme características abaixo:

- Local: **Fórum de Samambaia – TJDFT**

Endereço: QR 302, Conjunto 1, Lote 1 - Samambaia Sul, Brasília - DF, 72310-030

EXBR20028GG e EXBR20029GG – Quantidade: 02

EXBR20030GG e EXBR20031GG – Quantidade: 02

a) Tipo: passageiros marca Orona com casa de máquinas;
b) Número de Paradas: 5 (cinco);
c) Entradas: 05;
d) Capacidade: 1000 Kg ou 13 passageiros;
e) Velocidade: 1,0 m/s ou 60 m/min;
f) Tensão de iluminação: 220 volts;
g) Tensão motriz: 380 volts 60 Hz;

- Local: **Fórum de Brasília Bloco "B" - TJDFT**

Endereço: Praza Municipal, Lote 1, Brasília - DF, 70.094-900

FE2102, FE2103 e FE2104 - Quantidade: 03

FE2105, FE2106 e FE2107 - Quantidade: 03

a) Tipo: passageiros
b) Número de Paradas: 11 (onze);
c) Entradas: 11;
d) Capacidade: 1350 Kg ou 18 passageiros;
e) Velocidade: 2,5 m/s ou 150 m/min;
f) Tensão de iluminação: 220 volts;
g) Tensão motriz: 380 volts 60 Hz;

FE2108 e FE2109 - Quantidade: 02

a) Tipo: passageiros;
b) Número de Paradas: 11 (onze);
c) Entradas: 11;
d) Capacidade: 1275 Kg ou 17 passageiros;
e) Velocidade: 2,5 m/s ou 150 m/min;
f) Tensão de iluminação: 220 volts;

g) Tensão motriz: 380 volts 60 Hz;

FE2110 - Quantidade: 01

a) Tipo: passageiros;
b) Número de Paradas: 12 (doze);
c) Entradas: 12;
d) Capacidade: 450Kg ou 06 passageiros;
e) Velocidade: 1,5 m/s ou 90 m/min;
f) Tensão de iluminação: 220 volts;
g) Tensão motriz: 380 volts 60 Hz;

FE2111 - Quantidade: 01

a) Tipo: passageiros;
b) Número de Paradas: 11 (onze);
c) Entradas: 11;
d) Capacidade: 800Kg ou 10 passageiros;
e) Velocidade: 1,5 m/s ou 90 m/min;
f) Tensão de iluminação: 220 volts;
g) Tensão motriz: 380 volts 60 Hz;

FE2112 - Quantidade: 01

a) Tipo: passageiros;
b) Número de Paradas: 11 (onze);
c) Entradas: 11;
d) Capacidade: 1125Kg ou 15 passageiros;
e) Velocidade: 1,5 m/s ou 90 m/min;
f) Tensão de iluminação: 220 volts;
g) Tensão motriz: 380 volts 60 Hz;

2- TERMO DE CONTRATO Nº.: 009/2013

3- REGISTRO SOB ART Nº.:

0720130003201 / 0720190041972 / 0720190058447 / 0720190058448 / 0720190058449

4- PERÍODO DE EXECUÇÃO:

Início: 14/01/2013 à 31/07/2017.

5- OBJETO DO CONTRATO:

Substituição integral de 15 (quinze) elevadores, sendo 11 (onze) elevadores da marca Atlas Shindler, situados no Fórum de Brasília – Bloco B e 04 (quatro) elevadores da marca Thyssenkrupp, localizado no Fórum de Samambaia, com substituição de componentes eletromecânicos e eletrônicos dos elevadores, incluindo os serviços de manutenção em garantia dos equipamentos a serem instalados e o serviço de alvenaria/estrutura, nos termos do Edital, deste Contrato e de seus anexos.

6 - RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Eng.º Juvenal Antunes Pereira Jr. - Crea-DF 7.929/D
(Engenheiro Mecânico e Engenheiro de Segurança do Trabalho)

Eng.º Renato Santos Queiroz – Crea-DF17486/D
(Engenheiro Mecânico)

Declaramos ainda, que os serviços foram executados em total conformidade com as disposições contratuais, demonstrando capacidade técnica, operacional e administrativa no período de 14/01/2013 até 31/07/2017, nada havendo até a presente data que possa desaboná-la.

Brasília-DF, 03 de setembro de 2019

Eng. Thiago de Souza Dias
Analista Judiciário
CREA-DF 15.888/D

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT
Thiago de Souza Dias
CREA 15888-D

Isabella Brito
Secretária de Recursos Materiais

Samuel Rayer de Santana
Secretário Substituto de Recursos Materiais

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução n° 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-DF

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
0720190001050

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - Crea-DF o Acervo Técnico do profissional **RENATO SANTOS QUEIROZ** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **RENATO SANTOS QUEIROZ** RNP: **0708195156** Registro: **17486/D-DF**

Título profissional: **Engenheiro Mecanico**

Número da ART: **0720190029570**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **20/05/2019** ....Baixada em: **22/07/2019**
Forma de registro: **Inicial**..... Participação técnica: **Corresponsável**..... à **0720180047512**.....
Empresa contratada: **6807 -..MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**.....

Contratante: **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERREITORIOS** CPF/CNPJ: **00.531.954/0001-20**

Praça Municipal Lote 1 Bloco B Número: -..... Bairro: Zona Cívico-Administrativa CEP: 70094-900

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: .....

E-Mail: **NENHUM**..... Fone: (61....)00000000....

Contrato: Nº 100/2018 Celebrado em: 16/07/2018 Valor R$: 276.453,55.....

Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Privado

Ação institucional: **Nenhuma/Não Aplicável**

Endereço da Obra/Serviço: Praça Municipal Lote 1 Bloco B Número: -.....

Bairro: Zona Cívico-Administrativa.... CEP: 70094-900.....

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: .....

Data de Início: 16/07/2018 Conclusão efetiva: 17/07/2019 Coordenadas Geográficas: ....,.....

Finalidade: **Comercial .....** Código/Obra pública: .....

Proprietário: **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERREITORIOS** CPF/CNPJ: **00.531.954/0001-20**

E-Mail: **NENHUM**..... Fone: (61....) 00000000..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Realização** Manutenção Elevador , 21,0000 unidade;

Observações

Informações Complementares

CERTIFICAMOS QUE A CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT FOI CONCEDIDA ADMINISTRATIVAMENTE, CONFORME PARECER DE 24/09/2019 DO DEPARTAMENTO TÉCNICO/DTE, DE ACORDO COM O PROCESSO **Nº** 209619/2019. CERTIDÃO VÁLIDA PARA O PROFISSIONAL ACIMA CITADO, **PARA O PERÍODO DE 16/07/2018 A 17/07/2019**, SOMENTE PARA OS SERVIÇOS CONSTANTES DA ART E DO ATESTADO CONDIZENTES COM AS ATRIBUIÇÕES DE ACORDO COM **ARTIGO 12 DA RESOLUÇÃO Nº 218/73 DO CONFEA**.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 99618 a 99622, o atestado contendo <5> página(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico n° 0720190001050
Data: 11/10/2019 Hora: 17:34:00
Código de Controle: XZZHPGJ

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.
A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnicoprofissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.
A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-DF (www.creadf.org.br).
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal
SGAS 901 - Conj. "D" Asa Sul Brasília-DF - CEP: 70390-010
Tel: (61) 3961-2800 Fax: (61) 3223-4619 E-mail: informacao@creadf.org.br

CREA-DF

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 421

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CNPJ:00.531.954/0001-20
Coordenadoria de Contratos, Compras e Convênios
Praça do Buriti, Tribunal do Distrito Federal – Lote 01, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 700.94-900.Telefone: (61) 3103-7000

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de comprovação da realização de atividade técnica que a empresa **Módulo Engenharia Consultoria e Gerência Predial Ltda.,** CNPJ: **05.926.726/0001-73**, com sede na cidade de Brasília-DF, no **SAAN Quadra 02, Lote 980, Parte "B"**, executou os serviços de Manutenção de sistema de transporte vertical, composto por elevadores que presta serviços ao **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT**, Praça Municipal, Lote 01 – Palácio de Justiça - Brasília-DF e demais localidades, abaixo relacionados com as seguintes características:



Referências – Orona – EXBR87992GG – Quantidade: 01
Referências – Orona – EXBR87979GG – Quantidade: 01
Referências – Orona – EXBR87986GG – Quantidade: 01
Referências – Orona – EXBR87993GG – Quantidade: 01
Referências – Orona - EXBR29752GG – Quantidade: 01
Referências – Orona - EXBR29753GG – Quantidade: 01
Referências – Orona - EXBR20028GG – Quantidade: 01
Referências – Orona - EXBR20029GG – Quantidade: 01
Referências – Orona - EXBR20030GG – Quantidade: 01
Referências – Orona - EXBR20031GG – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2102 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2103 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2104 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2105 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2106 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2107 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2108 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2109 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2110 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2111 – Quantidade: 01
Referências – Fujitec - FE2112 – Quantidade: 01

1- Especificações Técnicas:

21 (vinte e um) elevadores marca Orona e Fujitec, Com casa de máquinas, com acionamento eletrônico VVVF e com Máquinas de Tração com redutor e sem redutor (Gearless) de Imãs Permanentes, portas automáticas abertura central e lateral em aço inox, Sistema de Resgate Automático, Sistema de Gerador de Emergência, Sistema de

Voz Digitalizada, Iluminação Eficiente em LED, Comando em Grupo e Sistema de Gerenciamento e Supervisão de Tráfego dos Elevadores, composto de "hardware" e "software". Conforme características abaixo:

- Local: **Fórum de Samambaia – TJDFT**

Endereço: QR 302, Conjunto 1, Lote 1 - Samambaia Sul, Brasília - DF, 72310-030

EXBR20028GG e EXBR20029GG – Quantidade: 02

EXBR20030GG e EXBR20031GG – Quantidade: 02



a) Tipo: passageiros marca Orona com casa de máquinas;

b) Número de Paradas: 5 (cinco);

c) Entradas: 05;

d) Capacidade: 1000 Kg ou 13 passageiros;

e) Velocidade: 1,0 m/s ou 60 m/min;

f) Tensão de iluminação: 220 volts;

g) Tensão motriz: 380 volts 60 Hz;

- Local: **TJDFT - Fórum de Sobradinho (EXBR29752GG)**

Endereço: St. Administrativo Q. Central - Sobradinho, Brasília - DF, 73010-700

- Local: **Fórum Desembargador Lúcio Batista Arantes (EXBR29753GG)**

Endereço: St. Administrativo - Planaltina, Brasília - DF, 73310-900

EXBR29752GG e EXBR29753GG – Quantidade: 02

a) Tipo: passageiros marca Orona com casa de máquinas;

b) Número de Paradas: 3 (três);

c) Entradas: 03;

d) Capacidade: 630 Kg ou 08 passageiros;

e) Velocidade: 1,0 m/s ou 60 m/min;

f) Tensão de iluminação: 220 volts;

g) Tensão motriz: 380 volts 60 Hz;

- Local: **TJDFT - Fórum de Taguatinga (EXBR87979GG / EXBR87993GG)**
- Endereço: St. C Norte AE 23 - Taguatinga, Brasília - DF, 72115-901

- Local: **Fórum Desembargador José Manoel Coelho (EXBR87992GG / EXBR87986GG)**
- Endereço: Área Especial 01 QNM 11 - Ceilândia, Brasília - DF, 72215-110

EXBR87979GG, EXBR87993GG – Quantidade: 02

EXBR87992GG, EXBR87986GG – Quantidade: 02

a) Tipo: passageiros marca Orona com casa de máquinas;
b) Número de Paradas: 3 (três);
c) Entradas: 03;
d) Capacidade: 800 Kg ou 10 passageiros;
e) Velocidade: 1,0 m/s ou 60 m/min;
f) Tensão de iluminação: 220 volts;
g) Tensão motriz: 380 volts 60 Hz;



Local: **TJDFT - Fórum de Brasília Bloco "B"**
Endereço: Praça Municipal, Lote 1 – Brasília/DF, CEP: 70.094-900

FE2102, FE2103 e FE2104 - Quantidade: 03

FE2105, FE2106 e FE2107 - Quantidade: 03

a) Tipo: passageiros
b) Número de Paradas: 11 (onze);
c) Entradas: 11;
d) Capacidade: 1350 Kg ou 18 passageiros;
e) Velocidade: 2,5 m/s ou 150 m/min;
f) Tensão de iluminação: 220 volts;
g) Tensão motriz: 380 volts 60 Hz;

FE2108 e FE2109 - Quantidade: 02

a) Tipo: passageiros;
b) Número de Paradas: 11 (onze);
c) Entradas: 11;
d) Capacidade: 1275 Kg ou 17 passageiros;
e) Velocidade: 2,5 m/s ou 150 m/min;
f) Tensão de iluminação: 220 volts;
g) Tensão motriz: 380 volts 60 Hz;

FE2110 - Quantidade: 01

a) Tipo: passageiros;
b) Número de Paradas: 12 (doze);
c) Entradas: 12;

d) Capacidade: 450Kg ou 06 passageiros;

e) Velocidade: 1,5 m/s ou 90 m/min;

f) Tensão de iluminação: 220 volts;

g) Tensão motriz: 380 volts 60 Hz;

FE2111 - Quantidade: 01

a) Tipo: passageiros;

b) Número de Paradas: 11 (onze);

c) Entradas: 11;

d) Capacidade: 800Kg ou 10 passageiros;

e) Velocidade: 1,5 m/s ou 90 m/min;

f) Tensão de iluminação: 220 volts;

g) Tensão motriz: 380 volts 60 Hz;

FE2112 - Quantidade: 01



a) Tipo: passageiros;

b) Número de Paradas: 11 (onze);

c) Entradas: 11;

d) Capacidade: 1125Kg ou 15 passageiros;

e) Velocidade: 1,5 m/s ou 90 m/min;

f) Tensão de iluminação: 220 volts;

g) Tensão motriz: 380 volts 60 Hz;

2- TERMO DE CONTRATO Nº.: 100/2018

3- REGISTRO SOB ART Nº.: 0720180047512

4- PERÍODO DE EXECUÇÃO: Início: 16/07/2018 à 17/07/2019

5- OBJETO DO CONTRATO:

Prestação de serviços de Manutenção preventiva e corretiva no sistema de elevadores de passageiros, incluindo todos os seus componentes eletromecânicos, mecânicos, elétricos, eletrônicos, de emergência, de segurança e quaisquer outros que integrem o sistema, incluindo o fornecimento de peças, materiais e acessórios.

6 - RESPONSÁVEIS TÉCNICOS:

Eng.º Juvenal Antunes Pereira Jr. - Crea-DF 7.929/D

(Engenheiro Mecânico e Engenheiro de Segurança do Trabalho)

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
CNPJ:00.531.954/0001-20
Coordenadoria de Contratos, Compras e Convênios
Praça do Buriti, Tribunal do Distrito Federal – Lote 01, Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 700.94-900.Telefone: (61) 3103-7000

Eng.º Renato Santos Queiroz – Crea-DF17486/D
(Engenheiro Mecânico)

Eng.º Cristiano Ferreira – Crea – ES035358/D
(Engenheiro Mecânico)



Declaramos ainda, que os serviços foram executados em total conformidade com as disposições contratuais, demonstrando capacidade técnica, operacional e administrativa no período de 16/07/2018 até 17/07/2019, nada havendo até a presente data que possa desaboná-la.

Brasília-DF, de julho de 2019.

Eng. Thiago de Souza Dias
Analista Judiciário
CREA-DF 15.888/D

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT
Thiago de Souza Dias
CREA 15888-D

Isabella Brito
Secretária de Recursos Materiais

Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução n° 1.025, de 30 de outubro de 2009

CREA-DF

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO
0720190000592

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal - Crea-DF o Acervo Técnico do profissional **CRISTIANO FERREIRA** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo descriminada(s):

Profissional: **CRISTIANO FERREIRA** RNP: **0813318955** Registro: **35358/D-ES**

Título profissional: **Engenheiro Mecanico , Tecnico em Mecanica**

Número da ART: **0720180045720**..... Tipo de ART: **Obra ou serviço**..Registrada em: **23/07/2018** ....Baixada em: **19/06/2019**
Forma de registro: **Inicial**..... Participação técnica: **Corresponsável**..... à **0720180045719**.....
Empresa contratada: **6807 -..MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**.....

Contratante: **CIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP** CPF/CNPJ: **00.037.457/0001-70**

StA Setor de Áreas Públicas... Número: LT B... Bairro: Zona Industrial (Guará).. CEP: 71215-000

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: .....

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....)00000000....

Contrato: Nº 035/2018-ASJUR/PRES Celebrado em: 28/03/2018 Valor R$: 175.770,00.....

Vinculada a ART: ..... Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

Ação institucional: Nenhuma/Não Aplicável

Endereço da Obra/Serviço: SDC (Setor de Difusão Cultural) Número: -.....

Bairro: Zona Civico-Administrativa.... CEP: 70070-350.....

Cidade: Brasília..... UF: DF Complemento: VER OBSERVAÇÃO.....

Data de Início: 28/03/2018 Conclusão efetiva: 30/04/2019 Coordenadas Geográficas: .....,.....

Finalidade: **Comercial .....** Código/Obra pública: .....

Proprietário: **CIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP** CPF/CNPJ: **00.037.457/0001-70**

E-Mail: NENHUM..... Fone: (61....) 00000000..

Atividade(s) Técnica(s): **1 - Realização** Manutenção Elevador , 5,0000 unidade;**2 - Realização** Manutenção Escada Rolante , 4,0000 unidade;

Observações

5 (CINCO) ELEVADORES DA TORRE DE TV E DA FEIRA DE ARTESANATO / 4 (QUATRO) ESCADAS ROLANTES DA FEIRA DE ARTESANATO DA TORRE DE TV.

Informações Complementares

CERTIFICAMOS QUE A CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO - CAT FOI CONCEDIDA ADMINISTRATIVAMENTE, CONFORME PARECER DE 24/06/2019 DO DEPARTAMENTO TÉCNICO/DTE, DE ACORDO COM O PROCESSO Nº 207726/2019. CERTIDÃO VÁLIDA PARA O PROFISSIONAL ACIMA CITADO CONDIZENTES COM AS ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS DOS ARTIGOS 1º E 12 DA RESOLUÇÃO Nº 218/73, DO ARTIGO 2º DA LEI Nº 5.524/68, DO ARTIGO 4º DO DECRETO FEDERAL 90.922/85 E DISPOSTO NO DECRETO Nº 4560/02, CIRCUNSCRITO AO ÂMBITO DOS RESPECTIVO LIMITES DE SUA FORMAÇÃO.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, conforme selos de segurança 95607 a 95610, o atestado contendo <4> página(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico n° 0720190000592
Data: 01/07/2019 Hora: 10:27:00
Código de Controle: WTDPAJQ

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.
A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnicoprofissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.
A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.
A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-DF (www.creadf.org.br).
A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal
SGAS 901 - Conj. "D" Asa Sul Brasília-DF - CEP: 70390-010
Tel: (61) 3961-2800 Fax: (61) 3223-4619 E-mail: informacao@creadf.org.br

CREA-DF

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 429

NOVACAP

Atestado registrado mediante vinculação à respectiva CAT
CREA - DF
A 0095.607

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Ref.: Processo n.º 00112.0001.6890/2019-50

A) QUALIFICAÇÃO:

A **Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, NOVACAP,** vem, através do presente, atestar que a Empresa **MÓDULO ENGENHARIA CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA** executou o serviço abaixo relacionado, tendo como responsáveis técnicos os profissionais: **Engºs. Mecânicos JUVENAL ANTUNES PEREIRA JÚNIOR – CREA nº. 7.929/D-DF, ART nº. 0720180045719 e CRISTIANO FERREIRA – CREA nº. 35.358/D-ES, ART nº. 0720180045720,** conforme atribuições que lhes confere a Resolução nº. 218, CONFEA.

Contrato: 035/2018 - ASJUR/PRES

112.005.053/2016

1. **Local:** Complexo Cultural e Turismo da Torre de TV e da Feira da Torre de TV em Brasília — DF
2. **Objeto:** Serviços contínuos de manutenção preventiva, corretiva, preditiva e assistência técnica, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, bem como realização de serviços eventuais diversos, nos sistemas, equipamentos e instalações dos elevadores e escadas rolantes do Complexo Cultural e Turismo da Torre de TV e da Feira da Torre de TV em Brasília — DF
3. **Valor Contrato:** R$ 175.770,00 (Cento e setenta e cinco mil, setecentos e setenta reais).
4. **Prazo de Execução:** 30/04/2018 a 30/04/2019.
5. **Serviços Executados:**

ELEVADOR DO MIRANTE:

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 431

Quantidade:	01
Capacidade:	1700 Kg ou 23 passageiros
Velocidade nominal:	105 m/min ou 1,75 m/s
Número de paradas/entradas:	03
Casa de maquinas	subsolo
Destinação:	público

ELEVADOR DO MUSEU:

Quantidade:	01
Capacidade:	1700 Kg ou 23 passageiros
Velocidade nominal:	105 m/min ou 1,75 m/s
Numero de paradas/entradas:	02
Casa de maquinas	subsolo
Destinação:	público

ELEVADOR DE SERVIÇO:

Quantidade:	01
Capacidade:	1700 Kg ou 23 passageiros
Velocidade nominal:	105 m/min ou 1,75 m/s
Numero de paradas/entradas:	03
Casa de maquinas	subsolo
Destinação:	público

ELEVADOR SEMI PANORAMICO ABRIGADO SEM CASA DE MAQUINAS DA FEIRA DE ARTESANATO DA TORRE DE TV:

Quantidade:	02
Capacidade:	1500 Kg ou 20 passageiros
Velocidade nominal:	60 m/min ou 1,00 m/s

Numero de paradas/entradas:	02
Casa de maquinas	na caixa de corrida
Destinação:	público

CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS QUATRO ESCADAS ROLANTES DA FEIRA DE ARTESANATO DA TORRE DE TV:

Escadas Rolantes Ala Sul

- Escada Rolante 1
Modelo: Heavy Duty;
Inclinação: 30º;
Degraus em nível: 3
Desnível: 5,0 m;
Capacidade: 9.000 pessoas/h;
Largura do degrau: 1,0 m
Velocidade: 0,5 m/s.

- Escada Rolante 2
Modelo: Heavy Duty;
Inclinação: 30º;
Degraus em nível: 3
Desnível: 5,0 m;
Capacidade: 9.000 pessoas/h;
Largura do degrau: 1,0 m
Velocidade: 0,5 m/s.

- Escada Rolante 3
Modelo: Heavy Duty;
Inclinação: 30º;
Degraus em nível: 3
Desnível: 5,0 m;
Capacidade: 9.000 pessoas/h;
Largura do degrau: 1,0 m
Velocidade: 0,5 m/s.

- Escada Rolante 4

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 433

Modelo: Heavy Duty;
Inclinação: 30°;
Degraus em nível: 3
Desnível: 5,0 m;
Capacidade: 9.000 pessoas/h;
Largura do degrau: 1,0 m
Velocidade: 0,5 m/s.

B) DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS:

Serviços contínuos de manutenção preventiva, corretiva, preditiva e assistência técnica, com fornecimento de peças, materiais e mão de obra, bem como realização de serviços eventuais diversos, nos sistemas, equipamentos e instalações dos elevadores e escadas rolantes do Complexo Cultural e Turismo da Torre de TV e da Feira da Torre de TV em Brasília — DF

C) EMITENTE:

Por ser verdade firmamos o presente atestado.

Brasília-DF, 30 de Maio de 2019.

FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA RAMOS
DIRETOR DE EDIFICAÇÕES
CREA N.° 21.611/D-DF

PAULO ROBERTO DE CASTRO
CHEFE DO DEDI/DE
CREA N.° 8.087/D-DF

ANA PAULA GUERREIRO VIDIGAL MANFRIM
CHEFE DO SERFO/DE
CREA N.° 13.379/D-DF

PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA
FISCAL DO SERFO/DE
CREA N.° 7.932/D-DF

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 434

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº1.025, de 30 de Outubro de 2009, do Confea que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro - Crea-RJ, o Acervo Técnico do profissional ROBSON MACARIO DO NASCIMENTO referente à(s) ..... Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s): .....

.....

Profissional: **ROBSON MACARIO DO NASCIMENTO**.....

Registro: **2005100535** RNP: **2000511554**.....

Título Profissional: **ENGENHEIRO MECANICO** .....

.....

ART Nº 2020200081837 - de 04/06/2020 Tipo de registro: OBRA OU SERVICO.....

Executante: MÓDULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA...

Registro: 2014201068.....

Tipo Contratante: PESSOA JURIDICA DE DIREITO PRIVADO.....

Contratante: ESSENCE CONDOMINIUM.....

Endereço: RUA FRANCO ZAMPARI 111 - JACAREPAGUA.....

RIO DE JANEIRO RJ.....

Finalidade: RESIDENCIAL.....

Proprietário: ESSENCE CONDOMINIUM.....

Atividade Técnica: .....

(1): ASSISTENCIA.....

(2): EXECUCAO DE REPARO.....

(3): MANUTENCAO DE EQUIPAMENTO.....

Especificação da Atividade: .....

(1): CONSERVACAO.....

(2): MODIFICACAO.....

Complemento: .....

(1): ELEVADOR .....

Informação Complementar: .....

EXECUTAR MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM 24 (VINTE E QUATRO) ..... ELEVADORES DA MARCA ORONA. VELOCIDADE 1,0/ 1,6 MT/S; PARADAS 08/10/11/13; . CAPACIDADE: 750 KL E 01 PLATAFORMA, MARCA MONTELE; CAPACIDADE 250 KG, ... PARADAS 02. .....

Nº do contrato: 262019.....

Quantificação: 25,00 un.....

Data de Celebração: 29/03/2019.....

Data de Início: 01/04/2019.....

Prazo do Contrato: DETERMINADO 24 mes(es).....

Valor de Contrato/Honorário: R$ 409.935,84.....

Endereço: RUA FRANCO ZAMPARI 111 - JACAREPAGUA.....

(CONTINUA)

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 46758/2020)

RIO DE JANEIRO RJ.....
RESSALVAS: .....
O Atestado em anexo não confere reconhecimento de habilitação profissional para .... o(s) serviço(s) referente(s) a ENGENHARIA ELÉTRICA[MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE VOZ .... DIGITALIZADA] o(s) qual(is) e(são) atribuição(ões) que exigem responsabilidade ..... técnica de um ENGENHEIRO ELETRICISTA .....
OBSERVAÇÕES: .....
Esta certidão refere-se aos serviços realizados parcialmente conforme período ou ... quantitativos constantes do atestado anexo. A ART 2020200077131 foi cancelada e ... substituída pela ART 2020200081837. .....
.....
CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, com ressalvas e observações, o atestado contendo 3 folha(s), expedido pelo contratante da ..... obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele ..... constantes. .....
.....

Certidão de Acervo Técnico nº 46758/2020
Emitida às: 18/06/2020 11:23 (hora de Brasília)
Código de controle do comprovante: 0.5018359328760408

Rio de Janeiro, 18 de Junho de 2020

ROSIANE DA SILVA MOULIN CURTI
Coordenadora de Acervo Técnico - Mat. 584
(POR DELEGAÇÃO)

A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no Crea.

A CAT à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

A CAT é válida em todo o território nacional.

A CAT perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos e quantitativos nela contidos, bem como de alteração da situação do registro da ART.

A autenticidade e a validade desta certidão deve ser confirmada no site do Crea-RJ (www.crea-rj.org.br).

A falsificação deste documento constitui crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

ESSENCE CONDOMINIUM

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de comprovação da realização de atividade técnica que a empresa **Módulo Engenharia Consultoria e Gerência Predial Ltda.,** CNPJ: **05.926.726/0001-73**, com sede na cidade de Brasília-DF, no **SAAN Quadra 02, Lote 980, Parte "B"**, executou os serviços Manutenção preventiva, corretiva de sistema de transporte vertical, composto por elevadores que presta serviços ao **Essence Condominium**, CNPJ: **25.369.318/0001-75**, instalados na Rua Franco Zampari N.º 111 – Bairro Jacarepaguá - Rio de Janeiro – RJ.

1- Objeto do Contrato:

Prestação de serviços de Manutenção preventiva e corretiva em atendimentos emergenciais em transporte vertical, incluídos o fornecimento de peças, materiais e acessórios em 01 (uma) plataforma (PNE) Marca Montele e 24 (vinte e quatro) elevadores marca Orona, sem casa de máquinas, com acionamento eletrônico VVVF e com Máquinas de Tração sem engrenagem, portas automáticas em aço inox, Sistema de Voz Digitalizada, Iluminação Eficiente em LED.

ROBSON MACARIO DO NASCIMENTO
ENG. MECÂNICO
CREA 2263100535

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 437

2- Especificações Técnicas dos Elevadores:

Especificação Técnica dos Elevadores							
Descrição	**Modelo**	**Identificação**	**Segmento**	**Vel. m/s**	**Qtd. Passageiros**	**Carga**	**Paradas**
Plataforma	Montele		PNE	0,3	3	210Kg	2
Elev. Social	Orona	XBR25873	Passageiros	1,0	10	800Kg	13
Elev. Social	Orona	XBR25880	Passageiros	1,0	10	800Kg	13
Elev. Social	Orona	XBR25882	Passageiros	1,0	10	800Kg	13
Elev. Social	Orona	XBR25881	Passageiros	1,0	10	800Kg	13
Elev. Social	Orona	XBR25874	Passageiros	1,6	10	800kg	11
Elev. Serviço	Orona	XBR25883	Passageiros	1,6	10	800kg	11
Elev. Social	Orona	XBR25875	Passageiros	1,6	10	800kg	10
Elev. Social	Orona	XBR25884	Passageiros	1,6	10	800kg	10
Elev. Social	Orona	XBR25876	Passageiros	1,0	10	800kg	11
Elev. Social	Orona	XBR25885	Passageiros	1,0	10	800kg	11
Elev. Social	Orona	XBR25886	Passageiros	1,0	10	800kg	11
Elev. Social	Orona	XBR25887	Passageiros	1,0	10	800kg	11
Elev. Serviço	Orona	XBR25887	Passageiros	1,0	10	800kg	11
Elev. Social	Orona	XBR25888	Passageiros	1,0	10	800kg	10
Elev. Social	Orona	XBR25889	Passageiros	1,0	10	800kg	10
Elev. Serviço	Orona	XBR25890	Passageiros	1,0	10	800kg	10
Elev. Social	Orona	XBR25878	Passageiros	1,0	10	800kg	8
Elev. Social	Orona	XBR25891	Passageiros	1,0	10	800kg	8
Elev. Social	Orona	XBR25892	Passageiros	1,0	10	800kg	8
Elev. Social	Orona	XBR25893	Passageiros	1,0	10	800kg	8
Elev. Social	Orona	XBR25879	Passageiros	1,0	10	800kg	8
Elev. Social	Orona	XBR25894	Passageiros	1,0	10	800kg	8
Elev. Social	Orona	XBR25895	Passageiros	1,0	10	800kg	8
Elev. Social	Orona	XBR25896	Passageiros	1,0	10	800kg	8

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 438

3 - Termo de Contrato **N.º.: 26/2019**

4 - Registro sob ART **Nº.: 2020200077131**

5 - Período de Execução:

01/04/2019 à 01/04/2021

6 - Valor contratual: R$ 409.935,84 (Quatrocentos e nove mil e novecentos e trinta e cinco reais e oitenta e quatro centavos).

7 - Responsável Técnico:

Eng.º Robson Macário do Nascimento - Crea-RJ 2005100535

(Engenheiro Mecânico)

Declaramos ainda, que os serviços foram executados em total conformidade com as disposições contratuais, demonstrando capacidade técnica, operacional e administrativa, nada havendo até a presente data que possa desabonará-la.

Salientamos também que este Atestado refere-se ao período parcial de 01/04/2019 à 01/04/2020, haja vista o contrato vigente expirar somente em 01/04/2021, onde aos serviços executados seguem em andamento.

Rio de Janeiro – RJ, 05 de junho de 2020.

Essence Condominium
CNPJ: 25.369.318/0001-75
Marcos Cravo Magalhães
Síndico – Geral

Eng.º Robson Macário do Nascimento
CREA-RJ 200511554 – RJ

ROBSON MACÁRIO DO NASCIMENTO
ENG. MECÂNICO
CREA RJ 2005100535

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 439

consideração tratar-se de uma chamada de carro ou de pavimento; se, devido à condição de tráfego, é detectado que a tendência do número de reaberturas é aumentar, os tempos de porta são automaticamente aumentados; ao contrário, se a tendência é ter menos reaberturas, os tempos de porta são automaticamente reduzidos;

- **Dispositivo de retorno automático de carro:** após decorrido um intervalo de tempo pré-determinado e se nenhuma chamada tiver sido registrada, o carro procura a zona livre mais próxima; chegando ao pavimento de estacionamento, o carro permanece parado e com as portas fechadas;
- **Carro para o pavimento principal:** os elevadores são dotados de dispositivos que permitem ao pessoal da portaria do edifício chamar o carro ao andar principal, mediante o acionamento de uma chave, para fins de limpeza ou manutenção das cabinas; nesta operação, o carro viaja diretamente para o andar principal atendendo somente as chamadas já registradas no seu painel de operação; o(s) carro(s) retido(s) dessa forma é (são) retirado(s) do grupo, e permanece(m) estacionado(s) no andar principal com as portas abertas enquanto a chave estiver acionada;
- **Serviço independente:** ao acionamento de uma chave, localizada no painel de operação, o carro passa a ser operado apenas pelos dispositivos da cabina; durante a operação "serviço independente", o carro não deve atender qualquer chamada de pavimento, mas apenas as registradas na cabina, uma por vez; nesse caso o carro selecionado é retirado do grupo;
- **Operação de renivelamento:** cada elevador é dotado de dispositivo que permite, após a parada do carro, corrigir sua posição com portas abertas, para melhor nivelamento durante a carga e a descarga.

ITEM 4 – ELEVADORES DO ISC

4.1 – ELEVADORES DA ESCOLA SUPERIOR DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (ESTCU):

- Quantidade: 4 (quatro)
- Fornecedor/Fabricante: Orona
- Tipo: Sem casa de máquinas
- Contrapeso: Ao fundo
- Modelo da Máquina: XBR 31670/71/72/73GG
- Casa de Máquinas: sem/acima da última parada
- Velocidade do carro: 1,60 m/s ou 96m/min
- Capacidade: 16 passageiros ou 1250kg
- Número de Paradas: 5 (cinco)
- Motor: 380V (3 fases + neutro) / 20cv / 23,98A / Partida: 48A
- Quadro de Comando: XBR 31670/71/72/73GG – Com VVVF
- Porta de pavimento: Aço inoxidável

Habilitação Técnica - MODULO ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 440
Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 60333602.

- Acabamento da cabina: Aço inoxidável espelhado – ST 02St Plus
- Altura da Cabina: 2.300 mm
- Porta da Cabina: 1.100 mm x 2.100 mm
- Piso da Cabina: Granito
- Iluminação: LED
- Botoeira: Micromovimento antivandálica
- Acabamento do Subteto: Acrílico+Inox
- Amortecedor do carro e contrapeso: oil buffer
- Percurso: 15,15 m
- Local do Quadro de Comando: última parada
- Data de fabricação: 2016
- Início de operação: 2016
- Tempo em operação: 2 (dois) anos
- Outras características:
    - **Operação de emergência em caso de incêndio:** uma vez acionado o botão de controle na portaria, e desde que a força do edifício permaneça ligada, os carros passam a operar em "sistema de emergência", isto é, todas as chamadas são canceladas e os elevadores dirigem-se, sem parar, para o pavimento térreo, onde permanecem estacionados; se os elevadores estiverem subindo, eles param no pavimento seguinte, não abrindo suas portas, voltando, em seguida, ao pavimento principal;
    - **Dispositivo automático para funcionamento com força de emergência:** no caso de falta de energia fornecida pela concessionária, os elevadores param nas posições em que se encontram; ao chegar a energia do grupo gerador de emergência, automaticamente, o primeiro elevador do grupo dirige-se ao pavimento principal, sem atender nenhuma chamada; chegando àquele pavimento, abre suas portas para liberar os passageiros e permanece parado com as portas abertas até a volta da energia da concessionária; em seguida, repete-se o processo para os carros seguintes, um após o outro; quando todos os elevadores estiverem no pavimento principal, suas chamadas internas e externas são alimentadas, possibilitando um funcionamento de "automático coletivo seletivo"; ao ser restabelecida a energia da concessionária, os elevadores têm suas partidas normalizadas;
    - **Cancelamento de chamadas falsas:** registros indevidos feitos na botoeira da cabina são automaticamente cancelados se o elevador para duas vezes consecutivas sem que nenhum passageiro interrompa os feixes de raios infravermelhos da barra de proteção eletrônica ou, se o pesador de carga detectar ausência de pessoas no interior da cabina;

Habilitação Técnica - MODULO ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 441
Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 60333602.

- **Ajuste automático de tempos de portas:** os elevadores são dotados de dispositivo que ajusta automática e individualmente os tempos de porta aberta, levando em consideração tratar-se de uma chamada de carro ou de pavimento; se, devido à condição de tráfego, é detectado que a tendência do número de reaberturas é aumentar, os tempos de porta são automaticamente aumentados; ao contrário, se a tendência é ter menos reaberturas, os tempos de porta são automaticamente reduzidos;
- **Dispositivo de retorno automático de carro:** após decorrido um intervalo de tempo pré-determinado e se nenhuma chamada tiver sido registrada, o carro procura a zona livre mais próxima; chegando ao pavimento de estacionamento, o carro permanece parado e com as portas fechadas;
- **Carro para o pavimento principal:** os elevadores são dotados de dispositivos que permitem ao pessoal da portaria do edifício chamar o carro ao andar principal, mediante o acionamento de uma chave, para fins de limpeza ou manutenção das cabinas; nesta operação, o carro viaja diretamente para o andar principal atendendo somente as chamadas já registradas no seu painel de operação; o(s) carro(s) retido(s) dessa forma é (são) retirado(s) do grupo, e permanece(m) estacionado(s) no andar principal com as portas abertas enquanto a chave estiver acionada;
- **Serviço independente:** ao acionamento de uma chave, localizada no painel de operação, o carro passa a ser operado apenas pelos dispositivos da cabina; durante a operação "serviço independente", o carro não deve atender qualquer chamada de pavimento, mas apenas as registradas na cabina, uma por vez; nesse caso o carro selecionado é retirado do grupo;
- **Operação de renivelamento:** cada elevador é dotado de dispositivo que permite, após a parada do carro, corrigir sua posição com portas abertas, para melhor nivelamento durante a carga e a descarga.

4.2 – ELEVADORES DO ISC/ESPAÇO CULTURAL (AUDITÓRIO):

- Quantidade: 2 (dois)
- Fornecedor/Fabricante: Orona
- Tipo: Sem casa de máquinas
- Contrapeso: Ao fundo
- Modelo da Máquina: XBR31668/69GG
- Casa de Máquinas: sem/acima da última parada
- Velocidade do carro: 1,60 m/s ou 96m/min
- Capacidade: 16 passageiros ou 1250kg
- Número de Paradas: 4 (quatro)
- Motor: 380V (3 fases + neutro) / 20cv / 23,98A / Partida: 48A
- Quadro de Comando: XBR31668/69GG – Com VVVF

Habilitação Técnica - MODULO ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 442
Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 60333602.

- Porta de pavimento: Aço inoxidável
- Acabamento da cabina: Aço inoxidável espelhado – ST 02St Plus
- Altura da Cabina: 2.300 mm
- Porta da Cabina: 1.100 mm x 2.100 mm
- Piso da Cabina: Granito
- Iluminação: LED
- Botoeira: Micromovimento antivandálica
- Acabamento do Subteto: Acrílico+Inox
- Amortecedor do carro e contrapeso: oil buffer
- Percurso: 11,50 m
- Local do Quadro de Comando: última parada
- Data de fabricação: 2016
- Início de operação: 2016
- Tempo em operação: 2 (dois) anos
- Outras características:
    - **Operação de emergência em caso de incêndio:** uma vez acionado o botão de controle na portaria, e desde que a força do edifício permaneça ligada, os carros passam a operar em "sistema de emergência", isto é, todas as chamadas são canceladas e os elevadores dirigem-se, sem parar, para o pavimento térreo, onde permanecem estacionados; se os elevadores estiverem subindo, eles param no pavimento seguinte, não abrindo suas portas, voltando, em seguida, ao pavimento principal;
    - **Dispositivo automático para funcionamento com força de emergência:** no caso de falta de energia fornecida pela concessionária, os elevadores param nas posições em que se encontram; ao chegar a energia do grupo gerador de emergência, automaticamente, o primeiro elevador do grupo dirige-se ao pavimento principal, sem atender nenhuma chamada; chegando àquele pavimento, abre suas portas para liberar os passageiros e permanece parado com as portas abertas até a volta da energia da concessionária; em seguida, repete-se o processo para os carros seguintes, um após o outro; quando todos os elevadores estiverem no pavimento principal, suas chamadas internas e externas são alimentadas, possibilitando um funcionamento de "automático coletivo seletivo"; ao ser restabelecida a energia da concessionária, os elevadores têm suas partidas normalizadas;
    - **Cancelamento de chamadas falsas:** registros indevidos feitos na botoeira da cabina são automaticamente cancelados se o elevador para duas vezes consecutivas sem que nenhum passageiro interrompa os feixes de raios infravermelhos da barra de proteção eletrônica ou, se o pesador de carga detectar ausência de pessoas no interior da cabina;

Habilitação Técnica - MODULO ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 443
Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 60333602.

- **Ajuste automático de tempos de portas:** os elevadores são dotados de dispositivo que ajusta automática e individualmente os tempos de porta aberta, levando em consideração tratar-se de uma chamada de carro ou de pavimento; se, devido à condição de tráfego, é detectado que a tendência do número de reaberturas é aumentar, os tempos de porta são automaticamente aumentados; ao contrário, se a tendência é ter menos reaberturas, os tempos de porta são automaticamente reduzidos;
- **Dispositivo de retorno automático de carro:** após decorrido um intervalo de tempo pré-determinado e se nenhuma chamada tiver sido registrada, o carro procura a zona livre mais próxima; chegando ao pavimento de estacionamento, o carro permanece parado e com as portas fechadas;
- **Carro para o pavimento principal:** os elevadores são dotados de dispositivos que permitem ao pessoal da portaria do edifício chamar o carro ao andar principal, mediante o acionamento de uma chave, para fins de limpeza ou manutenção das cabinas; nesta operação, o carro viaja diretamente para o andar principal atendendo somente as chamadas já registradas no seu painel de operação; o(s) carro(s) retido(s) dessa forma é (são) retirado(s) do grupo, e permanece(m) estacionado(s) no andar principal com as portas abertas enquanto a chave estiver acionada;
- **Serviço independente:** ao acionamento de uma chave, localizada no painel de operação, o carro passa a ser operado apenas pelos dispositivos da cabina; durante a operação "serviço independente", o carro não deve atender qualquer chamada de pavimento, mas apenas as registradas na cabina, uma por vez; nesse caso o carro selecionado é retirado do grupo;
- **Operação de renivelamento:** cada elevador é dotado de dispositivo que permite, após a parada do carro, corrigir sua posição com portas abertas, para melhor nivelamento durante a carga e a descarga.

4.3 – ELEVADORES DO ISC/ESPAÇO CULTURAL (PRIVATIVO):

- Quantidade: 1 (um)
- Fornecedor/Fabricante: Orona
- Tipo: Sem casa de máquinas
- Contrapeso: Ao fundo
- Modelo da Máquina: Orona 3G XBR 31667GG
- Casa de Máquinas: sem/acima da última parada
- Velocidade do carro: 1,0 m/s ou 60m/min
- Capacidade: 8 passageiros ou 630kg
- Número de Paradas: 2 (quatro)
- Motor: 380V (3 fases + neutro) / 4,6cv / 8,29A / Partida: 16,6A
- Quadro de Comando: Orona 3G XBR 31667GG – Com VVVF

Habilitação Técnica - MODULO ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 444
Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 60333602.

- Porta de pavimento: Aço inoxidável
- Acabamento da cabina: Aço inoxidável espelhado – ST 02St Plus
- Altura da Cabina: 2.200 mm
- Porta da Cabina: 800 mm x 2.100 mm
- Piso da Cabina: Granito
- Iluminação: LED
- Botoeira: Micromovimento antivandálica
- Acabamento do Subteto: Acrílico+Inox
- Amortecedor do carro e contrapeso: oil buffer
- Percurso: 3,85 m
- Local do Quadro de Comando: última parada
- Data de fabricação: 2016
- Início de operação: 2016
- Tempo em operação: 2 (dois) anos
- Outras características:
    - **Operação de emergência em caso de incêndio:** uma vez acionado o botão de controle na portaria, e desde que a força do edifício permaneça ligada, os carros passam a operar em "sistema de emergência", isto é, todas as chamadas são canceladas e os elevadores dirigem-se, sem parar, para o pavimento térreo, onde permanecem estacionados; se os elevadores estiverem subindo, eles param no pavimento seguinte, não abrindo suas portas, voltando, em seguida, ao pavimento principal;
    - **Dispositivo automático para funcionamento com força de emergência:** no caso de falta de energia fornecida pela concessionária, os elevadores param nas posições em que se encontram; ao chegar a energia do grupo gerador de emergência, automaticamente, o primeiro elevador do grupo dirige-se ao pavimento principal, sem atender nenhuma chamada; chegando àquele pavimento, abre suas portas para liberar os passageiros e permanece parado com as portas abertas até a volta da energia da concessionária; em seguida, repete-se o processo para os carros seguintes, um após o outro; quando todos os elevadores estiverem no pavimento principal, suas chamadas internas e externas são alimentadas, possibilitando um funcionamento de "automático coletivo seletivo"; ao ser restabelecida a energia da concessionária, os elevadores têm suas partidas normalizadas;
    - **Cancelamento de chamadas falsas:** registros indevidos feitos na botoeira da cabina são automaticamente cancelados se o elevador para duas vezes consecutivas sem que nenhum passageiro interrompa os feixes de raios infravermelhos da barra de proteção eletrônica ou, se o pesador de carga detectar ausência de pessoas no interior da cabina;

Habilitação Técnica - MODULO ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 445
Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 60333602.

- **Ajuste automático de tempos de portas:** os elevadores são dotados de dispositivo que ajusta automática e individualmente os tempos de porta aberta, levando em consideração tratar-se de uma chamada de carro ou de pavimento; se, devido à condição de tráfego, é detectado que a tendência do número de reaberturas é aumentar, os tempos de porta são automaticamente aumentados; ao contrário, se a tendência é ter menos reaberturas, os tempos de porta são automaticamente reduzidos;
- **Dispositivo de retorno automático de carro:** após decorrido um intervalo de tempo pré-determinado e se nenhuma chamada tiver sido registrada, o carro procura a zona livre mais próxima; chegando ao pavimento de estacionamento, o carro permanece parado e com as portas fechadas;
- **Carro para o pavimento principal:** os elevadores são dotados de dispositivos que permitem ao pessoal da portaria do edifício chamar o carro ao andar principal, mediante o acionamento de uma chave, para fins de limpeza ou manutenção das cabinas; nesta operação, o carro viaja diretamente para o andar principal atendendo somente as chamadas já registradas no seu painel de operação; o(s) carro(s) retido(s) dessa forma é (são) retirado(s) do grupo, e permanece(m) estacionado(s) no andar principal com as portas abertas enquanto a chave estiver acionada;
- **Serviço independente:** ao acionamento de uma chave, localizada no painel de operação, o carro passa a ser operado apenas pelos dispositivos da cabina; durante a operação "serviço independente", o carro não deve atender qualquer chamada de pavimento, mas apenas as registradas na cabina, uma por vez; nesse caso o carro selecionado é retirado do grupo;
- **Operação de renivelamento:** cada elevador é dotado de dispositivo que permite, após a parada do carro, corrigir sua posição com portas abertas, para melhor nivelamento durante a carga e a descarga.

ITEM 5 – ELEVADOR DA SECEX-AM

- Quantidade: 1 (um)
- Fornecedor/Fabricante: Elevador SUR
- Tipo: Hidráulico com casa de máquinas inferior
- Casa de Máquinas: no térreo
- Velocidade do carro: 30 m/min ou 0,5 m/s
- Capacidade: 10 (dez) pessoas ou 700kg
- Número de Paradas: 2 (duas)
- Sistema: GMV ITALY, 125 KW
- Porta de pavimento: Aço inoxidável
- Acabamento da cabina: Aço inoxidável
- Altura da Cabina: 2.200 mm

Habilitação Técnica - MODULO ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 446
Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 60333602.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – Crea-DF

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO Nº 00003945/2023-INT

Validade até: **31/03/2024**

Nome: **CRISTIANO FERREIRA** CPF: **031.519.517-75**

RNP: **0813318955** Carteira/Visto: **35358/D-ES - 27381/V**

Data do Visto: **02/04/2018**

Instituição de ensino: **FACULDADE PITAGORAS**

Título(s): **Engenheiro Mecânico**

Atribuições:

RES 218/73 ART 01

RES 218/73 ART 12

CERTIFICAMOS que o profissional acima se encontra registrado no Crea-DF, nos termos da Lei Federal n. 5.194, de 24 de dezembro de 1966. CERTIFICAMOS, ainda, em face do estabelecido no art. 63 da referida lei, que o profissional mencionado não se encontra em débito com este Conselho. A presente certidão perderá sua validade caso o profissional acima tenha seu registro cancelado ou interrompido ou, ainda, haja alteração nos dados acima descritos. Certidão expedida por delegação de competência, conforme Portaria AD n°. 079 de 08/06/2020. Esta certidão não quita nem invalida qualquer débito ou infração em nome do profissional acima.

Emitida em 08/02/2023 16:37:33 horas (data e hora de Brasília).

Código de controle da certidão: **DN2P9ZJBGY**

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-AM

Nº 986257/2022
Emissão: 03/03/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: 1adb7

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada encontra-se registrada neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa não se encontra em débito com o Conselho de Engenharia e Agronomia do Amazonas - CREA-AM, estando habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ções) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: MÓDULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA.

CNPJ: 05.926.726/0001-73

Registro: 0000003251

Categoria: Matriz

Capital Social: R$ 19.969.113,00

Data do Capital: 11/06/2021

Faixa: 7

Objetivo Social: 43.29-1-03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes; 71.12-0-00 - Serviços de engenharia (MECÂNICA). OBS.: NO LIMITE DAS ATRIBUIÇÕES DO RESPONSÁVEL TÉCNICO INDICADO.
"71.12-0-00 - Serviços de engenharia(construção civil)"

Restrições do Objetivo Social:

Endereço Matriz: ST SETOR DE ARMAZENAGEM E ABASTECIMENTO,QUADRA 02, 980, PARTE B, SAAN, BRASILIA, DF, 70632200

Endereço Filial (05.926.726/0008-40): AVENIDA DJALMA BATISTA, 735, CHAPADA, MANAUS/AM - 69050010

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Empresa

Data Inicial: 27/06/2014

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 6850

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.

- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: FLAVIO RAFAEL FERREIRA

Registro: 1015907571

CPF: 729.060.301-04

Data Início: 13/08/2021

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ART. 28 ALINEAS A A K DO DEC 23569/33, SUPLEMENTADAS PELO ART 07 DA LEI 5.194/66, COM RESTRICOES DAS ATIVIDADES 02, 03, 04, 06 E 08 DO ART 01 DA RES 218/73, DO CONFEA, PARA PORTOS E RIOS.

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Atribuição: ARTIGO 4º DA RESOLUÇÃO Nº: 359/91 DO CONFEA.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Profissional: MAYLON SOUZA CASTRO

Registro: 1018661638

CPF: 005.288.571-26

Data Início: 26/03/2021

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO MECÂNICO

Atribuição: ARTIGO 7 DA LEI 5.194,DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966, COMBINADAS COM AS ATIVIDADES RELACIONADAS

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: 1adb7
Impresso em: 22/03/2022 às 10:40:47 por: adapt, ip: 189.112.121.41

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURIDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-AM

Nº 986257/2022
Emissão: 03/03/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: 1adb7

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas

TIGO 5 DA RESOLUCAO N 1.073, DE 2016, PARA O DE- SEMPENHO DAS COMPETENCIAS RELACIONADAS NO ARTIGO 12 DA RESOLUCAO 218, DE 29 DE JUNHO DE 1973, DO CONFEA.

Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Profissional: RODRIGO MENDES DE FARIAS
Registro: 2616692104
CPF: 382.479.978-27
Data Início: 05/11/2020
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Títulos do Profissional:
ENGENHEIRO MECÂNICO
Atribuição: Provisórias do art. 12 da Resolução 218/73 do Confea
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Profissional: RENATO SANTOS QUEIROZ
Registro: 0708195156
CPF: 610.100.061-34
Data Início: 27/06/2014
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Títulos do Profissional:
ENGENHEIRO MECÂNICO
Atribuição: 32613 - RES 218/73 ART 12
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Sócios

Sócio: AMG PARTICIPACOES S.A
CNPJ: 13.051.600/0001-20
Função: SOCIO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: http://publico.crea-am.org.br/, com a chave: 1adb7
Impresso em: 22/03/2022 às 10:40:47 por: adapt, ip: 189.112.121.41

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – Crea-DF
CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO Nº 00004452/2023-INT

Validade até: **31/03/2024**

Razão Social: MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA
CNPJ: 05.926.726/0001-73

Registro: 6807
Data do Registro: 09/01/2004

Capital Matriz: R$ 19.969.113,00
Sede: SAAN QD 02 N. 980 PARTE B

Cidade: Brasília
UF: DF

Objetivos Sociais:
Prestacao de servicos e consultoria na area predial, incluindo especificacoes tecnicas, projetos, gerenciamento tecnico administrativo, montagem, manutencao, modernizacao, atualizacao tecnologica e comercio varejista de produtos e componentes eletroeletronicos, elevadores, escadas e esteiras rolantes, esteiras para bagagem, condicionadores de ar, geradores, telefonia, sistema de seguranca e prevencao de incendio. OBSERVACAO: REGISTRO CONCEDIDO PARA DESEMPENHO DAS ATIVIDADES CONSTANTES NO OBJETO SOCIAL E COMPATIVEIS COM AS ATRIBUICOES DOS RESPONSAVEIS TECNICOS.

OBSERVAÇÃO: Registro concedido para desempenho das atividades constantes no objeto social e compativeis com as atribuicoes dos responsaveis tecnicos.

Responsáveis Técnicos:

Nome: CRISTIANO FERREIRA
CPF: 031.519.517-75
Data de início responsabilidade técnica: 16/04/2018
Carteira: 35358/D-ES
Títulos: Eng. Mec.
Atribuições:
RES 218/73 ART 01
RES 218/73 ART 12

Nome: RENATO SANTOS QUEIROZ
CPF: 610.100.061-34
Data de início responsabilidade técnica: 09/03/2019
Carteira: 17486/D-DF
Títulos: Eng. Mec.
Atribuições:
RES 218/73 ART 12

Nome: ROBSON MACARIO DO NASCIMENTO
CPF: 077.679.177-03
Data de início responsabilidade técnica: 09/03/2019
Carteira: 185605/D-RJ
Títulos: Eng. Mec.
Atribuições:
RES. 218/73 ART 12º(AT.01 A 18)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – Crea-DF
CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO Nº 00004452/2023-INT

Nome: FLÁVIO RAFAEL FERREIRA	CPF: 729.060.301-04
Data de início responsabilidade técnica: 08/12/2020	
Carteira: 1015907571/D-GO	
	Atribuições:
Títulos: Eng. Civ. - Eng. Seg. Trab.	ART. 28 ALINEAS A A K DO DEC 23569/33, SUPLEMENTADAS PELO ART 07 DA LEI 5.194/66, COM RESTRICOES DAS ATIVIDADES 02, 03, 04, 06 E 08 DO ART 01 DA RES 218/73, DO CONFEA, PARA PORTOS E RIOS RES. 359/91 ART. 4º

Nome: ERWIN CARVALHO BLANK	CPF: 094.327.757-47
Data de início responsabilidade técnica: 17/05/2021	
Carteira: 121394/D-MG	
	Atribuições:
Títulos: Eng. Eletric.	RES. 218/73 ART. 08º RES. 218/73 ART. 09º

CERTIFICAMOS que a pessoa jurídica, acima citada se encontra registrada neste Conselho, nos termos da Lei n. 5.194, de 24 de dezembro de 1966. CERTIFICAMOS, ainda, face ao estabelecido nos artigos 63, 68 e 69 da referida Lei, que a pessoa jurídica mencionada, bem como seus responsáveis técnicos, não se encontram em débito com o Crea-DF.

CERTIFICAMOS, mais, que esta Certidão não concede à firma o direito de executar quaisquer serviços técnicos sem a participação real, efetiva e insofismável dos responsáveis técnicos acima citados, dentro de suas respectivas atribuições.

Vedada, por força do Código Penal, a apresentação de propostas ou a participação em licitação de obras/serviços que seja(m) promovido(s) e/ou participe(m):

- 14391 - NEW LAND ENGENHARIA E MANUTENCAO LTDA
- 11967 - CONSTRUTORA 3A FERRAGENS LTDA ME
- 12539 - MEP SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA ME

Observações:

1. Os dados supra referem-se a situação da pessoa jurídica e de seus responsáveis técnicos na presente data.
2. A presente Certidão perderá a validade, caso ocorra modificação posterior dos elementos nela contidos e que impliquem em qualquer alteração em seu instrumento constitutivo e alteração de responsável técnico e a partir da data da solicitação da atualização do registro, no Crea-DF.

Certidão expedida gratuitamente, via Internet, com base na Portaria AD número 52 – Crea-DF, de 03 de marco de 2008. Emitida em 14/02/2023 12:09:09 horas (data e hora de Brasília).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – Crea-DF
CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO Nº 00004452/2023-INT

Código de controle da certidão: F68A9XR7B2

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal – Crea-DF

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO Nº 00004374/2023-INT

Validade até: **31/03/2024**

Nome: **RENATO SANTOS QUEIROZ** CPF: **610.100.061-34**

RNP: **0708195156** Carteira/Visto: **17486/D-DF -**

Data do Visto: **24/02/2010**

Instituição de ensino: **UNIVERSIDADE DE BRASILIA**

Título(s): **Engenheiro Mecânico**

Atribuições:

RES 218/73 ART 12

CERTIFICAMOS que o profissional acima se encontra registrado no Crea-DF, nos termos da Lei Federal n. 5.194, de 24 de dezembro de 1966. CERTIFICAMOS, ainda, em face do estabelecido no art. 63 da referida lei, que o profissional mencionado não se encontra em débito com este Conselho. A presente certidão perderá sua validade caso o profissional acima tenha seu registro cancelado ou interrompido ou, ainda, haja alteração nos dados acima descritos. Certidão expedida por delegação de competência, conforme Portaria AD n°. 079 de 08/06/2020. Esta certidão não quita nem invalida qualquer débito ou infração em nome do profissional acima.

Emitida em 13/02/2023 17:07:41 horas (data e hora de Brasília).

Código de controle da certidão: **CPNEMH4SYG**

CONTRATO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO 009/13, QUE ENTRE SI FAZEM A **UNIÃO**, POR INTERMÉDIO DO **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS** E A EMPRESA **MÓDULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA (AMG ELEVADORES).**

Aos 14 dias do mês de janeiro de 2013 (**dois mil e treze**), no Gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, com registro no **CNPJ/MF** 00.531.954/0001-20, situado na Praça Municipal, Lote 01, Palácio da Justiça, Brasília-DF, **de um lado**, a **UNIÃO**, por intermédio do referido Tribunal, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **JOÃO DE ASSIS MARIOSI**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 10, da Lei 11.697, de 13/06/2008, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e, **de outro lado**, a empresa **MÓDULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA (AMG ELEVADORES)**, **CNPJ/MF** 05.926.726/0001-73, estabelecida no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte, Quadra 02, nº 980, parte B, CEP 70.632-200, Brasília - DF, (Tel.: 3363-4200), neste ato representada por sua Procuradora, **ANA PAULA DE SOUSA MAGALHÃES**, portadora da **Cédula de Identidade** 916.425 SSP/DF e do **CPF** 385.687.211-68, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Instrumento, com base nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, nos Decretos 5.450/2005 e 6.204/2007, e Instrução Normativa 5/95, do MARE, em conformidade com o decidido no **Pregão Eletrônico 200/2012** e no **PA 11.672/2012**, os quais farão parte integrante deste Instrumento, juntamente com a Proposta da **CONTRATADA**, independentemente de transcrição, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a substituição integral de 15 (quinze) elevadores, sendo 11 (onze) elevadores da marca ATLAS SCHINDLER, situados no Fórum de Brasília - Bloco B, e 4 (quatro) elevadores da marca Thyssenkrupp, localizados no Fórum de Samambaia, com substituição de componentes eletromecânicos e eletrônicos dos elevadores, incluindo os serviços de manutenção em garantia dos equipamentos a serem instalados e o serviço de alvenaria/estrutura, nos termos do Edital, deste Contrato e dos seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL - Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, e Decreto 5.450/2005.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 454

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR - O fornecimento e instalação referidos na Cláusula Primeira obedecerão ao estipulado neste Instrumento, bem como às obrigações assumidas na Carta-Proposta fornecida pela **CONTRATADA**, em 18/12/2012, e dirigida ao **CONTRATANTE**, a qual, independentemente de transcrição, fará parte integrante do presente ajuste, naquilo que não contrariar suas disposições.

CLÁUSULA QUARTA - - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - A **CONTRATADA** - Além das obrigações assumidas no Edital e neste Contrato, a **CONTRATADA** obriga-se:

I - iniciar os serviços em até dois dias úteis após a solicitação formal - Emissão da Ordem de Serviço;

II - tomar todas as providências necessárias para a fiel execução do contrato;

III - prestar garantia dos produtos oferecidos, atualização gratuita do software de controle e gerenciamento de tráfego a ser instalado e manutenção preventiva, corretiva e emergencial dos equipamentos a serem instalados, no prazo mínimo de 36 (trinta e seis) meses, contados da data do recebimento definitivo dos serviços;

IV - fornecer equipamentos que deverão ser de fabricação própria da **CONTRATADA** ou, quando adquiridos de terceiros, que atendam a todas as exigências das normas brasileiras vigentes e aplicáveis a elevadores;

V - cumprir com o **CONTRATANTE**, todos os compromissos assumidos em decorrência desta contratação;

VI - responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços;

VII - arcar com o pagamento de quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao **CONTRATANTE** por autoridade competente, em decorrência da inobservância por parte de seus empregados, dos postulados legais vigentes de âmbito federal e/ou do Distrito Federal;

VIII - zelar pela área que lhe for entregue para uso, bem como pelos móveis e utensílios ali existentes, reparando-os ou substituindo-os, por sua conta, quando danificados ou extraviados;

IX - fornecer ao **CONTRATANTE**, até o quinto dia útil do mês subseqüente aos serviços prestados, as faturas mensais juntamente com os relatórios onde deverão constar as ocorrências verificadas, os serviços realizados bem como relação de peças substituídas ou consertadas;

X - manter todos os equipamentos e utensílios

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 455

necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, devendo os que se encontrarem danificados serem substituídos imediatamente. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;

XI - fornecer planilha com cronograma detalhado dos serviços de instalação dos equipamentos, bem como as rotinas de manutenção preventiva, corretiva e emergencial dos elevadores;

XII - cumprir fielmente este ajuste de modo a que os serviços avençados sejam realizados conforme especificações técnicas constantes deste Contrato e dos seus Anexos, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;

XIII - recrutar em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, sem qualquer solidariedade do **CONTRATANTE**, os empregados necessários à perfeita execução dos serviços objeto deste Contrato, e utilizar, na execução desses serviços, exclusivamente mão-de-obra própria, cabendo-lhe a responsabilidade pelo pagamento dos encargos administrativos, trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, comerciais, inclusive responsabilidade decorrente de acidentes, dentro dos prazos legais e quaisquer outros resultantes de sua condição de empregadora ou da execução deste ajuste;

XIV - responsabilizar-se pelo fornecimento de adequado equipamento de proteção individual (EPI) a cada um dos empregados que irão realizar os serviços contratados, bem como pela fiscalização de sua correta utilização;

XV - responder por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles;

XVI - selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando pessoas maiores de idade, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

XVII - exibir, quando solicitado pelo **CONTRATANTE**, a competente comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, em decorrência de sua condição de empregadora;

XVIII - manter a disciplina nos locais dos serviços, retirando imediatamente após notificação, qualquer empregado com conduta inconveniente para Administração do **CONTRATANTE**;

XIX - retirar e substituir, em até 48 (quarenta e oito) horas após a notificação do **CONTRATANTE**, qualquer empregado que, a critério do **CONTRATANTE**, demonstre conduta nociva ou incompatível com o ambiente de trabalho ou incapacidade técnica para executar os serviços, sendo vedado o seu retorno para a cobertura de faltas, licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros empregados;

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 456

XX - manter sediado junto à Administração do **CONTRATANTE**, durante os turnos de trabalho, pessoa(s) capaz(es) de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos, incluindo o preposto;

XXI - nomear formalmente um preposto, responsável administrativo pelos serviços (até 05 dias úteis após a assinatura do Contrato), com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Este encarregado terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao responsável pelo acompanhamento dos serviços da Administração e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

XXII - assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;

XXIII - instruir os seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

XXIV - acatar as exigências do **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços, inclusive quanto aos critérios, especificações e outros documentos que integrem este Contrato;

XXV - prestar todas as informações técnicas e esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, relativamente à execução dos serviços contratados;

XXVI - providenciar, em até 24 (vinte e quatro) horas, a correção das deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE**;

XXVII - manter, durante toda a execução do objeto contratado, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas neste ajuste;

XXVIII - comunicar ao **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer acidente ou ocorrência relacionada com os bens sob sua responsabilidade, em até 24 (vinte e quatro) horas após o incidente;

XXIX - indenizar o **CONTRATANTE** no prazo de 30 (trinta) dias, no caso de avaria ou subtração de seus bens ou valores, bem como por acesso indevido a informações sigilosas ou de uso restrito, quando tais atos forem praticados por quem tenha sido alocado à execução do objeto do contrato;

XXX - prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos para o bom funcionamento dos equipamentos, fornecendo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios originais, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações vigentes;

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 457

XXXI - observar a conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;

XXXII - não divulgar quaisquer informações a que tenha acesso, em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenha tomado conhecimento, em decorrência da execução do objeto, sem autorização por escrito do **CONTRATANTE**, sob pena de aplicação de sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com o **CONTRATANTE**, pelo período de 02 (dois) anos, ou proposição de aplicação da sanção de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, além do pagamento de indenização por perdas e danos;

XXXIII - aceitar o aumento ou a diminuição dos serviços contratados, quando solicitado pelo **CONTRATANTE**, observados os limites previstos no Artigo 65, Parágrafo 1° da Lei 8.666/1993;

XXXIV - não transferir a outrem parte dos serviços a que se obriga, sem prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE**;

XXXV - efetuar a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), relativa aos serviços objeto deste ajuste, junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), devendo o respectivo comprovante ser apresentado ao executor do Contrato, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da sua assinatura;

XXXVI - fornecer ao **CONTRATANTE** fichas individuais de identificação dos empregados que prestarão serviços em suas dependências em até 10 (dez) dias úteis após o início da execução dos serviços, contendo foto, nome completo, data de nascimento, filiação, número da Cédula de Identidade, CPF e telefone para contato, caso haja;

XXXVII - manter constantemente atualizada essa relação e apresentá-la ao **CONTRATANTE** quando solicitado ou quando houver qualquer alteração;

XXXVIII - observar, na execução do objeto do presente Contrato, as Especificações Técnicas da licitação, todas as normas técnicas específicas à respectiva execução, todas as leis, regulamentos, inclusive os de segurança pública, normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, bem como as normas internas sobre o assunto;

XXXIX - submeter ao **CONTRATANTE**, em tempo hábil, quaisquer problemas que possam implicar em alterações das especificações e consultar o executor do contrato sempre que houver necessidade de esclarecimentos relativamente às especificações, com vistas ao perfeito cumprimento deste ajuste;

XL - zelar para que todos os seus empregados ou prepostos cumpram as normas internas relativamente à segurança e outras pertinentes ao **CONTRATANTE** e para que eles portem, em local

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 458

visível, crachá de identificação com foto atual a ser fornecido pela **CONTRATADA**;

XLI - cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal ou do Distrito Federal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**;

XLII - zelar para que sejam cumpridas as normas de saúde e de segurança do trabalho adequadas ao objeto do contrato;

XLIII - manter, durante a vigência do contrato, sede, filial ou escritório em Brasília - DF;

XLIV - elaborar projeto executivo e registrá-lo junto ao CREA/DF e à Fiscalização do **CONTRATANTE** dos serviços a serem executados, no prazo de 30 (trinta) dias da emissão da Ordem de Serviço;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Todos os serviços contratados serão de total e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** e de seus engenheiros responsáveis técnicos, de acordo com suas respectivas atribuições:

a) Engenheiro Mecânico: (Resolução 218/CONFEA; atribuições do art.12°);

b) Engenheiro Elétrico: (Resolução 218/CONFEA; atribuições do art. 8°);

c) Engenheiro do Trabalho: (Resolução 359/CONFEA; atribuições do art. 4°).

PARÁGRAFO SEGUNDO - O percentual dos serviços a serem subcontratados (serviços auxiliares à substituição dos equipamentos, tais como desmontagem, transporte de equipamentos, obras e outros) não poderão ser superiores a 15% (quinze por cento) do valor contratado e não poderão incluir o fornecimento de motores de tração, quadros de comando e controle.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A execução dos serviços deverá ser realizada de modo que, ao final, seja entregue AS-BUILT de todas as instalações, repassadas todas as instruções e, ainda, que seja propiciado fácil acesso ao sistema, de modo que ao final dos serviços de manutenção em garantia, o **CONTRATANTE** possa ter liberdade para licitar um novo contrato de manutenção, isto é, não dependerá da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO QUARTO - A **CONTRATADA** compromete-se a não manter ou contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao **CONTRATANTE**.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 459

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - O **CONTRATANTE** obriga-se a:

I - proporcionar todos os meios necessários para que a **CONTRATADA** possa desempenhar todos os serviços objeto desta Contratação;

II - cumprir todas as condições estabelecidas neste Contrato;

III - fornecer à **CONTRATADA** todas as informações e esclarecimentos necessários à plena execução dos serviços objeto deste Contrato;

IV - emitir a Ordem de Serviço para início da execução dos serviços, após a assinatura do Contrato;

V - providenciar a lavratura dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo;

VI - efetuar os pagamentos devidos pela execução dos serviços objeto deste Contrato;

VII - comunicar formalmente à **CONTRATADA**, quaisquer falhas ocorridas;

VIII - permitir ao pessoal da **CONTRATADA** responsável pelo serviço, livre e completo acesso aos equipamentos e às áreas onde serão realizados os serviços;

XIX - colocar à disposição do pessoal da **CONTRATADA** o espaço e os locais para a guarda dos instrumentos e materiais estritamente necessários à efetivação dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - Os serviços listados no Anexo IV deverão ser iniciados, a expensas da **CONTRATADA**, em até 02 (dois) dias úteis, contados a partir da solicitação formal do **CONTRATANTE**, no Fórum Desembargador Milton Sebastião Barbosa, Bloco B e Fórum de Samambaia, conforme Anexo VI.

I - Os serviços serão realizados das 8h às 19h, de segunda a sexta-feira e das 8h às 18h, aos sábados e domingos e deverão ser precedidos de autorização expressa do **CONTRATANTE**.

II - A Subsecretaria de Manutenções - SUMAN que será a responsável pela fiscalização deste Contrato.

III - Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas pelo telefone (0xx61) 3103-4618 ou pelo e-mail thiago.dias@tjdft.jus.br.

IV - O total de prazo para conclusão dos serviços será de 40 (quarenta) semanas para os elevadores do Fórum de Samambaia (Item 2 do Anexo I do Contrato) e de 52 (cinquenta e

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 460

duas) semanas para os elevadores do bloco B do Fórum de Brasília (Item 1 do Anexo I do Contrato), contados a partir da emissão da ordem de serviço e conforme o cronograma físico-financeiro do Anexo III.

a) Os serviços de manutenção em garantia (compreendendo as manutenções preventivas, corretivas e emergenciais) terão a duração de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir do recebimento definitivo dos novos equipamentos.

V - A **CONTRATADA** deverá, ao tempo da contratação, caso não possua registro no **CREA/DF**, apresentar a **CRQPJ** - Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica - do **CREA** de origem com o visto no **CREA/DF**.

VI - É de responsabilidade da **CONTRATADA** a desmontagem dos equipamentos atuais e retirada do material oriundo do seu desmonte, bem como o transporte desse material para local a ser designado pela fiscalização do **CONTRATANTE**.

VII - A **CONTRATADA** deverá efetuar toda troca de peças e acessórios necessários, por outras novas e originais, sem ônus adicionais para o **CONTRATANTE**, exceto no caso de vandalismo ou uso incorreto do equipamento. Nesse caso a substituição de peças ocorrerá em procedimento específico, mediante apresentação de proposta orçamentária para autorização.

VIII - Após o recebimento provisório dos serviços a **CONTRATADA**, em conjunto com a FISCALIZAÇÃO, efetuará testes e apresentará os registros relativos aos equipamentos substituídos.

IX - Os manuais e catálogos técnicos relativos aos equipamentos deverão ser fornecidos pela **CONTRATADA** e adquiridos junto aos respectivos fabricantes, sem qualquer ônus adicional para o **CONTRATANTE**.

X - Ao final do contrato os manuais e catálogos técnicos relativos aos equipamentos, passarão a ser de propriedade do **CONTRATANTE**, sem qualquer ônus adicional para o **CONTRATANTE**.

XI - Comporão a equipe de manutenção da **CONTRATADA**, necessariamente, as seguintes áreas e profissionais técnicos:

a) Área de engenharia:

a.1) Engenheiro Eletricista, legalmente habilitado e credenciado no CREA, que será responsável pelos serviços relativos às áreas elétrica e eletrônica dos equipamentos, incluindo comando e controle;

a.2) Engenheiro Mecânico, legalmente habilitado e credenciado no CREA, responsável pelos serviços relativos à área mecânica dos equipamentos.

b) Área técnica:

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 461

b.1) Supervisor, acompanhar a execução dos serviços, informando o responsável técnico sobre as condições das atividades;

b.2) Eletricista, executar as instalações elétricas dos equipamentos e sistemas complementares previstos no contrato;

b.3) Mecânico de elevadores, com certificado de conclusão de treinamento técnico em elevadores de transporte de passageiros, quadros de comando e controle equivalentes ou superiores ao objeto licitado, incluído necessariamente o resgate de passageiros presos e procedimentos de emergência.

c) Manutenção preventiva e preditiva:

c.1) as rotinas de manutenção preventiva deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, excetuando-se os feriados, no período compreendido entre as 8h e 11h30 da manhã;

c.2) poderão, entretanto, ser realizadas aos sábados e domingos, nos horários compreendidos entre 8 e 18 horas, e deverão ser precedidos de autorização expressa da FISCALIZAÇÃO.

d) Manutenção Corretiva:

d.1) os serviços de manutenção corretiva, em qualquer parte, equipamento ou peça, de forma a garantir o perfeito funcionamento de todo o sistema, deverão ser executados sempre que o mesmo vier a apresentar problemas, devolvendo a sua operacionalidade dentro dos prazos especificados;

d.2) esses serviços deverão atender aos padrões do fabricante, tanto em casos de conserto quanto em casos de substituição de peças e componentes;

d.3) toda e qualquer situação anormal de funcionamento do equipamento será considerada como uma situação de defeito e a manutenção corretiva deverá ser iniciada imediatamente;

d.4) sempre que, durante a realização de manutenção preventiva ou preditiva, for identificada alguma anormalidade ou possibilidade de falha em qualquer item do sistema, deverão ser executados, também, serviços de manutenção corretiva;

d.5) as manutenções corretivas serão realizadas no horário compreendido entre as 8h e 19h, de segunda a sexta-feira;

d.6) as solicitações de manutenção corretiva deverão ser atendidas em um prazo máximo de 1 (uma) hora;

d.7) a FISCALIZAÇÃO poderá autorizar a realização de manutenção corretiva fora do horário anteriormente previsto, quando devidamente justificado pela **CONTRATADA**;

d.8) a **CONTRATADA** deve garantir que os equipamentos sob sua responsabilidade estejam operando e atendam integralmente a todos os requisitos da norma NBR NM 207, sem

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 462

qualquer ônus adicional para o **CONTRATANTE**, incluindo as posteriores alterações dos requisitos da norma;

d.9) as trocas serão precedidas da apresentação à FISCALIZAÇÃO dos componentes a serem substituídos;

d.10) poderá ser solicitada à **CONTRATADA** a qualquer tempo a comprovação de aquisição e/ou originalidade do componente. Isso se fará por meio de nota fiscal de compra, perícia junto ao fabricante ou qualquer outro meio que permita coibir a aplicação de peças e/ou componentes não originais e que possam trazer riscos aos usuários dos equipamentos;

d.11) a **CONTRATADA** deverá garantir que mesmo em caso de defeito, quebra ou inutilização de qualquer componente, mecânico ou eletromecânico o mesmo será substituído em prazo não superior a:

d.12) 6 (seis) horas, para as peças sujeitas a desgaste e de natureza comum;

d.13) 1 (um) dia, para as peças sujeitas a desgaste e que ocasionem a parada do elevador;

d.14) 7 (sete) dias, para as peças de natureza especial, não sujeitas a desgaste e que ocasionem a parada do elevador;

d.15) não será permitido o reparo de placa de circuitos eletrônicos, no todo ou em parte. Na eventualidade de dano, a mesma será entregue à FISCALIZAÇÃO;

d.16) o fornecimento de nova placa não está condicionado à entrega da placa danificada, ficando a guarda do item danificado a cargo da FISCALIZAÇÃO;

d.17) não será permitido a troca de EPROM ou outro componente programável e integrante da placa;

d.18) no caso de componente importado, quando da sua aplicação e/ou substituição deverá ser apresentada a respectiva guia de importação e/ou demais documentos indicativos de sua importação lícita e regular.

e) Manutenção em garantia:

e.1) a **CONTRATADA** deverá oferecer garantia quanto à manutenção mensal, preventiva e corretiva aos equipamentos instalados na substituição integral de 36 (tinta e seis) meses, contados do recebimento definitivo do objeto e entrada em operação. A garantia abrangerá peças de reposição e serviços;

e.2) caberá à **CONTRATADA** a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, a serem instalados a partir do Recebimento Definitivo;

e.3) a manutenção incluirá reparos com e sem substituições de peças e componentes que apresentarem defeitos de fabricação ou falhas decorrentes do uso normal ou de vandalismo, fenômenos atmosféricos, transporte ou instalação;

e.4) os serviços compreenderão a manutenção preventiva e corretiva dos elevadores substituídos, incluindo

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 463

todos os seus componentes eletromecânicos, mecânicos, elétricos, eletrônicos, de emergência, de segurança e quaisquer outros que integrem o sistema, incluídos o fornecimento de peças, materiais e acessórios, sem qualquer ônus adicional para o **CONTRATANTE;**

e.5) os equipamentos são os mesmos que forem instalados pela **CONTRATADA;**

e.6) caberá à **CONTRATADA** apresentar um documento contendo as rotinas de execução dos serviços de manutenção preventiva, de acordo com o manual do fabricante, com data e hora prevista para realização dos serviços, em até 15 (quinze) dias após o recebimento provisório dos equipamentos;

e.7) as rotinas deverão ser analisadas pelo executor do contrato, que as aprovarão ou, mediante justificativa, as recusarão, propondo alterações;

e.8) a **CONTRATADA** deverá colocar à disposição do **CONTRATANTE** pessoas devidamente qualificadas à realização do objeto, no tocante à manutenção em garantia, nos locais e horários definidos neste Contrato, conforme previsto no Anexo VII.

f) Serviços emergenciais:

f.1) as atendimentos emergenciais ocorrerão 24h por dia, todos os dias da semana;

f.2) entendem-se como emergenciais aqueles atendimentos que visem o resgate de pessoas presas nos elevadores, os decorrentes de acidentes ou outros que demandem pronto atendimento por pessoal especializado e aparelhado;

f.3) os chamados emergenciais deverão ser atendidos em um prazo máximo de 30 (trinta) minutos.

PARÁGRAFO ÚNICO - Na eventualidade de substituição dos profissionais apresentados como integrantes do quadro técnico, ao longo da vigência contratual, a **CONTRATADA** deverá submeter o novo profissional à aprovação do **CONTRATANTE.** O novo profissional deverá atender a TODOS os requisitos exigidos durante a fase de habilitação da licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO - O recebimento do objeto será efetuado da seguinte forma:

I - Provisoriamente - o recebimento provisório do objeto do presente contrato dar-se-á após sua disponibilização, providenciada pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, emitido pelo **CONTRATANTE,** a ser assinado pelas partes, 15 (quinze) dias contados da comunicação escrita da **CONTRATADA,** observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/1993;

II - Definitivamente - o recebimento definitivo do objeto do presente contrato dar-se-á em até **90 (noventa) dias** após a emissão do Termo de Recebimento Provisório, mediante termo

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 464

circunstanciado, emitido pelo **CONTRATANTE**, a ser assinado pelas partes, observado o disposto no art. 69 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA - A garantia será integral para os equipamentos instalados (todos os elementos dos elevadores que foram fornecidos) e de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, para os serviços executados, contado a partir do recebimento definitivo por parte do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA CONTRATUAL - Será exigido que a **CONTRATADA** apresente ao **CONTRATANTE** comprovante de prestação de garantia, no prazo de até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, mediante uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

a) No caso de prestação da garantia na modalidade de caução em dinheiro, a **CONTRATADA** deverá efetuar depósito na Caixa Econômica Federal e apresentar o comprovante ao **CONTRATANTE** no ato da assinatura do contrato;

b) seguro-garantia; e

c) fiança-bancária.

II - Em havendo alteração do valor contratado, por acréscimo ou supressão, a garantia deverá ser atualizada, a fim de manter o percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratado.

III - No caso de rescisão do contrato por culpa da **CONTRATADA**, a garantia será executada para ressarcimento ao **CONTRATANTE** dos valores das multas e indenizações a ela devidos, sujeitando-se ainda, a **CONTRATADA** a outras penalidades previstas na Lei 8.666/1993.

IV - A garantia, ou seu saldo, somente será restituída à **CONTRATADA** ao término do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - A despesa com a execução do presente Instrumento correrá, neste exercício, à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União ao **CONTRATANTE**, no Elemento de Despesa 44.90.51-92, classificação funcional programática 02.061.0567.4234.0053.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os créditos devidos à **CONTRATADA** ficam garantidos pela Nota de Empenho N.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 465

2012NE 002469, de 26/12/2012, no valor de R$ 4.967.448,12 à conta da Dotação Orçamentária especificada nesta Cláusula, para atender às despesas inerentes a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO VALOR - O valor do presente Instrumento fica estimado em **R$ 5.390.266,93** (cinco milhões, trezentos e noventa mil, duzentos e sessenta e seis reais e noventa e três centavos), conforme valores especificados na Relação de Material, constante do Anexo I.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ACEITAÇÃO E DO PAGAMENTO - Ao **CONTRATANTE** fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se no ato da prestação do serviço, este não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** disponibilizará para o **CONTRATANTE**, até o 5° (quinto) dia útil do mês subsequente, a Nota Fiscal correspondente aos serviços executados.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento dos serviços será efetuado em etapas conforme cronograma físico-financeiro constante do Anexo III.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os serviços de manutenção em garantia serão remunerados em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, contadas do recebimento definitivo do objeto;

PARÁGRAFO QUARTO - O pagamento será efetuado, mediante a apresentação da Nota Fiscal, a qual deverá ser apresentada preferencialmente em 2 (duas) vias, contendo o n° do Banco, da Agência e da conta corrente.

PARÁGRAFO QUINTO - Quando do pagamento da nota fiscal/fatura, se verificada a irregularidade da **CONTRATADA** com a Seguridade Social - CND, e/ou com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - CRF, e/ou com a Justiça do Trabalho - CNDT e/ou com a Fazenda Federal, bem como o descumprimento das obrigações contratuais assumidas e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas no Edital, a **CONTRATADA** ficará sujeita à rescisão do contrato, além das penalidades já previstas em lei (arts. 55, inciso XIII, 78, inciso I, 80, inciso III, e 87, da Lei n° 8.666/93).

PARÁGRAFO SEXTO - O **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos deste Contrato.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo **CONTRATANTE**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do serviço, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 466

EM = I x N x VP **Em que:**

EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da Parcela a ser paga
TX = Percentual da taxa anual = 6%
I = Índice de compensação financeira assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \Rightarrow I = \frac{(6/100)}{365} \Rightarrow$$

I = 0,00016438

PARÁGRAFO OITAVO - A compensação financeira prevista nesta condição será incluída na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

PARÁGRAFO NONO - O **CONTRATANTE**, no uso de suas atribuições, fará as seguintes retenções, conforme o caso, sobre o(s) pagamento(s) realizado(s):

I - relativas aos Tributos e às Contribuições Federais, com base na Instrução Normativa SRF 480, de 15 de dezembro de 2004, publicada no DOU de 29/12/2004, alterada pelas Instruções Normativas: SRF 539, de 25 de abril de 2005; SRF 706, de 9 de janeiro de 2007; a partir de 1° de julho de 2007 pela IN RFB 765, de 2 de agosto de 2007; RFB 791, de 10 de dezembro de 2007;

II - relacionadas à Contribuição Previdenciária calculadas as retenções sobre a remuneração decorrente da prestação de serviços, mediante cessão de mão-de-obra ou empreitada, de acordo com o disposto na Instrução Normativa 03, de 14 de julho de 2005, publicada no DOU de 15/07/2005;

III - referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS - incidente sobre os pagamentos relativos à prestação de serviços, regulamentado pelo Decreto GDF 25.508, de 19 de janeiro de 2005, decorrente do convênio firmado entre a União e o Distrito Federal, publicado no Diário Oficial da União de 21 de novembro de 2000.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE - O reajuste de preços obedecerá ao disposto nas Leis n. 9.069/1995 e 10.192/2001, utilizando-se como índice o IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) divulgado pela Fundação Getúlio Vargas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - A **CONTRATADA** tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, procedendo-se a sua revisão a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 467

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA**, quando for o caso, deverá formular ao **CONTRATANTE** requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com conseqüências incalculáveis, que tenham onerado excessivamente as obrigações contraídas por força deste Contrato.

I - A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato.

II - Junto com o requerimento, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III - O **CONTRATANTE**, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Independentemente de solicitação, o **CONTRATANTE** poderá convocar a **CONTRATADA** para acertar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas na Imprensa Nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO AUMENTO E SUPRESSÃO - O objeto deste Contrato poderá ser suprimido ou aumentado até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no artigo 65, parágrafos primeiro e segundo, inciso II, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO - Na hipótese de a **CONTRATADA** receber valores indevidos, o indébito será apurado em moeda corrente na data do recebimento do valor indevido e atualizado pelo índice IGP/M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, "*pro rata temporis*", desde a data da apuração até o efetivo recolhimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A quantia recebida indevidamente será descontada dos pagamentos a **CONTRATADA**, devendo o **CONTRATANTE** notificá-la do desconto e apresentar a correspondente memória de cálculo.

I - Previamente aos referidos descontos, permitir-se-á à **CONTRATADA** manifestar sobre o pagamento superior apurado pelo **CONTRATANTE**.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 468

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de inexistirem pagamentos a serem efetuados, o **CONTRATANTE** deverá notificar à **CONTRATADA** para que recolha, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento do comunicado, a quantia paga indevidamente, por meio da Guia de Recolhimento da União - GRU, a ser preenchida e impressa no sítio do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br) ou na Internet, na página da SEOF/SUCON, com os seguintes campos:

Unidade Favorecida:
Código 100001
Gestão 00001
Recolhimento:
Código 98815-4
Contribuinte:
CPF/CNPJ
Nome
Valor do Documento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Efetuado o recolhimento de que trata o Parágrafo anterior, a **CONTRATADA** encaminhará ao **CONTRATANTE** o respectivo comprovante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso o índice estabelecido no *caput* desta Cláusula não possa mais servir aos fins a que se propõe, ficam, desde já, acertadas as partes em avençar outro para substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a Administração irá, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

I - impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, com o descredenciamento no SICAF, ou no sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4°, da Lei 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos e sem prejuízo das multas previstas neste Instrumento e das demais cominações legais, por deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal;

II - advertência;

III - multa;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até ser promovida a reabilitação perante a própria autoridade aplicadora da penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 469

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ficam fixados, a título de multa, os percentuais e procedimentos por atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratualmente estabelecida e/ou pela inexecução total ou parcial do Contrato, garantida a prévia defesa, nos seguintes termos:

I - No caso de atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratual, no que diz respeito ao prazo de execução do serviço, será aplicada multa de mora a incidir sobre a parcela em atraso, no percentual de:

a) 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, até o 30° (trigésimo) dia de atraso;

b) 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31° (trigésimo primeiro) dia de atraso.

II - As multas moratórias incidirão até o 60° (sexagésimo) dia de atraso.

III - Dependendo da infração cometida, a Administração do **CONTRATANTE**, a seu critério, poderá rescindir o contrato a qualquer tempo, observadas as disposições constantes dos arts. 77 a 80, da Lei 8.666/1993.

IV - No caso de descumprimento das obrigações contratuais, excetuadas as situações previstas no inciso I, será aplicada multa compensatória no percentual de:

a) 20% (vinte por cento), nos casos de inexecução parcial do Contrato, calculada sobre o valor da prestação não cumprida, considerado o valor das parcelas dos serviços;

b) 20% (vinte por cento), no caso de inexecução total do Contrato, calculada sobre o valor total do Contrato ou instrumento equivalente.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As sanções previstas no Parágrafo Primeiro poderão ser aplicadas, cumulativamente, com as previstas nos incisos I, II e IV do caput, desta Cláusula, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme § 2°, do art. 87, da Lei 8.666/1993.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É assegurado à **CONTRATADA** o direito à defesa prévia, que deverá ser formulada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação da pretensão do **CONTRATANTE** em aplicar à pena.

PARÁGRAFO QUARTO - As penalidades previstas nesta Cláusula poderão ser objeto de recurso. O recurso da **CONTRATADA** será formulado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da intimação da aplicação da pena.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 470

PARÁGRAFO QUINTO - O valor da multa aplicada será descontado do pagamento e, quando for o caso, cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO SEXTO - Fica dispensada da cobrança a penalidade de multa que, calculada isolada ou cumulativamente, na forma estabelecida no Parágrafo Primeiro, apresente valor final inferior a R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), conforme art. 13 da Portaria TJDFT GPR 1.105/2012.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Na hipótese de reincidência da irregularidade de que trata o Parágrafo anterior, a **CONTRATADA** ficará sujeita à aplicação cumulativa da penalidade de advertência.

PARÁGRAFO OITAVO - Inexistindo pagamentos a serem efetuados, o **CONTRATANTE**, após apurar a quantia correspondente à multa aplicada, notificará à **CONTRATADA** para que recolha a favor do **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento do comunicado, o valor em moeda corrente, na forma mencionada no parágrafo segundo da Cláusula Décima Sexta.

PARÁGRAFO NONO - Efetuado o recolhimento de que trata o Parágrafo anterior, a **CONTRATADA** apresentará ao **CONTRATANTE** cópia autenticada do respectivo comprovante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

PARÁGRAFO DÉCIMO - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO - O presente Instrumento será executado sob o acompanhamento da **Subsecretaria de Manutenção - SUMAM** do **CONTRATANTE**, o qual se incumbirá de receber e atestar as faturas referentes ao objeto deste Contrato, observar o fiel cumprimento do presente Contrato, bem como anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

PARÁGRAFO ÚNICO - As decisões e providências que ultrapassem a competência do setor fiscalizador deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA RESCISÃO - O presente Instrumento poderá ser rescindido:

I - por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78, da Lei 8.666/1993;

II - amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração;

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 471

III - judicialmente, nos termos da lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso de rescisão amigável, à parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA VIGÊNCIA - O presente Instrumento vigorará por 54 (cinquenta e quatro) meses, contados a partir da data de sua publicação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES - O presente Instrumento poderá ser alterado, em conformidade com o art. 65 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS - Este Contrato regula-se pela Lei 8.666/1993, pelas suas Cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO - Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar, a sua custa, a publicação do extrato deste Instrumento no "Diário Oficial" da União, conforme a legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DO FORO - Para dirimir questões judiciais relacionadas à execução do presente ajuste fica fixada a Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, Art. 55, § 2° da Lei 8.666/1993.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, lavrou-se o presente Termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, uma das quais se destina a **CONTRATADA**, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes abaixo.

Brasília-DF, 14 de janeiro de 2013.

Pelo **CONTRATANTE:** _____

Desembargador **JOÃO DE ASSIS MARIOSI**
Presidente do **TJDFT**

Pela **CONTRATADA:** _____

Módulo Eng., Cons. e Ger. Predial Ltda
Ana Paula de Sousa
Representante Legal

ANA PAULA DE SOUSA MAGALHÃES
Procuradora

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 472

ANEXO I

CONTRATO TJDFT N. 009/13

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNID	QTD	VALOR TOTAL (R$)
1	Grupo I - Fornecimento e instalação de 11 (onze) elevadores elétricos de passageiros, em conformidade com os requisitos da norma técnica ABNT NBR NM 207. Capacidade para 8/12/17 passageiros, velocidade de 2 m/s, percurso de 11 paradas, no Fórum de Brasília - Bloco B (detalhamento vide anexo IV - especificações técnicas). Garantia de 3 (três) anos, incluindo os serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial. Marca: FUJITEC.	3557	serviço	1	4.827.479,37
ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNID	QTD	
2	Grupo II - Fornecimento e instalação de 4 (quatro) elevadores elétricos de passageiros, em conformidade com os requisitos da norma técnica ABNT NBR NM 207. Capacidade para 12 passageiros, velocidade de 1,25 m/s, percurso de 5 paradas, no Fórum de Samambaia (detalhamento vide anexo IV - especificações técnicas). Garantia de 3 (três) anos, incluindo os serviços de manutenção preventiva, corretiva e emergencial. Marca: ORONA.	3557	serviço	1	562.787,56
VALOR TOTAL (R$)					**5.390.266,93**

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 473

ANEXO II

CONTRATO TJDFT N. 009/13

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

GRUPO I - ELEVADORES ATLAS SCHINDLER

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	PREÇO UNITÁRIO (R$)		PREÇO TOTAL (R$)		VALOR TOTAL (R$)
				MAT	MDO	MAT	MDO	
1	**Fornecimento e instalação dos elevadores**					3.695.600,00	361.428,10	4.057.028,10
1.1	Fornecimento e instalação de elevadores elétricos de passageiros, em conformidade com os requisitos da norma técnica ABNT NBR NM 207. Capacidade para 8/12/17 passageiros, velocidade de 2 m/s, percurso de 11 paradas, no Fórum de Brasília - Bloco B. Garantia de 3 (três) anos.	11	unid	335.000,00	26.789,17	3.685.000,00	294.680,87	3.979.680,87
1.2	Fornecimento de sistema de monitoramento de tráfego, sistema para 11 elevadores	1	unid	10.600,00	3.532,23	10.600,00	3.532,23	14.132,23
1.3	Desmontagem e retirada de elevador instalado, com remoção de componentes para sucata	11	unid		4.800,00		52.800,00	52.800,00
1.4	Projeto Executivo da instalação dos elevadores e da rede elétrica, conforme norma técnica ABNT NM 207	1	unid		10.415,00		10.415,00	10.415,00

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 474

2.	**Execução da infra-estrutura para instalação dos elevadores, conforme norma técnica ANBT 207 juntamente com acabamentos e revestimentos - paredes dos andares**	11	unid	8.850,00	1.720,00	97.350,00	18.920,00	116.270,00

subtotal	3.792.950,00	380.348,10	4.173.298,10
BDI MAT (8,52 %)	323.159,34		
BDI MDO (23,57 %)		89.648,05	
Subtotal com o BDI	4.116.109,34	469.996,15	4.586.105,49
TOTAL DO ORÇAMENTO			4.586.105,49

Manutenção em Garantia (preventiva, corretiva e emergencial)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	PREÇO UNITÁRIO (R$)	PREÇO TOTAL (R$)
1	**Manutenção Preventiva, corretiva e emergencial**	36	mes	6.704,83	241.373,88

TOTAL GRUPO I	4.827.479,37

GRUPO II - ELEVADORES THYSSENKRUPP

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	PREÇO UNITÁRIO (R$)		PREÇO TOTAL (R$)		VALOR TOTAL (R$)
				MAT	MDO	MAT	MDO	
1	**Fornecimento e instalação dos elevadores**					393.119,79	67.777,54	460.897,33
1.1	Fornecimento e instalação de elevadores elétricos de passageiros, em conformidade com os requisitos da norma técnica ABNT NBR NM 207. Capacidade para 12 passageiros, velocidade de 1,25 m/s, percurso de 5 paradas, no Fórum de Samambaia. Garantia de 3 (três) anos.	4	unid	96.500,00	12.269,00	386.000,00	49.076,00	435.076,00

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 475

1.2	Fornecimento de sistema de monitoramento de tráfego, sistema para 4 elevadores	1	unid	7.119,79	1.221,54	7.119,79	1.221,54	8.341,33
1.3	Desmontagem e retirada de elevador instalado, com remoção de componentes para sucata	4	unid		2.820,00		11.280,00	11.280,00
1.4	Projeto Executivo da instalação dos elevadores e da rede elétrica, conforme norma técnica ABNT NM 207	1	unid		6.200,00		6.200,00	6.200,00
2.	**Execução da infra-estrutura para instalação dos elevadores, conforme norma técnica ANBT 207 juntamente com acabamentos e revestimentos - paredes dos andares**	**4**	**unid**	4.700,00	785,00	18.800,00	3.140,00	21.940,00
	Subtotal					411.919,79	70.917,54	482.837,33
	BDI MAT (8,52 %)					35.095,57		
	BDI MDO (23,57 %)						16.715,26	
	subtotal com o BDI					447.015,36	87.632,80	534.648,16
	TOTAL DO ORÇAMENTO							534.648,16

Manutenção em Garantia (preventiva, corretiva e emergencial)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	PREÇO UNITÁRIO (R$)	PREÇO TOTAL (R$)
1	**Manutenção Preventiva, corretiva e emergencial**	**36**	**mes**	781,65	28.139,40

TOTAL GRUPO II	562.787,56

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 476

ANEXO III

CONTRATO TJDFT N. 009/13

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

GRUPO 1 – ELEVADORES ATLAS

Atividade	%	Valor (R$)	Semana
Entrega de Projetos visados e aprovados pelo CREA	**2,00%**	96.549,59	**07/08**
Item 1.1 da planilha de custos + BDI	1,74%	83.998,14	
Item 1.4 da planilha de custos +BDI	0,26%	12.551,45	
Entrega do material dos 04 (quatro) elevadores	**48,00%**	2.317.190,10	**28 a 31**
Item 1.1 da planilha de custos + BDI	48,00%	2.317.190,10	
Montagem de 03 (três) elevadores – 1 de cada prumada e 1 de serviço	**10,00%**	482.747,94	**30 a 33**
Item 1.1 da planilha de custos + BDI	9,04%	436.404,14	
Item 1.3 da planilha de custos +BDI	0,30%	14.482,44	
Item 2 da planilha de custos + BDI	0,66%	31.861,36	
Montagem de 03 (três) elevadores – 1 de cada prumada e 1 de serviço	**10,00%**	482.747,94	**34 a 37**
Item 1.1 da planilha de custos + BDI	9,04%	436.404,14	
Item 1.3 da planilha de custos +BDI	0,30%	14.482,44	
Item 2 da planilha de custos + BDI	0,66%	31.861,36	
Montagem de 03 (três) elevadores – 1 de cada prumada e elevador da carceragem	**10,00%**	482.747,94	**38 a 41**
Item 1.1 da planilha de custos + BDI	9,04%	436.404,14	
Item 1.3 da planilha de custos +BDI	0,30%	14.482,44	
Item 2 da planilha de custos + BDI	0,66%	31.861,36	
Montagem de 02 (dois) elevadores – 2 elevadores restantes	**10,00%**	482.747,94	**42 a 45**
Item 1.1 da planilha de custos + BDI	9,04%	436.404,14	
Item 1.3 da planilha de custos +BDI	0,30%	14.482,44	
Item 2 da planilha de custos + BDI	0,66%	31.861,36	
Instalação do DAFFE	**3,00%**	144.824,38	**46 a 49**
Item 1.1 da planilha de custos + BDI	3,00%	144.824,38	
Ajustes finais e iniciar a operação do elevadores	**2,00%**	96.549,59	**50/51**

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 477

Item 1.1 da planilha de custos + BDI	1,67%	80.618,91	
Item 1.2 da planilha de custos +BDI	0,33%	15.930,68	
Manutenção preventiva, corretiva e emergencial, e conservação em garantia*	**5,00%**	241.373,97	
TOTAL	**100,00%**	4.827.479,37	

GRUPO 2 - ELEVADORES THYSSEN

Atividade	%	Valor (R$)	Semana
Entrega de Projetos visados e aprovados pelo CREA	**2,00%**	11.255,75	7/8
Item 1.1 da planilha de custos + BDI	0,54%	3.039,05	
Item 1.4 da planilha de custos +BDI	1,46%	8.216,70	
Entrega do material dos 04 (quatro) elevadores	**48,00%**	270.138,03	28 a 31
Item 1.1 da planilha de custos + BDI	48,00%	270.138,03	
Montagem de 02 (dois) elevadores	**20,00%**	112.557,51	30 a 33
Item 1.1 da planilha de custos + BDI	16,76%	94.323,20	
Item 1.3 da planilha de custos +BDI	1,23%	6.922,29	
Item 2 da planilha de custos + BDI	2,01%	11.312,03	
Montagem de 02 (dois) elevadores	**20,00%**	112.557,51	34 a 37
Item 1.1 da planilha de custos + BDI	16,76%	94.323,20	
Item 1.3 da planilha de custos +BDI	1,23%	6.922,29	
Item 2 da planilha de custos + BDI	2,01%	11.312,03	
Instalação do DAFFE	**2,00%**	11.255,75	35 a 38
Item 1.1 da planilha de custos + BDI	2,00%	11.255,75	
Ajustes finais e iniciar a operação do elevadores	**3,00%**	16.883,63	38/39
Item 1.1 da planilha de custos + BDI	0,33%	1.857,20	
Item 1.2 da planilha de custos +BDI	2,67%	15.026,43	
Manutenção preventiva, corretiva e emergencial, e conservação em garantia*	**5,00%**	28.139,38	
TOTAL	**100,00%**	562.787,56	

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 478

ANEXO IV

CONTRATO TJDFT N. 009/13

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

RELAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EXISTENTES:

GRUPO 1 - BLOCO B – ELEVADORES ATLAS SCHINDLER

11 (onze) Elevadores, sendo:

6(seis) Elevadores Sociais
1 (um) Elevador Privativo
3 (três) Elevadores de Serviço
1 (um) Elevador da Carceragem

1 - Especificações Elevadores Ala B

1.1. - Quantidade de Elevadores: 4

- **Elevador 37099 – Social**
- **Elevador 37100 – Social**
- **Elevador 37101 – Social**
- **Elevador 31107 – Serviço**

Marca: Atlas Schindler.
Controle: MICONIC TX – com controle micro processado de última geração – sistema agrupação (triplex).
Acionamento: Corrente alternada provido de conversor de freqüência variável com velocidade variável.
Velocidade: 120 m/m.
Percurso: 36 metros.
Capacidade: 1.190 kg – 17 passageiros.
Paradas/Entradas: 11 paradas – 2°S, 1°S, T, 2° ao 9°.
Portas de Pavimento: Automática de correr, abertura central conjugada com a porta da cabina, com reabertura controlada através de barra de segurança de detecção de obstáculos incorporada por meio de fotocélulas de proteção.
Cabina: Em chapas de aço inoxidável.
Porta da Cabina: Automática de correr, abertura central conjugada com a porta de pavimento acionada por motor elétrico.
Botoeiras: Botões de micro movimento, acabamento em aço inoxidável.
Sinalização: Indicador digital numérico, setas de direção e gongo acústico.

2. Especificações Elevadores Ala C

2.1. Quantidade de Elevadores: 4

- **Elevador 37102 – Social**
- **Elevador 37103 – Social**
- **Elevador 37104 – Social**
- **Elevador 37108 – Serviço**

Marca: Atlas Schindler.
Controle: MICONIC TX – com controle micro processado de última geração – sistema agrupação (triplex).
Acionamento: Corrente alternada provido de conversor de freqüência variável com velocidade variável.
Velocidade: 120 m/m.
Percurso: 36 metros.
Capacidade: 1.190 kg – 17 passageiros.
Paradas/Entradas: 11 paradas – 2°S, 1°S, T, 2° ao 9°.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 479

Portas de Pavimento: Automática de correr, abertura central conjugada com a porta da cabina, com reabertura controlada através de barra de segurança de detecção de obstáculos incorporada por meio de fotocélulas de proteção.
Cabina: Em chapas de aço inoxidável.
Porta da Cabina: Automática de correr, abertura central conjugada com a porta de pavimento acionada por motor elétrico.
Botoeiras: Botões de micro movimento, acabamento em aço inoxidável.
Sinalização: Indicador digital numérico, setas de direção e gongo acústico.

3. Especificações Elevador Privativo: Elevador 37105

Marca: Atlas Schindler.
Controle: MICONIC TX - com controle micro processado de última geração.
Acionamento: Corrente alternada provido de conversor de freqüência variável com velocidade variável.
Velocidade: 120 m/m.
Percurso: 39 metros.
Capacidade: 560 Kg - 8 pessoas.
Paradas/Entradas: 12 paradas - 2°S, 1°S, T, 2° ao 10°.
Portas de Pavimento: Automática de correr, abertura central conjugada com a porta da cabina, com reabertura controlada através de dispositivo de segurança, com raios infravermelhos, que cobrem toda a extensão da porta - cortina luminosa.
Cabina: Em chapas de aço inoxidável.
Porta da cabina: Automática de correr, abertura central conjugada com a porta de pavimento acionada por motor elétrico.
Botoeiras: Botões de micro movimento, acabamento em aço inoxidável.
Sinalização: Indicador digital numérico, setas de direção e gongo acústico

4. Especificações Elevador Carceragem: Elevador 37106

Marca: Atlas Schindler.
Controle: MICONIC TX - com controle micro processado de última geração.
Acionamento: Corrente alternada provido de conversor de freqüência variável com velocidade variável.
Velocidade: 120 m/m.
Percurso: 39 metros.
Capacidade: 1.190 kg - 17 passageiros.
Paradas/Entradas: 11 paradas - 2°S, 1°S, T, 2° ao 9°.
Portas de Pavimento: Automática de correr, abertura lateral conjugada com a porta da cabina, com reabertura controlada através de dispositivo de segurança, com raios infravermelhos, que cobrem toda a extensão da porta - cortina luminosa.
Cabina: Em chapas de aço inoxidável.
Porta da cabina: Automática de correr, abertura lateral conjugada com a porta de pavimento acionada por motor elétrico.
Botoeiras: Botões de micro movimento, acabamento em aço inoxidável.
Sinalização: Indicador digital numérico, setas de direção e gongo acústico

5. Especificações Elevador de Serviço: Elevador 37109

Marca: Atlas Schindler.
Controle: MICONIC TX - com controle micro processado de última geração - sistema agrupação (triplex).
Acionamento: Corrente alternada provido de conversor de freqüência variável com velocidade variável.
Velocidade: 120 m/m.
Percurso: 36 metros.
Capacidade: 840 kg -12 passageiros.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 480

Paradas/Entradas: 11 paradas - 1°S, T, 2° ao 10°.
Portas de Pavimento: Automática de correr, abertura lateral conjugada com a porta da cabina, com reabertura controlada através de dispositivo de segurança, com raios infravermelhos, que cobrem toda a extensão da porta - cortina luminosa.
Cabina: Em chapas de aço inoxidável.
Porta da cabina: Automática de correr, abertura lateral conjugada com a porta de pavimento acionada por motor elétrico.
Botoeiras: Botões de micro movimento, acabamento em aço inoxidável.
Sinalização: Indicador digital numérico, setas de direção e gongo acústico

GRUPO 2 - FÓRUM SAMAMBAIA - ELEVADORES THYSSENKRUPP

4 (quatro) Elevadores, sendo:

2 (dois) Elevadores Sociais
1 (um) Elevador Privativo
1 (um) Elevador da Carceragem

Marca: Thyssen SÚR
Modelo: EM 33
Velocidade: 1,25 m/s.
Capacidade: 840 kg - 12 passageiros.
Paradas/Entradas: 5 paradas - 1°S, T, 1° ao 3°.
Portas de Pavimento: Automática de correr, abertura central conjugada com a porta da cabina, com reabertura controlada através de dispositivo de segurança, com raios infravermelhos, que cobrem toda a extensão da porta - cortina luminosa.
Cabina: Em chapas de aço inoxidável.
Porta da cabina: Automática de correr, abertura central conjugada com a porta de pavimento acionada por motor elétrico.
Botoeiras: Botões de micro movimento, acabamento em aço inoxidável.
Sinalização: Indicador digital numérico, setas de direção e gongo acústico

1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA:

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O nivelamento da cabina junto ao pavimento deverá ser próximo de zero, sendo tolerado, no máximo 5 (cinco) milímetros de diferença entre as soleiras de cabine e pavimento;

Os equipamentos deverão suportar, no mínimo, 180 (cento e vinte) partidas/hora;

2. CAPACIDADE DAS CABINAS E VELOCIDADE DE ACIONAMENTO

A capacidade das cabinas deverá ser a mesma dos equipamentos existentes, conforme especificado anteriormente. A velocidade dos equipamentos deverá ser, nó mínimo, a velocidade nominal também anteriormente especificada.

3. MÁQUINAS DE TRAÇÃO

As máquinas de tração e demais equipamentos deverão ser colocados na casa de máquinas situada acima das caixas dos elevadores. Deverão ser do tipo sem engrenagem, com acoplamento direto, dotadas de freio e polia de tração que recebe um motor de corrente contínua, acionado eletricamente por inversor VVVF (Variable Voltage Variable Frequency) para tensão e freqüência variáveis. Alimentação trifásica, 380 volts, 60 Hertz.

4. CABOS DE TRAÇÃO

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 481

Os cabos de tração deverão ser substituídos em todos os elevadores relacionados.

5. COMANDO EM GRUPO - TRIPLEX:

Deverá ser utilizado sistema inteligente para interligação dos 03 (três) elevadores sociais (em cada prumada) em um único grupo. Os demais elevadores (três de serviço, um privativo e um da carceragem) funcionarão de forma independente, sem a interligação apresentada.

6. QUADROS DE COMANDO

Destina-se ao comando e controle eletrônico completo do elevador, responsável pelo processamento, interfaceamento e monitoração de todos os sinais de operação e segurança, incluindo chamadas de cabina e pavimento, abertura e fechamento das portas, sensores de carga e nivelamento. O quadro de comando a ser instalado deve ser do tipo microprocessado de frequência variável ou tecnologia superior, com sistema de interface homem-máquina (IHM) que identifica facilmente qualquer problema através de um código fornecido pelo comando, que agiliza o trabalho do técnico e libera em menor tempo o elevador para uso novamente.

Deverá ter os seguintes dispositivos complementares básicos:

a. Comando automático coletivo seletivo;

b. Proteção contra chamadas falsas: no caso de acionamento simultâneo de todos os botões da cabina, após no máximo três paradas consecutivas sem desembarque, o comando cancelará todas as chamadas de cabina;

c. Estacionamento preferencial programável: permitir que o elevador retorne automaticamente ao térreo quando não estiver sendo utilizado por determinado período;

d. Sinal sonoro para elevador preso: na ocorrência de retenção do elevador por período maior que o previsto, será acionado sinal sonoro de advertência;

e. Detecção de falta ou inversão de fase: dispositivo automático que, constatada a falta ou inversão de fase desligará o motor de tração até a regularização do fornecimento de energia.

f. Detecção de falha na alimentação de energia: dispositivo automático para funcionamento com força de emergência através de energia fornecida pelo grupo gerador de emergência do prédio, quando houver falha no sistema de alimentação de energia elétrica. A **CONTRATADA** deverá providenciar a estabilização da energia no quadro de comando, via no-break ou outro dispositivo, a fim de evitar que a oscilação da energia comprometa o funcionamento dos equipamentos.

g. Monitoramento de segurança: o comando monitorará constantemente as condições de segurança das portas de pavimento, porta de cabina, trincos eletromecânicos, etc., de tal forma que, se alguma condição de segurança for violada, o comando impedirá o funcionamento do elevador;

h. Auto-diagnóstico: dispositivo que permite o diagnóstico de falhas, monitoração, operação e testes do sistema;

i. Auto-teste: verificação contínua de funcionamento e integridade do sistema. Caso detecte alguma irregularidade, era registrar informação e se corrigir automaticamente;

j. Os dispositivos de comando serão instalados dentro de armário metálico, com portas, e de fácil acesso à manutenção. O conjunto será designado "painel de comando". Neste painel será possível aos técnicos identificarem as falhas em todo o equipamento, devendo existir uma rotina de registro de falhas (histórico), possibilitando a identificação de falhas ocorridas anteriormente;

k. O sistema deve conter, ainda, leitor de pulsos (encoder), que fará a medida da velocidade do elevador, comparando a velocidade real do elevador com a velocidade padrão do circuito. Este leitor de pulsos

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 482

será acoplado a uma parte rotativa do elevador para que o movimento relativo permita, ao leitor de pulsos, a leitura da velocidade e deslocamento do carro. A posição da cabine e indicação das paradas deverá ser realizada através de leitor ótico ou sensor eletrônico, responsável pela determinação da posição da cabina em relação aos pavimentos. Essa determinação será realizada através de dispositivos e placas de sinalização adequadamente posicionadas na caixa de corrida;

l. O desnivelamento máximo permitido, quando da parada da cabine em qualquer pavimento e com qualquer carga, no limite de sua capacidade especificada, deve ser de, no máximo, 5 (cinco) mm, considerando como referência o nível da soleira da cabine e o da soleira do pavimento analisado;

m. O sistema deve garantir adequado torque e velocidade à máquina, de forma a permitir acelerações e desacelerações rápidas, suaves, confortáveis e paradas precisas, independentemente do sentido de viagem e da carga transportada;

n. Dispositivo pesador de carga: considerando que a capacidade de transporte dos elevadores manter-se-á inalterada após a modernização, as cabinas disporão de dispositivo pesador de carga capaz de detectar as seguintes situações:

- carga acima de 100% da capacidade - elevador não parte, acionando aviso sonoro ou visual que permanecerá ligado até que, através da redução de número de passageiros, restabeleça a condição normal de funcionamento; e
- carga acima de 80% da capacidade - elevador deixa de atender chamadas de pavimento.

7. SELETOR DE VELOCIDADE

Deverá ser com leitura ótica no eixo da máquina, com gerador de pulsos – pulse generator –, proporcionando leituras precisas. No caso de queda de força, será necessário um sistema auto-regulador com memória própria, sem exigir a presença de pessoal técnico para esse serviço;

8. LIMITADORES DE VELOCIDADES

Os limitadores deverão ter, além do desarme mecânico, desarme elétrico no caso de sobrevelocidade do carro, sendo a velocidade de desarme compatível com o disposto na NBR/NM 207 da ABNT;
O limitador deverá conter polia esticadora, cabo de segurança, dispositivos eletrônicos para monitoração do seletor eletrônico, cabo de segurança, dispositivo de desengate e demais acessórios com a finalidade de detectar excesso de velocidade, proporcionar diminuição e/ou atuação do freio de segurança, se necessário. Os cabos de aço, bem como as polias esticadoras que fazem parte do conjunto, deverão ser integralmente substituídos.

9. SENSORES ÓTICOS DE POSIÇÃO

Deverá ser utilizados sensores óticos para proporcionar precisão de nivelamento e paradas.

10. SENSORES DE PROTEÇÃO INFRA-VERMELHO (CORTINA LUMINOSA)

Deverá ser instalado sistema eletrônico de feixes de luz infravermelha, de atuação bidimensional e cobertura em toda "malha" formada na abertura das portas de cabina, de modo a proporcionar maior segurança ao usuário na operação de entrada e saída da cabina. Os sensores com raios infravermelhos estarão alojados no interior de um perfil nas laterais da porta e com acabamento em tampa de acrílico escuro, cabo de interligação e conjunto amplificador de sinais de modo que ao ser interrompido esse feixe de luz, as portas recuem no sentido contrário ao de fechamento, antes mesmo de tocarem no passageiro;

11. COMANDO CONTRA INCÊNDIO

Serviço de Bombeiro: Sistema de operação em emergência, no caso de pânico e incêndio. Este comando, quando acionado, obrigará a parada do elevador no próximo andar, não permitindo a abertura das portas. Em seguida,

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 483

enviará o elevador para o pavimento onde ficará fora de serviço.

12. CHAVE PARA OPERAÇÃO EM EMERGÊNCIA

O comando do elevador deverá ser dotado de um dispositivo que, no caso de emergência, desde que ainda haja energia elétrica no edifício, automaticamente seja acionado, fazendo com que o carro passe a operar em "sistema de emergência", isto é, todas as chamadas serão canceladas e o elevador dirigir-se-á, sem parar, para o pavimento térreo, onde permanecerá desligado. Se o elevador estiver subindo, parará no próximo pavimento, não abrirá a porta e voltará diretamente ao pavimento principal.

13. BOTOEIRA DE INSPEÇÃO

Conjunto botoeira de inspeção, instalada sobre a cabina, composta de botão de subida/descida/emergência e tomada de força, cuja finalidade será movimentar o elevador durante vistoria de órgãos competentes, execução de serviços de manutenções preventivas e corretivas.

14. CONJUNTO DE BOTOEIRAS E SINALIZAÇÃO (TOTEM) DA CABINA

Deverá ser instalado conjunto de botoeiras de cabina e conjunto de sinalização (TOTEM), utilizando montantes em aço inoxidável, de modo a proporcionar visualização imediata e rápido acesso às teclas, comportando:

a. Adequação aos portadores de necessidades especiais, com sinalização em Braille;

b. Botões eletrônicos de microcurso, com teclas sensitivas ao toque, iluminados perifericamente por LED's e informação em braile alto relevo;

c. Intercomunicador viva voz interligando casa de máquina/cabina/portaria e/ou portaria do Bloco B, ou ainda outro local designado pela Fiscalização;

d. Comando de ascensorista, com acionamento por intermédio de chave do tipo "Yale" para a alteração do modo de operação de automático para ascensorista;

e. Fonte de emergência para, quando ocorrer falta de energia, manter a cabina iluminada;

f. Conjunto de sinalização de cabina constituído de indicadores digitais dos pavimentos e setas multipontos indicando sentido de direção do elevador;

g. Sinais acústicos e digital voice;

h. As botoeiras dos andares deverão seguir o mesmo padrão da botoeira da cabina em termos de acabamento, com iluminador e gongo. As botoeiras deverão ser resistentes ao desgaste pelo uso contínuo, a atos de vandalismo e cumprir o que determina a norma NBR-13994. Essa sinalização também deverá ser grafada em Braille, logo abaixo do número do andar;

i. Deverão conter a sinalização de proibido fumar, acionamento do ventilador, capacidade da cabina, botão de alarme, botão de abrir e fechar porta, interfone incorporado e embutido, com tecla única, para comunicação da cabina com a Portaria/Segurança e com a casa de máquinas dos elevadores.

1. BOTOEIRA DE PAVIMENTO

Deverá ser instalada, para todos os equipamentos relacionados, botoeira de pavimento com teclas de chamada com dupla seleção, exceto nos andares extremos que será de uma seleção, sensíveis ao toque, eletrônica.

Em todos os pavimentos, deverão ser instalados dois conjuntos de botoeiras de pavimento que atenderá simultaneamente aos três elevadores sociais (comando triplex), selecionado qual cabina encontra-se em melhores condições para o pronto atendimento da chamada. Esse conjunto estará posicionado sobre chapa de aço inox escovado e sua instalação será na alvenaria entre duas portas de pavimento. Não serão aceitas chapas cegas de

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 484

aço inoxidável para corrigir diferenças de acabamento nos andares. Assim, estão previstas 9 (nove) linhas de botoeiras: uma linha para cada um dos elevadores (37105, 37106, 37107, 37108, 37109) e uma para cada espaçamento entre os elevadores - botoeiras triplex (37099 - 37100), (37100-37101), (37102-37103) e (37103-37104). Nesse caso, qualquer uma das botoeiras entre os elevadores 37099, 37100 e 37101 aciona os mesmos (o mesmo acontecendo com as botoeiras entre os elevadores 37102, 37103 e 37104).

As botoeiras de chamada dos andares deverão acompanhar as botoeiras de cabina quanto ao tipo. Sendo as botoeiras de cabina do tipo micromovimento, as de pavimento também o serão. Todas as botoeiras de todos os elevadores deverão vir grafadas também em Braille de acordo com as recomendações da norma NBR 13994 e das Posturas Municipais (Código de Edificações de Brasília e Leis Distritais específicas).

2. SINALIZAÇÃO DE PAVIMENTO

Em cada pavimento-tipo deverá ser instalada sinalização eletrônica de pavimento, localizada acima da porta de cada elevador, com informação sobre posicionamento (indicador de posição digital do andar em que está o elevador) e o deslocamento do mesmo por meio de setas indicativas de direção, dotadas de iluminação por LEDs que possibilite a impressão de movimento da seta na direção do deslocamento do elevador. A sinalização deverá se complementada por sinal sonoro quando da chegada do elevador no pavimento. Este dispositivo atende também aos deficientes visuais.

3. SEGURANÇA SOBRE A CABINA

Na parte superior de cada cabina, de acordo com a legislação vigente, deverá ser instalado um corrimão em aço pintado, visando propiciar segurança para o técnico quando o mesmo estiver executando serviços sobre a cabina do elevador.

4. CONJUNTO OPERADOR DE PORTA DE CABINA

O conjunto de operação das folhas das portas da cabina precisam ser robustos, silenciosos e seguros. Deverá incluir operador elétrico de portas de cabina contendo motor de corrente contínua ou de corrente alternada com variação de voltagem e variação de freqüência (V.V.V.F.), caixa de controle, polias, microruptores, correias intermediárias/motora, rampa expansiva, para acionamento automático da porta da cabina, adaptado à soleira de porta de cabina e porta de pavimento atuais, prevendo novo trinco de porta dos andares e demais componentes necessários para substituir o sistema atual. Deverão ser fornecidos e instalados nas cabinas dos elevadores novos suportes para fixação das portas de cabina e do conjunto operador de portas.

5. INSTALAÇÃO ELÉTRICA

Deverá ser efetuada a instalação elétrica necessária para interligar botoeiras/sinalização de pavimentos, limites de segurança, motores e demais componentes com o comando/seletor, utilizando fiação, calhas, terminais conduites de 1ª qualidade.

6. CABINA DO ELEVADOR

As características da cabina do elevador são as que seguem:

a. As cabinas deverão possuir design atual e compatível com a leitura arquitetônica adotada e seguir o mesmo nível de acabamento do edifício e sua destinação de ocupação;

b. Todos os elevadores deverão ser capazes de funcionar também em manual – serviço ascensorista. Possuir comando inserido no painel de comando interno da cabina;

c. Não será aceito qualquer tipo de assento interno para o ascensorista, mesmo que embutido;

d. Todos os elevadores deverão possuir protetores de soleira, conforme item 8.4 da NBR/NM 207/99 ;

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 485

e. A caixa de cabina deverá ser composta por painéis laterais, frontal e de fundo em aço inox, sem desenho ou relevos;

f. Porta de cabina: tipo correr central ou lateral (dependendo da localidade) em aço inox escovado/lixado acetinado;

g. Paredes: painéis em aço inox escovado/lixado acetinado com os cantos arredondados/curvos;

h. Subteto composto por chapa de aço inox escovado, compatível com o seu acabamento interno e com iluminação indireta central, do tipo fluorescente, suficiente para o nível correto de iluminescência para o ambiente - as luminárias serão antiofuscantes;

i. Os pisos, das cabinas dos elevadores serão rebaixados, para receber granito de, pelo menos, 15mm de espessura, na cor a ser definida pelo **CONTRATANTE**;

j. Botoeira de Cabina - Em formato de totem, inclui indicador de posição LCD/IPD, botões de função, um terminal interno, oculto dentro do painel frontal, para uso de ascensoristas, bombeiros ou funcionários do prédio;

k. Espelho plano inestilhaçável, laminado de segurança, para amortecer vibrações e movimentação natural dos painéis, conforme exigências da norma NBR 7192/98, não bisotado, incolor, com suportes em aço inox somente no painel de fundo da cabina, somente no painel superior, a partir do corrimão. Deverá ser colado sobre manta de cortiça ou material que tenha o mesmo efeito. Os espelhos serão instalados apenas nos elevadores sociais e privativos. Elevadores de serviço e destinados à carceragem não terão espelhos;

l. Ventilação natural: por meio de furos posicionados próximos ao piso (rodapé) e no subteto;

m. Ventilação mecânica: ventilador acionado quando do uso do elevador, com vazão auto-ajustável de acordo com a temperatura ambiente. O disparo do ventilador deverá ocorrer através de termostato, de forma automática, ao ser atingida uma determinada temperatura interna da cabina, pré-ajustada;

n. Os ventiladores terão suporte, calço de borracha, caixa, tampa e amortecedor, para apoio no teto da cabina, com capacidade de ar/rotação/hélice balanceada, para proporcionar renovação adequada de ar. Deverão ser atendidas as recomendações da norma NBR/NM 207/99;

o. Os painéis laterais e do fundo da cabina, deverão possuir dispositivos para a fixação de lona de proteção, a ser fornecido pela **CONTRATADA** para os casos de mudanças e transporte de cargas entre os pavimentos da edificação, sendo 01 (um) em cada Fórum. Os dispositivos deverão ser colocados de modo a não ficarem visíveis quando da utilização normal dos elevadores;

p. Todos os elevadores deverão dispor de sistema de voz digitalizada que informe aos usuários o pavimento atendido pela cabine. Além das mensagens informando o nome do pavimento atendido, o sistema deverá informar o sentido de deslocamento da cabine - subida ou descida - e solicitar a liberação do elevador caso as portas de cabine estejam sendo obstruídas pelo sensor eletrônico das portas. Deverão também possuir central telefônica para comunicação interligando cabina, casa de máquinas e portaria - viva voz;

q. A cabina deverá ter dispositivo de nivelamento automático, determinando o perfeito nivelamento das mesmas. Se as cabinas pararem desniveladas, automaticamente elas se nivelam mediante sinais dos conjuntos eletrônicos enviados do comando;

r. Painel em Braile posicionado à direita;

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 486

s. Detecção de Excesso de Carga: Dispositivo de excesso de carga;

t. Som Ambiental Cabina dotada de espera para música ambiente.

7. PORTAS DE PAVIMENTO

As portas de pavimentos em todos os andares deverão ser em aço inoxidável escovado. As portas deverão estar rigorosamente dentro das normas em vigor NBR/NM 207/99;

As portas serão em duas folhas, abertura lateral ou central (conforme o caso), automáticas, fabricadas em aço inox liso, sem desenhos ou relevos;

As dimensões das portas deverão estar de acordo com a NBR/NM 207/99;

As portas deverão possuir triângulo de destravamento para abertura de emergência, conforme NBR/NM 207/99;

Os acabamentos laterais e seus respectivos marcos serão substituídos por aço inoxidável escovado;

8. INSTALAÇÃO DE ACOLCHOADOS DE PROTEÇÃO DOS ELEVADORES DE SERVIÇO

Ideal para proteção interna da cabina, o acolchoado evita possíveis danos durante o transporte de materiais. Deve ser fornecida em módulos independentes de fácil colocação, e não interferir nas funções operacionais do elevador. É necessária fabricação com tecido antichamas, fácil de lavar/limpar, costurado com fio de nylon e ter características antifungo e antimofo, além de revestimento interno emborrachado.
Estes acolchoados deverão ser fornecidos para os 3 (três) elevadores de serviço.

9. SISTEMA DE MONITORACÃO E CONTROLE DE TRÁFEGO

Para o conjunto, deverá ser fornecido e instalado um sistema de gerenciamento, com a finalidade de supervisionar grupos de elevadores com funções de monitoração, controle, geração de relatório para análise de desempenho do sistema e envio de mensagens para "displays" localizados na cabina e pavimentos e auxiliará na detecção de falhas e visualização do sistema de elevadores em um microcomputador. A Fiscalização indicará o local da instalação da unidade.

O sistema deverá ser composto por um microcomputador integrado ao painel de comando e aos controles dos elevadores, monitor de vídeo, teclado, no-break e impressora. Será instalado na sala de controle, permitindo a análise do desempenho e a supervisão total da instalação. Monitorando e controlando os elevadores, o sistema recebe informações e programa ordens aos mesmos (restringir o uso, selecionar paradas, bloquear chamadas, programar Serviço VIP, entre outros), inclusive com a possibilidade de programar ações diárias, semanais, mensais ou em data específica pré-definida.

O sistema deverá permitir a visualização do grupo de:

a. Visão geral do status do edifício com as informações mais importantes sobre os estados operacionais de cada instalação dentro do grupo, como nome, posição atual, direção de viagem, estado da porta, etc.

b. Visão geral vertical do edifício que mostra de forma gráfica a configuração vertical do edifício. Para cada grupo de elevadores, os andares servidos são indicados. A posição de cada cabina é atualizada on-line.

c. Detalhamento do grupo de elevadores que mostra com detalhes o funcionamento atual de um grupo de elevadores, incluindo todas as chamadas (de hall e cabina) para cada elevador; posição e direção dos carros; estado das portas; lotação das cabinas, problemas técnicos no elevador (falha no freio, falha na abertura ou fechamento de portas, excesso de cargas, etc.).

d. Estatísticas: O sistema deverá gravar cada viagem de cada elevador, gerando completas estatísticas sobre a performance do grupo e informações de passageiros. Os diagramas são exibidos

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 487

como gráficos de barras, gráficos de tortas ou tabelas. Podem ser impressos ou exportadas em arquivos texto.

e. Os relatórios devem informar sobre a disponibilidade do grupo de elevadores, estatísticas, distribuição do tempo de espera, números de passageiros chegando/deixando o andar, densidade de chamados no hall, distribuição de passageiros, tempo para o destino, etc.

O sistema permite interação do operador do sistema com os carros do grupo, ativando ou desativando os serviços disponíveis nos comandos dos elevadores. O sistema não precisa controlar os equipamentos, apenas requisita os serviços determinados pelo operador. Os controles dos equipamentos devem prever os serviços requeridos pelo edifício.

a. Serviço de bombeiros fase I

b. Viagem VIP

c. Viagem prioritária

d. Elevador privativo

e. Retirada do elevador do grupo

f. Desligar o elevador.

Os sistemas de comunicação e de controle deverão ser dotados de protocolo aberto (IP) visando a integração com outros sistemas de automação predial e de monitoração.

10.UNIDADE DE MONITORAÇÃO

O conjunto deverá ser composto de monitor de, no mínimo 22", com resolução mínima de 1280 x 1024, CPU com especificações sugeridas pelo fabricante do software, unidade gravadora de DVD-ROM, 2 slots PCI disponíveis, controladora de vídeo de capacidade de memória RAM também sugerida pelo fabricante, Teclado, Mouse, Impressora, "No-break", Sistema operacional Windows (2003, XP, Vista ou superior) instalado além do Software do fabricante.

11.INTERCOMUNICADOR

Em cada cabina de todos os elevadores (sociais, privativo e de serviço) deverá haver um equipamento intercomunicador (central telefônica) que será ligado aos dispositivos igualmente colocados na casa de máquinas e portaria do edifício. Ficará a cargo da **CONTRATADA** o fornecimento e a colocação de toda a infra-estrutura (eletrodutos, fios, conectores, caixas de passagem, e demais insumos) necessária ao seu funcionamento. Esta central telefônica deverá permitir a comunicação entre a cabine de cada elevador com a portaria e com a casa de máquinas do respectivo elevador. A Central telefônica deverá ser equipada com um no-break para garantir o seu funcionamento em caso de interrupção do fornecimento de energia elétrica.

12.FONTE DE EMERGÊNCIA PARA LUZ NAS CABINAS E ALARME

Em cada cabina, deverá haver um dispositivo que, no caso de falta de energia elétrica, além de mantê-la parcialmente iluminada, continuará a assegurar o funcionamento do botão de alarme. Esse dispositivo será constituído por uma bateria seca, de alta confiabilidade, constantemente carregada pela rede de alimentação do edifício e controlada por um conjunto eletrônico transistorizado.

13.BATENTES

Os batentes passíveis de substituição das portas dos pavimentos serão fornecidos e assentados pela **CONTRATADA**. Deverão ser no mesmo material e padrão existente no local.

14.CAMPAINHA NA PORTARIA

Na portaria do edifico deverá haver uma campainha com o botão de alarme de cada cabina. Para isso, a **CONTRATADA** deverá fornecer a campainha e fazer as ligações necessárias entre o quadro de força na casa de máquinas e a cabina de cada elevador, colocar a tubulação e fiação (2 fios de 2,50m) entre a portaria e as caixas dos elevadores.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 488

15.OBRAS CIVÍS

Deverão ser efetuados nos elevadores os serviços abaixo com fornecimento e instalação:

a. **CASA DE MÁQUINAS** - A **CONTRATADA** deverá retirar todo o revestimento existente e aplicar isolamento acústico em poliuretano de baixa capilaridade ou material similar que não acumule poeira e que seja fácil de lavar, devidamente pintado nas paredes e teto. Deverá também refazer a iluminação interna e prover um sistema de ventilação mecânica forçada, de acordo com a ABNT. Além disso, deve adequar o ambiente físico totalmente às exigências determinadas na norma vigente.

b. **PINTURA DA CASA DE MÁQUINA** - Deverá ser efetuada pintura nas paredes e piso da casa de máquinas. No piso com tinta Epóxi cor cinza e até a altura de 1,0 m nas paredes e complemento do restante com tinta acrílica semi-brilho cor areia. O novo alçapão a ser aberto deverá ser pintado com tinta na cor amarelo brilhante.

c. **RECOMPOSIÇÃO DO PISO DA CASA DE MÁQUINA** - Deverá ser efetuada recomposição do piso da casa de máquina após a retirada de todos os componentes que não serão mais utilizados e instalações dos novos componentes, recompondo e renivelando o piso para posterior pintura.

d. **ILUMINAÇÃO DA CASA DE MÁQUINA** - Deverá ser fornecido e instalado reforço na iluminação suficiente conforme NBR NM 207 para que a casa de máquina seja provida de iluminação fixa que assegure no mínimo 200 lx ao nível do piso. Um interruptor colocado dentro e próximo do(s) ponto(s) de acesso e a uma altura apropriada, deve proporcionar na entrada a iluminação do local.

e. **PINTURA DOS GANCHOS DA CASA DE MÁQUINA** - Deverá ser efetuada pintura nos ganchos da casa de máquina dos elevadores em amarelo brilhante. Deverá também estar informada a capacidade máxima de carga em kg.

f. **ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA NA CASA DE MÁQUINA** - Deverá ser fornecido e instalado luz de emergência independente e automática, para cada elevador, com uma autonomia mínima de 1h, que assegure uma iluminação mínima de 10 lx sobre todas as máquinas de tração, de modo a garantir a realização das operações de resgate conforme NM 207.

g. **DIVISÓRIA ENTRE POÇOS** - Deverão ser efetuadas divisões físicas entre os poços adjacentes dos 6 (seis) elevadores sociais. Esta divisória deve estender-se a partir do extremo inferior das trajetórias dos órgãos móveis até uma altura de 2,5 m no mínimo acima do fundo do poço. Deverá ser executada em estrutura metálica com malha atendendo a Norma NBRNM-ISO 13852:2003.

h. **PINTURA DO POÇO** - Deverão ser efetuadas limpeza e pintura das paredes e fundo do poço com tinta acrílica e da faixa amarela de segurança.

i. **ESCADA DE MARINHEIRO** - Deverão ser fornecidos e instalados para acesso aos poços dos elevadores escadas de marinheiro. Devem ser feitos através de uma escada fixa incombustível, localizada próximo à porta de pavimento e fora do caminho das partes móveis do elevador. Esta escada ou seu corrimão deve estender-se até 0,80 m acima da soleira da porta de acesso, conforme NM 207.

j. **PINTURA DA CAIXA** - Todas as paredes das caixas dos elevadores devem ser caiadas.

k. **PINTURA DE FAIXA DE SEGURANÇA NA CAIXA** - Deverão ser efetuadas para segurança dos técnicos nas caixas dos elevadores, faixas de 20 cm de largura em amarelo brilhante a 1,5 m antes da chegada do contrapeso pelos dois lados (subida e descida).

l. **PORTA DA CASA DE MÁQUINAS** - Deverá ser fornecido e instalado nova porta de entrada da casa de máquinas dos elevadores. A porta de acesso à casa de máquinas deve ser de material incombustível em aço carbono chapa 18 e suas folhas devem abrir para fora, estar provida de fechadura com chave, com fechamento e travamento autônomo.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 489

m. **ATERRAMENTO E INSTALAÇÃO ELÉTRICA -** Deverá ser efetuada a instalação do sistema de aterramento na casa de máquinas dos elevadores. Todos os serviços e materiais/insumos referentes às instalações elétricas necessárias para atender as necessidades da obra serão de responsabilidade da **CONTRATADA**. Além disso, deverá também realizar uma vistoria para verificar as instalações elétricas existentes. O aterramento deverá estar em conformidade com a NBR 5410/2004, incluindo o fornecimento e instalação de DPS - Dispositivo de Proteção Contra Surtos de Sobretensão, sem ônus adicionais para o **CONTRATANTE**.

n. **LIMPEZA -** Serão devidamente removidos do local dos serviços todos os materiais e equipamentos, assim como peças remanescentes e sobras utilizáveis de materiais, ferramentas e acessórios. A **CONTRATADA** deverá efetuar a limpeza completa dos locais afetados, removendo todo o entulho proveniente dos serviços.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 490

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702)

SEI 2022.017753 / pg. 491

ANEXO V
CONTRATO TJDFT N. 009/13

PLANILHAS DE B.D.I

GRUPO 1 - ELEVADORES ATLAS

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDFT				PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO B.D.I. (BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS)							
COMPONENTES DO B.D.I	PERCENTUAL	%	REFERÊNCIA	TRIBUTOS	PERCENTUAL	%	DEMAIS ITENS COMPOSIÇÃO DO BDI		%	REFERÊNCIA
A - ADMINISTRACAO CENTRAL	3,00	%	DO CUSTO DIRETO DA OBRA	PIS	0,00	%	*ADMINISTRACAO DA OBRA*	0,00	%	CUSTO DIRETO DA OBRA
B - LUCRO BRUTO	4,22	%	DO CUSTO DIRETO DA OBRA	COFINS	0,00	%	*CANTEIRO DE OBRA*	0,00	%	CUSTO DIRETO DA OBRA
C - IMPREVISTOS	1,00	%	DO PRECO DE VENDA DA OBRA	ISS	0,00	%	*MOB. PESSOAL E EQUIPAMENTOS*	0,00	%	CUSTO DIRETO DA OBRA
D - DESPESAS FINANCEIRAS	0,30	%	DO CUSTO DIRETO DA OBRA			%	*EQUIPAMENTOS DIVERSOS COM BDI A PARTE*	0,00	%	CUSTO DIRETO DA OBRA
E - IMPOSTOS	0,00	%	DO CUSTO DIRETO DA OBRA			%	*SEGUROS*	0,00	%	CUSTO DIRETO DA OBRA
						%	*TAXAS*	0,00	%	CUSTO DIRETO DA OBRA

DETALHAMENTO DOS COMPONENTES DO BDI

A - Pró-labore dos sócios, salários dos demais empregados da Contratada, taxas no CREA, despesas correntes (água, luz, telefone, internet etc)

B - Adotado dentro de uma faixa de lucratividade média de acordo com os Acórdãos e bibliografia citados abaixo (campo observação).

C - No presente objeto trataria de fatores que poderiam comprometer a obra como motivos de força maior (chuvas, guerras, greves, saques) e outros problemas de previsibilidade relativa tais como (dificuldade de se obter insumos, problemas com fornecedores, atraso no pagamento das medições, atrasos de terceiros, aumento da inflação, aumento da taxa de juros, oscilações de produtividade, interrupções não programadas de trabalho).

D - Adotado um valor médio com base nos acórdãos abaixo, uma vez que não se trata de um objeto vultuoso.

BDI= ((1+A) (1+B) (1+C) (1+D))/(1-E)-1

TAXA DO B.D.I. = 8,52

OBSERVACAO:

BDI CALCULADO DE ACORDO COM AS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O valor do BDI foi arredondado para duas casas decimais do percentual.

FONTE:

- Acórdão nº 1.595/2006, relatório. Órgão julgador: Plenário. Relator: Ministro Guilherme Palmeira. Brasília, 30 ago. 2006. DOU, 01 set. 2006.
- Acórdão nº 1.591/2008, relatório. Órgão julgador: Plenário. Relator: Ministro Benjamin Zymler. Brasília, 13 ago. 2008. DOU, 08 ago. 2008.
- Mendes; Bastos. Um aspecto polêmico dos orçamentos de obras públicas: Benefícios e Despesas Indiretas (BDI). Revista do Tribunal de Contas da União, p. 27.

Altonian; Cláudio Sarian. Obras Públicas: Licitação, Contratação, Fiscalização e Utilização, 2 ed. Editora Fórum.

- Mattos, Aldo Dórea. Como Preparar Orçamentos de Obras. Ed. Pini, 2006.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDFT				PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO B.D.I. (BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS)							
COMPONENTES DO B.D.I.	PERCENTUAL	%	REFERÊNCIA	IMPOSTOS	PERCENTUAL	%	ITENS NÃO INCLUÍDOS NO BDI		%	REFERÊNCIA
A - ADMINISTRACAO CENTRAL	**4,50**	%	DO CUSTO DIRETO DA OBRA	PIS	**0,65**	%	*ADMINISTRACAO DA OBRA*	**0,00**	%	CUSTO DIRETO DA OBRA
B - LUCRO BRUTO	**2,17**	%	DO CUSTO DIRETO DA OBRA	COFINS	**3,00**	%	*CANTEIRO DE OBRA*	**0,00**	%	CUSTO DIRETO DA OBRA
C - IMPREVISTOS	**2,00**	%	DO PRECO DE VENDA DA OBRA	ISS	**3,50**	%	*MOB. PESSOAL E EQUIPAMENTOS*	**0,00**	%	CUSTO DIRETO DA OBRA
D - DESPESAS FINANCEIRAS	**0,60**	%	DO CUSTO DIRETO DA OBRA			%	*EQUIPAMENTOS DIVERSOS COM BDI A PARTE*	**0,00**	%	CUSTO DIRETO DA OBRA
E - IMPOSTOS	**7,15**	%	DO CUSTO DIRETO DA OBRA			%	*SEGUROS*	**0,00**	%	CUSTO DIRETO DA OBRA
						%	*TAXAS*	**0,00**	%	CUSTO DIRETO DA OBRA

DETALHAMENTO DOS COMPONENTES DO BDI

A - Pró-labore dos sócios, salários dos demais empregados da Contratada, taxas no CREA, despesas correntes (água, luz, telefone, internet etc)

BDI= ((1+A) (1+B) (1+C) (1+D))/(1-E)-1

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 492

B - Adotado dentro de uma faixa de lucratividade média de acordo com os Acórdãos e bibliografia citados abaixo (campo observação).

C - No presente objeto trataria de fatores que poderiam comprometer a obra como motivos de força maior (chuvas, guerras, greves, saques) e outros problemas de previsibilidade relativa tais como (dificuldade de se obter insumos, problemas com fornecedores, atraso no pagamento das medições, atrasos de terceiros, aumento da inflação, aumento da taxa de juros, oscilações de produtividade, interrupções não programadas de trabalho).

D - Adotado um valor médio com base nos acórdãos abaixo, uma vez que não se trata de um objeto vultuoso.

TAXA DO B.D.I. = 23,57

OBSERVACAO:

BDI CALCULADO DE ACORDO COM AS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O valor do BDI foi arredondado para duas casas decimais do percentual.

FONTE:

- Acórdão nº 1.595/2006, relatório. Órgão julgador: Plenário. Relator: Ministro Guilherme Palmeira. Brasília, 30 ago. 2006. DOU, 01 set. 2006.

- Acórdão nº 1.591/2008, relatório. Órgão julgador: Plenário. Relator: Ministro Benjamin Zymler. Brasília, 13 ago. 2008. DOU, 08 ago. 2008.

- Mendes; Bastos. Um aspecto polêmico dos orçamentos de obras públicas: Benefícios e Despesas Indiretas (BDI). Revista do Tribunal de Contas da União, p. 27.

Altonian; Cláudio Sarian. Obras Públicas: Licitação, Contratação, Fiscalização e Utilização, 2 ed. Editora Fórum.

- Mattos, Aldo Dórea. Como Preparar Orçamentos de Obras. Ed. Pini, 2006.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 493

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 494

GRUPO 2 – ELEVADORES THYSSEN

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS – TJDFT				PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO B.D.I. (BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS)					
COMPONENTES DO B.D.I.	PERCENTUAL	%	REFERÊNCIA	TRIBUTOS	PERCENTUAL	%	ITENS (Não incluídos no B.D.I.)	%	REFERÊNCIA
A – ADMINISTRACAO CENTRAL	**3,00**	%	DO CUSTO DIRETO DA OBRA	PIS	**0,00**	%	*ADMINISTRACAO DA OBRA*	**0,00**	%	CUSTO DIRETO DA OBRA
B – LUCRO BRUTO	**4,22**	%	DO CUSTO DIRETO DA OBRA	COFINS	**0,00**	%	*CANTEIRO DE OBRA*	**0,00**	%	CUSTO DIRETO DA OBRA
C – IMPREVISTOS	**1,00**	%	DO PRECO DE VENDA DA OBRA	ISS	**0,00**	%	*MOB. PESSOAL E EQUIPAMENTOS*	**0,00**	%	CUSTO DIRETO DA OBRA
D – DESPESAS FINANCEIRAS	**0,30**	%	DO CUSTO DIRETO DA OBRA			%	*EQUIPAMENTOS DIVERSOS COM BDI A PARTE*	**0,00**	%	CUSTO DIRETO DA OBRA
E – IMPOSTOS	**0,00**	%	DO CUSTO DIRETO DA OBRA			%	*SEGUROS*	**0,00**	%	CUSTO DIRETO DA OBRA
						%	*TAXAS*	**0,00**	%	CUSTO DIRETO DA OBRA

DETALHAMENTO DOS COMPONENTES DO BDI

A – Pró-labore dos sócios, salários dos demais empregados da Contratada, taxas no CREA, despesas correntes (água, luz, telefone, internet etc)

B – Adotado dentro de uma faixa de lucratividade média de acordo com os Acórdãos e bibliografia citados abaixo (campo observação).

C – No presente objeto trataria de fatores que poderiam comprometer a obra como motivos de força maior (chuvas, guerras, greves, saques) e outros problemas de previsibilidade relativa tais como (dificuldade de se obter insumos, problemas com fornecedores, atraso no pagamento das medições, atrasos de terceiros, aumento da inflação, aumento da taxa de juros, oscilações de produtividade, interrupções não programadas de trabalho).

D – Adotado um valor médio com base nos acórdãos abaixo, uma vez que não se trata de um objeto vultuoso.

BDI= ((1+A) (1+B) (1+C) (1+D))/(1-E)-1

TAXA DO B.D.I. = 8,52

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 495

BDI CALCULADO DE ACORDO COM AS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

O valor do BDI foi arredondado para duas casas decimais do percentual.

FONTE:

OBSERVACAO:

- Acórdão nº 1.595/2006, relatório. Órgão julgador: Plenário. Relator: Ministro Guilherme Palmeira. Brasília, 30 ago. 2006. DOU, 01 set. 2006.
- Acórdão nº 1.591/2008, relatório. Órgão julgador: Plenário. Relator: Ministro Benjamin Zymler. Brasília, 13 ago. 2008. DOU, 08 ago. 2008.
- Mendes; Bastos. Um aspecto polêmico dos orçamentos de obras públicas: Benefícios e Despesas Indiretas (BDI). Revista do Tribunal de Contas da União, p. 27.

Altonian; Cláudio Sarian. Obras Públicas: Licitação, Contratação, Fiscalização e Utilização, 2 ed. Editora Fórum.
- Mattos, Aldo Dórea. Como Preparar Orçamentos de Obras. Ed. Pini, 2006.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS - TJDFT

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO B.D.I. (BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS)

COMPONENTES DO B.D.I.	Percentual	%	Referência	Tributos	Percentual	%	Outros (caso existam)		%	Referência
A - ADMINISTRACAO CENTRAL	**4,50**	%	DO CUSTO DIRETO DA OBRA	PIS	**0,65**	%	*ADMINISTRACAO DA OBRA*	**0,00**	%	CUSTO DIRETO DA OBRA
B - LUCRO BRUTO	**2,17**	%	DO CUSTO DIRETO DA OBRA	COFINS	**3,00**	%	*CANTEIRO DE OBRA*	**0,00**	%	CUSTO DIRETO DA OBRA
C - IMPREVISTOS	**2,00**	%	DO PRECO DE VENDA DA OBRA	ISS	**3,50**	%	*MOB. PESSOAL E EQUIPAMENTOS*	**0,00**	%	CUSTO DIRETO DA OBRA
D - DESPESAS FINANCEIRAS	**0,60**	%	DO CUSTO DIRETO DA OBRA			%	*EQUIPAMENTOS DIVERSOS COM BDI A PARTE*	**0,00**	%	CUSTO DIRETO DA OBRA
E - IMPOSTOS	**7,15**	%	DO CUSTO DIRETO DA OBRA			%	*SEGUROS*	**0,00**	%	CUSTO DIRETO DA OBRA
						%	*TAXAS*	**0,00**	%	CUSTO DIRETO DA OBRA

DETALHAMENTO DOS COMPONENTES DO BDI

A - Pró-labore dos sócios, salários dos demais empregados da Contratada, taxas no CREA, despesas correntes (água, luz, telefone, internet etc)

B - Adotado dentro de uma faixa de lucratividade média de acordo com os Acórdãos e bibliografia citados abaixo (campo observação).

C - No presente objeto trataria de fatores que poderiam comprometer a obra como motivos de força maior (chuvas, guerras, greves, saques) e outros

BDI= ((1+A) (1+B) (1+C) (1+D))/(1-E)-1

problemas de previsibilidade relativa tais como (dificuldade de se obter insumos, problemas com fornecedores, atraso no pagamento das medições, atrasos de terceiros, aumento da inflação, aumento da taxa de juros, oscilações de produtividade, interrupções não programadas de trabalho).

D - Adotado um valor médio com base nos acórdãos abaixo, uma vez que não se trata de um objeto vultuoso.

TAXA DO B.D.I. = 23,57

OBSERVACAO:	BDI CALCULADO DE ACORDO COM AS RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO O valor do BDI foi arredondado para duas casas decimais do percentual. FONTE: - Acórdão nº 1.595/2006, relatório. Órgão julgador: Plenário. Relator: Ministro Guilherme Palmeira. Brasília, 30 ago. 2006. DOU, 01 set. 2006. - Acórdão nº 1.591/2008, relatório. Órgão julgador: Plenário. Relator: Ministro Benjamin Zymler. Brasília, 13 ago. 2008. DOU, 08 ago. 2008. - Mendes; Bastos. Um aspecto polêmico dos orçamentos de obras públicas: Benefícios e Despesas Indiretas (BDI). Revista do Tribunal de Contas da União, p. 27. Altonian; Cláudio Sarian. Obras Públicas: Licitação, Contratação, Fiscalização e Utilização, 2 ed. Editora Fórum. - Mattos, Aldo Dórea. Como Preparar Orçamentos de Obras. Ed. Pini, 2006.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702)

SEI 2022.017753 / pg. 496

ANEXO VI

CONTRATO TJDFT N. 009/13

LOCALIDADES A SEREM ATENDIDAS

LOCAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Endereço dos Fóruns	
Fórum Desembargador Milton Sebastião Barbosa (Bloco B) - Brasília	Fórum de Brasília - Praça Municipal - Lote 1 - Brasília - DF CEP: 70094-900
Fórum Desembargador Raimundo Macedo - Samambaia	QR 302 - Conjunto 1 - área urbana I - samambaia sul - Samambaia Sul - DF - CEP: 72300-603

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 497

ANEXO VII

CONTRATO TJDFT N. 009/13

PESSOAL TÉCNICO ESPECIALIZADO

Comporão a equipe de manutenção da **CONTRATADA**, necessariamente, as seguintes áreas e profissionais técnicos:

Área de engenharia:

Engenheiro Eletricista, legalmente habilitado e credenciado no CREA, que será responsável pelos serviços relativos às áreas elétrica e eletrônica dos equipamentos, incluindo comando e controle;

Engenheiro Mecânico, legalmente habilitado e credenciado no CREA, responsável pelos serviços relativos à área mecânica dos equipamentos;

Área técnica:

Supervisor, acompanhar a execução dos serviços, informando o responsável técnico sobre as condições das atividades;

Eletricista, executar as instalações elétricas dos equipamentos e sistemas complementares previstos no contrato;

Mecânico de elevadores, com certificado de conclusão de treinamento técnico em elevadores de transporte de passageiros, quadros de comando e controle equivalentes ou superiores ao objeto licitado, incluído necessariamente o resgate de passageiros presos e procedimentos de emergência;

Na eventualidade de substituição dos profissionais apresentados como integrantes do quadro técnico, ao longo da vigência contratual, a **CONTRATADA** deverá submeter o novo profissional à aprovação do **CONTRATANE**. O novo profissional deverá atender a TODOS os requisitos exigidos durante a fase de habilitação da licitação;

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 498

ANEXO VIII

CONTRATO TJDFT N. 009/13

NORMAS APLICÁVEIS

A ABNT edita as seguintes normas aplicáveis a elevadores elétricos, as quais deverão ser obedecidas pela CONTRATADA no fornecimento objeto deste memorial e serão consideradas partes integrantes do Edital de Licitação:

NBR 5666 - Elevadores Elétricos: Terminologia

NBR/NM 207 - Elevadores Elétricos de Passageiros - Requisitos de segurança para construção e instalação;

NBR 5665 - Cálculo de Tráfego nos Elevadores - Procedimento;

NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão;

Também deverão ser observadas as seguintes normas regulamentadoras (NR) referentes à segurança do trabalho, editadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE:

NR 01 - Disposições gerais;

NR 04 - Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho;

NR 33 - Segurança e Saúde no Trabalho em Espaços Confinados;

NR 35 - Trabalho em altura.

Atender às exigências da Lei 10.098/2000, no que se refere aos Portadores de Necessidades Especiais - PNE, na especificação de equipamentos apresentados em sua proposta.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 499

TJDFT Poder Judiciário da União
Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

NUCONV
NÚCLEO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS **100/2018**, QUE ENTRE SI FAZEM A **UNIÃO**, POR INTERMÉDIO DO **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS** E A EMPRESA **MÓDULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA.**

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS**, inscrito no **CNPJ/MF** 00.531.954/0001-20, sediado na Praça Municipal, Lote 01, Palácio da Justiça, Brasília-DF, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **ROMÃO C. OLIVEIRA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 10, da Lei 11.697, de 13/06/2008, doravante designado simplesmente **CONTRATANTE**, e, **de outro lado**, a empresa **MÓDULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA, CNPJ/MF** 05.926.726/0001-73, estabelecida no SAAN quadra 02, lote 980, parte 'B', Brasília - DF, CEP: 70.632-200 (telefones: (61) 3363 - 4200, 3031 - 6350, e-mail: jvieira@orona.com.br), neste ato representada por seu procurador, **MATHEUS RANGEL DE SÁ,** portador da **Cédula de Identidade** 5.736.165 SSP/GO e do **CPF** 054.681.827-77, daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente instrumento, com base nas Leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e no Decreto 5.450/2005 e em conformidade com os termos do **Pregão Eletrônico 010/2018** e o decidido no **PA 0025702/2017 SEI,** os quais farão parte integrante deste instrumento, juntamente com a Proposta da **CONTRATADA**, independentemente de transcrição, e mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente instrumento tem por objeto a manutenção preventiva e corretiva no sistema de elevadores de passageiros, incluindo todos os seus componentes eletromecânicos, mecânicos, elétricos, eletrônicos, de emergência, de segurança e quaisquer outros que integrem o sistema, incluindo o fornecimento de peças, materiais e acessórios, sem qualquer ônus adicional para o **CONTRATANTE,** nos termos do Edital, deste Contrato e seus anexos.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 500

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL - Leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e Decreto 5.450/2005.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR - O serviço referido na Cláusula Primeira obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às obrigações assumidas na Carta-Proposta fornecida pela **CONTRATADA** (protocolo 0512981 do PA 0025702/2017 SEI) e dirigida ao **CONTRATANTE**, a qual, independentemente de transcrição, fará parte integrante do presente ajuste, naquilo que não contrariar suas disposições.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - O serviço deverá ser iniciado em até 2 (dois) dias úteis, contado a partir da solicitação formal do **CONTRATANTE**.

I - Os locais da prestação do serviço estão consignados no Anexo V do presente contrato.

II - As Rotinas de Manutenção estão descritas no Anexo VI do presente contrato.

III - Os manuais e catálogos técnicos relativos aos equipamentos, deverão ser fornecidos pelo **CONTRATANTE**, para extração de cópia por parte da **CONTRATADA** para seu uso.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Manutenção Preventiva:

I - As rotinas de manutenção preventiva deverão ocorrer de segunda a sexta-feira, excetuando-se os feriados, no período compreendido entre às 8h e 11:30h;

II – As rotinas de manutenção preventiva poderão ser realizadas aos sábados e domingos, nos horários compreendidos entre as 8h e 18h, e deverão ser precedidos de autorização expressa da **FISCALIZAÇÃO**.;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Manutenção Corretiva:

I - Os atendimentos de manutenção corretiva, não considerados como emergência, deverão ser atendidos no prazo máximo de 1 (uma) hora, contados do chamado realizado pelo **CONTRATANTE.**

II - O prazo para a conclusão das manutenções corretivas não deverá ser superior a 72 (setenta e duas) horas do início do atendimento.

III - Esse prazo poderá ser prorrogado mediante solicitação formal da **CONTRATADA** e à vista do grau de dificuldade apresentado pelo serviço.

IV - O pedido de prorrogação deverá ser formulado em, no máximo, 12 (doze) horas antes do final do prazo estipulado no inciso II (72 horas).

Habilitação Técnica_MODELO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 501

V - Os serviços de manutenção corretiva em qualquer parte, equipamento ou peça, de forma a garantir o perfeito funcionamento de todo o sistema, deverão ser executados sempre que vier a apresentar problemas, devolvendo a sua operacionalidade dentro dos prazos especificados na cláusula quinta;

VI – Os serviços de manutenção corretiva deverão atender aos padrões do fabricante, tanto em casos de conserto quanto em casos de substituição de peças e componentes;

VII - Toda e qualquer situação anormal de funcionamento do equipamento será considerada como uma situação de defeito e a manutenção corretiva deverá ser iniciada em um prazo máximo de 1 (uma) hora.

VIII - Sempre que, durante a realização de manutenção preventiva for identificada alguma anormalidade ou possibilidade de falha em qualquer item do sistema, deverão ser executados, também, serviços de manutenção corretiva;

IX - As manutenções corretivas serão realizadas no horário compreendido entre as 8h e 19h, de segunda a sexta-feira;

X - A solicitação de manutenção corretiva deverá ser atendida em um prazo máximo de 01 (uma) hora;

XI – A **FISCALIZAÇÃO** poderá autorizar a realização de manutenção corretiva fora do horário anteriormente previsto, quando devidamente justificado pela **CONTRATADA.**

PARÁGRAFO TERCEIRO - Serviços Emergenciais:

I - Os atendimentos emergenciais ocorrerão 24h (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana;

a) Entendem-se como emergenciais aqueles atendimentos que visem o resgate de pessoas retidas nas cabines dos elevadores, os decorrentes de acidentes ou outros que demandem pronto atendimento por pessoal especializado e aparelhado.

II - O atendimento aos chamados emergenciais deverá iniciar em até 30 (trinta) minutos a contar da solicitação;

III - Caberá ao técnico especializado o primeiro atendimento em casos emergenciais, tais como paradas por falta de energia, defeitos, falhas ou outro evento que ocasione a parada do(s) equipamento(s) com pessoas em seu interior;

IV - Antes do início dos serviços, a **CONTRATADA**, em conjunto com a **FISCALIZAÇÃO,**, efetuará testes e apresentará os registros relativos aos equipamentos a serem manutenidos;

PARÁGRAFO QUARTO - A unidade responsável pelo recebimento dos serviços será o Serviço de Manutenção Mecânica – **SERMAM;**

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 502

I - O recebimento definitivo, a cargo de servidor ou comissão responsável, dar-se-á mensalmente por meio de ateste da nota fiscal, fatura, recibo e/ou termo circunstanciado, após comprovação da adequação do objeto aos termos do edital e deste contrato;

PARÁGRAFO QUINTO - Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas pelos telefones (0xx61) 3103 - 4618 ou pelo e-mail: sermam@tjdft.jus.br

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – Além das demais obrigações previstas no Edital e neste Contrato, a **CONTRATADA** obriga-se a:

I - disponibilizar central telefônica 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para registro de chamado de manutenção;

II - dispor de meio eletrônico para registro dos chamados de manutenção, contemplando, no mínimo, os seguintes dados:

a) Responsável pela abertura do chamado;

b) Data e horário da abertura do chamado;

c) Data e horário do início do atendimento;

d) Data e horário da conclusão do atendimento;

e) Problema registrado no chamado;

f) Diagnóstico e serviços executados;

g) Peças substituídas;

h) Identificação do equipamento;

i) Status do equipamento (elevador parado ou não);

j) Técnico responsável pelo atendimento.

III - iniciar os serviços de manutenção em até 2 (dois) dias uteis após a solicitação formal - Emissão da Ordem de Serviço - do **CONTRATANTE;**

IV - tomar todas as providências necessárias para a fiel execução do objeto do contrato, responsabilizando-se pelo pagamento de tributos e despesas inerentes ao serviço executado;

V - cumprir fielmente este ajuste de modo que os serviços avençados sejam realizados com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, conforme especificações técnicas constantes no edital, neste contrato e dos seus anexos;

VI - cumprir com o **CONTRATANTE**, todos os compromissos assumidos em decorrência desta contratação, bem como dar garantia de 03 (três) meses para os serviços executados;

Validação: 1e0f1b2 - MODELO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 503

VII - acatar as exigências do **CONTRATANTE** quanto à execução dos serviços, inclusive quanto aos critérios, especificações e outros documentos que integrem o edital e o presente contrato;

VIII - prestar todas as informações técnicas e esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**, relativamente à execução dos serviços contratados;

IX - providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo **CONTRATANTE**;

X - comunicar, de imediato, ao **CONTRATANTE**, por escrito, qualquer acidente ou ocorrência relacionada com os bens sob sua responsabilidade;

XI - responzabilizar-se civilmente no caso de avaria ou subtração dos bens ou valores do **CONTRATANTE**, bem como por acesso indevido a informações sigilosas ou de uso restrito, quando tais atos forem praticados por quem tenha sido alocado à execução do objeto do contrato nas dependências do **CONTRATANTE;**

XII - efetuar a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), relativa aos serviços objeto deste ajuste, junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), devendo o respectivo comprovante ser apresentado ao gestor deste contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da sua publicação;

XIII - observar, na execução do objeto do presente ajuste, as Especificações Técnicas do edital e deste contrato, todas as normas técnicas específicas à respectiva execução, todas as leis, regulamentos, inclusive os de segurança pública, normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como as normas internas sobre o assunto;

XIV - submeter em tempo hábil, quaisquer problemas que possam implicar em alterações das especificações constantes do edital e deste contrato e consultar o gestor do contrato sempre que houver necessidade de esclarecimentos relativamente às especificações, com vistas ao perfeito cumprimento deste ajuste;

XV - zelar para que sejam cumpridas as normas de saúde e de segurança do trabalho relativas ao objeto do contrato;

XVI - designar preposto da empresa para coordenar todos os serviços objeto da contratação e solucionar todas as questões inerentes ao presente contrato;

XVII - manter equipe técnica especializada responsável pelos elevadores nas edificações do Fórum de Brasília (exceto os elevadores do Bloco A), constantes nos grupos III e V do Anexo V , no horário compreendido entre 07:00h às 24:00h;

XVIII - manter equipe técnica especializada responsável pelos elevadores nas edificações do Fórum Mirabete, constantes no grupo I do Anexo V, no horário compreendido entre 10:00h às 19:00h;

XIX - executar, nos demais fóruns, a manutenção corretiva emergencial no prazo máximo de uma hora, contadas a partir da solicitação feita pelo Posto de Serviço Predial do referido Fórum. No caso de passageiro retido no interior da cabine

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 504

dos elevadores, o prazo máximo para início do resgate deve ser de 30 minutos contados a partir da solicitação;

XX - responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, oferecendo garantia, nos termos da legislação vigente, de modo que sejam executados com esmero e perfeição, executando-os sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, atendendo as orientações constantes dos respectivos Manuais de Operação de elevadores de transporte de passageiros e quadros de comando e controles integrantes dos sistemas;

XXI - garantir que os equipamentos sob sua responsabilidade estejam operando e atendam integralmente à todos os requisitos da norma **NBR NM 207**, sem qualquer ônus para o **CONTRATANTE;**

XXII - garantir que em caso de defeito, quebra ou inutilização de qualquer componente, mecânico ou eletromecânico, o mesmo seja substituído em prazo não superior a:

a) 1 (um) dia, para as peças sujeitas a desgaste e de natureza comum;

b) 2 (dois) dias, para as peças sujeitas a desgaste e que ocasionem a parada do elevador;

c) 7 (sete) dias, para as peças de natureza especial, não sujeitas a desgaste e que ocasionem a parada do elevador;

XXIII - fornecer peças de reposição e componentes eletroeletrônicos e eletromecânicos novos e originais para os equipamentos;

a) Não será permitido o reparo de placa de circuitos eletrônicos, no todo ou em parte. Na eventualidade de dano, a placa será entregue à fiscalização.

b) O fornecimento de nova placa não está condicionado à entrega da placa danificada, ficando a guarda do item danificado a cargo da fiscalização.

c) Não será permitido a troca de **EPROM** ou outro componente programável e integrante da placa.

XXIV - manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeitas condições de uso, devendo substituir em até 48 (quarenta e oito) horas os itens que se encontrarem danificados. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica;

XXV - implantar de forma adequada a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços;

XXVI - prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos para o bom funcionamento dos equipamentos, fornecendo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios originais, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações vigentes;

Impressão realizada por RICARDO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 505

XXVII - observar a conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;

XXVIII - providenciar a imediata correção das deficiências e falhas apontadas pelo **CONTRATANTE**, quanto à execução dos serviços;

XXIX - zelar pela área que lhe for entregue para uso, bem como pelos móveis e utensílios ali existentes, reparando-os ou substituindo-os, por sua conta, quando danificados ou extraviados;

XXX - fornecer ao **CONTRATANTE**, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente aos serviços prestados, as faturas mensais juntamente com os relatórios onde deverão constar as ocorrências verificadas, os serviços realizados, bem como, responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado, inclusive a terceiros, pela execução inadequada dos serviços;

XXXI - apresentar relatório contendo os componentes danificados, causa e data provável de ocorrência do fato, a fim de que sejam tomadas as medidas necessárias para a resolução do ocorrido - no caso de ato de vandalismo ou de uso incorreto do equipamento;

XXXII - comprovar que mantém em seu estabelecimento plantão de emergência 24 horas, por meio de serviço 0800, 0300, 4000 ou similar, para o atendimento de chamados para liberar pessoas retidas em cabinas e para atender casos de acidentes ou de outras emergências;

XXXIII - selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando pessoas maiores de idade, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.

a) Na eventualidade de substituição dos profissionais apresentados como integrantes do quadro técnico, ao longo da vigência contratual, a **CONTRATADA** deverá submeter o novo profissional à aprovação do **CONTRATANTE**.

XXXIV - É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** o recrutamento e seleção de profissional que atenda aos requisitos do presente contrato e seus Anexos.

XXXV - exibir, quando solicitado pelo **CONTRATANTE**, a competente comprovação de estarem sendo satisfeitos todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, em decorrência de sua condição de empregadora;

XXXVI - manter atualizada a relação nominal das pessoas alocadas a qualquer título à execução do objeto deste contrato;

XXXVII - zelar para que todos os empregados ou prepostos cumpram as normas internas relativamente à segurança e outras pertinentes ao **CONTRATANTE**, bem como para que portem, em local visível, crachá de identificação a ser fornecido pela **CONTRATADA**;

XXXVIII - manter a disciplina nos locais dos serviços, retirando em até 6 (seis) horas após notificação, qualquer empregado com conduta inconveniente para a

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 506

Administração do **CONTRATANTE**;

XXXIX - manter seu pessoal uniformizado, identificando-os por meio de crachás, com fotografia recente, e provendo-os, obrigatoriamente, com Equipamentos de Proteção Individual – **EPI**'s;

XL - manter sediado junto à Administração, durante os turnos de trabalho, pessoa(s) capaz(es) de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;

XLI - nomear encarregado responsável pelos serviços, com a missão de garantir o bom andamento, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos executantes dos serviços. Este encarregado terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao gestor do contrato e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas;

XLII - responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pelo **CONTRATANTE;**

XLIII - assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados;

XLIV - cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal ou do Distrito Federal, as normas de segurança do **CONTRATANTE;**

XLV - instruir os seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

XLVI - fornecer ao **CONTRATANTE** fichas individuais de identificação dos empregados que prestarão serviços em suas dependências em até 10 (dez) dias úteis após o início da execução dos serviços, contendo foto, nome completo, data de nascimento, filiação, número da Cédula de Identidade, CPF e telefone para contato, caso haja;

XLVII - não transferir a outrem parte dos serviços a que se obriga, sem prévia e expressa anuência do **CONTRATANTE;**

XLVIII - retirar e substituir, em até 6 (seis) horas, após a notificação por parte do **CONTRATANTE**, qualquer empregado que, a critério do **CONTRATANTE**, demonstre conduta nociva ou incompatível com o ambiente de trabalho ou incapacidade técnica para executar os serviços, sendo vedado o seu retorno para a cobertura de faltas, licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros empregados;

XLIX - prestar contas ao **CONTRATANTE**, sempre que solicitado, de estarem sendo satisfeitos todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais em decorrência de sua condição de empregadora e de prestadora de serviços, sem qualquer solidariedade com o **CONTRATANTE.**

L - responder por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrências da espécie,

Impresso por 00000000191 - MARCELLO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 507

forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles;

LI - arcar com o pagamento de quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao **CONTRATANTE** por autoridade competente, em decorrência da inobservância por parte de seus empregados, dos postulados legais vigentes de âmbito federal e/ou do Distrito Federal;

LII - providenciar para que o objeto contratado seja entregue em perfeito estado, no local indicado pelo **CONTRATANTE**, sem quaisquer danos, avarias, ou ônus adicionais para o **CONTRATANTE;**

LIII - responsabilizar-se integralmente pelos danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, não podendo transferir, de forma alguma, essa responsabilidade, à fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE;**

LIV - responsabilizar-se por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados e prepostos, quando nas dependências do **CONTRATANTE** ou em qualquer outro local onde estejam prestando os serviços decorrentes do objeto deste contrato, devendo adotar as providências que, a respeito, exigir a legislação em vigor;

LV - aderir ao Instrumento de Medição de Resultado (IMR), comprometendo-se ao cumprimento das metas estabelecidas e anuindo com os descontos no pagamento estipulados pelas faixas de ajuste;

LVI - não transferir a outrem, por qualquer forma, os deveres decorrentes deste contrato;

LVII - manter, durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

LVIII - responder pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do serviço;

LVIX - respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do **CONTRATANTE;**

LX - não realizar a veiculação de publicidade acerca do objeto desta contratação, salvo se houver prévia autorização do **CONTRATANTE;**

LXI - fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da 17 Instrução Normativa nº 1/2010 - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;

LXII - elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. A **CONTRATADA** deverá elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 508

preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;

LXIII - assegurar, durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução nº 98/2012 do CSJT.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os empregados da **CONTRATADA** não terão qualquer vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**, sendo de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** recrutá-los em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, efetuar todos os pagamentos de salários, cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, inclusive aquelas decorrentes de acidentes, indenizações, seguros e quaisquer outras decorrentes de sua condição de empregadora, sem qualquer solidariedade com o **CONTRATANTE**, inclusive em matéria trabalhista.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Todos os serviços serão de total e exclusiva responsabilidade da **CONTRATADA** e de seus engenheiros responsáveis técnicos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As trocas ou substituições de partes, peças ou componentes que venham a se tornar necessárias para a correção dos defeitos constatados, ou em decorrência de manutenção preventiva dos elevadores, deverão ser efetuadas sem qualquer ônus adicional ao **CONTRATANTE.**

PARÁGRAFO QUARTO – As trocas serão precedidas da apresentação ao gestor do contrato dos componentes a serem substituídos.

PARÁGRAFO QUINTO - Poderá ser solicitada à **CONTRATADA** a qualquer tempo a comprovação de aquisição e/ou originalidade do componente. Isso se fará por meio de nota fiscal de compra, perícia junto ao fabricante ou qualquer outro meio que permita coibir a aplicação de peças e/ou componentes não originais e que possam trazer riscos aos usuários dos equipamentos.

PARÁGRAFO SEXTO – A **CONTRATADA** deverá aderir ao Índice de Medição de Resultado (**IMR**) nos termos definidos no Anexo II, comprometendo-se ao cumprimento das metas estabelecidas e anuindo com os descontos no pagamento estipulados pelas faixas de ajuste.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A **CONTRATADA** deverá enviar até o dia 5 (cinco) de cada mês relatório detalhado de atendimentos realizados no mês anterior, em formato eletrônico de acordo com modelo definido pela **FISCALIZAÇÃO**, que servirá de base para aplicação do **IMR**.

PARÁGRAFO NONO – A **CONTRATADA** compromete-se a não manter ou contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A partir da solicitação formal do **CONTRATANTE**, apresentar todas as certidões e declarações relacionadas no artigo 5º da Resolução nº 156/2012, do **CNJ**, concernentes aos empregados com funções de chefia disponibilizados para o **CONTRATANTE**.

Autenticado em 2022-07-18 por MARCELO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 509

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Em caso de mudança de titular de cargo de chefia exercido por empregado da **CONTRATADA** e que esteja à disposição do **CONTRATANTE**, deverá apresentar, a partir da solicitação formal do **CONTRATANTE**, os mesmos documentos delineados no parágrafo primeiro, relativas ao novo ocupante do cargo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A **CONTRATADA** compromete-se a não manter ou contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - O **CONTRATANTE** obriga-se a:

I - prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela **CONTRATADA**, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado;

II - proporcionar todos os meios necessários para que a **CONTRATADA** possa desempenhar todos os serviços objetos desta contratação;

III - cumprir todas as condições estabelecidas neste contrato;

IV - fornecer à **CONTRATADA** todas as informações e esclarecimentos necessários à plena execução dos serviços objeto deste contrato;

V - efetuar os pagamentos devidos pela execução dos serviços objeto deste contrato;

VI – comunicar formalmente à **CONTRATADA** quaisquer falhas ocorridas;

VII - permitir ao pessoal da **CONTRATADA** responsável pelo serviço, livre e completo acesso aos equipamentos e às áreas onde serão realizados os serviços;

VIII - colocar à disposição do pessoal da **CONTRATADA** o espaço e os locais para a guarda dos instrumentos e materiais estritamente necessários à efetivação dos serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - É vedada ao **CONTRATANTE** a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao **CONTRATANTE**, conforme artigo 3º da Resolução nº. 07/2005 do CNJ.

PARÁGRAFO SEGUNDO - É vedada, ainda, ao **CONTRATANTE** a contratação de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 510

hierárquica da área encarregada da licitação, conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 07/2005 do CNJ.

a) A vedação constante do inciso anterior se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA - A **CONTRATADA** prestará garantia da seguinte forma:

I - Prazo de garantia de, no mínimo, 3 (três) meses, para os serviços prestados;

II - Prazo de garantia total de, no mínimo, 1 (um) ano contra defeitos em equipamentos, peças e componentes substitutos.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - A despesa com a execução do presente instrumento correrá, no período de sua vigência, à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União ao **CONTRATANTE**, no Elemento de Despesa 339039-16 – Pessoa Jurídica – classificação funcional programática 02061056742340053.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os créditos devidos à **CONTRATADA** ficam garantidos pela Nota de Empenho 2018NE000792, de 13/07/2018, no valor de **R$ 126.707,90** (cento e vinte e seis mil e setecentos e sete reais e noventa centavos) à conta da Dotação Orçamentária especificada nesta Cláusula, para atender às despesas inerentes a este Contrato.

CLÁUSULA NONA - DO VALOR - O valor do presente instrumento fica estimado em **R$ 276.453,55** (duzentos e setenta e seis mil e quatrocentos e cinquenta e três reais e cinquenta e cinco centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ACEITAÇÃO E DO PAGAMENTO – Ao **CONTRATANTE** fica reservado o direito de não efetivar o pagamento se, no ato da prestação do serviço, este não estiver em perfeitas condições e de acordo com as especificações estipuladas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** disponibilizará para o **CONTRATANTE**, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, a nota fiscal correspondente aos serviços executados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da lavratura do Termo de Recebimento Definitivo a que se

Visualização restrita - RODOLFO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 511

refere o Inciso I do Parágrafo Quarto da Cláusula Quarta.

I - Quando do pagamento da nota fiscal/fatura, se verificada a irregularidade da **CONTRATADA** com a Seguridade Social (CND), e/ou com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), e/ou com a Justiça do Trabalho (CNDT) e/ou com a Fazenda Federal, bem como o descumprimento das obrigações contratuais assumidas e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas no Edital, a **CONTRATADA** ficará sujeita à rescisão do contrato, além das penalidades já previstas em lei (arts. 55, inciso XIII; 78, inciso I e II; e, 87, da Lei 8.666/1993).

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para fins de não retenção dos tributos federais, conforme disposto nos arts. 4º e 6º da Instrução Normativa da RFB 1.234/2012, as instituições e pessoas jurídicas elencadas nos incisos III, IV e XI do art. 4º, deverão apresentar ao órgão, **a cada pagamento**, declaração, na forma dos anexos II a IV da Instrução, conforme o caso, assinada pelo seu representante legal.

PARÁGRAFO QUARTO - O **CONTRATANTE** poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela **CONTRATADA**, nos termos deste Contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionada a taxa de atualização financeira devida pelo **CONTRATANTE**, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento do serviço, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Em que:

EM = Encargos Moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;
TX = Percentual da taxa anual = 6%
I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \Rightarrow I = \frac{(6/100)}{365} \Rightarrow I = 0{,}00016438$$

PARÁGRAFO SEXTO – A compensação financeira prevista nesta condição será incluída na fatura do mês seguinte ao da ocorrência.

PARÁGRAFO SÉTIMO – O **CONTRATANTE**, no uso de suas atribuições, fará as seguintes retenções, conforme o caso, sobre o(s) pagamento(s) realizado(s):

I - relativas aos Tributos e às Contribuições Federais, com base na Instrução Normativa SRF 1.234, de 11/01/2012, publicada no DOU de 12/01/2012 (Anexo I) e alterações, conforme determina o art. 64 a Lei 9.430, de 27/12/1996 e alterações;

II - relacionadas à Contribuição Previdenciária, correspondente a 11% (onze por cento) calculadas as retenções sobre a remuneração decorrente da prestação de serviços, mediante cessão de mão de obra ou empreitada, de acordo com o disposto na Instrução Normativa 971, de 13/11/2009, publicada no DOU de

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 512

17/11/2009 e alterações conforme determina a Lei 8.212, de 24/07/1991 e alterações;

III - referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) - incidentes sobre os pagamentos relativos à prestação de serviços, na forma da Lei Complementar 116, de 31/07/2003 e alterações c/c o Decreto GDF 25.508, de 19/01/2005, decorrente do convênio firmado entre a União e o Distrito Federal, publicado no Diário Oficial da União de 21/11/2000.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO - Na hipótese de a **CONTRATADA** receber valores indevidos, o indébito será apurado em moeda corrente na data do recebimento do valor indevido e atualizado pelo índice IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), "pro rata temporis", desde a data da apuração até o efetivo recolhimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A quantia recebida indevidamente será descontada dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, devendo o **CONTRATANTE** notificá-la do desconto e apresentar a correspondente memória de cálculo.

I - Previamente aos referidos descontos, permitir-se-á à **CONTRATADA** manifestar sobre o pagamento superior apurado pelo **CONTRATANTE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de inexistirem pagamentos a serem efetuados, o **CONTRATANTE** deverá notificar a **CONTRATADA** para que recolha, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento do comunicado, a quantia paga indevidamente, por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU), a ser preenchida e impressa no sítio do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br) ou na *internet*, na página da SEOF/SUCON, com os seguintes campos:

Unidade Favorecida:
Código 100001
Gestão 00001
Recolhimento:
Código 98815-4
Contribuinte:
CPF/CNPJ
Nome
Valor do Documento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Efetuado o recolhimento de que trata o Parágrafo anterior, a **CONTRATADA** encaminhará ao **CONTRATANTE** o respectivo comprovante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso o índice estabelecido no caput desta Cláusula não possa mais servir aos fins a que se propõe, ficam, desde já, acertadas as partes em avençar outro para substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO AUMENTO OU SUPRESSÃO - O objeto deste Contrato poderá ser suprimido ou aumentado até o limite de 25% (vinte

Impressão Restrita - MODELO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 513

e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no art. 65, §§ 1º e 2º, inciso II, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE – O reajuste de preços obedecerá ao disposto nas Leis 9.069/1995, 10.192/2001 e 8.383/91, utilizando-se como índice o **IPCA** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) divulgado pelo **IBGE** (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

PARÁGRAFO ÚNICO - Poderão ser aplicados índices negativos no período em que houver deflação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO – A **CONTRATADA** tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se a sua atualização a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A **CONTRATADA**, quando for o caso, deverá formular ao **CONTRATANTE** requerimento para o equilíbrio do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenham onerado excessivamente as obrigações contraídas por força deste contrato.

I – A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transportes de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de reequilíbrio do contrato.

II – Junto com o requerimento, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilhas de custos comparativos entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de reequilíbrio do contrato, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

III – O **CONTRATANTE**, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à atualização do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Independentemente de solicitação, o **CONTRATANTE** poderá convocar a **CONTRATADA** para acertar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As alterações decorrentes da revisão do contrato serão publicadas na Imprensa Nacional.

PARÁGRAFO QUARTO – O **CONTRATANTE** efetivará o pagamento de verbas retroativas do período em que a solicitação de reequilíbrio permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Reconhecimento de Dívida, para as situações de reequilíbrio do contrato após o seu término de vigência.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 514

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS – A **CONTRATADA** que apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver as condições apresentadas na proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no **SICAF**, e no cadastro de fornecedores do **CONTRATANTE**, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, a que se refere o inciso XIV do art. 4º e o art. 7º da Lei nº 10.520/2002, sem prejuízo de multa de 30% do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, conforme parâmetros estabelecidos na tabela abaixo, a depender da natureza e a gravidade da infração cometida:

TIPIFICAÇÃO / DOSIMETRIA		
Nº	INFRAÇÃO	TEMPORALIDADE DA PENA
01	Ensejar o retardamento da execução de seu objeto	9 (nove) meses
02	Não manter as condições apresentadas na proposta	12 (doze) meses
03	Falhar na execução do contrato	24 (vinte e quatro) meses
04	Apresentar documentação falsa	60 (sessenta) meses
05	Fraudar na execução do contrato	60 (sessenta) meses
06	Comportar-se de modo inidôneo	60 (sessenta) meses
07	Cometer fraude fiscal	60 (sessenta) meses
08	Fazer declaração falsa	60 (sessenta) meses

I - Considera-se **falhar na execução contratual** o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela **CONTRATADA.**

II - Considera-se **fraudar na execução contratual** a prática de qualquer ato destinado a obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública.

III - Considera-se **comportar-se de maneira inidônea** a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do contrato, tais como: agir em conluio ou em desconformidade com a lei, prestar informações falsas, apresentar documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de suas informações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração do **CONTRATANTE** irá, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

I – advertência;

Informação Pessoal_MODELO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 515

II - multa;

III - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção de suspensão temporária aplicada com base no caput desta cláusula.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ficam fixados, a título de multa, os percentuais por atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratualmente estabelecida e/ou pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a prévia defesa, nos seguintes termos:

I - No caso de atraso injustificado no cumprimento da obrigação contratual, no que diz respeito ao prazo de execução do serviço, será aplicada multa de mora a incidir sobre a parcela em atraso, no percentual de:

a) 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela entregue ou executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

b) 0,3% (três décimos percentuais) ao dia, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, e até o 45º (quadragésimo quinto) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela entregue ou executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato.

II – Após a constatação imediata de atraso na execução dos serviços, poderá estar configurada a inexecução parcial do contrato, mediante enquadramento nas hipóteses previstas em lei, e será aplicada à **CONTRATADA** multa no percentual de 20% (vinte por cento), a ser calculada sobre o valor da parcela entregue ou executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato.

III - Não haverá *bis in idem* nas situações em que a **CONTRATADA** entregar parte do objeto em atraso e não cumprir o restante da obrigação.

a) No caso dos incisos I e II deste parágrafo, haverá a aplicação da penalidade de multa moratória, a ser calculada sobre a parcela entregue em atraso, e a aplicação da penalidade de multa compensatória, a ser calculada sobre a parcela não entregue.

IV - A penalidade de multa moratória poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas no parágrafo primeiro.

V - A rescisão ou a manutenção do contrato não afastam a incidência da penalidade prevista no inciso II deste parágrafo.

VI – Dependendo da infração cometida, a Administração, a seu critério, poderá rescindir o contrato a qualquer tempo, observadas as disposições constantes dos arts. 77 a 80 da Lei 8.666/1993.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 516

VII - No caso de descumprimento das obrigações contratuais, excetuadas as situações previstas no inciso I e II deste parágrafo, será aplicada multa compensatória, conforme portaria GPR 2.037/2017, no percentual de:

a) 20% (vinte por cento), nos casos de inexecução parcial do contrato, calculada sobre o valor da prestação não cumprida;

b) 30% (trinta por cento), no caso de inexecução total do contrato, calculada sobre o valor total do contrato.

VIII - Considera-se **inexecução parcial** o atraso injustificado superior a 45 (quarenta e cinco) dias no cumprimento do prazo estabelecido em contrato para execução dos serviços.

IX - Considera-se **inexecução total** o atraso injustificado superior a 60 (sessenta dias) no cumprimento do prazo estabelecido em contrato para execução dos serviços.

X - O **CONTRATANTE** exigirá o pagamento do valor fixado a título de multa compensatória independentemente da demonstração de prejuízos, nos termos do art. 416 do Código Civil.

XI - A contagem do período de atraso no cumprimento da obrigação será realizada a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

XII – a **CONTRATADA** deverá manter a regularidade com a Seguridade Social **– CND**, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **CRF**, com a Justiça do Trabalho - **CNDT** e com a Fazenda Federal, além do cumprimento das obrigações contratuais assumidas e da obrigação de manter, durante a contratação, todas as condições de habilitação exigidas no Edital, sob pena de rescisão contratual.

a) a inobservância do disposto neste inciso acarretará a aplicação de multa, no percentual de 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, a ser calculado sobre o valor total do contrato, limitado a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato. Após transcorrido o prazo de 60 (sessenta) dias, a ser contado da data de notificação pelo **CONTRATANTE**, sem que haja a regularização da situação que ensejou a penalização, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, nos termos do art. 78, inc. I da Lei 8.666/1993, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

a.1) No caso de descumprimento de obrigação trabalhista, a contagem do período de atraso será iniciada imediatamente após o exaurimento do prazo para cumprimento, ainda que o vencimento recaia em dias não úteis.

XIII - Os critérios abaixo discriminados referem-se à aplicação de MULTA MORATÓRIA, mantidos os critérios e prazos estabelecidos nos incisos VII, VIII, IX e X deste parágrafo no que tange à multa compensatória. Para efeito de aplicação de multa moratória, quando os critérios estipulados nos incisos I e II deste parágrafo não se adequarem ao objeto ora solicitado, às infrações referentes a cada tipo de objeto são atribuídos graus, conforme as tabelas 1 e 2 a seguir, estando a aludida sanção pecuniária limitada ao percentual de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato:

Impressão realizada por ANGELO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 517

TABELA 1 - PERCENTAGEM	
GRAU	%
01	0,1
02	0,2
03	0,3

TABELA 2 - PENALIDADES

Nº	INFRAÇÃO	GRAU
1	Descumprir os prazos fixados neste contrato, nas cláusulas quarta e quinta.	2
Unidade Temporal:	% por ocorrência	
Correspondência:	Sobre o valor mensal do contrato	
2	Atraso de até 10 minutos nos prazos para atendimento de resgate.	1
Unidade Temporal:	% por ocorrência	
Correspondência:	sobre o valor mensal do contrato.	
3	Atraso de até 20 minutos nos prazos para atendimento de resgate.	2
Unidade Temporal:	% por ocorrência	
Correspondência:	sobre o valor mensal do contrato.	
4	Atraso de até 30 minutos nos prazo para atendimento de resgate.	3
Unidade Temporal:	% por ocorrência	
Correspondência:	sobre o valor mensal do contrato.	
5	Atraso de até 2 dias nos prazos definidos para manutenções preventivas.	1
Unidade Temporal:	% por ocorrência	
Correspondência:	sobre o valor mensal do contrato.	
6	Atraso de até 5 dias nos prazos definidos para manutenções preventivas.	2
Unidade Temporal:	% por ocorrência	
Correspondência:	sobre o valor mensal do contrato.	
7	Atraso de até 8 dias nos prazos definidos para manutenções preventivas.	3
Unidade Temporal:	% por ocorrência	
Correspondência:	sobre o valor mensal do contrato.	
8	Atraso de até 30 minutos nos prazos definidos para manutenções corretivas emergenciais.	1
Unidade Temporal:	% por ocorrência	
Correspondência:	sobre o valor mensal do contrato.	
9	Atraso de até 2 horas nos prazos definidos para manutenções corretivas emergenciais.	2
Unidade Temporal:	% por ocorrência	
	sobre o valor mensal do contrato.	

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 518

Correspondência:		
10	Atraso de até 5 horas nos prazos definidos para manutenções corretivas emergenciais.	3
Unidade Temporal:	% por ocorrência	
Correspondência:	sobre o valor mensal do contrato.	
11	Descumprimento das demais obrigações contratuais, exceto aquelas previstas na Portaria GPR 2037/2017.	1
Unidade Temporal:	% por ocorrência	
Correspondência:	sobre o valor mensal do contrato.	

PARÁGRAFO TERCEIRO - As sanções previstas no parágrafo segundo poderão ser aplicadas, cumulativamente, com as previstas no *caput* e nos incisos I e III do parágrafo primeiro desta cláusula, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme § 2º do art. 87 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO QUARTO - Se, no decorrer do contrato, as multas somadas ultrapassarem R$ 300,00 (trezentos reais), os gestores do contrato deverão iniciar a instrução da penalidade, conforme estabelecido no § 4º do art. 8º da Portaria **TJDFT GPR** N. 2.037/2017.

PARÁGRAFO QUINTO - Aplicada a penalidade e inexistindo pagamentos devidos pela Administração, a **CONTRATADA** será notificada pela unidade gestora da contratação para proceder ao recolhimento do respectivo valor por intermédio de GRU, no prazo de cinco dias corridos, a contar da confirmação do recebimento da respectiva notificação.

PARÁGRAFO SEXTO - O valor da multa aplicada será descontado do pagamento e, quando for o caso, da garantia prestada e cobrado judicialmente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

PARÁGRAFO OITAVO - O presente contrato reger-se-á pelas disposições da Portaria GPR 2.037/2017 do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO - O presente instrumento será executado sob o acompanhamento do **Serviço de Manutenção Mecânica – SERMAM,** do **CONTRATANTE**, a qual se incumbirá de receber e atestar as faturas referentes aos serviços, observar o fiel cumprimento do presente Contrato, bem como anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As decisões e providências que ultrapassem a competência do órgão fiscalizador deverão ser solicitadas aos seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais será exercida pelos gestores do contrato, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso do contrato, e de tudo dará ciência ao **CONTRATANTE**,

Impresso por 00000000000 - MARCELO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 519

conforme artigo 67, §§ 1º e 2º da Lei 8666/93, Portaria GPR 260/2007 e demais legislações correlatas.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO - O presente instrumento poderá ser rescindido:

I - Por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei 8.666/1993;

II - Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração;

III - Judicialmente, nos termos da lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso de rescisão amigável, à parte que pretender rescindir o contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA VIGÊNCIA - O presente instrumento vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS ALTERAÇÕES - O presente Instrumento poderá ser alterado, em conformidade com o art. 65 da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS - Este contrato regula-se pela Lei 8.666/1993, pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - Sob anuência expressa do **CONTRATANTE** e sem prejuízo à execução do objeto pactuado, será possível a manutenção do contrato com empresas em processo de fusão, cisão ou incorporação, desde que as empresas envolvidas observem todos os requisitos habilitatórios, a plena condição de atendimento às demandas técnicas, como também demais exigências do deste contrato e seus anexos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO - Incumbirá ao **CONTRATANTE** providenciar, a sua custa, a publicação do extrato deste instrumento no Diário Oficial da União, conforme a legislação vigente.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 520

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO – Para dirimir questões judiciais relacionadas à execução do presente ajuste fica fixada a Seção Judiciária Federal do Distrito Federal, art. 55, § 2º, da Lei 8.666/1993.

E por estarem assim justos e acordados, firmou-se o presente contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado eletronicamente pelas partes.

ANEXO I

ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

LOTE	SUBITEM	DESCRIÇÃO	PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO ANUAL DO SUBITEM (R$)	VALOR TOTAL ANUAL DO SUBITEM (R$)
4	4.1	Manutenção preventiva e corretiva e atendimentos emergenciais em elevadores de passageiros. **Fabricante**: Orona. **Tipo**: Elevador elétrico, 3 paradas e lotação para 10 passageiros.(Fórum de Taguatinga).	NÃO	SERVIÇO	2	999,96	1.999,92
	4.2	Manutenção preventiva e corretiva e atendimentos emergenciais em elevadores de passageiros. **Fabricante**: Orona. **Tipo**: Elevador elétrico, 3 paradas e lotação para 10 passageiros. (Fórum de Ceilândia)			2	2.899,98	5.799,96
	4.3	Manutenção preventiva e corretiva e atendimentos emergenciais em Elevadores de passageiros. **Fabricante**: Orona. **Tipo**: Elevador elétrico, 3 paradas e lotação para 8 passageiros.(Fórum de Sobradinho).			1	3.799,99	3.799,99
	4.4	Manutenção preventiva e corretiva e atendimentos emergenciais em elevadores de passageiros. **Fabricante**: Orona. **Tipo**: Elevador elétrico, 3 paradas e lotação para 8 passageiros.(Fórum de Planaltina).			1	6.579,96	6.579,96
	4.5	Manutenção preventiva e corretiva e atendimentos emergenciais em elevadores de passageiros. **Fabricante**: Orona. **Tipo**: Elevador elétrico, 5 paradas e lotação para 12 passageiros.(Fórum de Samambaia).			4	10.570,20	42.280,80
VALOR GLOBAL ANUAL DO LOTE 4: R$ 60.460.63							

CATSER 3557

LOTE	SUBITEM	SUBITEM	PARTICIPAÇAO EXCLUSIVA PARA ME/EPP	UN	QTD	VALOR UNITÁRIO ANUAL DO SUBITEM (R$)	VALOR TOTAL ANUAL DO SUBITEM (R$)
5	5.1	Manutenção preventiva e corretiva e atendimentos	NÃO	SERVIÇO	11	19.635,72	215.992,92

Impressão realizada em 18/07/2018 - ELEVADOR_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 521

		emergenciais em elevadores de passageiros. **Fabricante**: Fujitech. **Tipo**: Elevador elétrico, 11 paradas e lotação para 8/12/17 passageiros. (Fórum de Brasília).					
VALOR GLOBAL ANUALDO LOTE 5: R$ 215.992,92							

CATSER 3557

ANEXO II

DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. INDICADOR

1.1. Indisponibilidade média dos equipamentos em minutos.

2. Finalidade: Garantir o cumprimento do prazo de atendimento para chamados corretivos, maximizando a disponibilidade dos elevadores.

3. Metas a cumprir: Indisponibilidade média inferior a **60 (sessenta) minutos ao mês** por equipamento.

4. Nível Mínimo de Atendimento: Indisponibilidade média de **120 (cento e vinte) minutos ao mês** por equipamento.

5. Critério de Medição: Somatório da duração total dos chamados corretivos concluídos no mês.

6. Forma de acompanhamento: Relatório detalhado de chamados corretivos fornecido pela contratada em formato eletrônico definido pela **FISCALIZAÇÃO**.

7. Periodicidade: Mensal.

8. Mecanismo de cálculo do indicador: $I = (S_{ti}/n_e)$

8.1. Indisponibilidade total no mês (S_{ti}): Somatório do tempo de indisponibilidade (em minutos) de todos os elevadores no mês. O tempo de indisponibilidade é contado como o tempo decorrido entre a abertura de chamado corretivo e o término do atendimento. Somente são considerados para o cálculo do índice chamados corretivos nos quais o equipamento esteja parado/indisponível e abertos no horário de expediente.

8.2. Número de equipamentos (n_e): Quantidade de elevadores ativos, sem pendências no recebimento definitivo da obra.

9. Condições de exclusão:

9.1. Serão excluídos para efeitos de cálculo do cálculo do índice de indisponibilidade os seguintes chamados:

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 522

9.1.1. Chamados para manutenção em que o elevador esteja operando/disponível (mesmo que seja necessário interromper seu funcionamento);

9.1.2. Chamados para manutenção iniciados fora do horário regular de atendimento (dias úteis das 12h às 19h);

9.1.3. Chamados decorrentes de falta de energia elétrica;

9.1.4. Chamados para manutenção em equipamentos com pendências no recebimento definitivo da obra;

10. Início de vigência: Primeiro dia do terceiro mês de vigência do contrato.

11. Faixas de ajuste no pagamento:

INDICADOR	FATOR DE AJUSTE NO PAGAMENTO (FA)
I <= 60	1
60 < I <= 80	0,97
80 < I <= 100	0,93
100 < I <= 120	0,89
I > 120	0,85

12. Valor do pagamento mensal: O valor do pagamento mensal devido à **CONTRATADA** (**PG**) será calculado multiplicando-se o fator de ajuste no pagamento (**FA**) pelo valor máximo do pagamento previsto em contrato (PG_{max}), conforme a equação: $PG = FA * PG_{max}$.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

Declaro que, durante a vigência deste contrato, serão mantidas instalações apropriadas e pessoal técnico especializado para execução dos serviços, que atenderão basicamente aos seguintes parâmetros mínimos:

a) possuir sistema de comunicação via rádio ou celular;

b) possuir área de oficina com espaço suficiente para locomoção dos funcionários e devidamente aparelhada para cumprir as obrigações contratuais, com ferramentas em bom estado, próprio e suficiente para execução dos serviços;

c) possuir mais de um veículo para atendimento técnico;

d) possuir sistema de comunicação entre veículos ou entre a empresa e equipe de manutenção;

Habilitação Técnica - MODELO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 523

e) possuir serviço de plantonista para atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, num prazo máximo de 30 (trinta) minutos, após a chamada do **CONTRATANTE**;

f) possuir almoxarifado com pequenos componentes originais e da mesma marca dos já existentes e instalados, que não degradem a qualidade e a performance dos equipamentos, para entrega em até 2 (duas) horas, tais como: lâmpadas; reatores; bobinas, chaves de comando, disjuntores, contatoras, sirenes, relês, botoeiras e botões, escovas, contatos móveis, barras infravermelhas, rolamentos, correias, fitas, fios e componentes eletroeletrônicos e mecânicos de pequeno porte;

g) possuir ferramentas e apetrechos necessários à execução dos serviços, tais como jogo de chave de boca, jogo completo de chaves de fenda, máquina de solda, talha e equipamentos de medição e teste.

EMPRESA: _____.

CNPJ: __.___.___/____-__

_____

NOME

Cargo

Empresa

ANEXO IV

PESSOAL TÉCNICO ESPECIALIZADO

Comporão a equipe de trabalho da **CONTRATADA**, necessariamente, as seguintes áreas e profissionais técnicos, uma vez que estes profissionais são indispensáveis para realização dos serviços contratados:

1.**Área de Engenharia**;

1.1 Engenheiro Eletricista, legalmente habilitado e credenciado no **CREA**, responsável pelos serviços relativos às áreas elétrica e eletrônica dos equipamentos, incluídos comando e controle, para exercer as atribuições descritas no edital, seus anexos e no contrato.

1.2 Engenheiro Mecânico, legalmente habilitado e credenciado no **CREA**, responsável pelos serviços relativos à área mecânica, incluídos comando e controle, para exercer as atribuições descritas no edital, seus anexos e no contrato.

2. **Área técnica**:

2.1 Para os 11 (onze) elevadores do Edifício Sede do **CONTRATANTE**, Bloco "**B**", pertencentes ao grupo de elevadores Fujitech, deverão ser disponibilizados, pelo

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 524

menos, 2 (dois) técnicos especializados no Fórum de Brasília, Bloco "**B**", de segunda a sexta, exceto feriados, no horário compreendido entre 7h às 24h.

2.2 Para os 7 (sete) elevadores do Anexo do Edifício Sede do **CONTRATANTE**, Blocos "**C**" e "**D**" (5 elevadores elétricos e 2 hidráulicos), pertencentes ao grupo de elevadores Thyssen Krup deverão ser disponibilizados, pelo menos, 2 (dois) técnicos especializados no Fórum de Brasília, de segunda a sexta, exceto feriados, no horário compreendido entre 7h às 24h.

2.3 Para os 3(três) elevadores do Fórum de Juizados Especiais Criminais de Brasília, pertencentes ao grupo de elevadores Atlas Schindler, deverá ser disponibilizado, pelo menos, 1 (um) técnico especializado no Fórum Fabbrini Mirabete, de segunda a sexta, exceto feriados, no horário compreendido entre 10h às 19h.

2.4 Para este serviço, a **CONTRATADA** deverá apresentar apenas técnicos experientes, habilitados, qualificados e especializados.

2.5 Excepcionalmente, durante eventos que sejam realizados fora do horário previsto nos subitens 2.1, 2.2 e 2.3 deste item (área técnica), o técnico especializado poderá ser convocado para ficar de plantão até o término do evento para sanar qualquer anormalidade verificada nos elevadores, sem ônus adicional para o **CONTRATANTE**. A **CONTRATADA** disponibilizará, ao técnico especializado, um telefone celular, a fim de que possa ser contatado a qualquer dia e horário.

2.6 Os técnicos especializados que serão disponibilizados nos Fóruns de Brasília e Júlio Leal Fagundes, deverão apresentar formação de curso técnico de nível médio, conforme Decisão Normativa n° 36 de 31 de julho de 1991, com atribuições constantes no art. 4 da Resolução n° 278/83 do **CONFEA**, com conhecimento em manutenção em elevadores e com certificado de conclusão de curso ministrado pelo **SENAI** ou entidade congênere autorizada pelo Ministério da Educação na modalidade técnica, mecânica, elétrica ou eletrônica, ou pelo fabricante dos elevadores, objeto do presente contrato, ou ainda mediante a apresentação de **CTPS** que demonstre ter os profissionais exercido função de técnico de nível médio (mecânico) em elevadores.

ANEXO V

LOCALIDADES A SEREM ATENDIDAS

Localização	Fabricante	Tipo	Quant.	Nº Paradas	Lotação
Grupo IV – Elevadores Orona					
Fórum de Taguatinga QNC Área Especial nº 23, Via Sandu Norte - Taguatinga/DF	ORONA	ELÉTRICO	2	3	10

Impresso por: 11.***.***/0001-** - ANEXO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 525

Localização	Fabricante	Tipo	Quant.	Nº Paradas	Lotação
Fórum de Ceilândia 11, Área Especial nº 01 - Centro Ceilândia/DF	ORONA	ELÉTRICO	2	3	10
Fórum de Sobradinho SAC - Quadra Central - Lote F - Blocos "A" e "B" – Sobradinho/DF	ORONA	ELÉTRICO	1	3	8
Fórum de Planaltina Área Especial Norte 10 - Blocos "A" e "B" – Planaltina/DF	ORONA	ELÉTRICO	1	3	8
Fórum de Samambaia Quadra 302 – Lote 01 – Conjunto 01 - Centro Urbano - Samambaia/DF	ORONA	ELÉTRICO	4	5	12
Grupo V– Fujitech					
Fórum de Brasília Praça Municipal - Lote 01 – Bloco "B" – Brasília/DF	FUJITECH	ELÉTRICO	11	11	8/12/17

ANEXO VI

ROTINAS DE MANUTENÇÃO

Manutenção preventiva mensal – **ELEVADOR ELÉTRICO**		
1	Verificar partidas e paradas, checar nivelamento, aceleração e retardamento	RM-EE01
2	Verificar funcionamento geral do elevador: vibrações ruídos, tempos de abertura e fechamento de portas	RM-EE02
3	Consultar o Supervisor do SERMAM sobre possíveis ocorrências	RM-EE03
4	Inspecionar a casa de máquinas: Verificar temperatura, limpeza e condições gerais	RM-EE04
5	Registrar as rotinas executadas nas OS's de manutenção preventiva e incluir alterações no histórico do equipamento	RM-EE05
6	Verificar e fazer a manutenção necessária na cabine, do painel de operação, intercomunicador, iluminação, ventilador, painéis de acabamento, pisos, guarda corpos, portas, corrediças e régua de segurança	RM-EE06
7	Verificar em todos os pavimentos, as botoeiras, indicadores luminosos, portas e soleiras, aceleração e	RM-EE07

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 526

	desaceleração, nivelamento, fechos eletromecânicos e fechos hidráulicos	
8	Verificar na casa de máquinas: proteções e conexões (painel de força), quadro de comando, bateria e fonte de luz de emergência, máquina e cabos de tração, motor de indução, freio de contato e regulador de velocidade	RM-EE08
9	Verificar na parte superior da cabine: porta e contato de emergência, aparelho de segurança, operador de portas e condições do teto e estrutura	RM-EE09
10	Verificar no poço: limites inferiores, aparelho de segurança, deslize do contrapeso e limpeza do poço	RM-EE10
11	Verificar os cabos de aço como fator de segurança	RM-EE11
12	Verificar na caixa de corrida: polia de desvio. Limites superiores, guias e suportes, portas de pavimento e limite de redução de descida	RM-EE12
13	Efetuar reaperto geral nos componentes dos quadros de comando e agregados na cabine e parte superior da mesma	RM-EE13
14	Efetuar testes de simulação de falha em módulos, placas eletrônicas e contadoras	RM-EE14
15	Verificar na parte superior da cabine as corrediças superiores, sustentação dos cabos e chaves de indução	RM-EE15
16	Verificar no poço: corrediças inferiores, aparachoques e cornija, polia, cabos, correntes de compensação e polia tensora	RM-EE16
17	Verificar na caixa corrida: contra peso, cabos de manobra e fiações	RM-EE17

Manutenção preventiva MENSAL – elevador hidráulico		
1	Verificar as corrediças das guias ou roldanas dos cursores, assegurando uma operação silenciosa e manter as guias adequadamente lubrificadas	RM-EH01
2	Verificar funcionamento geral do elevador: vibrações ruídos, tempos de abertura e fechamento de portas	RM-EH02
3	Consultar o Supervisor do SERMAM sobre possíveis ocorrências	RM-EH03
4	Inspecionar a casa de máquinas: Verificar temperatura, limpeza e condições gerais	RM-EH04
5	Registrar as rotinas executadas nas OS's de manutenção preventiva e incluir alterações no histórico do equipamento	RM-EH05
6	Verificar e fazer a manutenção necessária na cabine, do painel de operação, intercomunicador, iluminação, ventilador, painéis de acabamento, pisos, guarda corpos, portas, corrediças e régua de segurança	RM-EH06
7	Verificar em todos os pavimentos, as botoeiras, indicadores luminosos, portas e soleiras, aceleração e desaceleração, nivelamento, fechos eletromecânicos e fechos hidráulicos	RM-EH07
8	Substituir as sapatas das portas dos elevadores quando danificadas	RM-EH08
9	Consertar e alinhar as portas dos elevadores	RM-EH09
10	Fazer remoção da sujeira acumulada e do óleo vazado	RM-EH10
11	Verificar o nível do óleo hidráulico	RM-EH11

Arrematação Eletrônica - MARCELLO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 527

12	Ajustar o sistema hidráulico do freio de nivelamento por meio do conjunto de válvulas	RM-EH12
13	Verificar e ajustar, se necessário, os temporizadores, relés, chaves com mau contato e circuitos de proteção	RM-EH13
14	Verificar o nível do óleo completando-o, se necessário	RM-EH14

ANEXO VII

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

OS Nº _____ /2018

O presente instrumento tem por finalidade a regulamentação da execução do(s) serviço(s) _____, conforme Contrato nº _____/2018, celebrado entre o **TJDFT** (**CONTRATANTE**) e a _____(**CONTRATADA**), em ____ de _____ de 2018.

Quaisquer modificações na matéria deste registro, advindas de negociações futuras, deverão ser registradas como entendimento comum entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, por meio de Termo Aditivo ao presente instrumento.

DOS REQUISITOS DOS SERVIÇOS ORDENADOS

Objeto da Ordem de Serviço:

Tipo/descrição do(s) serviço(s) ordenado(s):

Unidade de medida do(s) serviço(s) ordenado(s):

Cronograma de Execução do(s) serviço(s) (indicar prazos de início e término):

Técnicos responsáveis da equipe da **CONTRATADA** (1 técnico) e do **CONTRATANTE** (1 técnico):

Relação dos documentos anexos (quando for o caso):

Considerações gerais:

Autorizamos o início do(s) serviço(s) a partir de ____ /____ /2018, conforme disposições desta Ordem de Serviço e do supracitado Contrato.

Favor encaminhar, via fax ou e-mail, relação dos funcionários que realizarão o(s) serviço(s), para que seja providenciada a liberação de acesso às dependências do Tribunal.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 528

Brasília/**DF**, ____ / ____ / 2018.

Responsável: **CONTRATANTE**

Responsável: **CONTRATADA**

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO - PESSOA JURÍDICA

Declaro, diante da exigência contida nos **artigos 1º e 2º, inciso VI, da Resolução n. 07 do Conselho Nacional de Justiça, de 18 de outubro de 2005**, que esta empresa/entidade não possui em seu quadro societário qualquer sócio na condição de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e assessoramento dessa Corte de Justiça.

***Art. 1º** É vedada a prática de nepotismo no âmbito de todos os órgãos do Poder Judiciário, sendo nulos os atos assim caracterizados.*

***Art. 2°** Constituem práticas de nepotismo, dentre outras: (...)*

V – a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento; (Redação dada pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

VI - a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação. (Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

(...)

§ 3º A vedação constante do inciso VI deste artigo se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização. (Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

§ 4º A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (Incluído pela Resolução nº 229, de 22.06.16)

Autenticado Eletronicamente_MARCELO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 529

Declaro, ainda, que no caso de alteração da situação societária que se enquadre na referida resolução, comprometo-me a comunicar tal fato a esse **TJDFT** imediatamente.

Documento assinado eletronicamente por **MATHEUS RANGEL DE SA. Usuário Externo**, em 16/07/2018, às 18:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **Romão Cicero de Oliveira, Desembargador Presidente**, em 17/07/2018, às 16:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjdft.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0564544** e o código CRC **23128F45**.

0025702/2017 0564544v2

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 530

interação com a comunidade científica e profissional na área do projeto. Vigência: Até dezembro de 2020. Valor: R$ 125.800,00. Assinatura: 17/07/2018. Assinam: Pela TRE/TO, Desembargador Marco Villas Boas, Presidente, e pela UFT, Luis Eduardo Bovolato, Reitor.

[redacted]

EXTRATO DE CESSÃO DE USO

a)Espécie: Termo de Cessão de Uso de Área 002/2018, firmado entre a UNIÃO, por intermédio do TJDFT e o Distrito Federal, por intermédio da SEJUS/DF. b)Objeto: Cessão de uso de área de propriedade do TJDFT, em caráter precário e gratuito, totalizando 150,24m², para prestação de serviços do programa Pró-vítima da SEJUS/DF. c)Fundamento Legal: Art. 367, XXII, do Regimento Interno do TJDFT, Art. 10 da Lei 11.697/2008 e Portaria GPR 969/2017 do TJDFT. d)Vigência: A partir da data da publicação no DOU. e)Data da assinatura: 13/07/2018. f)PA: 0005767/2018.

EXTRATO DE CONTRATO

a)Espécie: Contrato de Prestação de Serviços 099/2018, firmado entre a UNIÃO, por intermédio do TJDFT, e a HONIX - ELEVADORES, MANUTENÇÃO E COMERCIO LTDA - EPP. b)Objeto: Manutenção preventiva e corretiva no sistema de elevadores de passageiros, incluindo todos os seus componentes eletro-mecânicos, mecânicos, elétricos, eletrônicos, de emergência, de segurança e quaisquer outros que integrem o sistema, incluindo o fornecimento de peças, materiais e acessórios, sem qualquer ônus adicional para o TJDFT. c)Fundamento legal: Leis 8.666/93 e 10.520/02 e Decreto 5.450/05. d)Valor estimado do contrato: R$ 351.214,80. e)Vigência: 12 meses, a partir da data de sua publicação no D.O.U. f)Data da assinatura: 17/07/2018. g)PA: 0025702/2017.

[redacted]

EXTRATO DE RESCISÃO

a)Espécie: Termo de Rescisão Unilateral ao Termo de Permissão de Uso 001/2014, firmado entre a União, por intermédio do TJDFT, em face da empresa COFFE MILK LANCHONETE LTDA - ME. b)Objeto: Rescindir o termo inicial. c)Fundamento Legal: Cláusula 11ª, I, do termo de permissão de uso inicial. d)Vigência: A partir de sua publicação no DOU. e)Data de assinatura: 04/07/2018. f)PA 16.382/2013.

EXTRATO DE RESCISÃO

a)Espécie: Termo de Rescisão ao Contrato de Prestação de Serviços 111/2016, firmado entre a União, por intermédio do TJDFT, e a CARDIOIMAGEM MÉTODOS DIAGNÓSTICOS LTDA. b)Objeto: Rescindir o contrato inicial. c)Fundamento Legal: Art. 79, II, da Lei 8.666/93 c/c Cláusula 14ª, II, do contrato inicial. d)Vigência: A partir de sua publicação no DOU. e)Data de assinatura: 13/07/2018. f)PA: 12.209/2016.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Contratada: JULIANA VETTORAZZO RODRIGUES BARROS. a) objeto: prestação de serviço especializado de 1 (um) leiloeiro oficial para preparar, organizar e conduzir leilões públicos dos bens móveis (inclusive veículos) de propriedade do TRT da 1ª Região (Proc: 6355/2017 - PE Nº 33/2018); b) fund legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e Decreto nº 5.450/05; c) vigência: 12 (doze) meses, contado da assinatura, encerrando-se em 09/07/2019; d) valor: R$ 56,87; e) assinam: em 10/07/2018 o Sr. Flavio Piras Ferreira Clemennno, pelo Contratante, e a Srª Juliana Vettorazzo Rodrigues Barros, pela Contratada.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO

EXTRATO DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 035/2018. Pregão Eletrônico PROAD nº 632/2018. Partes: TRT 2ª Região e a Empresa Extratech Serviços e Locação de Equipamentos Eireli-ME. Objeto: Alteração do Anexo A, a partir da data de sua assinatura. Assinam em 25/06/2018, pelo TRT-2ª Região: Wilson Fernandes Desembargador Presidente, e pela empresa: José Eduardo do Nascimento, Procurador.

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 089/2017. Pregão Eletrônico PROAD nº 638b/2017. Partes: TRT 2ª Região e a Empresa Sul Motors Serviços Automotivos Ltda-ME. Objeto: Prorroga a vigência de 01/12/2018 a 30/11/2019. Assinam em 28/06/2018, pelo TRT-2ª Região: Wilson Fernandes Desembargador Presidente, e pela empresa: Demizete Aparecido dos Santos, Sócio.

Contrato nº 070/2018. Dispensa de Licitação PROAD nº 31222/2018. Partes: TRT 2ª Região e a Empresa Sul Americana Serviços de Telefonia Ltda. Objeto: Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado, na modalidade local, com Discagem Direta a Ramal, mediante tecnologia de fibra óptica, na unidade sede. Vigência: de 02/07/2018 a 28/12/2018 com cláusula de rescisão antecipada. Valor Mensal: R$ 688,00 acrescido do valor das ligações do respectivo mês. Assinam em 03/07/2018, pelo TRT-2ª Região: Wilson Fernandes, Desembargador Presidente, e pela Empresa: Carla Cristina Cardoso Carbilla, Diretora Financeira, e Dênio Portella Bezerra, Diretor Adjunto.

Contrato nº 067/2018. Pregão Eletrônico PROAD nº 12484/2018. Partes: TRT 2ª Região e a Empresa TW Projetos Eireli. Objeto: Elaboração de projeto executivo e caderno de encargos complementares, visando a modernização e adequação do sistema de ar condicionado do Forum de Santos. Vigência: a partir da data da assinatura do contrato, com término na data do recebimento definitivo da execução da obra. Valor Total: R$ 45.200,00. Assinam em 26/06/2018, pelo TRT-2ª Região: Wilson Fernandes, Desembargador Presidente, e pela Empresa: Tatiane Grecco Wagner, Procuradora.

3º Termo Aditivo ao Contrato nº 112/2017. Pregão Eletrônico Processo PROAD nº 9458/2017. Partes: TRT 2ª Região e a Empresa Auto Posto Quinta Avenida Ltda. Objeto: Acréscimo de quatro veículos ao objeto do contrato, a partir da assinatura do Termo Aditivo. Assinam em 25/06/2018, pelo TRT-2ª Região: Wilson Fernandes, Desembargador Presidente, e pela empresa: Américo Neves Moreira Leite, Sócio.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

DIRETORIA-GERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PENALIDADE

O TRT da 3ª Região informa a aplicação pela autoridade competente, a empresa Giuliani Logistica e Transportes Ltda., CNPJ 12.248.257/0001-46, da penalidade de multa por inexecução contratual total de 1% (um por cento), calculada sobre o valor anual contratado, com fundamento no art. 87, inciso II, da lei 8.666/1993, assim como na Cláusula Décima Segunda, alínea "d" do instrumento contratual.

Belo Horizonte, 17 de julho de 2018.
LÍVIA MARTELETO ABRANCHES
Secretária de Licitações e Contratos, em exercício

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 15/2018 - UASG 080014

Nº Processo: 0003092-23.2018.5 . Objeto: Pregão Eletrônico - Avaliação de imoveis (identificação do valor do imóvel e avaliação de aluguéis). Total de Itens Licitados: 00005. Edital: 18/07/2018 de 10h00 às 17h59. Endereço: Av. Praia de Belas, 1100 - 6 andar - Menino Deus Praia de Belas - PORTO ALEGRE - RS ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/080014-05-15-2018. Entrega das Propostas: a partir de 18/07/2018 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 02/08/2018 às 11h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ANDRE MAGNUS MARTINS
Coordenador de Licitações e Contratos

(SIDEC - 17/07/2018) 080014-00001-2018NE400306

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 24/2018 - UASG 080014

Nº Processo: 0004358-45.2018.5 . Objeto: Pregão Eletrônico - Serviço de monitoramento de noticias (clipping). Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 18/07/2018 de 10h00 às 17h59. Endereço: Av. Praia de Belas, 1100 - 6 andar - Menino Deus Praia de Belas - PORTO ALEGRE - RS ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/080014-05-24-2018. Entrega das Propostas: a partir de 18/07/2018 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 31/07/2018 às 11h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ANDRE MAGNUS MARTINS
Coordenador de Licitações e Contratos

(SIDEC - 17/07/2018) 080014-00001-2018NE400306

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 26/2018 - UASG 080014

Nº Processo: 0004262-30.2018.5 . Objeto: Pregão Eletrônico - Trocador de fraldas. Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 18/07/2018 de 10h00 às 17h59. Endereço: Av. Praia de Belas, 1100 - 6 andar - Menino Deus Praia de Belas - PORTO ALEGRE - RS ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/080014-05-26-2018. Entrega das Propostas: a partir de 18/07/2018 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 01/08/2018 às 11h00 no site www.comprasnet.gov.br.

ANDRE MAGNUS MARTINS
Coordenador de Licitações e Contratos

(SIDEC - 17/07/2018) 080014-00001-2018NE400306

DIRETORIA-GERAL DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA
SECRETARIA ADMINISTRATIVA
SERVIÇO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO nº 0004794-13.2018.5.04.0000. CD nº 0327/18-4. RESUMO DO OBJETO: contratação da ferramenta Solhcita pelo período de 10 de agosto de 2018 a 09 de agosto de 2019. VALOR TOTAL: R$ 6.658,00. FAVORECIDO: Editora Negócios Públicos do Brasil Ltda. FUNDAMENTO LEGAL: caput do art. 25 da Lei 8.666/93. CREDITO: Programa de Trabalho: 107704. Classificação: 33903900100. RATIFICAÇÃO: por Vania Cunha Mattos, Presidente, em 13/07/2018.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO nº 0004417-33.2018.5.04.0000. CD nº 0330/18-4. RESUMO DO OBJETO: contratação de curso SSVOAJ Instalando e Implementando o Asterisk. VALOR TOTAL: R$ 1.980,00. FAVORECIDO: Sistema Informática Eireli. FUNDAMENTO LEGAL: inciso II do art. 25 combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/93. CRÉDITO: Programa de Trabalho: 085082. Classificação: 33904020. RATIFICAÇÃO: por Vania Cunha Mattos, Presidente, em 13/07/2018.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO nº 0004404-03.2018.5.04.0000. CD nº 0336/18-4. RESUMO DO OBJETO: contratação do curso RH436 Red Hat High Availability Clustering, para três servidores. VALOR TOTAL: R$ 14.400,00. FAVORECIDO: Education Tecnologia da Informação Ltda. FUNDAMENTO LEGAL: inciso II do art. 25 combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/93. CRÉDITO: Programa de Trabalho: 085082. Classificação: 33904020. RATIFICAÇÃO: por Vania Cunha Mattos, Presidente, em 16/07/2018.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO nº 0004636-46.2018.5.04.0000. CD nº 0337/18-4. RESUMO DO OBJETO: contratação do curso SS3136 - Formação Administrador de Redes Multiplataforma, para dois servidores. VALOR TOTAL: R$ 7.200,00. FAVORECIDO: Sistema Informática Eireli. FUNDAMENTO LEGAL: inciso II do art. 25 combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/93. CREDITO: Programa de Trabalho: 085082. Classificação: 33904020. RATIFICAÇÃO: por Vania Cunha Mattos, Presidente, em 16/07/2018.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO nº 0004411-26.2018.5.04.0000. CD nº 0338/18-4. RESUMO DO OBJETO: contratação do curso PDL - Líder de Pessoas, Processos e Metas. VALOR TOTAL: R$ 7.900,00. FAVORECIDO: Integração Escola de Negócios Ltda. FUNDAMENTO LEGAL: inciso II do art. 25 combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/93. CRÉDITO: Programa de Trabalho: 085082. Classificação: 33903948-11. RATIFICAÇÃO: por Vania Cunha Mattos, Presidente, em 13/07/2018.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05302018071800132.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 532

CONTRATO Nº 201974211227, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DECORRENTE DA **LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 2018/04677(7421)**, REALIZADA EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 13.303, DE 30.06.2016, E O REGULAMENTO DE LICITAÇÕES DO BANCO DO BRASIL, PUBLICADO NA PÁGINA ELETRÔNICA DO BANCO DO BRASIL S.A. (WWW.BB.COM.BR), EM **02.05.2018**, QUE ENTRE SI FAZEM NESTA E MELHOR FORMA DE DIREITO, DE UM LADO O BANCO DO BRASIL S.A., SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, COM SEDE EM BRASÍLIA (DF), INSCRITO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA SOB O NÚMERO 00.000.000/0001-91, ADIANTE DENOMINADO **CONTRATANTE**, NESTE ATO REPRESENTADO PELOS ADMINISTRADORES DO CESUP COMPRAS E CONTRATAÇÕES - SÃO PAULO, CNPJ: 00.000.000/5839-44, AO FINAL QUALIFICADOS, E, DO OUTRO LADO, **MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA,** LOCALIZADA NO, **SAAN Quadra 02, nº 980, Parte "B" – CEP: 70.632-200 Brasília DF** INSCRITA NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA SOB O N.º **05.926.726/0001-73**, NESTE ATO REPRESENTADA PELO SR. **MATHEUS RANGEL DE SA,** PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº **5736165,** EXPEDIDA PELA **SSP-GO,** CPF **054.681.827-77**, **ADMINISTRADOR**, ADIANTE DENOMINADA **CONTRATADA**, CONSOANTE AS CLÁUSULAS ABAIXO. O PRESENTE CONTRATO TEVE SUA MINUTA-PADRÃO APROVADA PELO PARECER JURÍDICO Nº 23.590-001, DE 08.06.2017.

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Contrato tem por objeto o fornecimento e instalação de 01 (um) elevador de passageiros, com 02 (duas) paradas, na agência **1507/00 - SIA Trecho 2** do Banco do Brasil na cidade de Brasília/DF, em regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL (MATERIAL E MÃO DE OBRA), incluindo todos os itens necessários à execução dos serviços, com seguro, garantia e manutenção de 40 (quarenta) meses contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório dos serviços. O prédio onde o elevador será instalado está situado à SIA Trecho 2, Lote 365, Z. Industrial (Guará) – CEP 71200-027 - Brasília/DF.

Parágrafo Primeiro – O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses elencadas no art. 130 do Regulamento de Licitações e Contratos do Banco do Brasil S.A (RLBB), desde que acordado entre as partes e formalizado por aditivo contratual.

Parágrafo Segundo - O presente contrato poderá sofrer acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), admitindo-se, excepcionalmente e por acordo entre as partes, que as supressões excedam esse percentual.

Parágrafo Terceiro - Os serviços serão prestados diretamente pela CONTRATADA, vedada a cessão, transferência ou subcontratação total ou parcial.

CLÁUSULA SEGUNDA - A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as normas técnicas em vigor, as plantas, os projetos e demais documentos fornecidos pelo CONTRATANTE e aprovados pelas autoridades competentes e as cláusulas deste Contrato.

Parágrafo Primeiro - Para todos os efeitos, fazem parte integrante deste Contrato e como se nele transcritos estivessem, os documentos a seguir mencionados:

a) Edital de Licitação;

b) Caderno de Encargos - Parte IV (Especificações de Serviços);

c) Projetos:

d) Cronogramas Físico-Financeiro e Descritivo da obra ou serviço;

e) Norma para Reajuste de Preços de Contratos, contida no Decreto no 1.054, de 07.02.94, e demais disposições complementares;

f) Caderno Geral de Encargos (CGE) - Edição 1995, Partes I, II e III, de pleno conhecimento das partes, e integralmente registrado e arquivado em microfilme no Cartório de Títulos e Documentos do 2o Ofício de Brasília, Capital Federal, sob o número 218504, do qual a CONTRATADA recebe um exemplar, neste momento, em perfeita ordem, autenticado pelo CONTRATANTE.

Conferido
Cesar Augusto Regina
Assistente Operacional Jr.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 534

DISCREPÂNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos contratuais, fica estabelecido que:

a) Em caso de divergência entre o contido em uma Especificação de Materiais e Equipamentos - "E" ou Procedimentos - "P" e o Caderno de Encargos - Parte IV (Especificações de Serviços), prevalecerá, **sempre**, este último;

b) Em caso de divergência entre o Caderno de Encargos - Parte IV (Especificações de Serviços) e os desenhos do projeto arquitetônico, prevalecerá, **sempre**, o primeiro;

c) Em caso de divergência entre o Caderno de Encargos - Parte IV (Especificações de Serviços) e os desenhos especializados - estrutural e instalações - prevalecerão, **sempre**, os últimos;

d) Em caso de divergência entre as cotas dos desenhos e suas dimensões, medidas em escala, a FISCALIZAÇÃO, sob consulta prévia, definirá a dimensão correta;

e) Em caso de divergência entre os desenhos de escalas diferentes, prevalecerão, **sempre**, os de maior escala;

f) Em caso de divergência entre os desenhos de datas diferentes, prevalecerão, **sempre**, os mais recentes;

g) Em caso de dúvida quanto à interpretação dos desenhos, das normas "G", "E" e "P" do Caderno de Encargos - Parte IV (Especificações de Serviços) ou do Edital de Licitação, será consultado o CONTRATANTE;

h) Em caso de divergência entre o Caderno de Encargos - Parte IV (Especificações de Serviços) e o Edital do certame, prevalecerá, **sempre**, este último; e

i) Em caso de divergência entre o projeto arquitetônico e os projetos especializados (estrutural e instalações), prevalecerão os projetos especializados.

Parágrafo Único – Para fins do presente contrato, a FISCALIZAÇÃO será composta por equipe de funcionários integrantes do Núcleo de Engenharia do CONTRATANTE, credenciados para atuarem junto à CONTRATADA, com autoridade para exercer, em nome do CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização dos serviços, responsáveis por zelar pela boa execução de todos os serviços contratados, observando o cumprimento de todos os dispositivos contratuais

RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Recebimento Provisório

CLÁUSULA QUARTA - Quando os serviços contratados ficarem integralmente concluídos, de perfeito acordo com o previsto neste Contrato, será lavrado um Termo de Recebimento Provisório, em 3 (três) vias de igual teor, todas elas assinadas por um representante do CONTRATANTE e pelo representante legal da CONTRATADA.

Parágrafo Primeiro - As duas primeiras vias ficarão em poder do CONTRATANTE, destinando-se a terceira à CONTRATADA.

Parágrafo Segundo - Quando houver interesse do CONTRATANTE, a ocupação total ou parcial do imóvel poderá efetuar-se antes do Recebimento Provisório.

Parágrafo Terceiro - O Recebimento Provisório somente ocorrerá após satisfeitas as seguintes condições:

a. Entrega do "HABITE-SE" do local, quando exigido pela autoridade local;

b. Entrega ao CONTRATANTE de todos os projetos atualizados ("AS BUILT");

c. Conclusão dos Serviços Extraordinários, feitas as Apropriações e efetuados os respectivos pagamentos;

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 535

d. Fornecimento, quando for o caso, dos documentos abaixo relacionados, conforme descrito no Caderno Geral de Encargos e Caderno de Encargos - Parte IV ou Especificações de Serviços:

   I. Certificados de aprovação de instalações e/ou equipamentos por parte de órgãos fiscais do Governo;

   II. Certificados de garantia de serviços, materiais e/ou equipamentos;

   III. Compromisso de manutenção gratuita; e

   IV. Manuais de Operação e Manutenção de Máquinas, Instalações e Equipamentos.

e. Apresentar certificado de garantia e manutenção — Documento nº 2 - para prazo contido naquele documento. Durante a vigência da garantia, além dos serviços contidos no próprio Documento nº 2, a CONTRATADA se obriga a realizar:

   I. Exames periódicos da instalação, por técnico habilitado, prevendo-se o mínimo de uma visita mensal;

   II. Ajustes e regulagens porventura necessários;

   III. Lubrificação e limpeza;

   IV. Fornecimento e colocação de peças e acessórios para manter o equipamento em perfeitas condições de operação; e

   V. Atendimento de chamadas requeridas em razão de defeitos, chamados de emergência ou embaraços ocorridos na instalação.

Recebimento Definitivo

CLÁUSULA QUINTA - O Termo de Recebimento Definitivo dos serviços contratados será lavrado **60 (sessenta) dias** após o Recebimento Provisório, quando deverão ter sido satisfeitas as condições a seguir:

a) Atendidas todas as reclamações da FISCALIZAÇÃO, referentes a imperfeições ou defeitos apontados ou que venham a ser verificados em qualquer elemento dos serviços executados

b) Solucionadas todas as reclamações, porventura feitas, quanto à falta de pagamento a operários ou fornecedores de materiais e prestadores de serviço empregados no local dos serviços;

Parágrafo Primeiro - Findo esse prazo, para sanar os defeitos e imperfeições não corrigidos tempestivamente pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá utilizar-se das garantias referidas na **Cláusula Trigésima Terceira** deste Contrato, não desconsideradas as demais medidas administrativas punitivas passíveis de adoção pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - O Termo de Recebimento Definitivo será passado no mesmo número de vias, assinado e distribuído de forma idêntica à estabelecida para o Recebimento Provisório. Após a assinatura do mesmo, o saldo das garantias contratuais será devolvido à CONTRATADA.

PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA DO CONTRATO

CLÁUSULA SEXTA - O prazo global para execução de todos os serviços referentes ao fornecimento e a instalação do elevador é de **210 (duzentos e dez) dias corridos**, a contar da data de início dos trabalhos.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA executará todos os serviços convencionados dentro do prazo global fixado, obrigando-se a entregar, ao término desse prazo, ditos serviços inteiramente concluídos e com as licenças porventura exigidas pelas autoridades competentes.

Parágrafo Segundo - Os serviços deverão ser iniciados dentro do prazo de **10 (dez) dias corridos**, a contar do dia imediatamente posterior à data da assinatura deste Contrato.

Parágrafo Terceiro - Para efeito de contagem do prazo global, os serviços serão considerados concluídos na data do Recebimento Provisório previsto na Cláusula Quarta deste Contrato.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 536

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA prestará a manutenção do elevador instalado por período de **40 (quarenta) meses**, com início em até **30 (trinta) dias corridos** após o Recebimento Provisório.

Parágrafo Quinto - A vigência deste contrato é de **1.500 (mil e quinhentos) dias corridos**, contados do início da prestação dos serviços, prorrogável até o limite máximo de 60 (sessenta) meses.

PREÇO

CLÁUSULA SÉTIMA - O preço global inicial para a execução dos serviços é de **R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)**, dividido em **42 (quarenta e duas)** parcelas, calculado o valor de cada uma delas na base de percentual sobre o preço global, conforme a seguir:

Nº PARCELA	PERCENTUAL	VALOR (R$)	DATA LIMITE PARA CONCLUSÃO DA ETAPA
01	3,41%	4.778,36	10/04/2019
02	73,13%	102.381,24	07/10/2019
03 a 42	0,59%	821,01	Último dia de cada mês

Parágrafo Primeiro - Cada parcela do preço só será paga após satisfeitas as condições a ela correspondentes, constantes nos cronogramas físico-financeiro e descritivo.

Parágrafo Segundo – O valor total do material (e/ou equipamento) a ser utilizado corresponde a R$ 98.597,78 (noventa e oito mil, quinhentos e noventa e sete reais e setenta e oito centavos), conforme cronograma físico-financeiro e descritivo dos serviços, assim discriminados:

Nº PARCELA	VALOR MÃO DE OBRA (R$)	VALOR MATERIAL (R$) (E/OU EQUIPAMENTOS)	VALOR TOTAL (R$)
01	4.530,78	247,58	4.778,36
02	4.031,04	98.350,20	102.381,24
03 a 42	32.840,40	-	32.840,40

Parágrafo Terceiro - Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entregas admitem prorrogação, desde que justificadas por escrito e previamente autorizadas pelo CONTRATANTE, mediante celebração de aditivo.

Parágrafo Quarto - As obrigações legais, tributos ou encargos criados, alterados, extintos, acrescidos ou reduzidos após a apresentação da Carta-Proposta da CONTRATADA que se reflitam, comprovadamente, nos preços contratados, implicarão revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

PAGAMENTO

CLÁUSULA OITAVA – A nota fiscal/fatura deverá:

a) Conter o número do Contrato, o objeto contratual, a etapa do serviço e o período em que foi realizada;

b) Conter agência e número da conta corrente;

c) Conter a identificação da dependência (prefixo, nome e endereço) onde os serviços foram efetivamente prestados, assim como os respectivos valores proporcionais, por documento fiscal;

d) Ser entregue ao CONTRATANTE com antecedência mínima de **7 (sete) dias úteis** da data prevista para o respectivo pagamento, acompanhada do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, relativo a prestação de serviços nos municípios em que o documento é exigido;

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 537

e) Ser emitida para itens ou serviços do contrato pela matriz ou pela filial desde que sejam efetivamente a mesma pessoa jurídica (CNPJ de mesma raiz - 8 primeiros números).

Parágrafo Primeiro - O pagamento será creditado em conta corrente mantida no Banco do Brasil S.A., em nome da CONTRATADA, no **10º (décimo) dia útil** após a data da aferição do adimplemento das obrigações contratuais, mediante apresentação formal dos respectivos documentos de cobrança previstos na **Cláusula Décima** deste Contrato, acompanhado do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, relativo a prestação de serviços nos municípios em que o documento é exigido.

Parágrafo Segundo - As despesas estão previstas no orçamento do CONTRATANTE, nos itens ORFIX - investimentos – Equipamentos Prediais e ORTAD – Despesa.

Parágrafo Terceiro - Por ocasião do pagamento das parcelas estabelecidas na **Cláusula Sétima** deste Contrato e de eventuais Serviços Extraordinários, deverá ser apresentada, anexa à nota fiscal/fatura ou recibo da prestação de serviços, cópia da GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, comprovadamente entregue na rede bancária autorizada. A GFIP deverá:

a) ser preenchida em nome da CONTRATADA;

b) relacionar todos os empregados da CONTRATADA encarregados da execução dos serviços (RE) previstos neste contrato e em outros contratos mantidos com o CONTRATANTE;

c) ser emitida para cada estabelecimento (CNPJ) do CONTRATANTE ou de forma global (apenas para o CNPJ da dependência contratante) que contemple todos os estabelecimentos, sendo necessária, independente do caso, a apresentação, em separado, de relação dos empregados encarregados da execução dos serviços previstos no presente contrato, com a indicação dos serviços por eles executados e do estabelecimento do CONTRATANTE onde tais serviços foram prestados;

d) ser correspondente a última competência de recolhimento vencida, imediatamente anterior à data do pagamento;

e) ser emitida, de forma única, por competência, contemplando não somente os serviços previstos no presente contrato, mas em todos os contratos mantidos com o CONTRATANTE;

f) caracterizar-se como retificadora, para fins de Previdência Social, quando suceder a anteriormente entregue na mesma competência e para o mesmo CNPJ do CONTRATANTE, por força do disposto no Manual da GFIP.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA fica dispensada de elaborar folha de pagamento e GFIP com informações distintas por estabelecimento ou obra de construção civil em que realizar tarefa ou prestar serviços, quando, comprovadamente, utilizar os mesmos segurados para atender a várias empresas contratantes, alternadamente, no mesmo período, inviabilizando a individualização da remuneração desses segurados por tarefa ou por serviço contratado, nos termos do que prevê a IN 971/2009 da Receita Federal do Brasil.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA se obriga a apresentar junto com a fatura/nota fiscal ou recibo mensal da prestação dos serviços, documentos que comprovem tanto o pagamento dos salários quanto o pagamento do 13º salário dos seus empregados que executaram o serviço contratado.

Parágrafo Sexto - Constatando o CONTRATANTE qualquer divergência ou irregularidade na nota fiscal/fatura ou recibo de prestação de serviços, esta será devolvida à CONTRATADA em, no máximo, **2 (dois) dias úteis** a contar da apresentação, acompanhada das informações correspondentes às irregularidades verificadas, para as devidas correções. O CONTRATANTE terá o prazo de até **3 (três) dias úteis**, a contar da data da reapresentação do documento, para efetuar o pagamento. Em qualquer caso, a liquidação do valor devido não ocorrerá antes do **10º útil do mês subsequente** ao da prestação de serviço, conforme estipula o parágrafo primeiro desta cláusula.

Parágrafo Sétimo - O CONTRATANTE efetuará a retenção e o recolhimento de tributos, quando a legislação assim exigir.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 538

Parágrafo Oitavo - Eventuais débitos vencidos, de responsabilidade da CONTRATADA junto a qualquer agência do CONTRATANTE, poderão ser compensados com recursos oriundos deste Contrato, respeitadas as formalidades legais.

Parágrafo Nono - A CONTRATADA que se declarar amparada por isenção de tributos, nos moldes tratados pela Instrução Normativa RFB nº 1234/12, da Receita Federal em que não ocorra a incidência ou alíquota zero, deve informar esta condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, apresentando as declarações pertinentes, conforme modelos contidos na mencionada Instrução Normativa.

Parágrafo Décimo - A CONTRATADA concorda em firmar convênio, sem custo adicional, com o Banco do Brasil S.A., por intermédio de sua agência **1507-5 SIA TRECHO 2**, para processar a folha de pagamento dos empregados que executaram o serviço contratado.

CLAÚSULA NONA – Exceto a GFIP, O CONTRATANTE poderá solicitar que os documentos exigidos neste contrato sejam apresentados em via original, em cópia autenticada por cartório ou por publicação em órgão da imprensa oficial. A autenticação poderá ser feita, ainda, mediante cotejo da cópia com o original, por funcionário do CONTRATANTE devidamente identificado.

Parágrafo Único – O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir administrativamente o contrato quando a CONTRATADA não apresentar os documentos relacionados.

CLÁUSULA DÉCIMA - Para efeito de cobrança de valores contratuais, a CONTRATADA deverá encaminhar correspondência, anexando o documento de cobrança adequado (nota fiscal, fatura, nota-fiscal-fatura ou recibo e Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, se exigido no local da prestação do serviço) discriminando todas as importâncias devidas. Deverão ser emitidos documentos de cobrança distintos para as parcelas deste Contrato e para as parcelas relativas a cada Serviço Extraordinário eventualmente contratado. Eventuais deduções relativas às Apropriações (supressões) serão registradas/deduzidas no documento de cobrança relativo à parcela onde o serviço suprimido deveria ser originalmente cobrado.

Parágrafo Primeiro – A emissão e apresentação da fatura pela CONTRATADA somente deverá ocorrer após autorização expressa do CONTRATANTE, seja por intermédio de Ordem de Serviço ou mediante correspondência informando o cumprimento da etapa contratual. A data desta "autorização expressa" será considerada como a da aferição do adimplemento das obrigações contratuais, mencionada na **Cláusula Oitava** deste contrato.

Parágrafo Segundo - Os documentos de cobrança deverão ser emitidos em nome do Banco do Brasil S.A. – **Ag. 1507/00 - SIA TRECHO 2, CNPJ: 00.000.000/4529-20, localizada à SIA Trecho 2, Lote 365, Z. Industrial (Guará) - CEP: 71.200-027 – Brasília (DF)** e apresentados para pagamento no **Banco do Brasil S.A. – CESUP ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATOS (MG), localizado na Rua da Bahia, 2.500 - 5º andar - Bairro Lourdes - CEP 30160-012 - Belo Horizonte (MG),** acompanhados dos documentos relacionados na **Cláusula Oitava** deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os Serviços Extraordinários (acréscimos), definidos na **Cláusula Décima Terceira**, serão orçados em moeda corrente com base nos mesmos preços e condições inicialmente pactuados no contrato, e os pagamentos serão processados mediante apresentação das faturas ao CONTRATANTE, após atestada a conclusão dos mesmos pela FISCALIZAÇÃO e antes do Recebimento Provisório previsto na **Cláusula Quarta** deste Contrato.

Parágrafo Primeiro – Excepcionalmente, para os Serviços Extraordinários cujos preços unitários não foram orçados no contrato, os valores serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no **Parágrafo Segundo da Cláusula Primeira** e observado o preço praticado no mercado, que considerará, no que couber, os seguintes critérios:

I - Mediana dos preços do Sinapi;

II - Subsidiariamente, preços do Sicro2;

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 539

III - Subsidiariamente, preços de outros sistemas aprovados pela Administração Pública, na hipótese de não serem encontradas referências nos sistemas anteriores, ou em caso de incompatibilidade técnica das composições desses paradigmas frente às peculiaridades do serviço;

IV - Subsidiariamente, cotação de mercado

Parágrafo Segundo - As apropriações pelo CONTRATANTE dos valores referentes às supressões ou diminuições quantitativas do objeto deste Contrato, realizadas em virtude de modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, serão realizadas por ocasião do pagamento das respectivas parcelas, ou quando do acerto dos Serviços Extraordinários.

REVISÃO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Os valores estipulados na Cláusula de Preços poderão ser revistos mediante solicitação formal em que fique comprovada a variação no custo dos insumos que compõem o preço dos serviços, adotando-se como parâmetro os preços praticados no mercado, mediante negociação entre as partes.

Parágrafo Primeiro – Para comprovar a variação no custo dos insumos que compõem o preço dos serviços, deverá ser apresentada planilha que contemple os mesmos itens que originaram o contrato e outros documentos pertinentes, indicando um único percentual de atualização dos preços, devidamente justificado, a ser aplicado a todos os itens.

Parágrafo Segundo – A primeira revisão ocorrerá após o prazo de um ano, contado a partir da data da proposta que deu origem a este Contrato, ou da data do orçamento a que esta proposta se referir, mantendo-se, para as repactuações subsequentes, a mesma periodicidade anual.

Parágrafo Terceiro – A atualização dos preços será realizada para todos os valores do contrato (parcelas, garantia contratual, saldos de parcelas, Serviços Extraordinários e Apropriações de custos a favor do CONTRATANTE), será aplicada somente às parcelas contratualmente vincendas, sem qualquer efeito sobre os valores de serviços já realizados, e representará a quantia que deverá ser acrescida ou deduzida daquelas importâncias em consequência dos novos preços definidos.

Parágrafo Quarto – Não serão admitidos como justificativas para embasar pedidos de revisão contratual, eventuais reajustes concedidos pela CONTRATADA a seus empregados, cujos termos colidam com a política econômica do Governo Federal, ou que concedam aumentos salariais e/ou vantagens não praticadas por outros setores da economia.

Parágrafo Quinto - As obrigações legais, tributos ou encargos criados, alterados, extintos, acrescidos ou reduzidos após a apresentação da Carta-Proposta da CONTRATADA que se reflitam, comprovadamente, nos preços contratados, implicarão revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

Parágrafo Sexto – O disposto nesta cláusula não impede a eventual concessão de reequilíbrio contratual, na forma do art. 130 do Regulamento de Licitações e Contratos do Banco do Brasil S.A (RLBB).

SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Na hipótese de virem a ser necessários serviços não previstos ou modificações nos projetos e/ou especificações fornecidos pelo CONTRATANTE, a CONTRATADA só poderá fazê-los mediante prévia autorização, por escrito, do CONTRATANTE dentro dos limites previstos no **Parágrafo Segundo da Cláusula Primeira** deste Contrato.

Parágrafo Primeiro - Os acréscimos e/ou modificações serão objeto de "orçamento/proposta" a ser submetido pela CONTRATADA no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos** contados a partir da solicitação formal do CONTRATANTE, para exame e aprovação, onde deverão constar, além dos custos diretos dos serviços, todas as despesas indiretas incidentes, tais como: repouso remunerado da mão-de-obra, encargos sociais, despesas legais, seguros, administração, benefícios etc.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 540

Parágrafo Segundo - A forma e apresentação do "orçamento/proposta" serão estabelecidas de comum acordo entre as partes, devendo, contudo, constar da citada documentação o seguinte: prazo de execução, forma de pagamento, forma de reajustamento (se for o caso), unidades, quantidades, valores unitários e totais.

ENSAIOS E PROVAS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - A boa qualidade e perfeita eficiência dos materiais, trabalhos e instalações - como condição prévia e indispensável do reconhecimento dos serviços - serão, sempre que necessário, submetidos à verificação, ensaios e provas para tal fim aconselháveis, a cargo da CONTRATADA.

CLÁUSULAS GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Cumprirá à CONTRATADA, por sua conta e exclusiva responsabilidade:

a) obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução dos serviços contratados, pagando os emolumentos prescritos por lei;

b) observar as leis, regulamentos e posturas edílicas referentes ao serviço e à segurança pública, bem como às normas técnicas da ABNT e exigências do CREA/CAU local, especialmente no que se refere ao recolhimento das ART (referentes a esta contratação e em nome do profissional responsável pela execução/direção dos serviços e do engenheiro) e à colocação de placas contendo os nomes dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços e dos autores dos PROJETOS;

c) pagar rigorosamente em dia os salários dos empregados e as contribuições previdenciárias, do FGTS, as despesas decorrentes de leis trabalhistas e outros encargos sociais, o Imposto Sobre Serviços (ISS) quando o recolhimento não couber ao CONTRATANTE segundo a legislação municipal, as despesas de consumo de água, luz, força e energia que digam respeito diretamente aos serviços contratados, os tributos, emolumentos e quaisquer outras despesas incidentes sobre o Contrato;

d) acatar as exigências dos Poderes Públicos e pagar, as suas expensas, as multas que lhe sejam impostas pelas autoridades;

Parágrafo Primeiro - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos mencionados nesta cláusula, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento. Caso venha o CONTRATANTE a satisfazê-los ser-lhe-á assegurado direito de regresso, sendo os valores pagos atualizados financeiramente, desde a data em que tiverem sido pagos pelo CONTRATANTE até aquela em que ocorrer o ressarcimento pela CONTRATADA.

Parágrafo Segundo - O CONTRATANTE poderá exigir, a qualquer momento, a comprovação do cumprimento das obrigações mencionadas no "caput" desta Cláusula.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA se obriga a manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive a regularidade junto à Seguridade Social.

Parágrafo Quarto - O CONTRATANTE poderá solicitar que os documentos exigidos para comprovação das condições indicadas no parágrafo anterior sejam apresentados em via original, em cópia autenticada por cartório ou por publicação em órgão da imprensa oficial. A autenticação poderá ser feita, ainda, mediante cotejo da cópia com o original, por funcionário do CONTRATANTE devidamente identificado.

Parágrafo Quinto – Nos casos em que o CONTRATANTE solicitar a apresentação de quaisquer documentos nas formas estabelecidas no parágrafo anterior, a CONTRATADA estará obrigada a atendê-lo.

Parágrafo Sexto – Se a CONTRATADA estiver desobrigada da apresentação de quaisquer documentos solicitados nesta cláusula deverá comprovar esta condição por meio de certificado expedido por órgão competente ou legislação em vigor, na forma exigida no parágrafo quarto.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 541

Parágrafo Sétimo - A CONTRATADA estará dispensada de anexar os documentos citados no Parágrafo Terceiro desta Cláusula, caso mantenha a referida documentação atualizada no Sistema SICAF, para verificação "on-line" por ocasião do pagamento.

Parágrafo Oitavo – O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir administrativamente o contrato quando, por ocasião do pagamento, a CONTRATADA deixar de comprovar a regularidade de sua situação, na forma descrita nesta cláusula. A rescisão se dará mediante comunicação formal à CONTRATADA.

Parágrafo Nono – Além dos documentos relacionados no caput desta cláusula, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, anualmente, na forma da lei, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social, acompanhados do demonstrativo das contas de lucros e prejuízos, a fim de comprovar a manutenção da boa condição financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – A CONTRATADA declara e obriga-se a:

a) Exercer suas atividades em conformidade com a legislação vigente;

b) Não se utilizar direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e serviços, de trabalho ilegal e/ou análogo ao escravo;

c) Não empregar direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e serviços, menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso;

d) Não empregar direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e serviços, menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, e, neste caso, o trabalho não poderá ser perigoso ou insalubre, ocorrer em horário noturno e/ou de modo a não permitir a frequência escolar;

e) Não se utilizar de práticas de discriminação negativa e limitativas para o acesso e manutenção do emprego, tais como por motivo de sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar, estado gravídico etc.;

f) Proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais;

g) Observar e cumprir as disposições contidas na Lei 12.846/2013, incluindo, mas não se limitando a, não se utilizar de práticas corruptas e/ou antiéticas visando obter ou dar vantagem indevida, de forma direta ou indireta, perante o CONTRATANTE;

h) Informar aos seus empregados encarregados da prestação dos serviços ora pactuados que o CONTRATANTE dispõe de um canal de Ouvidoria Interna disponível na Internet (endereço *http://www.bb.com.br* > relação com investidores > governança corporativa > ouvidoria interna), para quaisquer reclamações relativas ao presente contrato ou denúncias de desvios comportamentais (inclusive indícios de assédio moral e sexual) no local de trabalho.

Parágrafo Único – A CONTRATADA declara, ainda, sob as penas da Lei:

a) Conhecer e respeitar o Código de Ética e as Normas de Conduta do CONTRATANTE disponível na *Internet*, endereço: *http://www.bb.com.br* (página principal).

b) Que o seu quadro societário não é integrado por atual ou ex-agente público de ente do Poder Executivo Federal ao qual o CONTRATANTE esteja vinculado, que tenha sido dispensado, exonerado, destituído, demitido ou aposentado no período de 6 (seis) meses da data da respectiva desvinculação com a administração pública, ou de parentes dos mesmos, em até terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A CONTRATADA responderá pessoal, direta e exclusivamente pelas reparações decorrentes de acidentes de trabalho na execução dos serviços contratados, uso indevido de marcas e patentes e danos pessoais ou materiais causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, mesmo que ocorridos na via pública. Responsabiliza-se, igualmente, pela integridade do local de prestação dos serviços, respondendo pela destruição ou danificação de qualquer de seus elementos, inclusive de caso fortuito ou força maior inerentes aos riscos dos serviços ora contratados.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 542

Parágrafo Primeiro - Para garantir os riscos de danos pessoais e materiais, inclusive os ocorridos na via pública, durante a execução dos trabalhos e até o recebimento provisório, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, até **5 (cinco) dias úteis** após a assinatura deste contrato, Seguro de Responsabilidade Civil no valor de **R$ 2.022,00 (dois mil e vinte e dois reais),** corrigido pela variação do IDTR (índice instituído e divulgado pela SUSEP), respeitadas as disposições legais. Na hipótese de atraso no prazo inicialmente previsto para conclusão dos serviços, o seguro será renovado até a nova data de recebimento provisório, mantidas as condições inicialmente contratadas.

Parágrafo Segundo - Igualmente fica a CONTRATADA responsável por todas as avarias e danos cobertos pelo Seguro de Riscos de Engenharia. Em caso de opção por este seguro, deverá a CONTRATADA fazê-lo através de seguradora credenciada no IRB, de sua livre escolha, sob orientação do CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro - O valor do Seguro de Responsabilidade Civil será ressarcido ao CONTRATADO após a efetiva apresentação da apólice, por meio de Aditivo contratual, a ser paga juntamente com a 1ª parcela do Contrato

Parágrafo Quarto - O seguro de riscos contra fogo, inclusive o celeste, será feito diretamente pelo CONTRATANTE, segundo suas normas internas, sem ônus para a CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Os contatos entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA serão mantidos por intermédio da FISCALIZAÇÃO.

Parágrafo Primeiro - Todas as **Ordens de Serviço** ou **Comunicações** entre a FISCALIZAÇÃO e a CONTRATADA, serão transmitidas por escrito, em 3 (três) vias, uma das quais ficará em poder do emitente depois de visada pelo destinatário. Cópia das ditas **Ordens de Serviço** e **Comunicações** deverão ficar arquivadas no local de prestação dos serviços.

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA deverá facilitar à FISCALIZAÇÃO a vistoria aos serviços pactuados, bem como a verificação de materiais/equipamentos destinados à empreitada, em oficinas, depósitos, armazéns ou dependências onde se encontrem, mesmo que de propriedade de terceiros.

Parágrafo Terceiro - À FISCALIZAÇÃO é assegurado o direito de ordenar a suspensão dos serviços, sem prejuízo das penalidades a que ficar sujeita a CONTRATADA e sem que esta tenha direito à indenização, no caso de não ser atendida, dentro de **48 (quarenta e oito) horas** a contar da entrega da **Ordem de Serviço** correspondente, qualquer reclamação sobre defeito em serviço executado ou em material/equipamento adquirido.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA deverá retirar do local de prestação dos serviços, imediatamente após o recebimento da **Ordem de Serviço** correspondente, qualquer empregado seu ou de terceiros que, a critério da FISCALIZAÇÃO, venha demonstrar conduta nociva, incapacidade técnica ou mantiver atitude hostil para com os prepostos do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - O Responsável Técnico da CONTRATADA, apresentado durante a fase de habilitação da empresa, assumirá as responsabilidades legais pela DIREÇÃO dos serviços, obrigando-se a comparecer semanalmente ao local ou sempre que solicitado pela FISCALIZAÇÃO e quantas vezes seja necessária sua presença para garantir qualidade e celeridade ao objeto contratado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Para os serviços que forem ajustados, caberá à CONTRATADA fornecer e conservar pelo período que for necessário, equipamento e ferramental adequado e a contratar mão-de-obra idônea, de modo a reunir permanentemente em serviço, uma equipe homogênea e suficiente de funcionários que possa assegurar o progresso satisfatório dos serviços.

CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - A CONTRATADA atenderá a todos os chamados para correção de problemas, dentro do prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, executando todos os serviços necessários, substituindo peças e demais componentes, efetuando ajustes, para o perfeito funcionamento do equipamento, sem ônus para o BANCO.

Parágrafo Primeiro - Após o atendimento, a CONTRATADA deverá deixar com a Administração do edifício, relatório de ocorrência, onde constem os problemas verificados e as providências adotadas.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 543

Parágrafo Segundo - A CONTRATADA deverá ainda assegurar a plena satisfação das chamadas extraordinárias requeridas em razão de defeitos e embaraços ocorridos no aparelho de transporte existente ou no novo equipamento, sem ônus para o BANCO.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA deverá atender a todas as chamadas extraordinárias, no tempo máximo, previsto, conforme abaixo:

- Pane (parada) do elevador sem passageiro preso: **04 (quatro) horas**;
- Pane (parada) do elevador com passageiro preso na cabine: **01 (uma) hora**;

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - Deverá o CONTRATANTE exigir da CONTRATADA o cumprimento das Normas Regulamentares do Ministério do Trabalho e Emprego e as Instruções Normativas do INSS/DC, em especial as Instruções Normativas nº 118, de 14.04.2005 e MPS/SRP nº 03, de 14.07.2005, no que couber, colocando à disposição da Delegacia Regional do Trabalho e Emprego e à fiscalização do INSS, no mínimo o cumprimento das seguintes normas:

a) NR-5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes, mediante a apresentação da documentação da CIPA constituída, do treinamento dos componentes ou, se for o caso, do representante pelo cumprimento da norma e seu treinamento;

b) NR-6 – Equipamento de Proteção Individual: apresentando a relação dos EPI utilizados e comprovante de recebimento pelos empregados;

c) NR-7 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional: com a apresentação do PCMSO assinado por médico do trabalho e os exames médicos obrigatórios;

d) NR-9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – ou LTCAT – Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (assinado por engenheiro de segurança do trabalho com registro no CREA), atualizados pelo menos uma vez ao ano ou no caso de alteração no ambiente de trabalho ou em sua organização;

e) NR-18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção: mediante apresentação do PCMAT - Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – com ART registrada no CREA ou CAU, assinada por engenheiro de segurança do trabalho, atualizado pelo menos uma vez ao ano ou no caso de alteração no ambiente de trabalho ou em sua organização.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA– A CONTRATADA deverá elaborar e implementar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), nos termos da Resolução CONAMA nº 307/2002, de 5.7.2002 e alterações.

Parágrafo Primeiro – Antes de iniciar qualquer serviço caberá à CONTRATADA inteirar-se de toda a legislação atinente ao gerenciamento de resíduos sólidos, especialmente a Lei nº 12.305, de 2.8.2010; as Resoluções nº 307, de 5.7.2002, nº 348, de 16.8.2004, nº 431, de 24.5.2011, nº 448, de 18.1.2012, editadas pelo CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente; leis Estadual e Municipal; regulamentos e normas técnicas.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA deverá realizar consulta formal à Prefeitura acerca da existência de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e de Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil e respectivas exigências para a elaboração, aprovação e implementação do PGRCC.

Parágrafo Terceiro – A inexistência de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos ou de Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil não dispensará a CONTRATADA de elaborar os Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) referente aos serviços objeto deste Contrato, com base no Conteúdo Mínimo e nas Etapas estabelecidos respectivamente no art. 21, da Lei nº 12.305, de 2.8.2010 e no art. 9º, da Resolução CONAMA Nº 307, DE 5.7.2002.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA deverá submeter o PGRCC à aprovação da autoridade municipal competente, e deverá apresentar cópia dos respectivos protocolos à fiscalização do Banco.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 544

Parágrafo Quinto – Caberá à CONTRATADA a separação, o acondicionamento, a classificação e a destinação final adequada dos resíduos sólidos dos serviços realizados, bem como o controle documental dessas etapas, de modo a apresentar à FISCALIZAÇÃO os comprovantes de descartes, conforme o tipo de resíduo e segundo as NORMAS ABNT/NBR nºs 10.004/2004 e 15.112/2004.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, imediatamente após cada descarte, deverá apresentar os Formulários de Controle de Transporte de Resíduos – CTR (**Documento nº 11**), devidamente preenchidos, para fins de comprovar a destinação final adequada dos resíduos de construção civil.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - A CONTRATADA se obriga a informar ao CONTRATANTE, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - Na hipótese de fusão, cisão, incorporação ou associação da CONTRATADA com outrem, o CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir o Contrato, ou continuar sua execução com a empresa resultante da alteração social, inclusive no que diz respeito à garantia estabelecida na **Cláusula Trigésima Terceira**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - É vedado à CONTRATADA ceder ou utilizar os créditos decorrentes do presente contrato como garantia.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - A CONTRATADA não poderá utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão do presente Contrato, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - A não utilização, pelas partes, de qualquer dos direitos assegurados neste Contrato, ou na lei em geral, não implica novação, não devendo ser interpretada como desistência de ações futuras. Todos os meios postos à disposição neste Contrato são cumulativos e não alternativos, inclusive com relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - São assegurados ao CONTRATANTE todos os direitos e faculdades previstos na Lei nº 8.078, de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – A CONTRATADA se compromete a guardar sigilo absoluto sobre as atividades decorrentes da execução dos serviços e sobre as informações a que venha a ter acesso por força da execução deste contrato, bem como a tratá-las conforme os Critérios de Tratamento da Informação e às normas referentes à Segurança da Informação disponibilizadas pela CONTRATANTE no Portal de Políticas de Segurança da Informação (PSI) *www.bb.com.br/psi.*

Parágrafo Único – Durante a execução deste contrato, a CONTRATADA dará acesso, em tempo hábil, às informações, processos, serviços e/ou suas instalações à CONTRATANTE, quando solicitado, para viabilizar a verificação dos controles de Segurança da Informação instituídos e Orientadores listados no Portal PSI.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – A CONTRATADA, por seus dirigentes, prepostos ou empregados, compromete-se, mesmo após o término do presente contrato, a manter completa confidencialidade e sigilo sobre quaisquer dados ou informações obtidas em razão do presente contrato, reconhecendo que não poderão ser divulgados ou fornecidos a terceiros, salvo com expressa autorização, por escrito, do CONTRATANTE.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA será responsável, civil e criminalmente, por quaisquer danos causados a CONTRATANTE e/ou terceiros em virtude da quebra da confidencialidade e sigilo a que estão obrigadas.

Parágrafo Segundo – Para os fins previstos na presente Cláusula, a CONTRATADA obriga-se a manter sob sua guarda e responsabilidade, "Termo de Compromisso com o Sigilo da Informação", firmado por todos os seus empregados que venham a participar da prestação dos serviços objeto deste Contrato, nos termos da minuta constante do **Documento nº 10**, que faz parte integrante deste Contrato.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 545

Parágrafo Terceiro – O CONTRATANTE poderá exigir a qualquer tempo, a apresentação dos Termos a que se refere o Parágrafo Segundo desta Cláusula. A CONTRATADA terá o prazo de **48 (quarenta e oito)** horas, a contar da data da solicitação, para a apresentação dos documentos solicitados, sob pena da aplicação das penalidades estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - Considerando que o BANCO DO BRASIL S.A. está submetido às leis orçamentárias federais (LDO-LOA), ficam as partes cientes de que a execução dos projetos ao abrigo deste Contrato estará condicionada às respectivas aprovações orçamentárias.

Parágrafo Primeiro - Caso a assinatura deste contrato ocorra antes da publicação, no DOU, das leis orçamentárias federais (LDO-LOA), o prazo global para a execução de todos os serviços e apresentação da garantia, estipulados nas **Cláusulas Sexta e Trigésima Terceira**, respectivamente, começarão a contar a partir da data daquela publicação.

Parágrafo Segundo – Na hipótese prevista no **Parágrafo Primeiro desta Cláusula**, as datas-limite para conclusão de cada etapa, descritas no cronograma constante da **Cláusula Sétima**, serão alteradas na mesma proporção do tempo transcorrido entre a assinatura do contrato e a publicação da Lei.

GARANTIA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - A CONTRATADA entregará ao CONTRATANTE comprovante de garantia, em uma das modalidades previstas no edital, no valor de **R$ 7.000,00 (sete mil reais)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor deste contrato, como forma de garantir a perfeita execução de seu objeto.

Parágrafo Primeiro - A garantia deverá ser entregue, no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos** contados da data de assinatura deste contrato, no seguinte endereço: no **CESUP ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATOS (MG), localizado à Rua da Bahia, 2500 – 5º andar – Bairro Lourdes – CEP 30160-012 - Belo Horizonte (MG)**.

Parágrafo Segundo – O pagamento das faturas ficará condicionado à entrega da garantia, no prazo e local estipulados no parágrafo anterior.

Parágrafo Terceiro – Havendo majoração do preço contratado, fica a critério do CONTRATANTE solicitar formalmente à CONTRATADA a integralização da garantia, limitada a 5% (cinco por cento) do novo preço. No caso de supressão, a alteração na garantia para adequação ao novo valor ocorrerá mediante solicitação da CONTRATADA, respeitado o percentual de 5% (cinco por cento) do novo preço contratado.

Parágrafo Quarto – A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições do Contrato, ficando o CONTRATANTE autorizado a executá-la para cobrir multas, indenizações ou pagamento de qualquer obrigação, inclusive em caso de rescisão.

Parágrafo Quinto - Utilizada a garantia, a CONTRATADA obriga-se a integralizá-la no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados da data em que for notificada formalmente pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Sexto - O valor da garantia somente será liberado à CONTRATADA após **90 (noventa) dias** da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo previsto na **Cláusula Quinta** deste Contrato ou por ocasião de sua rescisão, desde que não possua obrigação ou dívida inadimplida com o CONTRATANTE e mediante expressa autorização deste.

Parágrafo Sétimo - Caso ocorra dilação no prazo dos serviços e consequentemente na data prevista para assinatura do **Termo de Recebimento Definitivo**, a garantia deverá ter sua data de vencimento revalidada para a nova data contratual prevista.

Parágrafo Oitavo – Toda e qualquer garantia a ser apresentada responderá pelo cumprimento das obrigações da contratada eventualmente inadimplidas na vigência do contrato e da garantia, e não serão aceitas se o garantidor limitar o exercício do direito de execução ou cobrança ao prazo de vigência da garantia.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 546

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - Os atos praticados pela CONTRATADA, prejudiciais à execução do Contrato, sujeitam-na às seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CONTRATANTE, por período não superior a 2 (dois) anos;

Parágrafo Primeiro - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo, observadas as normas do Regulamento de Licitações do Banco do Brasil.

Parágrafo Segundo - A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de **10 (dez) dias úteis** a contar da intimação do ato.

Parágrafo Terceiro - Nos casos de aplicação das sanções de multa por inexecução total ou parcial do Contrato ou de suspensão temporária, caberá apresentação de recurso no prazo de **2 (dois) dias úteis** a contar da intimação do ato.

Parágrafo Quarto - Nos prazos de defesa prévia e recurso será aberta vista do processo à CONTRATADA.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - A advertência poderá ser aplicada quando ocorrer:

a) descumprimento das obrigações contratuais que não acarretem prejuízos para o CONTRATANTE;

b) execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços desde que sua gravidade não recomende a aplicação de multa e/ou suspensão temporária.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – Pelos dias que exceder os prazos limites para conclusão de cada uma das etapas previstas contratualmente, ficará a CONTRATADA sujeita, de pleno direito, à multa moratória de **0,1% (zero virgula um por cento)** ao dia, calculada sobre o valor da correspondente parcela e/ou serviços extraordinários, somado com o valor das parcelas anteriores do cronograma de desembolso.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA, todavia, não incorrerá na multa referida no "caput", caso ocorram prorrogações compensatórias formalmente concedidas pelo CONTRATANTE, por comprovado impedimento de execução dos trabalhos, efetuando-se, então, uma revisão dos cronogramas, em comum acordo pelas partes e tomando-se por base, daí por diante, os documentos atualizados resultantes. Por conseguinte, as multas moratórias aplicadas poderão ser restituídas à CONTRATADA, integral ou parcialmente, em função dos novos cronogramas, sem qualquer atualização/reajustamento do valor da multa originalmente aplicada.

Parágrafo Segundo – A soma das importâncias cobradas a título de multa moratória limitar-se-á ao equivalente a 10% (dez por cento) do valor do contrato, acrescido do preço de eventuais serviços extraordinários.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA multa por inexecução total ou parcial do Contrato correspondente a até 10% (dez por cento) do valor relativo às parcelas e/ou ao Serviço Extraordinário inadimplidos, conforme o caso.

Parágrafo Primeiro - Em caso de reincidência, o valor da multa estipulada no *caput* desta Cláusula será elevado em 1% (um por cento) a cada reincidência, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor correspondente às parcelas e/ou do Serviço Extraordinário inadimplidos, conforme o caso.

Parágrafo Segundo - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - Poderão ser aplicadas multas conforme graus e eventos descritos nas tabelas 1 e 2 a seguir:

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 547

Tabela 1 – Valores das multas por gravidade das infrações

Grau	Valor (R$)
1	200,00
2	300,00
3	500,00
4	700,00
5	2.500,00

Para os itens a seguir, quando a contratada deixar de:

Tabela 2 – Classificação das infrações por gravidade

Descrição	Grau
Apresentar a ART dos profissionais declarados na habilitação;	1
Apresentar a ART dos profissionais subcontratados, quando couber	1
Substituir profissional que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições	1
Substituir profissional que não demonstre capacidade técnica compatível com o objeto	1
Apresentar apólice de Seguro de Responsabilidade Civil no prazo determinado	4
Apresentar a identificação dos funcionários, uniforme e crachá	2
Manter a documentação de habilitação atualizada	2
Aplicar os materiais/insumos especificados	3
Cumprir determinação formal ou instrução complementar emitida via Ordem de Serviço pela CONTRATANTE; (por ocorrência)	3
Refazer serviço não aceito pela fiscalização, nos prazos estabelecidos no CONTRATO ou determinado pela fiscalização em Ordem de Serviço (por ocorrência)	3
Apresentar preposto	4
Fornecer os devidos equipamentos de proteção individual (EPI) aos funcionários (por ocorrência)	4
Subcontratar empresa/profissional sem a capacitação e/ou habilitação para a execução de serviços (Para ocorrências de criticidade URGENTE)	4
Manter o local de execução dos serviços limpos e organizados durante e após a realização dos trabalhos	4
Disponibilizar ferramental e equipamentos aos funcionários para realização dos serviços	4
Efetuar o pagamento de salários, vales-transportes, tiquetes-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do CONTRATO nas datas avençadas, (por profissional/mês, até a regularização da situação)	5
Subcontratar empresa/profissional sem autorização prévia da CONTRATANTE	5

Parágrafo Primeiro - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, e não terá caráter compensatório, assim como a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos ou refazer os serviços em desconformidade com as especificações técnicas.

Parágrafo Segundo - O somatório das multas aplicadas não poderá ultrapassar o percentual de 10% (dez por cento) do valor do contrato, acrescido do preço de eventuais serviços extraordinários.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - A multa aplicada à CONTRATADA e os prejuizos por ela causados ao CONTRATANTE serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados direta ou judicialmente.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - A suspensão temporária poderá ser aplicada quando ocorrer:

a) Apresentação de documentos falsos ou falsificados;

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 548

b) Reincidência de execução insatisfatória dos serviços contratados;

c) Atraso, injustificado, na execução/conclusão dos serviços, contrariando o disposto no Contrato;

d) Reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;

e) Irregularidades que ensejem a rescisão contratual;

f) Condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

g) Prática de atos ilícitos visando a execução do contrato;

h) Prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir a CONTRATADA idoneidade para contratar com o CONTRATANTE;

i) Inadimplemento, por parte da CONTRATADA, de obrigações trabalhistas e previdenciárias devidas aos seus empregados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – Adicionalmente, a CONTRATADA declara ter ciência de que as disposições contidas na Lei nº 12.846/2013 e na Lei nº 9.613/1998 se aplicam ao presente contrato, conforme Termo de Compromisso contido no **Documento nº 1** deste contrato.

MATRIZ DE RISCOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – Tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual, mediante a alocação de riscos à parte com maior capacidade para geri-los e absorvê-los, o CONTRATANTE e a CONTRATADA identificam os riscos decorrentes desta relação e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz constante do **Documento nº 12** deste Contrato.

Parágrafo Único - É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da CONTRATADA.

RESCISÃO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - A rescisão deste Contrato poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

a) Administrativamente, a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nas seguintes hipóteses:

I. Não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II. Cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

III. Lentidão do seu cumprimento, levando o CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra ou do serviço nos prazos estipulados;

IV. Atraso injustificado no início do serviço;

V. Paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE. Neste caso, a CONTRATADA responderá por eventual aumento de custos daí decorrentes e por perdas e danos que o CONTRATANTE, como consequência, venha a sofrer;

VI. Subcontratação total ou parcial do seu objeto, associação da CONTRATADA com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial, bem como fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;

VII. Desatendimento das determinações regulares do CONTRATANTE decorrentes do acompanhamento e fiscalização do Contrato;

VIII. Cometimento reiterado de faltas na execução do serviço;

IX. Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

X. Dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 349

XI. Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

XII. Razões de interesse do CONTRATANTE, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no dossiê do contrato;

XIII. Descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

XIV. Abandono do serviço, assim considerada, para os efeitos contratuais, a paralisação imotivada dos serviços por mais de 10 (dez) dias corridos;

XV. Colocação de empecilhos à realização de vistorias aos serviços contratados, pela FISCALIZAÇÃO;

XVI. Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

b) Amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada do CONTRATANTE, mediante aviso prévio, por escrito, com antecedência mínima de **90 (noventa) dias** ou de prazo menor, negociado pelas partes à época da rescisão;

c) Judicialmente, nos termos da legislação.

Parágrafo Primeiro – A rescisão também poderá ocorrer quando a CONTRATADA:

a) Não apresentar comprovante de garantia na forma da **Cláusula Trigésima Terceira** para o cumprimento das obrigações contratuais;

b) Motivar a suspensão dos serviços por parte de autoridades competentes. Neste caso, a CONTRATADA responderá por eventual aumento de custos daí decorrentes e por perdas e danos que o CONTRATANTE, como consequência, venha a sofrer;

c) Deixar de comprovar os requisitos de habilitação, inclusive os relativos à situação regular junto à Seguridade Social e os relativos à sua capacidade econômico-financeira.

d) For responsável por operações em curso anormal junto a qualquer agência do CONTRATANTE, desde que o endividamento venha a comprometer a execução do Contrato;

e) Vier a ser declarada inidônea pela União;

f) Vier a ser atingida por protesto de título, execução fiscal ou outros fatos que comprometam a sua capacidade econômico-financeira;

g) Utilizar em benefício próprio ou de terceiros informações sigilosas às quais tenha acesso por força de suas atribuições contratuais.

h) Praticar atos lesivos à Administração Pública Nacional ou Estrangeira;

i) For sancionada pela prática de ato tipificado no art. 5º, caput e incisos, da Lei nº 12.846, de 01.08.2013;

Parágrafo Segundo - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados.

Parágrafo Terceiro - As responsabilidades imputadas à CONTRATADA, por prejuízos decorrentes de ações delitivas perpetradas contra o CONTRATANTE, não cessam com a rescisão do contrato.

Parágrafo Quarto - A rescisão acarretará, de imediato:

a) Execução da garantia, para ressarcimento, ao CONTRATANTE, dos valores das multas aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações a ele devidas;

b) Retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 550

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - Fica eleito o foro da cidade de **Belo Horizonte (MG)** para dirimir as dúvidas oriundas do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por se acharem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2019.

BANCO:

BANCO DO BRASIL S.A.
CESUP COMPRAS E CONTRATAÇÕES SP
CNPJ. 00.000.000/5839-44

Marcos Cesar Coppini
Gerente de Setor
CPF 113.955.029-46
RG 10.377.329

Rubrica

Paulo Annuio Bonin
Gerente de Setor
CPF 580.470.119-15
RG 34.475.725 SSP/PR

Rubrica

PRESTADOR:

MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA
CNPJ: 05.926.726/0001-73

Matheus Rangel de Sa
Administrador
RG Nº 5736165 SSP-GO
CPF: 054.681.827-77

Rubrica

TESTEMUNHAS

Nome: ERIKA DE MAIO
CPF: CPF: 116.264.798-93

Nome: Cintia Okamori da Silva
CPF: CPF: 185.601.938-12

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 551

DOCUMENTO Nº 1 DO CONTRATO

MINUTA DE TERMO DE COMPROMISSO DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E COMBATE À CORRUPÇÃO.

A **MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**, inscrita no CNPJ nº **05.926.726/0001-73**, por intermédio de seu representante legal, o Sr. **MATHEUS RANGEL DE SA**, portador da Carteira de Identidade nº **5736165 SSP-GO** e do CPF nº **054.681.827-77** (e suas empresas controladas, coligadas ou as consorciadas), no âmbito deste contrato, declaram e se comprometem a:

I. Adotar boas práticas de preservação ambiental, protegendo o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais.

II. Não constar, esta empresa e seus sócios-diretores, em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores socioambientais, bem como não contratar pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

III. Repudiar condutas que possam caracterizar assédio de qualquer natureza.

IV. Combater práticas de exploração sexual de crianças e adolescentes.

V. Respeitar à Declaração Universal dos Direitos Humanos combatendo à discriminação em todas as suas formas.

VI. Reconhecer, aceitar e valorizar a diversidade do conjunto de pessoas que compõem a empresa.

VII. Obedecer e fazer com que seus empregados, representantes e fornecedores obedeçam a toda legislação, normas e regulamentos aplicáveis à condução dos projetos sociais.

VIII. Respeitar à livre associação sindical e direito à negociação coletiva.

IX. Cumprir a legislação trabalhista e previdenciária.

X. Disseminar práticas de responsabilidade socioambiental na cadeia de fornecedores.

XI. Criar ou reforçar, bem como manter, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas da empresa conheçam as leis a que estão vinculadas, em especial art. 299 do Código Penal Brasileiro, artigo 5º da Lei 12.846/2013, art. 90 da Lei 8.666/1993 e art. 1º da Lei 9.613/1998, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para o Banco do Brasil;

XII. Vedar que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício prometa, ofereça, comprometa-se a dar qualquer tipo de vantagem indevida, de forma direta ou indireta, a qualquer funcionário desta instituição financeira, ou a qualquer pessoa ou empresa em nome do Banco do Brasil.

XIII. Não financiar, custear, patrocinar ou subvencionar a prática dos atos ilícitos;

XIV. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vinculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários do Banco do Brasil;

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 652

XV. Não fraudar, tampouco manipular o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com o Banco do Brasil e não criar pessoa jurídica de modo fraudulento ou irregular para celebrar contrato administrativo;

XVI. Apoiar e colaborar com o Banco do Brasil e demais órgãos, entidades ou agentes públicos em qualquer apuração de suspeita de irregularidades e/ou violação da lei, refletidos nesta declaração, sempre em estrito respeito à legislação vigente.

E, ainda, declara que:

I - Tem ciência e se obriga a cumprir integralmente a Lei nº 12.846/2013, observados os atos considerados lesivos à administração pública relacionados no artigo 5º do respectivo normativo legal e a responsabilização e aplicação administrativa e civil que é atribuída à pessoa jurídica em razão do seu cometimento;

II - O conteúdo da proposta apresentada não foi informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

III- Tem ciência de que, conforme disposto no artigo 30 da Lei 12.846/2013, não se afasta o processo de responsabilização e aplicação das penalidades decorrentes de:

a) Ato de improbidade administrativa nos termos da Lei 8.429, de junho de 1992;

b) Atos ilícitos alcançados pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou outras normas de licitações e contratos da administração pública, inclusive no tocante ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC instituído pela Lei 12.462, de 4 de agosto de 2011; e

c) Atos que configurem prática de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores alcançados pela Lei nº 9.613/1998.

IV - Que o descumprimento dos itens XI a XVI ensejará penalidades de acordo com o art. 299 do Código Penal Brasileiro, artigo 5º da Lei 12.846/2013 e art. 90 da Lei 8.666/1993,

A empresa (controladas, coligadas ou consorciadas) está ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2019.

Matheus Rangel de Sa
Administrador
RG Nº 5736165 SSP-GO
CPF: 054.681.827-77

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 553

DOCUMENTO Nº 2 DO CONTRATO

MINUTA DO CERTIFICADO DE GARANTIA-MANUTENÇÃO

CERTIFICADO DE GARANTIA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA INTEGRAL DE PEÇAS E MÃO-DE-OBRA NO PRIMEIRO ANO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE PEÇAS E INTEGRAL DE MÃO-DE-OBRA NOS SEGUNDO E TERCEIRO ANOS VÁLIDOS PARA AS NOVAS INSTALAÇÕES DO SISTEMA DE ELEVAÇÃO E TRANSPORTE (SET) PARA AS DEPENDÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL S/A, EXECUTADO EM CONSONÂNCIA COM O CONTRATO DE 28/02/2019.

Por este CERTIFICADO, a empresa **MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**, CNPJ **05.926.726/0001-73**, estabelecida no **SAAN Quadra 02, nº 980, Parte "B" – CEP: 70.632-200 Brasília DF**, doravante denominada PRESTADORA, garante integralmente ao Banco do Brasil S.A., CNPJ 00.000.000/0001-91, doravante denominado BANCO, o pleno funcionamento dos equipamentos, instalações e demais componentes por ela executados/instalados em decorrência do contrato número 201974211227 de 28/02/2019, recebido provisoriamente nesta data.

2. O presente CERTIFICADO tem validade de 40 (quarenta) meses, contados a partir desta data, tendo por finalidade manter o Sistema de Elevação e Transporte (SET) funcionando de forma segura, eficiente e econômica.

3. Para a completa execução destes serviços, o presente CERTIFICADO foi registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), tendo como Responsável Técnico perante aquele Conselho o Eng. _____, cuja cópia da respectiva ART anexamos ao presente.

4. Para realização dos serviços, a PRESTADORA designará empregados seus, especializados e devidamente credenciados junto à administração do edifício, assumindo total responsabilidade pela disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho.

5. A PRESTADORA se obriga a exigir que seus empregados, durante o período que permanecerem nas dependências do BANCO, trajem uniforme adequado e completo, portem crachá de identificação por ela subscrito, onde constará, além da razão social, o nome do servidor, seu número de registro na empresa e o respectivo horário de trabalho.

6. O presente CERTIFICADO, prevê a Garantia e Manutenção Preventiva e Corretiva Integral de Peças e Mão-de-Obra no primeiro ano e Manutenção Preventiva e Corretiva de Peças e Integral de Mão-de-Obra nos Segundo e Terceiro anos da dependência constante do lote único do processo.

7. A PRESTADORA atenderá a todos os chamados para correção de problemas, dentro do prazo máximo de 48 horas, executando todos os serviços necessários, substituindo peças e demais componentes, efetuando ajustes, para o perfeito funcionamento do equipamento, sem ônus para o BANCO. Após o atendimento, a PRESTADORA deverá deixar com a administração do edifício, relatório de ocorrência, onde constem os problemas verificados e as providências adotadas.

   O Fabricante/Instalador, executante da Obra de Instalação/Substituição deverá ainda assegurar a plena satisfação das chamadas extraordinárias requeridas em razão de defeitos e embaraços ocorridos no aparelho de transporte existente ou no novo equipamento, sem ônus para o BANCO.

   Os tempos para atendimento às chamadas extraordinárias são:

   - **Pane (parada) do elevador sem passageiro preso: 04 (quatro) horas;**
   - **Pane (parada) do elevador com passageiro preso na cabine: 01 (uma) hora.**

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 554

7.1 Obriga-se a PRESTADORA, a manter em estoque, uma quantidade adequada de peças e componentes, de modo a garantir o pronto restabelecimento do funcionamento dos elevadores.

8. O presente CERTIFICADO inclui a realização de Serviços preventivos, conforme a seguir:

8.1 SERVIÇOS MENSAIS

8.1.1. LEITURAS - Medir e Anotar:

- Tensão de alimentação do quadro geral de distribuição
- Tensão entre fases do motor da máquina de tração (CA)
- Correntes da máquina de tração (em regime)

8.1.2. VERIFICAR E CORRIGIR:

- Lâmpadas, reatores, ventilador da cabine, exaustores da casa de máquinas, iluminação de emergência e respectivas baterias, sistema de comunicação (interfone), Circuito Fechado de TV (CFTV), Portas pantográficas, soleiras etc.
- Programação de funcionamento dos carros
- Temperatura da Casa de Máquinas
- Indicação de lotação no interior da cabina
- Informar a eventual existência de infiltrações
- Limpeza da casa de máquinas
- Desgaste de cabos de aço
- Chaves e fusíveis da casa de máquinas
- Freios (acionamento e desgaste das lonas e sapatas)
- Desgaste de todas as polias (tração, regulador de velocidade, desvio, etc.)
- Nivelamento das Cabinas nos pavimentos
- Cabos de tração (fixação e desgaste)

8.2. SERVIÇOS BIMESTRAIS

Executar todos os serviços mensais descritos e mais os seguintes:

8.2.1. VERIFICAR E CORRIGIR:

- Coroa e sem-fim
- Motor de tração
- Regulador de velocidade
- Teto da cabina
- Corrediças da cabina e contrapeso
- Aparelho de segurança
- Chaves de indução - Placas ou Emissor/Receptor

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 555

- Guias e braquetes
- Correntes ou cabos de compensação
- Portas, carrinhos e dispositivos de arraste
- Para-Choques
- Poço (limpeza e secagem)
- Desgaste das escovas da máquina de tração

8.2.2. LIMPAR E LUBRIFICAR

- Máquina de tração e desvio, freio, polia de tração e desvio, regulador de velocidade, operador de portas, portas da cabina, réguas de segurança, corrediças, contrapeso, guias e braquetes, limites de curso e polia reguladora de velocidade e/ou compensação.

8.3. SERVIÇOS SEMESTRAIS

Executar todos os serviços bimestrais descritos e mais os seguintes:

8.3.1. LEITURAS - Medir e Anotar:

- Resistências de isolamento do motor da máquina de tração.

8.4. EM TODAS AS VISITAS REALIZADAS

- Anotar na "Ficha Histórico de Equipamento" as peças porventura trocadas durante estes serviços.

- Preencher relatório dos serviços executados.

- Entregar cópia do relatório à Administração do edifício;

9. Tanto os serviços corretivos quanto os preventivos serão realizados no período de 08:00 às 18:00 horas dos dias úteis e, EXCEPCIONALMENTE, em horários e dias distintos destes, para normalização inadiável do funcionamento do SET.

10. A PRESTADORA deverá fornecer e afixar, em cada cabina dos elevadores, plaqueta acrílica ou etiqueta contendo a sua razão social, endereço, telefone, fax, etc.

11. O não atendimento do chamado no lapso de tempo mencionado, sem uma justificativa aceita pelo BANCO, poderá implicar na aplicação à PRESTADORA, de uma das sanções previstas no parágrafo 19, adiante.

12. Será de inteira responsabilidade da PRESTADORA o cumprimento das normas regulamentares da "Segurança e Medicina do Trabalho" cabíveis, bem como, se for o caso, a obrigação de organizar "Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA."

13. A PRESTADORA se obriga a substituir, mediante solicitação formal e a critério do BANCO, qualquer de seus empregados designado para executar as tarefas correspondentes a este Certificado, que não esteja correspondendo aos padrões estabelecidos pelo BANCO. A PRESTADORA terá o prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, a contar da data da solicitação, para proceder à troca, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

14. O BANCO poderá, na forma que julgar conveniente, exercer ampla fiscalização para o fiel cumprimento das condições estipuladas neste Certificado de Garantia e Manutenção Preventiva e Corretiva Integral de Peças e Mão-de-Obra no primeiro ano e Manutenção Preventiva e Corretiva de Peças e Integral de Mão-de-Obra nos Segundo e Terceiro anos.

15. Qualquer reclamação sobre a inexecução ou deficiente execução dos serviços ora garantidos deverá ser feita pelo BANCO à PRESTADORA, por escrito, e a esta entregue mediante protocolo. O

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 556

não atendimento aos termos da reclamação a que alude esta cláusula, dentro de **05 (cinco) dias úteis** a contar da data da entrega da reclamação, facultará a aplicação das sanções previstas na lei 13.303/2016, no Código de Defesa do Consumidor e no Código Civil Brasileiro.

16. A PRESTADORA responderá pecuniariamente por danos e/ou prejuízos que forem causados ao BANCO, ou a terceiros, decorrentes de falha dos serviços garantidos, inclusive os motivados por greves ou atos dolosos de seus empregados. Assume a PRESTADORA, nesse caso, a obrigação de efetuar a respectiva indenização até o **5º (quinto) dia útil** após a comunicação, que lhe deverá ser feita por escrito.

17. A PRESTADORA se obriga a informar ao BANCO, no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa.

18. Na hipótese de fusão, cisão, incorporação ou associação da PRESTADORA com outrem, o presente CERTIFICADO será automaticamente assumida pela nova empresa resultante.

19. Os atos praticados pela PRESTADORA, prejudiciais à execução do contrato, sujeitam-na às seguintes sanções:

    a) advertência;

    b) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Banco e suas subsidiárias, por período não superior a 2 (dois) anos;

    c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20. A PRESTADORA se obriga atualizar todos os desenhos, diagramas, esquemas, programas e manuais, em função de alterações, inclusões ou modernizações ocorridas em equipamentos ou componentes, ao longo do prazo deste CERTIFICADO.

21. Os serviços abrangidos pelo presente CERTIFICADO serão obrigatoriamente executados por profissionais da PRESTADORA. Em nenhuma hipótese serão delegados, cedidos ou transferidos a terceiros, salvo nas situações previstas no parágrafo 18 deste Certificado.

22. O presente CERTIFICADO não abrange problemas decorrentes de atos de vandalismo ou de uso comprovadamente inadequado.

23. Para cumprimento da Norma Regulamentadora NR 10, do Ministério do Trabalho e Emprego, a Contratada deverá, no que couber:

    a. Preencher a Análise de Riscos para cada atividade que envolva interação, direta ou indireta, com as instalações elétricas, a exemplo do modelo constante neste Documento;
    b. Relacionar as vestimentas de trabalho contemplando a condutibilidade, inflamabilidade e influências eletromagnéticas, dimensionadas de acordo com os níveis de energia do arco elétrico dos ambientes de trabalho, conforme normas técnicas oficiais estabelecidas pelos órgãos competentes e, na ausência ou omissão destas, as normas internacionais cabíveis, a exemplo da norma NFPA 70E/2004;
    c. Elaborar Procedimentos de Trabalho, inclusive limpeza, instruções técnicas e administrativas de segurança e saúde, relacionadas à NR-10 (zonas controladas e de riscos), descrição das medidas de controle existentes, assinados por profissional habilitado e autorizado da empresa contratada, contendo no mínimo para cada passo da tarefa: riscos, formas de controle e prevenção, EPI (equipamentos de proteção individual), EPC (equipamentos de proteção coletiva), ferramentas e tempo de cada tarefa, a exemplo do modelo constante neste Documento nº 02;
    d. Elaborar plano de emergência, contendo no mínimo: relação de trabalhadores aptos a executar o resgate e prestar primeiros socorros, métodos de resgate padronizados, operação de

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 557

equipamentos de prevenção e combate à incêndio, acionamento dos serviços de emergência do poder público ou privado, assim como os meios adequados à sua aplicação;

e. Utilizar dispositivos de isolação para as partes vivas: obstáculos, barreiras, sinalização de segurança e bloqueio, assim como o ajuste do desligamento automático, conforme disposto na NR-10;
f. Nomear profissional autorizado para supervisionar os serviços que interajam direta ou indiretamente nas instalações elétricas;
g. Atualizar permanente do Prontuário das Instalações Elétricas da edificação, relativa aos serviços objeto do contrato.

LOCAL E DATA

_____

(CARIMBO E ASSINATURA)

RECONHECER FIRMA E REGISTRAR ESTE CERTIFICADO NO CREA
ANEXAR ART DO PROFISSIONAL RESPONSÁVEL

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 558

MODELO: PROCEDIMENTOS DE TRABALHO – NR 10

EMPRESA:	
ATIVIDADE:	
EXECUTORES:	
RESPONSÁVEL:	

OBJETIVO: **CAMPO DE APLICAÇÃO:**	**TERMILOGIA (SIGNIFICADO):**

PASSO A PASSO

MÉTODO: PASSO A PASSO

TAREFA:

1º Passo	Riscos	Formas de controle e prevenção	EPI's	EPC's/Ferramentas	Tempo
OBS.:					

PASSO A PASSO (continuação)

MÉTODO: PASSO A PASSO

TAREFA:

2º Passo	Riscos	Formas de controle e prevenção	EPI's	EPC's/Ferramentas	Tempo
OBS.:					

ERGONÔMICO	HIGIENE OCUPACIONAL
a) Levantamento e transporte manual de peso: b) Equipamento: c) Condições Ambientais: d) Organização do Trabalho:	a) Físico: b) Químico: c) Biológico:

DATA:	
RESPONSÁVEL:	

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 559

MODELO: ANÁLISE DE RISCOS – NR 10

	Ações de Melhoria					Indicadores			
	Atividade	Riscos Percebidos	Avaliação	Detalhamento	Responsável	Início	Fim	Descrição	Fórmula
1	Manutenção da subestação de entrada	Chaveamento da seccionada de alta com circuito energizado	Inaceitável	Verificação do desligamento realizado pela concessionária e aterramento do circuito desenergizado	Nome do engenheiro responsável técnico				
2									
3									
4									
5									
6									

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 560

DOCUMENTO Nº 3 DO CONTRATO

RELAÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES NÃO COBERTOS EM GARANTIA (durante toda execução do contrato – 40 meses)

Elevadores:

- Revestimento das cabinas, piso, teto, lateral e portas;
- Reator;
- Lâmpadas;
- Soleiras

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 561

DOCUMENTO Nº 4 DO CONTRATO

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ELEVADOR DO PREDIO DA AGÊNCIA 1507 - SIA TRECHO 2, SITUADO À SIA TRECHO 2, LOTE 365, Z. INDUSTRIAL (GUARÁ) - CEP: 71.200-027 – BRASÍLIA/DF

BANCO DO BRASIL S.A. recebe provisoriamente MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA o novo sistema de elevação e transporte do prédio da **Agência 1507 - SIA Trecho 2**, encomendado, nos termos do contrato 201974211227 de 28.02.2019.

O recebimento provisório tem em vista, precipuamente, fixar o termo final dos serviços empreitados, como também estabelecer o termo inicial do prazo de **60 (sessenta) dias**, dentro do qual está obrigada a Contratada a fazer a correção de todos os defeitos e imperfeições anotados pelo Proprietário, bem como os que vierem a ocorrer no período retro citado, consoante **Cláusula Quinta** do contrato.

Também, a partir desta data, inicia-se a contagem do prazo da GARANTIA INTEGRAL DO EQUIPAMENTO, conforme preceituado na **Cláusula Quarta** do contrato.

E, para constar, fez-se o presente termo de recebimento provisório, assinado pelas partes contratantes, Banco e Contratada, no original e mais duas vias, de igual teor, uma delas destinada à Contratada.

Local e data

BANCO DO BRASIL S.A.
(Carimbo e assinatura do técnico do BB responsável)

.....(nome da Contratada)

(Responsáveis e respectivos cargos)

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 162

DOCUMENTO Nº 5 DO CONTRATO

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DO SISTEMA DE ELEVAÇÃO E TRANSPORTE DO PRÉDIO DA AGÊNCIA 1507 - SIA TRECHO 2, SITUADO À SIA TRECHO 2, LOTE 365, Z. INDUSTRIAL (GUARÁ) - CEP: 71.200-027 – BRASÍLIA/DF

BANCO DO BRASIL S.A. recebe definitivamente de MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, pronto e acabado, sem defeitos e imperfeições visíveis, o novo sistema de elevação e transporte do prédio da **Agência 1507 - SIA Trecho 2**, encomendada nos termos do contrato 201974211227 de 28.02.2019, caracterizado pelos seguintes elementos:

Regime da obra: Empreitada por Preço Global (material e mão-de-obra)
Prazo contratual: ..... dias corridos
Prazo de execução: ..... dias corridos
Data do recebimento provisório: ...../...../.....
Elevadores (unidades):
Elevadores (número de paradas):

Contar-se-á a partir da presente data o prazo pela qual responderá a Contratada pela solidez e segurança da obra executada (Código Civil, art. 1.245).

Para todos os efeitos, considera-se extinta a empreitada de DD.MM.AAAA, dando-se as partes ampla, geral, irrevogável e reciproca quitação de todos os direitos decorrentes do contrato de empreitada, para nada mais reclamar uma da outra, agora ou de futuro, em juízo ou fora dele, certo de que a quitação ora outorgada tem força de TRANSACAO DE DIREITOS (Código Civil/2002, art. 840 e seg.). Nada obstante a extinção da empreitada, permanecem em vigor as obrigações da Contratada no tocante ao contido no Certificado de Garantia Integral do Equipamento Instalado, entregue ao Banco do Brasil por ocasião da assinatura do Termo de Recebimento Provisório.

A fim de que o recebimento definitivo se prove e produza seus efeitos regulares, fez-se o presente termo, assinado pelas partes contratantes, Banco e Contratada, no original e mais duas vias, uma delas destinada à Construtora.

Local e data

BANCO DO BRASIL S.A.
(Carimbo e assinatura do técnico do BB responsável)

.....(nome da construtora)

(Responsáveis e respectivos cargos)

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.0177537 pg. 563

DOCUMENTO Nº 6 DO CONTRATO

RELATÓRIO DE MANUTENÇÃO

Dependência: _____

Mantenedora: _____

Tipo de Contrato : ( ) MANUTENÇÃO ( ) CONSERVAÇÃO

Tipo de Atendimento: ( ) MP ( ) CE (Marcar uma ou mais opções)

Chegada: Data: ...../...../..... Hora:.....:..... Saída: Data: ...../...../..... Hora: .....

Problemas observados

N.º Equipamento	Defeito	

Peças / materiais aplicados

N.º Equipamento	Peça / Material	Marca	Modelo	Qtd

Pendências existentes

N.º Equipamento	Defeito que deverá ser eliminado numa próxima manutenção	

PARECER DO RESPONSÁVEL TÉCNICO DA MANTENEDORA
Os serviços foram integralmente executados conforme estabelecidos em contrato.

Local e Data

Responsável Técnico
Carimbo - Num./Visto do CREA

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 564

DOCUMENTO Nº 6- A DO CONTRATO

RELATÓRIO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

Logomarca, endereço e telefone da empresa					
Empresa:		CNPJ:		Contrato Nº:	

Informações do ponto de atendimento		
Prefixo	SB	Nome da Dependência

Tipo de Manutenção Preventiva		
Mensal	Bimestral	Semestral

Período da realização dos trabalhos	Data	Hora
Início		
Conclusão		

Equipe	Eletricista	Mecânico	Engenheiro
Nome			
Visto			

Relação de Equipamentos

Nº Equip	Identificação					Equipamento Funcionando? Sim/Não
	Fabricante	Modelo	Tipo (Elevador/Plataforma/)	Capacidade (Kgf)	Nº de Série	
1						
2						
3						
.						
.						

Peças e materiais utilizados durante a manutenção preventiva

Nº Equip	Quantidade	Unidade	Descrição
1			
2			
3			
.			
.			

Observações / Parecer do Responsável Técnico da Contratada

Os serviços foram integralmente executados conforme relação de serviços de manutenção periódica

Habilitação Eletrônica 2018/04677(7421) - SEI 6000...

AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DA DEPENDÊNCIA

PREENCHIMENTO A CARGO DA DEPENDÊNCIA

	Data:	Hora
Início dos trabalhos:		
Conclusão dos trabalhos:		

Descrição	Sim	Não	NA
Os técnicos da Contratada estão portando uniforme completo (calça, camisa e bota)?			
Os técnicos da Contratada apresentaram documento de identidade e crachá da empresa?			
As peças e materiais substituídos foram deixados na dependência à disposição do BB?			
Os técnicos da Contratada registraram a execução da manutenção na Ficha Histórico dos Equipamentos?			
Os ambientes por onde transitaram os técnicos estão nas mesmas condições de limpeza e organização de antes?			
Os técnicos da Contratada retiraram da instalação os materiais de consumo?			

Observações / Parecer da Dependência

Local e Data

Carimbo e Assinatura da dependência

Instruções de preenchimento à Dependência:

1. Assinar a primeira página no campo específico e preencher os campos do verso deste documento, quando ocorrerem as visitas dos técnicos da Contratada;
2. É obrigatória a assinatura e preenchimento das datas pela administração da dependência para acompanhamento das metas estabelecidas com a empresa contratada.

Instruções de preenchimento da Contratada

1. O profissional, quando das visitas ao cliente, deverá portar o presente documento impresso em 3 vias;
2. Quando o equipamento não estiver em perfeito funcionamento o RT deverá justificar o ocorrido no campo "Observações /Parecer do RT" para análise técnica da fiscalização do Banco.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 566

DOCUMENTO Nº 6- B DO CONTRATO

RELATÓRIO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA – CHAMADO EXTRAORDINÁRIO - CE

Logomarca, endereço e telefone da empresa					
Empresa:		CNPJ:		Contrato Nº:	

Informações do ponto de atendimento			Dados de abertura da Ordem de Serviço (OS) Corretiva			Data e hora da conclusão da OS	
Prefixo	SB	Nome da Dependência	Nº da OS	Data	Hora	Data	Hora

Equipe	Eletricista	Mecânico	Engenheiro
Nome			
Visto			

Identificação dos Equipamentos da OS						
Nº Equip	Fabricante	Modelo	Tipo (Elevador/Plataforma)	Capacidade (Kgf)	Nº de Série	Observações
1						
2						
3						
.						
.						

Nº Equip	Descrição dos Defeitos ou Falhas	Ações tomadas(Reparos realizados)	Peças e Materiais utilizados			Funcionamento Restabelecido? Sim/Não
			Descrição	Unidade	Quantidade	
1						
2						
3						
.						
.						

Observações / Parecer do Responsável Técnico da Contratada

Carimbo e Assinatura da dependência

Carimbo e Assinatura do Responsável Técnico/CREA

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 567

AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO DA DEPENDÊNCIA

PREENCHIMENTO A CARGO DA DEPENDÊNCIA

	Data:	Hora
Início dos trabalhos:		
Conclusão dos trabalhos:		

Descrição:	Sim	Não	NA
Os técnicos da Contratada estão portando uniforme completo (calça, camisa e bota)?			
Os técnicos da Contratada apresentaram documento de identidade e crachá da empresa?			
As peças e materiais substituídos foram deixados na dependência à disposição do BB?			
Os técnicos da Contratada registraram a execução da manutenção na Ficha Histórico dos Equipamentos?			
Os ambientes por onde transitaram os técnicos estão nas mesmas condições de limpeza e organização de antes?			
Os técnicos da Contratada retiraram da instalação os materiais de consumo?			

Observações / Parecer da Dependência

Local e Data

Carimbo e Assinatura da dependência

Instruções de preenchimento à Dependência:
1. Assinar a primeira página no campo específico e preencher os campos do verso deste documento, quando ocorrerem as visitas dos técnicos da Contratada;
2. É obrigatória a assinatura e preenchimento das datas pela administração da dependência para acompanhamento das metas estabelecidas com a empresa contratada.

Instruções de preenchimento da Contratada
1. O profissional, quando das visitas ao cliente, deverá portar o presente documento impresso em 3 vias;
2.Quando o funcionamento do equipamento não for reestabelecido no prazo contratual o RT deverá justificar o ocorrido no campo "Observações /Parecer do RT" para análise técnica da fiscalização do Banco.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 568

DOCUMENTO Nº 7 DO CONTRATO

FICHA HISTÓRICO DOS EQUIPAMENTOS

EQUIPAMENTO TIPO:	LOCAL:	NÚMERO:

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS:

DATA	SP	CORR	INTERVENÇÕES EFETUADAS

LEGENDA:

SP : SERVIÇO PREVENTIVO

CORR : SERVIÇO CORRETIVO

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 569

DOCUMENTO Nº 8 DO CONTRATO

CRONOGRAMA MANUTENÇÕES PREVENTIVAS

PREFIXO	SB	DEPENDÊNCIA	1º MÊS	2º MÊS	3º MÊS	4º MÊS	5º MÊS	6º MÊS

Legenda: **M** - Manutenção Mensal
B - Manutenção Bimensal
S - Manutenção Semestral

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 570

DOCUMENTO Nº 9 DO CONTRATO

PLANILHA DE CADASTRO DE EQUIPAMENTOS

Empresa				Contrato				Data		
Prefixo	SB	Nome da Dependência	Fabricante	Modelo	Tipo	Capacidade		Nº de Paradas	Velocidade (m/s)	Percurso (m)
						Passageiro	Carga (kgf)			
1										
2										
3										
n										

O Cadastro de Equipamentos, existentes e novos, deve ser levantado na primeira vistoria de cada dependência e sempre atualizado a cada vistoria quando constatadas alterações.

Orientações para preenchimento da tabela:

1) Dependência: deve ser utilizado o prefixo/sb e nome da dependência constante do Contrato.
2) O Modelo do fabricante, se houver
3) O tipo deve ser escolhido entre uma das opções abaixo:

- Elevador de Passageiros
- Elevador de Uso Restrito
- Monta-Carga
- Plataforma Elevatória
- Plataforma Elevatória Cabinada
- Plataforma Elevatória Meia-Cabine
- Plataforma Elevatória Inclinada

Responsável Técnico Contratada/CREA

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 571

DOCUMENTO Nº 10 DO CONTRATO

TERMO DE COMPROMISSO COM O SIGILO DA INFORMAÇÃO

Eu, _____, portador do documento de identidade nº _____, expedido pela _____, CPF nº _____, pelo presente Termo, assumo perante a empresa (prestadora de serviços) _____ o compromisso de manutenção de sigilo sobre as informações a que tenha acesso ou conhecimento no âmbito do Banco do Brasil em razão das atividades profissionais a serem realizadas em decorrência do contrato de trabalho _____, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa.

Comprometo-me a não divulgá-las ou comentá-las interna ou externamente e cumprir as condutas adequadas contra destruição, modificação, reprodução, divulgação e acesso indevidos, seja acidental ou intencionalmente, nos termos da Política de Segurança da Informação e de acordo com os Critérios para Tratamento da Informação Corporativa do Banco do Brasil, expressos no Portal PSI (*www.bb.com.br/psi*).

Estou ciente que este Termo refere-se a todas as informações do Banco - dados, processos, informações, documentos e materiais - seja qual for o meio ou suporte através do qual seja materializada ou compartilhada: escrita em papel ou nos sistemas eletrônicos, falada em conversas formais e informais, disseminada nos meios de comunicação internos como reuniões, televisão etc., e que estejam protegidas por lei, como sigilo fiscal, bancário, de operações e serviços no mercado de capitais, comercial, empresarial, profissional, industrial e segredo de justiça.

Este compromisso permanece mesmo após a extinção do contrato de trabalho com a empresa prestadora de serviços.

Declaro que o Banco tem minha permissão prévia para acesso e monitoramento do ambiente de trabalho.

Local e Data

Empresa:

Identificação do contrato de trabalho:

Nome: _____

CPF: _____ RG: _____

_____
Assinatura do Usuário

Autorizado por: (preposto da empresa prestadora do serviço)
Cargo:

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 572

DOCUMENTO Nº 11 DO CONTRATO

FORMULÁRIO CTR – CONTROLE DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS

GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL EM SERVIÇOS REALIZADOS NO BANCO DO BRASIL

Este documento, emitido em três vias (gerador, transportador e destinatário), deve ser preenchido pela Construtora com a descrição dos dados a seguir:

TRANSPORTADOR:

Identificação (Nome e CPF/Razão social e CNPJ):
Inscrição Municipal:
Licenciado pela Prefeitura? ( ) SIM ( ) NÃO, justificativas:

GERADOR/ORIGEM:

Razão social e CNPJ (empresa construtora):
Endereço da retirada:

DESTINATÁRIO:

Identificação (Nome e CPF/Razão social e CNPJ):

ENDEREÇO DO DESTINO:

CLASSES DE RESÍDUOS TRANSPORTADOS COM VOLUMES EM METROS CÚBICOS:

( ) ___m^3 CLASSE A (solos provenientes de terraplanagem, tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento, argamassa e concreto, peças pré-moldadas em concreto como blocos, tubos, meios fios produzidas nos locais de prestação dos serviços)

( ) ___m^3 CLASSE B (resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras e outros)

( ) ___m^3 CLASSE C (resíduos que não permitam reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso).

( ) ___m^3 CLASSE D (resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros, ou aqueles contaminados oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outro produto nocivo à saúde).

DESCRIÇÃO DO MATERIAL PREDOMINANTE:

— Solo;
— Material asfáltico;
— Madeira;
— Concreto/argamassas/alvenaria;
— Volumosos (incluindo podas);
— Outros (especificar):

DATA:

Assinatura do transportador:

Assinatura da área de transbordo e triagem

Assinatura da área de destinação de resíduos

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 573

DOCUMENTO Nº 12 DO CONTRATO

MATRIZ DE RISCOS

CATEGORIA DO RISCO	DESCRIÇÃO	CONSEQUÊNCIA	ALOCAÇÃO DO RISCO
Risco atinente ao Tempo da Execução	Atraso na execução do objeto contratual por culpa do Contratado.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato que não estejam na sua álea ordinária, tais como fatos do príncipe.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Contratante
Risco da Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado.	Contratado
	Variação da taxa de câmbio.	Aumento ou diminuição do custo do produto e/ou do serviço.	Contratado
	Elevação dos custos operacionais para o desenvolvimento da atividade empresarial em geral e para a execução do objeto em particular, tais como aumento de preço de insumos, prestadores de serviço e mão de obra.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Contratante
Riscos Trabalhistas e Previdenciários	Responsabilização do BB por verbas trabalhistas e previdenciárias dos profissionais do Contratado alocados na execução do objeto contratual.	Geração de Custos trabalhistas e/ou previdenciários para o BB, além de eventuais honorários advocatícios, multas e verbas sucumbenciais.	Contratado
Risco Tributário e Fiscal (Não Tributário).	Responsabilização do BB por recolhimento indevido em valor menor ou maior que o necessário, ou ainda de ausência de recolhimento, quando devido, sem que haja culpa do BB.	Débito ou crédito tributário ou fiscal (não tributário).	Contratado

Conferido
Cesar Augusto Regina
Assistente Operacional Jr.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 574

Orona

CONTRATO MASTER DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

Nº CONTRATO: 11322003 **DATA:** 23/08/2019

RESPONSÁVEL: Marcelo Luiz Statzner **VERSÃO:** 2

FONE: 99338-8105 **E-MAIL:** mluiz@orona.com.br

1) DAS PARTES:

i. Por este instrumento, e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas:

CONTRATANTE		DESTINATÁRIO DO SERVIÇO	
NOME DA EMPRESA:	CONDOMINIO DO EMPREENDIMENTO MAX HOME E MALL	**EDIFÍCIO - DENOMINAÇÃO:**	CONDOMINIO DO EMPREENDIMENTO MAX HOME E MALL
CNPJ / CPF:	21082021000173	**CNPJ / CPF:**	21082021000173
INSC. ESTADUAL:	ISENTO	**ENDEREÇO SERVIÇO:**	RUA 7 0
CONTR. ICMS:	NAO CONTRIBUINTE	**CIDADE / UF:**	BRASILIA - DF
ENDEREÇO:	RUA 7 0	**CEP:**	71908180
CEP:	71908180	**BAIRRO:**	NORTE (AGUAS CLARAS)
CIDADE/UF:	BRASILIA - DF	**(Preencher em caso de diferença do endereço do Cliente e o endereço para Cobrança)**	
BAIRRO:	NORTE (AGUAS CLARAS)	**END. COBRANÇA:**	
PESSOA DE CONTATO:	SR WELINGTON	**CIDADE / UF:**	-
EMAIL:	condominiomaxhomemall@gmail.com	**CEP:**	
FONE:	(61) 3797-8417	**BAIRRO:**	

CONTRATADA			
CONTRATADA:	MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA		
CNPJ / CPF:	05926726000173	**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**	0744935800111
ENDEREÇO:	SAAN QUADRA 2 LOTE, 980, - SAAN		
CIDADE / UF:	BRASILIA - DF	**CEP:**	70632200
EMAIL:	comercialbsb@orona.com.br	**FONE:**	6133634200

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Técnica, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições de pagamento descritas no presente.

Cláusula I. O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e a assistência técnica pela **CONTRATADA** em equipamento (s) o(s) qual(is) compõe(m) o sistema de transporte vertical da(o) **CONTRATANTE** a seguir descrito(s):

Assinatura Cliente

Assinatura Orona AMS

28 AGO. 2019
COMERCIAL

Scanned by CamScanner

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS								
ID	Descrição	Marca	Segmento	Vel. m/s	Qtd. Pessoas	KG	Paradas	Preço (Mês) R$
63204	Social 1 Bloco A	OTIS	SOCIAL	1,6	8	630	22	326,55
63205	Serviço 1 Bloco A	OTIS	SERVICO	1,6	8	630	22	336,04
63206	Social 2 Bloco A	OTIS	SOCIAL	1,6	8	630	22	326,55
63207	Serviço 2 Bloco A	OTIS	SERVICO	1,6	8	630	22	336,04
63208	Social 1 Bloco B	OTIS	SOCIAL	1,75	12	925	29	452,92
63209	Serviço 1 Bloco B	OTIS	SERVICO	1,75	12	925	29	462,41
63211	Social 2 Bloco B	OTIS	SOCIAL	1,75	12	925	29	452,92
63212	Serviço 2 Bloco B	OTIS	SERVICO	1,75	12	925	29	462,40

2) DAS CONDIÇÕES FINANCEIRAS (PROPOSTA ECONÔMICA)

Cláusula II. Ficam estabelecidas as seguintes condições contratuais de preço, vigência, forma de pagamento, horário de atendimento e observações:

Valor Total Mensal:	R$ 3.155,83 (Três mil, cento e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos)
Vigência:	**12** Meses De: 01/09/2019 a 31/08/2020
Dia do Pagamento:	13
Opção de Pagamento:	BOLETO MANUTENCAO
Manutenção Preventiva:	Das 08:00 h às 18:00 h, de segunda a sexta-feira (exceto feriados)
Manutenção Corretiva (Chamados):	Das 08:00 h às 22:00 h, todos os dias da semana
Emergência:	**24 Horas, todos os dias da semana**
Central de Atendimento:	6133634200
Plantão 24 Horas:	4007 2088 (Capital) 0800 607 2088 (Interior)

Observações: O contratante ficará isento do pagamento da(s) mensalidade(s) do(s) primeiro(s) 3 (três) mês(es) de vigência deste contrato.

O prazo de Validade desta PROPOSTA - CONTRATO é de 30 (trinta) dias a contar da data da apresentação.

3) DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

Cláusula III. O **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** pelos Serviços prestados, a importância mensal descrita na Clausula II, bem como a eventual aplicação de peças e/ou serviços não incluídos neste contrato.

Cláusula IV. Os preços estabelecidos neste instrumento serão reajustados a cada 12 (doze) meses ou na menor periodicidade que a legislação permitir, com base na variação do IGP-DI, Coluna II, da Fundação Getúlio Vargas, tomando-se como índice inicial o vigorante 30 (trinta) dias antes da data de início deste Contrato e, como índice final, o correspondente ao mês anterior ao vencimento do Contrato.

Scanned by CamScanner

Cláusula V. Ocorrendo atraso no pagamento de quaisquer valores devidos à **CONTRATADA**, estes ficarão sujeitos aos seguintes acréscimos: atualização monetária com base no IGP-DI, juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor atualizado monetariamente e multa moratória diária de 0,05% (cinco centésimos por cento), limitada a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor principal corrigido e acrescido dos juros.

Cláusula VI. No caso de extinção ou substituição, por qualquer razão, do índice IGP, utilizar-se-á, imediatamente, o índice substituto para efeito de cálculos de reajuste.

4) DO COMPROMISSO ORONA AMG ELEVADORES

Cláusula VII.

A **CONTRATADA** através de sua Equipe Técnica, assegura ao(a) **CONTRATANTE**:

1. Equipe Técnica: Composta de engenheiros e técnicos especializados, uniformizados e devidamente identificados.
2. Manutenção Preventiva: Prestar, de acordo com o horário de atendimento acordado no presente contrato, mensalmente, as rotinas de Manutenção Preventiva, limpezas, lubrificações e ajustes, conforme plano de manutenção planejada, específico para cada equipamento pertencente ao sistema de transporte vertical da(o) **CONTRATANTE**.
3. Manutenção Corretiva: Realizar, conquanto zelo que lhe é peculiar, todos e quaisquer serviços de manutenção corretiva decorrentes de eventual(is) falha(s) no(s) equipamento(s), necessários ao pronto restabelecimento de seu(s) funcionamento(s) sem a necessidade de troca de peças;
4. Chamado de Emergência: Realizar, em todos os dias da semana e em qualquer horário, o atendimento emergencial, o qual consiste, tão-somente, na retirada de passageiros presos na cabina, bem assim na hipótese de ocorrência de acidentes.
5. CAC – Centro de Atendimento ao Cliente: A CONTRATADA disponibiliza uma Central de Atendimento (Call Center) para registro dos chamados e acionamento da Assistência Técnica 24 horas por dia, 7 dias por semana; inclusive domingos e feriados.
6. Qualidade de Peças e Componentes: Orona AMG garante fornecimento de peças e componentes com qualidade reconhecida mundialmente preservando as condições necessárias para o perfeito funcionamento do (s) equipamento (s).
7. Seguro de Responsabilidade Civil: Cobertura por danos pessoais e/ou materiais decorrentes dos serviços prestados pela CONTRATADA.

5) DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cláusula VIII. Para a consecução do objeto do presente instrumento, a **CONTRATADA** se obriga, sem ônus adicional para o (a) **CONTRATANTE**:

1. Executar serviços de Manutenção Preventiva Planejada mensal, durante o horário de Manutenção Preventiva estabelecido na Cláusula II deste instrumento, procedendo às rotinas de manutenção, inspeção, limpeza, ajuste e lubrificação do(s) equipamento(s), de acordo com as características técnicas e de uso do(s) equipamento(s).
2. Realizar o reparo ou a substituição, a seu critério, de componentes ou peças indispensáveis ao uso normal do(s) equipamento(s).
3. Promover vistoria mensal do(s) equipamento(s), no horário de Manutenção Preventiva, estabelecido na Cláusula II deste instrumento. Em caso que o(s) equipamento(s) apresente(m) irregularidade(s) em seu bom funcionamento, colocando em risco a segurança dos usuários e técnicos, a **CONTRATADA** poderá interromper imediatamente o funcionamento, comunicando em seguida o fato a **CONTRATANTE**.
4. Atender, prontamente, aos chamados do (a) **CONTRATANTE**, durante o horário de Manutenção Corretiva estabelecido na Cláusula II deste instrumento, dando prioridade aos chamados de Emergência (casos com passageiros retidos na cabina ou acidentes).

Assinatura Cliente

Assinatura Orona AMG

Scanned by CamScanner

5. Proceder ao atendimento, unicamente, dos chamados de Emergência, quando estes ocorrerem fora do horário de Manutenção Corretiva. Nestes casos, a normalização do funcionamento do(s) equipamento(s) poderá ocorrer apenas no primeiro dia útil seguinte à ocorrência do chamado, durante o horário de Manutenção Preventiva, estabelecido na Cláusula II deste instrumento.

6. Efetuar a Anotação de Responsabilidade Técnica do presente contrato junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, fornecendo cópia da referida ART a **CONTRATANTE.**

6) DAS OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATANTE

Cláusula IX. São obrigações do (a) **CONTRATANTE**:

1. Permitir acesso à casa de máquinas e demais instalações do(s) equipamento(s), apenas a equipe técnica da **CONTRATADA**, estando estes devidamente autorizados e identificados.
2. Impedir a interferência de terceiros (pessoas estranhas ou não autorizadas pela **CONTRATADA** na aparelhagem do(s) elevador (es). Caso fique caracterizada interferência de terceiros no(s) elevador(es), cessarão todas as responsabilidades da **CONTRATADA** no funcionamento do(s) mesmos(s).
3. Colaborar para a tomada de medidas necessárias à prestação do serviço, cumprindo, rigorosamente, a orientação da **CONTRATADA**.
4. Não permitir o depósito de materiais de qualquer espécie no interior das casas de máquinas ou nas vias de acesso a mesma.
5. Solicitar autorização expressa da **CONTRATADA**para a execução de quaisquer serviços na casa de máquinas ou nas instalações do(s) equipamento(s).
6. Impedir a utilização da chave de emergência para abertura de portas de pavimentos do(s) equipamento(s), por pessoas não habilitadas pela **CONTRATADA.**
7. Exigir recibo apropriado da **CONTRATADA** nos casos de retirada de quaisquer peças ou componentes do(s) equipamento(s), exceto quando houver substituição no ato do serviço.
8. Permitir a retirada de quaisquer objetos, ferramentas e peças de propriedade da **CONTRATADA**, que estejam na casa de máquinas, nos casos de rescisão contratual.
9. Observar as orientações da **CONTRATADA**quanto a correta utilização do(s) elevador (es), cuidar para que em casos de limpeza, não haja derramamento de água ou produtos corrosivos, nas partes sujeitas à ferrugem, em partes de madeira exposta e sujeitas a empeno ou descolagem, e em partes elétricas sujeitas a curto-circuito.
10. Manter em condições normais de funcionamento a instalação elétrica para alimentação da casa de máquinas, substituindo, quando houver necessidade, fusíveis e componentes da chave geral, tomadas de força na casa de máquinas e iluminação da mesma.

7) DA COBERTURA DE PEÇAS E COMPONENTES

Cláusula X. O presente contrato inclui o fornecimento e instalação de peças e componentes necessários ao funcionamento do(s) elevador(es), excetuando: Máquinas de tração, cabos de tração, motores elétricos, componentes do sistema de intercomunicação, lâmpadas, reatores, acessórios, conservação de painéis e limpeza interna de cabinas, marcos de porta, portas e soleiras de cabinas e pavimentos, baterias para luzes de emergência, espelhos e acrílicos. Também não estão cobertos os danos motivados por abuso, negligência, mau trato do equipamento, bem como os defeitos oriundos de quaisquer atos de terceiros ou caso fortuito, por infiltração de água ou por descargas elétricas.

Cláusula XI. Os serviços relacionados na Cláusula X, e serviços adicionais de modernização e atualização tecnológica do(s) equipamento(s) e de substituição de peças defeituosas, existentes antes da data de início deste contrato, não se acham inclusos no preço mensal contratado, devendo os mesmos serem previamente aprovados pelo(a) CONTRATANTE mediante apresentação, negociação e assinatura, pelas partes, de orçamento próprio, o qual discriminará os valores de mão-de-obra e materiais a serem utilizados na execução dos serviços.

Scanned by CamScanner
Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 578

8) DAS RESPONSABILIDADES

Cláusula XII. Não caberá à **CONTRATADA**, responsabilidade alguma por qualquer acidente pessoal ou patrimonial ocorrido a terceiros, exceto os que possam ser atribuídos direta e exclusivamente a atos ou omissões de seus prepostos, não podendo, assim, o presente instrumento afetar a responsabilidade que assiste ao (à) **CONTRATANTE**, por acidente que possa ocorrer a terceiros quando estiverem sendo transportados ou se encontrarem dentro ou próximos do(s) equipamento(s).

Cláusula XIII. A responsabilidade da **CONTRATADA** sempre será subsidiária por todo e qualquer acidente que possa ocorrer a terceiros quando estiverem sendo transportados ou se encontrarem dentro ou próximos do(s) equipamento(s).

Cláusula XIV. A **CONTRATADA** não garantirá o funcionamento do(s) equipamento(s) em situações que fujam ao seu controle, não sendo responsável por qualquer perda, dano ou atraso resultante de caso fortuito, força maior ou atos de vandalismo.

Cláusula XV. O pagamento de tributos, que venham a ser criados ou alterados por mudanças na legislação vigente, será de responsabilidade do (a) **CONTRATANTE**.

Cláusula XVI. A liberação de passageiros presos na cabina deverá ser feita, exclusivamente, por técnicos da **CONTRATADA**, ou, em caráter de emergência, pelo Corpo de Bombeiros (ou Órgão da Defesa Civil que o substitui). Quando da liberação de passageiros presos pelo Corpo de Bombeiros, a utilização do(s) equipamento(s) deve ser suspensa, imediatamente, até a vistoria e liberação do(s) mesmo(s) pela **CONTRATADA**.

9) DA RESCISÃO

Cláusula XVII. O presente contrato poderá ser rescindido:

1) Imediatamente, quando houver inadimplemento de qualquer das partes, e no caso específico de problemas relacionados com o funcionamento do elevador, a parte interessada deverá apresentar laudo técnico registrado no CREA, efetuado por consultores especializados.
2) Mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, a contar da data de notificação, efetuada por qualquer das partes que poderá a todo o tempo, rescindir e tornar sem efeito o presente contrato, independente de interpelação judicial, sem que caiba direito de reclamação e nem indenização pela rescisão.
3) Na ocorrência de rescisão imotivada, a **CONTRATANTE** pagará a outra multa compensatória correspondente a 50% das mensalidades restantes para o termino do prazo contratual, sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações previstas neste contrato por parte da **CONTRATADA**.
4) A CONTRATADA poderá, a seu exclusivo critério, rescindir o atual contrato na hipótese de atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias no pagamento do valor mensal. Neste caso, a **CONTRATADA** obriga-se a comunicar por escrito tal situação.
5) Na hipótese de rescisão antes de 12 (doze) meses do presente contrato, a **CONTRATANTE** obriga-se adicionalmente a pagar os meses de gratuidade eventualmente concedidos pela **CONTRATADA**.

10) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula XVIII. Este Contrato considera-se prorrogado automaticamente, por períodos iguais ao prazo contratual definido na Cláusula II, caso uma das partes não manifeste formalmente sua intenção em contrário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do seu vencimento.

Nº Contrato: Proposta: 17312013
VISTO: J
2 de 3

Assinatura Cliente

Assinatura Orona AMG

Scanned by CamScanner

Cláusula XIX. Este Contrato inclui, sem ônus adicional ao (à) **CONTRATANTE**, uma Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil para eventuais indenizações por danos pessoais ou materiais a terceiros, desde que estes possam ser atribuídos direta e exclusivamente a atos e/ou omissões da **CONTRATADA**.

11) DO FORO

Cláusula XX.

Fica eleito o foro de BRASILIA-DF, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas advindas do presente contrato.

Cláusula XXI.

E, por estarem de perfeito acordo, assinam as partes deste instrumento impresso em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

BRASILIA-DF, 21 de agosto de 2019

Contratante:

INSCRIÇÃO NO CNPJ
21.082.021/0001-73
CONDOMINIO DO EMPREENDIMENTO
MAX HOME & MALL
R 07 Norte, Lotes 03, 05 e 07
Águas Claras CEP: 71.909-180
Brasília - DF

Contratada:

Orona AMG Elevadores
Luis Bonilla de Toro
Diretor Comercial

Cliente: CONDOMINIO DO EMPREENDIMENTO MAX HOME E MALL

CNPJ/CPF: 21082021000173

Responsável: _____

Cargo: Síndico Gestor

MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA

CNPJ: 05.926.726/0001-73

LUIS BONILLA DE TORO

DIRETOR COMERCIAL

Testemunhas:

Nome:

CPF:

MARCELO LUIZ STATZNER
CPF 027.019.887-26
GESTOR DE CONTAS

Nome:

CPF:

Scanned by CamScanner
Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 580

CONTRATO MASTER DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO

Nº CONTRATO: 11372003 **DATA:** 30/08/2019

RESPONSÁVEL: ANDRÉ LUIS RIBAS DE AZEVEDO BRAGA **VERSÃO:** 2

FONE: (61)99305-3418 **E-MAIL:** aribas@orona.com.br

1) DAS PARTES:

i. Por este instrumento, e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas:

CONTRATANTE		DESTINATÁRIO DO SERVIÇO	
NOME DA EMPRESA:	CONDOMINIO RESIDENCIAL PARQUE BURLE MARX	**EDIFÍCIO - DENOMINAÇÃO:**	CONDOMINIO RESIDENCIAL PARQUE BURLE MARX
CNPJ / CPF:	34306413000110	**CNPJ / CPF:**	34306413000110
INSC. ESTADUAL:	ISENTO	**ENDEREÇO SERVIÇO:**	SQNW 107 BLOCO I 0 /J
CONTR. ICMS:	NAO CONTRIBUINTE	**CIDADE / UF:**	BRASILIA - DF
ENDEREÇO:	SQNW 107 BLOCO I 0 /J	**CEP:**	70686095
CEP:	70686095	**BAIRRO:**	SETOR NOROESTE
CIDADE/UF:	BRASILIA - DF	**(Preencher em caso de diferença do endereço do Cliente e o endereço para Cobrança)**	
BAIRRO:	SETOR NOROESTE	**END. COBRANÇA:**	
PESSOA DE CONTATO:	SR. JULIAN	**CIDADE / UF:**	-
EMAIL:	residencialpbm@outlook.com	**CEP:**	
FONE:	(61) 99524-7401	**BAIRRO:**	

CONTRATADA			
CONTRATADA:	MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA		
CNPJ / CPF:	05926726000173	**INSCRIÇÃO ESTADUAL:**	0744935800111
ENDEREÇO:	SAAN QUADRA 2 LOTE, 980, - SAAN		
CIDADE / UF:	BRASILIA - DF	**CEP:**	70632200
EMAIL:	comercialbsb@orona.com.br	**FONE:**	6133634200

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviços de Assistência Técnica, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições de pagamento descritas no presente.

Cláusula I. O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e a assistência técnica pela **CONTRATADA** em equipamento (s) o(s) qual(is) compõe(m) o sistema de transporte vertical da(o) **CONTRATANTE** a seguir descrito(s):

30 SET. 2019
COMERCIAL

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 581

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS								
ID	Descrição	Marca	Segmento	Vel. m/s	Qtd. Pessoas	KG	Paradas	Preço (Mês) R$
63442	Social A	TKE	SOCIAL	0,6	6	450	10	226,52
63443	Serviço A	TKE	SERVICO	0,6	8	560	10	255,67
63444	Social B	TKE	SOCIAL	0,6	6	450	10	226,52
63445	Serviço B	TKE	SERVICO	0,6	8	560	10	255,67
63446	Social C	TKE	SOCIAL	0,6	6	450	10	226,52
63447	Serviço C	TKE	SERVICO	0,6	8	560	10	255,67
63448	Social D	TKE	SOCIAL	0,6	6	450	10	226,52
63449	Serviço D	TKE	SERVICO	0,6	8	560	10	255,67
63450	Social E	TKE	SOCIAL	0,6	6	450	10	226,52
63451	Serviço E	TKE	SERVICO	0,6	8	560	10	255,67
63452	Social F	TKE	SOCIAL	0,6	6	450	10	226,52
63453	SERVIÇO F	TKE	SERVICO	0,6	8	560	10	255,67
63454	SOCIAL G	TKE	SOCIAL	0,6	6	450	10	226,52
63455	SERVIÇO G	TKE	SERVICO	0,6	8	560	10	255,67
63456	SOCIAL H	TKE	SOCIAL	0,6	6	450	10	226,52
63457	SERVIÇO H	TKE	SERVICO	0,6	8	560	10	255,67
63458	Social I	TKE	SOCIAL	0,6	6	450	10	226,52
63459	Serviço I	TKE	SERVICO	0,6	8	560	10	255,67
63460	Social J	TKE	SOCIAL	0,6	6	450	10	226,52
63461	Serviço J	TKE	SERVICO	0,6	8	560	10	255,67
63462	Plataforma	OUTRAS MARCAS	TRANSP. PESSOAS NECESSIDADES ESPECIAIS	0,02	2	325	2	106,60

2) DAS CONDIÇÕES FINANCEIRAS (PROPOSTA ECONÔMICA)

Cláusula II. Ficam estabelecidas as seguintes condições contratuais de preço, vigência, forma de pagamento, horário de atendimento e observações:

Valor Total Mensal: R$ 4.928,50 (Quatro mil, novecentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos)

Vigência: **12** Meses De: 02/09/2019 a 01/09/2020

Dia do Pagamento: 15

Opção de Pagamento: BOLETO MANUTENCAO

Manutenção Preventiva: Das 08:00 h às 18:00 h, de segunda a sexta-feira (exceto feriados)

Manutenção Corretiva (Chamados): Das 08:00 h às 22:00 h, todos os dias da semana

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 582

Emergência:	**24 Horas, todos os dias da semana**
Central de Atendimento:	6133634200
Plantão 24 Horas:	4007 2088 (Capital) 0800 607 2088 (Interior)

Observações:

O prazo de Validade desta PROPOSTA - CONTRATO é de 30 (trinta) dias a contar da data da apresentação.

3) DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO

Cláusula III. O **CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** pelos Serviços prestados, a importância mensal descrita na Clausula II, bem como a eventual aplicação de peças e/ou serviços não incluídos neste contrato.

Cláusula IV. Os preços estabelecidos neste instrumento serão reajustados a cada 12 (doze) meses ou na menor periodicidade que a legislação permitir, com base na variação do IGP-DI, Coluna II, da Fundação Getúlio Vargas, tomando-se como índice inicial o vigorante 30 (trinta) dias antes da data de início deste Contrato e, como índice final, o correspondente ao mês anterior ao vencimento do Contrato.

Cláusula V. Ocorrendo atraso no pagamento de quaisquer valores devidos à **CONTRATADA**, estes ficarão sujeitos aos seguintes acréscimos: atualização monetária com base no IGP-DI, juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor atualizado monetariamente e multa moratória diária de 0,05% (cinco centésimos por cento), limitada a 2% (dois por cento), calculada sobre o valor principal corrigido e acrescido dos juros.

Cláusula VI. No caso de extinção ou substituição, por qualquer razão, do índice IGP, utilizar-se-á, imediatamente, o índice substituto para efeito de cálculos de reajuste.

4) DO COMPROMISSO ORONA AMG ELEVADORES

Cláusula VII.

A **CONTRATADA** através de sua Equipe Técnica, assegura ao(a) **CONTRATANTE**:

1. Equipe Técnica: Composta de engenheiros e técnicos especializados, uniformizados e devidamente identificados.
2. Manutenção Preventiva: Prestar, de acordo com o horário de atendimento acordado no presente contrato, mensalmente, as rotinas de Manutenção Preventiva, limpezas, lubrificações e ajustes, conforme plano de manutenção planejada, específico para cada equipamento pertencente ao sistema de transporte vertical da(o) **CONTRATANTE**.
3. Manutenção Corretiva: Realizar, conquanto zelo que lhe é peculiar, todos e quaisquer serviços de manutenção corretiva decorrentes de eventual(is) falha(s) no(s) equipamento(s), necessários ao pronto restabelecimento de seu(s) funcionamento(s) sem a necessidade de troca de peças;
4. Chamado de Emergência: Realizar, em todos os dias da semana e em qualquer horário, o atendimento emergencial, o qual consiste, tão-somente, na retirada de passageiros presos na cabina, bem assim na hipótese de ocorrência de acidentes.
5. CAC – Centro de Atendimento ao Cliente: A CONTRATADA disponibiliza uma Central de Atendimento (Call Center) para registro dos chamados e acionamento da Assistência Técnica 24 horas por dia, 7 dias por semana; inclusive domingos e feriados.
6. Qualidade de Peças e Componentes: Orona AMG garante fornecimento de peças e componentes com qualidade reconhecida mundialmente preservando as condições necessárias para o perfeito funcionamento do (s) equipamento (s).
7. Seguro de Responsabilidade Civil: Cobertura por danos pessoais e/ou materiais decorrentes dos serviços prestados pela CONTRATADA.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 583

5) DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cláusula VIII. Para a consecução do objeto do presente instrumento, a **CONTRATADA** se obriga, sem ônus adicional para o (a) **CONTRATANTE**:

1. Executar serviços de Manutenção Preventiva Planejada mensal, durante o horário de Manutenção Preventiva estabelecido na Cláusula II deste instrumento, procedendo às rotinas de manutenção, inspeção, limpeza, ajuste e lubrificação do(s) equipamento(s), de acordo com as características técnicas e de uso do(s) equipamento(s).
2. Realizar o reparo ou a substituição, a seu critério, de componentes ou peças indispensáveis ao uso normal do(s) equipamento(s).
3. Promover vistoria mensal do(s) equipamento(s), no horário de Manutenção Preventiva, estabelecido na Cláusula II deste instrumento. Em caso que o(s) equipamento(s) apresente(m) irregularidade(s) em seu bom funcionamento, colocando em risco a segurança dos usuários e técnicos, a **CONTRATADA** poderá interromper imediatamente o funcionamento, comunicando em seguida o fato a **CONTRATANTE**.
4. Atender, prontamente, aos chamados do (a) **CONTRATANTE**, durante o horário de Manutenção Corretiva estabelecido na Cláusula II deste instrumento, dando prioridade aos chamados de Emergência (casos com passageiros retidos na cabina ou acidentes).
5. Proceder ao atendimento, unicamente, dos chamados de Emergência, quando estes ocorrerem fora do horário de Manutenção Corretiva. Nestes casos, a normalização do funcionamento do(s) equipamento(s) poderá ocorrer apenas no primeiro dia útil seguinte à ocorrência do chamado, durante o horário de Manutenção Preventiva, estabelecido na Cláusula II deste instrumento.
6. Efetuar a Anotação de Responsabilidade Técnica do presente contrato junto ao Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura – CREA, fornecendo cópia da referida ART a **CONTRATANTE.**

6) DAS OBRIGAÇÕES DO (A) CONTRATANTE

Cláusula IX. São obrigações do (a) **CONTRATANTE**:

1. Permitir acesso à casa de máquinas e demais instalações do(s) equipamento(s), apenas a equipe técnica da **CONTRATADA**, estando estes devidamente autorizados e identificados.
2. Impedir a interferência de terceiros (pessoas estranhas ou não autorizadas pela **CONTRATADA** na aparelhagem do(s) elevador (es). Caso fique caracterizada interferência de terceiros no(s) elevador(es), cessarão todas as responsabilidades da **CONTRATADA** no funcionamento do(s) mesmos(s).
3. Colaborar para a tomada de medidas necessárias à prestação do serviço, cumprindo, rigorosamente, a orientação da **CONTRATADA**.
4. Não permitir o depósito de materiais de qualquer espécie no interior das casas de máquinas ou nas vias de acesso a mesma.
5. Solicitar autorização expressa da **CONTRATADA**para a execução de quaisquer serviços na casa de máquinas ou nas instalações do(s) equipamento(s).
6. Impedir a utilização da chave de emergência para abertura de portas de pavimentos do(s) equipamento(s), por pessoas não habilitadas pela **CONTRATADA.**
7. Exigir recibo apropriado da **CONTRATADA** nos casos de retirada de quaisquer peças ou componentes do(s) equipamento(s), exceto quando houver substituição no ato do serviço.
8. Permitir a retirada de quaisquer objetos, ferramentas e peças de propriedade da **CONTRATADA**, que estejam na casa de máquinas, nos casos de rescisão contratual.
9. Observar as orientações da **CONTRATADA**quanto a correta utilização do(s) elevador (es), cuidar para que em casos de limpeza, não haja derramamento de água ou produtos corrosivos, nas partes sujeitas à ferrugem, em partes de madeira exposta e sujeitas a empeno ou descolagem, e em partes elétricas sujeitas a curto-circuito.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 584

10. Manter em condições normais de funcionamento a instalação elétrica para alimentação da casa de máquinas, substituindo, quando houver necessidade, fusíveis e componentes da chave geral, tomadas de força na casa de máquinas e iluminação da mesma.

7) DA COBERTURA DE PEÇAS E COMPONENTES

Cláusula X. O presente contrato inclui o fornecimento e instalação de peças e componentes necessários ao funcionamento do(s) elevador(es), excetuando: Máquinas de tração, cabos de tração, motores elétricos, componentes do sistema de intercomunicação, lâmpadas, reatores, acessórios, conservação de painéis e limpeza interna de cabinas, marcos de porta, portas e soleiras de cabinas e pavimentos, baterias para luzes de emergência, espelhos e acrílicos. Também não estão cobertos os danos motivados por abuso, negligência, mau trato do equipamento, bem como os defeitos oriundos de quaisquer atos de terceiros ou caso fortuito, por infiltração de água ou por descargas elétricas.

Cláusula XI. Os serviços relacionados na Cláusula X, e serviços adicionais de modernização e atualização tecnológica do(s) equipamento(s) e de substituição de peças defeituosas, existentes antes da data de início deste contrato, não se acham inclusos no preço mensal contratado, devendo os mesmos serem previamente aprovados pelo(a) CONTRATANTE mediante apresentação, negociação e assinatura, pelas partes, de orçamento próprio, o qual discriminará os valores de mão-de-obra e materiais a serem utilizados na execução dos serviços.

8) DAS RESPONSABILIDADES

Cláusula XII. Não caberá à **CONTRATADA**, responsabilidade alguma por qualquer acidente pessoal ou patrimonial ocorrido a terceiros, exceto os que possam ser atribuídos direta e exclusivamente a atos ou omissões de seus prepostos, não podendo, assim, o presente instrumento afetar a responsabilidade que assiste ao (à) **CONTRATANTE**, por acidente que possa ocorrer a terceiros quando estiverem sendo transportados ou se encontrarem dentro ou próximos do(s) equipamento(s).

Cláusula XIII. A responsabilidade da **CONTRATADA** sempre será subsidiária por todo e qualquer acidente que possa ocorrer a terceiros quando estiverem sendo transportados ou se encontrarem dentro ou próximos do(s) equipamento(s).

Cláusula XIV. A **CONTRATADA** não garantirá o funcionamento do(s) equipamento(s) em situações que fujam ao seu controle, não sendo responsável por qualquer perda, dano ou atraso resultante de caso fortuito, força maior ou atos de vandalismo.

Cláusula XV. O pagamento de tributos, que venham a ser criados ou alterados por mudanças na legislação vigente, será de responsabilidade do (a) **CONTRATANTE**.

Cláusula XVI. A liberação de passageiros presos na cabina deverá ser feita, exclusivamente, por técnicos da **CONTRATADA**, ou, em caráter de emergência, pelo Corpo de Bombeiros (ou Órgão da Defesa Civil que o substitui). Quando da liberação de passageiros presos pelo Corpo de Bombeiros, a utilização do(s) equipamento(s) deve ser suspensa, imediatamente, até a vistoria e liberação do(s) mesmo(s) pela **CONTRATADA**.

9) DA RESCISÃO

Cláusula XVII. O presente contrato poderá ser rescindido:

1) Imediatamente, quando houver inadimplemento de qualquer das partes, e no caso específico de problemas relacionados com o funcionamento do elevador, a parte interessada deverá apresentar laudo técnico registrado no CREA, efetuado por consultores especializados.

2) Mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, a contar da data de notificação, efetuada por qualquer das partes que poderá a todo o tempo, rescindir e tornar sem efeito o presente contrato, independente de interpelação judicial, sem que caiba direito de reclamação e nem indenização pela rescisão.

3) Na ocorrência de rescisão imotivada, a **CONTRATANTE** pagará a outra multa compensatória correspondente a

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 585

50% das mensalidades restantes para o termino do prazo contratual, sem prejuízo do cumprimento das demais obrigações previstas neste contrato por parte da **CONTRATADA**.

4) A CONTRATADA poderá, a seu exclusivo critério, rescindir o atual contrato na hipótese de atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias no pagamento do valor mensal. Neste caso, a **CONTRATADA** obriga-se a comunicar por escrito tal situação.

5) Na hipótese de rescisão antes de 12 (doze) meses do presente contrato, a **CONTRATANTE** obriga-se adicionalmente a pagar os meses de gratuidade eventualmente concedidos pela **CONTRATADA**.

10) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula XVIII. Este Contrato considera-se prorrogado automaticamente, por períodos iguais ao prazo contratual definido na Cláusula II, caso uma das partes não manifeste formalmente sua intenção em contrário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do seu vencimento.

Cláusula XIX. Este Contrato inclui, sem ônus adicional ao (à) **CONTRATANTE**, uma Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil para eventuais indenizações por danos pessoais ou materiais a terceiros, desde que estes possam ser atribuídos direta e exclusivamente a atos e/ou omissões da **CONTRATADA**.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 586

11) DO FORO

Cláusula XX.

Fica eleito o foro de BRASILIA-DF, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas advindas do presente contrato.

Cláusula XXI.

E, por estarem de perfeito acordo, assinam as partes deste instrumento impresso em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

BRASILIA-DF, 30 de setembro de 2019

Contratante:	**Contratada:**
	Orona AMG Elevadores Luis Bonilla de Toro Diretor Comercial
Cliente: CONDOMINIO RESIDENCIAL PARQUE BURLE MARX	**MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**
CNPJ/CPF: 34306413000110	**CNPJ: 05.926.726/0001-73**
Responsável: _____	**LUIS BONILLA DE TORO**
Cargo: _____	**DIRETOR COMERCIAL**

Testemunhas:

Nome:	**Nome:**
CPF:	**CPF:**

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 587

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

TERMO ADITIVO ao contrato celebrado de um lado, **À MÓDULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA (CONTRATADA)**, e do outro o **CONDOMINIO RESIDENCIAL PARQUE BURLE MARX – CNPJ: 34.306.413/0001-10 (CONTRATANTE)**, unidade situado na **SQNW 107 Blocos I/J – Setor Noroeste – Brasília-DF**, estabelecem o termo aditivo referente ao contrato de manutenção preventiva e corretiva **(nº 11372003)**, com as cláusulas e condições a seguir articuladas, ficando mantidas as demais cláusulas não expressamente modificadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente Termo Aditivo tem por objeto Inclusão/ alteração das **Seguintes Clausulas** ao Contrato de Manutenção, conforme mencionado abaixo:

ITEM 2 – DAS CONDIÇÕES FINANCEIRAS:

Observações: A CONTRATANTE ficará isento do pagamento das 03 (três) primeiras mensalidades do Contrato mencionado.
No 2° Ano de Contrato a CONTRATANTE ficará isento das 02 (duas) primeiras mensalidades do Contrato.
No 3° Ano de Contrato a CONTRATANTE ficará isento da primeira mensalidade do Contrato.

ITEM 5 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

CLÁUSULA VIII –

2) Realizar o reparo ou a substituição, a seu critério, de componentes ou peças indispensáveis ao uso normal do(s) equipamento(s), fornecendo peças originais em conformidade aos equipamentos parte desse contrato.

7) Apresentar Plano de Manutenção Anual.

8) Fica estipulado que, em razão deste contrato, não se estabelece nenhum vínculo de exclusividade ou relação de emprego entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA ou entre a CONTRATANTE e os representantes e empregados da CONTRATADA responsáveis pela execução dos serviços, competindo à CONTRATADA o cumprimento de todas as obrigações e pagamento de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, sociais infortunísticas dos aludidos representantes e empregados.

ITEM 7 – DA COBERTURA DE PEÇAS E COMPONENTES:

CLÁUSULA X: Este contrato tem garantia de peças que apresentarem defeitos de fabricação e/ou instalação, durante 12 (doze) meses. Exceto: vidros, lâmpadas, reatores, fusíveis, baterias, por abuso, por negligência ou por mau trato do equipamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam inalteradas as demais Cláusulas do Contrato original firmado entre a **Módulo Engenharia, Consultoria e Gerência Predial Ltda.** e o **Condomínio Residencial Parque Burle Marx.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília-DF, para dirimir quaisquer dúvidas ou conflitos resultantes do presente instrumento.

E por se acharem justos e de comum acordo, assinam o presente contrato em duas vias, para um só efeito, ficando uma via com a **CONTRATADA** e a outra com o **CONTRATANTE**.

Brasília-DF, 30 de setembro de 2019.

Pelo (a) **CONTRATANTE**:

CONDOMINIO RESIDENCIAL PARQUE BURLE MARX
CNPJ: 34.306.413/0001-10
Nome:
CPF:
Fone: (61) 9 9524-7401
Email: residencialpbm@outlook.com

Pela **CONTRATADA**:

Orona AMG Elevadores
Luis Bonilla de Toro
Diretor Comercial

MÓDULO ENGENHARIA, CONS. E GERÊNCIA PREDIAL LTDA
Diretor Comercial
Luis Bonilla
(61) 3363-4200
lbonilla@orona.com.br

Orona

CONTRATO DE MODERNIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO TECNOLOGICA

Nº.: CM/1138-A/15
DATA: 14/09/2016

Por este instrumento, e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas:

Contratante:	**CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO PAULO MAURÍCIO**		
CNPJ/CPF:	**03.604.576/0001-56**	**Inscr. Estadual:**	**Isento**
Endereço de serviço:	**SETOR BANCÁRIO NORTE, PROJEÇÃO 10 BLOCO "J" – BRASÍLIA-DF – CEP: 70.040.905**		
Endereço de cobrança:	**SETOR BANCÁRIO NORTE, PROJEÇÃO 10 BLOCO "J" – BRASÍLIA-DF – CEP: 70.040.905**		
Contratada:	**MÓDULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA**		
CNPJ/CPF:	**05.926.726/0001-73**	**Inscr. Estadual:**	**07.449.358/001-11**
Endereço:	**SAAN, QUADRA 02 LOTE 980 PARTE "B" – BRASÍLIA-DF – CEP: 70.632-200**		

Têm entre si ajustado o presente Contrato de Prestação de Serviços, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

PARTES DOS ATUAIS ELEVADORES QUE SERÃO APROVEITADAS:
Conjunto de cabina, Conjunto de contrapesos, Guias de cabina e contrapesos e Conjunto de para-choques.

OBJETO:
Cláusula I: O objeto do presente contrato é prestação de serviços com fornecimento de materiais necessários a modernização e atualização tecnológica dos elevadores, conforme detalhado a seguir:
ELEVADORES SOCIAIS: 02 (DOIS)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTE.
	ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA	
1	Quadro de comando VVVF + Aparelho seletor c/ sensores + Fiação fixa e móvel	02
2	Painel de Controle Cabina c/intercomunicador, IPD – Indicador de Posição Digital - TOTEM	02
3	Painel de controle pavimento c/ IPD – Indicador de Posição Digital	34
4	Encoder	02
5	Limites de segurança	12
6	Limitador de velocidade	02
7	BPE – Barreira de Proteção Eletrônica	02
8	Intercomunicador	02
9	Operador de porta de cabina – com portas	02
10	Máquina de tração – Nova (Sem engrenagem)	02
11	Cabos de tração	02
12	Kit Luminária de Emergência com Alarme	02
13	Aba de Proteção	02
14	Botoeira de Inspeção	02
15	Luz de Emergência na casa de máquinas	02
16	Iluminação da Caixa de Corrida	02
17	Chave Geral	02
18	Guarda corpo – sobre a cabina	02

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 593

19	Protetor de Polia – Máquinas de tração	02
20	Protetor de Polia – Limitadores	02
21	Aterramento	02
22	Pintura da caixa corrida	02
23	Pintura da faixa de segurança na caixa	02
24	Escada de acesso ao poço	02
25	Conjunto de porta automática em aço inox	34
	REFORMA ESTÉTICA	
26	Nova cabina completa	02
	Teto falso inox + luminárias LED's	
	Espelho	
	Corrimão em aço inox	
	Piso em granito com rodapé em aço inox	

ELEVADORES DE SERVIÇO: 01 (UM)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTE.
	ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA	
1	Quadro de comando VVVF + Aparelho seletor c/ sensores + Fiação fixa e móvel	01
2	Painel de Controle Cabina c/intercomunicador, IPD – Indicador de Posição Digital - TOTEM	01
3	Painel de controle pavimento c/ IPD – Indicador de Posição Digital	17
4	Encoder	01
5	Limites de segurança	06
6	Limitador de velocidade	01
7	BPE – Barreira de Proteção Eletrônica	01
8	Intercomunicador	01
9	Máquina de tração – Nova (Sem engrenagem)	01
10	Cabos de tração	01
11	Operador de porta de cabina – com portas	01
12	Kit Luminária de Emergência com Alarme	01
13	Aba de Proteção	01
14	Botoeira de Inspeção	01
15	Luz de Emergência na casa de máquinas	01
16	Iluminação da Caixa de Corrida	01
17	Chave Geral	01
18	Guarda corpo – sobre a cabina	01
19	Protetor de Polia – Máquinas de tração	01
20	Protetor de Polia – Limitadores	01
21	Aterramento	01
22	Pintura da caixa corrida	01
23	Pintura da faixa de segurança na caixa	01
24	Escada de acesso ao poço	01
25	Conjunto de porta automática em aço inox	17
	REFORMA ESTÉTICA	
26	Nova cabina completa	01
	Teto falso inox + luminárias LED's	
	Piso em granito rodapé	

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 594

CONDIÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula II: Ficam estabelecidas as seguintes condições contratuais:

Valor Total:	**R$ 898.950,00 (Oitocentos e noventa e oito mil novecentos e cinquenta reais).**
Condições de pagamento:	**Entrada no valor R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) o valor restante R$ 818.950,00 (Oitocentos e dezoito mil novecentos e cinquenta reais) será dividido em 21 (vinte e uma) parcelas mensais, iguais e sucessivas de R$ 38.997,62 (Trinta e oito mil novecentos e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos), sendo 10/12/2016 como aceitação da proposta, como sinal e princípio de pagamento e as demais a cada 30 (trinta) dias, via boleto bancário.**
Dia do Pagamento:	**[ ] penúltimo dia útil do mês [ ] 5 [x] 10 [ ] 15**
Opção de pagamento:	**[ ] Fatura [ ] Débito em conta corrente**
Prazo p/execução:	**12 (doze) meses. Contados da data da assinatura desta proposta ou do pagamento do sinal, o que ocorrer por últimos.**
Garantia:	**12 (doze) meses. Nesta garantia não estão incluídas as partes dos atuais elevadores que forem aproveitadas.**
Observações:	**2ª PARCELA COM VENCIMENTO EM 10/01/2017.**

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada em engenharia de modernização, assistência técnica e atualização tecnológica de elevadores marca "ATLAS" com substituição de competentes eletromecânicos e eletrônicos dos elevadores instalados no Ed. Paulo Mauricio no SBN Quadra 02 Bloco J no DF com a finalidade de oferecer condições ideais de transporte vertical com agilidade e segurança e com o menor impacto no funcionamento do prédio, conforme especificações técnicas constantes abaixo:

2. EQUIPAMENTO ATUAIS

2.1. CARACTERÍSTICAS DOS ELEVADORES:

02 (Dois) elevadores sociais e 01(um) elevador de serviço com 17 paradas corrente continua, máquina com engrenagem, velocidade de 120 m/min, capacidade 1.120 kg.
Acionamento: motor de corrente continua;
Velocidade de 120 m/min;
Amortecedores de fundo de poço tipo hidráulico; Cabos de tração de 5 x ½";
Marca: Atlas;
Máquina de tração; com engrenagem; Motor de tração: corrente continua;
Quadro de comando; original Atlas;
Capacidade; 16 passageiros ou 1.120 Kg.
Paradas; 17 (3SS, 2SS, 1SS T, 2 ao 14)
Entradas: 17 todas do mesmo lado
Comando; acs
Controle; eletromecânico

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 595

2.2. ELEVADORES

CAIXA DE CORRIDA Dimensão:2150 mm X 2300 mm
Ultima altura: 4850 mm
Profundidade de poço:3000 mm

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DE MODERNIZAÇÃO.

Execução dos serviços de modernização e atualização tecnológica com substituição de componentes eletromecânicos e eletrônicos dos elevadores instalados na Ed. Eng. Paulo Mauricio, conforme serviços descritos a seguir:
No caso de substituição total, a empresa CONTRATADA deverá detalhar todos os componentes ofertados que neste caso deverá ser da marca Orona.

3.1. COMPONENTES REAPROVEITÁVEIS

Sem comprometer a segurança e a qualidade dos serviços de modernização dos elevadores, poderão ser aproveitadas guias de cabine e contrapeso, armação do contrapeso, estrutura das cabines e molas de fundo de poço.
Os componentes acima citados poderão ser aproveitados desde que devidamente revisados sendo de responsabilidade do proponente a responsabilidade pelo seu desempenho, eximindo-se o Condomínio de qualquer responsabilidade futura sobre o que foi reaproveitado pelo fornecedor. Nenhum outro componente ou equipamento atualmente instalado poderá ser reaproveitado sem a prévia autorização por escrito da Fiscalização, sob pena de quebra de contrato com as sanções previstas na lei.

Deverão ser substituídos: Principais Fornecedores
- Maquinas de tração com motor de velocidade de 120 m/min; Ziehl-abegg ou Orona;
- Quadros de comando; Infolev ou Orona;
- Operadores de porta; Fermator ou Orona;
- Portas de pavimento; Fermator ou Orona;
- Botoeiras de cabina e pavimento; Elevcom ou Orona
- Limitador de velocidade: Elevatec ou Orona;
- Dispositivo de Resgate: Infolev ou Orona;

3.2. Face às dificuldades de instalação e manutenção é imperioso o planejamento da montagem que redunde em menor transtorno aos usuários dos elevadores. Correrão por conta do Contratado a manutenção dos elevadores atuais e dos novos até o término da Garantia.

3.3 Tratando-se de edifício ocupado, os desligamentos dos atuais elevadores deverão ser programados de forma a retirar de circulação somente um carro por vez, no período de segunda a sexta. O desligamento de mais de um carro deverá ser programado com autorização do Condomínio.
3.4. Todos os serviços necessários à execução da instalação dos novos componentes dos elevadores correrão por conta da Contratada, nele incluindo serviços de alvenaria, obras civis, transporte vertical e

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 597



horizontal dos equipamentos, interligações elétricas, abertura e fechamento da área para passagem das máquinas e tudo o que for necessário.

3.5. Serviços Especializados - Desmontagem dos sistemas antigos, transporte de material, instalação, testes e regulagem completa do equipamento, incluindo estudo da instalação e condições atuais de utilização do edifício e customizações para otimização do tráfego.

3.6. Deve ficar perfeitamente claro que em todos os dados de características de materiais ou equipamentos por determinada marca ou fabricação, está subtendida a alternativa: "ou rigorosamente equivalente, ou similar, a juízo da Fiscalização", sendo a equivalência ou similaridade, julgada por última instância pelo Condomínio.

3.7. Os materiais empregados deverão ser novos, de 1ª qualidade, observado as especificações, e a uniformidade de marcas dos fabricantes e atender as normas pertinentes, métodos e ensaios da ABNT.

4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

4.1. MÁQUINAS DE TRAÇÃO SEM ENGRENAGEM

As máquinas de tração e demais equipamentos estão colocados por cima das caixas dos elevadores. Deverão ser do tipo sem engrenagem, velocidade 120 m/min, dotadas de freio e polia de tração que recebe um motor de corrente alternada. Motor de corrente de corrente alternada com variação de voltagem e variação de frequência (V.V.V.F.). Alimentação trifásica, 380 volts, 60 Hertz.

4.2. CABOS DE TRAÇÃO

Os cabos ou cintas de tração (e os respectivos tirantes) dos elevadores deverão ser substituídos. Bitola e extensão em função da carga e arraste na polia, motivo pelo qual o seu dimensionamento deve ser em função da máquina de tração.

4.3. QUADROS DE COMANDO

Destina-se ao comando e controle eletrônico completo do elevador, em substituição ao quadro seletor a relês existente, responsável pelo processamento, interface amento e monitoração de todos os sinais de operação e segurança, incluindo chamadas de cabina e pavimento, abertura e fechamento das portas, sensores de carga e nivelamento. Deverá ter os seguintes dispositivos complementares básicos:

a) Comando automático seletivo na subida e na descida;

b) Proteção contra chamadas falsas: no caso de acionamento simultâneo de todos os botões da cabina, após no máximo três paradas consecutivas sem desembarque, o comando cancelará todas as chamadas de cabina;

c) Detecção de falta ou inversão de fase: dispositivo automático que, constatada a falta ou inversão de fase desligará o motor de tração até a regularização do fornecimento de energia.

d) Monitoramento de segurança: o comando monitorará constantemente as condições de segurança das portas de pavimento, porta de cabina, trincos eletromecânicos, etc., de tal forma que, se alguma

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 599

condição de segurança for violada, o comando impedirá o funcionamento do elevador;
e) Auto-diagnóstico: dispositivo que permite o diagnóstico de falhas, monitoração, operação e testes do sistema;
O sistema de comando eletrônico de última geração global que controla todas as operações de chamadas de cabinas e pavimentos, abertura e fechamento de portas da cabina, acionamento da máquina de tração, partidas e paradas niveladas nos pavimentos, realizando permanentemente um completo autodiagnóstico para garantia da integridade de todos os conjuntos monitorados. Inclui a interface homem máquina, composta por um display digital instalado na placa de comando que permite introduzir ou captar dados dos circuitos computadorizados, proporcionando aos técnicos de atendimento informações precisas sobre tensão na rede de alimentação dos motores, falhas de funcionamento, regulagens de aceleração e desaceleração, dentre muitos outros.

O sistema deverá ter os seguintes dispositivos complementares básicos:
a) Duplo circuito de segurança de autodiagnóstico por operação eletrônica.
b) Sensor contra curto circuito
c) Sensores ópticos/eletromagnéticos, eletrônicos e placas de andares.

4.4. ENCODER

Fornecimento e instalação de encoder, componente necessário a monitoração em tempo real da rotação do motor, transmitindo ao quadro de
comando as informações necessárias ao controle eletrônico de velocidade, efetuado pelo inversor de frequência que irá gerar em malha fechada, proporcionando mais conforto e segurança aos usuários.

4.5. LIMITADOR DE VELOCIDADE

Serão substituídos por novos contendo polia esticadora, cabo de segurança, dispositivos eletrônicos para monitoração do seletor eletrônico, cabo de segurança, dispositivo de desengate, microruptor para o caso de quebra ou soltura do cabo de aço e demais pertences, com a finalidade é detectar excesso de velocidade, proporcionar diminuição e/ou atuação do freio de segurança, quando necessário.

4.6. DISPOSITIVO DE RESGATE AUTOMATICO

Resgate em caso de falta de energia: dispositivo automático que nivela o elevador para liberar o passageiro em caso de falta de energia; o sistema de resgate executará automaticamente procedimento seguro de deslocamento da cabine até o pavimento mais próximo e abrindo a porta. A partir deste momento ficará inoperante até o restabelecimento da energia. Deverá conter banco de baterias, inversor de frequência e comando especifico.

4.7. LIMITES DE FIM DE CURSO

Os limites inferiores e superiores de cada um dos elevadores deverão ser substituídos por componentes novos instalados nas respectivas caixas de corrida.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 600

Orona

4.8. COMANDO CONTRA INCÊNDIO

Serviço de Bombeiro: Sistema de operação em emergência, no caso de pânico e incêndio. Este comando, quando acionado, obrigará a parada do elevador no próximo nadar, não permitindo a abertura das portas. Em seguida, enviará o elevador para o pavimento principal, onde ficará fora de serviço.

4.9. CHAVE PARA OPERAÇÃO EM EMERGÊNCIA

O comando do elevador deverá ser dotado de um dispositivo que, no caso de emergência, desde que ainda haja energia elétrica no edifício automaticamente seja acionado, fazendo com que o carro passe a operar em "sistema de emergência", isto é, todas as chamadas serão canceladas e o elevador dirigir-se-á, sem parar, para o pavimento térreo, onde permanecerá desligado. Se o elevador estiver subindo, parará no próximo pavimento, não abrirá a porta e voltará diretamente ao pavimento principal.

4.10. BOTOEIRA DE INSPEÇÃO

Conjunto botoeira de inspeção, instalada sobre a cabina, composta de botão de subida/descida/emergência e tomada de força, cuja finalidade será movimentar o elevador durante vistoria de órgãos competentes, execução de serviços de manutenções preventivas e corretivas.

4.11. SEGURANÇA SOBRE A CABINA

Na parte superior de cada cabina, de acordo com a legislação vigente, deverá ser instalado um corrimão em aço pintado, visando propiciar segurança para o técnico quando o mesmo estiver executando serviços sobre a cabina do elevador.

4.12. INSTALAÇÃO ELÉTRICA

Deverá ser efetuada a instalação elétrica necessária para interligar botoeiras/sinalização de pavimentos, limites de segurança, motores e demais componentes com o comando/seletor, utilizando fiação, calhas, terminais conduites de 1ª qualidade.

4.13. CABINA DO ELEVADOR

Os revestimentos das cabines dos elevadores sociais deverão ser substituidos.

As paredes e revestimentos das cabines dos elevadores de serviço deverão ser substituídos por uma nova podendo ser aproveitada a armação da estrutura existente, observando o estabelecido na norma NBR 7192/98, com as seguintes características e equipamentos abaixo descritos.

a) Paredes: painéis em aço inox escovado/lixado acetinado com os cantos arredondados/curvos;
b) Teto falso em aço inox; Elevador de serviço: sem subteto;
c) Espelho nos elevadores sociais;
d) Corrimão: no painel de fundo e laterais do elevador em aço inox escovado;
e) Piso: granito a ser escolhido pelo Condomínio com rebaixo de 2,0cm;
f) Botoeira de Cabina - Em formato de totem, inclui indicador de posição LCD/IPD, botões de função de bombeiro;
g) Painel em Braile posicionado à direita;

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 601

h) Voz digital;
i) Sinal sonoro;
j) Alarme;
k) Freio de segurança de cabine;
l) Porta de cabina: tipo correr em abertura lateral em aço inox escovado/lixado acetinado;
m) Ventilação forçada: por meio de furos posicionados próximos ao piso (rodapé) e no subteto;
n) Deverão ser instalados botões tipo antivândalo, iluminação por LED e de design avançado e com identificação braile, serviço de bombeiro, ventilador, botão de abrir e botão de fechar porta, alarme, todos em conformidade com normas ABNT NM 207 e 313
o) O elevador de serviço, além do corrimão deverá ter pitões para fixação de protetor acolchoado;
p) Estrutura dos carros - Fornecimento de materiais e serviços para revisão da estrutura dos carros contemplando: limpeza geral criteriosa com eliminação de sujeira, pó, graxa e óleo; eliminação dos pontos de corrosão por método abrasivo, preparação para a pintura com fundo em epoxi e acabamento em esmalte sintético de cor preta;
q) Aba de proteção- as cabines deverão possuir uma proteção, no lado de acesso das plataformas, formada de uma chapa de aço de altura mínima de 0,75 m, com uma dobra na extremidade inferior que forme com o plano horizontal um ângulo de 60º, instalado imediatamente abaixo da soleira de cabina, impedindo que, em caso de desnivelamento da cabina com andar, o usuário possa cair na caixa de corrida ao tentar deixar a cabina (item 8.4 da NBR NM 207);
r) Iluminação das cabinas eletrônicas por LED;

4.14. CONJUNTO DE SINALIZAÇÃO (TOTEM) DA CABINA

Deverá ser instalado conjunto de botoeiras de cabina e conjunto de sinalização (TOTEM), utilizando montantes em aço inoxidável, de modo a proporcionar visualização imediata e rápido acesso às teclas, comportando:
a) Adequação aos portadores de necessidades especiais;
b) Botões eletrônicos com teclas sensitivas ao toque, iluminados perifericamente por LED's e informação em braile alto relevo;
c) Intercomunicador viva voz interligando casa de máquina/cabina/portaria ou local designado pela Fiscalização;
d) Fonte de emergência para, quando ocorrer falta de energia, manter a cabina iluminada no mínimo 1 hora;
e) Conjunto de sinalização de cabina constituído de indicadores digitais dos pavimentos e setas multipontos indicando sentido de direção do elevador;
f) Substituição dos conjuntos cabos de comando existentes, proporcionando interligação flexível entre os componentes da cabina e armário de comando, conforme exigência da Norma NBR NM 207;

4.15. CONJUNTO OPERADOR DE PORTA DE CABINA

O conjunto de operação das folhas das portas da cabina com abertura lateral, deverá incluir operador elétrico de portas de cabina contendo motor de corrente contínua ou de corrente alternada com variação de voltagem e variação de freqüência (V.V.V.F.), caixa de controle, polias, microruptores, correias intermediárias/motora, rampa expansiva, para acionamento automático da porta da cabina, adaptado à soleira de porta de cabina e porta de pavimento atuais, prevendo novo trinco de porta dos andares e demais componentes necessários para substituir o sistema atual. Deverão ser fornecidos e

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 602

instalados nas cabinas dos elevadores novos suportes para fixação das portas de cabina e do conjunto operador de portas.

4.16. SEGURANÇA SOBRE A CABINE

Guarda corpo.

4.17. BOTOEIRA DE PAVIMENTO SOCIAIS

Deverá ser instalado botoeira de pavimento com teclas de chamada, sensíveis ao toque, eletrônica. Esse conjunto poderá ser posicionado sobre chapa de aço inox escovado e sua instalação na alvenaria ou diretamente na porta de pavimento. Não serão aceitas chapas cegas de aço inoxidável para corrigir diferenças de acabamento nos andares.

4.18. BOTOEIRA DE PAVIMENTO DE SERVIÇO

Deverá ser instalado botoeira de pavimento com teclas de chamada, sensíveis ao toque, eletrônica. Esse conjunto poderá ser posicionado sobre chapa de aço inox escovado e sua instalação na alvenaria ou diretamente na porta de pavimento. Não serão aceitas chapas cegas de aço inoxidável para corrigir diferenças de acabamento nos andares.

4.19. SINALIZAÇÃO DE PAVIMENTO - INDICADOR

Em cada pavimento-tipo deverá ser instalada sinalização eletrônica de pavimento, localizada acima da porta de cada elevador ou na botoeira, com informação sobre posicionamento (indicador de posição digital do andar em que está o elevador) e o deslocamento do mesmo por meio de setas indicativas de direção, dotadas de iluminação por LEDs que possibilite a impressão de movimento da seta na direção do deslocamento do elevador. A sinalização deverá se complementada por sinal sonoro quando da chagada do elevador no pavimento.

4.20. PORTAS DE PAVIMENTO

As portas de pavimentos em todos os andares dos elevadores sociais deverão ser substituídas por portas de abertura central com implementação e atualização dos trincos de segurança e acionamento dos novos operadores, assegurando assim, maior segurança dos mecanismos de abertura e fechamento das portas ou substituição completa.

As portas deverão ser fabricadas em chapa de aço inox em todos pavimentos, atendendo a dispositivo da norma quanto aos materiais de construção das portas que devem ser incombustíveis.

4.21. BATENTES

Os batentes passíveis de substituição das portas dos pavimentos serão fornecidos e assentados pela Instaladora. O portal deverá ser de no mínimo de 30 mm após o batente e o acabamento complementar do portal, alisares e batente deverão ser no mesmo material e padrão da respectiva porta.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 603

Orona

4.22. ILUMINAÇÃO DA CAIXA

Fornecimento e instalação de luminárias tipo tartaruga com lâmpadas de 40 a 60 Watts acionadas por 02 interruptores tipo tree-way, um na parada extrema superior e outro na inferior, de acordo com o estabelecido na norma

ABNT NBR NM 207/99, item 5.9 e norma ABNT NBR 15597/2008, para todas as caixas dos elevadores do Condomínio.

4.23. FONTE DE EMERGÊNCIA PARA LUZ NAS CABINAS E ALARME

Em cada cabina, deverá haver um dispositivo que, no caso de falta de energia elétrica, além de mantê-la parcialmente iluminada, continuará a assegurar o funcionamento do botão de alarme. Esse dispositivo será constituído por uma bateria seca, de alta confiabilidade, constantemente carregada pela rede de alimentação do edifício e controlada por um conjunto eletrônico transistorizado. Deverá manter a cabina iluminada no mínimo 1 hora.

4.24. CAMPAINHA NA PORTARIA

Na portaria do edifico deverá haver uma campainha com o botão de alarme de cada cabina. Para isso, O Contratado deverá fornecer a campainha e fazer as ligações necessárias entre o quadro de força na casa de máquinas e a cabina de cada elevador, colocar a tubulação e fiação (2 fios de 2,50m) entre a portaria e as caixas dos elevadores.

4.25. INTERCOMUNICADOR

Em cada cabina deverá haver um intercomunicador que será ligado à portaria do edifício. Ficará a cargo por sua conta o fornecimento e a colocação de toda a tubulação e fiação necessária entre a portaria e as caixas dos elevadores

4.26. SENSORES ÓTICOS/ELETROMAGNÉTICOS DE POSIÇÃO

Deverá ser utilizados sensores óticos/eletromagnéticos, em substituição aos dispositivos existentes e compatíveis com os quadros de comando, e demais componentes que proporcionarão precisão de nivelamento e paradas.

4.27. SENSORES DE PROTEÇÃO INFRA-VERMELHO

Deverá ser instalado sistema de proteção eletrônica para a porta de cabina, e substituição ao sistema de barras de proteção, atualmente eletromecânicos e móveis, de modo a proporcionar maior segurança ao usuário na operação de entrada e saída da cabina. O sistema deverá abranger toda a altura da porta, por feixes de raios infravermelhos e retroceder o movimento de fechamento da porta de cabina quando da interrupção de qualquer um desses feixes, garantindo altíssima confiabilidade e eficiência.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 604

Orona

4.28. POÇOS E CHAVE DE EMERGÊNCIA

Fornecimento e instalação de novas chaves de emergência de poço de acordo com a norma ABNT NBR NM207/99, item5.7.2.4 e norma NBR15597/2008.

4.29. OBRAS CIVÍS

Deverão ser efetuados nos elevadores os serviços abaixo com fornecimento e instalação.

4.29.1. PINTURA DA CASA DE MÁQUINA

A contratada deverá ser efetuar a pintura nas paredes e piso da casa de máquinas. No piso com tinta Epóxi cor cinza e até a altura de 1,0 m nas paredes e complemento do restante com tinta acrílica semi-brilho cor areia. O novo alçapão a ser aberto deverá ser pintado com tinta na cor amarelo brilhante.

4.29.2. RECOMPOSIÇÃO DO PISO DA CASA DE MÁQUINA

A contratada deverá efetuar a recomposição do piso da casa de máquina após a retirada de todos os componentes que não serão mais utilizados e instalações dos novos componentes, renivelando o piso para posterior pintura.

4.29.3. PINTURA DOS GANCHOS DA CASA DE MÁQUINA

A contratada deverá efetuar a pintura nos ganchos da casa de máquina dos elevadores em amarelo brilhante. Deverá também estar informada a capacidade máxima de carga em kg.

4.29.4. ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA NA CASA DE MÁQUINA E NAS CABINES

A contratada deverá fornecer e instalar a luz de emergência independente e automática, para cada elevador, com uma autonomia mínima de 1h, que assegure uma iluminação mínima de 10 lx sobre todas as máquinas de tração, de modo a garantir a realização das operações de resgate conforme NM 207 # 6.3.6.

4.29.5. CHAVE GERAL

A contratada deverá efetuar a substituição dos atuais conjuntos chaves gerais por novos dimensionados de acordo com as necessidades dos novos equipamentos e que atendam as normas técnicas atualmente vigentes, bem como instalação de dispositivo anti-surto nos quadro elétricos.

4.29.6. ATERRAMENTO

A contratada deverá efetuar deverá executar a instalação do sistema de aterramento na casa de máquinas dos elevadores.

4.29.7. ESCADA DE MARINHEIRO

A contratada deverá efetuar fornecer e instalar para acesso aos poços dos elevadores escadas de marinheiro. Devem ser feitos através de uma escada fixa incombustível, localizada próximo à porta de pavimento e fora do caminho das partes móveis do elevador. Esta escada ou seu corrimão deve estender-se até 0,80 m acima da soleira da porta de acesso, conforme NM 207 # 5.7.2.

4.29.8. PINTURA DA CAIXA

A contratada deverá efetuar a pintura das paredes das caixas dos elevadores devem ser caiadas.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 605

4.29.9. PINTURA DE FAIXA DE SEGURANÇA NA CAIXA

A contratada deverá efetuar para segurança dos técnicos nas caixas dos elevadores, faixas de 20 cm de largura em amarelo brilhante a 1,5 m antes da chegada do contrapeso pelos dois lados (subida e descida).

Pintura de proteção para as partes rotativas do maquinário (polia de tração e limitador de velocidade), avental de proteção (protetor de soleira) do carro de acordo com o item 8.4 da norma ANBT NBR NM 207/99 e escada de acesso ao poço;

4.30. CONDIÇÕES GERAIS

4.30.1. SEGURANÇA DOS SERVIÇOS

Tudo que se refere à segurança do local dos serviços, dos funcionários e do pessoal do edifício (moradores e empregados), é de responsabilidade da Contratada. Dentre estes estão: fornecimento, montagem e pintura de tapumes, se necessário, sinalização de advertência, informações, placa de obra, fitas zebradas e EPIs.

4.30.2. MATERIAL DESMONTADO- SUCATA

Toda a sucata desmontada da instalação original deve ser retirada da obra pela Contratada. O Condomínio não disponibilizará espaço para a guarda de sucata na obra.

4.30.3. ESTOCAGEM DE MATERIAIS

A contratada ficará responsável com a armazenamento das matérias.

4.30.4. CONTAINER PARA ENTULHOS DE OBRA

Caso se faça necessário, a Contratada deverá providenciar container próprio para a retirada de materiais e entulhos de obra, sem custo adicional ao Condomínio. É responsabilidade do Condomínio, indicar o local para o estacionamento do container.

4.30.5. LIMPEZA

É de responsabilidade da Contratada a manutenção da limpeza e da organização dos locais de trabalho. Inclui-se aí a apresentação dos empregados da Contratada devidamente uniformizados e identificados.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Logo após a assinatura do presente Contrato, a Contratada deverá proceder ao levantamento de modernização e baseado nestes dados iniciar a Assistência Técnica dos equipamentos atuais de acordo com os códigos, normas e regulamentos vigentes por lei, no prazo máximo de trinta dias;

5.2. Deverá iniciar a manutenção dos elevadores atuais em conformidade com o manual do fabricante;

5.3. Deverá providenciar ainda proteção da frente do vão da porta do elevador durante as instalações, conforme norma NR 18;

5.4. Fornecimento dos manuais de operação e manutenção;

5.5. Pintura das tubulações de fluidos e dos equipamentos;

5.6. Identificação das partes do sistema;

5.7. Os serviços de instalação compreenderão o fornecimento dos materiais necessários, a execução das instalações, inclusive interligação ao Quadro de Distribuição e recomposição de partes danificadas

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 606

da alvenaria, forro, pisos, revestimentos, vidros, pintura, etc., durante o processo de instalação dos equipamentos.

5.8. Os serviços de instalações rejeitados pela Fiscalização devido ao uso de materiais que não sejam os especificados e/ou qualificados como de primeira qualidade e novos, ou considerados como mal executados, deverão ser refeitos corretamente com o emprego de materiais aprovados pela Fiscalização e com mão-de-obra devidamente qualificada, com antecedência necessária para que não seja prejudicado o andamento cronológico dos serviços de instalação, arcando a Contratada com o nus decorrente do fato.

5.9. Cumprir, rigorosamente o Código Civil, as Normas Técnicas da ABNT;

5.10. Responsabilizar-se, civil e criminalmente, por todo e qualquer dano que cause a Contratada e Prepostos seus ou terceiros, por ação ou omissão em decorrência da execução dos serviços, objeto deste projeto, não cabendo à Contratante, em hipótese alguma, responsabilidade por danos diretos e indiretos;

5.11. Responsabilizar-se perante à Contratante, pelos eventuais danos ou desvios causados aos bens que foram confiados ou a seus prepostos devendo efetuar o ressarcimento correspondente imediatamente após o recebimento da notificação da Fiscalização, sob pena de glosa de qualquer importância que tenha a receber; limitado ao valor do contrato entre as partes;

5.12. Utilizar na execução dos serviços, pessoal especializado, devidamente uniformizado e/ou identificado;

5.13. Em hipótese nenhuma, o CONDOMINIO aceitará durante a execução dos serviços de instalação dos equipamentos, funcionários da empresa que não estejam portando os Equipamentos de Projeção Individual (EPIs), necessários à execução das atividades.

5.14. Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

5.15. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante e cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

5.16. Evitar interrupções ou paralisações na execução dos serviços;

5.17. Todo e qualquer serviço que venha a atrapalhar o bom andamento dos serviços no horário comercial, deverá ser acordado com o responsável da unidade para não interromper as atividades normais.

5.18. Elaborar o detalhamento da instalação, com fornecimento de desenhos, especificações de compra, listas de materiais, manuais e demais documentos técnicos aplicáveis;

6.OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Notificar a Contratada de qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços;

6.2. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nos dispositivos legais;

6.3. Disponibilizar por meio de cópias heliográficas, sem ônus para a Contratante, o material de informações constante das medições e referências de projeto.

7.DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. DIVERGÊNCIAS, PRIORIDADES E INTERPRETAÇÕES

Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos contratuais, fica estabelecido que:

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 607

7.1.1. Em caso de divergências entre a Planilha Estimativa do Edital e o Projeto Básico, prevalecerá este último;
7.1.2. Em caso de divergências entre o Projeto Básico e as Normas da ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas, prevalecerão sempre estas últimas;
7.1.3. Em caso de dúvidas quanto à interpretação de qualquer documentação e das prescrições contidas no presente Projeto Básico, será consultada a Fiscalização;
7.1.4. Não caberá à Contratada alegação de desconhecimento ou omissões em orçamento.

7.2. LICENÇAS E FRANQUIAS

7.2.1. A Contratada deverá registrar no CREA, as Responsabilidades Técnicas da obra, e de autoria dos projetos executivos.
7.2.2. A obtenção de Licença/Alvará de Construção e Carta de Habite-se, quando for o caso, serão de responsabilidade da Contratada.
7.2.3. A Contratada será responsável pela contratação de todo o pessoal necessário ao pleno desenvolvimento da obra/serviço e deverá cumprir as prescrições referentes às Leis Trabalhistas e da Previdência Social.

7.3. MODIFICAÇÕES DE PROJETO

Conforme instruções do Contratante, toda e qualquer sugestão da Contratada visando modificar o projeto, especificações de materiais, as quantidades ou trocas de serviços após a assinatura do Contrato, deverá ser encaminhada à Fiscalização, em 02 (duas) vias, ao mesmo tempo em que deverá fornecer:

a) Composição de custos com as quantidades e preços da proposta da Licitação;
b) Justificativa técnica e comercial para as razões das alterações;

c) Documentos comprovando a impossibilidade do fornecimento do material especificado por parte do fabricante;
d) Coleta de Preços do material considerado equivalente com proposta de três fornecedores;
e) Documentos de análise técnica dos materiais por órgãos oficiais, quando solicitado pela Contratante.

7.4. Normas Aplicadas:

7.4.1. 62040-1-1: Requisitos gerais de segurança.
7.4.2. Normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas - NM 207, NBR 5665, NM 196, NBR 5410, NR 18, NBR 313, NBR 5666 e NBR9050.

7.5. O CONDOMINIO exercerá a fiscalização da entrega e execução dos serviços de instalação dos equipamentos através de profissional habilitado e designado.

7.6. Dúvidas na interpretação deste Projeto Básico serão esclarecidas e suprimidas por intermédio do CONDOMINIO.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 608

7.7. Os locais afetados pela execução dos serviços de instalação dos equipamentos deverão ser mantidos pela Contratada em perfeito estado de limpeza. Previamente á execução dos serviços de instalação, a Contratada deverá cobrir o mobiliário existentes nos locais de instalação, com lona plástica para a proteção dos mesmos contra poeira ou detritos.

7.8. A Contratada deverá dar "garantia dos equipamentos fornecidos e respectivos serviços de instalação", contra defeitos de fabricação e instalação, por um período mínimo de 12 (doze) meses, à partir da data de recebimento definitivo dos mesmos.

7.9. A Contratada deverá obedecer as seguintes formas de atendimentos no período da garantia:

a) A substituição de peças, eventualmente necessárias, deverá se dar dentro de um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, para que não deixe em descoberto, a instalação dos locais do objeto;

b) O período de Garantia será sempre suspenso, a partir da constatação de defeito pela Contratante até a efetiva correção do mesmo pela Contratada. Na hipótese de substituição de equipamentos, um novo período de Garantia será iniciado, somente para os itens substituídos, contando o prazo a partir da aceitação pela Contratante do equipamento novo.

c) As peças ou equipamentos substituídos durante o período de garantia serão sem ônus para o CONDOMINIO.

d) A Garantia aqui prestada cobre quaisquer defeitos provenientes de erros ou omissões da Contratada, em especial, decorrentes de erro de concepção de projeto, de matéria-prima, de fabricação, de montagem e de coordenação técnica e administrativa. Esta Garantia exclui, todavia, danos ou defeitos resultantes do desgaste normal; do uso anormal dos equipamentos e instrumentos; de carga excessiva; de influência de ação química ou eletroquímica; de fundações e/ou serviços de obras civis inadequados e de outras razões fora do controle da Contratada.

e) Esta Garantia também se estende a todos os serviços e fornecimentos efetuados nos equipamentos e instrumentos fornecidos, em função da própria Garantia.

f) Caso a Contratada deixe de tomar as providências necessárias à reposição ou correção dos materiais e equipamentos dentro do prazo fixado de comum acordo com a Contratante, após recebimento de aviso, por escrito, a Contratante poderá, a seu exclusivo critério, substituir ou corrigir esses equipamentos e materiais conforme o caso, debitando à Contratada, o custo desse procedimento, permanecendo a mesma, para todos os fins, como responsável pelo perfeito desempenho desses materiais e equipamentos, não se alterando ou diminuindo a garantia e manutenção geral prevista neste fornecimento.

g) A Garantia aqui definida, em nenhuma hipótese será alterada ou diminuída, sendo que quaisquer aprovações de desenhos, fiscalizações ou inspeções, exercidas pela Contratante, não elidirão a total e exclusiva responsabilidade da Contratada pela perfeita qualidade de fabricação, dos materiais e serviços por ela fornecidos ou prestados.

7.10. Os equipamentos devidamente instalados, serão recebidos pela Fiscalização do CONDOMÌNIO, mediante Termo Circunstanciado, assinado pelas partes.

7.11. Durante a execução dos serviços de instalação dos equipamentos, não se admitirá, nas instalações elétricas, emendas de fios e cabos.

7.12. Todas as despesas relativas ao fornecimento e à execução dos serviços de instalação dos equipamentos como: mão-de-obra, equipamentos e ferramentas, óleos, lubrificantes, combustíveis,

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 609

testes, fretes, transportes horizontais e verticais, impostos, taxas, emolumentos, leis sociais, etc., bem como, providências quanto à legalização perante os Órgãos Federais e do Distrito Federal, correrão por conta da Contratada.

8. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIA

8.1. Para perfeita execução e completo acabamento das obras e serviços, a Contratada se obriga, sob as responsabilidades legais vigentes, a prestar toda assistência técnica e manutenção necessárias para imprimir andamento conveniente aos trabalhos, inclusive durante a Garantia.

8.2. A Contratada deverá manter à disposição das obras/serviços, engenheiro mecânico, legalmente habilitado (s), além de auxiliares de comprovada competência.

8.3. Caberá à Contratada providenciar pessoal especializado para obtenção do acabamento desejado, bem como perfeita vigilância nos locais de execução das obras/serviços até sua entrega provisória.

8.4. A Contratada providenciará, sempre que solicitado, às suas custas, realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, fornecimento de protótipos, bem como os reparos que se tornem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições, inclusive no prazo de Garantia.

8.5. Será de inteira responsabilidade da contratada reparar quaisquer elementos que porventura sejam danificados em decorrência das obras aqui especificadas.

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Após a assinatura do contrato a Contratada deverá entregar o cronograma elaborado em função da quantidade de elevadores a serem modernizados e da viabilidade de execução com o menor impacto no funcionamento do edifício.

9.1. RECEBIMENTO PROVISÓRIO/DEFINITIVO

9.1.1. Recebimento Provisório das Obras e Serviços:

O Contratado deverá fornecer, no mínimo, as documentações como folha de dados técnicos e os desenhos dimensionais de cada elevador, CD com documentação do produto, com o endereço do IP (protocolo), "As-Built", compatibilidade com equipamentos de vários fornecedores (comprovada através de catálogo), em CD e impresso;

O recebimento provisório das obras/serviços será feito mediante as seguintes condições:

a) após sua conclusão;
b) a pedido da CONTRATADA, até o último dia do prazo da obra/serviços fixado no CONTRATO;
c) pelo FISCAL responsável pelo seu acompanhamento, dentro de um período máximo de 15 dias, corridos após a comunicação escrita de CONTRATADA, comprovando-se a adequação do objeto aos termos contratuais;
d) conformidade da obra/serviço com o projeto e especificações;

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 610

e) após a vistoria na qual não se encontrem defeitos e/ou imperfeições. Será exigido para o recebimento provisório da obra/serviço que a CONTRATADA entregue ao CONDOMINIO um jogo de cópias do projeto de instalação contendo todas as modificações havidas no projeto Básico, devidamente registrado no CREA; serão exigidos da CONTRATADA, quando for o caso, os documentos abaixo relacionados:

a) certificados de garantia e manutenção de equipamentos;

b) manuais de operação e manutenção de máquinas, instalações e equipamentos.

c) A proponente deverá ao final da instalação fornecer "As Built" constando os materiais utilizados e uma tabela descrevendo o endereço de circuito e sua localização na planta, em mídia magnética, constando o projeto de infra-estrutura e distribuição do cabeamento, em formato Auto Cad 2012 ou superior.

Vencido o prazo estipulado para a conclusão da obra/serviço, caso a CONTRATADA não solicite seu recebimento, a FISCALIZAÇÃO deverá elaborar relatório informando sobre o estado da obra e quais as pendências ainda existentes para a sua conclusão. Recebimento Definitivo das Obras e Serviços:

O recebimento definitivo das obras/serviços será feito mediante as seguintes condições:

a) até 90 (noventa) dias a contar da lavratura do Termo de Recebimento Provisório.

b) Pelo CONDOMINIO, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, comprovando-se a adequação do objeto aos prazos contratuais. Obs.: Será emitido Laudo de Vistoria, contendo todos os itens do CONTRATO não cumpridos satisfatoriamente.

Será exigência para o recebimento definitivo da obra/serviços que a CONTRATADA entregue o CONDOMINIO.

a) Comprovante de quitação dos débitos perante a Previdência Social.

b) A CONTRATADA deverá entregar as instalações e equipamentos em perfeitas condições de uso e funcionamento.

Com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, fica estabelecido, a partir desta data o prazo de garantia.

10. PENALIDADES

10.1. A multa por infrações de cláusulas contratuais quer quanto ao montante, quer quanto ao modo de cobrança, serão assim, estabelecidas:

a) O atraso no cronograma para realização do serviço, irá gerar suspensão do faturamento pertinente a medição do serviço executado, regularizando o tempo os pagamentos voltam a ser normalizados, sem acréscimos de juros ou multas.

b) Qualquer atraso nos pagamentos devidos, com o cronograma em dia, ficará sujeito a correção monetária calculada pela variação do Índice Geral de Preços (IGP) - Coluna 2 - Disponibilidade Interna (DI), da Fundação Getúlio Vargas, acrescidas de multa moratória diária de 0,3 % (três décimos) ao dia e despesas administrativas e/ou bancárias incorridas na cobrança.

10.2. Não caberá à Contratada, alegação de desconhecimento ou omissões em orçamento.

10.3. A Contratada responsabilizar-se-á por:

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 611

a) Falta de execução global dos serviços executados, será fixada a suspensão da última parcela até a conclusão dos itens apontados;

c) Danos ou prejuízos causados direta ou indiretamente ao CONDOMINIO, ou a terceiros deverá ser negociado entre as partes;

d) Infrações ou multas decorrentes da inobservância de quaisquer regulamentos ou legislação específica vigentes no Distrito Federal, no que se refere aos serviços contratados, correrão por conta da contratante.

10.4. Todos os materiais a empregar na obra serão novos, comprovadamente de primeira qualidade e satisfarão rigorosamente às condições estipuladas pelas normas da ABNT e por estas especificações.

10.5 – DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.5.1: Este contrato poderá ser rescindido de pleno direito pela CONTRATADA caso o CONTRATANTE: 1) Atrase o pagamento de quaisquer das parcelas por mais de 30 (trinta) dias; 2) A não observância de especificações e prazos. Neste caso, a CONTRATADA deverá notificar por escrito o motivo do inadimplemento, concedendo prazo de 15 (quinze) dias para solução do problema, ao término do qual, caso não tenha sido solucionado o problema, o contrato estará automaticamente rescindido; 3) Transferência a terceiros, sem prévio consentimento da CONTRATADA. Em quaisquer dos casos, o CONTRATANTE perderá em favor da CONTRATADA todas as parcelas pagas, bem como materiais e equipamentos entregues e a entregar, ficando desde já autorizada a CONTRATADA a retirar os mesmos de onde estiverem depositados.

10.5.2: O contrato poderá ser rescindido pelo CONTRATANTE nas seguintes situações: 1) Desistência da compra do equipamento, desde que o mesmo não tenha sido entregue. Pagando em favor da CONTRATADA uma multa de 2% (dois por cento) do valor total do contrato e a CONTRATADA devolverá a quantia recebida, descontados os custos específicos tais como: projetos, peças não-padronizadas, cabinas especiais, e demais partes que não possuam condições de reaproveitamento, já tendo sido entregues na obra ou em fase de fabricação; 2) Descumprimento da CONTRATADA de suas obrigações contratuais, inclusive em caso de atraso na entrega da obra, com prazo superior a 60 (sessenta) dias. Neste caso o CONTRATANTE deverá notificar por escrito o motivo do inadimplemento, concedendo prazo de 30 (trinta) dias para solução do problema, ao término do qual, caso não tenha sido solucionado o problema, o contrato estará automaticamente rescindido. A CONTRATADA ficará de posse integral do equipamento e devolverá ao CONTRATANTE todas as parcelas pagas integralmente, acrescido de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total pago.

11) PRAZO DOS MATERIAIS:

Materiais na obra: **06 (seis)** meses.

12) PRAZO DE CONCLUSÃO:

Elevador de serviço: **08 (oito)** meses;
Elevador social nº 01: **10 (dez)** meses;
Elevador social nº 02: **12 (doze)** meses.

13) GARANTIA:

ORONA AMG
Eduardo Carvalho
Coord. / selet. Técnica

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 612

Termo de Garantia **12 (doze)** meses a partir da data da carta de entrega de cada elevador.

14) DA MANUTENÇÃO NO PERÍODO DA GARANTIA:
Durante o pedido da garantia, o CONTRATANTE se compromete a firmar e/ou renovar o contrato de manutenção com a empresa CONTRATADA.

15) FORO
As partes elegem o foro da Circunscrição Judiciária do Distrito Federal, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões oriundas da execução do presente Contrato.

E por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, depois de lido e achado conforme, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, vai por todos assinado, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, perante a justiça.

Brasília-DF, 1º de Janeiro de 2016.

Contratante:

Condomínio do Edifício Paulo Maurício
Nome: Valdicleia Dutra Barbosa de Souza
CPF: 471.716.261-72
Fone: 3328.2770
E-mail: valdadutra37@gmail.com

Testemunhas:

Nome: Maria Socorro Silva Medeiros
CPF: 428308851-04

Contratada:

MÓDULO Engenharia, Cons. e Ger. Predial Ltda
Eng.º Juvenal Antunes P. Junior
CREA-DF 7929-D

Módulo Engenharia, Consultoria e Gerência Predial Ltda
Nome: Edimilson Rodrigues – Diretor Comercial
CPF:
Fone: (61) 9965-0529
E-mail: erodrigues@orona.com.br

Testemunhas:

Módulo Engenharia, Consultoria e Gerência Predial Ltda
Nome: Pedro Paulo Soares
CPF:
Telefone: (61) 9139-2539
E-mail: psoares@orona.com.br

ORONA AMG
Eduardo Carvalho
Coord. Assist. Técnica

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 613



República Federativa do Brasil
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

Registro Nacional
261183824-0

CONFEA CREA

Nome
BRUNO HELD DOS SANTOS

Filiação
CARLOS EDUARDO DOS SANTOS
RITA DE CASSIA HELD DOS SANTOS

C.P.F. | Documento de Identidade | Tipo Sang.
329.450.368-07 | 30.530.358-2 SSP |

Nascimento | Naturalidade | UF | Nacionalidade
04/06/1985 | SÃO PAULO | SP | BRASILEIRA

Crea de Registro | Emissão | Data de Registro
CREA-SP | 19/02/2014 | 20/03/2013

Ass. Presidente

Registro no Crea
5069025858

Título Profissional
Engenheiro Eletricista - Eletrônica
Técnico em Eletrônica

Ass. do Profissional

Válida em todo território nacional

Vale como Documento de Identidade e tem Fé Pública (§2º do art. 56 da Lei nº 5194 de 24/12/66 e Lei nº 6206 de 07/05/75)

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é eletricista, não se meta a fazer serviços de eletricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos Membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha.

Conversa e discussão no trabalho predispõem a acidentes pela desatenção.

Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.

MTE - DRT - SP Convênio SERT

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número 94402 Série 00297-SP

ASSINATURA DO PORTADOR

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Bruno Held Dos Santos

Loc. Nasc. São Paulo Est. S.P Data 04/06/1985

Filiação Carlos Eduardo dos Santos e Rita de Cassia Held dos Santos

Doc. nº RG 30530358-2 SSP

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em ...../...../..... Doc. Ident. nº .....

Exp. em ...../...../..... Estado .....

Obs. .....

Data Emissão 08/01/03 DRT São Paulo

SILVIA HELENA DE LIMA
Assinatura do Funcionário
R.G. 17.957.014-6
Emissor de CTPS

MTE - DRT - SP
Convênio SERT
São Paulo

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE
(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

9

Nome .....
Doc. .....
Nome .....
Doc. .....
Nome .....
Doc. .....
Nome .....
Doc. .....
Est. Civil .....
Nome .....
Doc. .....
Nascimento .....

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 616

12 CONTRATO DE TRABALHO

Empregador THYSSENKRUPP Elevadores S/A.

CNPJ/MF 90.347.840/0001-18

Rua Av. Francisco Matarazzo Nº 1055

Município São Paulo SP Est.

Esp. do estabelecimento Ind. Elevadores

Cargo Oficial Manutenção de Elevadores I CBO nº

Data admissão 19 de janeiro de 2004

Registro nº Fls./Ficha 4829

Remuneração especificada R$ 1.045,51 um mil, quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) p/mês

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A.
FILIAL DE SÃO PAULO

1º 2º

Data saída 06 de junho de 2016

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A.
FILIAL DE SÃO PAULO

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº 773403839 2

Vid. pag 43

CONTRATO DE TRABALHO 13

CNPJ :10.885.360/0001-71
AMG ELEVADORES LTDA

RUA CLELIA N 272
AGUA BRANCA - CEP 05042-000
SAO PAULO - SP

Esp. estab. : INT MAN E REP ELEV ESCADA
Cargo : TECNICO EM MANUTENÇÃO
CBO : 3132-05 CTPS : 0094402/00297
Data admissão : 1 de Novembro de 2016
Livro :
Folha :
Remuneração especificada :
R$ 2.500,00 (dois mil, quinhentos reais) por mês.

AMG ELEVADORES LTDA
Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída de de

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº

Vid. pag 48

28 ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

Aumentado em 01/03/16 Para R$ 3.421,65
Na função de a mesma
CBO ..... por motivo de convenção coletiva
THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A. FILIAL DE SP
Assinatura do empregador

Aumentado em 01/01/17 Para R$ 3.700,00
Na função de Supervisor Técnico
CBO ..... por motivo de mudança de função
AMG ELEVADORES LTDA
Assinatura do empregador

Aumentado em 01/08/17 Para R$ 3.769,93
Na função de a mesma
CBO ..... por motivo de Convenção
AMG ELEVADORES LTDA
Assinatura do empregador

Aumentado em 01/01/18 Para R$ 4.700,00
Na função de Sup. Assistência Técnica
CBO ..... por motivo de mudança de função com aumento
AMG ELEVADORES LTDA
Assinatura do empregador

ALTERAÇÕES DE SALÁRIO 29

Aumentado em 01/09/18 Para R$ 4.794,25
Na função de Coord. TÉCNICO ENG° ELÉTRICO
CBO ..... por motivo de C.C.T.
MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA
Assinatura do empregador

Aumentado em ...../...../..... Para R$ .....
Na função de .....
CBO ..... por motivo de .....
.....
Assinatura do empregador

Aumentado em ...../...../..... Para R$ .....
Na função de .....
CBO ..... por motivo de .....
.....
Assinatura do empregador

Aumentado em ...../...../..... Para R$ .....
Na função de .....
CBO ..... por motivo de .....
.....
Assinatura do empregador

ANOTAÇÕES DE FÉRIAS

Gozou férias relativas ao período de 2016/2017

de 03/10/17 a 27/10/18

MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA

Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de.....

de ...../...../..... a ...../...../.....

.....

Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de.....

de ...../...../..... a ...../...../.....

.....

Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de.....

de ...../...../..... a ...../...../.....

.....

Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de.....

de ...../...../..... a ...../...../.....

.....

Assinatura do empregador

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

(Lei nº 5.107/66, regulamentada pelo Dec. nº 59.820/66)

OPÇÃO			RETRATAÇÃO		
19 / 01 / 04			..... / ..... /		
Dia	Mês	Ano	Dia	Mês	Ano

Banco depositário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Agência Açorianos

Praça Porto Alegre RS Estado .....

Empresa THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A

Adriano Viana

THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A.
FILIAL DE SÃO PAULO

Carimbo e assinatura do empregador

OPÇÃO	RETRATAÇÃO
01/11/2016	

Banco depositário :

Agência :

Cidade : UF : DF

AMG ELEVADORES LTDA

AMG ELEVADORES LTDA

Carimbo e assinatura do empregador

Carimbo e assinatura do empregador

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 619

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

Contrato de Experiência

CNPJ :10.885.360/0001-71
AMG ELEVADORES LTDA

RUA CLELIA N 272
AGUA BRANCA - CEP 05042-000
SAO PAULO - SP
CTPS : 0094402/00297

O portador da presente foi admitido em 01/11/2016, por instrumento escrito, pelo prazo de 45 dias de experiência, podendo o contrato ser prorrogado por mais 45 dias.

AMG ELEVADORES LTDA
Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

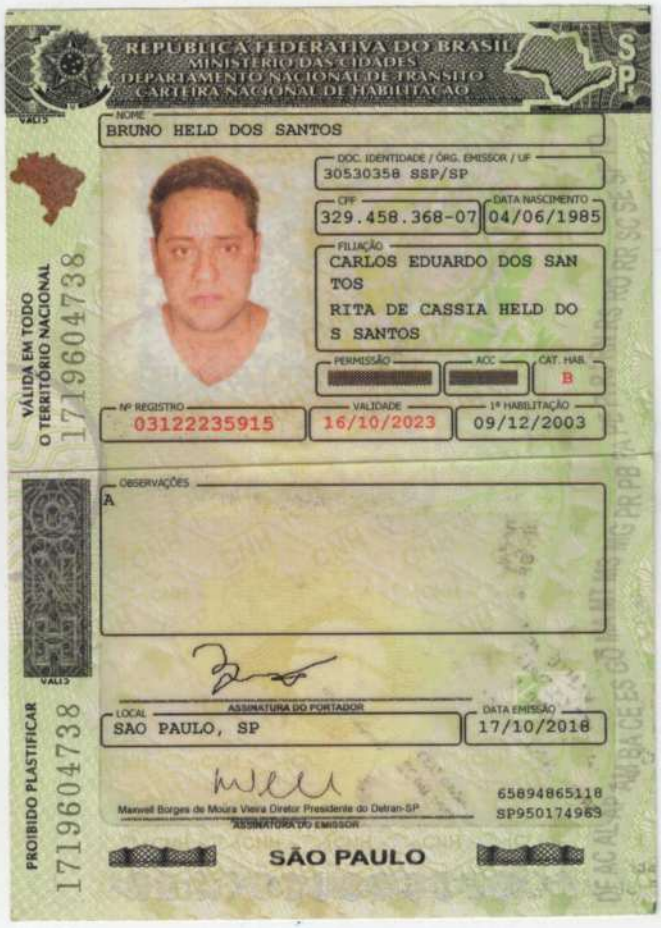
(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

Mudança de função em
01/03/17 para Supervisor
Técnica. PAG 28
01/01/18 para Supervisor
Assistência Técnica PAG 28

AMG ELEVADORES LTDA

01/06/17 para Coord.
Assistência Técnica
01/08/18 para Coord. Técnico
ENG° ELÉTRICO.

AMG ELEVADORES LTDA


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
SP
NOME
BRUNO HELD DOS SANTOS
DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
30530358 SSP/SP
CPF
329.458.368-07
DATA NASCIMENTO
04/06/1985
FILIAÇÃO
CARLOS EDUARDO DOS SAN
TOS
RITA DE CASSIA HELD DO
S SANTOS
PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B
Nº REGISTRO
03122235915
VALIDADE
16/10/2023
1ª HABILITAÇÃO
09/12/2003
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1719604738
OBSERVAÇÕES
A
LOCAL
SAO PAULO, SP
ASSINATURA DO PORTADOR
DATA EMISSÃO
17/10/2018
Maxwell Borges de Moura Vieira Diretor Presidente do Detran-SP
ASSINATURA DO EMISSOR
65894865118
SP950174983
SÃO PAULO
PROIBIDO PLASTIFICAR
1719604738

Universidade Paulista

O Reitor da Universidade Paulista, no uso de suas atribuições
e tendo em vista a colação de grau no Curso de Engenharia,
em 29 de julho de 2013, confere o título de

Engenheiro a

Bruno Held dos Santos

brasileiro, natural do Estado de São Paulo, nascido a 04 de junho de 1985,
R.G. nº 30.530.358-2- SP

e outorga-lhe o presente Diploma,
a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.
São Paulo, 29 de julho de 2013

Reitor

Secretário Geral

Diplomado

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 622

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE OSASCO
Lei municipal nº 801/68 e Decreto nº 1525/69

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA FUNDAÇÃO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE OSASCO

ATO Nº 109 DE 18/04/69 DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO

Rua Camélia, 26 - Jardim das Flores - Osasco - São Paulo

O DIRETOR: **DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA FUNDAÇÃO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE OSASCO - UNIDADE 1**

CONFERE A: ***BRUNO HELD DOS SANTOS*** R.G. 30.530.358-2/SP

NATURAL DE: São Paulo UNIDADE DA FEDERAÇÃO SÃO PAULO

NASCIDO (A) EM 04 DE JUNHO DE 1985 ,O PRESENTE DIPLOMA, NOS TERMOS DO INCISO VII DO ART 24 DA LEI 9394/96, POR HAVER CONCLUÍDO EM 08 DE JANEIRO DE 2004, EM NÍVEL MÉDIO, A HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICO EM ***ELETRÔNICA***

TÍTULO PROFISSIONAL CONFERIDO: ***TÉCNICO EM ELETRÔNICA***

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DO CURSO: PARECER C.F.E. Nº 45/72

OSASCO, 29 DE JUNHO DE 2005

DIRETOR

Vera Antonia Dante
R.G. 5.604.099

TITULAR DO DIPLOMA

SECRETÁRIO

Délio Galan Alves
SECRETÁRIO
RG:4.936.757 - Art. D.E. 1/81

SEI 2022.017753 / pg. 623
Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702)

Universidade Paulista

UNIP
UNIVERSIDADE PAULISTA

O Reitor da Universidade Paulista, no uso de suas atribuições
e tendo em vista a colação de grau no Curso de Engenharia,
em 29 de julho de 2013, confere o título de

Engenheiro a

Bruno Held dos Santos

brasileiro, natural do Estado de São Paulo, nascido a 04 de junho de 1985,
R.G. nº 30.530.358-2- SP

e outorga-lhe o presente Diploma,
a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.
São Paulo, 29 de julho de 2013

Reitor

Diplomado

Secretário Geral

Habilitação Técnica - MODULO_ORIONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 624

9666478

Reitor: Dr. João Carlos Di Genio
Vice-Reitor de Graduação: Dr. Yugo Okida
ário Geral: Prof. Afonso Celso Fraga Sampaio Amaral
ecretário Geral Adjunto: Prof. Edison Fernandes

Universidade Paulista

Reconhecida pela Portaria MEC n.° 550
D.O.U de 09-11-1988

Curso de Engenharia

ovado pela Portaria 286, publicada no D.O.U. em 27 de dezembro de 2012.

O diplomado concluiu nesta Universidade a Habilitação em:

Engenharia Elétrica

Modalidade

Eletrônica

São Paulo, 29 de julho de 2013

.....

Secretário Geral

UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP

Secretaria Geral
Departamento de Registros de Diplomas

Diploma registrado sob n.° 291109

Processo n.° 2013.1.282815

nos termos do Artigo 48 § 1° da Lei 9394/96,

São Paulo, 08 de agosto de 2013

.....

De acordo.

.....

Prof. Edison Fernandes
Secretário Geral Adjunto
RG: 2.813.885

Este diploma foi apresentado para registro no Crea-SP.

São Paulo, 22/10/2013

UGI CENTRO - CREA-SP

Maria Leticia da Silva
Agente Administrativo - 2631
UGI Centro - CREA - SP

146215

Habilitação Técnica - MODULO_QUONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 625

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE OSASCO

Lei municipal nº 801/68 e Decreto nº 1525/69

ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA FUNDAÇÃO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE OSASCO

ATO Nº 109 DE 18/04/69 DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO

Rua Camélia, 26 - Jardim das Flores - Osasco - São Paulo

DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA FUNDAÇÃO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE OSASCO - UNIDADE 1

BRUNO HELD DOS SANTOS R.G. 30.530.358-2/SP

São Paulo UNIDADE DA FEDERAÇÃO SÃO PAULO

04 DE JUNHO DE 1985 ,O PRESENTE DIPLOMA, NOS TERMOS DO INCISO VII DO ART 24 DA

R HAVER CONCLUÍDO EM 08 DE JANEIRO DE 2004, EM NÍVEL MÉDIO, A HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICO EM

ÔNICA

IONAL CONFERIDO: *TÉCNICO EM ELETRÔNICA*

O LEGAL DO CURSO: PARECER C.F.E. Nº 45/72

OSASCO, 29 DE JUNHO DE 2005

DIRETOR

ntonia Dante
5.804.099
iretora

TITULAR DO DIPLOMA

SECRETÁRIO

Délio Galan Alves
SECRETÁRIO
RG:4.936.757 - Aut. D.E. 17/81

Coordenação Técnica (MODULO_ORONA_2014402) SEI 2022.0077 / pg. 626

DIPLOMA expedido conforme registro dos resultados finais constantes da página nº 17

do livro nº, 10 em 08 / 01 / 2004

Escola de Educação Básica da F.I.T.O.

Vera Antonia Dante
R.G. 5.604.099
Diretora

Délio Galan Alves
SECRETÁRIO
RG:4.936.757 - Aut. D.E. 17/81

VISTO CONFERE
Conforme registro no Sistema GDAE
Nº registro 00545138442
www.gdae.sp.gov.br
Osasco, 29/06/2005

Observações

Este diploma foi apresentado para registro no CREA-SP.
Osasco 13/03/13
SECCIONAL OSASCO

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.0177[illegible]/pg. 627



MINISTÉRIO DA DEFESA
CERTIFICADO DE DISPENSA
DE INCORPORAÇÃO
04ª C S M

RA 040122652163

BRUNO HELD DOS SANTOS

EM CASO DE CONVOCAÇÃO DEVE APRESENTAR-SE IMEDIATAMENTE
Emissão São Paulo , SP, 17/Jul/2003

FILIAÇÃO
PAI CARLOS EDUARDO DOS SANTOS
MÃE RITA DE CASSIA HELD DOS SANTOS

DATA NASC 04/06/1985
NATURALIDADE SAO PAULO-SP

Dispensado do Serviço Militar inicial em 27 de Março de 2003
por ter sido incluído no excesso do contingente

Cmt/Ch ou Dirt
EUGENIO COSTA MOCHON - CAP
Delegado de Serviço Militar da 17ª Del Sv Mil/4ª CSM

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
BRUNO HELD DOS SANTOS

DATA DE NASCIMENTO	Nº INSCRIÇÃO	ZONA	SEÇÃO
04/06/1985	323393110108	403	0079

MUNICÍPIO / UF	DATA DE EMISSÃO
SÃO PAULO/SP	09/06/2003

JUIZ ELEITORAL

PRESIDENTE DO TRE-SP

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

Habilitação Técnica - MODULO_ÕRONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 628

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL



Bruno Held

DISPENSADO

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 629

COMPROVANTE DE VOTAÇÃO
ELEIÇÕES GERAIS 2018 - 1º TURNO
DATA: 07/10/2018

BRUNO HELD DOS SANTOS

Inscrição: 3233 9311 0108
UF: SP Zona: 0403 Seção: 0079

COMPROVANTE DE VOTAÇÃO
ELEIÇÕES GERAIS 2018 - 2º TURNO
DATA: 28/10/2018

BRUNO HELD DOS SANTOS

Inscrição: 3233 9311 0108
UF: SP Zona: 0403 Seção: 0079

lello
CONDOMÍNIOS



RECIBO - PRESTAÇÃO DE CONTAS
FICHA DE CAIXA/COMPENSAÇÃO

5775 - PRIX

BRUNO HELD DOS SANTOS

	E/.S	C	34
000057	27/08/2018		4
	10/09/2018		

RUA FRAGARIA ROSEA,418 - JARDIM CIDADE PIRITUBA

02945-080 SAO PAULO / SP

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 631

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

FUNDAÇÃO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE OSASCO

Lei municipal nº 801/68 e Decreto nº 1525/69

COLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA FUNDAÇÃO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE OSASCO

ATO Nº 109 DE 18/04/69 DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA EDUCAÇÃO

Rua Camélia, 26 - Jardim das Flores - Osasco - São Paulo

DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA FUNDAÇÃO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE OSASCO - UNIDADE 1

BRUNO HELD DOS SANTOS R.G. 30.530.358-2/SP

São Paulo UNIDADE DA FEDERAÇÃO SÃO PAULO

04 DE JUNHO DE 1985 ,O PRESENTE DIPLOMA, NOS TERMOS DO INCISO VII DO ART 24 DA

R HAVER CONCLUÍDO EM 08 DE JANEIRO DE 2004, EM NÍVEL MÉDIO, A HABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICO EM

ÔNICA

IONAL CONFERIDO: *TÉCNICO EM ELETRÔNICA*

O LEGAL DO CURSO: PARECER C.F.E. Nº 45/72

OSASCO, 29 DE JUNHO DE 2005

IRETOR

ntonia Dante
5.804.099
iretora

TITULAR DO DIPLOMA

SECRETÁRIO

Délio Galan Alves
SECRETÁRIO
RG:4.936.757 - Aut. D.E. 17/81

DIPLOMA expedido conforme registro dos resultados finais constantes da página nº 17

do livro nº, 10 em 08 / 01 / 2004

Escola de Educação Básica da F.I.T.O.

Vera Antonia Dante
R.G. 5.604.099
Diretora

Délio Galan Alves
SECRETÁRIO
RG:4.936.757 - Aut. D.E. 17/81

VISTO CONFERE
Conforme registro no Sistema GDAE
Nº registro 00545138442
www.gdae.sp.gov.br
Osasco, 29/06/2005

Observações

Este diploma foi apresentado para registro no CREA-SP.
Osasco 13/03/13
aceito
SECCIONAL OSASCO

Ficha de Registro de Empregado

Dados do Empregador

Empresa: MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA Nº 2
CNPJ/CEI: 05.926.726/0008-40
Ativ Federal: 4329-1/03
Endereço: Avenida: DJALMA BATISTA, 735, BL B LOJA 105 C COM CASACENTER
Bairro: CHAPADA
Município: Manaus - AM - 69.050-010

Dados do Empregado

Nome: BRUNO HELD DOS SANTOS Código: 000786
Pai: CARLOS EDUARDO DOS SANTOS Nr. Recibo:
Mãe: RITA DE CASSIA HELD DOS SANTOS
Nascimento: 04/06/1985 Sexo: Masculino Est. Civil: Casado Raça/Cor: Não Informado
Naturalidade: São Paulo - SP Nacionalidade: Brasileiro
Endereço: Avenida Djalma Batista, 735 - Sala 105 Cs Center
Bairro: Chapada CEP: 69.050-010
Município: Manaus - AM
CPF: 329.458.368-07
RG: 305303508 Órgão: SSP Estado: SP Emissão RG: 26/03/2013
Número CTPS: 94402 Série CTPS: 00297 Estado CTPS: SP Expedição CTPS: 08/01/2003
PIS: 132.65168.85.8 Cadastro PIS:
Instrução: Educação Superior completa
CNH: 03122235915 Categoria CNH: B Validade CNH: 16/10/2023
Reservista: Categoria: Tít. Eleitoral: 323393110 1/08 Zona: 403 Seção:
Banco: Conta: Dígito: Agência:
Sindicato: SIND TRAB IND MEC E MAT ELET DE MANAUS
Cons. Profis: Registro Profis: Data Registro:



Cadastro de Estrangeiro

Data Chegada:
Tipo Visto:
Carteira RNE:
Validade RNE:
Número da Portaria:
Data da Portaria:

Contrato de Trabalho

Admissão: 13/09/2021
Optante FGTS: Sim Data Opção: 13/09/2021 Conta FGTS:
Cargo: COORDENADOR ASSISTENCIA TECNICA CBO: 950305
Organograma: MANUTENÇÃO
Remuneração: 6.500,00 Modo Pgto: Dinheiro Período: Mensal
Escala: 08:00/12:00-13:12/18:00

Ficha Familiar	Nome	Nascimento	Parentesco
1	RITA DE CASSIA HELD DOS SANTOS		Pai/Mãe
2	CARLOS EDUARDO DOS SANTOS		Pai/Mãe
3	SAORI FERNANDES MOREIRA	20/06/2012	Enteado/Enteada
4	CARLA MACEDO FERNANDES	28/12/1991	Cônjuge
5	RAFAELA FRANCA HELD	05/04/2015	Filho/Filha

Manaus, 13 de setembro de 2021

Assinatura Empregado

Data da dispensa _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura Empregado

Polegar Direito

Salários

Data Alteração	Data Efeito	Seq	Valor Salário	Perc.	Tp Salário	Motivo	Descrição	Estr	Tab.Salarial
13/09/2021		1	6.500,00	0,00	Mensal	1	Admissão		

Cargos

Inicial	Cargo	Descrição	CBO	Mot	Descrição
13/09/2021	8980	COORDENADOR ASSISTENCIA TECNICA	950305	1	Admissão

Escalas

Inicial	Escala	Descrição	Carga Hor. Semanal	Carga Hor. Diária
13/09/2021	49	08:00/12:00-13:12/18:00	044:00	007:20

Locais/Filiais

Transf.	Filial	CNPJ	Empresa	Nome Fantasia	Organograma	Descrição
13/09/2021	8	05.926.726/0008-40	1430	ORONA AMG ELEVADORES	2.001.001.002	MANUTENÇÃO

Adicionais

Data Inicial	% Ins	% Per	%In.Nat	%Transf	%Esp	Já exposto	Agente Nocivo
13/09/2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	Não	Não exposição a Agente Nocivo

Carga Horária

Dia	Entrada	Saída	Horas
Segunda-Feira	008:00	012:00	004:00
	013:12	018:00	004:48
Terça-Feira	008:00	012:00	004:00
	013:12	018:00	004:48
Quarta-Feira	008:00	012:00	004:00
	013:12	018:00	004:48
Quinta-Feira	008:00	012:00	004:00
	013:12	018:00	004:48
Sexta-Feira	008:00	012:00	004:00
	013:12	018:00	004:48
Sábado	Folga		
Domingo	DSR		



República Federativa do Brasil
Serviço Público Federal
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

CONFEA CREA

CREA-ES
Registro Crea Nº
ES-035398/D

Nome
CRISTIANO FERREIRA

Data do Registro no Crea-ES
11/06/2014

Título Profissional
ENGENHEIRO MECÂNICO
TÉCNICO EM MECÂNICA

Registro Nacional
Data de Emissão
06/12/2017

Presidente do Confea

Presidente do Crea- ES

Válida como Documento de Identidade em todo o território nacional e tem fé Pública, conforme o § 2º do art. 56 da Lei nº 5.194 de 24/12/66 e Lei nº 6206 de 07/05/75.



4º OFÍCIO DE NOTAS - DF
SEPN QD 504, ED. MARIANNA, LOJA 108/114 - BRASILIA / DF
FONE: (61) 3326-5234/3038-2500/3702-7474
4oficiodenotas@gmail.com

PRÊMIO DE QUALIDADE TOTAL

AUTENTICAÇÃO

Confere com o original. (Lei n. 8.935/94)
Tabelião: Evaldo Feitosa dos Santos
Brasília-DF, 01 de Junho de 2018
HELIO MENDONÇA
ESCREVENTE AUTORIZADO
065-Consultar selos: www.tjdft.jus.br
Selo: TJDFT20180090530249UYEL

AAB693074

QUALQUER EMENDA OU RASURA INVALIDARÁ O DOCUMENTO



República Federativa do Brasil
Serviço Público Federal
Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

CONFEA CREA

Crea de Registro
CREA-ES

Nome
CRISTIANO FERREIRA

Filiação
MARIA DAS GRAÇAS MANSUR FERREIRA
ROBERTO FERREIRA

Nascimento
09/09/1972

CPF
031.519.517-75

Doc. de Identidade
1017584 SSP ES

Nacionalidade
BRASILEIRA

Naturalidade
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ES

Tipo Sang.

Título de Eleitor
14826861406

PIS/PASEP

Assinatura do Profissional

MENSAGEM DO SENHOR MINISTRO

Criada em 1932, a Carteira de Trabalho e Previdência Social resistiu ao passar dos anos, assimilando com muita presteza as profundas modificações que se registraram, nestas décadas, na composição, distribuição e qualificação da nossa força de trabalho.

Sem nenhum exagero, pode-se afirmar que este documento, por muitos ainda hoje conhecido como "carteira profissional", converteu-se num dos mais importantes instrumentos à disposição do trabalhador, fazendo às vezes de cédula de identidade, título de crédito, atestado de antecedentes, de boa conduta e de residência, para citar apenas algumas das suas múltiplas utilidades.

Em sua simplicidade, a CTPS reflete a carreira do trabalhador e sua evolução profissional. Cabe-lhe pois, protegê-la atenta e cuidadosamente, porque enquanto pelos seus aspectos externos essa Carteira revela traços importantes da personalidade e da formação do seu possuidor, os registros internos, habitualmente insubstituíveis, se constituem nas melhores garantias da preservação e da efetivação dos seus direitos trabalhistas e previdenciários.

Almir Pazzianotto Pinto

MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número 09028 Série 00011-ES



Polegar Direito.



ASSINATURA DO PORTADOR

8 · QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome CRISTIANO FERREIRA

Loc. Nasc. CACH. ITAPEMIRIM

Est. E.S. Data 09/09/72

Filiação ROBERTO FERREIRA E MARIA DAS GRAÇAS MANSUR FERREIRA

Est. Civil SOLT Doc. Nº 64913

Fls 240 Vº Liv. 83 Reg. Civil E.S

Outro doc. .....

Situação Militar: Doc. —

Nº — Órgão — Est —

Naturalizado Dec. Nº ..... Em ...../...../.....

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em .....

Doc. Ident. Nº ..... Exp. em ...../...../.....

Estado .....

Obs. .....

VITÓRIA

Data Emissão 14/02/90 DRT /ES

Assinatura do Funcionário

Fernando Pereira Marinho
Ag. Adm - Mat. 092.19185

9

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE
(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome .....

Doc. .....

Nome .....

Doc. .....

Nome .....

Doc. .....

Est. Civil .....

Doc. .....

Est. Civil .....

Doc. .....

Nascimento .....

Doc. .....

12

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador 27302710/0001-22

A EDIÇÃO

CGC/MF. LIVRARIA E DISTRIBUIDORA LTDA.

Rua RUA NESTOR GOMES, 277 - SALAS 101/102/103 Nº

Município CENTRO - CEP 29.010 Est.

Esp. do estabelecimento VITÓRIA - ES

Cargo balconista

C.B.O. nº

Data admissão 12 de fevereiro de 19 90

Registro nº 01 Fls./Ficha 34

Remuneração especificada NCz$ 2.199,90 (Dois mil, cento e noventa e nove cruzados novos e noventa centavos)

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

A EDIÇÃO
Livraria e Distribuidora Ltda.

1º 2º

Data saída 10 de março de 19 90

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Livraria e Distribuidora Ltda.

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº

13

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador 27725662/0001-85

CEPEMAR - CENTRO DE PESQUISAS DO MAR LTDA -

CGC/MF.

Rua AV. SATURNINO DE BRITO, 1300 ED. AVENIDA PARK - 1.º E 4.º ANDARES Nº

Município CEP 29.055 Est.

Esp. do estabelecimento VITÓRIA — ES

Cargo auxiliar de escritório

C.B.O. nº

Data admissão 12 de março de 19 90

Registro nº 56 Fls./Ficha 09 - LIVRO 02

Remuneração especificada NCz$ 3.674,06 (três mil, seiscentos e setenta e quatro cruzados novos e seis centavos)

por mês

CEPEMAR - Centro de Pesquisas do Mar Ltda.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Carlos Alberto Cerutti Pinto
Diretor Administrativo

1º

CEPEMAR - Centro de Pesquisas do Mar Ltda. de 19

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Carlos Alberto Cerutti Pinto
Diretor Administrativo

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº 105.224.641

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 639

14 CONTRATO DE TRABALHO

Empregador PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA

CGC/MF .....

Rua Praça Dr. Pedro Feu Rosa 01

Município Serra E.S. Nº

Esp. do estabelecimento Públ.....

Cargo Professor PC I

..... C.B.O. nº .....

Data admissão 26 de maio de 19 92

Registro nº ..... Fls./Ficha .....

Remuneração especificada CR$ 590.734,00

(Quinhentos e Noventa mil,

Setecentos e Trinta e Quatro

Cruzeiros)

Geraldo Rogelo Ramos

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Diretor Depto. Pessoal

SEAD/PMS

1º .....

Data saída 31 de Dezembro de 19 92

PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD Nº .....

CONTRATO DE TRABALHO 15

Empregador:
ThyssenKrupp Elevadores
CNPJ:
90347840/0012-70
Endereço:
Av. Leitão da Silva, 1740 - Santa Lucia

Município: Vitoria **UF:** ES
Especif. do estabelecimento:
Instalação e Manutenção de Elevadores
Cargo:
Of.Manut Elev I
Registro nº:
85
CBO:
954120
Admissão:
22/6/2012
Remuneração:
R$ 1.155,71 (Hum mil cento e cinquenta e cinco reais e setenta e um centavos)
Assinatura: ThyssenKrupp Elevadores S/A

Rescisão
Data saída: 03/06/13
Dispensa CD Nº:
Assinatura: ThyssenKrupp Elevadores S/A

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD Nº .....

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 640

16

CONTRATO DE TRABALHO

29.739.737/0015-08

Empregador ..... CNPJ .....

ELEVADORES OTIS LTDA

CGC/MF .....

Rua Professora Maria Cândida da Silva ..... Nº

Nº 158 - Loja 01

Município B. Goiabeiras - Cep: 29.075-155 ..... Est. .....

Esp. do estabelecimento Vitória - ES

Cargo Técnico Reciente

..... C.B.O. nº .....

Data admissão 03 de Junho de 19 2013

Registro nº 39011 Fls./Ficha —

Remuneração especificada R$ 1.700,00

(Um mil setecentos reais)

.....

.....

ELEVADORES OTIS LTDA

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Data saída 14 de Julho de 19 2017

ELEVADORES OTIS LTDA

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD Nº .....

17

CONTRATO DE TRABALHO

00 028 986/0013 - 41

Empregador .....

ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA

CGC/MF .....

Rua João Pedro de Souza, 835 ..... Nº

Jardim Monte Líbano - CEP 79004-680

Município ..... Est.

CAMPO GRANDE - MS

Esp. do estabelecimento .....

Cargo Consultor Técnico Comercial

AAI ..... C.B.O. nº .....

Data admissão 01 de Agosto de 19 2012

Registro nº 380 Fls./Ficha .....

Remuneração especificada R$ 4.402,00 / Quatro mil quatrocentos e oito reais / por mês

.....

.....

ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Data saída 01 de Março de 19 2018

ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD Nº .....

Empregador:
MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA
CNPJ: 05.926.726/0001-73
End: Outro QUADRA 02,
Bairro: ASA NORTE **Cep:** 70.632-200
Município: Brasília **UF:** DF
Esp. Estab.: Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes, exceto de fabricação própria
Cargo: ENGENHEIRO MECÂNICO COMERCIAL
CBO: 214405 **CTPS:** 9028/00011 - ES
Data de Admissão: 19/03/2018
Registro Nº.: 682
Remuneração Específica: R$ 8.200,00
(Mil e duzentos reais) p/ Mês

MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA

MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Data saída.....de..... de 19.....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD Nº .....

Empregador .....

.....

CGC/MF. .....

Rua .....Nº.....

Município ..... Est. .....

Esp. do estabelecimento.....

Cargo.....

..... C.B.O. nº.....

Data admissão .....de ..... de 19.....

Registro nº ..... Fls./Ficha .....

Remuneração especificada .....

.....

.....

.....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Data saída.....de..... de 19.....

.....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD Nº .....

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 642

Contribuição de Cz$	A favor de
R$ 38,52	Sindimetal - ES
R$ 53,59	" "
R$ 56,67	Sindimetal
R$ 60,03	Sindimetal
R$ 65,50	Sindimetal
R$ 71,90	Sindimetal
R$ 77,13	Sindimetal

Ano	Assinatura do Empregador
2012	~~Thyssenkrupp Elevadores S/A~~
2013	~~Thyssenkrupp Elevadores S/A~~
2014	ELEVADORES OTIS LTDA.
2015	ELEVADORES OTIS LTDA.
2016	ELEVADORES OTIS LTDA.
2017	~~ELEVADORES OTIS LTDA.~~ ELEVADORES OTIS LTDA.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 643

ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

Aumentado em 01/08/90 Para Cz$ 5.203,46
Na função de Mesma
C.B.O. ..... por motivo de Reajuste
CEPEMAR - Centro de Pesquisas do Mar Ltda.
Assinatura do empregador
Carlos Alberto Cerutti Pinto
Diretor Administrativo

Aumentado em 01/01/91 Para Cz$ 59.673,00
Na função de mesma
C.B.O. ..... por motivo de reajuste
PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
Assinatura do empregador

Aumentado em 01/09/92 Para Cz$ 1.340.670,81
Na função de Mesma
C.B.O. ..... por motivo de reajuste
PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
Assinatura do empregador

Aumentado em 01/11/92 Para Cz$ 1.407.704,37
Na função de Mesma
C.B.O. ..... por motivo de reajuste
PREFEITURA MUNICIPAL DA SERRA
Assinatura do empregador

ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

Aumentado em 01/09/12 Para Cz$ 1.271,28
Na função de a mesma
C.B.O. ..... por motivo de Reclassif. Cargo
Thyssenkrupp Elevadores S/A
Assinatura do empregador

Aumentado em 01/12/13 Para Cz$ 1.372,98
Na função de a mesma
C.B.O. ..... por motivo de Dissídio Coletivo
Thyssenkrupp Elevadores S/A
Assinatura do empregador

Aumentado em 01/02/14 Para Cz$ 1819,00
Na função de dissídio - Tto. rendeiro
C.B.O. ..... por motivo de dissídio
ELEVADORES OTIS LTDA
Assinatura do empregador

Aumentado em 01/01/15 Para Cz$ 1965,00
Na função de tomico rendeiro
C.B.O. ..... por motivo de dissídio
ELEVADORES OTIS LTDA
Assinatura do empregador

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 644

ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

Aumentado em 01/11/16 Para Cz$ 2.250,00
Na função de Técnico Industrial
C.B.O. ..... por motivo de dissídio
ELEVADORES UTIS LTDA
Assinatura do empregador

Aumentado em 01/01/17 Para Cz$ 2.314,00
Na função de Técnico Industrial
C.B.O. ..... por motivo de dissídio
ELEVADORES UTIS LTDA
Assinatura do empregador

Aumentado em 01/01/18 Para Cz$ 4.584,32
Na função de a mesma
C.B.O. ..... por motivo de Acordo
ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA
Assinatura do empregador

Aumentado em...../...../..... Para Cz$ .....
Na função de .....
C.B.O. ..... por motivo de .....
.....
Assinatura do empregador

ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

Aumentado em...../...../..... Para Cz$ .....
Na função de .....
C.B.O. ..... por motivo de .....
.....
Assinatura do empregador

Aumentado em...../...../..... Para Cz$ .....
Na função de .....
C.B.O. ..... por motivo de .....
.....
Assinatura do empregador

Aumentado em...../...../..... Para Cz$ .....
Na função de .....
C.B.O. ..... por motivo de .....
.....
Assinatura do empregador

Aumentado em...../...../..... Para Cz$ .....
Na função de .....
C.B.O. ..... por motivo de .....
.....
Assinatura do empregador

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 645

ANOTAÇÕES DE FÉRIAS

Gozou férias relativas ao período de 2013/2014
de 16 / 03 / 2015 a 14 / 04 / 2015
ELEVADORES OTIS LTDA
Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de 2014/2015
de 18 / 04 / 2016 a 17 / 05 / 2016
ELEVADORES OTIS LTDA
Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de 2015/2016
de 17 / 04 / 2017 a 16 / 05 / 2017
ELEVADORES OTIS LTDA
Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de .....
de ..... / ..... / ..... a ..... / ..... / .....
.....
Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de .....
de ..... / ..... / ..... a ..... / ..... / .....
.....
Assinatura do empregador

ANOTAÇÕES DE FÉRIAS

Gozou férias relativas ao período de .....
de ..... / ..... / ..... a ..... / ..... / .....
.....
Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de .....
de ..... / ..... / ..... a ..... / ..... / .....
.....
Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de .....
de ..... / ..... / ..... a ..... / ..... / .....
.....
Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de .....
de ..... / ..... / ..... a ..... / ..... / .....
.....
Assinatura do empregador

Gozou férias relativas ao período de .....
de ..... / ..... / ..... a ..... / ..... / .....
.....
Assinatura do empregador

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 646

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

O portador da presente Carteira, foi admitido por instrumento escrito pelo prazo de 60 dias de experiência, podendo o dito ser rescindido por qualquer das partes, antes do termino do prazo, ora estabelecido, independente de indenização ou aviso prévio.

Vitória, 12 / 02 / 90

EDIÇÃO

Livraria e Distribuidora

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

Contrato por prazo determinado no período de 26.05.92 a 31/12/92 com base na lei Municipal nº 1589/92

Geraldo Magela Ramos
Diretor Depto. Pessoal
SEAD/PMS

LEI 11788 - 25.09.08
Início: 8/12/2011
Término: 21/06/2012

ThyssenKrupp Elevadores S.A.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 647

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

Admitido nesta data, por um período de experiência de 60 dias, podendo ser prorrogado por mais 30 dias.

Data: 22/6/2012

Assinatura: thyssenkrupp Elevadores

CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Admitido em Caráter Experimental por 60 dias (sessenta dias), a partir dessa data, conforme contrato celebrado entre as partes.

Campinas, 01 / 08 / 17

Elevadores Atlas Schindler S/A
Recursos Humanos

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

Contrato

O portador da presente carteira foi admitido em 19/03/2018, por instrumento inscrito, pelo prazo inicial de 45 dias, prorrogaveis por mais 45 dias, findo os quais se houver aprovação ficara por prazo indeterminado.

O referido contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes antes do término do prazo previsto, observado o disposto no artigos 479 e 480 da

MÓDULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA

MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA
Func: CRISTIANO FERREIRA

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 648

Orona
getting closer

CERTIFICADO

CERTIFICAMOS QUE
CRISTIANO FERREIRA
Funcionário da Módulo Consultoria Gerencia Predial

Participou com aproveitamento satisfatório do treinamento de **NR 6 Equipamento de Proteção Individual** (EPI), conforme exigência da norma regulamentadora – NR 06 de com duração de 2 horas atendendo Portaria SIT n.º 25, de 01 de outubro de 2001.

Brasília/DF, 12 de setembro de 2022.

Assinatura do trabalhador

GRSMT- Gerenciamento de Riscos, Segurança e Medicina do Trabalho

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 649

Conteúdo programático teórico e prático delimitado para atividade de manutenção, reparo, modernização e instalação de elevadores, esteiras e escadas rolantes.

1. Responsabilidade do Empregador
2. Responsabilidade do Trabalhador
3. Técnicas de Análise de Risco.
4. Responsabilidades de fabricantes e/ou importadores.
5. Certificado de Aprovação - CA;
6. Lista de equipamento para proteção individual e Coletiva Obrigatórios:
a) Caderno técnico de aquisição compra e estoque mínimo de EPI na Matriz e filiais;
b) Instrução de Processos IP.SMT.001.11.2020 - Compra, solicitação e entrega de EPI;
c) Uso do kit de bloqueio elétrico;
d) Calçado de proteção com isolamento padrão NR10;
e)Proteção de cabeça capacete e casquete;
f) Ferramentas de trabalho com isolamento elétrico padrão VDE;
g)Kit barricada para isolamento e sinalização de área;
f)Sinalização obrigatória: Adesivo da APR, Adesivo de bloqueio elétrico, adesivo de partes móveis das máquinas;
g) Utilização e manutenção da luva isolante classe 0 para baixa tensão;
h) Utilização de óculos de proteção;
i) EPIs para trabalho de corte e solda: vestimentas de raspa e protetor facial;
j) Utilização do cinto limitador de área e cinto paraquedista;
k)Como identificar danos e solicitar a troca dos EPI´s;
7. Como solicitar EPI.
8. Assinatura da ficha de entrega de EPI.
9. Inspeção de campo e avaliação RIC dos EPI´s obrigatórios.
10. Direito de recusa do trabalho.
11. EPI´s para manuseio de produtos químicos.
12. Utilização de protetor auricular.
13. Transporte de mala de ferramentas peso máximo permitido:
a) Como realizar manipulação e transporte de cargas;
b) Carga máxima de transporte de peso manual 25kg;
c) Carrinho de transporte de cargas;
d) Utilização de cinta de proteção lombar
14. Tipos de extintores de incêndio:
a) noções básicas;
b) Como destravar;
c) métodos de extinção;
d) extintores para dispositivos elétricos;
15. Equipamentos para iluminação da área de trabalho:
a) Uso do pendente de iluminação;
b) Uso da lanter para cabeça;
16. Multimetro CAT III:
a) noções sobre a proteção do equipamento;
b) Pontas de prova e ferramenta de jumper;
c) Verificar a funcionalidade do equipamento;
17. Proteções coletivas adicionais:
a) EPC´s para utilização de escadas;
b) EPC´s para utilização de andaimes;
c) EPC´s para utilização de talhas;
18. Extensões e cabos elétricos.
19. Proteção de partes móveis de polias e reguladores de velocidade/ proteção de partes giratórias de ferramentas rotativas de corte.

Responsáveis pela capacitação, autorização e instrução.

Flávio Rafael Ferreira
Eng. Civil e de Segurança do Trabalho
Responsável Técnico
CREA 1015907571/D-GO

Leônidas Gouveia de Souza
Tec. em Segurança do Trabalho
Instrutor de NR35/Socorrista
Reg.MTE n°0007626/DF

Raquel Batista Santana
Tec. em Segurança do Trabalho
Instrutor de NR35/Socorrista
Reg.MTE n°0008466/DF

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 650

Orona
getting closer

CERTIFICADO

CERTIFICAMOS QUE
CRISTIANO FERREIRA
Funcionário da Módulo Consultoria Gerencia Predial

Concluiu com aproveitamento satisfatório o treinamento de **NR10 Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade**, em conformidade com a Norma Regulamentadora vigente.

Capacitação realizada de 19/09/2022 a 23/09/2022, promovido pela empresa Orona Elevadores, com carga horária de 40horas.

Brasília/ DF, 23 de setembro de 2022.

Assinatura do trabalhador

GRSMT- Gerenciamento de Riscos, Segurança e Medicina do Trabalho

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 651

Conteúdo programático teórico e prático delimitado para as instalações elétricas específicas dos elevadores, esteiras e escadas rolantes em baixa tensão.

1. Introdução à segurança com eletricidade.
2. riscos em instalações e serviços com eletricidade:
a) o choque elétrico, mecanismos e efeitos;
b) arcos elétricos; queimaduras e quedas;
c) campos eletromagnéticos.
3. Técnicas de Análise de Risco.
4. Medidas de Controle do Risco Elétrico:
a) desenergização.
b) aterramento funcional (TN / TT / IT); de proteção; temporário;
c) equipotencialização;
d) seccionamento automático da alimentação;
e) dispositivos a corrente de fuga;
f) extra baixa tensão;
g) barreiras e invólucros;
h) bloqueios e impedimentos;
i) obstáculos e anteparos;
j) isolamento das partes vivas;
k) isolação dupla ou reforçada;
l) colocação fora de alcance;
m) separação elétrica.
5. Normas Técnicas Brasileiras - NBR da ABNT: NBR-5410, NBR 14039 e outras;
6. Regulamentações do MTE, atual Secretaria do Trabalho:
a) NRs;
b) NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade);
c) qualificação; habilitação; capacitação e autorização.
7. Equipamentos de proteção coletiva.
8. Equipamentos de proteção individual.
9. Rotinas de trabalho - Procedimentos.
a) instalações desenergizadas;
b) liberação para serviços;
c) sinalização;
d) inspeções de áreas, serviços, ferramental e equipamento;
10. Documentação de instalações elétricas.
11. Riscos adicionais:
a) altura;
b) ambientes confinados;
c) áreas classificadas;
d) umidade;
e) condições atmosféricas.
12. Proteção e combate a incêndios:
a) noções básicas;
b) medidas preventivas;
c) métodos de extinção;
d) prática;
13. Acidentes de origem elétrica:
a) causas diretas e indiretas;
b) discussão de casos;
14. Primeiros socorros:
a) noções sobre lesões;
b) priorização do atendimento;
c) aplicação de respiração artificial;
d) massagem cardíaca;
e) técnicas para remoção e transporte de acidentados;
f) prática.
15. Responsabilidades dos trabalhadores e empregadores.
16. Instrução prática em campo utilizando ferramentas e realizando intervenções nos equipamentos da empresa.

Responsáveis pela capacitação, autorização e instrução.

Flávio Rafael Ferreira
Eng. de Segurança do Trabalho
Responsável Técnico
CREA 1015907571/D-GO

Ryan Carlos dos Santos Oliveira
Eng.° Eletricista – Coordenador de manutenção CREA -24067/D-DF

Leônidas Gouveia de Souza
Tec. em Segurança do Trabalho
Instrutor de NR35/Socorrista
Reg.MTE n°0007626/DF

Raquel Batista Santana
Tec. em Segurança do Trabalho
Instrutor de NR35/Socorrista
Reg.MTE n°0008466/DF

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 652

Orona
getting closer

CERTIFICADO

CERTIFICAMOS QUE
CRISTIANO FERREIRA
Funcionário da Módulo Consultoria Gerencia Predial

Concluiu com Aproveitamento satisfatório o treinamento de **Segurança no Trabalho de Manutenção em Elevadores**, em conformidade com a **NR11** e o Manual de Manutenção Profissional da Orona Elevadores, com carga horária de 2 horas.

Brasília/ DF, 12 de setembro de 2022.

Assinatura do trabalhador

GRSMT- Gerenciamento de Riscos, Segurança e Medicina do Trabalho

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 653

Conteúdo programático específico delimitado para ferramentas manuais rotativas, manutenção, reparo, modernização e instalação de elevadores, esteiras e escadas rolantes.

1.Livro de manutenção profissional Orona.
a) Segurança nos trabalhos de manutenção;
b) Processo de manutenção integral;
c) Manutenção preventiva integral de elevadores;
d) Sensores e dispositivos de segurança dos elevadores;
e) Limpeza do poço;

2. Técnicas de Análise de Risco.
Realização de Análise Preliminar de Riscos;

3. Medidas de Controle do Risco Elétrico:
a) desenergização;
b) Uso de kit de bloqueios e impedimentos elétricos;
c) extra baixa tensão;
d) barreiras e invólucros;
e) Uso de luva isolante para desligamento da chave geral;
f) obstáculos e anteparos;
g) Verificação e uso de ferramentas manuais isoladas;
h) isolação dupla ou reforçada;
i) Bota de segurança para NR10;
j) Utilização de Multimetro CAT III

4. Medidas de controle de risco de queda de altura:
a) Acesso ao topo da cabina ;
b) Acesso e saída do poço;
c) Utilização da trava de porta;
d) Sinalização de segurança nos pavimentos;
e) Uso do cinturão limitador;
f) Viagem segura sobre a cabina.

Responsáveis pela capacitação, autorização e instrução.

Flávio Rafael Ferreira
Eng. de Segurança do Trabalho
Responsável Técnico
CREA 1015907571/D-GO

Ryan Carlos dos Santos Oliveira
Eng.° Eletricista – Coordenador de manutenção CREA -24067/D-DF

Leônidas Gouveia de Souza
Tec. em Segurança do Trabalho
Instrutor de NR35/Socorrista
Reg.MTE n°0007626/DF

Raquel Batista Santana
Tec. em Segurança do Trabalho
Instrutor de NR35/Socorrista
Reg.MTE n°0008466/DF

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 654

Orona
getting closer

CERTIFICADO

CERTIFICAMOS QUE
CRISTIANO FERREIRA
Funcionário da Módulo Consultoria Gerencia Predial

Concluiu com Aproveitamento satisfatório o treinamento de **NR-12 Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos** com a carga horária de 08 horas/aula. Conteúdo do curso conforme Portaria MTE n°857 de 26/06/2015.

Brasília/DF, 13 de setembro de 2022.

Assinatura do trabalhador

GRSMT- Gerenciamento de Riscos, Segurança e Medicina do Trabalho

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 655

Conteúdo programático específico delimitado para ferramentas manuais rotativas, manutenção, reparo, modernização e instalação de elevadores, esteiras e escadas rolantes.

1. operação segura de máquinas:
a) descrição e identificação dos riscos associados com polias de elevadores, partes móveis e giratórias de máquinas e equipamentos de alta rotação
b) funcionamento das proteções; como e por que devem ser usadas;
c) como e em que circunstâncias uma proteção pode ser removida, e por quem;
d) o que fazer se uma proteção foi danificada ou se perdeu sua função, deixando de garantir uma segurança adequada;
e) os princípios de segurança na utilização da máquina ou equipamento;
f) segurança para riscos mecânicos, elétricos e outros relevantes;
g) método de trabalho seguro;
h) permissão de trabalho;
i) sistema de bloqueio de funcionamento da máquina e equipamento durante operações de inspeção, limpeza, lubrificação e manutenção.
j)Proteção das partes móveis das polias e partes giratórias das máquinas

2. Sensores de segurança de elevadores, esteiras e escadas rolantes:
a) Proibição da burla ou jampeamento de sensores, limites e contatos de segurança;
b) Verificação dos sensores de segurança durante a manutenção do equipamento
c) Descrição e funcionamento, riscos na operação, principais áreas de perigo

3. capacitação para operação de elevadores, esteiras e escadas rolantes:
a) noções sobre legislação civil e criminal e de segurança e saúde no trabalho;
b) noções sobre acidentes e doenças decorrentes da exposição aos riscos existentes na máquina, equipamentos e implementos;
c) medidas de controle dos riscos: Equipamentos de Proteção Coletiva - EPCs e Equipamentos de Proteção Individual - EPIs;
d) operação com segurança da máquina ou equipamento na posição de inspeção;
e) inspeção, regulagem e manutenção com segurança;
f) sinalização de segurança;
g) procedimentos em situação de emergência;
h) noções sobre prestação de primeiros socorros.

4. Utilização de ferramentas rotativas manuais
a) Uso seguro da lixadeira;
b) Tipos de discos de corte e desbaste;
c) Como travar o disco do equipamento;
d) Dispositivos de proteção coifa e punho de suporte;
e) Uso seguro da furadeira, tipos de brocas e medidas de proteção
f)Uso seguro de máquinas de solda, medidas de proteção e controle dos riscos

5. Instrução prática em campo utilizando ferramentas e realizando intervenções nos equipamentos da empresa.

Responsáveis pela capacitação, autorização e instrução.

Flávio Rafael Ferreira
Eng. de Segurança do Trabalho
Responsável Técnico
CREA 1015907571/D-GO

Leônidas Gouveia de Souza
Tec. em Segurança do Trabalho
Instrutor de NR35/Socorrista
Reg.MTE n°0007626/DF

Raquel Batista Santana
Tec. em Segurança do Trabalho
Instrutor de NR35/Socorrista
Reg.MTE n°0008466/DF

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 656

Orona
getting closer

CERTIFICADO

CERTIFICAMOS QUE
CRISTIANO FERREIRA
Funcionário da Módulo Consultoria Gerencia Predial

Concluiu com aproveitamento satisfatório o treinamento de **Integração de Segurança e Saúde do Trabalho** para Instalação, montagem, desmontagem e manutenção de elevadores. Em conformidade com o **anexo 01 quadro 1 item 2.1 da NR18** com duração de 4 horas.

Brasília, 14 de setembro de 2022.

Assinatura do trabalhador

GRSMT- Gerenciamento de Riscos, Segurança e Medicina do Trabalho

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 657

Conteúdo programático específico delimitado para: Manutenção, reparo, modernização e instalação de elevadores, esteiras e escadas rolantes.

1. Capacitação básica em segurança do trabalho:

a). as condições e meio ambiente de trabalho;
b). os riscos inerentes às atividades de montagem, manutenção e modernização de elevadores, esteiras e escadas rolantes e seu entorno;
c). Equipamentos e proteção coletiva existentes, passagem seguras, sinalização e bloqueio de áreas;
d). o uso adequado dos equipamentos de proteção individual;
e). Projeto de Gerenciamento de Riscos do canteiro de obras.
f). operação e inspeção diária de equipamentos, elevadores escadas e esteiras rolantes;
g). atuação dos dispositivos de segurança;
h). Cuidados com cabos elétricos existentes no passadiço ou área de trabalho;
i). Realização de ensaio de resistência em pontos de ancoragem;
j). Comunicação de Acidentes e Incidentes no local de trabalho;
l). identificação visual de danos em polias, ganchos, cabos de aço e cintas sintéticas utilizados nas atividades da área de elevadores;
m). prevenção de acidentes;

2. Proteções especificas da área:

a). Proteção total de portas de pavimento;
b). Inspeção de talhas e guinchos;
c). Ancoragem da cabina e contrapeso para realização de substituição;
d). Proteção das partes móveis dos elevadores, esteiras e escadas rolantes

3. Documentações para acesso a áreas de riscos

a) Análise preliminar de riscos - APR Orona, documento físico e aplicativo eletrônico;
b) Permissão de Trabalho;
c) Recusa de Tarefa de Ricos - Direito de Recusa;
e) Check-list de ferramentas de içamento talhas e guinchos;
f) Laudo de ensaio de resistência de pontos de ancoragem;
g) Projetos e memoriais de calculo para utilização de plataforma de trabalho em altura ou andaimes;
h) Anotação de Responsabilidade Técnica.

4. Ferramentas adicionais de uso específico.

a) Plataforma de trabalho em altura Orona;
b) Utilização de andaimes simplesmente apoiados;
c) Utilização de andaime fachadeiro e unidirecional;
d) Bancadas de trabalho;
e) Escora metálica para suporte de cabina e contrapeso
f) Avaliação das estruturas de fixação de pontos de ancoragem, tipos de laje e condições gerais das estruturas de fixação de guias parabolts ou sistemas de içamento;
g) Dinamometro;
h) Instalação de linha de vida provisória;
i) Acesso seguro;
j) Escadas de acesso;
h) Proteção para aberturas do piso;
l) Comunicação de riscos e perigos, solicitação de SAT - teste de aceitação em campo.

Responsáveis pela capacitação, autorização e instrução.

Flávio Rafael Ferreira
Eng. Civil de Segurança do Trabalho
Responsável Técnico
CREA 1015907571/D-GO

Leônidas Gouveia de Souza
Tec. em Segurança do Trabalho
Instrutor de NR35/Socorrista
Reg.MTE n°0007626/DF

Raquel Batista Santana
Tec. em Segurança do Trabalho
Instrutor de NR35/Socorrista
Reg.MTE n°0008466/DF

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 658

Orona
getting closer

CERTIFICADO

CERTIFICAMOS QUE
CRISTIANO FERREIRA
Funcionário da Módulo Consultoria Gerencia Predial

Concluiu com aproveitamento satisfatório o treinamento o **Treinamento de NR-35 Segurança e Saúde no Trabalho em Altura,** com a carga horária de 08 horas/aula, em conformidade com a Norma Regulamentadora vigente.

Brasília/DF, 15 de setembro de 2022.

Assinatura do trabalhador

GRSMT- Gerenciamento de Riscos, Segurança e Medicina do Trabalho

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 659

Conteúdo programático específico delimitado para: Manutenção, reparo, modernização e instalação de elevadores, esteiras e escadas rolantes.

1. Trabalho em altura:

a) normas e regulamentos aplicáveis ao trabalho em altura;
b) análise de risco e condições impeditivas;
c) riscos potenciais inerentes ao trabalho em altura e medidas de prevenção e controle;
d) sistemas, equipamentos e procedimentos de proteção coletiva;
e) equipamentos de Proteção Individual para trabalho em altura: seleção, inspeção, conservação e limitação de uso;
f) acidentes típicos em trabalhos em altura;
g) condutas em situações de emergência, incluindo noções de técnicas de resgate e de primeiros socorros.

2. Procedimento de acesso:

a). Checagem tríplice dos dispositivos de segurança do elevador que evitam a partida acidental do elevador;
b). Acesso seguro ao passadiço ;
c). Uso do cinto limitador de área;
d). Uso do cinto paraquedista com talabarte;
e). Viagem segura sobre a cabina;
f). Chave comutadora de manobra em inspeção;
g). Trabalhos no fundo do passadiço;
h). Movimentação em casa de máquinas com níveis diferentes
i) Acesso por escada a casa de máquinas e fundo do poço
j) Procedimento de acesso ao topo da cabina;
l) Recusa de trabalho em caso de identificação de riscos;
m) Comunicação de acesso inseguro;
n) Sistemas de guarda-corpo ou linha de vida instalada no acesso
o) Poço de elevadores com profundidade superior a 2 metros como acessar utilizando cinto paraquedista.

4. Checagens adicionais de uso específico.

a). Plataforma de trabalho em altura padrão Orona;
b). Pontos de ancoragem da linha de vida e ponto de backup;
c). Pontos de acesso a periferia e pontos para retirada de proteção de portas de pavimento;
d). Proteção de porta de pavimento;
e). Utilização e montagem da plataforma de trabalho em altura;
f). Andaimes para trabalho e altura no interior do passadiço;
g). Andaimes multidirecional e simplesmente apoiado;
h). Carga máxima de trabalho sobre a plataforma de trabalho Orona.
i). Realização de ensaio de resistência a tração com uso de dinamômetro;
j) Carga mínima para ensaio de ganhos de ancoragem;
l) Proibição de atividades sobrepostas;
m) Cordas e ancoragens para linha de vida na vertical;
n) Tipos de Olhal aprovados para fixação de linha de vida com identificação do fabricante e capacidade de carga;
o) Ancoragem de linha de vida com cabos de aço para acesso e trabalho na horizontal
p) Fixação de cabo de aço com uso de clip
q) Diâmetro de cabos de aço;
r) Acesso em elevadores panorâmicos externos a edificação ou sem passadiço e guarda-corpo;
s) Exames médicos adicionais para trabalho em altura;
s)Problemas de saúde impeditivos para trabalho em altura, comunicação de doença de trabalho

Responsáveis pela capacitação, autorização e instrução.

Flávio Rafael Ferreira
Eng. Civil e de Segurança do Trabalho
Responsável Técnico
CREA 1015907571/D-GO

Leônidas Gouveia de Souza
Tec. em Segurança do Trabalho
Instrutor de NR35/Socorrista
Reg.MTE n°0007626/DF

Raquel Batista Santana
Tec. em Segurança do Trabalho
Instrutor de NR35/Socorrista
Reg.MTE n°0008466/DF

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 660

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é eletricista, não se meta a fazer serviços de eletricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos Membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha.

Conversa e discussão no trabalho predispõem a acidentes pela desatenção.

Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Delegacia Regional do Trabalho DRT/DF

Número 046847 Série 00017



Renato Queiroz

ASSINATURA DO PORTADOR

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 661

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Renato Santos Queiroz

Loc. Nasc. Brasília Est. DF Data 17 10 72

Filiação Eduardo Mario Oliveira Queiroz
e Maria de Fátima Queiroz

Doc. nº CI 1328.931 SSP. DF

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em..... Doc. Ident. nº.....

Exp. em..... Estado.....

Obs. .....

Data Emissão 19 08 97 DRT DF

Maria Auxiliadora da Silva
Chefe da Seção de Identificação,
Registro e Habilitação

Assinatura do Funcionário 4701

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE
(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

9

Nome.....

Doc.....

Nome.....

Doc.....

Nome.....

Doc.....

Est. Civil.....

Doc.....

Est. Civil.....

Doc.....

Nascimento.....

Doc.....

Doc.....

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 662

12 CONTRATO DE TRABALHO

CEI 230000915/01

Empregado Roberta Brandão Pavanelli

SQN 04 309 Bloco C Apartamento 601

CGC/MF ..... CEP 70755-030

Rua ..... Nº .....

Município BRASILIA - DF Est. .....

Esp. do estabelecimento.....

Cargo Professor

.....CBO nº.....

Data admissão 01 de fevereiro de 19 99

Registro nº 001 Fls./Ficha.....

Remuneração especificada R$ 6,50 h/A. (seis Reais e cinquenta centavos hora aula)

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

Roberta Brandão Pavanelli

1º ..... 2º.....

Data safda ..... de..... de 19 ....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º.....

Com. Dispensa CD Nº.....

13 CONTRATO DE TRABALHO

Empregador Cia Brasileira de Bebidas Filial Brasília

CGC/MF 60.522.000/0030-18

Rua Área Especial p/ Indústria Gama Nº 01 DF

Município Fab Cervejas e Refrig Est.

Esp. do estabelecimento.....

Cargo Engenheiro I

.....CBO nº.....

Data admissão 13 de maio de 2002

Registro nº ..... Fls./Ficha.....

Remuneração especificada R$ 1.460,00 (Hum mil, quatrocentos e sessenta reais).

CIA BRASILEIRA DE BEBIDAS FILIAL BRASILIA

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º.....

Data safda 15 de Agosto de 2002

CIA BRASILEIRA DE BEBIDAS FILIAL BRASILIA

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º.....

Com. Dispensa CD Nº.....

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 663

14

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador 90 347 840/0006-22

THYSSENKRUPP

CGC/MF ELEVADORES S/A.

Rua ..... Nº .....

Município Sof/Sul Qd. 6 Conj. B Lote 1/3 Est. .....

CEP: 71.215-200

Esp. do estabelecim BRASILIA - DF

Cargo Supervisor de

Manutenção CBO nº .....

Data admissão 16 de Agosto de 2002

Registro nº ..... Fls./Ficha .....

Remuneração especificada R$ 1.800,00

(Hum mil e oitocentos

reais) p/ mês

THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º .....

Data saída 24 de novembro de 2003

THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD Nº .....

15

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador AghaBé Cursos Ltda

CGC/MF 05.119.159/0001-43

Rua SCRN 708/9 Bloco H Nº 43

Município Brasília Est. DF

Esp. do estabelecimento Ensino de Idiomas

Cargo Professor de Idiomas

CBO nº .....

Data admissão 01 de Agosto de 2005

Registro nº ..... Fls./Ficha .....

Remuneração especificada R$ 623,89 (seiscentos

e vinte e três reais e)

oitenta e nove centavos)

Elizabeth Werbonch dos Santos

AghaBé Cursos Ltda / CNPJ: 05.119.159/0001-86

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Data saída 2 de dezembro de 2005

Elizabeth Werbonch dos Santos

AghaBé Cursos Ltda / CNPJ: 05.119.159/0001-86

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD Nº .....

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 664

18

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador 00.028.986/0006-12
ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A
CGC/MF
SAA QUADRA 03 - LOTE 440
Rua CEP: 70.632-300
Fábrica de Elevadores e Escadas Rolantes
Município BRASILIA - DF
Esp. do estabelecimento
Cargo Consultor Técnico Comercial Mod - I
CBO nº
Data admissão 16 de Abril de 2007
Registro nº 3269 Fls./Ficha
Remuneração especificada R$ 1.634,78 (Um mil, seiscentos e trinta e quatro reais e setenta e oito centavos)

Ass. do empregador ou a rogo c/test.
Elevadores Atlas Schindler S/A

1º 2º

Data safda 01 de julho de 2009

Ass. do empregador ou a rogo c/test.
Elevadores Atlas Schindler S/A

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº

19

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador Módulo Eng. Cons. & Ger. Predial Ltda.
CGC/MF 03.926.726/0001-73
Rua SAAN Qd 2 Parte "B" Nº 980
Município Brasília Est. DF
Esp. do estabelecimento Engenharia
Cargo Engenheiro Mecânico
CBO nº 214405
Data admissão 01 de janeiro de 2010
Registro nº Fls./Ficha
Remuneração especificada R$ 9.338,00 (Nove mil, trezentos e trinta e oito reais) mensais

Ass. do empregador ou a rogo c/test.
Módulo Eng., Cons. e Ger. Predial Ltda
Engº Pedro Luiz Wolff
CREA/RS 7812-D

1º 2º

Data safda de 19

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 665

22

CONTRIBUIÇÃO

Contribuição de Cr$	A favor de
R$ 48,67	SINDDBDF
R$ 66,16	S.T.I.M.M.M.E.B
R$ 20,79	Sindbs
R$ 13,83	Sindbs
57,22	S.T.I.M.M.M.E
68,21	S.T.I.M.M.M.E
210,60	" "
856,47	" "
255,14	" "

23

SINDICAL

Ano	Assinatura do Empregador
2002	CIA BRASILEIRA DE BEBIDAS FILIAL BRASI
2003	THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A
2005	AghaBé Cursos Ltda / CNPJ: 05.119.159/0001-86
2006	CULTURA ANGLO AMERICANA LTDA.
2008	Elevadores Atlas Schindler S/A
2009	Elevadores Atlas Schindler S/A
2011	Módulo Engenharia, Cons. e Administração Predial L
2011	Módulo Engenharia, Cons. e Administração Predial L
2015	Módulo Engenharia, Cons. e Administração Predial L

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 666

ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

Aumentado em 01/11/02 Para R$ 1984,68
Na função de Supervisor manutenção
CBO ..... por motivo de .....
convenção coletiva
THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A
Assinatura do empregador

Aumentado em 01/11/03 Para R$ 2.366,40
Na função de supervisor manutenção
CBO ..... por motivo de .....
convenção coletiva
THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A
Assinatura do empregador

Aumentado em 01/08/06 Para Cr$ 5.700,00
Na função de .....
CBO ..... por motivo de .....
.....
Assinatura do empregador

Aumentado em 01/05/07 Para Cr$ 1.716,52
Na função de a mesma
CBO ..... por motivo de .....
acordo
Elevadores Atlas Schindler S/A
Assinatura do empregador

ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

Aumentado em 01/06/08 Para Cr$ 1.763,84
Na função de a mesma
CBO ..... por motivo de .....
Enquadramento
Elevadores Atlas Schindler S/A
Assinatura do empregador

Aumentado em 01/08/08 Para Cr$ 1.887,31
Na função de a mesma
CBO ..... por motivo de .....
acordo
Elevadores Atlas Schindler S/A
Assinatura do empregador

Aumentado em 01/10/11 Para Cr$ 5.400,00
Na função de a mesma
CBO ..... por motivo de dissídio
Módulo Engenharia Cons. e Gerência Predial Ltda
Assinatura do empregador

Aumentado em 01/10/11 Para Cr$ 5.832,00
Na função de a mesma
CBO ..... por motivo de dissídio
Módulo Engenharia Cons. e Gerência Predial Ltda
Assinatura do empregador

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 667

26

ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

Aumentado em 01/07/13 Para Cr$ 6.356,88
Na função de a mesma
CBO ..... por motivo de Dissidio
.....
Módulo Empreitada, Cons.o Gerência Predial Ltda
Assinatura do empregador

Aumentado em 01/05/14 Para Cr$ 6.865,43
Na função de a mesma
CBO ..... por motivo de Dissidio
.....
Módulo Empreitada, Cons.o Gerência Predial Ltda
Assinatura do empregador

Aumentado em ...../...../..... Para Cr$ .....
Na função de .....
CBO ..... por motivo de .....
.....
.....
Assinatura do empregador

Aumentado em ...../...../..... Para Cr$ .....
Na função de .....
CBO ..... por motivo de .....
.....
.....
Assinatura do empregador

27

ALTERAÇÕES DE SALÁRIO

Aumentado em ...../...../..... Para Cr$ .....
Na função de .....
CBO ..... por motivo de .....
.....
.....
Assinatura do empregador

Aumentado em ...../...../..... Para Cr$ .....
Na função de .....
CBO ..... por motivo de .....
.....
.....
Assinatura do empregador

Aumentado em ...../...../..... Para Cr$ .....
Na função de .....
CBO ..... por motivo de .....
.....
.....
Assinatura do empregador

Aumentado em ...../...../..... Para Cr$ .....
Na função de .....
CBO ..... por motivo de .....
.....
.....
Assinatura do empregador

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 668

38

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(Lei nº 5.107/66, regulamentada pelo Dec. nº 59.820/66)

OPÇÃO			RETRATAÇÃO		
16	08	02	.....	.....	.....
Dia	Mês	Ano	Dia	Mês	Ano

Banco depositário: Caixa Econômica Federal
Agência: Açorianos
Praça: Porto Alegre Estado: RS
Empresa: THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A

THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A
Carimbo e assinatura do empregador

OPÇÃO			RETRATAÇÃO		
23	04	2006	.....	.....	.....
Dia	Mês	Ano	Dia	Mês	Ano

Banco depositário: C.E.F
Agência: Brasília
Praça: Brasília Estado: D.F
Empresa:

Carimbo e assinatura do empregador
CULTURA ANGLO AMERICANA LTDA.

39

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
(Lei nº 5.107/66, regulamentada pelo Dec. nº 59.820/66)

OPÇÃO			RETRATAÇÃO		
16	04	07	.....	.....	.....
Dia	Mês	Ano	Dia	Mês	Ano

Banco depositário: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Agência: Rua Paulo Eiró, 433
Praça: São Paulo Estado: SP
Empresa: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A

Elevadores Atlas Schindler S/A
Carimbo e assinatura do empregador

OPÇÃO			RETRATAÇÃO		
01	01	2010	.....	.....	.....
Dia	Mês	Ano	Dia	Mês	Ano

Banco depositário:
Agência:
Praça: Brasília Estado: DF
Empresa: Módulo Eng. Cons. e Ger. Predial Ltda

Módulo Eng., Cons. e Ger. Predial Ltda
Carimbo e assinatura do empregador
CREA-DF 7812-D

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 669

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)



Contrato de experiência de 90 dias conforme instrumento escrito.

Roberta Brandão Pavanelli

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

O portador da presente foi admitido em 01/02/98 por instrumento escrito pelo prazo de 90 dias de experiência podendo este contrato ser rescindido por qualquer uma das partes antes do término do prazo ora estabelecido, independentemente de aviso prévio ou indenização.

Brasília, DF 01/02/1998

Roberta Brandão Pavanelli

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 670

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Estagiário do Curso de Engenharia Mecânica do Col./Fac.: UNB

de acordo com a Lei n.º 6.494/77 e Decreto n.º 87.497/82.

Parte Concedente:
ELEVADORES SUR S.A. - Ind. e Com.

Início Estágio: 26/08/99

ELEVADORES SUR S.A. - Ind. e Com.

Término Estágio: 31/05/00

THYSSEN SUR S/A ELEVADORES E TECNOLOGIA

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

O portador desta Assinou Contrato de Experiência nesta data, pelo prazo de 45/45 dias

Brasília, 13/05/02

CIA BRASILEIRA DE BEBIDAS FILIAL BRASÍLIA

Admitido (a) por um período de experiência de 60 dias a partir da data de admissão

THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A
Filial Brasília

O contrato será prorrogado por mais 30 dias

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 671

46

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

Em decorrência das alterações estatutárias da empresa a razão social Elevadores Sur S/A Industria e Comercio passou a ser Thyssen Sur S/A Elevadores e Tecnologia até 28/05/02, onde pela segunda vez alterou sua razão social e passou se a denominar se Thyssenkrupp Elevadores S/A.

THYSSENKRUPP ELEVADORES S/A
Thyssenkrupp Elevadores S/A.
Emanuela S. Albuquerque
Enc. RH

47

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

O portador da presente foi admitido em 16/04/07 por contrato de experiência de 45 dias, podendo o mesmo ser extinto ou prorrogado no seu vencimento, nos termos do § único do art.445 da CLT.

Brasília, 16 de ABRIL de 07

Elevadores Atlas Schindler S/A

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 672

48

ANOTAÇÕES GERAIS

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

"Isento do controle de horários por ser incompatível com o exercício profissional".

Elevadores Atlas Schindler S/A

ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A.

ANOTAÇÕES GERAIS

49

(Atestado médico, alteração do contrato do trabalho, registros profissionais e outras anotações autorizadas por lei)

Contrato de Experiência

CNPJ 05.926.726/0001-73

MODULO ENG. CONS. E GERENC. PREDIAL LTDA

SAS QUADRA 2 N. 960, PARTE B

70321-CEP 70632-200

BRASÍLIA - DF

Fica(m) sob a(s) presente(s) folha(s) admitido em 31/01/2018 por estabelecido escrito, pelo prazo de 45 dias de experiência, podendo o contrato ser prorrogado por mais 45 dias.

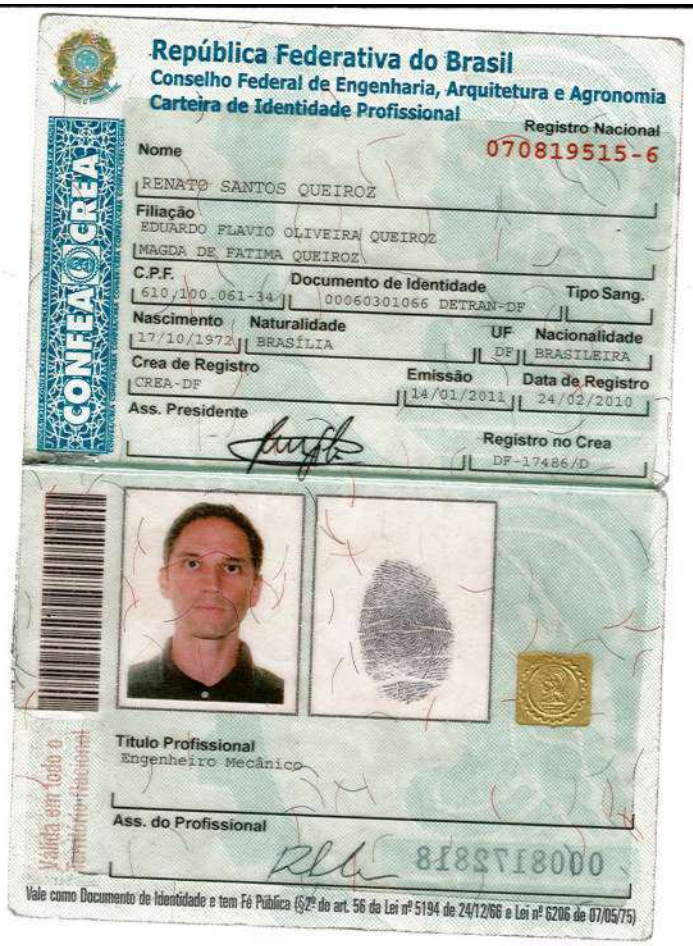
Módulo Eng., Cons. e Ger. Predial Ltda

Engº Pedro Luiz Wolff

CREA/RS 7812-D

Ass. do empregado ou a rogo c/ test.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 673



República Federativa do Brasil
Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
Carteira de Identidade Profissional

CONFEA CREA

Registro Nacional
070819515-6

Nome
RENATO SANTOS QUEIROZ

Filiação
EDUARDO FLAVIO OLIVEIRA QUEIROZ
MAGDA DE FATIMA QUEIROZ

C.P.F.
610.100.061-34

Documento de Identidade
00060301066 DETRAN-DF

Tipo Sang.

Nascimento
17/10/1972

Naturalidade
BRASÍLIA

UF
DF

Nacionalidade
BRASILEIRA

Crea de Registro
CREA-DF

Emissão
14/01/2011

Data de Registro
24/02/2010

Ass. Presidente

Registro no Crea
DF-17486/D

Título Profissional
Engenheiro Mecânico

Ass. do Profissional

Válida em todo o território nacional

Vale como Documento de Identidade e tem Fé Pública (§2º do art. 56 da Lei nº 5194 de 24/12/66 e Lei nº 6206 de 07/05/75)

Orona
getting closer

CERTIFICADO

CERTIFICAMOS QUE

RENATO SANTOS QUEIROZ

Por ter frequentado o Treinamento de **NR 6 Equipamento de Proteção Individual** (EPI), conforme exigência da norma regulamentadora – NR 06 de com duração de 8 horas atendendo Portaria SIT n.º 25, de 01 de outubro de 2001.

Brasília/DF, 09 de Dezembro de 2021.

Flávio Rafael Ferreira
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA 1015907571/D-GO

Renato Santos Queiroz

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (11014702) SEI 2022.017753 / pg. 675

Conteúdo Programático:
Carga Horária: 08 Horas

- Obrigações do empregador quando a entrega e fiscalização dos EPI´s (Conceitos, Legislação);
- Direitos e Obrigações do empregado quanto ao uso e conservação dos EPI`s;
- Obrigações do fabricante nacional ou importador;
- Certificado de Acidente de trabalho (Tipos de acidentes, consequências do acidente);
- Procedimento de Trabalho (Riscos Químicos (óleo/Graxas), Físicos (Ruído), Biológicos (Animais Peçonhentos), Ergonômicos (Postura Inadequada) e de Acidentes (Risco Queda /Queda de Materiais);
- Casos de Acidentes de Trabalho (Atos e Condições Inseguras);

A Importância e validade do (C.A) Certificado de Aprovação;

- Equipamentos de Proteção Individual (EPI) fornecido pela empresa. Conservação, Limpeza, utilização e troca, Finalidade, Conservação, Guarda, Higiene e Responsabilidade do uso, sendo estes:

- **6.1** Para os fins de aplicação desta Norma Regulamentadora - NR, considera-se Equipamento de Proteção Individual - EPI, todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

- **6.1.1** Entende-se como Equipamento Conjugado de Proteção Individual, todo aquele composto por vários dispositivos, que o fabricante tenha associado contra um ou mais riscos que possam ocorrer simultaneamente e que sejam suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 676

Orona
getting closer

CERTIFICADO

CERTIFICAMOS QUE

RENATO SANTOS QUEIROZ

Concluiu com Aproveitamento satisfatório o treinamento de **NR-10 Segurança em instalações e serviços com Eletricidade**, em conformidade com a portaria MTE n°3.214 de 08 de junho de 1978, no período de 14/12/2021 a 18/12/2021, promovido pela empresa Orona Elevadores, com carga horária de 40 horas.

Brasília/DF, 18 de Dezembro de 2021.

Flávio Rafael Ferreira
Eng.° de Segurança do Trabalho
CREA 1015907571/D-GO

Ryan Carlos dos Santos Oliveira
Eng.° Eletricista – Coordenador de manutenção CREA -24067/D-DF

Renato Santos Queiroz
Participante

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 677

Conteúdo Programático:
Carga Horária:40 Horas

introdução à segurança com eletricidade.
2. riscos em instalações e serviços com eletricidade:
a) o choque elétrico, mecanismos e efeitos;
b) arcos elétricos; queimaduras e quedas;
c) campos eletromagnéticos.
3. Técnicas de Análise de Risco.
4. Medidas de Controle do Risco Elétrico:
a) desenergização.
b) aterramento funcional (TN / TT / IT); de proteção; temporário;
c) equipotencialização;
d) seccionamento automático da alimentação;
e) dispositivos a corrente de fuga;
f) extra baixa tensão;
g) barreiras e invólucros;
h) bloqueios e impedimentos;
i) obstáculos e anteparos;
j) isolamento das partes vivas;
k) isolação dupla ou reforçada;
l) colocação fora de alcance;
m) separação elétrica.
5. Normas Técnicas Brasileiras - NBR da ABNT: NBR-5410, NBR 14039 e outras;
6. Regulamentações do MTE, atual Secretaria do Trabalho:
a) NRs;
b) NR-10 (Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade);
c) qualificação; habilitação; capacitação e autorização.
7. Equipamentos de proteção coletiva.
8. Equipamentos de proteção individual.
9. Rotinas de trabalho - Procedimentos.
a) instalações desenergizadas;
b) liberação para serviços;
c) sinalização;
d) inspeções de áreas, serviços, ferramental e equipamento;
10. Documentação de instalações elétricas.
11. Riscos adicionais:
a) altura;
b) ambientes confinados;
c) áreas classificadas;
d) umidade;
e) condições atmosféricas.
12. Proteção e combate a incêndios:
a) noções básicas;
b) medidas preventivas;
c) métodos de extinção;
d) prática;
13. Acidentes de origem elétrica:
a) causas diretas e indiretas;
b) discussão de casos;
14. Primeiros socorros:
a) noções sobre lesões;
b) priorização do atendimento;
c) aplicação de respiração artificial;
d) massagem cardíaca;
e) técnicas para remoção e transporte de acidentados;
f) prática.
15. Responsabilidades.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 678

Orona
getting closer

CERTIFICADO

CERTIFICAMOS

RENATO SANTOS QUEIROZ

Concluiu com Aproveitamento satisfatório o treinamento de **NR-12 Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos** com a carga horária de 08 horas/aula.
Conteúdo do curso conforme Portaria MTE n°857 de 26/06/2015.

Brasília/DF, 10 de Dezembro de 2021.

Flávio Rafael Ferreira
Eng.° de Segurança do Trabalho
CREA 1015907571/D-GO

Cristiano Ferreira
Engenheiro Mecânico
CREA-ES 035358/D

Renato Santos Queiroz

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 679

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 680

Delimitação das Maquinas e ferramentas abordadas:

(Elevador de passageiro e carga, escada e esteira rolante, guincho de alavanca tifor, talha elétrica e manual, paleteira manual, carrinho de transporte, lixadeira, parafusadeira, furadeira, máquina de solda.

Carga Horária: 08 Horas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- A capacitação para operação segura de máquinas abrangendo as etapas teóricas e práticas;
- Descrição e identificação dos riscos associados com cada máquina e equipamento e as proteções especificas contra cada um deles; proteção mecânica;
- Descrição e funcionamento das proteções; como e por que devem ser usadas;
- Como e em que circunstâncias uma proteção pode ser removida, e por quem, sendo na maioria dos casos, somente o pessoal de inspeção ou manutenção;
- O que fazer quando uma proteção é danificada ou se perdeu sua função, deixando de garantir uma segurança adequada;
- Os princípios de segurança na utilização da máquina ou equipamento;
- Segurança para risco mecânicos, elétricos e outros relevantes;
- Método de trabalho seguro; Permissão de trabalho (PT);
- Sistema de bloqueio de funcionamento da máquina e equipamento durante operações de inspeção, limpeza, lubrificação e manutenção;
- Noções sobre acidentes e exposição aos riscos existentes na máquina, equipamentos e implementos;
- Riscos na operação e medidas de controle dos riscos: EPC e EPI;
- Operação com segurança da máquina ou equipamento;
- Inspeção, regulagem e manutenção com segurança;
- Sinalização de segurança, procedimentos em situação de emergência;
- Noções sobre prestação de primeiro socorros;

Orona
getting closer

CERTIFICADO

Certificamos que o Sr. **RENATO SANTOS QUEIROZ,** participou da Integração em Segurança e Saúde do Trabalho/Treinamento periódico na empresa Orona. Conforme exigência da norma regulamentadora **NR18.28.2** com duração de 8 horas.

Brasília/DF, 13 de Dezembro de 2021.

Flavio Rafael Ferreira
Eng.° de Segurança do Trabalho
CREA 1015907571/D-GO

Renato Santos Queiroz

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 681

Orona
getting closer

Conteúdo Programático:
Carga Horária: 08 Horas

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

- Segurança do Trabalho na Construção Civil (Conceitos, Legislação e Trabalho em Altura);
- Acidente de trabalho (Tipos de acidentes, consequências do acidente);
- Procedimento de Trabalho (Riscos Químicos (óleo/Graxas), Físicos (Ruído), Biológicos (Animais Peçonhentos), Ergonômicos (Postura Inadequada) e de Acidentes (Risco Queda /Queda de Materiais);
- Casos de Acidentes de Trabalho (Atos e Condições Inseguras);
- Primeiros Socorros , Combate a Incêndio, formas de extinção do fogo;
- Acidentes e Doenças Relacionados/Visão Geral e Prevencionista;
- Equipamentos de proteção individual (EPI);
- (EPC) Equipamentos de Proteção Coletiva;
- Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's);
- Alcoolismo e seus riscos em local de trabalho;
- Tabagismo e doenças relacionadas.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 682

Orona
getting closer

CERTIFICADO

CERTIFICAMOS QUE

RENATO SANTOS QUEIROZ

Concluiu com Aproveitamento o Curso de NR-35 Trabalho em Altura

Com a carga horária de 08 horas/aula, conforme Portaria SIT 313/12 do MTE.

Brasília/DF, 15 de Dezembro de 2021.

Flávio Rafael Ferreira
Eng.° de Segurança do Trabalho
CREA 1015907571/D-GO

Renato Santos Queiroz

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 683

Conteúdo Programático:
Carga Horária: 08 Horas

CONTEÚDO TEÓRICO:

- Normas e regulamentos aplicáveis ao trabalho em altura;
- Análise de Risco e condições impeditivas;
- Riscos potenciais inerentes ao trabalho em altura e medidas de prevenção e controle;
- EPI para trabalho em altura: seleção, inspeção, conservação e limitação de uso;
- Acidentes típicos em trabalhos em altura;
- Condutas em situações de emergência, incluindo noções de técnicas de resgate e de Primeiros Socorros;
- Dimensionamento de linhas vida de corda;
- Atividade: Análise de Riscos e Permissão de Trabalho.

PRÁTICA EM ALTURA:

- As aulas práticas foram executadas em torre de estrutura tubular composta de escada marinheiro e passarela de 7m de comprimento a 8m de altura. O participante deverá atravessar a passarela, descer pela escada marinheiro e subir novamente pela lateral da torre utilizando cinto de segurança com talabarte duplo. Para a escada lateral é utilizado também trava quedas;
- Para receber o certificado de conclusão do curso o participante deverá obter 80% de aproveitamento nos Módulos, prática e teórico, e ter 100% de frequência;
- Prevenção contra incêndio, meios de combate a incêndio e métodos de extinção;
- Abandono de área;
- Execução de nós em cordas
- Primeiros Socorros.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 684

Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é eletricista, não se meta a fazer serviços de eletricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos Membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha.

Converse e discussão no trabalho predispõem a acidentes pela desatenção.

Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

DRT/DF - SDT/TAGUATINGA
NUMERO - SERIE UF TIPO
72991 00018 DF 1aV

Delegacia Regional do Trabalho/DF
SURT/
Taguatinga
DF

ASSINATURA DO PORTADOR

4

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 685

4

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome KELBERT GREY CAEXETA

Loc. Nasc. BRASÍLIA Est. DF Data 02.08.79

Filiação CESAR VERGILIA CAEXETA E CECILIA GREY PAIVA

Doc. nº RG 1984363

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em...../...../..... Doc. Ident. nº

Exp. em...../...../..... Estado

Obs.

Data Emissão 29/01/99 DRT DF

Maria do Socorro Rodrigues
Ag. Administrativo
Mat. 1297498

Assinatura do Funcionário

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE
(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

9

Nome .....

Doc. .....

Nome .....

Doc. .....

Nome .....

Doc. .....

Nome .....

Doc. .....

Est. Civil .....

Nome .....

Doc. .....

Nascimento .....

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 686

18

CONTRATO DE TRABALHO

CNPJ :07.466.440/0001-88
GN1 IND. E COM. DE COMP. PARA ELEV. LTDA
SAAN QUADRA 2, Nº 980
ASA NORTE - CEP 70632-200
BRASILIA - DF

Esp. estab. : Fabricação produtos elev.
Função : TÉCNICO NIVEL I
CBO : 731155 CTPS : 0072991/00018
Data admissão : 1 de Março de 2007
Registro nº :
Folha/Ficha :
Remuneração especificada :
R$ 750.00 (setecentos e cinquenta reais) por mês.

GN1 Elevadores Ltda
Engº Pedro Luiz Wo
CREA / RS
Ass. do empregador ou a rogo c/ test.

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Data saída 07 de DEZEMBRO de 2009

GN1 Elevadores Ltda
Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... Engº Pedro Luiz Wolff
Com. Dispensa CD Nº ..... CREA / RS 7812 - D

19

CONTRATO DE TRABALHO

INSCRIÇÃO NO CNPJ
05.926.726/0001-73
CF/DF: 07.449.358/001-11
Módulo Engenharia, Consultoria e Gerência Predial Ltda
SAAN Quadra 02 Lote 980 - Parte B
CEP 70632-200

Empregador .....
CGC/MF .....
Rua ..... Nº .....
Município ..... Est. .....
Esp. do estabelecimento .....
Cargo TÉCNICO NIVEL I
..... CBO nº .....
Data admissão 01 de MARÇO de 2010
Registro nº 0039 Fls./Ficha FRE
Remuneração especificada R$ 963,00
(novecentos e sessenta e três reais)

Módulo Engenharia, Cons. e Ger. Predial Ltda
Ass. do empregador ou a rogo c/
Josevaldo Soares Frazão
RG: 1.940.149
Deptº Pessoal

1º ..... 2º .....

Data saída ..... de ..... de 19 .....

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º ..... 2º .....

Com. Dispensa CD Nº .....

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 687

Ficha de Registro de Funcionário

Dados do Empregador

Empresa: MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA N°
CNPJ/CEI: 05.926.726/0001-73
Ativ Federal: 4329-1/03
Endereço: QUADRA 02,, 980
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.632-200
Município: Brasília - DF

Dados do Funcionário

Nome: KELBERT GREY CAEXETA Código: 000011
Pai: CEZAR FERREIRA CAEXETA
Mãe: CRELIA GREY PAIVA
Nascimento: 02/08/1979 Sexo: Masculino Est. Civil: Casado Raça/Cor: Branca
Naturalidade: Brasília - DF Nacionalidade: Brasileiro
Endereço: Quadra QR 603 CH 39 R 04 LOTE, 50
Bairro: SAMAMBAIA CEP: 72.331-150
Município: Brasília - DF
CPF: 715.549.201-91
RG: 1981363 Órgão: SSP Estado: Emissão RG: 08/09/1998
Número CTPS: 72991 Série CTPS: 00018 Estado CTPS: DF Expedição CTPS:
PIS: 128.93598.27.9 Cadastro PIS:
Instrução: 2º Grau Incompleto
CNH: Categoria CNH: Validade CNH:
Reservista: Categoria: Tit. Eleitoral: 0000000000/00 Zona: Seção:
Banco: Santander Conta: 1.058.870 Dígito: 5 Agência: 3739
Sindicato: SITIMMME/DF
Cons. Profis: Registro Profis: Data Registro:



Cadastro de Estrangeiro

Data Chegada:
Tipo Visto: Número da Portaria:
Carteira RNE: Data da Portaria:
Validade RNE:

Contrato de Trabalho

Admissão: 01/03/2010
Optante FGTS: Sim Data Opção: 01/03/2010 Conta FGTS:
Cargo: SUPERVISOR CBO: 313215
Remuneração: 1.550,00 Modo Pgto: Bancária Período: Mensal
Organograma: MANUTENÇÃO
Escala: 08:00/12:00-13:12/18:00

Ficha Familiar	Nome	Nascimento	Parentesco
52	VALENTINA GREY RODRIGUES	21/01/2012	Filho/Filha

Brasília, 1 de março de 2010

Assinatura Funcionário

Data da desligamento _____, _____ de _____ de _____.

Assinatura Funcionário

Polegar Direito

Orona AMG elevadores	**ORDEM DE SERVIÇO FUNCIONAL** **Orona AMG Elevadores** **O.S.F.**	Doc. Base: NR-01, PPRA, CLT, PCMSO, PCMAT, MTE	
	SUPERVISOR	Revisão: 01	Data Rev.: 14/02/2017

NOME DO PROFISSIONAL: KELBERT GREY CAIXETA	**CPF:** 715.549.201-91	**EMPRESA: Modulo engenharia Consultoria Gerencia Predial.**

DESCRIÇÃO SUMÁRIA GERAL

Responder pelos resultados na área de instalação e modernização, com foco na qualidade dos produtos/serviços e nas condições técnicas/operacionais, conforme objetivos e metas estabelecidas junto a Gerência. Executar as rotinas da área, bem como orientar a equipe tecnicamente através do exemplo do seu trabalho junto aos demais. Atuar como elemento de ligação entre a Construtora e a equipe de montagem, apontando e propondo melhorias e soluções, de acordo com diretrizes e políticas pré-estabelecidas. Supervisionar e monitorar sua equipe, orientado pelas estratégias e valores da empresa.
Programar atividades de pré-instalação, montagem, modernização e substituição. Testar em conjunto os sistemas de segurança eletromecânica de elevadores, escadas rolantes, esteiras rolantes e Plataformas elevatórias para acessibilidade. Desenvolver atividades de gerenciamento de pessoas e produtos, aferindo a segurança e qualidade, emitindo relatórios corretivos/ preventivos.

RISCOS ASSOCIADOS

Riscos Ambientais	Riscos Encontrados	Fonte Geradora dos Riscos	Freqüência da exposição aos Riscos	Possíveis danos aos empregados expostos aos Riscos
Físicos	Ruído de fundo	Celular e motores de elevadores e escadas rolantes	Habitual e intermitente	Irritabilidade auditiva e na pele
Ergonômicos	Postura inadequada de trabalho	Trabalho em pé ou em posição desconfortável e levantamento de peso.	Habitual e intermitente	Estresse físico e fadiga

INSTRUÇÕES DE SAÚDE OCUPACIONAL

- Seguir recomendações descritas no Programa de Prevenção a Perda Auditiva – PPPA, utilizando o protetor auditivo que melhor se adapte a atividade;
- Seguir recomendações descritas no Programa de Proteção Respiratória - PPR, utilizando a proteção respiratória que melhor se adapte a atividade;
- Descartar após o turno normal de trabalho o respirador que não tiver manutenção ou em ocasião nas quais a vedação esteja prejudicada.

INSTRUÇÕES DE MEIO AMBIENTE

- Manter a higiene no local de trabalho, descartando os resíduos nos coletores adequados para cada classe de resíduo (reciclagem), respeitando a coleta seletiva;
- Em atividades que ofereçam risco de vazamento de produtos contaminantes, utilizar bandejas de contenção para evitar o contato do mesmo com o solo e com os recursos hídricos;
- É proibido caçar animais;
- Não efetuar qualquer tipo de desmatamento ou queimada sem autorização.

AÇÕES PREVENTIVAS

EPI'S

Visto do Colaborador:	Visto DP/RH:	Raquel Santana Téc. Segurança do Trabalho Reg. MTE nº 0008468/DF	Pág. 1

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 689

- Fardamento completo em brim, calçados de segurança e solado antiderrapante, protetor auricular tipo "plug", cinto de segurança tipo pára-quedista com talabarte duplo para trabalhos em alturas, capacete de segurança com jugular, óculos de proteção tipo ampla visão, protetor facial contra poeiras, luva de PVC, luvas de raspa de couro e luva de algodão pigmentada;
- Intervalos para descanso, exercícios de alongamento.

EPC'S

- Guarda-corpo de proteção em todos os vãos de porta de pavimento, enquanto não estiver fixada a porta definitiva;
- Sinalização visual de advertência em todos os vãos de porta, grade do alçapão vertical e porta da casa de máquinas);
- Proteção das instalações elétricas, extintor de incêndio tipo CO2 para Casa de Máquinas, aterramento dos equipamentos elétricos, proteção de partes móveis, escadas com corrimão e base antiderrapante, guarda-corpo removível para sobrelaje e outros dispositivos contra quedas.

AÇÕES DE SEGURANÇA NO TRABALHO

- É obrigatório o uso dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's;
- É proibida a entrada de funcionários que estejam alcoolizados ou sob o efeito de entorpecentes;
- Não é permitido realizar atividade a qual não seja capacitado, habilitado e autorizado;
- Realizar e participar do Treinamento Quinzenal de Segurança do Trabalho- TQST;
- Utilizar cinto de segurança com dois talabartes nos trabalhos acima de 2 m (dois metros) de altura;
- É proibido "by-pass" ou "jumpers" em circuitos segurança do equipamento- Dispensa Justa causa;
- Comunicar ao setor de segurança no trabalho, as condições que podem gerar acidentes;
- Inspecionar o local de trabalho antes do início das atividades;
- Cumprir e fazer cumprir as normas e determinações de Segurança de Trabalho da empresa;
- Respeitar a sinalização de área e trânsito;
- Ao conduzir veículos, respeitar o limite de velocidade estabelecido na via e não utilizar aparelho celular ao volante (veículo em movimento);
- Em caso de acidentes, comunicar ao Setor de Segurança no trabalho e dirigir-se ao ambulatório médico da empresa/ canteiro de obra, quando necessário;
- Não permitir a realização de atividades por pessoas não habilitadas e capacitadas;
- Fornecer informações para a Análise Preliminar de Níveis de Riscos e Impacto da Empresa– APNRI.

SANÇÕES DISCIPLINARES

- O descumprimento das orientações registradas nesta ***ORDEM DE SERVIÇO FUNCIONAL***, autoriza a empresa à implementação de sanções disciplinares conforme CLT/ NR-01, nesta ordem: 1º Advertência Verbal, 2º Advertência Escrita, 3º Suspensão da diária sem pagamento e 4º Dispensa por justa causa;
- Embora a ação prevencionista valorize a conscientização, vale frisar que a legislação garante ao empregador o enfoque disciplinatório, caso os procedimentos de segurança sejam repetidamente ignorados pelo empregado.

Declaro que recebi uma cópia desta Ordem de Serviço Funcional e que tenho pleno conhecimento das orientações contidas na mesma, bem como ter sido treinado(a) no uso correto dos EPI's e que, durante a execução de minhas atividades, atenderei às Normas Regulamentadoras– NR's e procedimentos de Segurança no Trabalho, Saúde e Meio Ambiente desta empresa.

Assinatura do colaborador

Goiânia/GO, 14 fevereiro de 2017

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 690

Orona

getting closer

CERTIFICADO

CERTIFICAMOS QUE

KELBERT GREY CAEXETA

Por ter frequentado o Treinamento de **NR 6 Equipamento de Proteção Individual** (EPI), conforme exigência da norma regulamentadora – NR 06 de com duração de 8 horas atendendo Portaria SIT n.º 25, de 01 de outubro de 2001.

Brasília, 08 de Dezembro de 2021.

Flávio Rafael Ferreira
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA 1015907571/D-GO

Kelbert Grey Caexeta

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 691

Conteúdo Programático:
Carga Horária: 08 Horas

- Obrigações do empregador quando a entrega e fiscalização dos EPI´s (Conceitos, Legislação);
- Direitos e Obrigações do empregado quanto ao uso e conservação dos EPI`s;
- Obrigações do fabricante nacional ou importador;
- Certificado de Acidente de trabalho (Tipos de acidentes, consequências do acidente);
- Procedimento de Trabalho (Riscos Químicos (óleo/Graxas), Físicos (Ruído), Biológicos (Animais Peçonhentos), Ergonômicos (Postura Inadequada) e de Acidentes (Risco Queda /Queda de Materiais);
- Casos de Acidentes de Trabalho (Atos e Condições Inseguras);

A Importância e validade do (C.A) Certificado de Aprovação;

- Equipamentos de Proteção Individual (EPI) fornecido pela empresa. Conservação, Limpeza, utilização e troca, Finalidade, Conservação, Guarda, Higiene e Responsabilidade do uso, sendo estes:

- **6.1** Para os fins de aplicação desta Norma Regulamentadora - NR, considera-se Equipamento de Proteção Individual - EPI, todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção de riscos suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho.

- **6.1.1** Entende-se como Equipamento Conjugado de Proteção Individual, todo aquele composto por vários dispositivos, que o fabricante tenha associado contra um ou mais riscos que possam ocorrer simultaneamente e que sejam suscetíveis de ameaçar a segurança e a saúde no trabalho

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 692

Orona
getting closer

CERTIFICADO

CERTIFICAMOS QUE

KELBERT GREY CAEXETA

Concluiu com Aproveitamento satisfatório o treinamento de **NR-10 Segurança em instalações e serviços com Eletricidade**, em conformidade com a portaria MTE n°3.214 de 08 de junho de 1978, no período de 13/12/2021 a 17/12/2021, promovido pela empresa Orona Elevadores, com carga horária de 40 horas.

Brasília, 17 de Dezembro de 2021.

Flávio Rafael Ferreira
Eng.° de Segurança do Trabalho
CREA 1015907571/D-GO

Matheus Rangel de Sá
Técnico em Eletrotécnica/Mecânica
CFT-DF 05468182777

Kelbert Grey Caexeta
Participante

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 693

Conteúdo Programático:
Carga Horária:40 Horas

CONTEUDO PROGRAMÁTICO:

- Introdução á segurança com eletricidade;
- Riscos em instalações e serviços com eletricidade;
- Normas Regulamentadoras no SRT;
- O fogo e métodos de extinção;
- Princípios básicos de prevenção de incêndio;
- Técnicas de Análise de Risco;
- Medidas de Controle do Risco Elétrico;
- Equipamentos de proteção coletiva;
- Equipamentos de proteção individual;
- Proteção e combate a incêndios;
- Acidentes de origem elétrica;
- Bloqueio elétrico;
- Primeiros socorros;
- Condições impeditivas para serviços;
- Posturas e vestuários de trabalho;
- Sinalização e isolamento de áreas de trabalho;
- Acidentes típicos, Análise, discussão, medidas de proteção;
- Agentes extintores.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 694

Orona
getting closer

CERTIFICADO

CERTIFICAMOS QUE

KELBERT GREY CAEXETA

Concluiu com Aproveitamento o Curso de NR-35 Trabalho em Altura

Com a carga horária de 08 horas/aula, no dia 07/12/2021 conforme Portaria SIT 313/12 do MTE.

Brasília, 07 de Dezembro de 2021.

Flávio Rafael Ferreira
Eng.° de Segurança do Trabalho
CREA 1015907571/D-GO

Kelbert Grey Caexeta

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 695

Conteúdo Programático:
Carga Horária: 08 Horas

CONTEÚDO TEÓRICO:

- Normas e regulamentos aplicáveis ao trabalho em altura;
- Análise de Risco e condições impeditivas;
- Riscos potenciais inerentes ao trabalho em altura e medidas de prevenção e controle;
- EPI para trabalho em altura: seleção, inspeção, conservação e limitação de uso;
- Acidentes típicos em trabalhos em altura;
- Condutas em situações de emergência, incluindo noções de técnicas de resgate e de Primeiros Socorros;
- Dimensionamento de linhas vida de corda;
- Atividade: Análise de Riscos e Permissão de Trabalho.

PRÁTICA EM ALTURA:

- As aulas práticas foram executadas em torre de estrutura tubular composta de escada marinheiro e passarela de 7m de comprimento a 8m de altura. O participante deverá atravessar a passarela, descer pela escada marinheiro e subir novamente pela lateral da torre utilizando cinto de segurança com talabarte duplo. Para a escada lateral é utilizado também trava quedas;
- Para receber o certificado de conclusão do curso o participante deverá obter 80% de aproveitamento nos Módulos, prática e teórico, e ter 100% de frequência;
- Prevenção contra incêndio, meios de combate a incêndio e métodos de extinção;
- Abandono de área;
- Execução de nós em cordas
- Primeiros Socorros.

Habilitação Técnica - MODULO_ORONA (1014702) SEI 2022.017753 / pg. 696

Carteira de Identidade Profissional - CFT
Lei n° 13.639, de 26 de MARÇO de 2018

CRT 01

Conselho Federal dos Técnicos Industriais



CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 13639 de 26 de Março de 2018

CRT 01

Nº 1568067/2022
Emissão: 01/08/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: Wz8b7

Conselho Regional dos Técnicos Industriais 01

CERTIFICAMOS que o profissional mencionado encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 13.639/2018, de 26/03/2018, conforme os dados a seguir. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento na referida Lei, que a referida pessoa física não se encontra em débito com o CFT.

Interessado(a)

Profissional: KELBERT GREY CAEXETA

Registro: 71554920191

CPF: 715.549.201-91

Endereço: QUADRA QR 603 RUA 4 CHACARA 39 CASA 50C, 50C, SAMAMBAIA NORTE, SAMAMBAIA, DF, 72331100

Tipo de Registro: Definitivo

Data de registro: 13/08/2010

Título(s)

TÉCNICO

TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA

Atribuição: Atribuições conforme estabelecido na Lei 5.524 de 5 de novembro de 1968, no Decreto 90.922 de 6 de fevereiro de 1985 e no Decreto 4.560 de 30 de dezembro de 2002.

Data de Formação: 04/01/2010

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

- CERTIFICAMOS que, caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.

- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://corporativo.sinceti.net.br/publico/, com a chave: Wz8b7
Impresso em: 01/08/2022 às 15:09:04 por: adapt, ip: 189.112.121.41

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

OFÍCIO Nº 132.2023.CPL.1014703.2022.017753

Manaus, 31 de março de 2023.

Ao Senhor

Paulo Augusto de Oliveira Lopes

Chefe da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Assunto: Análise dos documentos **de relativos à qualificação técnica -** Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL *(manutenção preventiva e corretiva de elevadores)*

Senhor Chefe,

Cumprimentando-o cordialmente e, em sede do **Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ**, cujo objeto é a *contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses,* venho **SOLICITAR** a **análise e manifestação** acerca dos documentos relativos à qualificação técnica (1014702) enviados pela empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES)**, CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, com a maior brevidade possível.

Na ocasião, renovo protestos de consideração e apreço, colocando-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Sarah Madalena Barbosa Santos Côrtes

Pregoeira - Portaria n.º 204/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 31/03/2023, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

MEMORANDO Nº 108.2023.DEAC.1014754.2022.017753

Da: Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Para: **Srª. Sarah Madalena Barbosa Santos Côrtes**
Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL
Pregoeira - Portaria n.º 204/2023/SUBADM

Assunto: Análise dos documentos de relativos à qualificação técnica - Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL *(manutenção preventiva e corretiva de elevadores).*

Senhora Pregoeira,

Com os cumprimentos de estilo, esta Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC informa que a empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES), CNPJ Nº 05.926.726/0001-73 cumpre os requisitos, consoante item 3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO, do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2023.DEAC.0995724.2022.017753:

3.2.1. Prova de inscrição ou registro da empresa junto ao CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (CREA), da localidade da sede da licitante:

- **CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA/CREA-AM** , tendo como profissionais técnicos responsáveis - FLAVIO RAFAEL FERREIRA (ENGENHEIRO CIVIL/ ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO); MAYLON SOUZA CASTRO (ENGENHEIRO MECÂNICO); RODRIGO MENDES DE FARIAS (ENGENHEIRO MECÂNICO); RENATO SANTOS QUEIROZ (ENGENHEIRO MECÂNICO);

3.2.2. Apresentar Certidão de Registro ou Inscrição no CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (CREA), comprovando que faz parte do corpo técnico da pessoa jurídica, no mínimo um Responsável Técnico habilitado na área Engenharia Mecânica (resolução 218/CONFEA; atribuições do art.12):

- **CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURIDICA/CREA-AM** , Tendo como profissionais técnicos responsáveis - FLAVIO RAFAEL FERREIRA (ENGENHEIRO CIVIL/ ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO); MAYLON SOUZA CASTRO (ENGENHEIRO MECÂNICO); RODRIGO MENDES DE FARIAS (ENGENHEIRO MECÂNICO); RENATO SANTOS QUEIROZ (ENGENHEIRO MECÂNICO);
- **CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO Nº 00004452/2023-INT – CREA-DF** - Tendo como profissionais técnicos responsáveis - CRISTIANO FERREIRA (ENGENHEIRO MECÂNICO); RENATO SANTOS QUEIROZ (ENGENHEIRO MECÂNICO); FLAVIO RAFAEL FERREIRA (ENGENHEIRO CIVIL/ ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO); ERWIN

CARVALHO BLANK (ENGENHEIRO ELETRICISTA);

- **CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO Nº 00004374/2023-INT** - CREA-DF:RENATO SANTOS QUEIROZ (ENGENHEIRO MECÂNICO);

3.2.3. Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica Operacional fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no órgão competente – CREA:

- **Certidão de Acervo Técnico do profissional Cristiano Ferreira - Engenheiro Mecânico e Técnico em Mecânica;**
- **Certidão de Acervo Técnico do profissional Renato Santos Queiroz – Engenheiro Mecânico;**
- **Certidão de Acervo Técnico do profissional Cristiano Ferreira - Engenheiro Mecânico e Técnico em Mecânica.**

Respeitosamente,

Luciana de S. Carvalho
Agente Técnico - Eng. Civil
Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC

Documento assinado eletronicamente por **Luciana de Souza Carvalho**, **Agente Técnico - Engenheiro Civil**, em 31/03/2023, às 13:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1014754** e o código CRC **DF49E16D**.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA
CNPJ: 05.926.726/0001-73

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 18:44:15 do dia 10/02/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/08/2023.
Código de controle da certidão: **C605.712E.5A90.B5FB**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 05.926.726/0001-73
Certidão nº: 8512955/2023
Expedição: 27/02/2023, às 13:39:20
Validade: 26/08/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (MATRIZ E FILIAIS),** inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.926.726/0001-73, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Documento(s) de Habilitação - CERTIDOES - MODULO_ORONA (1015164) SEI 2022.017753 / pg. 704

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.926.726/0001-73

Razão Social: MODULO ENGENHARIA CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA

Endereço: SAAN QUADRA 2 980 PARTE B / ZONA INDUSTRIAL / BRASILIA / DF / 70632-200

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:18/02/2023 a 19/03/2023

Certificação Número: 2023021800411875603696

Informação obtida em 27/02/2023 13:37:16

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRABALHISTAS
NEGATIVA

EMPREGADOR: MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA
INSCRIÇÃO: 05.926.726/0001-73
DATA E HORA DA EMISSÃO: 27/02/2023, às 14:07:17, conforme horário oficial de Brasília

CERTIFICA-SE, de acordo com as informações registradas no sistema de Controle de Processos de Multas e Recursos que, nesta data, **NÃO CONSTAM** débitos decorrentes de autuações em face do empregador acima identificado.

1. Esta certidão abrange todos os estabelecimentos do empregador.
2. A presente certidão não modifica a situação do empregador que conste do cadastro previsto na Portaria Interministerial MTE/SDH n° 2, de 12 de maio de 2011, que disciplina o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas a de escravo.
3. Conforme artigo 103, § 2º da Portaria MTP n° 667/2021, a certidão ora instituída refletirá sempre a última situação ocorrida em cadastros administrativos pelo emitente, de modo que, havendo processos enviados à Procuradoria da Fazenda Nacional - PFN, quanto a estes, poderá ser obtida certidão específica perante aquele órgão, visando a demonstrar a situação atualizada dos mesmos.
4. Expedida com base na Portaria MTP n° 667, de 8 de novembro de 2021. Emitida gratuitamente.

Dados para conferência da autenticidade desta certidão:

Endereço: **https://eprocesso.sit.trabalho.gov.br/Certidao/Validar**

Código: **LRXBNWZPLY**

A autenticidade também pode ser verificada a partir do QR Code ao lado.

Documento(s) de Habilitação - CERTIDOES - MODULO_ORONA (1015164) SEI 2022.017753 / pg. 706

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 27/02/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA

05.926.726/0001-73

OBSERVAÇÕES:
a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8o, § 2o da Resolução 121/CNJ).
d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 27/02/2023
Selo digital de segurança: **2023.CTD.W5B8.T2NT.BPLW.DVHS.AJAA**
*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

NUCER - Núcleo de Emissão de Certidões do TJDFT
Fórum de Brasília - Milton Sebastião Barbosa, Praça Municipal - Lote 1, Bloco A, Ala B - Térreo.
Brasília - DF
Horário de Atendimento: 7h às 19h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

Documento(s) de Habilitação - CERTIDOES - MODULO_ORONA (1015164) SEI 2022.017753 / pg. 707

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (27/02/2023 às 13:48) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 05.926.726/0001-73.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 63FC.DED0.C9E0.1496 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Documento(s) de Habilitação - CERTIDOES - MODULO_ORONA (1015164) SEI 2022.017753 / pg. 708

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 400133357262022
NOME: MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA
ENDEREÇO: SETOR DE ARMAZENAGEM E ABASTECIMENTO, QUADRA 02 PARTE J 980
CIDADE: SAAN
CNPJ: 05.926.726/0001-73
CF/DF 0744935800111 - ATIVA
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.
Esta Certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade de direitos relativos a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 27 de março de 2023. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 27/12/2022 às 10:10:32 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 400133357452022
NOME: MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA
ENDEREÇO: SETOR DE ARMAZENAGEM E ABASTECIMENTO, QUADRA 02 PARTE J 980
CIDADE: SAAN
CNPJ: 05.926.726/0001-73
CF/DF 0744935800111 - ATIVA
FINALIDADE: JUNTO A ORGAOS PUBLICOS

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.
Esta Certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade de direitos relativos a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 27 de março de 2023. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 27/12/2022 às 10:11:31 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 400133357362022
NOME: MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA
ENDEREÇO: SETOR DE ARMAZENAGEM E ABASTECIMENTO, QUADRA 02 PARTE J 980
CIDADE: SAAN
CNPJ: 05.926.726/0001-73
CF/DF 0744935800111 - ATIVA
FINALIDADE: LICITACAO

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.
Esta Certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade de direitos relativos a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 27 de março de 2023. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 27/12/2022 às 10:11:03 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nª 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**05.926.726/0001-73**	DUNS®:	**91*****91**
Razão Social:	**MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**		
Nome Fantasia:	**ORONA AMG ELEVADORES**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**10/03/2023**
Natureza Jurídica:	**SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**		
MEI:	**Não**		
Porte da Empresa:	**Demais**		

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN		Validade:	**09/08/2023**
FGTS		Validade:	**19/03/2023**
Trabalhista	**(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**26/08/2023**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital		Validade:	**27/03/2023**
Receita Municipal	(Isento)		

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/05/2023**

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

CPF: 238.533.508-52 Nome: LUIS BONILLA DE TORO

Ass: _____

Documento(s) de Habilitação - CERTIDÕES - MODULO_ORONA (1015164) SEI 2022.017753 / pg. 712

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal
Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA

Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE	CNPJ	Data de Arquivamento do Ato Constitutivo	Data de Início de Atividade
5320121553-9	05.926.726/0001-73	29/09/2003	01/09/2003

Endereço Completo:

SETOR SAA QD 02 NO 980 PARTE B SN - BAIRRO SAA CEP 70632-200 - BRASILIA/DF

Objeto Social:

PRESTACAO DE SERVICOS E CONSULTORIA NA AREA PREDIAL, INCLUINDO ESPECIFICACOES TECNICAS, PROJETOS, GERENCIAMENTO TECNICO ADMINISTRATIVO, FABRICACAO, MONTAGEM, MANUTENCAO, MODERNIZACAO, ATUALIZACAO TECNOLOGICA DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES E COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS E COMPONENTES ELETROELETRONICOS, ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES, ESTEIRAS PARA BAGAGEM, CONDICIONADORES DE AR, GERADORES, TELEFONIA, SISTEMA DE SEGURANCA E PREVENCAO DE INCENDIO.

Capital Social:	Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte	Prazo de Duração
R$ 17.969.113,00 DEZESSETE MILHÕES E NOVECENTOS E SESSENTA E NOVE MIL E CENTO E TREZE REAIS		
Capital Integralizado: R$ 17.696.113,00 DEZESSETE MILHÕES E SEISCENTOS E NOVENTA E SEIS MIL E CENTO E TREZE REAIS	NÃO (Lei Complementar nº123/06)	INDETERMINADO

Sócio(s)/Administrador(es)

CPF/NIRE	Nome	Térm. Mandato	Participação	Função
5330001474-4	AMG PARTICIPACOES S.A.	xxxxxxx	R$ 17.969.113,00	SOCIO
709.723.981-63	JAVIER CRUZ PELEGRIN	xxxxxxx	R$ xxxxxxx	ADMINISTRADOR
238.533.508-52	LUIS BONILLA DE TORO	xxxxxxx	R$ xxxxxxx	ADMINISTRADOR
054.681.827-77	MATHEUS RANGEL DE SA	xxxxxxx	R$ xxxxxxx	ADMINISTRADOR

Status: XXXXXXXX Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 05/09/2022 Número: 1891827

Ato 002 - ALTERACAO

Evento(s) 2247 - ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
2003 - ALTERACAO DE SOCIO/TITULAR / ADMINISTRADOR
051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

Empresa(s) Antecessora(s)

Nome Anterior	Nire	Número Aprovação	UF	Tipo Movimentação
MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA	xxxxxxx	1675163	xx	ALTERAÇÃO DE NOME EMPRESARIAL

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCISDF (http://jucis.df.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C230000082328 e visualize a certidão)

23/012.965-0

Documento(s) de Habilitação - CERTIDOES - MODULO_ORONA (1015164) SEI 2022.017753 / pg. 713

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial:	MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA
Natureza Jurídica:	SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Filial(ais) nesta Unidade da Federação ou fora dela

Nire	CNPJ	Endereço
1590043394-1	05.926.726/0004-16	TRAVESSA DOUTOR ENEAS PINHEIRO, 1697-A, BAIRRO MARCO, 66095-015, BELEM/PA
3190260515-7	05.926.726/0005-05	RUA ARMINDO CHAVES, 27, : PARTE B;, BAIRRO ALTO BARROCA, 30431-041, BELO HORIZONTE/MG
5290071135-6	05.926.726/0003-35	RUA C-188 NO 283 CASA 01 QD 470, LOTE 26, BAIRRO JARDIM AMERICA, 74265-310, GOIANIA/GO
1390026256-8	05.926.726/0008-40	AVENIDA DJALMA BATISTA, 1905, LOJA: 05 PARTE B;, BAIRRO CHAPADA, 69050-010, MANAUS/AM
4390195129-9	05.926.726/0007-69	RUA PORTUGAL, 417, PARTE B, BAIRRO HIGIENOPOLIS, 90520-310, PORTO ALEGRE/RS
3390129023-5	05.926.726/0002-54	ESTRADA DO ENGENHO D'AGUA NO 1330 FRACAO DO BOX, 28, CONDOMINIO OFFICE HOUSE, BAIRRO ANIL, 22765-240, RIO DE JANEIRO/RJ
3590562810-1	05.926.726/0006-88	RUA CLELIA, 272, : PARTE B;, BAIRRO AGUA BRANCA, 05042-000, SAO PAULO/SP

NADA MAIS#

Brasília, 02 de Fevereiro de 2023 08:30

MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO
SECRETÁRIO GERAL

VENTVRIS VENTIS

Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCISDF (http://jucis.df.gov.br) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:
1) Validação por envio de arquivo (upload)
2) Validação visual (digite o nº C230000082328 e visualize a certidão)

23/012.965-0

Documento(s) de Habilitação - CERTIDOES - MODULO_ORONA (1015164) SEI 2022.017753 / pg. 714

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**05.926.726/0001-73**	DUNS®:	**914620091**
Razão Social:	**MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**		
Nome Fantasia:	**ORONA AMG ELEVADORES**		
Situação do Fornecedor:	**Credenciado**	Data de Vencimento do Cadastro:	**12/03/2024**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Comprovante de Regularidade da Receita Federal e PGFN

Tipo de Comprovante:	**Certidão**	Data de Validade:	**26/09/2023**
Código de Controle:	**542C0F99B9DCF737**		

Comprovante de Regularidade do FGTS

Tipo de Comprovante:	**Certidão**	Data de Validade:	**26/04/2023**
Código de Controle:	**2023032800502357346736**		

Comprovante de Regularidade do TST

Tipo de Comprovante:	**Certidão**	Data de Validade:	**26/09/2023**
Código de Controle:	**133867552023**		

Documento(s) de Habilitação_MODULO_ORONA (1015174) SEI 2022.017753 / pg. 715

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório Nível IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Dados do Fornecedor

CNPJ: **05.926.726/0001-73** DUNS®: **914620091**
Razão Social: **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**
Nome Fantasia: **ORONA AMG ELEVADORES**
Situação do Fornecedor: **Credenciado**

Dados do Nível

Situação do Nível: **Cadastrado**

Inscrição Estadual e Municipal

Inscrição Estadual: **0744935800111**
Inscrição Municipal: **0744935800111**

Comprovante de Regularidade Estadual/Distrital

Tipo de Comprovante: **Certidão** Data de Validade: **28/06/2023**
Código de Controle: **122030195332023**

Comprovante de Regularidade Municipal

Isento de Regularidade Fiscal Municipal. Fornecedor com domicílio no Distrito Federal.

Documento(s) de Habilitação_MODULO_ORONA (1015174) SEI 2022.017753 / pg. 716

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
05.926.726/0001-73 **MATRIZ**		**29/09/2003**

NOME EMPRESARIAL
MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
ORONA AMG ELEVADORES	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
43.29-1-03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
ST SETOR DE ARMAZENAGEM E ABASTECIMENTO, QUADRA 02	**980**	**PARTE B**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
70.632-200	**SAAN**	**BRASILIA**	**DF**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
SDELATTRE@ORONA.COM.BR	**(61) 3031-6347/ (61) 3031-6348**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**29/09/2003**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **31/03/2023** às **12:30:36** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa
Departamento de Registro Empresarial e Integração

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
53201215539	2062	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Nome: MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA

(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP

DFN2296780095

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		051	1	CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL
		2003	1	ALTERACAO DE SOCIO/TITULAR / ADMINISTRADOR

BRASILIA
Local

5 Setembro 2022
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____
_____ _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ _____ _____ _____
Data Vogal Vogal Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1891827 em 05/09/2022 da Empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05926726000173 e protocolo DFN2296780095 - 31/08/2022. Autenticação: 4681F9685FB61F6BDCEB6D1838D3F951265285. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/104.846-4 e o código de segurança PcSI
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.
Documento(s) de Habilitação_MODULO_ORONA (1015174) SEI 2022.017753 / pg. 71

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/104.846-4	DFN2296780095	30/08/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
238.533.508-52	LUIS BONILLA DE TORO	05/09/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		

VENTVRIS VENTIS

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1891827 em 05/09/2022 da Empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05926726000173 e protocolo DFN2296780095 - 31/08/2022. Autenticação: 4681F9685FB61F6BDCEB6D1838D3F951265285. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/104.846-4 e o código de segurança PcSI
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

INSTRUMENTO PARTICULAR DA TRIGÉSIMA QUINTA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA MÓDULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA.

CNPJ/MF nº 05.926.726/0001-73

NIRE 53.201.215.539

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a parte abaixo:

AMG PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações, com sede no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte - SAAN, Quadra 02, nº 980, Parte D, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, CEP 70.632-200, inscrita no CNPJ nº 13.051.600/0001-20, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Distrito Federal sob o NIRE 53.300.014.744, em sessão de 08.04.2013, neste ato representada na forma do seu estatuto social por **Luis Bonilla de Toro**, espanhol, engenheiro, solteiro, nascido em 04/04/1985, portador da Carteira de Identidade de Estrangeiro - RNE sob o nº G252192-5, inscrito no CPF/MF sob o nº 238.533.508-52, com endereço comercial no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte - SAAN, Quadra 02, nº 980, Setor D, Asa Norte, CEP: 70.632-200, Brasília, Distrito Federal; e

única sócia representando a totalidade do capital social da **MÓDULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA.**, sociedade limitada, inscrita no CNPJ sob o nº 05.926.726/0001-73, com sede no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte - SAAN, Quadra 2, nº 980, Parte B, SAA, CEP 70.632-200, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ sob o nº 05.926.726/0001-73, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Distrito Federal ("JCISDF") sob NIRE 53.201.215.539 em sessão de 29.09.2003 ("Sociedade"),

têm entre si justo e acordado alterar e consolidar o Contrato Social da Sociedade, nos termos do art. 1.072, parágrafo 3º, da Lei nº 10.406/02, de acordo com os seguintes termos e condições:

I. DA REDUÇÃO DE CAPITAL SOCIAL

1.1. Tendo em vista as deliberações tomadas na Reunião de Sócios da Sociedade realizada em 02 de maio de 2022 (a "Ata de Reunião de Sócios"), cujo extrato da ata foi devidamente publicado nas edições do dia 18 de maio de 2022 do Diário Oficial do Distrito Federal e do Jornal Diário Comercial nas páginas 74 e B3, respectivamente, e em virtude (i) do decurso do prazo de 90 (noventa) dias contados da data de publicação da Ata de Reunião de Sócios; e (ii) da inexistência de oposição de credores da Sociedade no prazo mencionado no item (i) acima, a sócia decide aprovar a redução do

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1891827 em 05/09/2022 da Empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05926726000173 e protocolo DFN2296780095 - 31/08/2022. Autenticação: 4681F9685FB61F6BDCEB6D1838D3F951265285. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/104.846-4 e o código de segurança PcSI
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.
Documento(s) de Habilitação_MODULO_ORONA (1015174) SEI 2022.017753 / pg. 720

capital social no valor de R$2.000.000,00 (dois milhões de reais), passando dos atuais R$ 19.969.113,00 (dezenove milhões, novecentos e sessenta e nove mil, cento e treze reais), **totalmente integralizado**, para R$ 17.969.113,00 (dezessete milhões, novecentos e sessenta e nove mil, cento e treze reais), por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do disposto no artigo 1.082, inciso II, da Lei 10.406/02, mediante o cancelamento de 2.000.000 (dois milhões) de quotas representativas do capital social da Sociedade de titularidade da sócia AMG PARTICIPAÇÕES S.A.

1.2. Em decorrência da redução de capital mencionada acima, o capital social, **totalmente subscrito e integralizado**, passa a ser de R$ 17.969.113,00 (dezessete milhões, novecentos e sessenta e nove mil, cento e treze reais), representando por 17.969.113 (dezessete milhões, novecentos e sessenta e nove mil, cento e treze) quotas, de valor nominal de 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas:

Sócia	Nº Quotas	Valor Em R$	%
AMG PARTICIPAÇÕES S.A.	17.969.113	17.969.113,00	100,00
Total	**17.969.113**	**17.969.113,00**	**100,00**

1.3. Em decorrência das deliberações acima, resolve a sócia aprovar a alteração do *caput* da Cláusula 5ª do Contrato Social, que passará a vigorar com a seguinte nova redação:

"Cláusula 5ª – *O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R$ 17.969.113,00 (dezessete milhões, novecentos e sessenta e nove mil, cento e treze reais), dividido em 17.969.113 (dezessete milhões, novecentas e sessenta e nove mil, cento e treze), quotas de R$ 1,00 (um real), cada uma, pelo sócio da seguinte maneira:*

Sócia	*Nº Quotas*	*Valor Em R$*	*%*
AMG PARTICIPAÇÕES S.A.	*17.969.113*	*17.969.113,00*	*100,00*
Total	***17.969.113***	***17.969.113,00***	***100,00***

II. DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

2.1. Por fim, decide a sócia reescrever, alterar e consolidar o contrato social da Sociedade, de forma a refletir as alterações acima deliberadas:

"**CONTRATO SOCIAL DA**

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1891827 em 05/09/2022 da Empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05926726000173 e protocolo DFN2296780095 - 31/08/2022. Autenticação: 4681F9685FB61F6BDCEB6D1838D3F951265285. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/104.846-4 e o código de segurança PcSI
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

MÓDULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA.

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE SOCIAL, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO E LEI APLICÁVEL

Cláusula 1ª – A sociedade empresária limitada opera sob a denominação de **MÓDULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA.**, e utiliza como nome fantasia **ORONA AMG ELEVADORES** (a "Sociedade"). A sociedade rege-se pelas disposições da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (o "Código Civil") e, em suas omissões, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

Cláusula 2ª – A Sociedade tem sede no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte - SAAN, Quadra 2, nº 980, Parte B, SAA, CEP – 70.632-200, Brasília-DF, e, por resolução do sócio representando a maioria do capital social, poderá abrir e extinguir filiais, escritórios, depósitos, agências, representações e outras dependências em qualquer ponto do território nacional ou do exterior.

Parágrafo Único - A sociedade possui as seguintes filiais: **(i)** na Estrada do Engenho D'Água, nº 1330, fração do Box nº 28, bairro Anil, Cidade do Rio de Janeiro, **Estado do Rio de Janeiro**, CEP 22765-240, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.926.726/0002-54; **(ii)** na Travessa Doutor Enéas Pinheiro, nº 1697-A, Bairro: Marco, na Cidade de Belém, **Estado do Pará**, CEP. 66095-105, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.926.726/0004-16 ; **(iii)** na Rua C-188, nº 283, Casa 01, Qd 470, Lt 26, Jardim América, Cidade de Goiânia, **Estado de Goiás**, CEP 74265-310, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.926.726/0003-35; **(iv)** na Rua Clélia, Nº 272, Parte B, Vila Romana, Cidade de São Paulo, **Estado de São Paulo**, CEP 05042-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.926.726/0006-88; **(v)** na Rua Armindo Chaves, nº 27, Parte B, Bairro Alto Barroca, Cidade de Belo Horizonte, **Estado de Minas Gerais**, CEP 30431-041, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.926.726/0005-05; **(vi)** na Avenida Djalma Batista, 735, BL –B, LOJA 105, Centro Comercial Casacenter, Bairro Chapada, Cidade de Manaus, **Estado do Amazonas**, CEP 69050-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.926.726/0008-40; e **(vii)** na Rua Portugal, nº 417, Parte B, Bairro Higienópolis, Cidade de Porto Alegre, **Estado do Rio Grande do Sul**, CEP 90520-310, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.926.726/0007-69.

Cláusula 3ª – A Sociedade tem por objeto a prestação de serviços e consultoria na área predial, incluindo especificações técnicas, projetos, gerenciamento técnico administrativo, fabricação, montagem, manutenção, modernização, atualização tecnológica de elevadores, escadas e esteiras rolantes e comércio varejista de produtos e componentes eletroeletrônicos, elevadores, escadas e esteiras rolantes, esteiras para bagagem, condicionadores de ar, geradores, telefonia, sistema de

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1891827 em 05/09/2022 da Empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05926726000173 e protocolo DFN2296780095 - 31/08/2022. Autenticação: 4681F9685FB61F6BDCEB6D1838D3F951265285. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/104.846-4 e o código de segurança PcSI
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

segurança e prevenção de incêndio.

Parágrafo Único - O objeto de fabricação de elevadores, escadas e esteiras rolantes será exercido exclusivamente por meio de sua filial localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Estrada do Engenho D'Água, nº 1330, fração do Box nº 28, bairro Anil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22765-240.

Cláusula 4ª - A sociedade iniciou suas atividades em 01 de setembro de 2003 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II – CAPITAL SOCIAL

Cláusula 5ª – O capital social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R$ 17.969.113,00 (dezessete milhões, novecentos e sessenta e nove mil, cento e treze reais), dividido em 17.969.113 (dezessete milhões, novecentas e sessenta e nove mil, cento e treze), quotas de R$ 1,00 (um real), cada uma, pelo sócio da seguinte maneira:

Sócia	Nº Quotas	Valor Em R$	%
AMG PARTICIPAÇÕES S.A.	17.969.113	17.969.113,00	100,00
Total	**17.969.113**	**17.969.113,00**	**100,00**

Parágrafo Primeiro – A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital, nos termos do art. 1.052 do Código Civil.

Parágrafo Segundo - A sócia **AMG PARTICIPAÇÕES S.A.** é a única sócia, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 1.052 do Código Civil Brasileiro (redação dada pela Lei nº 13.874 de 20 de setembro de 2019), não se aplica o inciso IV do artigo 1.033 do Código Civil Brasileiro.

Cláusula 6ª - As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada uma delas dá direito a 1 (um) voto nas deliberações sociais.

Cláusula 7ª - É vedado a sócia caucionar, ou de qualquer forma onerar suas quotas de capital, no todo ou em parte, salvo em favor dos outros sócios e com a aprovação dos sócios representando a maioria absoluta do capital social.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1891827 em 05/09/2022 da Empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05926726000173 e protocolo DFN2296780095 - 31/08/2022. Autenticação: 4681F9685FB61F6BDCEB6D1838D3F951265285. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/104.846-4 e o código de segurança PcSI
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Cláusula 8ª - As quotas não poderão ser cedidas, transferidas ou alienadas a terceiros e/ou a outro sócio, a qualquer título, total ou parcialmente, sem o consentimento dos sócios representando a maioria absoluta do capital social, respeitado o direito de preferência assegurado aos demais sócios.

CAPÍTULO III - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 9ª A administração da Sociedade caberá aos administradores não sócios, (i) **Sr. Luis Bonilla de Toro**, espanhol, engenheiro, solteiro, nascido em 04/04/1985, portador da Carteira de Identidade de Estrangeiro - RNE sob o nº G252192-5, inscrito no CPF/MF sob o nº 238.533.508-52, com endereço comercial no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte - SAAN, Quadra 02, nº 980, Setor D, Asa Norte, CEP: 70.632-200, Brasília, Distrito Federal, como Presidente; (ii) Sr. **Matheus Rangel de Sá**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, técnico em eletrotécnica e mecânica, nascido em 09/12/1979, portador da Cédula de Identidade RG Nº 5.736.165 SSP-GO, inscrito no CPF/MF sob o nº 054.681.827-77, com endereço comercial no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte – SAAN, Quadra 02, nº 980, Parte D, Asa Norte, Brasília, Distrito Federal, CEP: 70.632-200, como Diretor; (iii) Sr. **Javier Cruz Pelegrin**, espanhol, técnico em eletrônico, solteiro, nascido em 21.08.1975, portador da Carteira de Identidade de Estrangeiro - RNM sob o nº G295488-J, inscrito no CPF/MF sob o nº 709.723.981-63, com endereço comercial no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte - SAAN, Quadra 02, nº 980, Parte D, Asa Norte, CEP: 70.632-200, Brasília, Distrito Federal, como Diretor.

Parágrafo Primeiro – Aos Diretores, nos termos dos parágrafos primeiro e segundo desta cláusula, compete: (i) dirigir os negócios da Sociedade com amplos poderes de administração, podendo praticar todos os atos e operações que forem necessários ou convenientes à realização de seus fins, inclusive contratar empregados, nomear agentes, adquirir bens e direitos, transigir, criar filiais, agências, escritórios, fábricas, depósitos e outros estabelecimentos onde convier; (ii) adquirir, a qualquer título, quaisquer bens, sejam móveis ou imóveis; (iii) alienar, de qualquer maneira, bens móveis e imóveis e fazer sobre esses bens quaisquer operações; (iv) receber dinheiro e valores da Sociedade e solver suas obrigações, fazer todas as despesas e guardar seus bens; (v) contratar com bancos e outros estabelecimentos de crédito a abertura de contas de caução, descontos e quaisquer outras contas correntes e de movimento necessárias à Sociedade; (vi) assinar saques, ordens, cheques, duplicatas, emitir notas promissórias, sacar aceitar, endossar letras de câmbio e avalizar qualquer tipo de interesse social; (vii) celebrar quaisquer contratos, inclusive os de fiança, estipulando os direitos e

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1891827 em 05/09/2022 da Empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05926726000173 e protocolo DFN2296780095 - 31/08/2022. Autenticação: 4681F9685FB61F6BDCEB6D1838D3F951265285. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/104.846-4 e o código de segurança PcSI
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

obrigações que convencionar e assinar os respectivos instrumentos; e (viii) constituir mandatários judiciais e contratar os respectivos honorários.

Parágrafo Segundo – Nenhuma responsabilidade poderá ser criada para a Sociedade, a qualquer título e, bem assim, nenhum ato de disposição de bens poderá ser efetuado, nem qualquer recebimento ou transferência de valores será feito, não tendo nenhuma validade o ato praticado com infração dessa exigência, se a Sociedade não for representada da seguinte forma:

(a) Isoladamente pelo Presidente ou Vice-Presidente em todo e qualquer ato de gestão;

(b) Conjuntamente por qualquer 1 (um) Diretor e o Presidente ou Vice-Presidente em todo e qualquer ato de gestão; ou

(c) isoladamente por qualquer 1 (um) procurador, observado o disposto no Parágrafo Terceiro abaixo.

Parágrafo Terceiro – As procurações outorgadas pela Sociedade serão assinadas isoladamente pelo Presidente ou Vice-Presidente ou conjuntamente por 1 (um) Diretor e o Presidente ou Vice-Presidente, e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade determinado. Na ausência de validade nas procurações outorgadas pela Sociedade, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano.

Parágrafo Quarto – O mandato dos Diretores será por prazo indeterminado, e sua remuneração será fixada por acordo entre os sócios e levadas à conta de despesas gerais.

Parágrafo Quinto – O cargo de Vice-Presidente ficará vago até a próxima eleição.

Cláusula 10 - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Sociedade, os atos de qualquer do sócio, Diretores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas aos objetivos sociais, tais como: fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias de terceiros.

Parágrafo Único - A vedação contida na Cláusula 10, caput, não se aplica caso a operação seja previamente aprovada pelos sócios que representem a maioria absoluta do capital social.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1891827 em 05/09/2022 da Empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05926726000173 e protocolo DFN2296780095 - 31/08/2022. Autenticação: 4681F9685FB61F6BDCEB6D1838D3F951265285. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/104.846-4 e o código de segurança PcSI
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Cláusula 11 - A Sociedade não terá conselho fiscal.

CAPÍTULO IV - REUNIÕES DE SÓCIOS E DELIBERAÇÕES

Cláusula 12 - O sócio, ordinariamente, ao menos 1 (uma) vez ao ano, durante os 4 (quatro) meses seguintes ao encerramento do exercício social, para o fim de (i) apreciar as contas apresentadas pela administração da Sociedade e deliberar sobre as demonstrações financeiras desta última, levantadas na forma da lei e deste Contrato Social; e (ii) determinar a remuneração a ser paga ao(s) administrador(es) da Sociedade; e, extraordinariamente, sempre que o interesse da Sociedade assim exigir.

Parágrafo 1º - A convocação para a reuniões de sócios serão realizadas pelo administrador da Sociedade, mediante comunicação escrita, enviada com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência.

Parágrafo 2º - As reuniões serão instaladas com a presença de sócio que represente a maioria do capital social. Por maioria entre os presentes será eleito o presidente, o qual designará outro entre os presentes para secretariar os trabalhos.

Parágrafo 3º - Dependem de aprovação escrita da sócia, previamente autorizado por seu conselho de administração ou assembleia geral, as seguintes matérias:

(a) aquisição, alienação ou oneração de bens móveis e imóveis ou direitos da Sociedade;

(b) outorga de garantias de obrigações;

(c) gerar novas obrigações por fornecedor, consideradas de forma individual, que superem o limite mensal de R$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) e, de maneira consolidada, entre todos os fornecedores, que superem o valor de R$2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), com exceção se a forem realizadas entre empresas do Grupo Orona e para pagamento de impostos, despesas aduaneiras, outras obrigações tributárias e depósito judicial de qualquer natureza;

(d) transação ou qualquer ação estranha ao curso regular dos negócios da Sociedade;

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1891827 em 05/09/2022 da Empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05926726000173 e protocolo DFN2296780095 - 31/08/2022. Autenticação: 4681F9685FB61F6BDCEB6D1838D3F951265285. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/104.846-4 e o código de segurança PcSI
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

(e) operação de natureza financeira que resulte em endividamento da Sociedade, perante instituição financeira ou semelhante ou particular, excepcionadas em relação a este item as obrigações contraídas com empresas do Grupo Econômico e Societário Orona;

(f) contratação de empregados ou colaboradores, sempre que a remuneração líquida do beneficiário que seja superior a quantia equivalente a 30% (trinta por cento) da maior remuneração do quadro de funcionários da Companhia;

(g) aprovar o aumento de salários de empregados ou retribuição de colaboradores que seja superior a quantia equivalente a 30% (trinta por cento) em relação ao salário anterior; e

(h) alteração do Contrato Social da Sociedade;

(i) aumento ou redução de capital social da Sociedade;

(j) fusão, incorporação, cisão e dissolução da Sociedade; e

(k) pedido de autofalência ou recuperação judicial de empresa, ou qualquer outra forma de liquidação da Sociedade.

Cláusula 13 - Na hipótese de as deliberações adotadas nas reuniões importarem a produção de efeitos sobre as relações entre a Sociedade e quaisquer terceiros, incluindo os poderes públicos, em qualquer de suas instâncias, ou alterarem o presente Contrato Social, deverão as respectivas atas ou instrumentos de alteração, conforme o caso, ser levados a registro no órgão competente, no prazo e na forma da lei.

CAPÍTULO V – DA CONTINUAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 14 - A retirada ou a insolvência de qualquer do sócio não dissolverá a Sociedade, a menos que este resolva liquidá-la. Os haveres do sócio retirante ou insolvente serão calculados com base no último balanço levantado pela Sociedade e serão pagos a ele, ou a seus sucessores, conforme o caso, no prazo de 6 (seis) meses, contados da data de ocorrência do evento.

CAPÍTULO VI – EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO E LUCROS

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1891827 em 05/09/2022 da Empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05926726000173 e protocolo DFN2296780095 - 31/08/2022. Autenticação: 4681F9685FB61F6BDCEB6D1838D3F951265285. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/104.846-4 e o código de segurança PcSI
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Cláusula 15 - O exercício social coincide com o ano civil e encerra no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão levantadas as demonstrações financeiras do exercício, em conformidade com as disposições legais vigentes. Os lucros ou prejuízos verificados serão atribuídos ao sócio.

Cláusula 16 - Os lucros líquidos apurados, por decisão do sócio representando a maioria absoluta do capital social, poderão ser: (i) distribuídos aos sócios na proporção das respectivas participações no capital social ou em outra proporção que for deliberada em reunião de sócios; ou ainda (ii) retidos, total ou parcialmente, em conta de lucros em suspenso ou de reservas, ou capitalizados.

Parágrafo Único - A critério do sócio representando a maioria absoluta do capital social, a Sociedade poderá, em qualquer periodicidade, levantar balanços intermediários, intercalares e/ou extraordinários para fins contábeis, ou para distribuição de lucros.

CAPÍTULO VII – DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 17 - A Sociedade será dissolvida nos casos previstos em lei, por deliberação do sócio que representem 3/4 (três quartos) do capital social.

Cláusula 18 - Em caso de liquidação, o sócio representando a maioria absoluta do capital social nomeará um liquidante a fim de que este proceda na conformidade das leis vigentes.

Cláusula 19 - Por decisão de sócios representando 3/4 (três quartos) do capital social, a Sociedade poderá ser objeto de processo de transformação em outro tipo societário, incorporação, cisão ou fusão. Em caso de transformação em sociedade por ações, os sócios desde logo renunciam ao direito de retirada previsto em lei.

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 20 - Os casos omissos serão regulados pelas disposições do Código Civil aplicáveis às sociedades limitadas e, aplicam-se, em caráter supletivo na omissão também destas últimas, as regras relativas às Sociedades Anônimas (Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e, suas alterações posteriores.

Cláusula 21 - Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude criminal, ou por se

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1891827 em 05/09/2022 da Empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05926726000173 e protocolo DFN2296780095 - 31/08/2022. Autenticação: 4681F9685FB61F6BDCEB6D1838D3F951265285. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/104.846-4 e o código de segurança PcSI
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

encontrarem sob os efeitos dela a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, nem foram condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou ainda crimes contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Cláusula 22 - Fica eleito o foro da Comarca de Brasília, Distrito Federal para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Contrato Social, seja nas relações entre os sócios ou entre estes e a Sociedade."

E, assim, por estarem justas e Contratadas, as partes assinam o presente instrumento em via única digital.

Brasília-DF, 18 de agosto de 2022

_____

AMG PARTICIPAÇÕES S.A.

p. Luis Bonilla de Toro

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1891827 em 05/09/2022 da Empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05926726000173 e protocolo DFN2296780095 - 31/08/2022. Autenticação: 4681F9685FB61F6BDCEB6D1838D3F951265285. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/104.846-4 e o código de segurança PcSI
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro Secretário-Geral.

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
22/104.846-4	DFN2296780095	30/08/2022

Identificação do(s) Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
238.533.508-52	LUIS BONILLA DE TORO	05/09/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1891827 em 05/09/2022 da Empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05926726000173 e protocolo DFN2296780095 - 31/08/2022. Autenticação: 4681F9685FB61F6BDCEB6D1838D3F951265285. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/104.846-4 e o código de segurança PcSI
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral.

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, de CNPJ 05.926.726/0001-73 e protocolado sob o número 22/104.846-4 em 31/08/2022, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 1891827, em 05/09/2022. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador MARIA APARECIDA CYPRIANO BARBOSA.

Certifica o registro, o Secretário-Geral, Maxmiliam Patriota Carneiro. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucis.df.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
238.533.508-52	LUIS BONILLA DE TORO	05/09/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		

Documento Principal

Assinante(s)		
CPF	Nome	Data Assinatura
238.533.508-52	LUIS BONILLA DE TORO	05/09/2022
Assinado utilizando o(s) seguinte(s) selo(s) do gov.br ITI Selo Ouro - Certificado Digital, Selo Prata - Biometria Facial		

Data de início dos efeitos do registro (art. 36, Lei 8.934/1994): 18/08/2022

SRM

Documento assinado eletronicamente por MARIA APARECIDA CYPRIANO BARBOSA, Servidor(a) Público(a), em 05/09/2022, às 14:48.

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucisdf informando o número do protocolo 22/104.846-4.

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal

O ato foi assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
702.261.211-00	MAXMILIAM PATRIOTA CARNEIRO

Brasília. segunda-feira, 05 de setembro de 2022

Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal
Certifico registro sob o nº 1891827 em 05/09/2022 da Empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ 05926726000173 e protocolo DFN2296780095 - 31/08/2022. Autenticação: 4681F9685FB61F6BDCEB6D1838D3F951265285. Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral. Para validar este documento, acesse http://jucis.df.gov.br e informe nº do protocolo 22/104.846-4 e o código de segurança PcSI
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 05/09/2022 por Maxmiliam Patriota Carneiro - Secretário-Geral.

CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO NO CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL - DIF

Imprimir

CF/DF 07.449.358/001-11 **CPF/CNPJ** 05.926.726/0001-73 **DataConcessão** 01/10/2003

Denominação social MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA

Título do Estabelecimento - Nome Fantasia ORONA AMG ELEVADORES

Natureza Jurídica/Tipo de Contribuinte SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Qualificação do Contribuinte ISS E ICMS

FAC - Número do Protocolo
969-97682/74

Regime de Tributação do ISS REGIME NORMAL DE APURACAO

Faixa do ISS XX

Data de enquadramento no ISS
01/09/2003

Regime de Tributação do ICMS REGIME NORMAL DE APURACAO

Faixa do ICMS XX

Data de enquadramento no ICMS
12/04/2004

Descrição Atividade Econômica do ISS INSTALACAO, MANUTENCAO E REPARACAO DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES, EXCETO DE FABRICACAO PROPRIA

Código da Atividade - ISS F4329-1/03-00 **Data de Início de Atividade - ISS** 01/09/2003

Descrição da Atividade Econômica do ICMS COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS

Código da Atividade - ICMS G4744-0/01-00 **Data de Início de Atividade - ICMS** 12/04/2004

Endereço SAA QD 02 NO 980 PARTE B S/N **CEP** 70.632-200

Bairro SAA **Cidade** BRASILIA **UF** DF

Situação Cadastral ATIVA **Data** 02/06/2021

Atividade secundária - ISS

CNAE-Fiscal:
M711200000
Descrição da atividade:
SERVICOS DE ENGENHARIA
Data de início:
11/04/2021

Este documento foi emitido no dia 02/06/2021 na Internet pelo portal Agênci@Net
e poderá ser reimpresso no endereço http://publica.agencianet.fazenda.df.gov.br.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARTÓRIO ASA NORTE

4º Ofício de Notas do Distrito Federal

SEPN Qd. 504 - Bl. C - Ed. Marianna - Lojas 108/114 - CEP: 70730-523 - Brasília - DF
Fones (61): 3326.5234 / 3038-2500 / 3038-2503 / 99129-1003
CNPJ: 06.162.854/0001-50 / E-mail: cartorio@4oficiodenotas.com.br
www.4oficiodenotas.com.br
Evaldo Feitosa dos Santos
Tabelião

PRÊMIO DE QUALIDADE TOTAL ANOREG CATEGORIA OURO

Prot.: 01526465
Livro: 6062
Folha: 043

PROCURAÇÃO BASTANTE QUE FAZ **MÓDULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA** NA FORMA ABAIXO:

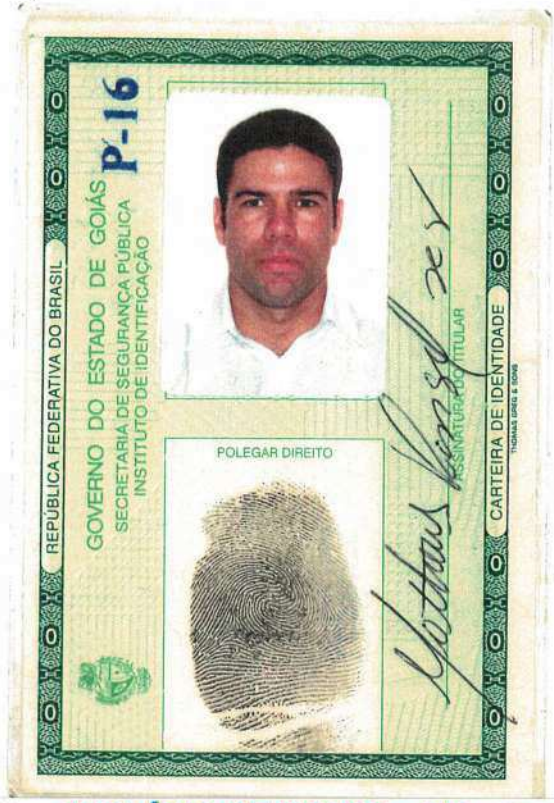
SAIBAM quantos este público instrumento de procuração virem, que **aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois (22/04/2022)**, em Brasília, Capital da República Federativa do Brasil, neste Serviço Notarial, perante mim, Escrevente, compareceu como OUTORGANTE: **MÓDULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA, estabelecida no Setor de Armazenagem e Abastecimento Norte, Quadra 02, nº 980, Parte B, Brasilia-Distrito Federal, inscrita no CNPJ sob o nº 05.926.726/0001-73, neste ato representada pelo seu administrador: LUIS BONILLA DE TORO, espanhol, filho de Luis Bonilla Murcia e Sacramento de Toro Castillo, declara ser solteiro, maior, diretor, portador da CNH nº 06789674125 DETRAN/SP, onde consta nº G252192-5 DIREXEX e do CPF n.º 238.533.508-52, residente e domiciliado na SGCV Sul, Lote 27/30, Guará, nesta Capital, endereço eletrônico: não declarado,** de conformidade com a Trigésima Quarta Alteração contratual consolidada, devidamente registrada em 18/02/2022 sob o nº 1805445, na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal, com copias arquivadas nestas Notas, reconhecida e identificada como a própria, por mim Escrevente, em face dos documentos que me foram apresentados e de cuja capacidade jurídica dou fé. E por ela me foi dito que, por este instrumento público, nomeia e constitui seu bastante PROCURADOR: **MATHEUS RANGEL DE SA, brasileiro, filho de Ely Gomes de Sa e Rosaura Moreira Rangel de Sa, casado, diretor, portador da CI RG n.º 5.736.165 SSP/GO e do CPF n.º 054.681.827-77, residente e domiciliado na Rua das Figueiras, Norte Águas Claras, nesta Capital, endereço eletrônico: não informado,** a quem confere especiais poderes para praticar os seguintes atos: (i) assinar contrato de venda de peças e contrato de prestação de serviços gerais, relacionados com o objeto social da Outorgante, e, em especial contrato de prestação de serviços de manutenção de elevadores, por instrumento público ou particular, e ainda transigir, fazer acordos e firmar compromissos e termos; (ii) gerar novas obrigações por fornecedor, consideradas de forma individual, que superem o limite mensal de R$ 250.000,00, e de maneira consolidada, entre todos os fornecedores, que superem o valor de R$ 2.500.000,00, com exceção se a forem realizadas entre empresas do Grupo Orona; (iii) representar a outorgante perante repartições públicas Estaduais e Municipais, Secretarias, Departamentos, Concessionárias de Serviços Públicos, e, onde mais com esta se apresentar e for necessário, podendo, requerer, alegar e assinar o que for necessário, juntar, apresentar e retirar documentos, apresentar e assinar quaisquer guias, requerer certidões, alvarás diversos e demais autorizações, fazer levantamento de situação fiscal, abrir, acompanhar e dar andamento a processos, pedir vistas, cumprir exigências, tomar ciência de despachos, pagar e/ou receber importâncias, seja a que titulo for, dar e aceitar recibos e quitações; e (iv) participar de concorrências públicas e/ou particulares, licitações, tomadas de preços, pregões, cartas-convite, retirar Editais, participar de aberturas de licitações, dar lances, acordar, concordar, discordar, interpor recursos, prestar declarações e informações, enfim, praticar os demais atos necessários aos fins deste mandato, **sendo vedado o substabelecimento. presente instrumento de mandato sera válido por 1 (um) ano, a contar da data de assinatura.** CERTIFICO que a qualificação do procurador e a descrição do objeto do presente mandato foram declarados pela outorgante, a qual se responsabiliza civil e criminalmente por sua veracidade, DEVENDO A PROVA DESTAS DECLARAÇÕES SER EXIGIDA DIRETAMENTE PELOS ÓRGÃOS E PESSOAS A QUEM ESTE INTERESSAR. E, de como assim o disse, do que dou fé, me pediu que lhe lavrasse o presente, o qual feito e lhe sendo lido em alta e bem clara voz, o achou em tudo conforme, outorga, aceita e assina. DISPENSADAS AS TESTEMUNHAS NOS TERMOS DA LEI. Emolumentos recolhidos pela Guia de custas **nº 00228716**, paga no valor de **R$ 47,60**, incluindo o valor de **R$ 3,11**, destinado ao Fundo de Registro Civil conforme Resolução nº 16, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, de 27/10/2009. Eu, **SARJOB ROMUALDO DE OLIVEIRA BARBOZA**, Escrevente, lavrei o presente ato. E eu, **ELIETE PEREIRA DE AZEVEDO**, Escrevente Autorizada, conferi, li e encerro o presente ato, colhendo a(s) assinatura(s). Eu, **ANTONIA MENDONÇA FEITOSA,** Tabeliã Substituta, dou fé e assino. (a.a.) **LUIS BONILLA DE TORO - ANTONIA MENDONÇA FEITOSA.** Nada mais. Trasladada em seguida. Eu, a subscrevo, dou fé e assino em público e raso.**Selo TJDFT20220090226951OAMF** para consultar o selo acesse **www.tjdft.jus.br**

Em testemunho ( ) da verdade.

Eliete Pereira de Azevedo
4º Ofício de Notas do DF
Escrevente Autorizada

6a21-5da1-bb16-b5f3
adbd-e0f7-da5c-10db
Consulte o Selo Digital no site:
http://www.tjdft.jus.br

SELO DIGITAL do TJDFT são certificados pelo judiciário e acompanhados por você. Consulte o Selo Digital impresso através do site: www.tjdft.jus.br


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
P-16
CARTEIRA DE IDENTIDADE
ASSINATURA DO TITULAR
POLEGAR DIREITO


4º OFÍCIO DE NOTAS - DF
SEPN QD 504, ED. MARIANNA, LOJA 108/114 - BRASILIA / DF
FONE: (61) 3326-5234/3038-2500/3702-7474
4oficiodenotas@gmail.com
PRÊMIO DE QUALIDADE TOTAL
AUTENTICAÇÃO
Confere com o original. (Lei n. 8.935/94)
Tabelião: Evaldo Feitosa dos Santos
Brasília-DF, 12 de Junho de 2018
HELIO MENDONÇA
ESCREVENTE AUTORIZADO
065-Consultar selos: www.tjdft.jus.br
Selo: TJDFT20180090563091DEDJ
QUALQUER EMENDA OU RASURA INVALIDARÁ O DOCUMENTO
AAB769608


REGISTRO GERAL
5736165
NOME
MATHEUS RANGEL DE SA
FILIAÇÃO
ELY GOMES DE SA
ROSAURA MOREIRA RANGEL DE SA
NATURALIDADE
RIO DE JANEIRO-RJ
DATA DE NASCIMENTO
09/DEZ/1979
DOC. ORIGEM
C.NAS. 6.273 FLS. 237 L. A-04 RIO DE JANEIRO-RJ 14-2ON EM 17/02/2009
CPF
054681827-77
DATA DE EXPEDIÇÃO
02/MAR/2009
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
5263259
39743284
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NEGATIVA

CERTIDÃO Nº: 124034080512023
NOME: MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA
ENDEREÇO: SAA QD 02 NO 980 PARTE B S/N
CIDADE: SAA
CNPJ: 05.926.726/0001-73
CF/DF 0744935800111 - ATIVA
FINALIDADE: LICITACAO

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal para o contribuinte acima.
Esta Certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade de direitos relativos a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 29 de junho de 2023. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 31/03/2023 às 12:19:05 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO NO CADASTRO FISCAL DO DISTRITO FEDERAL - DIF

Imprimir

CF/DF 07.449.358/001-11 **CPF/CNPJ** 05.926.726/0001-73 **DataConcessão** 01/10/2003

Denominação social MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA

Título do Estabelecimento - Nome Fantasia ORONA AMG ELEVADORES

Natureza Jurídica/Tipo de Contribuinte SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

Qualificação do Contribuinte ISS E ICMS

FAC - Número do Protocolo
969-68392/49

Regime de Tributação do ISS REGIME NORMAL DE APURACAO

Faixa do ISS XX

Data de enquadramento no ISS
01/09/2003

Regime de Tributação do ICMS REGIME NORMAL DE APURACAO

Faixa do ICMS XX

Data de enquadramento no ICMS
12/04/2004

Descrição Atividade Econômica do ISS INSTALACAO, MANUTENCAO E REPARACAO DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES, EXCETO DE FABRICACAO PROPRIA

Código da Atividade - ISS F4329-1/03-00 **Data de Início de Atividade - ISS** 01/09/2003

Descrição da Atividade Econômica do ICMS COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS

Código da Atividade - ICMS G4744-0/01-00 **Data de Início de Atividade - ICMS** 12/04/2004

Endereço SAA QD 02 NO 980 PARTE B S/N **CEP** 70.632-200

Bairro SAA **Cidade** BRASILIA **UF** DF

Situação Cadastral ATIVA **Data** 25/03/2022

Atividade secundária - ISS

CNAE-Fiscal:
M711200000
Descrição da atividade:
SERVICOS DE ENGENHARIA
Data de início:
11/04/2021

Este documento foi emitido no dia 25/03/2022 na Internet pelo portal Agênci@Net
.

Documento(s) de Habilitação_MODULO_ORONA (1015174) SEI 2022.017753 / pg. 737

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº: 122030195332023
NOME: MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA
ENDEREÇO: SAA QD 02 NO 980 PARTE B S/N
CIDADE: SAA
CNPJ: 05.926.726/0001-73
CF/DF 0744935800111 - ATIVA
FINALIDADE: JUNTO A ORGAOS PUBLICOS

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Divida Ativa, para o contribuinte acima.
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 28 de junho de 2023. *

* Obs: As certidões expedidas durante o período declarado de situação de emergência no âmbito da saúde pública, em razão do risco de pandemia do novo coronavírus, de que trata o Decreto nº 40.475, de 28/02/2020, terão sua validade limitada ao prazo em que perdurar tal situação.

Certidão emitida via internet em 30/03/2023 às 08:43:35 e deve ser validada no endereço https://www.receita.fazenda.df.gov.br.

Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 05.926.726/0001-73
Razão social: MODULO ENGENHARIA CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA
Nome fantasia: MODULO ELEVADORES

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
28/03/2023	28/03/2023 a 26/04/2023	202303280050235734 6736
09/03/2023	09/03/2023 a 07/04/2023	20230309004409943939 69
18/02/2023	18/02/2023 a 19/03/2023	20230218004118756036 96
30/01/2023	30/01/2023 a 28/02/2023	20230130133941142425 87
29/01/2023	29/01/2023 a 27/02/2023	20230129202131667858 38
28/01/2023	28/01/2023 a 26/02/2023	20230128202252691426 03
14/01/2023	14/01/2023 a 12/02/2023	20230114040607172675 53
26/12/2022	26/12/2022 a 24/01/2023	20221226035831157640 50
07/12/2022	07/12/2022 a 05/01/2023	20221207043234620814 39
18/11/2022	18/11/2022 a 17/12/2022	20221118044926643778 20
30/10/2022	30/10/2022 a 28/11/2022	20221030211819972387 12
11/10/2022	11/10/2022 a 09/11/2022	20221011043518292513 71
22/09/2022	22/09/2022 a 21/10/2022	20220922045100314141 48
03/09/2022	03/09/2022 a 02/10/2022	20220903040925456542 43
15/08/2022	15/08/2022 a 13/09/2022	20220815034604125796 82
27/07/2022	27/07/2022 a 25/08/2022	20220727041813606612 59
08/07/2022	08/07/2022 a 06/08/2022	20220708041657322434 92
19/06/2022	19/06/2022 a 18/07/2022	20220619035550491331 93
31/05/2022	31/05/2022 a 29/06/2022	20220531035442730716 26
12/05/2022	12/05/2022 a 10/06/2022	20220512040727473452 57
23/04/2022	23/04/2022 a 22/05/2022	20220423040303257307 70
04/04/2022	04/04/2022 a 03/05/2022	20220404032506029422 70
16/03/2022	16/03/2022 a 14/04/2022	20220316182300654592 79
24/02/2022	24/02/2022 a 25/03/2022	20220224013353621761 64
05/02/2022	05/02/2022 a 06/03/2022	20220205012219507608 45
17/01/2022	17/01/2022 a 15/02/2022	20220117163431188365 40
27/12/2021	27/12/2021 a 25/01/2022	20211227053021029006 84
08/12/2021	08/12/2021 a 06/01/2022	20211208043053944274 18
19/11/2021	19/11/2021 a 18/12/2021	20211119042344116286 78

Data de Emissão/Leitura	Data de Validade	Número do CRF
31/10/2021	31/10/2021 a 29/11/2021	202110310354561418461 1
12/10/2021	12/10/2021 a 10/11/2021	20211012044032954703 04
23/09/2021	23/09/2021 a 22/10/2021	202109230428330113610 5
04/09/2021	04/09/2021 a 03/10/2021	20210904043556833424 26
16/08/2021	16/08/2021 a 14/09/2021	202108160430183075653 9
28/07/2021	28/07/2021 a 26/08/2021	2021072804465596801392
28/06/2021	28/06/2021 a 27/07/2021	202106281321105200507 4
29/05/2021	29/05/2021 a 27/06/2021	202105291320441271302 3
29/04/2021	29/04/2021 a 28/05/2021	202104290443314633547 1
10/04/2021	10/04/2021 a 07/08/2021	202104100444211696248 0

Resultado da consulta em 31/03/2023 12:17:50

Voltar

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade: MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA
Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.926.726/0001-73
Número de Ordem do Livro: 27
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R$ 62.766.858,70	R$ 61.786.100,21
Ativo Circulante		R$ 59.511.375,54	R$ 59.246.807,05
Disponivel		R$ 14.535.402,87	R$ 15.847.100,28
Bens Numerarios		R$ 2.827,70	R$ 2.111,88
Caixa		R$ 2.827,70	R$ 2.111,88
Bancos Conta Movimento		R$ 2.001.607,87	R$ 830.406,29
BRB - AG: 100 - C/C: 100015208-9 - PRO-DF		R$ 5.487,21	R$ 4.517,42
BRB - AG: 060 - C/C: 018963-5		R$ 81.974,31	R$ 285.397,41
BANCO CAIXA ECONOMICA FEDERAL - AG: 4316 - C/C: 900.764-8		R$ 21.452,38	R$ 108.096,15
(-) BANCO DO BRASIL - AG: 1507-5 - C/C: 118170-X		R$ (25.577,18)	R$ (11.760,62)
(-) BANCO SANTANDER - AG: 3739 - C/C: 13000514-2		R$ (42.787,16)	R$ (44.067,30)
BANCO BRADESCO AG 03416 C/C 100292-9(MODULO)		R$ 1.491,14	R$ 67.496,48
BANCO SANTANDER - AG: 3739 - C/C: 13003319-2-PARA		R$ 193.430,00	R$ 56.900,69
BANCO SANTANDER - AG: 3739 - C/C: 13003320-2-RJ FILIAL		R$ 21.393,97	R$ 1.001,71
BANCO DO BRASIL - AG: 3382-0 - C/C: 7240-0--RJ FILIAL		R$ 9.045,51	R$ 7.417,98
BANCO DO BRASIL - AG: 3382-0 - C/C: 7250-8--GO FILIAL		R$ 6.728,06	R$ 11.876,98
BANCO SANTANDER - AG: 3739 - C/C: 13003998-5-GO FILIAL		R$ 200.153,52	R$ 65.975,93
BANCO SANTANDER - AG:3739 - C/C: 13004020-8-MG FILIAL		R$ 8.831,22	R$ 11.599,17
BANCO DO BRASIL - AG:3382-0 - C/C:7249-4 - MG FILIAL		R$ 1.221,86	R$ 3.619,93
BANCO DO BRASIL - AG:3382-0 - C/C:7277-X - SP FILIAL		R$ 729.928,40	R$ 180.665,58
BANCO SANTANDER - AG:3739 - C/C:13004042-8 - SP FILIAL		R$ 412.290,60	R$ (10.151,14)
BANCO DO BRASIL - AG: 3382-0 - C/C: 7301-6 - RS FILIAL		R$ 30.680,70	R$ 1.518,84
BANCO SANTANDER - AG: 3739 - C/C: 13004101-0 - RS FILIAL		R$ 299.203,59	R$ 1.563,75
BANCO SANTANDER - AG: 3739 - C/C: 13004303-6 - AM FILIAL		R$ 45.894,58	R$ 83.009,20
BANCO DO BRASIL - AG: 3382-0 - C/C: 7380-6 - AM FILIAL		R$ 765,16	R$ 5.728,13
Aplicaçoes Financeiras de Liquidez Imediata		R$ 12.530.967,30	R$ 15.014.582,11
BANCO SANTANDER-13000514-2 - INVESTIMENTO AUTOMATICO - MODULO		R$ 1.668.666,81	R$ 694.109,32
BANCO DO BRASIL - CONTA INVESTIMENTO - C/C: 118170-X		R$ 224.422,60	R$ 526.982,08
BANCO SANTANDER-13000514-2 - CDB - DI-MODULO		R$ 10.637.877,89	R$ 13.793.463,11
BANCO SANTANDER-13003998-5 - INVESTIMENTO AUTOMATICO - GO FILIAL		R$ 0,00	R$ 27,60
Clientes		R$ 37.466.512,73	R$ 33.939.433,54
Elevadores e Escadas Rolantes		R$ 189.275,62	R$ 183.086,51
Clientes Elevadores e Escadas Rolantes		R$ 189.275,62	R$ 183.086,51
Modernizaçao		R$ 1.776.140,37	R$ 2.344.555,44
Clientes Modernizaçao		R$ 1.776.140,37	R$ 2.344.555,44
Manutençao		R$ 5.671.722,23	R$ 5.664.632,77
Clientes Manutençao		R$ 5.671.722,23	R$ 5.664.632,77
Contas a Receber Grupo		R$ 151.885,76	R$ 69.229,41
RATEIO DESPESAS - CLIENTES		R$ 151.885,76	R$ 69.229,41
Clientes Contas a Receber		R$ 3.531.878,23	R$ 4.089.234,84
Clientes contas a receber		R$ 3.531.878,23	R$ 4.089.234,84
Serviços Executados a Faturar (POC)		R$ 28.568.896,68	R$ 24.180.663,38
(+) Faturamento Diferido Elevadores e Escadas (POC)		R$ 27.706.254,02	R$ 23.408.090,49
Modernizaçao (POC)		R$ 862.642,66	R$ 772.572,89
Cobranças em Andamento		R$ 0,00	R$ 0,00
(-) Clientes - Vendas para entrega futura		R$ (33.694.546,11)	R$ (33.857.038,29)
(-) Faturamento entrega futura		R$ 33.694.546,11	R$ 33.857.038,29
(-) Valores a Classificar		R$ (10,50)	R$ 0,00
(-) Valores a Classificar		R$ (10,50)	R$ 0,00
(-) (-) provisao por inadimplencia - clientes		R$ (2.423.275,66)	R$ (2.591.968,80)
(-) (-) provisao por inadimplencia - clientes		R$ (2.423.275,66)	R$ (2.591.968,80)
Clientes internacionais		R$ 0,00	R$ (0,01)
CLIENTES INTERNACIONAIS		R$ 0,00	R$ (0,01)
Outros Creditos		R$ 3.674.024,50	R$ 4.745.231,13
Titulos a Receber		R$ 155,87	R$ 155,67
(-) Juros a Receber		R$ (25,13)	R$ (25,33)
Titulos a receber por venda de imobilizado (CP)		R$ 181,00	R$ 181,00
Importaçoes em Andamento		R$ 135.389,96	R$ 222.623,17
Adiantamento para nacionalizaçao		R$ 0,02	R$ 70.511,10
Adiantamento a fornecedor internacionalFujitec		R$ 135.389,94	R$ 152.112,07
Adiantamentos a Fornecedores		R$ 14.033,90	R$ 99.025,41
Adiantamento a Fornecedores Nacionais		R$ 7.375,49	R$ 22.191,00
COMPRA PARA ENTREGA FUTURA		R$ 6.658,41	R$ 76.834,41
Adiantamentos a Empregados		R$ 96.567,98	R$ 115.497,01
Adiantamento de Salarios		R$ 13.490,93	R$ 4.067,54
Adiantamento de Ferias		R$ 81.545,37	R$ 108.279,47
Adiantamento P/Despesas de Viagens		R$ 1.531,68	R$ 3.150,00
Tributos a Recuperar		R$ 47.204,85	R$ 62.756,85
ICMS a Recuperar		R$ 47.204,85	R$ 62.756,85
Tributos a Compensar		R$ 2.810.386,70	R$ 3.245.862,33
PIS/PASEP a Compensar (pago a maior/indevido)		R$ 7,94	R$ 7,94
COFINSa Compensar (pago a maior/indevido)		R$ 36,52	R$ 36,52
Contribuição Previdenciaria Retida na Prestação de Serviços (INSS a recuperar)		R$ 0,00	R$ 7.134,62
Imposto de Renda Retido na Fonte		R$ 323.542,25	R$ 31.644,81
CSLL retida na fonte		R$ 376.682,01	R$ 284.632,27
Prejuízo Fiscal - IRPJ		R$ 226.429,39	R$ 69.171,70
Prejuízo Fiscal - CSLL		R$ 80.312,19	R$ 23.699,42
IRRF Aplicaçoes Financeiras		R$ 46.096,66	R$ 5.705,40
(-) Prejuizo Fiscal - IRPJ 2018		R$ (0,01)	R$ (0,01)
ISS/ICMS - CREDITO OUTORGADO PRO-DF AUTO INFRA 2014		R$ 1.757.279,76	R$ 188.233,21
(-) Prejuizo Fiscal - IRPJ 2019		R$ (0,01)	R$ (0,01)
Prejuizo Fiscal - IRPJ 2021		R$ 0,00	R$ 0,01
Prejuizo Fiscal - CSLL 2021		R$ 0,00	R$ 0,01
ISS/ICMS - CREDITO OUTORGADO PRO-DF DEN. ESPON 2014		R$ 0,00	R$ 2.635.596,44
Diferenças Temporarias / Impostos Diferidos		R$ 570.285,24	R$ 531.271,96
IRPJ Diferido		R$ 395.245,99	R$ 366.559,75
CSLL Diferido		R$ 175.039,25	R$ 164.712,21
Tributos a Compensar anos anteriores		R$ 0,00	R$ 468.038,73
IRPJ ano 2020		R$ 0,00	R$ 75.572,97
CSLL ano 2020		R$ 0,00	R$ 392.465,76
Estoques		R$ 3.412.705,10	R$ 3.708.417,69
Mercadorias, Produtos e Insumos		R$ 442.307,17	R$ 352.981,36
Elevadores e Escadas em Transito		R$ 442.307,17	R$ 352.981,36
Almoxarifado		R$ 2.356.365,26	R$ 2.700.468,14
Estoque de Material (Almoxarifado)		R$ 2.343.250,99	R$ 2.683.873,82
Bens em poder de terceiro (Conserto)		R$ 13.114,23	R$ 16.594,56
(-) Transferencias Recebidas (peças)		R$ (776.517,16)	R$ (1.029.890,33)
(-)Transferencias Remetidas (peças)		R$ 776.517,20	R$ 1.029.890,09
Serviços em Execuçao		R$ 614.032,67	R$ 654.968,19
Mão De Obra		R$ 614.032,67	R$ 654.968,19
Despesas Pagas Antecipadamente		R$ 422.730,34	R$ 1.256.624,41
Despesas do Exercício Seguinte		R$ 422.730,34	R$ 1.256.624,41
Outras despesas antecipadas		R$ 422.730,34	R$ 1.256.624,41
Transitória Receita entre Empresas		R$ 0,00	R$ (250.000,00)
Transitória Receita entre Empresas		R$ 0,00	R$ (250.000,00)
Transitória Receita Recebida entre Empresas		R$ 3.595.883,16	R$ 7.785.752,40
(-) Transitória Receita Retiradas entre Empresas		R$ (3.595.883,16)	R$ (8.035.752,40)
Ativo Nao Circulante		R$ 3.255.483,16	R$ 2.539.293,16
Ativo Realizavel a Longo Prazo		R$ 847.241,93	R$ 821.048,15
Controladora, Controladas e Coligadas (Mutuos)		R$ 0,00	R$ 0,00
(-) MODULO ENGENHARIA		R$ (3.314.376,47)	R$ (4.446.664,43)
AMG ORONA RS		R$ 408,24	R$ 408,24
AMG ORONA RJ-FILIAL		R$ 3.140.947,41	R$ 4.473.580,38
(-) AMG ORONA PA-FILIAL		R$ (1.067.965,85)	R$ (975.839,87)
AMG ORONA GO-FILIAL		R$ 32.742,80	R$ 286.209,24
AMG ORONA MG-FILIAL		R$ 615.525,52	R$ 753.965,20
AMG ORONA SP-FILIAL		R$ 221.780,29	R$ (1.139.725,27)
AMG ORONA RS-FILIAL		R$ 129.404,36	R$ 812.468,76
AMG ORONA AM-FILIAL		R$ 241.533,70	R$ 235.597,75
Depositos Judiciais		R$ 743.223,81	R$ 729.030,03
Depositos Judiciais		R$ 533.035,37	R$ 632.556,01
Depositos judiciais Trabalhistas		R$ 210.188,44	R$ 96.474,02
Garantias e Cauçoes		R$ 104.018,12	R$ 92.018,12
Garantia Aluguel imovel		R$ 79.470,60	R$ 67.470,60
DEPOSITO CAUÇAO GEN		R$ 24.547,52	R$ 24.547,52
Investimentos		R$ 1.340.868,05	R$ 760.542,63
Outros Investimentos Permanentes		R$ 1.340.868,05	R$ 760.542,63
CDB-BRB (PRO DF)		R$ 1.318.583,64	R$ 737.203,65
POUPANÇA OURO 118.170-X BANCO DO BRASIL		R$ 18.876,80	R$ 19.770,07
POUPANÇA POUPEX 118.170-X BANCO DO BRASIL		R$ 3.407,61	R$ 3.568,91
Imobilizado		R$ 298.218,03	R$ 245.960,33
Moveis e Utensilios		R$ 201.763,72	R$ 226.638,52
Moveis e Utensilios		R$ 201.763,72	R$ 226.638,52
Maquinas e Equipamentos		R$ 220.662,18	R$ 236.093,26
Maquinas e Equipamentos		R$ 220.662,18	R$ 236.093,26
Veiculos		R$ 701.611,70	R$ 701.611,70
Veiculos		R$ 701.611,70	R$ 701.611,70
Computadores e Periféricos		R$ 492.702,99	R$ 526.596,49
Computadores e Periféricos		R$ 492.702,99	R$ 526.596,49
Benfeitorias em imoveis de terceiros		R$ 1.117.968,96	R$ 1.165.805,37
Benfeitorias em Imoveis		R$ 1.117.968,96	R$ 1.165.805,37
(-) (-) Depreciaçoes, Amortizaçoes e Exaustoes Acumuladas		R$ (2.436.491,52)	R$ (2.610.785,01)
(-) (-) Depreciaçoes de Moveis e Utensilios		R$ (126.462,52)	R$ (147.469,32)
(-) (-) Depreciaçoes de Maquinas e Equipamentos		R$ (132.320,49)	R$ (155.284,45)
(-) (-) Depreciaçoes de Veiculos		R$ (683.659,20)	R$ (701.611,70)
(-) (-) Depreciaçoes de Computadores e Perifericos		R$ (436.869,62)	R$ (480.451,53)
(-) (-) Depreciaçoes de Benfeitorias em Imoveis		R$ (1.057.179,69)	R$ (1.125.968,01)
(-) Transferências Recebidas(Imobilizado)		R$ (20.880,19)	R$ (20.880,19)
(-)Transferências Remetidas(Imobilizado)		R$ 20.880,19	R$ 20.880,19
Intangivel		R$ 768.723,15	R$ 711.742,05
Software		R$ 319.744,00	R$ 349.530,00
Software		R$ 319.744,00	R$ 349.530,00
Carteira de Manutençao		R$ 993.620,19	R$ 993.620,19
Carteira de Manutençao RJ		R$ 41.278,00	R$ 41.278,00
Carteira Manutençao PARA		R$ 952.342,19	R$ 952.342,19
(-) (-) Amortizaçoes Acumuladas		R$ (544.641,04)	R$ (631.408,14)
(-) (-) Amortizaçao Software		R$ (244.331,37)	R$ (281.417,46)
(-) (-) Amortizaçao Carteira Manutençao		R$ (300.309,67)	R$ (349.990,68)
Impostos à Analisar		R$ 432,00	R$ 0,00
Impostos à Analisar		R$ 432,00	R$ 0,00
Iss Retido na Fonte a analisar		R$ 432,00	R$ 0,00
PASSIVO		R$ 62.766.858,70	R$ 61.786.100,21
Passivo Circulante		R$ 32.016.159,57	R$ 32.178.449,83
Fornecedores		R$ 4.812.448,91	R$ 6.943.257,58
Fornecedores Nacionais		R$ 2.702.001,01	R$ 4.017.206,91
FORNECEDORES NACIONAIS		R$ 848.401,91	R$ 1.340.204,93
FRETES NACIONAIS		R$ 857,28	R$ 1.612,36
SEGUROS A PAGAR		R$ 2.625,65	R$ 190,00
NOTAS FISCAIS DE COMPETÊNCIA DE MESES ANTERIORES		R$ 98.777,92	R$ 25.240,18
FORNECEDOR SERVIÇOS IMPORTAÇAO		R$ 2.620,14	R$ 179.903,11
RATEIO DESPESAS - FORNECEDORES		R$ 163.047,03	R$ 81.330,80
REPARO EM CURSO		R$ 543.269,63	R$ 461.649,38
MODERNIZAÇÃO EM CURSO		R$ 320.494,86	R$ 800.340,15
VENDA NOVA COM SUBSTITUIÇÃO EM CURSO MOD		R$ 331.685,45	R$ 460.887,72
VENDA NOVA COM SUBSTITUIÇÃO EM CURSO MATERIAIS		R$ 390.221,14	R$ 665.848,28
Fornecedores Estrangeiros		R$ 2.110.447,90	R$ 2.926.050,67
FORNECEDORES INTERNACIONAIS - ORONA CP		R$ 2.139.662,56	R$ 2.955.265,33
(-) FRETES INTERNACIONALES		R$ (29.214,66)	R$ (29.214,66)
Obrigaçoes Tributarias		R$ 1.705.510,62	R$ 841.031,27
Impostos e Contribuições a Recolher		R$ 1.675.078,58	R$ 818.820,35
ICMS a Recolher		R$ 41.738,06	R$ 29.134,69
ICMS Importaçao a Recolher		R$ 78.072,62	R$ 78.072,62
(-) (-) Deposito Judicial ICMS importaçao a recolher		R$ (0,03)	R$ (0,03)
ISS a Recolher		R$ 82.236,52	R$ 91.629,36
(-) IRPJ a Recolher		R$ (0,01)	R$ (0,01)
POC - ISSQN a recolher (Provisao)		R$ 390.695,28	R$ 331.094,49
Provisao para Contribuiçao Social sobre o Lucro		R$ 20.000,00	R$ 35.000,00
(-) CSLL a Recolher		R$ (0,01)	R$ 0,01
PIS a Recolher		R$ 22.184,76	R$ 13.828,64
COFINS a Recolher		R$ 102.104,71	R$ 64.621,16
Impostos Fiscais a Pagar		R$ 3.049,33	R$ 2.058,43
Provisoes de despesas com importaçao (Siscomex)		R$ 911.581,97	R$ 169.048,86
POC MOD - ISSQN a Recolher (Provisão)		R$ 5.678,58	R$ (1.347,20)
PIS Retido periodos anteriores a recolher		R$ 3.170,37	R$ 1.023,11
Cofins Retido periodos anteriores a recolher		R$ 14.566,43	R$ 4.656,22
Retenções Fonte - Fornecedores		R$ 30.432,04	R$ 22.210,92
IRRF Fornecedores		R$ 3.622,08	R$ 3.486,30
ISS Fornecedores		R$ 8.114,13	R$ 5.881,37
INSS Fornecedores		R$ 8.270,07	R$ 4.328,25
PIS,Cofins e CSLL Fornecedores		R$ 9.135,44	R$ 7.638,98
IRPJ Fornecedores		R$ 1.290,32	R$ 876,02
Obrigaçoes Trabalhistas e Previdenciarias		R$ 2.144.485,71	R$ 2.301.085,37
Obrigações com o Pessoal		R$ 84.841,55	R$ 104.086,88
PENSAO ALIMENTICIA A PAGAR		R$ 10.363,39	R$ 8.432,72
PROVISÃO RETRIBUIÇÃO VARIAVEL		R$ 74.478,16	R$ 95.654,16
Obrigações Trabalhistas/Previdenciárias		R$ 623.788,85	R$ 657.496,96
INSS a Recolher		R$ 130.274,11	R$ 148.677,64
FGTS a Recolher		R$ 117.143,89	R$ 123.429,47
Contribuiçao Assistencial a Recolher		R$ 13.308,72	R$ 6.970,42
Contribuiçao Sindical a Recolher		R$ 3.149,54	R$ 3.923,00
IRRF A RECOLHER - TRABALHISTA		R$ 178.438,86	R$ 189.052,17
INSS Desoneraçao a Recolher		R$ 181.473,73	R$ 185.444,26
Provisoes Trabalhistas		R$ 1.435.855,31	R$ 1.539.501,53
Provisao para Ferias		R$ 1.248.709,13	R$ 1.338.991,43
INSS sobre Provisao para Ferias		R$ 87.279,61	R$ 93.532,55
FGTS sobre Provisao para Ferias		R$ 99.866,55	R$ 106.977,54
FGTS sobre Provisao sobre 13o		R$ 0,02	R$ 0,01
Outras Obrigações		R$ 23.353.714,33	R$ 22.093.075,61
Adiantamentos de Clientes		R$ 21.353.827,47	R$ 19.629.811,74
Adiantamento de clientes		R$ 21.336.783,05	R$ 19.606.189,53
Adiantamento de clientes - Retençoes nao efetuadas (CN)		R$ 17.044,42	R$ 23.622,21
Adiantamento de Serviços Recebidos a executar(POC)		R$ 1.999.886,86	R$ 2.463.263,87
Fatumento Antecipado POC Elevadores e Escadas		R$ 1.565.009,12	R$ 1.240.232,13
Fatumento Antecipado POC Modernização		R$ 434.877,74	R$ 1.223.031,74
Passivo Nao-Circulante		R$ 11.536.261,35	R$ 8.860.927,55
Empréstimos e Financiamentos Nacionais		R$ 8.347.933,06	R$ 5.737.757,83
Pro-DF		R$ 4.872.380,44	R$ 3.716.754,74
EMPRESTIMO PRO-DF A PAGAR		R$ 7.708.768,64	R$ 7.966.296,45
(-) Correçao valor atual ICMS PRO-DF		R$ (2.836.388,20)	R$ (4.249.541,71)
Emp e Financ -Pessoas Ligadas largo prazo		R$ 3.475.552,62	R$ 2.021.003,09
EMPRESTIMO ORONA (SOCIO)- L/P		R$ 3.475.552,62	R$ 2.021.003,09
Outras Obrigaçoes - Nao Circulante		R$ 3.188.328,29	R$ 3.123.169,72
Outras Provisões		R$ 3.188.328,29	R$ 3.123.169,72
Provisões para riscos fiscais		R$ 371.202,97	R$ 591.044,40
Provisões para riscos trabalhistas		R$ 567.125,32	R$ 282.125,32
Provisãos para risco IOF		R$ 2.250.000,00	R$ 2.250.000,00
Patrimonio Liquido		R$ 19.214.437,78	R$ 20.746.722,83
Capital Social		R$ 19.969.109,56	R$ 19.969.109,56
Capital Subscrito		R$ 19.969.109,56	R$ 19.969.109,56
Capital Social domiciliados no País		R$ 19.969.109,56	R$ 19.969.109,56
Reservas		R$ 3.767.903,08	R$ 5.746.403,53
(-) Ajustes de Avaliaçao Patrimonial		R$ (219.039,39)	R$ (219.039,39)
Ajustes de Elementos do Ativo		R$ 14.090,04	R$ 14.090,04
(-) (-) Ajustes de Elementos do Passivo		R$ (233.129,43)	R$ (233.129,43)
Reservas de Lucros		R$ 3.986.942,47	R$ 5.965.442,92
Reserva para Investimento Subvenção Pro-DF		R$ 3.986.942,47	R$ 5.965.442,92
Incorporação Ativo		R$ 645.099,25	R$ 645.099,25
(-) Incorporação Passivo		R$ (645.099,25)	R$ (645.099,25)
(-) Lucros ou Prejuízos Acumulados		R$ (4.522.574,86)	R$ (4.968.790,26)
(-) Lucros ou Prejuizos Acumulados		R$ (4.522.574,86)	R$ (4.968.790,26)
Lucros Acumulados		R$ 6.584.191,48	R$ 6.274.430,44
(-) (-) Prejuízos Acumulados		R$ (8.856.766,34)	R$ (8.993.220,70)
(-) Ajustes de Exercicios Anteriores		R$ (2.250.000,00)	R$ (2.250.000,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 3B.3F.1C.21.EF.C4.7E.65.AA.FA.68.6F.BA.DB.B8.53.4E.61.FB.F8-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA
Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.926.726/0001-73
Número de Ordem do Livro: 27
Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITAS		R$ 47.674.819,22	R$ 46.625.067,30
Receitas Operacionais		R$ 47.196.926,00	R$ 46.757.645,89
Receita Bruta de Vendas e Serviços		R$ 55.627.425,45	R$ 54.299.120,30
Receita da vendas de Pecas		R$ 2.391.423,36	R$ 2.964.358,41
Venda de Peças Clientes - Receita		R$ 2.410.871,15	R$ 3.027.464,61
(-) (-) Devoluçao de Vendas de Peças		R$ (19.447,79)	R$ (63.106,20)
Receita da vendas Servicos		R$ 53.236.002,09	R$ 51.334.761,89
Elevadores e Escadas - Receita		R$ 14.183.804,55	R$ 11.880.672,44
(+) POC Elevadores e Escadas		R$ 10.920.718,44	R$ 7.575.526,20
(-) (-) POC Elevadores e Escadas		R$ (14.217.038,77)	R$ (11.548.912,74)
Manutenção - Receita		R$ 30.715.598,27	R$ 33.422.344,64
Modernização - Receita		R$ 4.896.548,64	R$ 4.475.013,43
Serviços - Receita		R$ 5.808.670,12	R$ 6.408.341,69
(+) POC Modernizaçao		R$ 4.156.351,31	R$ 2.597.964,61
(-) (-) POC Modernizaçao		R$ (3.375.935,99)	R$ (3.476.188,38)
(-) (-) Deduções da Receita Bruta		R$ (10.455.546,21)	R$ (10.209.293,85)
(-) (-) Impostos Incidentes sobre Vendas Elevadores e Escadas		R$ (2.109.552,53)	R$ (1.758.017,79)
(-) (-) ISS Venda Elevadores e Escadas		R$ (159.279,38)	R$ (124.425,31)
(-) (-) PIS Venda Elevadores e Escadas		R$ (234.032,79)	R$ (196.031,04)
(-) (-) COFINS Venda Elevadores e Escadas		R$ (1.077.969,13)	R$ (902.931,11)
(-) (-) INSS Desoneraçao Venda Elevadores e Escadas		R$ (638.271,23)	R$ (534.630,33)
(-) Impostos Incidentes sobre POC Elevadores e Escadas		R$ 502.688,91	R$ 605.941,42
(-) (-) ISS Venda POC Elevadores e Escadas		R$ (163.810,78)	R$ (113.632,89)
(+) ISS Venda POC Elevadores e Escadas		R$ 213.255,60	R$ 173.233,68
(-) (-) PIS Venda POC Elevadores e Escadas		R$ (180.191,85)	R$ (124.996,19)
(+) PIS Venda POC Elevadores e Escadas		R$ 234.581,15	R$ 190.557,06
(-) (-) COFINS Venda POC Elevadores e Escadas		R$ (829.974,59)	R$ (575.740,00)
(+) COFINS Venda POC Elevadores e Escadas		R$ 1.080.494,94	R$ 877.717,36
(-) (-) INSS Desoneraçao POC Elevadores e Escadas		R$ (491.432,32)	R$ (340.898,67)
(+) INSS Desoneraçao POC Elevadores e Escadas		R$ 639.766,76	R$ 519.701,07
(-) (-) Impostos Incidentes sobre Manutençao		R$ (5.755.498,13)	R$ (6.261.586,23)
(-) (-) ISS Manutenção		R$ (1.532.155,58)	R$ (1.665.997,06)
(-) (-) PIS Manutenção		R$ (506.807,50)	R$ (551.483,49)
(-) (-) COFINS Manutenção		R$ (2.334.324,39)	R$ (2.540.095,98)
(-) (-) INSS Desoneraçao Manutenção		R$ (1.382.210,66)	R$ (1.504.009,70)
(-) (-) Impostos Incidentes sobre Modernizaçao		R$ (729.458,36)	R$ (659.769,95)
(-) (-) ISS Modernização		R$ (56.182,89)	R$ (44.455,57)
(-) (-) PIS Modernização		R$ (80.793,07)	R$ (73.837,73)
(-) (-) COFINS Modernização		R$ (372.137,71)	R$ (340.101,07)
(-) (-) INSS Desoneraçao Modernizaçao		R$ (220.344,69)	R$ (201.375,58)
(-) (-) Impostos Incidentes sobre Serviços		R$ (1.089.044,27)	R$ (1.201.566,07)
(-) (-) ISS Serviços		R$ (290.350,89)	R$ (320.417,33)
(-) (-) PIS Serviços		R$ (95.843,80)	R$ (105.738,66)
(-) (-) COFINS Serviços		R$ (441.458,83)	R$ (487.034,00)
(-) (-) INSS Desoneraçao Serviços		R$ (261.390,75)	R$ (288.376,08)
(-) (-) Impostos Incidentes sobre pecas vendas clientes		R$ (711.413,56)	R$ (865.321,05)
(-) (-) ICMS pecas vendas clientes		R$ (382.266,86)	R$ (480.939,34)
(-) (-) PIS pecas vendas clientes		R$ (39.481,96)	R$ (44.714,70)
(-) (-) COFINS pecas vendas clientes		R$ (181.852,94)	R$ (205.955,77)
(-) (-) INSS Desoneraçao peças vendas clientes		R$ (107.811,80)	R$ (133.711,24)
(-) Abatimentos por descontos concedidos		R$ (31.556,22)	R$ (486,19)
(-) Abatimentos vendasElevadores e Escadas desconto concedido		R$ (259,18)	R$ (0,93)
(-) Abatimentos Manutençao desconto concedido		R$ (2.724,90)	R$ (481,88)
(-) Abatimentos Venda de contas a receber Grupo desconto concedido		R$ (0,00)	R$ (3,00)
(-) Abatimentos Venda de contas a receber clientes desconto concedido		R$ (1.554,86)	R$ (0,09)
(-) Abatimentos serviços de contas a receber clientes desconto concedido		R$ (0,10)	R$ (0,29)
(-) Abatimentos por perda de faturamento		R$ (418.161,60)	R$ (196.269,54)
(-) Abatimentos vendasElevadores e Escadas perda de faturamento		R$ (36.968,40)	R$ (11.139,11)
(-) Abatimentos Manutençao perda de faturamento		R$ (216.195,99)	R$ (105.953,25)
(-) Abatimentos Modernizacoes perda de faturamento		R$ (29.446,36)	R$ (5.956,76)
(-) Abatimentos Venda contas a receber clientes perda de faturamento		R$ (28.477,07)	R$ (22.782,48)
(-) Abatimentos Serviços perda de faturamento		R$ (107.073,78)	R$ (50.437,94)
(-) Impostos Incidentes sobre POC Modernizaçao		R$ (113.550,45)	R$ 127.781,55
(-) (-) ISS POC Modernizaçao		R$ (33.250,80)	R$ (20.783,72)
(+) ISS POC Modernizaçao		R$ 27.007,49	R$ 27.809,50
(-) (-) PIS POC Modernizaçao		R$ (68.579,82)	R$ (42.866,41)
(+) PIS POC Modernizaçao		R$ 55.702,94	R$ 57.357,11
(-) (-) COFINS POC Modernizaçao		R$ (315.882,71)	R$ (197.445,31)
(+) COFINS POC Modernizaçao		R$ 256.571,13	R$ 264.190,32
(-) (-) INSS Desoneraçao POC Modernizaçao		R$ (187.035,80)	R$ (116.908,41)
(+) INSS Desoneraçao POC Modernizaçao		R$ 151.917,12	R$ 156.428,47
Receitas Financeiras		R$ 2.025.046,76	R$ 2.667.819,44
Juros, Descontos e Recuperações		R$ 178.294,81	R$ 626.684,16
Juros Ativos [outros]		R$ 78.495,59	R$ 50.910,96
Descontos Financeiros Obtidos		R$ 12.794,40	R$ 25.606,99
Receita Apli. Renda Variável		R$ 70.176,96	R$ 506.316,17
Juros Selic		R$ 16.827,86	R$ 43.850,04
(-) Variações Monetárias		R$ 848,27	R$ (89.186,96)
Variaçoes Cambiais Ativas		R$ 9.513,07	R$ 39.016,52
(-) (-) PIS Receitas Financeiras		R$ (1.211,24)	R$ (17.920,92)
(-) (-) COFINS Receitas Financeiras		R$ (7.453,56)	R$ (110.282,56)
Ajuste a Valor Presente		R$ 1.845.903,68	R$ 2.130.322,24
Juros Apl Deposit. Judicial Pro DF		R$ 7.854,04	R$ 2.130.322,24
Outras Receitas Operacionais.		R$ 445.704,98	R$ 83.226,36
Outras receitas operacionais.		R$ 441.704,98	R$ 73.226,36
Outras Receitas Operacionais		R$ 482.476,52	R$ 81.709,18
Outras Receitas		R$ 482.476,52	R$ 81.709,18
(-) (-) Impostos Incidentes sobre Outras Receitas Operacionais		R$ (40.771,54)	R$ (8.482,82)
(-) ISS Outras Receitas Operacionais		R$ (0,00)	R$ 0,05
(-) (-) PIS Outras Receitas Operacionais		R$ (8.447,27)	R$ (1.513,16)
(-) (-) COFINS Outras Receitas Operacionais		R$ (32.324,27)	R$ (6.969,71)
Ganhos de capital		R$ 4.000,00	R$ 10.000,00
Resultados Positivos na Alienação do Imobilizado		R$ 4.000,00	R$ 10.000,00
Lucros na Alienação de Veículos		R$ 4.000,00	R$ 10.000,00
Outras Receitas Não Operacionais		R$ 32.188,24	R$ 34.195,05
Outras Receitas Não Operacionais		R$ 32.188,24	R$ 34.195,05
Outras Receitas Não Operacionais-Estoque		R$ 32.188,24	R$ 34.195,05
Variação de Estoque - Peças sobra de Obras		R$ 32.188,24	R$ 34.195,05
(-) Receita Rateada entre Filiais		R$ (0,00)	R$ (250.000,00)
(-) Receita Rateada entre Filiais		R$ (0,00)	R$ (250.000,00)
(-) Receita Rateada entre Filiais		R$ (0,00)	R$ (250.000,00)
(-) Receita Manutenção Rateada entre Filiais		R$ (0,00)	R$ (250.000,00)
(-) DESPESAS/CUSTOS		R$ (45.461.040,33)	R$ (45.092.782,25)
(-) Custos Gerais		R$ (12.965.818,74)	R$ (12.482.183,40)
(-) Compra Materiais		R$ (7.895.626,69)	R$ (7.225.925,41)
(-) Elevadores e Escadas - Materiais		R$ (3.960.476,27)	R$ (3.063.234,18)
(-) Custo dos produtos vendidos- Elevadores e Escadas		R$ (3.469.682,98)	R$ (2.535.639,12)
Custo Elevadores e Escadas em transito		R$ 149.978,59	R$ 89.325,81
(-) Fretes rodoviário - Elevadores e Escadas		R$ (357.136,31)	R$ (314.064,47)
(-) Fretes Marítimo - Elevadores e Escadas		R$ (3.574,30)	R$ (37.244,72)
(-) ICMS SOBRE IMPORTAÇÃO - Elevadores e Escadas		R$ (464.648,26)	R$ (344.062,64)
(-) COFINS SOBRE IMPORTAÇÃO - Elevadores e Escadas		R$ (26.434,62)	R$ (976,36)
(-) Imposto Importação - Elevadores e Escadas		R$ (370.085,36)	R$ (256.231,67)
(-) Despesa C/SDA - Elevadores e Escadas		R$ (21.600,00)	R$ (22.770,00)
(-) Despesa C/Marinha Mercante - Elevadores e Escadas		R$ (52.336,71)	R$ (65.013,94)
(-) Despesa C/Armazenagem - Elevadores e Escadas		R$ (54.749,95)	R$ (54.151,02)
(-) Despesa de correio C/Importação - Elevadores e Escadas		R$ (545,90)	R$ (152,80)
(-) Despesas bancarias C/Importação - Elevadores e Escadas		R$ (73,10)	R$ (18,00)
(-) Despesa C/Siscomex - Elevadores e Escadas		R$ (5.425,30)	R$ (4.152,51)
(-) Outras Despesas de Importação - Elevadores e Escadas		R$ (71.748,95)	R$ (86.755,47)
(-) Servicos agente aduaneiro Elevadores e Escadas		R$ (46.337,39)	R$ (42.461,73)
(-) Despesas importaçao Elevadores e Escadas a estoque		R$ 879.890,36	R$ 641.992,60
(-) pecas faltantes Elevadores Novos		R$ (45.966,09)	R$ (30.858,14)
(-) Peças - Materiais		R$ (3.935.150,42)	R$ (4.162.691,23)
(-) Custo dos Produtos Vendidos - Remesa Peças		R$ (2.765.111,84)	R$ (2.793.393,49)
(-) Fretes rodoviário - Peças		R$ (227.138,77)	R$ (246.770,07)
(-) Fretes Marítimo - Peças		R$ (2.516,28)	R$ (10.818,70)
(-) Fretes Aéreo (DHL)		R$ (231,35)	R$ (3.098,99)
(-) ICMS SOBRE IMPORTAÇÃO - Peças		R$ (3.222,96)	R$ (4.413,23)
(-) COFINS SOBRE IMPORTAÇÃO - Peças		R$ (4.203,94)	R$ (401,55)
(-) IPI SOBRE IMPORTAÇÃO - Peças		R$ (26.849,27)	R$ (25.483,12)
(-) Imposto Importação - Peças		R$ (62.103,90)	R$ (64.912,92)
(-) Despesa C/SDA - Peças		R$ (157.528,00)	R$ (116.636,00)
(-) Despesa C/Marinha Mercante - Peças		R$ (22,40)	R$ (3.629,68)
(-) Despesa C/Armazenagem - Peças		R$ (19.576,90)	R$ (28.155,21)
(-) Despesa de correio C/Importação - Peças		R$ (2.363,00)	R$ (496,60)
(-) Despesas bancarias C/Importação - Peças		R$ (246,50)	R$ (370,90)
(-) Despesa C/Siscomex - Peças		R$ (50.042,60)	R$ (26.976,49)
(-) Outras Despesas de Importação - Peças		R$ (82.331,75)	R$ (70.512,56)
(-) Servicos agente aduaneiro Peças		R$ (220.524,40)	R$ (148.686,48)
(-) Despesas importaçao Peças a estoque		R$ 160.276,55	R$ 82.782,89
(-) Custo de Produtos Vendidos "Peças" - Indedutivel		R$ (18.592,07)	R$ (11.110,21)
(-) Custo dos Produtos Vendidos - Venda Peças		R$ (452.821,04)	R$ (689.607,92)
(-) Tercerizacao		R$ (5.070.192,05)	R$ (5.256.257,99)
(-) Elevadores e Escadas- Serviços de Terceiros		R$ (616.344,21)	R$ (423.049,18)
(-) Serviços de Terceiros Montagem (PJ) Elevadores e Escadas		R$ (614.660,75)	R$ (423.049,18)
(-) Conservação Elevadores e Esacadas Serviços de Terceiros		R$ (2.268.894,77)	R$ (2.163.845,12)
(-) Serviços de Terceiros conservação.(PF)		R$ 0,00	R$ (4.630,23)
(-) Serviços de Terceiros Conservação. (PJ)		R$ (2.268.894,77)	R$ (2.159.214,89)
(-) Modernizações Elevadores e Escadas Serviços de Terceiros		R$ (811.996,67)	R$ (801.739,67)
(-) Serviços de Terceiros Modernizaçao (PJ)		R$ (811.996,67)	R$ (801.739,67)
(-) Manutençao Preventiva Elevadores e Esacadas Serviços de Terceiros		R$ (1.372.956,40)	R$ (1.867.624,02)
(-) Serviços de Terceiros Manut. Preventiva (PJ)		R$ (1.372.956,40)	R$ (1.867.624,02)
(-) Despesas		R$ (32.296.246,41)	R$ (31.896.401,41)
(-) Despesas		R$ (31.867.500,05)	R$ (31.467.940,00)
(-) Mao-de-Obra		R$ (15.960.175,40)	R$ (17.802.445,80)
INSS		R$ 0,00	R$ 20.929,17
FGTS		R$ (12,07)	R$ 6.277,22
(-) IRRF		R$ 0,00	R$ (1.117,28)
(-) RATEIO DESPESAS - MOI ADMIN		R$ (24.625,73)	R$ (7.425,45)
Participação dos Lucros de Resultados		R$ (309,87)	R$ 4.004,02
(-) Prémio Extraordinário PLR		R$ (697.580,69)	R$ (1.172.895,03)
(-) Salarios e Ordenados-MOD CONS		R$ (3.496.500,10)	R$ (3.834.348,00)
(-) Horas Extra-MOD CONS		R$ (94.466,92)	R$ (120.561,38)
(-) Sobre Aviso (Plantão)-MOD CONS		R$ (593.771,33)	R$ (639.597,92)
(-) Vale Refeiçao-MOD CONS		R$ (725.243,04)	R$ (666.830,41)
(-) Vale Transporte-MOD CONS		R$ (66.776,08)	R$ (54.837,80)
(-) Ajuda de Custo-MOD CONS		R$ 0,00	R$ (3.806,52)
13º Salário-MOD CONS		R$ 1.884,22	R$ 2.135,79
(-) INSS-MOD CONS		R$ (47.700,05)	R$ (74.272,70)
(-) INSS-Outras entidades-MOD CONS		R$ (282.749,73)	R$ (338.017,53)
(-) FGTS-MOD CONS		R$ (340.078,17)	R$ (407.041,13)
(-) Indenizações e Aviso Prévio-MOD CONS		R$ (47.237,99)	R$ (35.205,42)
(-) FGTS Rescisao-MOD CONS		R$ (61.824,79)	R$ (11.295,47)
(-) Assistência Médica e Social - MOD CONS		R$ (1.117.992,54)	R$ (1.270.318,37)
(-) Salarios e Ordenados-MOD INSTAL		R$ (36.886,57)	R$ (42.761,46)
(-) Horas Extra-MOD INSTAL		R$ (157,66)	R$ (5,80)
(-) Vale Refeiçao-MOD INSTAL		R$ (6.696,00)	R$ (3.900,80)
(-) Vale Transporte-MOD INSTAL		R$ 0,00	R$ (260,40)
13º Salário-MOD INSTAL		R$ 0,00	R$ 5,54
(-) INSS-MOD INSTAL		R$ (252,28)	R$ (539,76)
(-) INSS-Outras entidades-MOD INSTAL		R$ (2.437,46)	R$ (3.130,64)
(-) FGTS-MOD INSTAL		R$ (2.963,46)	R$ (3.663,67)
Indenizações e Aviso Prévio-MOD INSTAL		R$ 0,00	R$ 1.394,95
(-) Assistência Médica e Social - MOD INSTAL		R$ (13.868,91)	R$ (2.815,74)
(-) Salarios e Ordenados-MOI CONS		R$ (1.683.603,93)	R$ (1.605.737,87)
(-) Horas Extra-MOI CONS		R$ (389,96)	R$ (368,58)
(-) Premiaçao de vendas-MOI CONS		R$ (42.579,33)	R$ (44.301,97)
(-) Vale Refeiçao-MOI CONS		R$ (173.369,63)	R$ (224.463,40)
(-) Vale Transporte-MOI CONS		R$ (37.297,16)	R$ (42.654,13)
(-) Ajuda de Custo-MOI CONS		R$ (3.766,66)	R$ (5.056,67)
13º Salário-MOI CONS		R$ 70,59	R$ 143,63
(-) INSS-MOI CONS		R$ (21.392,09)	R$ (28.838,80)
(-) INSS-Outras entidades-MOI CONS		R$ (120.261,84)	R$ (127.813,52)
(-) FGTS-MOI CONS		R$ (143.291,99)	R$ (154.565,50)
(-) Indenizações e Aviso Prévio-MOI CONS		R$ (16.773,31)	R$ (24.934,32)
(-) FGTS Rescisao-MOI CONS		R$ (12.825,81)	R$ (54.941,18)
(-) Assistência Médica e Social - MOI CONS		R$ (335.608,17)	R$ (409.769,45)
(-) Salarios e Ordenados-MOI INSTAL		R$ (216.967,94)	R$ (246.697,55)
(-) Horas Extra-MOI INSTAL		R$ 0,00	R$ (83,65)
(-) Vale Refeiçao-MOI INSTAL		R$ (18.414,00)	R$ (18.784,50)
(-) Vale Transporte-MOI INSTAL		R$ (2.014,07)	R$ (1.640,84)
13º Salário-MOI INSTAL		R$ 0,00	R$ 12,02
(-) INSS-MOI INSTAL		R$ (2.145,16)	R$ (3.072,75)
(-) INSS-Outras entidades-MOI INSTAL		R$ (15.017,30)	R$ (17.821,67)
(-) FGTS-MOI INSTAL		R$ (17.363,59)	R$ (20.573,95)
(-) Indenizações e Aviso Prévio-MOI INSTAL		R$ (148,90)	R$ (1.514,29)
(-) FGTS Rescisao-MOI INSTAL		R$ 0,00	R$ (82,33)
(-) Assistência Médica e Social - MOI INSTAL		R$ (23.368,29)	R$ (5.400,42)
(-) Salarios e Ordenados-MOI COM CONS		R$ (874.567,19)	R$ (934.975,04)
(-) Premiaçao de vendas-MOI COM CONS		R$ (652.351,18)	R$ (694.026,96)
(-) Vale Refeiçao-MOI COM CONS		R$ (141.929,53)	R$ (141.424,52)
(-) Vale Transporte-MOI COM CONS		R$ (7.343,31)	R$ (10.523,58)
13º Salário-MOI COM CONS		R$ 275,65	R$ 382,88
(-) INSS-MOI COM CONS		R$ (18.669,69)	R$ (24.845,80)
(-) INSS-Outras entidades-MOI COM CONS		R$ (103.089,42)	R$ (117.233,31)
(-) FGTS-MOI COM CONS		R$ (124.046,60)	R$ (142.720,62)
(-) Indenizações e Aviso Prévio-MOI COM CONS		R$ (23.518,57)	R$ (15.444,51)
(-) FGTS Rescisao-MOI COM CONS		R$ (19.971,46)	R$ (19.990,72)
(-) Assistência Médica e Social - MOI COM CONS		R$ (276.190,42)	R$ (323.020,16)
(-) Salarios e Ordenados-MOI COM INSTAL		R$ (43.476,72)	R$ (40.376,76)
(-) Premiaçao de vendas-MOI COM INSTAL		R$ (85.005,08)	R$ (120.241,22)
(-) Vale Refeiçao-MOI COM INSTAL		R$ (8.154,00)	R$ (6.396,08)
(-) INSS-MOI COM INSTAL		R$ (1.254,71)	R$ (1.994,34)
(-) INSS-Outras entidades-MOI COM INSTAL		R$ (8.906,46)	R$ (11.567,28)
(-) FGTS-MOI COM INSTAL		R$ (10.586,76)	R$ (13.116,53)
(-) Indenizações e Aviso Prévio-MOI COM INSTAL		R$ (4.834,55)	R$ (546,05)
(-) FGTS Rescisao-MOI COM INSTAL		R$ (5.708,37)	R$ (23,45)
Assistência Médica e Social - MOI CON INSTAL		R$ (8.586,11)	R$ 1.550,66
(-) Salarios e Ordenados-MOI ADMIN		R$ (2.171.905,52)	R$ (2.279.648,43)
(-) Vale Refeiçao-MOI ADMIN		R$ (155.024,67)	R$ (217.923,24)
(-) Vale Transporte-MOI ADMIN		R$ (41.384,29)	R$ (40.338,83)
(-) Ajuda de Custo-MOI ADMIN		R$ (22.843,33)	R$ (6.240,00)
13º Salário-MOI ADMIN		R$ 0,00	R$ 599,20
(-) INSS-MOI ADMIN		R$ (23.737,56)	R$ (38.876,05)
(-) INSS-Outras entidades-MOI ADMIN		R$ (152.736,35)	R$ (225.475,26)
(-) FGTS-MOI ADMIN		R$ (190.231,85)	R$ (271.143,49)
(-) Indenizações e Aviso Prévio-MOI ADMIN		R$ (29.130,52)	R$ (34.485,02)
(-) FGTS Rescisao-MOI ADMIN		R$ (29.522,39)	R$ (55.607,32)
(-) Assistência Médica e Social - MOI ADMIN		R$ (178.358,53)	R$ (317.910,29)
(-) Comissoes		R$ 0,00	R$ (3.939,81)
(-) Comissoes		R$ 0,00	R$ (3.939,81)
(-) Depreciações e Amortizações Produtivas		R$ (21.914,70)	R$ (22.963,96)
(-) Depreciações de Máquinas e Equipamentos		R$ (21.914,70)	R$ (22.963,96)
(-) Outros Custos Direitos e Indiretos		R$ (3.524.992,34)	R$ (3.468.965,77)
(-) Medicina do Trabalho		R$ (99.222,76)	R$ (127.733,01)
(-) Treinamento		R$ (8.895,75)	R$ (15.607,36)
(-) Uniformes		R$ (53.209,47)	R$ (67.885,99)
(-) Consumiveis - MOD CONS		R$ (2.007.027,86)	R$ (1.680.496,15)
(-) Combustível - Veículos - MOD CONS		R$ (742.051,35)	R$ (1.030.805,56)
(-) Equipamentos de Proteção Individual - MOD CONS		R$ (80.187,75)	R$ (50.922,33)
(-) Consumiveis - MOD INSTAL		R$ (338.444,06)	R$ (189.789,45)
(-) Combustível - Veículos - MOD INSTAL		R$ (9.583,08)	R$ (13.666,57)
(-) Equipamentos de Proteção Individual - MOD INSTAL		R$ (926,56)	R$ (112,86)
(-) Combustível - Veículos - MOI CONS		R$ (104.288,35)	R$ (146.572,09)
(-) Equipamentos de Proteção Individual - MOI CONS		R$ 0,00	R$ (4.620,84)
(-) Combustível - Veículos - MOI INSTAL		R$ (9.494,92)	R$ (12.641,24)
(-) Combustível - Veículos - MOI COM CONS		R$ (27.196,98)	R$ (39.684,20)
(-) Combustível - Veículos - MOI ADM		R$ (43.574,49)	R$ (88.428,12)
(-) Despesas de Manutençao de empresa		R$ (72.129,91)	R$ (90.822,51)
(-) Despesas de Manutenção de empresa		R$ (72.129,91)	R$ (90.822,51)
(-) Seguros		R$ (188.058,50)	R$ (199.084,99)
(-) Seguro Responsabilidade Civil		R$ 0,00	R$ (2.726,94)
(-) Seguros de Contrato (Carta Fiança)		R$ (24.220,92)	R$ (25.545,10)
(-) Seguro de vida		R$ (16.814,96)	R$ (20.759,73)
(-) Seguros Marítimos		R$ (8.440,10)	R$ (5.586,61)
(-) RATEIO DESPESAS - SEGURO RESPONSABILIDADE CIVIL		R$ (87.379,10)	R$ (100.056,32)
(-) RATEIO DESPESAS - SEG RDADE ADM E DIR (D&O)		R$ (20.254,15)	R$ (18.158,11)
(-) RATEIO DESPESAS - SEGURO DE IMOVEIS		R$ (6.862,80)	R$ (5.857,09)
(-) Seguros Veiculos - MOD CONS		R$ (2.843,43)	R$ (3.072,17)
(-) Seguros Veiculos - MOI ADM		R$ (12.968,92)	R$ (17.322,92)
(-) Alugueis e Arrendamentos Admin PF		R$ (200.143,41)	R$ (120.790,68)
(-) Aluguel de Imoveis PF		R$ (220.303,41)	R$ (210.978,00)
Aluguel Imoveis PF(Expatriados)		R$ 20.160,00	R$ 90.187,32
(-) Alugueis e Arrendamentos Admin PJ		R$ (763.640,06)	R$ (803.739,43)
(-) Aluguel de Imoveis PJ		R$ (704.353,26)	R$ (756.045,23)
(-) Alugueis e Arrendamento de Maquinas e Equipamentos PJ - MOD CONS		R$ (19.223,06)	R$ (12.881,23)
(-) Alugueis e Arrendamento de Maquinas e Equipamentos PJ - MOD INSTAL		R$ (40.063,74)	R$ (34.812,97)
(-) Depreciações e Amortizações No Produtivas		R$ (408.402,88)	R$ (238.096,63)
(-) Depreciaçoes de Moveis e Utensilios		R$ (19.345,71)	R$ (21.006,80)
(-) Depreciaçoes de Veículos		R$ (31.133,33)	R$ (17.952,50)
(-) Depreciações de Computadores e Periféricos		R$ (51.039,96)	R$ (43.581,91)
(-) Depreciaçoes de Benfeitorias em Imoveis		R$ (220.308,79)	R$ (68.788,32)
(-) Amortização de Software		R$ (36.894,08)	R$ (37.086,09)
(-) Depreciações e Amortizações No Produtivas intangíveis		R$ (49.681,01)	R$ (49.681,01)
(-) Utilidades e Serviço		R$ (799.328,21)	R$ (780.105,36)
(-) Energia Eletrica - Util. e Serviço		R$ (104.336,36)	R$ (120.139,80)
(-) Agua e Esgoto - Util. e Serviço		R$ (53.374,98)	R$ (40.094,77)
(-) Telefonia Fixa e Internet		R$ 0,00	R$ (4.076,37)
RATEIO DESPESAS - TELEFONE		R$ 80.550,52	R$ 79.676,80
(-) Serviço de CALL CENTER		R$ (425.055,42)	R$ (371.996,50)
(-) Telefonia Movel (Celular)		R$ (96.687,37)	R$ (79.703,37)
(-) Telefonia Movel - MOD CONS		R$ (36.133,80)	R$ (36.189,91)
(-) Telefonia Movel - MOD INSTAL		R$ (248,28)	R$ (383,23)
(-) Telefonia Movel - MOI CONS		R$ (9.506,72)	R$ (9.443,66)
(-) Telefonia Movel - MOI INSTAL		R$ (834,56)	R$ (974,47)
(-) Telefonia Movel - MOI COM CONS		R$ (8.720,41)	R$ (9.536,93)
(-) Telefonia Movel - MOI COM INSTAL		R$ (497,06)	R$ (766,35)
(-) Telefonia Fixa e Internet - MOI ADM		R$ (126.843,78)	R$ (169.421,82)
(-) Telefonia Movel - MOI ADM		R$ (17.639,99)	R$ (17.054,98)
(-) Propaganda e Publicidade		R$ (6.298,09)	R$ (56.062,15)
(-) Eventos de divulgação da Marca Orona		R$ (5.760,00)	R$ (55.559,42)
(-) Eventos e Despesas diversas Não Operacionais		R$ (538,09)	R$ (502,73)
(-) Despesas Gerais		R$ (1.621.732,41)	R$ (1.734.498,68)
(-) Despesas Veiculos		R$ (13.824,23)	R$ (0,01)
(-) Multas de Transito a descontar		R$ 3.011,68	R$ (5.066,09)
(-) Lanches e Refeições		R$ (1.419,61)	R$ (2.882,97)
(-) Outras Despesas		R$ (0,38)	R$ (796,40)
(-) Material de uso e consumo		R$ (86.734,77)	R$ (115.090,22)
(-) Despesas Postais e Telegráficas		R$ (63.465,81)	R$ (67.606,49)
(-) Material de Escritorio		R$ (125.445,22)	R$ (155.362,75)
(-) Cozinha e Refeitorio		R$ (27.086,00)	R$ (22.452,79)
(-) Despesas Legais e Judiciais		R$ (17.243,66)	R$ (40.641,91)
(-) Software - Despesa		R$ (177.732,53)	R$ (112.039,08)
(-) Aluguel impressoras (material escritorio)		R$ (53.886,15)	R$ (75.067,28)
(-) Despesas Veículos - MOD CONS		R$ (11.992,15)	R$ (16.075,57)
(-) Aluguel de Veículos PF - MOD CONS		R$ (288.191,74)	R$ (309.694,95)
(-) Aluguel de Veículos PJ- MOD CONS		R$ (351.081,33)	R$ (371.728,47)
(-) Aluguel de Veículos PJ- MOD INSTAL		R$ (10.716,96)	R$ (11.457,06)
(-) Despesas Veículos - MOI CONS		R$ (1.327,10)	R$ (1.775,52)
(-) Aluguel de Veículos PF - MOI CONS		R$ (65.574,91)	R$ (55.090,01)
(-) Aluguel de Veículos PJ- MOI CONS		R$ (79.948,38)	R$ (101.034,86)
(-) Despesas Veículos - MOI INSTAL		R$ (180,00)	R$ (285,00)
(-) Aluguel de Veículos PJ- MOI INSTAL		R$ (21.500,25)	R$ (21.098,88)
(-) Despesas Veículos - MOI COM CONS		R$ (1.654,47)	R$ (3.800,75)
(-) Aluguel de Veículos PF - MOI COM CONS		R$ (157.771,54)	R$ (161.953,25)
(-) Aluguel de Veículos PF - MOI COM INSTAL		R$ (9.408,33)	R$ (7.700,00)
(-) Despesas Veículos - MOI ADM		R$ (14.281,48)	R$ (32.034,94)
(-) Aluguel de Veículos PF - MOI ADM		R$ (9.068,26)	R$ (14.300,00)
(-) Aluguel de Veículos PJ- MOI ADM		R$ (32.969,37)	R$ (29.463,43)
(-) Despesas com Viagens		R$ (341.694,62)	R$ (372.792,17)
(-) Outras Despesas C/Viagens		R$ (600,00)	R$ (280,00)
(-) Passagens - Viagens - MOD CONS		R$ (7.263,85)	R$ (9.500,58)
(-) Pedagio e estacionamento - Viagens - MOD CONS		R$ (10.346,11)	R$ (67.140,89)
(-) Hospedagem - Viagens - MOD CONS		R$ (30.878,74)	R$ (28.535,00)
(-) Refeiçoes - Viagens - MOD CONS		R$ (15.008,62)	R$ (9.505,86)
(-) Outras Despesas C/Viagens - MOD CONS		R$ (2.232,21)	R$ (210,00)
(-) Passagens - Viagens - MOD INSTAL		R$ (7.240,52)	R$ (13.978,02)
(-) Pedagio e estacionamento - Viagens - MOD INSTAL		R$ (258,88)	R$ (109,80)
(-) Hospedagem - Viagens - MOD INSTAL		R$ (3.639,00)	R$ (5.245,00)
(-) Refeiçoes - Viagens - MOD INSTAL		R$ (1.400,43)	R$ (1.970,97)
(-) Passagens - Viagens - MOI CONS		R$ (28.142,80)	R$ (24.144,64)
(-) Pedagio e estacionamento - Viagens - MOI CONS		R$ (2.609,97)	R$ (10.425,40)
(-) Hospedagem - Viagens - MOI CONS		R$ (10.463,76)	R$ (11.224,44)
(-) Refeiçoes - Viagens - MOI CONS		R$ (3.251,49)	R$ (7.348,47)
(-) Outras Despesas C/Viagens - MOI CONS		R$ (1.385,82)	R$ (500,00)
(-) Passagens - Viagens - MOI INSTAL		R$ (5.633,01)	R$ (4.448,95)
(-) Pedagio e estacionamento - Viagens - MOI INSTAL		R$ (88,80)	R$ (204,00)
(-) Hospedagem - Viagens - MOI INSTAL		R$ (742,00)	R$ (845,00)
(-) Refeiçoes - Viagens - MOI INSTAL		R$ (162,23)	R$ (268,24)
(-) Passagens - Viagens - MOI COM CONS		R$ (114,67)	R$ (8.263,63)
(-) Pedagio e estacionamento - Viagens - MOI COM CONS		R$ (784,39)	R$ (11.686,99)
(-) Hospedagem - Viagens - MOI COM CONS		R$ (5.170,00)	R$ (12.058,00)
(-) Refeiçoes - Viagens - MOI COM CONS		R$ (2.195,86)	R$ (4.481,29)
(-) Passagens - Viagens - MOI ADM		R$ (64.966,25)	R$ (76.220,26)
(-) Pedagio e estacionamento - Viagens - MOI ADM		R$ (63.307,10)	R$ (16.229,61)
(-) Hospedagem - Viagens - MOI ADM		R$ (37.905,54)	R$ (31.847,00)
(-) Refeiçoes - Viagens - MOI ADM		R$ (14.775,49)	R$ (16.120,13)
(-) Serviços Externos (PJ)		R$ (980.145,50)	R$ (745.533,05)
(-) Consultoria e Assessoria		R$ (295.394,63)	R$ (204.015,05)
(-) Honorarios de Advogados		R$ (235.844,98)	R$ (93.322,81)
(-) Despesas de Cartorio		R$ (7.627,90)	R$ (5.889,45)
(-) Honorarios Contabeis		R$ (90.838,63)	R$ (101.456,68)
(-) Limpeza e Manutenção - PJ		R$ (65.618,84)	R$ (75.011,01)
(-) Outros serviços de terceiros		R$ (5.590,47)	R$ (1.409,21)
(-) Vigilância e portaria - PJ		R$ (152.687,55)	R$ (172.243,77)
(-) Honorários de despachante		R$ (17.487,52)	R$ (12.525,97)
(-) Serviços Informatica Externos - PJ		R$ (105.854,67)	R$ (76.209,83)
(-) RATEIO DESPESAS - Serviços Informatica Externos - PJ		R$ (3.200,31)	R$ (3.449,27)
(-) Serviços Externos (PF)		R$ (231.522,11)	R$ (236.404,66)
(-) Serviços de motoboy		R$ (169.885,76)	R$ (173.059,17)
(-) Limpeza e Manutenção - PF.		R$ (55.794,35)	R$ (54.519,25)
(-) Temporários e estagiários		R$ (5.704,00)	R$ (8.826,24)
(-) Despesas Tributárias Correntes		R$ (1.547.997,87)	R$ (1.307.024,59)
(-) IPTU		R$ (40.346,61)	R$ (31.247,15)
(-) Taxas Diversas		R$ (7.954,62)	R$ (13.354,20)
(-) CREA		R$ (289.214,67)	R$ (357.379,34)
(-) Sindicatos de empregados		R$ (20.751,25)	R$ (47.875,41)
(-) FUNDEFE (PRO-DF)		R$ (1.782,40)	R$ (1.204,22)
(-) Ajuste Impostos		R$ (91.873,19)	R$ (45.188,16)
(-) ICMS - Diferencial de aliquota		R$ (155.166,66)	R$ (187.788,58)
(-) Despesas com ICMS		R$ (572.691,50)	R$ (550.929,97)
(-) Provisão de Sindicatos de empregados		R$ (355.615,18)	R$ (60.000,00)
(-) IPVA - Despesa Tributária - MOD CONS		R$ (792,64)	R$ (356,32)
(-) IPVA - Despesa Tributária - MOI ADM		R$ (11.660,63)	R$ (11.701,24)
(-) Perdas no Recebimento de Créditos		R$ (429.106,35)	R$ (326.919,92)
Creditos Vencidos e Nao Liquidados (Provisao)*		R$ (138.224,38)	R$ 51.074,73
(-) Perdas no Recebimento de Creditos (perdas definitivas)		R$ (290.881,97)	R$ (377.994,65)
(-) Despesas com Provisões		R$ (1.460.084,25)	R$ (4.276.093,03)
(-) Desp Prov para perdas diversas		R$ (1.103.068,69)	R$ (1.887.558,68)
(-) Desp Prov Trabalhistas		R$ 114.766,97	R$ (500,00)
Desp Prov Cíveis		R$ 1.865.104,00	R$ 245.872,50
(-) Reversão Prov Perdas diversas		R$ 0,00	R$ 53.484,54
(-) Provisoes de Ferias-MOD CONS		R$ (519.903,76)	R$ (564.147,50)
(-) Provisoes de 13 Salario-MOD CONS		R$ (378.923,72)	R$ (413.173,90)
(-) Provisoes INSS Ferias-MOD CONS		R$ 3.887,19	R$ (3.407,62)
(-) Provisoes FGTS Ferias-MOD CONS		R$ (31.158,19)	R$ (33.461,34)
(-) Provisoes INSS 13 Salario-MOD CONS		R$ 0,00	R$ (170,00)
(-) Provisoes FGTS 13 Salario-MOD CONS		R$ (30.358,32)	R$ (32.814,17)
(-) Provisoes de Ferias-MOD INSTAL		R$ (4.420,92)	R$ (7.349,83)
(-) Provisoes de 13 Salario-MOD INSTAL		R$ (3.250,98)	R$ (3.895,00)
(-) Provisoes INSS Ferias-MOD INSTAL		R$ (108,32)	R$ (67,56)
(-) Provisoes FGTS Ferias-MOD INSTAL		R$ (241,83)	R$ (426,25)
(-) Provisoes FGTS 13 Salario-MOD INSTAL		R$ (260,07)	R$ (307,75)
(-) Provisoes de Ferias-MOI CONS		R$ (208.441,28)	R$ (222.226,21)
(-) Provisoes de 13 Salario-MOI CONS		R$ (155.702,68)	R$ (158.551,72)
Provisoes INSS Ferias-MOI CONS		R$ 1.937,76	R$ 138,78
(-) Provisoes FGTS Ferias-MOI CONS		R$ (11.752,54)	R$ (11.026,56)
Provisoes INSS 13 Salario-MOI CONS		R$ (76,35)	R$ 172,93
(-) Provisoes FGTS 13 Salario-MOI CONS		R$ (12.453,51)	R$ (12.602,41)
(-) Provisoes de Ferias-MOI INSTAL		R$ (26.670,00)	R$ (30.345,01)
(-) Provisoes de 13 Salario-MOI INSTAL		R$ (20.146,97)	R$ (22.167,00)
(-) Provisoes INSS Ferias-MOI INSTAL		R$ 225,19	R$ (128,61)
(-) Provisoes FGTS Ferias-MOI INSTAL		R$ (2.133,56)	R$ (2.427,54)
(-) Provisoes FGTS 13 Salario-MOI INSTAL		R$ (1.611,72)	R$ (1.720,59)
(-) Provisoes de Ferias - Despesas-MOI COM CONS		R$ (188.375,86)	R$ (201.001,45)
(-) Provisoes de 13 Salario-MOI COM CONS		R$ (137.630,72)	R$ (148.772,39)
(-) Provisoes INSS Ferias - Despesas-MOI COM CONS		R$ 408,30	R$ (1.043,20)
(-) Provisoes FGTS Ferias - Despesas-MOI COM CONS		R$ (11.829,16)	R$ (9.887,96)
(-) Provisoes FGTS 13 Salario-MOI COM CONS		R$ (10.991,05)	R$ (11.800,76)
(-) Provisoes de Ferias - Despesas-MOI COM INSTAL		R$ (17.422,74)	R$ (26.637,68)
(-) Provisoes de 13 Salario-MOI COM INSTAL		R$ (11.957,83)	R$ (16.429,90)
(-) Provisoes INSS Ferias - Despesas-MOI COM INSTAL		R$ 427,24	R$ (503,89)
(-) Provisoes FGTS Ferias - Despesas-MOI COM INSTAL		R$ (1.022,35)	R$ (2.131,00)
(-) Provisoes FGTS 13 Salario-MOI COM INSTAL		R$ (956,60)	R$ (1.304,12)
(-) Provisoes de Ferias - Despesas-MOI ADMIN		R$ (253.296,79)	R$ (335.238,80)
(-) Provisoes de 13 Salario-MOI ADMIN		R$ (197.844,99)	R$ (241.734,82)
(-) Provisoes INSS Ferias - Despesas-MOI ADMIN		R$ (1.246,11)	R$ (1.240,84)
(-) Provisoes FGTS Ferias - Despesas-MOI ADMIN		R$ (15.624,81)	R$ (23.411,24)
(-) Provisoes INSS 13 Salario-MOI ADMIN		R$ 76,35	R$ (2,93)
(-) Provisoes FGTS 13 Salario-MOI ADMIN		R$ (15.680,87)	R$ (19.192,04)
(-) PROVISÃO RETRIBUIÇÃO VARIAVEL - MOI ADMIN		R$ (72.353,96)	R$ (126.953,51)
(-) Variaçao de Estoque		R$ (145.440,80)	R$ (42.221,42)
Variaçao de Estoque - POC Elevadores E Escadas		R$ (66.520,21)	R$ 40.935,52
(-) Variaçao de Estoque - Elevadores e Escadas em transito		R$ (126.234,17)	R$ (83.156,94)
Despesas Financeiras		R$ (3.180.300,86)	R$ 1.187.297,70
(-) Juros Passivos		R$ (4.494,56)	R$ (6.496,00)
(-) Despesas Bancarias		R$ (140.563,88)	R$ (139.879,24)
(-) IOF - Imposto sobre operações financeiras		R$ (1.074,11)	R$ (5.347,21)
(-) Juros s/contribuições impostos e taxas		R$ (1.538,05)	R$ (4.690,66)
Pro-DF Variação (SELIC)		R$ (2.916.707,57)	R$ 1.413.153,51
(-) Juros s/emprestimos socios (ORONA)		R$ (115.922,69)	R$ (69.442,70)
(-) Variaçao Monetaria - Passiva		R$ 15.608,22	R$ (26.733,09)
(-) Variação Cambiais Passivas		R$ 15.608,22	R$ (26.733,09)
(-) Outras Despesas Operacionais		R$ (428.746,36)	R$ (428.461,41)
(-) Outras Despesas Operacionais		R$ (428.746,36)	R$ (428.461,41)
(-) Multas S/Contribuiçoes, Impostos e taxas		R$ (3.801,63)	R$ (16.365,18)
(-) Processos trabalhistas		R$ (259.803,78)	R$ (412.096,23)
(-) PROVISOES DE IRPJ E CSLL		R$ (198.975,18)	R$ (714.197,44)
(-) PROVISOES DE IRPJ E CSLL		R$ (198.975,18)	R$ (714.197,44)
(-) PROVISOES DE IRPJ E CSLL		R$ (198.975,18)	R$ (714.197,44)
(-) Provisão IRPJ		R$ (109.815,28)	R$ (329.217,24)
(-) Provisão CSLL		R$ (49.820,72)	R$ (132.096,48)
(-) Provisao IRPJ- Diferido Ativo		R$ 30.384,54	R$ (28.686,24)
(-) Provisao CSLL- Diferido Ativo		R$ 10.938,43	R$ (10.327,04)
(-) IRPJ - Creditos fiscais		R$ (59.310,41)	R$ (157.257,68)
(-) CSLL - Creditos fiscais		R$ (21.351,74)	R$ (56.612,76)
RESULTADO DO EXERCICIO		R$ 2.213.778,89	R$ 1.532.285,05

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 3B.3F.1C.21.EF.C4.7E.65.AA.FA.68.6F.BA.DB.B8.53.4E.61.FB.F8-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Documento(s) de Habilitação_MODULO_ORONA (1015174) SEI 2022.017753 / pg. 742

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 9.0.2

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
53201215539	05.926.726/0001-73	

NOME EMPRESARIAL
MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário	01/01/2021 a 31/12/2021
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
Escrituração Contábil Digital	27

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
3B.3F.1C.21.EF.C4.7E.65.AA.FA.68.6F.BA.DB.B8.53.4E.61.FB.F8

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	50667009515	SHEILA LUCIA SANTOS DELATTRE:50667009515	128750393989516191 7	08/03/2022 a 08/03/2025	Não
Diretor	23853350852	LUIS BONILLA DE TORO:23853350852	128750174962852838 3	13/05/2020 a 13/05/2023	Sim
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	05926726000173	MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA:05926726000173	128750285350380192 1	17/06/2021 a 17/06/2024	Não

NÚMERO DO RECIBO:

3B.3F.1C.21.EF.C4.7E.65.AA.FA.68.6F.
BA.DB.B8.53.4E.61.FB.F8-6

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 12/05/2022 às 08:56:49

61.52.30.10.83.BF.22.E9
23.AB.28.A6.16.A4.B8.E4

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA

Período da Escrituração: 01/01/2021 a 31/12/2021 CNPJ: 05.926.726/0001-73

Número de Ordem do Livro: 27

Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA
NIRE	53201215539
CNPJ	05.926.726/0001-73
Número de Ordem	27
Natureza do Livro	Escrituração Contábil Digital
Município	BRASILIA
Data do arquivamento dos atos constitutivos	29/09/2003
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital	1181778

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA
Natureza do Livro	Escrituração Contábil Digital
Número de ordem	27
Quantidade total de linhas do arquivo digital	1181778
Data de inicio	01/01/2021
Data de término	31/12/2021

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 3B.3F.1C.21.EF.C4.7E.65.AA.FA.68.6F.BA.DB.B8.53.4E.61.FB.F8-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Orona

DEMONSTRAÇÃO DO ÍNDICE DE LIQUIDEZ -2021

MÓDULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA.

Ativo Circulante =	R$ 59.246.807,05
Realizável a Longo Prazo=	R$ 821.048,15
Passivo Circulante =	R$ 32.178.449,83
Passivo Não Circulante =	R$ 8.860.927,55
Ativo Total =	R$ 61.786.100,21
PL – Patrimônio Líquido	R$ 20.746.722,83

1 - Índice Liquidez Geral:

$$\frac{\text{Ativo Circulante + Ativo realizável a LP}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$$

ILG = 1,47

2- Índice Liquidez Corrente:

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

ILC = 1,85

3- Índice de Solvência Geral:

$$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

ISG = 1,51

Declaro para os devidos fins que as informações contidas acima foram extraídas do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social (2021), já exigíveis na forma da lei, que comprove a boa situação financeira da empresa.

Brasília, 16 de maio de 2022

SHEILA LUCIA SANTOS DELATTRE:50667009515

Assinado de forma digital por SHEILA LUCIA SANTOS DELATTRE:50667009515 Dados: 2022.05.16 09:28:21 -03'00'

Sheila Lucia Santos Delattre
Contadora
CRC-022082/O-BA.

Orona
SAAN Quadra 2 N° 980
Brasília/DF - Brasil
CEP : 70.632-200
+ 55 (61) 3363-4200
www.orona.com.br
www.orona-group.com

CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (AÇÕES DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS)
1ª e 2ª Instâncias

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações de falências e recuperações judiciais disponíveis até 30/03/2023, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA

05.926.726/0001-73

OBSERVAÇÕES:
a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
b) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
c) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8o, § 2o da Resolução 121/CNJ).
d) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Tipos de Certidão.
e) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
f) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), no menu Serviços, Certidões, Certidão Nada Consta, Validar Certidão - autenticar, informando-se o número do selo digital de segurança impresso.

Emitida gratuitamente pela internet em: 30/03/2023
Selo digital de segurança: **2023.CTD.G9E8.E0GT.Y8H6.L6BX.VFHD**
*** VÁLIDA POR 30 (TRINTA) DIAS ***

NUCER - Núcleo de Emissão de Certidões do TJDFT
Fórum de Brasília - Milton Sebastião Barbosa, Praça Municipal - Lote 1, Bloco A, Ala B - Térreo.
Brasília - DF
Horário de Atendimento: 7h às 19h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

Documento(s) de Habilitação_MODULO_ORONA (1015174) SEI 2022.017753 / pg. 746

Ao
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança
CEP 69037-473
Manaus - AM

Pregão Eletrônico nº 4.014/2023-CPL/MP/PGJ
Processo SEI nº 2022.017753

DECLARAÇÃO RESPONSABILIDADE TÉCNICA E INDICAÇÃO DA EQUIPE - Item 12.10.4.

Em conformidade com o estabelecido neste Edital, indicamos abaixo os Responsáveis Técnicos que se comprometem a realizar os serviços objeto desta Licitação. Declaramos que tal indicação está em consonância com as Resoluções n.º 218 de 29/06/73 e 317 de 31/01/86 do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, e que os engenheiros relacionados pertencem ao quadro de profissionais da empresa.

Nome: **RENATO SANTOS QUEIROZ**
RNP: **0708195156** CPF: **610.100.061-34**
Registro: **17486/D-DF** Data do Registro: **24/02/2010**
Título(s): **ENGENHEIRO MECANICO**
Instituição Ensino: **UNIVERSIDADE DE BRASILIA**
Atribuições: **RES 218/73 ART 12**

Nome: **CRISTIANO FERREIRA**
RNP: **0813318955** CPF: **031.519.517-75**
Registro: **035358/D-ES** Data do Registro: **06/12/2017**
Título(s): **ENGENHEIRO MECANICO**
Instituição Ensino: **FACULDADE PITAGORAS**
Atribuições: **RES 218/73 ART 12**

Brasília-DF, 22 de março de 2023.

Módulo Consultoria e Gerência Predial Ltda.
CNPJ N.º 05.926.726/0001-73
Matheus Rangel de Sá
RG n.º 5736165 – SSP/GO
Representante Legal

Módulo Consultoria e Gerência Predial Ltda.
CNPJ N.º 05.926.726/0001-73
Renato Santos Queiroz
Eng.º Mecânico
CREA-DF 17486/D

Módulo Consultoria e Gerência Predial Ltda.
CNPJ N.º 05.926.726/0001-73
Cristiano Ferreira
Engenheiro Mecânico
CREA-ES 035358/D

Ao
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança
CEP 69037-473
Manaus - AM

Pregão Eletrônico nº 4.014/2023-CPL/MP/PGJ
Processo SEI nº 2022.017753

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA E INDICAÇÃO DA EQUIPE
- Item 12.10.5

A Empresa **Módulo Consultoria e Gerência Predial Ltda**, inscrita no CNPJ nº 05.926.726/0001-73, por intermédio de seu responsável técnico Eng.º **Renato Santos Queiroz, CPF nº 610.100.061-34, documento de Identidade CREA-DF 17486/D**, **INDICA** abaixo a quipe técnica com que nos comprometemos a realizar os serviços objeto da licitação.

Declaramos, para efeito da licitação em epígrafe, junto ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS - MPAM**, conforme disposto no Edital e seus anexos, que indicamos para ser (em), responsável (eis) técnico(s) pela para execução da manutenção, e declaramos ainda que tal indicação está em consonância com as Resoluções nºs. 336 de 27/10/89, 1.010, de 22/08/2005, 1025, de 30/10/2009 do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e Leis nºs 5.194 de 24/12/66 e 6.496 de 07.12.77:

1. COORDENAÇÃO
Nome: Bruno Held dos Santos — CREA nº 5069025858/D-SP
Especialidade: Engº Eletricista — Data de registro: 20/03/2013

2. SUPERVISÃO
Nome: Kelbert Grey Caexeta — CRT nº 71554920191
Especialidade: Técnico em Eletrotécnica — Data de registro: 13/08/2010

3. RESPONSÁVEL TÉCNICO
Nome: Cristiano Ferreira — CREA nº 035358/ D - ES
Especialidade: Engº Mecânico — Data de registro: 11/06/2014

4. RESPONSÁVEL TÉCNICO

Orona
SAAN Quadra 2 Nº 980
Brasília/DF - Brasil
CEP : 70.632-200
+ 55 (61) 3363-4200
www.orona.com.br
www.orona-group.com

Nome: Renato Santos Queiroz
Especialidade: Engº Mecânico

CREA nº 17486/ D - DF
Data de registro: 24/02/2010

Declaramos, outrossim, que o(s) Responsável(eis) técnico(s) indicado(s) faz(em) parte do quadro permanente da Empresa (funcionários ou sócios), comprovada essa condição por meio de cópia autenticada da CTPS - Carteira de Trabalho e previdência Social, Contrato de Prestação de Serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum ou qualquer documento revestido de fé pública, para o empregado, ou do Contrato Social da Empresa, para o sócio ou proprietário.

Brasília - DF, 22 de março de 2023.

Módulo Consultoria e Gerência Predial Ltda.
CNPJ N.º 05.926.726/0001-73
Matheus Rangel de Sá
RG n.º 5736165 – SSP/GO
Representante Legal

Módulo Consultoria e Gerência Predial Ltda.
CNPJ N.º 05.926.726/0001-73
Renato Santos Queiroz
Eng.º Mecânico
CREA-DF 17486/D

Módulo Consultoria e Gerência Predial Ltda.
CNPJ N.º 05.926.726/0001-73
Cristiano Ferreira
Engenheiro Mecânico
CREA-ES 035358/D

Orona
SAAN Quadra 2 Nº 980
Brasília/DF - Brasil
CEP : 70.632-200
+ 55 (61) 3363-4200
www.orona.com.br
www.orona-group.com

À

Diretoria de Orçamento e Finanças

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas

Av. Coronel Teixeira, 7995 – Nova Esperança

69037- 473 MANAUS/AM

ANEXO VI

SOLICITAÇÃO DE CADASTRAMENTO – SEFAZ/AM

A empresa **Módulo Consultoria e Gerência Predial Ltda.**, CNPJ nº **05.926.726/0001-73**, e **SAAN Quadra 02, Lote 980, Parte "B" – Brasília-DF** solicita a esse Setor o seu cadastro no SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E CONTABILIDADE – CADASTRAMENTO DE CREDORES – dessa SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO AMAZONAS – SEFAZ.

Assim sendo, acompanha esta carta de solicitação de cadastramento a documentação abaixo listada, exigidapara a efetivação do registro:

a) Comprovante de inscrição e de situação cadastral emitido pela Receita Federal do Brasil;

b) Cópia legível do comprovante (por ex: extrato, cópia reprográfica de cartão bancário, etc.) dos seguintes dados bancários:

Banco : Banco do Brasil S/A:

Agência: 3382-0

Conta Corrente: 118.170-X

Razão Social : Módulo Consultoria e Gerência Predial Ltda.

CNPJ: 05.926.726/0001-73

Nome do Representante: Matheus Rangel de Sá

CPF: 054.681.827-77

Brasília - DF, 22 de março de 2023.

Módulo Eng. Cons. e Ger. Predial
Matheus Rangel de Sá
Diretor de Vendas Novos
Representante Legal

Módulo Consultoria e Gerência Predial Ltda.
CNPJ N.º 05.926.726/0001-73
Matheus Rangel de Sá
RG n.º 5736165 – SSP/GO
Representante Legal

SAAN Quadra 2 Nº 980
Brasília/DF - Brasil
CEP : 70.632-200
+ 55 (61) 3363-4200
www.orona.com.br
www.orona-group.com

BB Cash - Conta corrente - Consulta autorizaveis - Extrato de conta corrente

G338211016550238007
21/03/2023 10:18:21

Cliente - Conta atual

Agência	3382-0
Conta corrente	118170-X MODULO ENGENHARIA CONSULT
Período do extrato	mês atual a partir do dia 20

Requerimento Cadastro SEFAZ/AM - MODULO_ORONA (1015178) SEI 2022.017753 / pg. 751

DECLARAÇÕES

UASG 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Pregão Nº 40142023 **- (Decreto Nº 10.024/2019)**

CNPJ/CPF	Razão Social/Nome	Porte da Empresa
08.840.458/0001-60	MANAUS MANUNTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS LTDA	ME/EPP

Data Declarações: 20/03/2023 10:16 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

05.926.726/0001-73	MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA	Demais (Diferente de ME/EPP)

Data Declarações: 21/03/2023 17:15 **Declaração MEE/EPP:** NÃO **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

22.787.852/0001-03	ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA	ME/EPP

Data Declarações: 21/03/2023 17:33 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

07.884.579/0001-41	MDA MANUTENCAO DE ELEVADORES LTDA	ME/EPP

Data Declarações: 21/03/2023 22:57 **Declaração MEE/EPP:** NÃO **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

10.602.740/0001-51	ELEVADORES BRASIL LTDA	ME/EPP

Data Declarações: 22/03/2023 08:50 **Declaração MEE/EPP:** SIM **Declaração de Ciência Edital:** SIM
Declaração Fato Superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração Independente de Proposta:** SIM
Declaração de Acessibilidade: SIM **Declaração de Cota de Aprendizagem:** SIM
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM

Imprimir o Relatório

Fechar

Relatório de Declarações - Propostas COMPRASNET (1018538) SEI 2022.017753 / pg. 752

Pregão/Concorrência Eletrônica

925849.40142023 .29570 .4475 .2947375000

Procuradoria Geral de Justiça

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 04014/2023

Às 10:00 horas do dia 22 de março de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal ATO PGJ 161/2022 de 12/07/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo Nº 2022.017753, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 04014/2023. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1
Descrição: Instalação / Manutenção - Elevadores, Escadas Rolantes, Mon-ta - Cargas / Plataforma / Escadas
Descrição Complementar: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.
Tratamento Diferenciado: -
Quantidade: 10
Valor Estimado: R$ 132.257,6400
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Intervalo mínimo entre lances: R$ 5,00
Unidade de fornecimento: UNIDADE
Situação: Aceito e Habilitado com intenção de recurso
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Aceito para: MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**, pelo melhor lance de** R$ 129.400,0000 .

Histórico

Item: 1 - Instalação / Manutenção - Elevadores, Escadas Rolantes, Mon-ta - Cargas / Plataforma / Escadas

Propostas Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
22.787.852/0001-03	ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA	Sim	Sim	10	R$ 7.962,0000	R$ 79.620,0000	21/03/2023 17:33:54
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses. **Porte da empresa:** ME/EPP						
10.602.740/0001-51	ELEVADORES BRASIL LTDA	Sim	Sim	10	R$ 13.920,0000	R$ 139.200,0000	22/03/2023 08:50:44
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA , com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticais dos prédios da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses **Porte da empresa:** ME/EPP						
08.840.458/0001-60	MANAUS MANUNTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS LTDA	Sim	Sim	10	R$ 25.000,0000	R$ 250.000,0000	20/03/2023 10:16:14
	Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticais dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses. **Porte da empresa:** ME/EPP						
05.926.726/0001-73	MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA	Não	Não	10	R$ 29.376,0000	R$ 293.760,0000	21/03/2023 17:15:58

Ata de Realização do Pregão Eletrônico Nº 4014/2023 (1018541) SEI 2022.017753 / pg. 753

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.
Porte da empresa: Demais (Diferente de ME/EPP)

07.884.579/0001-41	MDA MANUTENCAO DE ELEVADORES LTDA	Sim	Não	10	R$ 32.040,0000	R$ 320.400,0000	21/03/2023 22:57:08

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses. Os preços para as unidades do interior do Amazonas estão acrescidos de uma tarifa aérea uma vez ao mês, motivo não há pessoal técnico no interior.
Porte da empresa: ME/EPP

Lances (Obs: lances com * na frente indicam que foram excluídos)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R$ 320.400,0000	07.884.579/0001-41	22/03/2023 10:00:05:713
R$ 293.760,0000	05.926.726/0001-73	22/03/2023 10:00:05:713
R$ 250.000,0000	08.840.458/0001-60	22/03/2023 10:00:05:713
R$ 139.200,0000	10.602.740/0001-51	22/03/2023 10:00:05:713
R$ 79.620,0000	22.787.852/0001-03	22/03/2023 10:00:05:713
R$ 275.000,0000	05.926.726/0001-73	22/03/2023 10:15:35:667
R$ 230.000,0000	08.840.458/0001-60	22/03/2023 10:16:33:487
R$ 200.000,0000	08.840.458/0001-60	22/03/2023 10:16:50:053
R$ 250.000,0000	05.926.726/0001-73	22/03/2023 10:17:25:110
R$ 235.000,0000	05.926.726/0001-73	22/03/2023 10:18:45:927
R$ 230.000,0000	05.926.726/0001-73	22/03/2023 10:19:14:060
R$ 210.000,0000	05.926.726/0001-73	22/03/2023 10:19:37:273
R$ 190.000,0000	08.840.458/0001-60	22/03/2023 10:19:44:617
R$ 139.100,0000	10.602.740/0001-51	22/03/2023 10:20:20:130
R$ 160.000,0000	07.884.579/0001-41	22/03/2023 10:22:27:483
R$ 139.050,0000	08.840.458/0001-60	22/03/2023 10:22:29:000
R$ 200.000,0000	05.926.726/0001-73	22/03/2023 10:24:18:690
R$ 135.000,0000	07.884.579/0001-41	22/03/2023 10:28:18:137
R$ 190.000,0000	05.926.726/0001-73	22/03/2023 10:29:41:187
R$ 150.000,0000	05.926.726/0001-73	22/03/2023 10:30:04:933
R$ 139.000,0000	05.926.726/0001-73	22/03/2023 10:32:26:107
R$ 138.990,0000	08.840.458/0001-60	22/03/2023 10:33:06:610
R$ 138.980,0000	05.926.726/0001-73	22/03/2023 10:34:07:417
R$ 129.400,0000	05.926.726/0001-73	22/03/2023 10:36:36:130

Não existem lances de desempate ME/EPP para o item

Eventos do Item

Evento	Data	Observações
Encerramento análise de propostas	22/03/2023 10:02:01	Item com análise de propostas finalizada.
Abertura	22/03/2023 10:15:06	Item aberto para lances.
Encerramento etapa aberta	22/03/2023 10:36:15	Item com etapa aberta encerrada.
Início 1a etapa fechada	22/03/2023 10:36:15	Convocados os fornecedores para a 1º etapa fechada que apresentaram lance entre R$ 79.620,0000 e R$ 138.990,0000.
Encerramento	22/03/2023 10:41:16	Item encerrado para lances.
Encerramento etapa fechada	22/03/2023 10:41:16	Item com etapa fechada encerrada.
Abertura do prazo - Convocação anexo	22/03/2023 11:24:44	Convocado para envio de anexo o fornecedor ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA, CNPJ/CPF: 22.787.852/0001-03.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	22/03/2023 11:59:04	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA, CNPJ/CPF: 22.787.852/0001-03.
Recusa de proposta	24/03/2023 10:13:01	Recusa da proposta. Fornecedor: ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA, CNPJ/CPF: 22.787.852/0001-03, pelo melhor lance de R$ 79.620,0000. Motivo: A empresa possui ocorrência registrada no SICAF de Suspensão Temporária (Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III) com prazo final em 19/05/2023, não podendo participar do certame ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários, conforme item 5.6.6 do Edital.

Ata de Realização do Pregão Eletrônico Nº 4014/2023 (1018541) SEI 2022.017753 / pg. 754

Abertura do prazo - Convocação anexo	24/03/2023 10:25:44	Convocado para envio de anexo o fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ/CPF: 05.926.726/0001-73.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	24/03/2023 11:09:07	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ/CPF: 05.926.726/0001-73.
Aceite de proposta	31/03/2023 10:12:16	Aceite individual da proposta. Fornecedor: MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ/CPF: 05.926.726/0001-73, pelo melhor lance de R$ 129.400,0000. Motivo: Proposta aprovada pelo setor técnico - DEAC
Habilitação de fornecedor	31/03/2023 15:01:12	Habilitação individual da proposta. Fornecedor: MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ/CPF: 05.926.726/0001-73, pelo melhor lance de R$ 129.400,0000.
Registro de intenção de recurso	31/03/2023 15:10:43	Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: MDA MANUTENCAO DE ELEVADORES LTDA CNPJ/CPF: 07884579000141. Motivo: Solicitamos a inabilitação da MODULO, pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, conforme os itens: 12.11.2.; 12.11.4.; 12.14. A empresa apresentou Certidão de Regularidade
Registro de intenção de recurso	31/03/2023 15:20:58	Registro de Intenção de Recurso. Fornecedor: ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA CNPJ/CPF: 22787852000103. Motivo: Manifestamos a intenção de recurso sobre a decisão de desclassificação da nossa empresa, salientamos que esse punição registrado no SICAF se restringe exclusivamente ao o
Aceite de intenção de recurso	03/04/2023 12:33:37	Intenção de recurso aceita. Fornecedor: MDA MANUTENCAO DE ELEVADORES LTDA, CNPJ/CPF: 07884579000141. Motivo: Nos termos do item 13 do instrumento convocatório, esta Pregoeira decide aceitar a intenção de recurso.
Aceite de intenção de recurso	03/04/2023 12:33:44	Intenção de recurso aceita. Fornecedor: ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA, CNPJ/CPF: 22787852000103. Motivo: Nos termos do item 13 do instrumento convocatório, esta Pregoeira decide aceitar a intenção de recurso.

Intenções de Recurso para o Item

CNPJ/CPF	Data/Hora do Recurso	Data/Hora Admissibilidade	Situação
22.787.852/0001-03	31/03/2023 15:20	03/04/2023 12:33	Aceito

Motivo Intenção: Manifestamos a intenção de recurso sobre a decisão de desclassificação da nossa empresa, salientamos que esse punição registrado no SICAF se restringe exclusivamente ao orgão:153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB Diante do exposto, solicitamos a que o pregoeiro acate a nossa solicitação.

Motivo Aceite ou Recusa: Nos termos do item 13 do instrumento convocatório, esta Pregoeira decide aceitar a intenção de recurso.

CNPJ/CPF	Data/Hora do Recurso	Data/Hora Admissibilidade	Situação
07.884.579/0001-41	31/03/2023 15:10	03/04/2023 12:33	Aceito

Motivo Intenção: Solicitamos a inabilitação da MODULO, pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, conforme os itens: 12.11.2.; 12.11.4.; 12.14. A empresa apresentou Certidão de Regularidade de FGTS com validade vencida, 19/03/2023, e com certificado de SICAF apresentando a mesma data vencida, deste modo solicitamos que a habilitação jurídica seja considerada natimorta e que seja avançado a fase de convocação para novas empresas. O avanço do certame não ensejará custos maiores ao erário.

Motivo Aceite ou Recusa: Nos termos do item 13 do instrumento convocatório, esta Pregoeira decide aceitar a intenção de recurso.

Troca de Mensagens

	Data	Mensagem
Sistema	22/03/2023 10:00:06	A sessão pública está aberta. Nesta compra haverá um período para a realização da análise de propostas e após este período os itens serão disponibilizados para o início dos lances. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 18:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 5 minutos. Mantenham-se conectados.
Pregoeiro	22/03/2023 10:02:47	Bom dia, Senhores licitantes. Estamos iniciando a sessão pública do pregão eletrônico n.º 4014/2023, promovido pelo Ministério Público do Estado do Amazonas/Procuradoria-Geral de Justiça do Amazonas. Antes de iniciar a fase competitiva, peço a atenção de todos para alguns breves avisos a respeito da presente licitação.
Pregoeiro	22/03/2023 10:03:40	Sejam bem-vindos à sessão pública do pregão eletrônico n.º 4014/2023, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da PGJ-AM.
Pregoeiro	22/03/2023 10:04:26	A licitação será pelo MENOR PREÇO GLOBAL.
Pregoeiro	22/03/2023 10:04:35	É importante deixar claro que são de responsabilidade do licitante todas as transações efetuadas em seu nome, especialmente o cadastramento de proposta e o oferecimento de lances, ainda que o acesso ao sistema seja realizado por terceiros.
Pregoeiro	22/03/2023 10:04:45	Na presente licitação será adotado o modo de disputa ABERTO e FECHADO, previsto no art. 33 e parágrafos do decreto n.º 10.024/2019.
Pregoeiro	22/03/2023 10:04:55	O envio de lances, sejam eles intermediários ou destinados a cobrir a melhor oferta, devem respeitar o intervalo mínimo de R$ 5,00 (cinco reais), de modo que as ofertas em desacordo com este critério não serão processadas pelo sistema.

Ata de Realização do Pregão Eletrônico Nº 4014/2023 (1018541) SEI 2022.017753 / pg. 755

Pregoeiro	22/03/2023 10:05:03	Conforme disposição contida no art. 26, §2º, do Decreto n.º 10.024/2019, o licitante poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do Sistema de Cadastramento de Fornecedores – Sicaf, cabendo ao interessado em participar do pregão o envio, juntamente com a proposta, dos documentos de habilitação não disponíveis no mencionado cadastro.
Pregoeiro	22/03/2023 10:05:11	Após a etapa de lances, o pregoeiro poderá realizar diligência, com fundamento no art. 43, §3º, da Lei n.º 8.666/93, destinada a esclarecer ou complementar informações sobre a proposta ajustada ao lance vencedor e/ou documentos de habilitação.
Pregoeiro	22/03/2023 10:05:19	Nos termos do art. 49, inciso V, do Decreto Federal n.º 10.024/19, o fornecedor que não mantiver sua proposta ficará impedido de licitar e contratar com o Estado do Amazonas pelo prazo de até 5 (cinco) anos, razão pela qual os licitantes devem formular seus lances com prudência e responsabilidade.
Pregoeiro	22/03/2023 10:05:26	A exclusão de lance pelo pregoeiro durante a fase competitiva é medida excepcional e somente será promovida quando houver fortes indícios de inexequibilidade do preço.
Pregoeiro	22/03/2023 10:05:33	As eventuais suspensões da sessão pública serão comunicadas pelo pregoeiro no sistema (chat), com indicação da data e horário para a sua retomada, assegurando a todos condições de acompanhar os atos praticados durante a licitação.
Pregoeiro	22/03/2023 10:06:01	Prezados, compatibilizados as especificações e os valores iniciais, informo que em breve passaremos à fase de disputa.
Pregoeiro	22/03/2023 10:07:08	Alerto para os cuidados necessários quanto à exequibilidade de suas propostas. Além disso, observem a logística para execução dos serviços, que deverão ser executados nos equipamentos instalados nos prédios situados nas cidades de MANAUS, HUMAITÁ e TEFÉ, no Estado do Amazonas.
Pregoeiro	22/03/2023 10:07:19	Quanto aos lances, relembro que os mesmos podem ser inferiores ao próprio lance, no intuito de permanecer em melhor posição na ordem de classificação
Sistema	22/03/2023 10:10:07	Etapa de análise de propostas encerrada. A abertura de itens para disputa será iniciada. Mantenham-se conectados.
Sistema	22/03/2023 10:10:07	A abertura do item 1 para lances está agendada para daqui a 5 minutos. Mantenham-se conectados.
Pregoeiro	22/03/2023 10:11:58	ATENÇÃO: os serviços serão executados nos equipamentos instalados nos prédios situados nas cidades de MANAUS, AUTAZES, HUMAITÁ e TEFÉ, no Estado do Amazonas.
Pregoeiro	22/03/2023 10:14:41	Vamos dar início aos lances!
Sistema	22/03/2023 10:15:06	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Pregoeiro	22/03/2023 10:18:42	Na tabela do item 2 (DO OBJETO) do Edital, os senhores podem verificar os locais da prestação dos serviços.
Pregoeiro	22/03/2023 10:19:00	7 em Manaus
Pregoeiro	22/03/2023 10:19:38	1 em Humaitá. 1 em Autazes. 1 em Tefé
Pregoeiro	22/03/2023 10:22:29	Atenção: 8.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital
Sistema	22/03/2023 10:36:15	A etapa fechada foi iniciada para o item 1. Fornecedor que apresentou lance entre R$ 79.620,0000 e R$ 138.990,0000 poderá enviar um lance único e fechado até às 10:41:15 do dia 22/03/2023.
Sistema	22/03/2023 10:41:16	A etapa fechada do item 1 foi encerrada. Os seguintes lances foram registrados pelos fornecedores convocados: R$ 129.400,0000.
Sistema	22/03/2023 10:41:16	O item 1 está encerrado.
Sistema	22/03/2023 10:45:07	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Acompanhe essa etapa na funcionalidade "Acompanhar Julgamento / Habilitação / Admissibilidade".
Pregoeiro	22/03/2023 10:55:29	Prezados, considerando o encerramento da fase de lances, passemos à fase de julgamento das propostas.
Pregoeiro	22/03/2023 11:00:38	Para ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA - Senhor licitante, não localizei a Declaração de Dispensa de Vistoria mencionada no item 6.9.6 do Edital.
22.787.852/0001-03	22/03/2023 11:06:20	Bom dia!
22.787.852/0001-03	22/03/2023 11:07:51	Arquivo DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA.pdf, esta no anexo!
Pregoeiro	22/03/2023 11:10:26	Para ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA - o senhor apresentou declaração referente a outro certame.
Pregoeiro	22/03/2023 11:12:26	Para ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA - Gostaria que o senhor apontasse onde foi feita a declaração exigida no item 3.5 do Termo de Referência nº 2.2023.DEAC.0995724.2022.017753:
Pregoeiro	22/03/2023 11:12:32	Para ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA - 3.5. Declaração da LICITANTE de que, caso seja declarada vencedora da Licitação, manterá, em MANAUS -AM, sede, filial ou representação dotada de infraestrutura técnica adequada, com os recursos humanos qualificados, necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, comprovando posteriormente, caso vencedora, esta condição.

Ata de Realização do Pregão Eletrônico Nº 4014/2023 (1018541) SEI 2022.017753 / pg. 756

Pregoeiro	22/03/2023 11:17:50	Para ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA - Além disso, conforme item 10.2, letra "g", do Edital: Garantia dos serviços executados: deverá dar garantia com MANUTENÇÃO PREVENTIVA e CORRETIVA total pelos serviços executados, bem como peças, componentes ou acessórios substituídos/aplicados, por um prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados do término da execução dos serviços.
Pregoeiro	22/03/2023 11:20:23	Para ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA - Senhor, solicito que verifique as exigências do Edital, em especial do item 10, para adequação da sua proposta.
Pregoeiro	22/03/2023 11:22:16	Para ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA - Devendo, ainda, fazer expressamente as declarações dos itens 3.3; 3.4; 3.5 do Termo de Referência nº 2.2023.DEAC.0995724.2022.017753
Pregoeiro	22/03/2023 11:24:29	Para ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA - Assim, solicito o envio, no prazo de 02 (duas) horas, da proposta de preços com as adequações necessárias, acompanhada de todas as Declarações Complementares, em arquivo único ou pasta compactada, por meio da opção enviar anexo do sistema.
Sistema	22/03/2023 11:24:44	Senhor fornecedor ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA, CNPJ/CPF: 22.787.852/0001-03, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	22/03/2023 11:27:12	Para ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA - Caso não seja possível o envio pelo sistema, a empresa, sob sua conta e risco, poderá enviar a proposta, excepcionalmente, para a caixa postal eletrônica institucional licitacao@mpam.mp.br.
Pregoeiro	22/03/2023 11:27:28	Para ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA - Favor confirmar o recebimento pelos telefones constantes do Edital e, desde que dentro do prazo, sem prejuízo de posterior encaminhamento por meio do sistema, garantindo-se, assim, amplo acesso aos arquivos apresentados
Pregoeiro	22/03/2023 11:42:09	Para ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA - O não atendimento desta convocação poderá acarretar a desclassificação da proposta, nos termos do item 11.2 do Edital.
22.787.852/0001-03	22/03/2023 11:50:30	Estamos preparando a documentação
Pregoeiro	22/03/2023 11:57:42	Para ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA - Estamos aguardando.
Pregoeiro	22/03/2023 11:58:33	Para ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA - Lembrando que o prazo de 2 (duas) horas teve início às 11:24:44
Sistema	22/03/2023 11:59:04	Senhor Pregoeiro, o fornecedor ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA, CNPJ/CPF: 22.787.852/0001-03, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	22/03/2023 12:16:00	Senhores licitantes, informo que será necessário realizar uma análise mais acurada da proposta enviada pela empresa ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA, o que será feito pela DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC, nos termos do subitem 11.1.2. do instrumento convocatório.
Pregoeiro	22/03/2023 12:16:15	Logo, decido pela suspensão da presente sessão. A reabertura será comunicada com a antecedência necessária para fins de divulgação do resultado do julgamento da proposta.
Pregoeiro	22/03/2023 12:16:31	Agradeço a atenção dispensada. Boa tarde!
Pregoeiro	22/03/2023 15:07:34	Senhores licitantes, informo que procederemos à REABERTURA da sessão do Pregão Eletrônico nº 4014/2023 no dia 24/03/23 (6ª-feira), às 10:00h (horário de Brasília), para fins de divulgação do resultado do julgamento da proposta apresentada pela empresa ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA., CNPJ Nº 22.787.852/0001-03.
Pregoeiro	22/03/2023 15:07:49	Na ocasião, se for o caso, divulgado o resultado de julgamento, poderá ocorrer a convocação de empresas remanescentes. Não deixem de acompanhar a sessão. Até lá!
Pregoeiro	24/03/2023 09:46:56	Bom dia, Senhores Licitantes! Dentro de instantes reabriremos a sessão do Pregão Eletrônico nº 4014/2023.
Pregoeiro	24/03/2023 10:02:58	Senhores, vamos dar continuidade ao certame!
Pregoeiro	24/03/2023 10:03:26	Então, como providência anterior, havíamos suspendido a sessão em razão da necessidade de análise técnica da proposta enviada pela empresa ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA.
Pregoeiro	24/03/2023 10:04:13	Todavia, tal exame restou prejudicado, uma vez que, em análise preliminar, nos termos do item 5.6.6 do Edital, que transcrevo a seguir, a empresa ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA. possui uma ocorrência registrada no SICAF de Suspensão Temporária (Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III), com prazo final em 19/05/2023.
Pregoeiro	24/03/2023 10:05:00	5.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários: 5.6.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, [...]
Pregoeiro	24/03/2023 10:07:40	Pelo exposto, esta Pregoeira decide RECUSAR a proposta apresentada pela empresa ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA., CNPJ Nº 22.787.852/0001-03.
Pregoeiro	24/03/2023 10:09:21	O Relatório gerado pelo Sistema SICAF está disponível na página de acompanhamento do Pregão pelo link: https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/15866-pregao-eletronico-n-4014-2023-cpl-mp-pgj-srp
Pregoeiro	24/03/2023 10:13:50	Desta feita, com base no item 11.7 do Edital, iremos examinar as ofertas subsequentes, na ordem de classificação.

Ata de Realização do Pregão Eletrônico Nº 4014/2023 (1018541) SEI 2022.017753 / pg. 757

Pregoeiro	24/03/2023 10:14:28	Para MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA - Bom dia! O senhor está logado?
05.926.726/0001-73	24/03/2023 10:15:22	Bom dia!!! Sim estamos à disposição!
Pregoeiro	24/03/2023 10:15:29	Para MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA - Em razão do disposto no art. 38 do Decreto Federal n.º 10.024/2019 e também na condição 9.30 c/c 10.1 do edital, solicito que verifique a possibilidade de melhorar o valor da sua proposta.
Pregoeiro	24/03/2023 10:16:16	Para MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA - Observando as exigências do Edital, em especial as do item 10.
Pregoeiro	24/03/2023 10:17:39	Para MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA - O senhor verificou que os serviços serão prestados em 4 (quatro) Municípios diferentes (MANAUS, AUTAZES, HUMAITÁ e TEFÉ, no Estado do Amazonas)?
05.926.726/0001-73	24/03/2023 10:19:37	Prezado Sr. Pregoeiro, devido a magnitude dos serviços objeto da contratação, com demasiados custos na operação, não obtivemos autorização da nossa diretoria para reduzir o valor proposto.
05.926.726/0001-73	24/03/2023 10:21:01	Acerca das questões logísticas, temos ciência das unidades localizadas nos quatro Municípios citados e por conta disso, não teremos como reduzir o valor da nossa proposta.
Pregoeiro	24/03/2023 10:21:34	Para MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA - Entendo. Neste caso, irei convocá-lo para que apresente proposta ajustada ao seu último lance.
05.926.726/0001-73	24/03/2023 10:22:26	Obrigada. Estaremos adequando nossa proposta ao último lance.
Pregoeiro	24/03/2023 10:22:48	Para MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA - o Senhor terá 02 (duas) horas para encaminhar a proposta de preços com as adequações necessárias, acompanhada de todas as Declarações Complementares, em arquivo único ou pasta compactada, por meio da opção enviar anexo do sistema.
Pregoeiro	24/03/2023 10:24:01	Para MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA - Observe que as declarações dos itens 3.3; 3.4; 3.5 do Termo de Referência nº 2.2023.DEAC.0995724.2022.017753 devem ser expressas!
05.926.726/0001-73	24/03/2023 10:24:11	Obrigada. Iremos providenciar o envio, conforme prazo estipulado.
Pregoeiro	24/03/2023 10:24:29	Para MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA - Caso não seja possível o envio pelo sistema, a empresa, sob sua conta e risco, poderá enviar a proposta, excepcionalmente, para a caixa postal eletrônica institucional licitacao@mpam.mp.br.
Pregoeiro	24/03/2023 10:25:22	Para MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA - Neste caso, deve confirmar o recebimento pelos telefones constantes do Edital e, desde que dentro do prazo, sem prejuízo de posterior encaminhamento por meio do sistema, garantindo-se, assim, amplo acesso aos arquivos apresentados.
Sistema	24/03/2023 10:25:44	Senhor fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ/CPF: 05.926.726/0001-73, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	24/03/2023 11:09:07	Senhor Pregoeiro, o fornecedor MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ/CPF: 05.926.726/0001-73, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	24/03/2023 11:38:41	Senhores licitantes, informo que será necessário realizar a análise técnica da proposta enviada pela empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, nos termos do subitem 11.1.2. do instrumento convocatório.
Pregoeiro	24/03/2023 11:38:53	Logo, decido pela suspensão da presente sessão. A reabertura será comunicada com a antecedência necessária para fins de divulgação do resultado do julgamento da proposta.
Pregoeiro	30/03/2023 12:42:54	Senhores licitantes, conforme informado no Quadro de Avisos do Sistema, procederemos com a reabertura da sessão no dia 31/03/23 (6ª-feira), às 10:00h (horário de Brasília), para fins de divulgação do resultado do julgamento da proposta.
Pregoeiro	30/03/2023 12:43:31	Na oportunidade, destaco que a Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo – DEAC examinou as propostas das empresas ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA., CNPJ Nº 22.787.852/0001-03 e MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES), CNPJ Nº 05.926.726/0001-73. A íntegra da análise técnica está disponível em:
Pregoeiro	30/03/2023 12:43:44	https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/15866-pregao-eletronico-n-4014-2023-cpl-mp-pgj-srp
Pregoeiro	31/03/2023 09:43:48	Senhores licitantes, Bom dia! Dentro de instantes reabriremos a sessão do Pregão Eletrônico 4014/2023.
Pregoeiro	31/03/2023 10:05:20	Bom dia, Senhores! Como informado vamos dar continuidade ao certame. Como providência anterior, havíamos suspendido a sessão para que a proposta apresentada pela empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES), CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, passasse pelo crivo da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC.
Pregoeiro	31/03/2023 10:05:41	Por sua vez, recebemos em resposta, por intermédio do MEMORANDO Nº 106.2023.DEAC.1012652.2022.017753, a seguinte manifestação:
Pregoeiro	31/03/2023 10:10:01	Com base na análise demostrada no quadro acima a proposta Empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES), CNPJ Nº 05.926.726/0001-73 (docs. N.º 1009976) referente ao Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ (...), este técnico declara que a proposta está apta para dar prosseguimento ao certame.
Pregoeiro	31/03/2023 10:10:16	O referido documento encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Instituição, acessível pelo endereço: https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/15866-pregao-eletronico-n-4014-2023-cpl-mp-pgj-srp

Pregoeiro	31/03/2023 10:11:15	Portanto, considerando o cumprimento das exigências editalícias, com base no Parecer do Setor Técnico (DEAC), esta Pregoeira decide ACEITAR a proposta da Empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, CNPJ Nº 05.926.726/0001-73.
Pregoeiro	31/03/2023 10:12:53	Assim, passaremos ao exame dos documentos de habilitação da empresa.
Pregoeiro	31/03/2023 10:21:20	Para MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA - Bom dia, senhor licitante.
05.926.726/0001-73	31/03/2023 10:22:17	Bom dia!!!
Pregoeiro	31/03/2023 10:22:36	Para MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA - Não localizamos as Certidões Negativas de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), expedida pela Central de Certidões do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante.
05.926.726/0001-73	31/03/2023 10:23:55	Está no arquivo de certidões compiladas.
05.926.726/0001-73	31/03/2023 10:25:32	Caso queira, formalizo novamente.
Pregoeiro	31/03/2023 10:31:30	Para MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA - Agradeço pela informação. Foi localizada.
05.926.726/0001-73	31/03/2023 10:33:52	Ficamos à disposição.
Pregoeiro	31/03/2023 12:03:30	Senhores, estamos aguardando a manifestação da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC sobre os documentos relativos à qualificação técnica da empresa. Desta forma, vamos dar um intervalo. Retornamos às 14h (horário de Brasília).
Pregoeiro	31/03/2023 14:18:19	Senhores, a DEAC finalizou a análise dos documentos da licitante MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, consoante item 3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO, do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2023.DEAC.0995724.2022.017753.
Pregoeiro	31/03/2023 14:19:41	Por meio Memorando Nº 108.2023.DEAC.1014754.2022.017753, a Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC informa que a empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES), CNPJ Nº 05.926.726/0001-73 cumpre os requisitos, consoante item 3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO, do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2023.DEAC.
Pregoeiro	31/03/2023 14:21:32	Assim, a empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES), CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, comprovou atender às exigências editalícias.
Pregoeiro	31/03/2023 14:21:59	Nessa etapa, verificou-se a autenticidade das certidões negativas de débitos (ou positivas com efeitos de negativa) mediante SICAF, bem como da ausência de distribuição de feitos de falência ou recuperação judicial, junto à Justiça Estadual de domicílio da licitante melhor classificada.
Pregoeiro	31/03/2023 14:22:06	Da mesma sorte procedeu-se com os demais documentos de habilitação da interessada que permitiam a convalidação eletrônica.
Pregoeiro	31/03/2023 14:33:28	Na ocasião, permitam-me registrar que dispensarei a apresentação dos documentos originais e/ou cópias autenticadas, sobretudo, tendo em vista a possibilidade de convalidação do Contrato Social e Balanço no sítio da JUNTA COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DO DISTRITO FEDERAL; dos Atestados via Sistemas respectivos; da Inscrições Estadual e CND Estadual
Pregoeiro	31/03/2023 14:34:22	Reforço que houve a verificação das condições da licitante quanto à ausência de sanções pela Administração Pública, no SICAF do Comprasnet, bem como na Relação de Empresas com Sanção Administrativa em Vigor, do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS – TCE, na Relação de Licitantes Inidôneos do TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU.
Pregoeiro	31/03/2023 14:34:34	Igualmente, na Lista de Empresas Suspensas/Impedidas da COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS – CGL, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU, no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) do CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ.
Pregoeiro	31/03/2023 14:34:46	Ademais, diligenciou-se à Relação de pessoas jurídicas impedidas de contratar com a Administração Pública da SEFAZ-AM, NÃO sendo constatados registros que indicassem restrições à contratação.
Pregoeiro	31/03/2023 14:35:29	Oportunamente, registre-se que com o objetivo de atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais, presentes nas Leis n.ºs 12.965/14 e 13.460/18; e no Decreto nº 8.638/2016, o Tribunal de Contas da União passou a disponibilizar ferramenta que permite a consulta consolidada de pessoas jurídicas.
Pregoeiro	31/03/2023 14:35:50	Logo, em relatório único tem-se as Licitantes Inidôneos do TCU, CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas ambos do Portal da Transparência.
Pregoeiro	31/03/2023 14:40:35	Estou providenciando a disponibilização da manifestação da DEAC na página eletrônica de acompanhamento deste Pregão, hospedada no sítio oficial deste Ministério Público do Estado do Amazonas, sobre a qualificação técnica da licitante MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES), CNPJ Nº 05.926.726/0001-73.
Pregoeiro	31/03/2023 14:51:01	Senhores, a íntegra do citado documento está disponível em: https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/15866-pregao-eletronico-n-4014-2023-cpl-mp-pgj-srp
Pregoeiro	31/03/2023 14:52:54	Concluída a análise dos documentos de habilitação conforme item 12 do instrumento convocatório e, estando todos conforme e de acordo com as previsões editalícias, esta

		Pregoeira decide HABILITAR a empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES), CNPJ Nº 05.926.726/0001-73.
Pregoeiro	31/03/2023 14:54:30	Portanto, promoverei a habilitação no sistema, momento no qual será aberto o prazo de 30 (trinta) minutos para registro de eventual intenção recursal.
Pregoeiro	31/03/2023 14:56:07	Na hipótese de alguma empresa manifestar interesse recursal, será realizado o exame de admissibilidade da intenção. Caso (o)a Pregoeiro(a) aceite a intenção, será aberto o prazo de 3 (três) dias corridos para apresentação das razões recursais no sistema, seguido de igual prazo para as contrarrazões.
Pregoeiro	31/03/2023 14:56:17	Se o(a) pregoeiro(a) julgar procedente o recurso, será realizado o retorno do pregão para a fase de julgamento, retificando-se os atos inquinados de irregularidades/ilegalidades, repetindo-se as fases subsequentes.
Pregoeiro	31/03/2023 14:56:42	Na oportunidade, solicito prudência e bom senso nos Senhores, caso queiram fazer uso desta prerrogativa dos recursos, a fim de evitarmos recursos meramente protelatórios.
Pregoeiro	31/03/2023 14:59:50	Desde já, gostaria de agradecer a todos pela participação neste pregão.
Sistema	31/03/2023 15:01:12	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de ´aceito e habilitado´ ou ´cancelado no julgamento´.
Pregoeiro	31/03/2023 15:01:40	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 31/03/2023 às 15:32:00.
Pregoeiro	31/03/2023 15:44:22	Para MDA MANUTENCAO DE ELEVADORES LTDA - Senhor licitante, verifico sua intenção recursal.
Pregoeiro	31/03/2023 15:44:59	Para MDA MANUTENCAO DE ELEVADORES LTDA - Quanto a afirmação de que a empresa apresentou Certidão de Regularidade de FGTS com validade vencida (19/03/2023), e com certificado de SICAF apresentando a mesma data vencida, esta Pregoeira destaca que fez consulta ao Sistema, no dia 24/03/2023, ocasião na qual verificou a validade de todas as certidões.
Pregoeiro	31/03/2023 15:46:03	Para MDA MANUTENCAO DE ELEVADORES LTDA - III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal - FGTS - Validade: 07/04/2023
Pregoeiro	31/03/2023 15:50:08	Para MDA MANUTENCAO DE ELEVADORES LTDA - Ademais, a providência adotada encontra respaldo no formalismo moderado, no art. 43, § 3.º da Lei n. º 8.666/93 e também no subitem 25.3. do Edital.
07.884.579/0001-41	31/03/2023 15:51:07	Boa tarde, Sr, Pregoeiro. O certame foi aberto dia 22/03, o edital vincula até a data de abertura
07.884.579/0001-41	31/03/2023 15:52:26	Solicito que acate o recurso
Pregoeiro	31/03/2023 16:00:11	Para MDA MANUTENCAO DE ELEVADORES LTDA - Data venia, ao realizar diligências, constatou-se a regularidade da empresa MODULO ENGENHARIA CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, nos seguintes termos: CRF Nº 202303090044099439 69, emitida em 09/03/2023, com validade 09/03/2023 a 07/04/2023; CRF Nº 202303280050235734 6736, emitida em 28/03/2023, com validade 28/03/2023 a 26/04/2023.
Pregoeiro	31/03/2023 16:04:13	Para MDA MANUTENCAO DE ELEVADORES LTDA - Assim, nos termos do item 12.2.3 do edital, a consulta feita aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões logrou êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019, não ensejando hipótese de inabilitação da empresa.
Pregoeiro	31/03/2023 16:06:51	Para MDA MANUTENCAO DE ELEVADORES LTDA - Colaciono o texto do Edital, ipsis litteris:
Pregoeiro	31/03/2023 16:07:18	Para MDA MANUTENCAO DE ELEVADORES LTDA - 12.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
Pregoeiro	31/03/2023 16:07:25	Para MDA MANUTENCAO DE ELEVADORES LTDA - 12.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.
07.884.579/0001-41	31/03/2023 16:08:08	A empresa solicita a manutenção do recurso apresentado em relação a certidão de FGTS vencidas. Acreditamos que o recurso é plausível e pedimos que seja avaliado pela autoridade superior.
Pregoeiro	31/03/2023 16:38:14	Para ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA - A punição registrada no SICAF que, por quaisquer motivos, declare a empresa inidônea ou suspensa por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, impede sua a participação na licitação (ou execução dos serviços e fornecimento de bens a eles necessários), conforme item 5.6 do Edital.
Pregoeiro	31/03/2023 16:40:25	Para ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA - Não houve qualquer impugnação ao texto, que rege o presente certame. Desta feita, a empresa apresenta um impedimento, já que não foi promovida sua reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93.
Pregoeiro	31/03/2023 16:46:44	Senhores licitantes, informo que farei o juízo de admissibilidade dos recursos no dia 03/04/2023, às 13:30h.
Pregoeiro	03/04/2023 12:30:13	Senhores, irei aceitar as intenções de recursos. Assim, será aberto o prazo de 3 (três) dias corridos para apresentação das razões recursais (no sistema), seguido de igual prazo para as contrarrazões.
Pregoeiro	03/04/2023 12:58:58	Prezados licitantes, como informado anteriormente, feito o juízo de admissibilidade, aceito as intenções de recursos registradas pelas empresas MDA MANUTENCAO DE ELEVADORES LTDA e ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA.

Pregoeiro	03/04/2023 12:59:06	Assim, a presente sessão será encerrada e serão abertos os prazos no sistema. Agradeço a participação de todos.

Eventos da Licitação

Evento	Data/Hora	Observações
Alteração equipe	10/03/2023 12:28:01	
Abertura da sessão pública	22/03/2023 10:00:06	Abertura da sessão pública
Encerramento da análise de propostas	22/03/2023 10:10:07	Etapa de análise de propostas encerrada.
Julgamento de propostas	22/03/2023 10:45:06	Início da etapa de julgamento de propostas
Abertura do prazo	31/03/2023 15:01:12	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	31/03/2023 15:01:40	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 31/03/2023 às 15:32:00.

Data limite para registro de recurso: 10/04/2023.
Data limite para registro de contrarrazão: 13/04/2023.
Data limite para registro de decisão: 20/04/2023.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45 , do Decreto Nº 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 13:02 horas do dia 03 de abril de 2023, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

SARAH MADALENA BARBOSA CORTES DE MELO
Pregoeiro Oficial

CLEITON DA SILVA ALVES
Equipe de Apoio

MAURICIO ARAUJO MEDEIROS
Equipe de Apoio

FELIPE BEIRAGRANDE DA COSTA
Equipe de Apoio

Imprimir o Relatório

Voltar

Ata de Realização do Pregão Eletrônico Nº 4014/2023 (1018541) SEI 2022.017753 / pg. 761

Resultado por Fornecedor

Procuradoria Geral de Justiça

Pregão Nº 04014/2023 - (Decreto Nº 10.024/2019)

RESULTADO POR FORNECEDOR

05.926.726/0001-73 - MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA

Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Global
1	Instalação / Manutenção - Elevadores, Escadas Rolantes, Mon-ta - Cargas / Plataforma / Escadas	UNIDADE	10	R$ 132.257,6400	R$ 12.940,0000	R$ 129.400,0000

Marca:
Fabricante:
Modelo / Versão:
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.

Total do Fornecedor: **R$ 129.400,0000**

Valor Global da Ata: **R$ 129.400,0000**

(*) É necessário detalhar o item para saber qual o critério de valor que é utilizado: Estimado ou Referência ou Máximo Aceitável.

Imprimir o Relatório

Voltar

Anexo Resultado por Fornecedor- PE Nº 4014/2023 (1018543) SEI 2022.017753 / pg. 762

Pregão/Concorrência Eletrônica

Visualização de Propostas

UASG: 925849 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Pregão nº: 40142023 - (Decreto Nº 10.024/2019)

Modo de Disputa: Aberto/Fechado

Menu Voltar

Fornecedor assinalado com (*) teve sua proposta desclassificada para o item.
Na coluna "Declaração", os fornecedores que estão assinalados com 'SIM', declaram que estão cientes e concordam com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

Item: 1 - Instalação / Manutenção - Elevadores, Escadas Rolantes, Mon-ta - Cargas / Plataforma / Escadas | **Qtde Solicitada:** 10 | **Qtde Aceita:** 10 | **Valor Estimado:** R$ 132.257,6400 | **Recurso:** Intenção

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Intervalo mínimo entre lances: R$ 5,00

Fornecedor	Qtde Ofertada	Proposta (R$)	Melhor Lance (R$)	Data Melhor Lance	Valor (R$) Negociado	Situação da Proposta	Anexo	Declaração
22.787.852/0001-03 - ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA	10	79.620,0000	79.620,0000	22/03/2023 10:00:05:353	-	Recusado	Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de...

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM
Situação Convocação Etapa Fechada: Convocado

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

Motivo da Recusa/Inabilitação: A empresa possui ocorrência registrada no SICAF de Suspensão Temporária (Lei nº 8666/93, art. 87, inc. III) com prazo final em 19/05/2023, não podendo participar do certame ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários, conforme item 5.6.6 do Edital.

Fornecedor	Qtde Ofertada	Proposta (R$)	Melhor Lance (R$)	Data Melhor Lance	Valor (R$) Negociado	Situação da Proposta	Anexo	Declaração
05.926.726/0001-73 - MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA	10	293.760,0000	129.400,0000	22/03/2023 10:36:36:130	-	Aceito e Habilitado	Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de...

Porte da Empresa: Demais (Diferente de ME/EPP) **Declaração ME/EPP:** NÃO
Situação Convocação Etapa Fechada: Convocado

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

Fornecedor	Qtde Ofertada	Proposta (R$)	Melhor Lance (R$)	Data Melhor Lance	Valor (R$) Negociado	Situação da Proposta	Anexo	Declaração
07.884.579/0001-41 - MDA MANUTENCAO DE ELEVADORES LTDA	10	320.400,0000	135.000,0000	22/03/2023 10:28:18:137	-		Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de...

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** NÃO
Situação Convocação Etapa Fechada: Convocado

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

08.840.458/0001-60 - MANAUS MANUNTENCAO E REPARACAO DE MAQUINAS LTDA	10	250.000,0000	138.990,0000	22/03/2023 10:33:06:610	-	Consultar SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de...

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM
Situação Convocação Etapa Fechada: Convocado

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

10.602.740/0001-51 - ELEVADORES BRASIL LTDA	10	139.200,0000	139.100,0000	22/03/2023 10:20:20:130	-	Consultar SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA , com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execuçã...

Porte da Empresa: ME/EPP **Declaração ME/EPP:** SIM
Situação Convocação Etapa Fechada: Não Convocado

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM

Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: SIM **Declaração de Acessibilidade:** SIM

Declaração de Cota de Aprendizagem: SIM

Para mais informações sobre o porte da empresa, clique **aqui**.

Menu Voltar

Imprimir o Relatório

Anexo Ordem de Classificação GERAL - PE Nº 4014/2023 (1018555) SEI 2022.017753 / pg. 764

Pregão/Concorrência Eletrônica

- **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

INTENÇÃO DE RECURSO:

Solicitamos a inabilitação da MODULO, pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, conforme os itens: 12.11.2.; 12.11.4.; 12.14. A empresa apresentou Certidão de Regularidade de FGTS com validade vencida, 19/03/2023, e com certificado de SICAF apresentando a mesma data vencida, deste modo solicitamos que a habilitação jurídica seja considerada natimorta e que seja avançado a fase de convocação para novas empresas. O avanço do certame não ensejará custos maiores ao erário.

Voltar Fechar

Anexo INTENÇÃO RECURSAL - MDA (1025117) SEI 2022.017753 / pg. 765

Pregão/Concorrência Eletrônica

- **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

INTENÇÃO DE RECURSO:

Manifestamos a intenção de recurso sobre a decisão de desclassificação da nossa empresa, salientamos que esse punição registrado no SICAF se restringe exclusivamente ao orgão:153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB Diante do exposto, solicitamos a que o pregoeiro acate a nossa solicitação.

Voltar Fechar

Anexo INTENÇÃO RECURSAL - ACESSE (1025121) SEI 2022.017753 / pg. 766

Pregão/Concorrência Eletrônica

Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

RECURSO :

A Recorrente apresentou intenção de interposição de recurso em razão da Certidão de FGTS apresentada pela MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, está sem vigência, eis que na data da sessão pública do dia 22 de março de 2023, a Certidão de Regularidade do FGTS, apresentada pela MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, estava vencida desde 19 de março de 2023, conforme Ata de realização do Pregão Eletrônico.
Destarte, estando a Certidão de FGTS vencida na data da sessão pública realizada no dia 22 de março de 2023, deve de pronto ser declarado a inabilitação da Licitante MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA.
Em atendimento ao PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, deve de pronto ser REVOGADA A DECISÃO DO PREGOEIRO que HABILITOU E DECLAROU VENCEDORA A LICITANTE MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, por inobservância do item 12.1, da Norma Editalícia, vejamos:
12.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos neste edital.
Ínclito Julgador, ressaltamos que não carece de muitos esforços para compreender a Norma Editalícia em apreço, estando taxativo o texto do item 12.1, eis que imprestável a Certidão de FGTS apresentada com prazo de vigência fora de validade.
Diante do exposto, tendo em vista que a Licitante MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, não atendeu às exigência do item 12.1, do Edital do Pregão Eletrônico 4014/2023-CPL/MP/PGJ, requer:
Sejam REVOGADOS os ATOS QUE HABILITARAM E DECLARARAM vencedora do Certame a Licitante MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, com sua consequente DESCLASSIFICAÇÃO, para ao final DECLARAR a RECORRENTE M.D.A. MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA EPP, VENCEDORA DO CERTAME.

Voltar Fechar

Anexo RECURSO - MDA (10025132) SEI 2022.017753 / pg. 767

Pregão/Concorrência Eletrônica

Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

ILULSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES CPL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS/AM

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4.014/2023

MÓDULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.926.726/0001-73, com sede no SAAN, Quadra 02, Lote 980, Parte B, Brasília/DF, CEP 70.632-200, por seu representante legal, vem, tempestivamente, apresentar CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO, interposto pela licitante M.D.A. MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA. EPP, contra a decisão proferida em 22 de março de 2023, que declarou a MODULO vencedora do certame, pelos motivos de fato e direito que adiante passa a expor:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Conforme previsão do item 13.2. do instrumento convocatório, o prazo para a apresentação de contrarrazões pelos licitantes é de 3 (três) dias a contar do término do prazo do recorrente.

Desse modo, dada a apresentação de recurso pela licitante M.D.A. MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA. EPP, o prazo da MODULO iniciou-se em 11.14.2023, findando-se em 13.04.2023, portanto, tempestiva a presente contrarrazões.

II – DOS FATOS

Por intermédio da Procuradoria Geral de Justiça, o Ministério Público do Estado do Amazonas promoveu licitação sob a modalidade de "Pregão Eletrônico", do tipo menor preço global para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores.

Tendo em vista sua capacidade técnica, a licitante tomou conhecimento do edital referente à Pregão Eletrônico em referência, que tem por objeto:

"a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses, conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e anexos."

Iniciada a sessão pública em 22/03/2023, objetivando a melhor contratação à Administração, houve a participação das empresas (i), MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA., (ii) ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA. (iii) ELEVADORES BRASIL LTDA., e (iv) MANAUS MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.,

Após a etapa de lances, e da inabilitação da empresa com o primeiro melhor preço (ACESSE), objeto de recurso próprio, igualmente contrarrazoado pela MODULO, a proposta apresentada pela MODULO foi a vencedora, no valor final de R$ 129.400,00 (cento e vinte e nove mil e quatrocentos reais), sagrando-se habilitada após a análise minuciosa por esta CPL.
Ocorre que, irresignada com o resultado do certame, e sem qualquer amparo fático ou legal para tanto, a empresa M.D.A. MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA. EPP, apresentou recurso pleiteando
inabilitação da MODULO, alegando que, na data de sessão pública ocorrida em 22/03/2023, a Certidão de Regularidade de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) apresentada não possuía validade, eis que estava vencida, o que, como se verá a seguir, é completamente indiferente, eis que a MODULO está devidamente habilitada no SICAF.

De rigor, pois, que se reconheça que não assiste à recorrente, conforme restará demonstrado a seguir.

III – DAS RAZÕES PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO DA LICITANTE. REGULARIDADE DO FGTS COMPROVADA PELO SICAF.

Como apontado em epítome acima, a recorrente sustenta a inabilitação da licitante sagrada vencedora, ora recorrida, por suposta irregularidade trabalhista, pela apresentação de certidão de FGTS vencida, o que configuraria ofensa ao item 12.1 do instrumento convocatório, abaixo citado:

12.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua

Anexo CONTRARRAZÕES - MODULO (1025134) SEI 2022.017753 / pg. 768

natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos neste edital.

Pois bem.

Da detida análise do instrumento convocatório deste Pregão Eletrônico instaurado pela Promotoria do Estados do Amazonas, verifica-se a adoção do Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, para fins de (i) credenciamento e (ii) habilitação, senão vejamos, respectivamente:

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018. (Grifos nossos)

12.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) SICAF; (Grifos nossos)

Em perfeito cumprimento ao instrumento convocatório, esta D. Comissão Permanente de Licitação, atestou a regularidade da licitante perante o SICAF, não havendo qualquer ressalva quanto a Certidão de Regularidade do FGTS no referido sistema, que se encontrava apta e vigente, sem qualquer anotação, na data de abertura do pregão, senão vejamos:

(Relatório SICAF emitido pela CPL e disponibilizado em https://www.mpam.mp.br/images/licitacoes/Pregao/SICAF_completo_0329a.pdf-)

É dizer, não havia qualquer irregularidade para fins de habilitação trabalhista da MODULO à data da ocorrência do certame, como quer levar crer a recorrente, eis que pese ter sido apresentada uma cópia de certidão vencida no dia 19/03/2023, esse documento que sequer era obrigatório de apresentação pelas licitantes e não seria verificado pela CPL, tendo em vista a adoção do SICAF de forma prioritária conforme item 12.1.1. "a" do edital.

Foi, então, verificada pela CPL a inexistência de vícios na documentação habilitatória da MODULO, sagrando-se, pois, a vencedora deste Pregão Eletrônico, não havendo que se falar em reforma de tal decisão.

É notório que a pretensão da recorrente, apoia-se em evidente excesso de formalismo, em detrimento ao interesse público, apenas porque a decisão lhe foi desfavorável, conduta temerária, e há muito superada nos certames públicos, guiados sob o crivo da vantajosidade das compras e serviços públicos.

Como é consabido, o formalismo exacerbado revela sempre excesso de zelo, onde está a faltar a razoabilidade e a proporcionalidade indispensáveis aos atos administrativos.

Sabe-se, que o princípio da razoabilidade há também que ser observado, em especial no Direito Administrativo, como de resto em todo o Direito. O renomado administrativista, Diogo de Figueiredo Moreira Neto, assim se manifesta sobre a razoabilidade nas decisões administrativas, com a profundidade que lhe é peculiar:

"A superação do formalismo axiológico e do mecanismo decisorial fica a dever a lógica do razoável, que pôs em evidência que o aplicador da Lei, seja o administrador, seja o juiz, não pode desligar-se olimpicamente do resultado de sua decisão e entender que cumpriu o seu dever com a simples aplicação silogística da lei aos fatos.
À luz da razoabilidade, o Direito, em sua aplicação administrativa ou jurisdicional contenciosa, não se exaure num ato puramente técnico, neutro e mecânico; não se esgota no racional nem prescinde de valorações e de estimativas: a aplicação da vontade da Lei se faz por atos humanos.".

Ainda sobre o tema, imperiosas as lições do mestre do Direito Público, Celso Ribeiro Bastos, o qual se pronuncia sobre a impossibilidade de uma solução rígida e eficaz, para adequadamente atender de modo perfeito à finalidade da lei, reforçando, sobremaneira, a sustentação desse princípio da razoabilidade:

"Trata-se de importante princípio que hoje se estende a outros ramos do direito, inclusive na feitura das leis. Consiste na exigência de que estes atos não sejam apenas praticados com o respeito aos ditames quanto a sua formação e execução, mas que também guardem no seu conteúdo uma decisão razoável entre as razões que o ditaram e os fins que se procura atingir. O direito, aliás, é um instrumento que requer fundamentalmente a razoabilidade. (....) Eis por que tem que haver, razoabilidade, adequação, proporcionalidade entre as causas que estão ditando o ato e as medidas que vão ser tomadas. (....) É um princípio a informar todos os atos de exercício da potestade administrativa".

Compreende-se, então que os fins da conduta administrativa têm que ser dotados de razoabilidade e justiça e não necessariamente de rigor formalista, do contrário, afasta-a da juridicidade obrigatória para a Administração Pública, no cumprimento às suas finalidades de interesse público.

Nessa toada, evidente que a habilitação da MODULO a partir do sistema SICAF é medida, razoável e adequada, em perfeita consonância ao que dispõe o instrumento convocatório, sendo indiferente a apresentação voluntária de outro documento para tal fim.

Por fim, cumpre mencionar o firme entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) no sentido de ser lícita a apresentação de documentação que ateste a habilitação preexistente da licitante sendo a inabilitação sem prévia

Anexo CONTRARRAZÕES - MODULO (1025134) SEI 2022.017753 / pg. 769

possibilidade de sanear os documentos, como busca a recorrente, senão vejamos:

"(...)17. Nessa assunção, em prestígio ao valor máximo licitatório e em paralelismo com o julgado por esta Corte mediante o Acórdão 1.211/2021-Plenário, a admissão da juntada de documentos, durante a classificação e habilitação dos certames licitatórios, que venham a atestar condição préexistente à abertura da sessão pública do certame é plenamente lícita, e não afronta os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes. Em verdade, o oposto – ou seja, a inabilitação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta – resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). Neste caso concreto, aliás, o custo dessa desconsideração supera R$ 1,7 milhão. 18. Repiso que a elevada diferença de preços entre a primeira e a segunda colocada, a repercutir em gastos extras dessa ordem de grandeza, amplifica as consequências tanto da mácula editalícia, quanto do rigorismo no seu julgamento. A inabilitação de concorrente a demonstrar (intempestivamente – mas justificadamente, nas contrarrazões do recurso) o alinhamento de seu produto aos critérios do chamamento concorrencial conforma um desproporcional formalismo, em contraponto a seu princípio fundamental de obtenção da maior vantagem. E o curtíssimo lapso temporal disponível a todos os concorrentes para viabilizar a documentação respectiva atestadora de qualidade do objeto, amplifica os efeitos da cláusula viciada." (Acórdão Plenário 966/2022 – Min Benjamin Zymler.– julgado em 04/05/2022)

Ementa: "Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro." (grifos acrescidos) (Acórdão Plenário 1.211/2021 – Min. Walton Alencar)

Diante do exposto, tendo em vista a perfeita regularidade da habilitação trabalhista da MODULO, devidamente apurada por esta D. Comissão Permanente de Licitação mediante consulta ao SICAF, conforme estipulou o próprio instrumento convocatório (item 12.1.1 "a"), o recurso da empresa M.D.A. MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA. EPP deve ser indeferido, por ausência de fundamentos que possam infirmar a decisão a qual declarou a MODULO vencedora, mantendo-se a decisão recorrida em seus próprios fundamentos.
IV- DOS PEDIDOS
Pelo exposto, requer a Recorrida o recebimento destas contrarrazões, no mérito, seja mantida inalterada a decisão no qual sagrou-se vencedora a licitante MÓDULO, dado que inexiste irregularidade na habilitação trabalhista da MODULO, na forma evidenciada pela recorrida, sendo medida que se impõe a adjudicação e homologação do certame, na forma do artigo 45 do Decreto 10.024 de 2019(1).

Termos em que,
Pede deferimento.

Rio Grande do Sul, 13 de abril de 2023

MÓDULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA.

(1) Art. 45. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do caput do art. 13.

Voltar Fechar

Anexo CONTRARRAZÕES - MÓDULO (1025134) SEI 2022.017753 / pg. 770

Pregão/Concorrência Eletrônica

- **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

RECURSO :

ILUSTRÍSSIMO (a) SENHOR (a) PREGOEIRO (a) DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA.

Ref.: Edital do Pregão Eletrônico n.º 4014/2023.

ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n.º 22.787.852/0001-03, já qualificada nos autos, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, vem apresentar, tempestivamente, suas RAZÕES DE RECURSO com fulcro no art. 44, § 1º do Decreto Federal n.º 10.024/2019, mediante o memorial de fato e direito a seguir aduzidos:

I - PRELIMINARMENTE
Da Tempestividade
De proêmio, verifica-se que esta peça recursal preenche os requisitos previstos pelo art. 44 do Decreto Federal n.º 10.024/2019 para sua admissibilidade (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), com vistas nos autos do processo e diante da manifestação formal empreendida pela empresa ACESSE Comércio na formalização de sua intenção.
Assim, portanto, à luz da norma legal, o instrumento recursal será consumado tempestivamente.

II - DOS FATOS
Prima facie, registra-se que a recorrente, como empresa especializada no ramo de fornecimento, manutenção e instalação de elevadores, detém total e irrestrita capacidade estrutural e tecnológica para executar objeto do Pregão Eletrônico n.º 4014/2023, promovido pela Procuradoria Geral de Justiça.
Ocorreu que, após se sagrar vencedora da disputa de lances por ter ofertado o menor preço, foi surpreendida na fase de aceitação da proposta pelo julgamento arbitrário e rigoroso do (a) i. pregoeiro (a), alegando que a recorrente está suspensa de licitar e contratar tão somente na Universidade da Paraíba, apensar de que, aqui, está participando de outra licitação, em outra unidade da Federação e com outra Administração, onde nunca recebeu a sanção de SUSPENSÃO temporária de licitar.
Como veremos a seguir, que o i. pregoeiro não considerou aplicabilidade majoritária do Tribunal de Contas da União, que, por sua vez, entendeu que a "suspensão temporária" como sanção administrativa apenas se restrinje o órgão sancionador, não atingindo, portanto, a Casa Militar do Governo do Estado do Pará, logo, a desclassificação da empresa é nula por contratirar a jurisprudência. além de ocasionar na contratação de preço mais caro e prejudicial ao erário público.
É a síntese dos fatos.

III - DO DIREITO
Relatados os fatos concernentes as razões do recurso, compete, neste momento, abordar ponto a ponto todos os argumentos empreendidos modo que fique absolutamente claro que os critérios utilizados para inabilitar a recorrente não se sustentando diante de qualquer ato impugnatório.
A aplicação de tal penalidade deve observar a gravidade da conduta da contratada, bem como os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, assim como as demais sanções. Quanto à abrangência de seus efeitos, o Tribunal de Contas da União posiciona-se no sentido de que a sanção fica adstrita apenas ao órgão, entidade ou unidade administrativa que aplicou a penalidade. Vejamos:
Jurisprudência do TCU Acórdão: 1017/2013 – Plenário Enunciado: A sanção prevista no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 (suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração) tem aplicação restrita ao órgão ou entidade que a cominou.

Acórdão: 1003/2015 – Plenário Enunciado: A sanção de impedimento para licitar e contratar prevista art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade sancionador, enquanto que aquela prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 produz efeitos apenas no âmbito interno do ente federativo que a aplicar.

A suspensão temporária do direito de licitar, sanção prevista no artigo 87, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666/1993. Esta medida impede que determinada empresa volte a participar de processo licitatório e firme contratos com a Administração por até dois anos, em decorrência de descumprimento do objeto contratual anteriormente pactuado, porém, sua aplicação apenas envolve o órgão sancionador, não atingindo, portanto, os demais órgãos da Administração Pública.
Ainda, entretanto, existe divergência a respeito da amplitude desta penalidade. Por um lado, há o entendimento de que a suspensão do direito de licitar não se aplica a todas os processos licitatórios, ou seja, de que essa suspensão é válida apenas para as licitações lançadas pelo órgão ou entidade que aplicou a penalidade.
Foi o que decidiu o Tribunal de Contas da União (TCU), em decisão de fevereiro de 2019, que acolheu a manifestação da unidade técnica. Confira-se:
3. Por outro lado, o Diretor da unidade técnica especializada manifestou concordância parcial com a proposta de mérito, divergindo apenas quanto ao juízo sobre o procedimento da DPU ao inabilitar a representante em face de sanção pretérita de suspensão do direito de participar de licitações e de impedimento de contratar com a Administração (art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993), aplicada por outro órgão promotor, em afronta ao entendimento do TCU de que a abrangência dessa penalidade se restringe ao órgão/entidade sancionadora.

Anexo RECURSO - ACESSE (1025138) SEI 2022.017753 / pg. 771

Este entendimento adota a lição de que a mesma Lei que estabelece esta penalidade também conceitua importante diferença semântica entre as expressões "Administração Pública" e "Administração". Por Administração Pública, tem-se o conjunto de órgãos e entidades do poder público através dos quais se exerce a administração direta e indireta da União. Já a Administração diz respeito a uma unidade administrativa isolada, através da qual a Administração Pública opera.
Note-se que, para o Tribunal de Contas da União (TCU), o conceito de Administração faz parte do conjunto da Administração Pública, mas não se confunde com ela. Apesar de, à primeira vista, se tratar de uma diferença conceitual sutil, na prática estes dois conceitos fazem toda a diferença. A penalidade disposta no artigo 87, inciso III da Lei de Licitações expressa claramente que haverá "suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração", ou seja, que a parte penalizada não poderá firmar contrato com o órgão individual que aplicou a penalidade citada.
Não obstante à jurisprudência, temos também a doutrina tratanto do assunto e, conforme leciona o Celso Rocha Furtado, que possui um posicionamento positivado, atento às definições inseridas na Lei das Licitações ao afirmar que:
[...] a suspensão temporária somente é válida e, portanto, somente impede a contratação da empresa ou profissional punido durante sua vigência perante a unidade que aplicou a pena; a declaração de inidoneidade impede a contratação da empresa ou profissional punido, enquanto não reabilitados, em toda a Administração Pública federal, estadual e municipal, direta e indireta. 8

No mesmo sentido é o posicionamento do professor Floriano Azevedo Marques Neto:
E aqui reside justamente o eixo do argumento: entendessemos nós que a suspensão e a inidoneidade, ambas, têm o mesmo âmbito de conseqüências, e chegaríamos ao absurdo de tornar as duas penalidades indiferenciadas. Sim, porque ambas possuem uma conseqüência comum: impedem que o apenado participe de licitação ou firme contrato administrativo. Se desconsiderarmos as diferenças de extensão que ora sustentamos, perderia o sentido existirem duas penalidades distintas. Afinal ambas teriam a mesma finalidade, a mesma conseqüência e o mesmo âmbito de abrangência. Estaríamos diante de interpretação que leva ao absurdo.

Ao fim, Jessé Torres Pereira Júnior doutrinando o seguinte:
A diferença do regime legal regulador dos efeitos da suspensão e da declaração de inidoneidade reside no alcance de uma e de outra penalidade. Aplicada a primeira, fica a empresa punida impedida perante as licitações e contratações da Administração; aplicada a segunda, a empresa sancionada resulta impedida perante as licitações e contratações da Administração Pública. [...] Por conseguinte, sempre que artigo da Lei nº 8.666/93 referir-se a Administração, fá-lo-á no sentido do art. 6º, XII. E quando aludir a Administração Pública, emprega a acepção do art. 6º, XI. Segundo o art. 87, III, a empresa suspensa do direito de licitar e de contratar com a 'Administração' está impedida de fazê-lo tão-somente perante o órgão, a entidade ou a unidade administrativa que aplicou a penalidade, posto que esta é a definição que a lei adota. O mesmo art. 87, IV, proíbe a empresa declarada inidônea de licitar e de contratar com a 'Administração Pública', vale dizer, com todos os órgãos e entidades da Administração pública brasileira, posto ser esta a definição inscrita no art. 6º, XI. Tanto que o art. 97 tipifica como crime 'admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo', o que abrange todo o território nacional dada a competência privativa da União para legislar sobre direito penal (CF/88, art. 22, I). E não há crime em admitir à licitação ou contratar empresa suspensa.10

Desse modo, insta-se requerer a nada mais do que a aplicação da jurisprudência e da doutrina, pela qual não resta outra forma para restabelecer a segurança jurídica e reclassificar a empresa ACESSE Comércio no Pregão Eletrônico n.º 4014/2023.

IV - DOS PEDIDOS
Ex. Positis, considerando as legislações vigentes, a doutrina e o direito, as quais na verdade correspondem ao compromisso da Administração com os princípios estatuído artigo 3o, da Lei Federal n.º 8.666/1993, combinados com o art. 2º do Decreto Federal n.º 10.024/2019, a empresa ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, vem pedir que se designe:
A revisão imediata da. decisão que inabilitou a recorrente;
Reclassificação da recorrente e a seguida declaração de vencedora do Pregão Eletrônico n.º 4014/2023, por ter atendido todos os requisitos do Edital; e
Caso não entenda pela revisão de seus atos, que submeta os autos do processo a Autoridade Competente, com arrimo no art. 17 do Decreto Federal n.º 10.029/2019;

Sem mais para o momento, despedimo-nos na esperança de que as inconsistências sejam prontamente resolvidas.
Recife/PE, 10 de abril de 2023.
Nesses Termos,
Pede-se deferimento.

ALEXANDRE SANTA CRUZ RAMOS
Sócio Administrador

Voltar Fechar

Anexo RECURSO - ACESSE (1025138) SEI 2022.017753 / pg. 772

Pregão/Concorrência Eletrônica

- **Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões**

CONTRA RAZÃO :

ILULSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES CPL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS/AM

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4.014/2023

MÓDULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.926.726/0001-73, com sede no SAAN, Quadra 02, Lote 980, Parte B, Brasília/DF, CEP 70.632-200, por seu representante legal, vem, tempestivamente, apresentar CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO, interposto pela licitante ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, contra a decisão que a inabilitou do certame e declarou a MODULO vencedora do certame, pelos motivos de fato e direito que adiante passa a expor:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Conforme previsão do item 13.2. do instrumento convocatório, o prazo para a apresentação de contrarrazões pelos licitantes é de 3 (três) dias a contar do término do prazo do recorrente.

Desse modo, dada a apresentação de recurso pela licitante ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, o prazo da MODULO iniciou-se em 11.14.2023, findando-se em 13.04.2023, portanto, tempestiva a presente contrarrazões.

II – DOS FATOS

Por intermédio da Procuradoria Geral de Justiça, o Ministério Público do Estado do Amazonas promoveu licitação sob a modalidade de "Pregão Eletrônico", do tipo menor preço global para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores.

Tendo em vista sua capacidade técnica, a licitante tomou conhecimento do edital referente à Pregão Eletrônico em referência, que tem por objeto:

"a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses, conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e anexos."

Iniciada a sessão pública em 22/03/2023, objetivando a melhor contratação à Administração, houve a participação das empresas (i), MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA., (ii) ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA. (iii) ELEVADORES BRASIL LTDA., e (iv) MANAUS MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.

Após a finalização da etapa de lances, a recorrente ACESSE apresentou o melhor preço, contudo, restou inabilitada, ante a existência de suspensão do direito de licitar gravada em seu cadastro junto ao SICAF.

A recorrida, por ter apresentado o segundo melhor preço, foi convocada e sagrou-se vencedora, após a análise minuciosa da documentação da proposta e habilitação, por esta CPL.

Em face da decisão – no tocante à inabilitação da recorrente – a ACESSE apresentou recurso administrativo pleiteando a reconsideração da decisão proferida por esta D. Comissão Permanente, alegando que a suspensão de licitar anotada em seu cadastro junto ao SICAF, restringe-se somente ao âmbito do órgão penalizador (Governo do Estado da Paraíba).

Razão, contudo, não assiste à recorrente, conforme restará demonstrado a seguir, haja vista que a conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública, devendo ser mantida a decisão de sua inabilitação, ante a suspensão do direito de licitar apontado no cadastro da recorrente no SICAF, como será evidenciado a seguir.

Cumpre esclarecer que a ACESSE não questionou em seu recurso a habilitação da MODULO, ora recorrida, mas somente sua própria inabilitação, de modo que, sendo mantida tal decisão, o que se espera, não se permitirá

Anexo CONTRARRAZÕES - MÓDULO (1025140) SEI 2022.017753 / pg. 773

nenhuma nova discussão sobre a correta e íntegra habilitação da MODULO, ante a caracterização de fase única recursal no presente certame.

III – DAS RAZÕES PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO DA LICITANTE. SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR. EFEITOS SOBRE TODO OS NÍVEIS DE GOVERNO (ESTADUAL, MUNICIPAL, DISTRITAL E FEDERAL)

Como narrado em epítome acima, a recorrente foi penalizada com suspensão do direito de licitar, por descumprimento do contrato administrativo firmado junto à Universidade Federal de Paraíba (UFPB) "Descumprimento de obrigação contratual subscrita no item 1, 10.18 e 10.22 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 007/2021/UFPB/SOF/CLC", que detinha também como objeto a prestação de serviços de manutenção de elevadores.

É dizer que, historicamente, e já condenada por isso, a empresa recorrente descumpre seus contratos administrativos, o que pode ser repetido neste caso, e que justifica, em nome da supremacia do interesse público, que esteja impedida de licitar e ser contratada neste certame.

A medida, está prevista no art. 87, inc. III da Lei Geral de Licitações e Contratos, ainda vigente, conforme cumpre citar:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
(...)

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

Em suas razões recursais, a licitante ACESSE sustenta que a suspensão do direito de licitar deve se restringir ao âmbito do órgão penalizador, citando precedentes isolados do Tribunal de Contas da União, que não representam o entendimento jurisprudencial sobre controvérsia.

Sem razão a recorrente, que deve, como se verá, permanecer inabilitada, e impedida de prosseguir neste certame, senão vejamos.

Da leitura atenta da legislação invocada, vê-se que o legislador federal buscou impedir – ainda que temporariamente - empresas que pratiquem atos contrários ao interesse público contratem a Administração Pública, de forma indistinta.

A busca do sentido finalístico da norma, é tarefa indissociável ao operador do direito, especialmente quando diante do interesse público primário em serviços essenciais, como o que se observa na presenta licitação.

A interpretação equivocadamente apresentada pela recorrente, visando seu único benefício e claramente prejudicial ao interesse público, não se harmoniza com o objetivo da Lei nº 8.666/93, de tornar o processo licitatório transparente e evitar prejuízos e fraudes ao erário, inclusive impondo sanções àqueles que adotarem comportamento impróprio ao contrato firmado ou mesmo ao procedimento de escolha de propostas.

Do contrário, a norma seria pifiamente burlada por tais empresas, conferindo verdadeiro bote salvador para que essas, pudessem livremente participar de novas licitações em outras regiões, resultando em contratações que não representam o melhor interesse da Administração.

Em exame profundo e atual da temática em baila, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), guardião da legislação federal, firmou sólido entendimento no sentido de que os efeitos da sanção em exame se estendem a todas as esferas da Federação.

Nesse sentido, veja-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. LIMINAR QUE POSSIBILITA A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA PUNIDA COM PENA DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR. GRAVE LESÃO À ORDEM ADMINISTRATIVA. HISTÓRICO DA DEMANDA (...)A PENALIDADE DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR PREVISTA NO ART. 87, III, DA LEI 8.666/1993 ABRANGE TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NÃO ESTANDO RESTRITA AO ENTE QUE A IMPÔS 13. É entendimento assente no Superior Tribunal de Justiça que a extensão dos efeitos da pena de suspensão temporária de licitar abrange toda a Administração Pública, e não somente o ente que aplica a penalidade. Nessa linha: AgInt no REsp 1.382.362/PR, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 31/3/2017; MS 19.657/DF, Rel. Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, DJe de 23/8/2013; REsp 174.274/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ de 22/11/2004, p. 294, e REsp 151.567/RJ, Rel. Ministro Francisco Peçanha Martins, Segunda Turma, DJ de 14/4/2003, p. 208. LICITAÇÃO VICIADA - LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS 14. É evidente que a participação de empresas punidas pela Administração com a pena de suspensão temporária de licitar, em concorrências públicas, abrange a ordem e a economia públicas.15. A liminar cuja Suspensão foi postulada impõe que a Administração Pública autorize a participação de empresa em procedimento licitatório contra disposição normativa expressa, cuja observância é obrigatória para a Administração em virtude do princípio da legalidade. Ademais, impede a realização de processo licitatório sem vícios que possam comprometer todo o contrato administrativo e a economia pública.16. O fato de não existir perfeita contemporaneidade do pedido de Suspensão de Liminar com o deferimento da tutela provisória não obsta sua concessão, porque o pleito foi apresentado antes da finalização das Concorrências Públicas, de modo que se encontra presente o interesse em evitar a contratação com a empresa punida, ora agravada.17. O Superior Tribunal de Justiça reconhece a existência de grave lesão à ordem administrativa e à economia pública quando presentes vícios na licitação, bem como a impossibilidade de o Poder Judiciário autorizar a realização do processo licitatório em tal situação. (...) CONCLUSÃO 21. Rendendo homenagens ao judicioso voto do eminente Relator, dele divirjo e dou provimento ao Agravo Interno, deferindo o

Anexo CONTRARRAZÕES - MODULO (1025140) SEI 2022.017753 / pg. 774

pedido de suspensão da liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança em questão, com efeitos retroativos à concessão da liminar deferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, até o trânsito em julgado do writ.(AgInt na SS n. 2.951/CE, relator Ministro Herman Benjamin, relator para acórdão Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, julgado em 4/3/2020, DJe de 1/7/2021.) Sem grifos no original.

"ADMINISTRATIVO – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – SUSPENSÃO TEMPORÁRIA – DISTINÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INEXISTÊNCIA – IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA – LEGALIDADE – LEI 8.666/93, ART. 87, INC. III.– É irrelevante a distinção entre os termos Administração Pública e Administração, por isso que ambas as figuras (suspensão temporária de participar em licitação (inc. III) e declaração de inidoneidade (inc. IV) acarretam ao licitante a não-participação em licitações e contratações futuras.– A Administração Pública é una, sendo descentralizadas as suas funções, para melhor atender ao bem comum.– A limitação dos efeitos da "suspensão de participação de licitação" não pode ficar restrita a um órgão do poder público, pois os efeitos do desvio de conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública.– Recurso especial não conhecido". (Relator: Francisco Peçanha Martins; Data do Julgamento: 25/02/2003) o REsp nº 151.567/RJ – Segunda Turma).

Não é outro, o entendimento do Tribunal do Estado do Amazonas, conforme cumpre aqui citar:
DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE CONCEDEU LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. VÍCIO DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL DA PARTE AUTORA. CORREÇÃO DE MODO ESPONTÂNEO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA APENAS TEMPORÁRIA, ENQUANTO PENDENTE RECURSO ADMINISTRATIVO COM EFEITO SUSPENSIVO OU PRAZO PARA SUA INTERPOSIÇÃO. INOCORRÊNCIA NA HIPÓTESE. PRELIMINAR AFASTADA. PROIBIÇÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO (ART. 87, III, DA LEI N. 8.666/1993). EXTENSÃO À ADMINISTRAÇÃO COMO UM TODO, E NÃO RESTRIÇÃO AO ÓRGÃO APLICADOR DA SANÇÃO. INTERPRETAÇÃO QUE MELHOR SE COADUNA COM O PRINCÍPIO DA PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO. PRECEDENTES DO STJ. I – Agravo interposto contra decisão que concedeu liminar em mandado de segurança. Reanálise dos requisitos para concessão da medida de urgência (fumus boni iuris e periculum in mora). II – Vício de representação processual. Correção espontânea. Ausência de prejuízo. III – Preliminar de ausência de interesse de agir, com base no artigo 5.º, I, da Lei n.º 12.016/2009. Ausência apenas temporária, enquanto pendente de apreciação recurso administrativo com efeito suspensivo ou prazo para interposição deste mesmo recurso. Não escolhida a via administrativa para tentativa de tutela do direito vindicado, sempre haverá interesse em judicializar a questão. IV – Proibição temporária de contratar ou licitar com a Administração. Sanção prevista no artigo 87, III, da Lei n.º 8.666/1993. Extensão à Administração Pública como um todo. Sanção que não resta adstrita ao órgão aplicador da sanção. Precedentes do STJ. Interpretação mais compatível com princípio da predominância do interesse público. V - Ausência do requisito da plausibilidade do direito alegado (fumus boni iuris). Agravo de Instrumento conhecido e provido. (TJ-AM 40007600520148040000 AM 4000760-05.2014.8.04.0000, Relator: João de Jesus Abdala Simões, Data de Julgamento: 11/11/2014, Câmaras Reunidas)

É dizer, por óbvio tal penalidade não poderia ficar restrita a um órgão do poder público, pois os efeitos do desvio de conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública, INDISTINTAMENTE.

A este respeito, valiosas as lições de Marçal Justen Filho (1) :

"não haveria sentido em circunscrever os efeitos da 'suspensão de participação de licitação' a apenas um órgão específico. Se um determinado sujeito apresenta desvios de conduta que o inabilitam para contratar com a Administração Pública, os efeitos dessa ilicitude se estendem a qualquer órgão. Nenhum órgão da Administração Pública pode contratar com aquele que teve seu direito de licitar 'suspenso'. A menos que lei posterior atribua contornos distintos à figura do inc. III, essa é a conclusão que se extrai da atual disciplina legislativa."

Há, portanto, que se interpretar os dispositivos legais estendendo a força da punição a toda a Administração, e não restringindo as sanções aos órgãos ou entes que as aplicarem. De outra maneira, permitir-se-ia que uma empresa, que já se comportara de maneira inadequada, outrora pudesse contratar novamente com a Administração durante o período em que estivesse suspensa, tornando esta suspensão desprovida de sentido.

Diante do exposto, de RIGOR é, a manutenção da decisão de inabilitação da recorrente ACESSE, ante a suspensão do direito de licitar em seu cadastro junto ao SICAF, penalidade que impede a licitante de contratar temporariamente com toda a Administração Pública do país, conforme entendimento uniformizado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas TJ/AM.
IV- DOS PEDIDOS
Pelo exposto, requer a Recorrida o recebimento destas contrarrazões, no mérito, seja mantida inalterada a decisão no qual sagrou-se vencedora a licitante MÓDULO, não havendo reparo na inabilitação da recorrente ACESSE, empresa suspensa de licitar perante toda Administração Pública do país, sendo medida que se impõe a adjudicação e homologação do certame, na forma do artigo 45 do Decreto 10.024 de 2019 (2).

(1) JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10. ed. São Paulo: Dialética, 2004.
(2) Art. 45. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do caput do art. 13.

Termos em que,
Pede deferimento.

Rio Grande do Sul, 13 de abril de 2023.

MÓDULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA.

Anexo CONTRARRAZÕES - MÓDULO (1025140) SEI 2022.017753 / pg. 775

Voltar Fechar

Anexo CONTRARRAZÕES - MÓDULO (1025140) SEI 2022.017753 / pg. 776

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DECISÃO Nº 21.2023.CPL.1025143.2022.017753

RAZÕES DE RECURSOS APRESENTADAS PELAS EMPRESAS LICITANTES MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA. , CNPJ N.º 07.884.5789/0001-41, E ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA., CNPJ Nº 22.787.852/0001-03, NO INTERESSE DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ. PRESSUPOSTOS SUBJETIVOS (SUCUMBÊNCIA, LEGITIMIDADE, INTERESSE DE AGIR) ATENDIDOS. PRESSUPOSTOS OBJETIVOS (A EXISTÊNCIA DE UM ATO ADMINISTRATIVO, TEMPESTIVIDADE E FUNDAMENTAÇÃO) ATENDIDOS. MUNUTENÇÃO DA DECISÃO DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA E HABILITAÇÃO DA EMPRESA MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA., CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, CLASSIFICADA EM 2º LUGAR. SUBMISSÃO AO ORDENADOR DE DESPESAS.

1. DA DECISÃO

Analisados todos os pressupostos de admissibilidade e os aspectos objetivos dos recursos administrativos dirigidos, esta **PREGOEIRA**, com fundamento no artigo 13, § 1.º, do ATO PGJ N.º 389/2007, decide:

a) **Conhecer** das oposições formuladas pelas empresas **MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA.**, CNPJ N.º 07.884.5789/0001-41, e **ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA.**, CNPJ Nº 22.787.852/0001-03, no interesse do Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ, pelo qual se busca a *contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses;*

b) No mérito, **NEGAR PROVIMENTO** aos recursos das licitantes **MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA.**, CNPJ N.º 07.884.5789/0001-41, e **ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA.**, CNPJ Nº 22.787.852/0001-03, após exame das razões recursais formuladas pelas empresas;

c) **Manter as decisões anteriormente prolatadas** de **aceitação da proposta** e **habilitação** da licitante **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA.** , CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, classificada em segundo lugar no certame;

d) **Enviar os presentes autos à Autoridade Competente**, a fim de dar seguimento ao feito, nos termos art. 17, inciso VII, do Decreto nº 10.024/2019.

2. DO RELATÓRIO

Trata-se de recursos administrativos interpostos pelas licitantes **MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA.**, CNPJ N.º 07.884.5789/0001-41, e **ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA.**, CNPJ Nº 22.787.852/0001-03 no interesse do Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ, pelo qual se busca a *contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.*

2.1. Da Manifestação de Intenção Recursal

No dia 31/03/2023, durante a sessão pública do certame, as empresas irresignadas manifestaram-se preliminarmente da seguinte maneira:

2.1.1. CNPJ: 07.884.5789/0001-41 **- Razão Social/Nome: MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA.** (doc. 1025117):

> **INTENÇÃO DE RECURSO:**
>
> Solicitamos a inabilitação da MODULO, pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, conforme os itens: 12.11.2.; 12.11.4.; 12.14. A empresa apresentou Certidão de Regularidade de FGTS com validade vencida, 19/03/2023, e com certificado de SICAF apresentando a mesma data vencida, deste modo solicitamos que a habilitação jurídica seja considerada natimorta e que seja avançado a fase de convocação para novas empresas. O avanço do certame não ensejará custos maiores ao erário.

2.1.2. CNPJ: 22.787.852/0001-03 **- Razão Social/Nome: ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA.** (doc. 1025121):

> **INTENÇÃO DE RECURSO:**
>
> Manifestamos a intenção de recurso sobre a decisão de desclassificação da nossa empresa, salientamos que esse punição registrado no SICAF se restringe exclusivamente ao orgão:153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB Diante do exposto, solicitamos a que o pregoeiro acate a nossa solicitação.

Tendo a Pregoeira verificado a presença dos pressupostos recursais de admissibilidade, resolveu aceitar as manifestações da mencionadas licitantes, abrindo-se o prazo legal para oferecimento das razões de recurso de 03 (três) dias corridos, logo, com data final até o dia 10/04/2023, 23h59min.

2.2. Das Razões de Recurso

Oportunamente, registre-se que foram verificados o e-mail institucional, o Setor de Protocolo, bem como, o Sistema Comprasnet, para fins de averiguação da empresa que apresentou as respectivas razões recursais.

2.2.1. CNPJ: 07.884.5789/0001-41 **- Razão Social/Nome: MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA.** (doc. 1025132):

Assim, no prazo proposto, a empresa **MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA.**, CNPJ N.º 07.884.5789/0001-41, anexou ao Sistema Comprasnet suas alegações de inconformismo, as quais foram apensadas aos autos (doc. 1025132), arguindo, em suma, que houve possível irregularidade no certame, conforme transcrição abaixo:

> A Recorrente apresentou intenção de interposição de recurso em razão da Certidão de FGTS apresentada pela MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, está sem vigência, eis que na data da sessão pública do dia 22 de março de 2023, a Certidão de Regularidade do FGTS, apresentada pela MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, estava vencida desde 19 de março de 2023, conforme Ata de realização do Pregão Eletrônico.
> Destarte, estando a Certidão de FGTS vencida na data da sessão pública realizada no dia 22 de março de 2023, deve de pronto ser declarado a inabilitação da Licitante MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA.
> Em atendimento ao PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, deve de pronto ser REVOGADA A DECISÃO DO PREGOEIRO que HABILITOU E DECLAROU VENCEDORA A LICITANTE MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, por inobservância do item 12.1, da Norma Editalícia, vejamos:
> 12.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos neste edital.
> Ínclito Julgador, ressaltamos que não carece de muitos esforços para compreender a Norma Editalícia em apreço, estando taxativo o texto do item 12.1, eis que imprestável a Certidão de FGTS apresentada com prazo de vigência fora de validade.
> Diante do exposto, tendo em vista que a Licitante MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, não atendeu às exigência do item 12.1, do Edital do Pregão Eletrônico 4014/2023-CPL/MP/PGJ, requer:
> Sejam REVOGADOS os ATOS QUE HABILITARAM E DECLARARAM vencedora do Certame a Licitante MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, com sua consequente DESCLASSIFICAÇÃO, para ao final DECLARAR a RECORRENTE M.D.A. MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA EPP, VENCEDORA DO CERTAME.

2.2.2. CNPJ: 22.787.852/0001-03 **- Razão Social/Nome: ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.** (doc. 1025138):

Assim, no prazo proposto, a empresa **ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.**, CNPJ N.º 22.787.852/0001-03, anexou ao Sistema Comprasnet suas alegações de inconformismo, as quais foram apensadas aos autos (doc. 1025138), arguindo, em suma, que houve possível irregularidade no certame, conforme transcrição abaixo:

> ILUSTRÍSSIMO (a) SENHOR (a) PREGOEIRO (a) DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA.
>
> Ref.: Edital do Pregão Eletrônico n.º 4014/2023.
>
> ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF n.º 22.787.852/0001-03,

já qualificada nos autos, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, vem apresentar, tempestivamente, suas RAZÕES DE RECURSO com fulcro no art. 44, § 1º do Decreto Federal n.º 10.024/2019, mediante o memorial de fato e direito a seguir aduzidos:

I - PRELIMINARMENTE
Da Tempestividade
De proêmio, verifica-se que esta peça recursal preenche os requisitos previstos pelo art. 44 do Decreto Federal n.º 10.024/2019 para sua admissibilidade (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), com vistas nos autos do processo e diante da manifestação formal empreendida pela empresa ACESSE Comércio na formalização de sua intenção.
Assim, portanto, à luz da norma legal, o instrumento recursal será consumado tempestivamente.

II - DOS FATOS
Prima facie, registra-se que a recorrente, como empresa especializada no ramo de fornecimento, manutenção e instalação de elevadores, detém total e irrestrita capacidade estrutural e tecnológica para executar objeto do Pregão Eletrônico n.º 4014/2023, promovido pela Procuradoria Geral de Justiça.
Ocorreu que, após se sagrar vencedora da disputa de lances por ter ofertado o menor preço, foi surpreendida na fase de aceitação da proposta pelo julgamento arbitrário e rigoroso do (a) i. pregoeiro (a), alegando que a recorrente está suspensa de licitar e contratar tão somente na Universidade da Paraíba, apensar de que, aqui, está participando de outra licitação, em outra unidade da Federação e com outra Administração, onde nunca recebeu a sanção de SUSPENSÃO temporária de licitar.
Como veremos a seguir, que o i. pregoeiro não considerou aplicabilidade majoritária do Tribunal de Contas da União, que, por sua vez, entendeu que a "suspensão temporária" como sanção administrativa apenas se restrinje o órgão sancionador, não atingindo, portanto, a Casa Militar do Governo do Estado do Pará, logo, a desclassificação da empresa é nula por contratirar a jurisprudência. além de ocasionar na contratação de preço mais caro e prejudicial ao erário público.
É a síntese dos fatos.

III - DO DIREITO
Relatados os fatos concernentes as razões do recurso, compete, neste momento, abordar ponto a ponto todos os argumentos empreendidos modo que fique absolutamente claro que os critérios utilizados para inabilitar a recorrente não se sustentando diante de qualquer ato impugnatório.
A aplicação de tal penalidade deve observar a gravidade da conduta da contratada, bem como os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, assim como as demais sanções. Quanto à abrangência de seus efeitos, o Tribunal de Contas da União posiciona-se no sentido de que a sanção fica adstrita apenas ao órgão, entidade ou unidade administrativa que aplicou a penalidade. Vejamos:
Jurisprudência do TCU Acórdão: 1017/2013 – Plenário Enunciado: A sanção prevista no art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 (suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração) tem aplicação restrita ao órgão ou entidade que a cominou.

Acórdão: 1003/2015 – Plenário Enunciado: A sanção de impedimento para licitar e contratar prevista art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993 produz efeitos apenas em relação ao órgão ou entidade sancionador, enquanto que aquela prevista no art. 7º da Lei 10.520/2002 produz efeitos apenas no âmbito interno do ente federativo que a aplicar.

A suspensão temporária do direito de licitar, sanção prevista no artigo 87, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666/1993. Esta medida impede que determinada empresa volte a participar de processo licitatório e firme contratos com a Administração por até dois anos, em decorrência de descumprimento do objeto contratual anteriormente pactuado, porém, sua aplicação apenas envolve o órgão sancionador, não atingindo, portanto, os demais órgãos da Administração Pública.

Ainda, entretanto, existe divergência a respeito da amplitude desta penalidade. Por um lado, há o entendimento de que a suspensão do direito de licitar não se aplica a todas os processos licitatórios, ou seja, de que essa suspensão é válida apenas para as licitações lançadas pelo órgão ou entidade que aplicou a penalidade.
Foi o que decidiu o Tribunal de Contas da União (TCU), em decisão de fevereiro de 2019, que acolheu a manifestação da unidade técnica. Confira-se:
3. Por outro lado, o Diretor da unidade técnica especializada manifestou concordância parcial com a proposta de mérito, divergindo apenas quanto ao juízo sobre o procedimento da DPU ao inabilitar a representante em face de sanção pretérita de suspensão do direito de participar de licitações e de impedimento de contratar com a Administração (art. 87, inciso III, da Lei 8.666/1993), aplicada por outro órgão promotor, em afronta ao entendimento do TCU de que a abrangência dessa penalidade se restringe ao órgão/entidade sancionadora.

Este entendimento adota a lição de que a mesma Lei que estabelece esta penalidade também conceitua importante diferença semântica entre as expressões "Administração Pública" e "Administração". Por Administração Pública, tem-se o conjunto de órgãos e entidades do poder público através dos quais se exerce a administração direta e indireta da União. Já a Administração diz respeito a uma unidade administrativa isolada, através da qual a Administração Pública opera.
Note-se que, para o Tribunal de Contas da União (TCU), o conceito de Administração faz parte do conjunto da Administração Pública, mas não se confunde com ela. Apesar de, à primeira vista, se tratar de uma diferença conceitual sutil, na prática estes dois conceitos fazem toda a diferença. A penalidade disposta no artigo 87, inciso III da Lei de Licitações expressa claramente que haverá "suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração", ou seja, que a parte penalizada não poderá firmar contrato com o órgão individual que aplicou a penalidade citada.
Não obstante à jurisprudência, temos também a doutrina tratanto do assunto e, conforme leciona o Celso Rocha Furtado, que possui um posicionamento positivado, atento às definições inseridas na Lei das Licitações ao afirmar que:
[...] a suspensão temporária somente é válida e, portanto, somente impede a contratação da empresa ou profissional punido durante sua vigência perante a unidade que aplicou a pena; a declaração de inidoneidade impede a contratação da empresa ou profissional punido, enquanto não reabilitados, em toda a Administração Pública federal, estadual e municipal, direta e indireta. 8

No mesmo sentido é o posicionamento do professor Floriano Azevedo Marques Neto:
E aqui reside justamente o eixo do argumento: entendessemos nós que a suspensão e a inidoneidade, ambas, têm o mesmo âmbito de conseqüências, e chegaríamos ao absurdo de tornar as duas penalidades indiferenciadas. Sim, porque ambas possuem uma conseqüência comum: impedem que o apenado participe de licitação ou firme contrato administrativo. Se desconsiderarmos as diferenças de extensão que ora sustentamos, perderia o sentido existirem duas penalidades distintas. Afinal ambas teriam a mesma finalidade, a mesma conseqüência e o mesmo âmbito de abrangência. Estaríamos diante de interpretação que leva ao absurdo.

Ao fim, Jessé Torres Pereira Júnior doutrinando o seguinte:
A diferença do regime legal regulador dos efeitos da suspensão e da declaração de inidoneidade reside no alcance de uma e de outra penalidade. Aplicada a primeira, fica a empresa punida impedida perante as licitações e contratações da Administração; aplicada a segunda, a empresa sancionada resulta impedida perante as licitações e contratações da Administração Pública. [...] Por conseguinte, sempre que artigo da Lei nº 8.666/93 referir-se a Administração, fá-lo-á no sentido do art. 6º, XII. E quando aludir a Administração Pública, emprega a acepção do art. 6º, XI. Segundo o art. 87, III, a empresa suspensa do direito de licitar e de contratar com a 'Administração' está impedida de fazê-lo tão-somente perante o órgão, a entidade ou a unidade administrativa que aplicou a penalidade, posto que esta é a

definição que a lei adota. O mesmo art. 87, IV, proíbe a empresa declarada inidônea de licitar e de contratar com a 'Administração Pública', vale dizer, com todos os órgãos e entidades da Administração pública brasileira, posto ser esta a definição inscrita no art. 6º, XI. Tanto que o art. 97 tipifica como crime 'admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo', o que abrange todo o território nacional dada a competência privativa da União para legislar sobre direito penal (CF/88, art. 22, I). E não há crime em admitir à licitação ou contratar empresa suspensa.10

Desse modo, insta-se requerer a nada mais do que a aplicação da jurisprudência e da doutrina, pela qual não resta outra forma para restabelecer a segurança jurídica e reclassificar a empresa ACESSE Comércio no Pregão Eletrônico n.º 4014/2023.

IV - DOS PEDIDOS
Ex. Positis, considerando as legislações vigentes, a doutrina e o direito, as quais na verdade correspondem ao compromisso da Administração com os princípios estatuído artigo 3o, da Lei Federal n.º 8.666/1993, combinados com o art. 2º do Decreto Federal n.º 10.024/2019, a empresa ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, vem pedir que se designe:
A revisão imediata da. decisão que inabilitou a recorrente;
Reclassificação da recorrente e a seguida declaração de vencedora do Pregão Eletrônico n.º 4014/2023, por ter atendido todos os requisitos do Edital; e
Caso não entenda pela revisão de seus atos, que submeta os autos do processo a Autoridade Competente, com arrimo no art. 17 do Decreto Federal n.º 10.029/2019;

Sem mais para o momento, despedimo-nos na esperança de que as inconsistências sejam prontamente resolvidas.
Recife/PE, 10 de abril de 2023.
Nesses Termos,
Pede-se deferimento.

ALEXANDRE SANTA CRUZ RAMOS
Sócio Administrador

2.3. Das Contrarrazões

Do mesmo modo, a teor do § 3º, do art. 109, da Lei n.° 8.666/93, combinado com o inciso XVIII, do art. 4.°, da Lei n.° 10.520/2002, no prazo de **3 (três) dias corridos** a empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA** ., inscrita no CNPJ N.º 05.926.726/0001-73, apresentou contrarrazões em face de cada recurso manejado, a seguir detalhadas.

2.3.1. Contrarrazões (doc. 1025134) ao recurso da empresa MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA., CNPJ N.º 07.884.5789/0001-41:

ILULSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES CPL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS/AM

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4.014/2023

MÓDULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.926.726/0001-73, com sede no SAAN, Quadra 02, Lote 980, Parte B, Brasília/DF, CEP 70.632-200, por seu representante legal, vem, tempestivamente, apresentar CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO, interposto pela licitante M.D.A. MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA. EPP, contra a decisão proferida em 22 de março de 2023, que declarou a MODULO vencedora do certame, pelos motivos de fato e direito que adiante passa a expor:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Conforme previsão do item 13.2. do instrumento convocatório, o prazo para a apresentação de contrarrazões pelos licitantes é de 3 (três) dias a contar do término do prazo do recorrente.

Desse modo, dada a apresentação de recurso pela licitante M.D.A. MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA. EPP, o prazo da MODULO iniciou-se em 11.14.2023, findando-se em 13.04.2023, portanto, tempestiva a presente contrarrazões.

II – DOS FATOS

Por intermédio da Procuradoria Geral de Justiça, o Ministério Público do Estado do Amazonas promoveu licitação sob a modalidade de "Pregão Eletrônico", do tipo menor preço global para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores.

Tendo em vista sua capacidade técnica, a licitante tomou conhecimento do edital referente à Pregão Eletrônico em referência, que tem por objeto:

"a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses, conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e anexos."

Iniciada a sessão pública em 22/03/2023, objetivando a melhor contratação à Administração, houve a participação das empresas (i), MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA., (ii) ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA. (iii) ELEVADORES BRASIL LTDA., e (iv) MANAUS MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.,

Após a etapa de lances, e da inabilitação da empresa com o primeiro melhor preço (ACESSE), objeto de recurso próprio, igualmente contrarrazoado pela MODULO, a proposta apresentada pela MODULO foi a vencedora, no valor final de R$ 129.400,00 (cento e vinte e nove mil e quatrocentos reais), sagrando-se habilitada após a análise minuciosa por esta CPL.
Ocorre que, irresignada com o resultado do certame, e sem qualquer amparo fático ou legal para tanto, a empresa M.D.A. MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA. EPP, apresentou recurso pleiteando inabilitação da MODULO, alegando que, na data de sessão pública ocorrida em 22/03/2023, a Certidão de Regularidade de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) apresentada não possuía validade, eis que estava vencida, o que, como se verá a seguir, é completamente indiferente, eis que a MODULO está devidamente habilitada no SICAF.

De rigor, pois, que se reconheça que não assiste à recorrente, conforme restará demonstrado a seguir.

III – DAS RAZÕES PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO DA LICITANTE. REGULARIDADE DO FGTS COMPROVADA PELO SICAF.

Como apontado em epítome acima, a recorrente sustenta a inabilitação da licitante sagrada vencedora, ora recorrida, por suposta irregularidade trabalhista, pela apresentação de certidão de FGTS vencida, o que configuraria ofensa ao item 12.1 do instrumento convocatório, abaixo citado:

12.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham

validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos "protocolos" ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos neste edital.

Pois bem.

Da detida análise do instrumento convocatório deste Pregão Eletrônico instaurado pela Promotoria do Estados do Amazonas, verifica-se a adoção do Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, para fins de (i) credenciamento e (ii) habilitação, senão vejamos, respectivamente:

5.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, legalmente constituídos, desde que atendam às condições exigidas deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018. (Grifos nossos)

12.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) SICAF; (Grifos nossos)

Em perfeito cumprimento ao instrumento convocatório, esta D. Comissão Permanente de Licitação, atestou a regularidade da licitante perante o SICAF, não havendo qualquer ressalva quanto a Certidão de Regularidade do FGTS no referido sistema, que se encontrava apta e vigente, sem qualquer anotação, na data de abertura do pregão, senão vejamos:

(Relatório SICAF emitido pela CPL e disponibilizado em https://www.mpam.mp.br/images/licitacoes/Pregao/SICAF_completo_0329a.pdf-)

É dizer, não havia qualquer irregularidade para fins de habilitação trabalhista da MODULO à data da ocorrência do certame, como quer levar crer a recorrente, eis que pese ter sido apresentada uma cópia de certidão vencida no dia 19/03/2023, esse documento que sequer era obrigatório de apresentação pelas licitantes e não seria verificado pela CPL, tendo em vista a adoção do SICAF de forma prioritária conforme item 12.1.1. "a" do edital.

Foi, então, verificada pela CPL a inexistência de vícios na documentação habilitatória da MODULO, sagrando-se, pois, a vencedora deste Pregão Eletrônico, não havendo que se falar em reforma de tal decisão.

É notório que a pretensão da recorrente, apoia-se em evidente excesso de formalismo, em detrimento ao interesse público, apenas porque a decisão lhe foi desfavorável, conduta temerária, e há muito superada nos certames públicos, guiados sob o crivo da vantajosidade das compras e serviços públicos.

Como é consabido, o formalismo exacerbado revela sempre excesso de zelo, onde está a faltar a razoabilidade e a proporcionalidade indispensáveis aos atos administrativos.

Sabe-se, que o princípio da razoabilidade há também que ser observado, em especial no Direito Administrativo, como de resto em todo o Direito. O renomado administrativista, Diogo de Figueiredo Moreira Neto, assim se manifesta sobre a razoabilidade nas decisões administrativas, com a profundidade que lhe é peculiar:

"A superação do formalismo axiológico e do mecanismo decisorial fica a dever a lógica do razoável, que pôs em evidência que o aplicador da Lei,

seja o administrador, seja o juiz, não pode desligar-se olimpicamente do resultado de sua decisão e entender que cumpriu o seu dever com a simples aplicação silogística da lei aos fatos.
À luz da razoabilidade, o Direito, em sua aplicação administrativa ou jurisdicional contenciosa, não se exaure num ato puramente técnico, neutro e mecânico; não se esgota no racional nem prescinde de valorações e de estimativas: a aplicação da vontade da Lei se faz por atos humanos.".

Ainda sobre o tema, imperiosas as lições do mestre do Direito Público, Celso Ribeiro Bastos, o qual se pronuncia sobre a impossibilidade de uma solução rígida e eficaz, para adequadamente atender de modo perfeito à finalidade da lei, reforçando, sobremaneira, a sustentação desse princípio da razoabilidade:

"Trata-se de importante princípio que hoje se estende a outros ramos do direito, inclusive na feitura das leis. Consiste na exigência de que estes atos não sejam apenas praticados com o respeito aos ditames quanto a sua formação e execução, mas que também guardem no seu conteúdo uma decisão razoável entre as razões que o ditaram e os fins que se procura atingir. O direito, aliás, é um instrumento que requer fundamentalmente a razoabilidade. (....) Eis por que tem que haver, razoabilidade, adequação, proporcionalidade entre as causas que estão ditando o ato e as medidas que vão ser tomadas. (....) É um princípio a informar todos os atos de exercício da potestade administrativa".

Compreende-se, então que os fins da conduta administrativa têm que ser dotados de razoabilidade e justiça e não necessariamente de rigor formalista, do contrário, afasta-a da juridicidade obrigatória para a Administração Pública, no cumprimento às suas finalidades de interesse público.

Nessa toada, evidente que a habilitação da MODULO a partir do sistema SICAF é medida, razoável e adequada, em perfeita consonância ao que dispõe o instrumento convocatório, sendo indiferente a apresentação voluntária de outro documento para tal fim.

Por fim, cumpre mencionar o firme entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU) no sentido de ser lícita a apresentação de documentação que ateste a habilitação preexistente da licitante sendo a inabilitação sem prévia possibilidade de sanear os documentos, como busca a recorrente, senão vejamos:

"(...)17. Nessa assunção, em prestígio ao valor máximo licitatório e em paralelismo com o julgado por esta Corte mediante o Acórdão 1.211/2021-Plenário, a admissão da juntada de documentos, durante a classificação e habilitação dos certames licitatórios, que venham a atestar condição préexistente à abertura da sessão pública do certame é plenamente lícita, e não afronta os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes. Em verdade, o oposto – ou seja, a inabilitação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta – resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). Neste caso concreto, aliás, o custo dessa desconsideração supera R$ 1,7 milhão. 18. Repiso que a elevada diferença de preços entre a primeira e a segunda colocada, a repercutir em gastos extras dessa ordem de grandeza, amplifica as consequências tanto da mácula editalícia, quanto do rigorismo no seu julgamento. A inabilitação de concorrente a demonstrar (intempestivamente – mas justificadamente, nas contrarrazões do recurso) o alinhamento de seu produto aos critérios do chamamento concorrencial conforma um desproporcional formalismo, em contraponto a seu princípio fundamental de obtenção da maior vantagem. E o curtíssimo lapso temporal disponível a todos os concorrentes para viabilizar a documentação respectiva atestadora de qualidade do objeto, amplifica os efeitos da cláusula viciada." (Acórdão Plenário 966/2022 – Min Benjamin Zymler.– julgado em 04/05/2022)

Ementa: "Admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o

oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim). O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro." (grifos acrescidos) (Acórdão Plenário 1.211/2021 – Min. Walton Alencar)

Diante do exposto, tendo em vista a perfeita regularidade da habilitação trabalhista da MODULO, devidamente apurada por esta D. Comissão Permanente de Licitação mediante consulta ao SICAF, conforme estipulou o próprio instrumento convocatório (item 12.1.1 "a"), o recurso da empresa M.D.A. MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA. EPP deve ser indeferido, por ausência de fundamentos que possam infirmar a decisão a qual declarou a MODULO vencedora, mantendo-se a decisão recorrida em seus próprios fundamentos.
IV- DOS PEDIDOS
Pelo exposto, requer a Recorrida o recebimento destas contrarrazões, no mérito, seja mantida inalterada a decisão no qual sagrou-se vencedora a licitante MÓDULO, dado que inexiste irregularidade na habilitação trabalhista da MODULO, na forma evidenciada pela recorrida, sendo medida que se impõe a adjudicação e homologação do certame, na forma do artigo 45 do Decreto 10.024 de 2019(1).

Termos em que,
Pede deferimento.

Rio Grande do Sul, 13 de abril de 2023

MÓDULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA.

(1) Art. 45. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do caput do art. 13.

2.3.2. Contrarrazões (doc. 1025140) ao recurso da empresa ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA., CNPJ N.º 22.787.852/0001-03:

ILULSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES CPL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS/AM

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4.014/2023

MÓDULO CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.926.726/0001-73, com sede no SAAN, Quadra 02, Lote 980, Parte B, Brasília/DF, CEP 70.632-200, por seu representante legal, vem, tempestivamente, apresentar CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO, interposto pela licitante ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, contra a decisão que a inabilitou do certame e declarou a MODULO vencedora do certame, pelos motivos de fato e direito que adiante passa a expor:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Conforme previsão do item 13.2. do instrumento convocatório, o prazo para a apresentação de contrarrazões pelos licitantes é de 3 (três) dias a

contar do término do prazo do recorrente.

Desse modo, dada a apresentação de recurso pela licitante ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, o prazo da MODULO iniciou-se em 11.14.2023, findando-se em 13.04.2023, portanto, tempestiva a presente contrarrazões.

II – DOS FATOS

Por intermédio da Procuradoria Geral de Justiça, o Ministério Público do Estado do Amazonas promoveu licitação sob a modalidade de "Pregão Eletrônico", do tipo menor preço global para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores.

Tendo em vista sua capacidade técnica, a licitante tomou conhecimento do edital referente à Pregão Eletrônico em referência, que tem por objeto:

"a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses, conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e anexos."

Iniciada a sessão pública em 22/03/2023, objetivando a melhor contratação à Administração, houve a participação das empresas (i), MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA., (ii) ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA. (iii) ELEVADORES BRASIL LTDA., e (iv) MANAUS MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.

Após a finalização da etapa de lances, a recorrente ACESSE apresentou o melhor preço, contudo, restou inabilitada, ante a existência de suspensão do direito de licitar gravada em seu cadastro junto ao SICAF.

A recorrida, por ter apresentado o segundo melhor preço, foi convocada e sagrou-se vencedora, após a análise minuciosa da documentação da proposta e habilitação, por esta CPL.

Em face da decisão – no tocante à inabilitação da recorrente – a ACESSE apresentou recurso administrativo pleiteando a reconsideração da decisão proferida por esta D. Comissão Permanente, alegando que a suspensão de licitar anotada em seu cadastro junto ao SICAF, restringe-se somente ao âmbito do órgão penalizador (Governo do Estado da Paraíba).

Razão, contudo, não assiste à recorrente, conforme restará demonstrado a seguir, haja vista que a conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública, devendo ser mantida a decisão de sua inabilitação, ante a suspensão do direito de licitar apontado no cadastro da recorrente no SICAF, como será evidenciado a seguir.

Cumpre esclarecer que a ACESSE não questionou em seu recurso a habilitação da MODULO, ora recorrida, mas somente sua própria inabilitação, de modo que, sendo mantida tal decisão, o que se espera, não se permitirá nenhuma nova discussão sobre a correta e íntegra habilitação da MODULO, ante a caracterização de fase única recursal no presente certame.

III – DAS RAZÕES PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO DA LICITANTE. SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR. EFEITOS SOBRE TODO OS NÍVEIS DE GOVERNO (ESTADUAL, MUNICIPAL, DISTRITAL E FEDERAL)

Como narrado em epítome acima, a recorrente foi penalizada com

suspensão do direito de licitar, por descumprimento do contrato administrativo firmado junto à Universidade Federal de Paraíba (UFPB) "Descumprimento de obrigação contratual subscrita no item 1, 10.18 e 10.22 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 007/2021/UFPB/SOF/CLC", que detinha também como objeto a prestação de serviços de manutenção de elevadores.

É dizer que, historicamente, e já condenada por isso, a empresa recorrente descumpre seus contratos administrativos, o que pode ser repetido neste caso, e que justifica, em nome da supremacia do interesse público, que esteja impedida de licitar e ser contratada neste certame.

A medida, está prevista no art. 87, inc. III da Lei Geral de Licitações e Contratos, ainda vigente, conforme cumpre citar:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
(...)

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

Em suas razões recursais, a licitante ACESSE sustenta que a suspensão do direito de licitar deve se restringir ao âmbito do órgão penalizador, citando precedentes isolados do Tribunal de Contas da União, que não representam o entendimento jurisprudencial sobre controvérsia.

Sem razão a recorrente, que deve, como se verá, permanecer inabilitada, e impedida de prosseguir neste certame, senão vejamos.

Da leitura atenta da legislação invocada, vê-se que o legislador federal buscou impedir – ainda que temporariamente - empresas que pratiquem atos contrários ao interesse público contratem a Administração Pública, de forma indistinta.

A busca do sentido finalístico da norma, é tarefa indissociável ao operador do direito, especialmente quando diante do interesse público primário em serviços essenciais, como o que se observa na presenta licitação.

A interpretação equivocadamente apresentada pela recorrente, visando seu único benefício e claramente prejudicial ao interesse público, não se harmoniza com o objetivo da Lei nº 8.666/93, de tornar o processo licitatório transparente e evitar prejuízos e fraudes ao erário, inclusive impondo sanções àqueles que adotarem comportamento impróprio ao contrato firmado ou mesmo ao procedimento de escolha de propostas.

Do contrário, a norma seria pifiamente burlada por tais empresas, conferindo verdadeiro bote salvador para que essas, pudessem livremente participar de novas licitações em outras regiões, resultando em contratações que não representam o melhor interesse da Administração.

Em exame profundo e atual da temática em baila, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), guardião da legislação federal, firmou sólido entendimento no sentido de que os efeitos da sanção em exame se estendem a todas as esferas da Federação.

Nesse sentido, veja-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. LIMINAR QUE POSSIBILITA A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA PUNIDA COM PENA DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR. GRAVE LESÃO À ORDEM ADMINISTRATIVA. HISTÓRICO DA DEMANDA (...)A PENALIDADE DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR PREVISTA NO ART. 87, III, DA LEI 8.666/1993 ABRANGE TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NÃO ESTANDO RESTRITA

AO ENTE QUE A IMPÔS 13. É entendimento assente no Superior Tribunal de Justiça que a extensão dos efeitos da pena de suspensão temporária de licitar abrange toda a Administração Pública, e não somente o ente que aplica a penalidade. Nessa linha: AgInt no REsp 1.382.362/PR, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 31/3/2017; MS 19.657/DF, Rel. Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, DJe de 23/8/2013; REsp 174.274/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ de 22/11/2004, p. 294, e REsp 151.567/RJ, Rel. Ministro Francisco Peçanha Martins, Segunda Turma, DJ de 14/4/2003, p. 208. LICITAÇÃO VICIADA - LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS 14. É evidente que a participação de empresas punidas pela Administração com a pena de suspensão temporária de licitar, em concorrências públicas, abrange a ordem e a economia públicas.15. A liminar cuja Suspensão foi postulada impõe que a Administração Pública autorize a participação de empresa em procedimento licitatório contra disposição normativa expressa, cuja observância é obrigatória para a Administração em virtude do princípio da legalidade. Ademais, impede a realização de processo licitatório sem vícios que possam comprometer todo o contrato administrativo e a economia pública.16. O fato de não existir perfeita contemporaneidade do pedido de Suspensão de Liminar com o deferimento da tutela provisória não obsta sua concessão, porque o pleito foi apresentado antes da finalização das Concorrências Públicas, de modo que se encontra presente o interesse em evitar a contratação com a empresa punida, ora agravada.17. O Superior Tribunal de Justiça reconhece a existência de grave lesão à ordem administrativa e à economia pública quando presentes vícios na licitação, bem como a impossibilidade de o Poder Judiciário autorizar a realização do processo licitatório em tal situação. (...) CONCLUSÃO 21. Rendendo homenagens ao judicioso voto do eminente Relator, dele divirjo e dou provimento ao Agravo Interno, deferindo o pedido de suspensão da liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança em questão, com efeitos retroativos à concessão da liminar deferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, até o trânsito em julgado do writ.(AgInt na SS n. 2.951/CE, relator Ministro Herman Benjamin, relator para acórdão Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, julgado em 4/3/2020, DJe de 1/7/2021.) Sem grifos no original.

"ADMINISTRATIVO – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – SUSPENSÃO TEMPORÁRIA – DISTINÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INEXISTÊNCIA – IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA – LEGALIDADE – LEI 8.666/93, ART. 87, INC. III.– É irrelevante a distinção entre os termos Administração Pública e Administração, por isso que ambas as figuras (suspensão temporária de participar em licitação (inc. III) e declaração de inidoneidade (inc. IV) acarretam ao licitante a não-participação em licitações e contratações futuras.– A Administração Pública é una, sendo descentralizadas as suas funções, para melhor atender ao bem comum.– A limitação dos efeitos da "suspensão de participação de licitação" não pode ficar restrita a um órgão do poder público, pois os efeitos do desvio de conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública.– Recurso especial não conhecido". (Relator: Francisco Peçanha Martins; Data do Julgamento: 25/02/2003) o REsp nº 151.567/RJ – Segunda Turma).

Não é outro, o entendimento do Tribunal do Estado do Amazonas, conforme cumpre aqui citar:
DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE CONCEDEU LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. VÍCIO DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL DA PARTE AUTORA. CORREÇÃO DE MODO ESPONTÂNEO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA APENAS TEMPORÁRIA, ENQUANTO PENDENTE RECURSO ADMINISTRATIVO COM EFEITO SUSPENSIVO OU PRAZO PARA SUA INTERPOSIÇÃO. INOCORRÊNCIA NA HIPÓTESE. PRELIMINAR AFASTADA. PROIBIÇÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO (ART. 87, III, DA LEI N. 8.666/1993). EXTENSÃO À ADMINISTRAÇÃO COMO UM TODO, E NÃO RESTRIÇÃO AO ÓRGÃO APLICADOR DA SANÇÃO. INTERPRETAÇÃO QUE MELHOR SE COADUNA COM O PRINCÍPIO DA PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO.

PRECEDENTES DO STJ. I – Agravo interposto contra decisão que concedeu liminar em mandado de segurança. Reanálise dos requisitos para concessão da medida de urgência (fumus boni iuris e periculum in mora). II – Vício de representação processual. Correção espontânea. Ausência de prejuízo. III – Preliminar de ausência de interesse de agir, com base no artigo 5.º, I, da Lei n.º 12.016/2009. Ausência apenas temporária, enquanto pendente de apreciação recurso administrativo com efeito suspensivo ou prazo para interposição deste mesmo recurso. Não escolhida a via administrativa para tentativa de tutela do direito vindicado, sempre haverá interesse em judicializar a questão. IV – Proibição temporária de contratar ou licitar com a Administração. Sanção prevista no artigo 87, III, da Lei n.º 8.666/1993. Extensão à Administração Pública como um todo. Sanção que não resta adstrita ao órgão aplicador da sanção. Precedentes do STJ. Interpretação mais compatível com princípio da predominância do interesse público. V - Ausência do requisito da plausibilidade do direito alegado (fumus boni iuris). Agravo de Instrumento conhecido e provido. (TJ-AM 40007600520148040000 AM 4000760-05.2014.8.04.0000, Relator: João de Jesus Abdala Simões, Data de Julgamento: 11/11/2014, Câmaras Reunidas)

É dizer, por óbvio tal penalidade não poderia ficar restrita a um órgão do poder público, pois os efeitos do desvio de conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública, INDISTINTAMENTE.

A este respeito, valiosas as lições de Marçal Justen Filho (1) :

“não haveria sentido em circunscrever os efeitos da ‘suspensão de participação de licitação’ a apenas um órgão específico. Se um determinado sujeito apresenta desvios de conduta que o inabilitam para contratar com a Administração Pública, os efeitos dessa ilicitude se estendem a qualquer órgão. Nenhum órgão da Administração Pública pode contratar com aquele que teve seu direito de licitar ‘suspenso’. A menos que lei posterior atribua contornos distintos à figura do inc. III, essa é a conclusão que se extrai da atual disciplina legislativa.”

Há, portanto, que se interpretar os dispositivos legais estendendo a força da punição a toda a Administração, e não restringindo as sanções aos órgãos ou entes que as aplicarem. De outra maneira, permitir-se-ia que uma empresa, que já se comportara de maneira inadequada, outrora pudesse contratar novamente com a Administração durante o período em que estivesse suspensa, tornando esta suspensão desprovida de sentido.

Diante do exposto, de RIGOR é, a manutenção da decisão de inabilitação da recorrente ACESSE, ante a suspensão do direito de licitar em seu cadastro junto ao SICAF, penalidade que impede a licitante de contratar temporariamente com toda a Administração Pública do país, conforme entendimento uniformizado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas TJ/AM.

IV- DOS PEDIDOS

Pelo exposto, requer a Recorrida o recebimento destas contrarrazões, no mérito, seja mantida inalterada a decisão no qual sagrou-se vencedora a licitante MÓDULO, não havendo reparo na inabilitação da recorrente ACESSE, empresa suspensa de licitar perante toda Administração Pública do país, sendo medida que se impõe a adjudicação e homologação do certame, na forma do artigo 45 do Decreto 10.024 de 2019 (2).

(1) JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 10. ed. São Paulo: Dialética, 2004.

(2) Art. 45. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do caput do art. 13.

Termos em que,
Pede deferimento.

Registre-se que tanto a intenção recursal quanto as razões e contrarrazões, em prol da transparência dos atos administrativos, foram devidamente disponibilizados, para acesso amplo e irrestrito, no sítio eletrônico desta Instituição no endereço: <https://www.mpam.mp.br/servicos/licitacoes/licitacoes-em-andamento/47-licitacoes/pregao-eletronico-em-andamento/15866-pregao-eletronico-n-4014-2023-cpl-mp-pgj-srp>.

É o que, em síntese, cabe relatar.

3. DAS RAZÕES DE DECIDIR

Ab initio, vale destacar que a Pregoeira conduziu o certame sob os parâmetros dos princípios e regras legais que disciplinam o procedimento licitatório, estabelecidos quer na **Lei n.º 8.666/1993,** Lei de Licitações e Contratos Administrativos, quer na **Lei n.º 10.520/2002**, Lei do Pregão, quer no **Decreto n.º 10.024/2019**, que regulamenta o pregão, na forma eletrônica.

Nesse sentido, lembremos que o dever administrativo de adotar critérios claros, objetivos e legais durante a análise das documentações dos concorrentes em uma licitação decorre da obrigação da Administração Pública manter plena transparência de seus atos, a fim de definir qual a licitante reúne condições de qualificação técnica, jurídica, fiscal e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento de seus deveres, sem desviar-se da observância necessária do princípio da igualdade entre os licitantes, estimulando o caráter competitivo da licitação, constante no artigo 3.º da Lei n.º 8.666/93, abaixo disposto:

> "*A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da* ***legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório****, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." (g.n.)*

Dentre esses princípios, no caso em foco, destaca-se o da ***vinculação ao instrumento convocatório,*** a um, porque esse primado serviu de lastro para toda a construção do inconformismo das licitantes vencidas; e, a duas, porque corresponde exatamente ao fundamento primeiro das providências adotadas pela Pregoeira do certame. Portanto, esse será o norte para as ponderações e conclusões expostas no presente *decisum*, a seguir delineado por fornecedor interessado.

Assim, passamos à análise de mérito.

3.1. Considerações sobre o Recurso interposto pela empresa MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA., CNPJ N.º 07.884.5789/0001-41.

Oportunamente, há que se destacar que a empresa **MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA.**, CNPJ N.º 07.884.5789/0001-41, se insurge quanto à suposta habilitação indevida da empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA.**, CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, que deve ser inabilitada pelo descumprimento das cláusulas editalícias, visto que não comprovou sua **qualificação jurídica**, uma vez que "*a empresa apresentou Certidão de Regularidade de FGTS com validade vencida, 19/03/2023, e com certificado de SICAF apresentando a mesma data vencida*".

A irresignada finaliza, com o seguinte pedido:

> Sejam REVOGADOS os ATOS QUE HABILITARAM E DECLARARAM vencedora do Certame a Licitante MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, com sua consequente DESCLASSIFICAÇÃO, para ao final DECLARAR a RECORRENTE M.D.A. MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA EPP, VENCEDORA DO CERTAME.

Considerando que o cerne da questão está ligada a possível desobediência ao primado da vinculação ao instrumento convocatório, especificamente a apresentação de documento pré-existente, segue a manifestação desta Pregoeira.

3.1.1. Da possibilidade de promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo

O **Decreto n.º 10.024**, de 20 de setembro de **2019**, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, prevê o seguinte:

> **Art. 47.** O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
>
> Parágrafo único. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **caput**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

Nesse sentido, a diligência realizada ocorreu nos exatos limites da Lei e consoante a previsão editalícia do item 25.3, *in verbis*:

> 25.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

Desse modo, conforme exposto acima, esta Pregoeira detinha prerrogativa legal e editalícia para tomar a decisão mencionada pela recorrente em suas razões, logo, é descabido o argumento de inobservância da vinculação ao instrumento convocatório.

3.1.2. Da possibilidade de juntada posterior de documentos que venham a atestar condição preexistente e a adoção do formalismo moderado

Sobre esse ponto específico, a Recorrente **MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA.**, CNPJ N.º 07.884.5789/0001-41, equivocadamente afirma que houve violação a uma norma do Edital do certame, precisamente o item 12.1, "*eis que imprestável a Certidão de FGTS apresentada com prazo de vigência fora de validade*".

Contudo, esquece a Irresignada que o instrumento convocatório deve ser analisado sistematicamente. Desta forma, trago a previsão expressa no Edital do Pregão Eletrônico em comento autorizando a **consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pela Pregoeira:**

> 12.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
>
> 12.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF **até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;**
>
> 12.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
>
> 12.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, **exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019**. (*g.n*)

Assim, verifica-se que a empresa habilitada **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA.**, CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, está regular perante o FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, tendo a Pregoeira realizado diligência e anexado ao caderno processual o "Histórico do Empregador" (doc. nº 1015174, fls. 25), comprovando que a fornecedora possui os seguintes números de Certificado de Regularidade do FGTS - CRF válidos, e importantes para este certame:

Data da Emissão/Leitura	Data da Validade	Número do CRF
28/03/2023	28/03/2023 a 26/04/2023	2023032800502357346736
09/03/2023	09/03/2023 a 07/04/2023	2023030900440994393969

Frise-se que a decisão desta Pregoeira, que foi explanada na sessão pública, está ancorada nos exatos termos do item 12.2.3. (*acima reproduzido*) c/c o item 25.3.1. (*abaixo colacionado*) do Edital:

> 25.3.1. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deverá sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (preexistente), que deixou de ser juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. ***(TCU, Acórdão nº 1.211/2021, do Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, j. em 26.05.2021).***

No presente caso, o documento se prestou a atestar condição **preexistente** da licitante, nos termos do ***Acórdão nº 1.211/2021, do Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, j. em 26.05.2021,*** qual seja sua regularidade jurídica.

No mais, as decisões do Tribunal de Contas da União -TCU apontam para a necessidade de o Pregoeiro ou Comissão de Licitação observar a adoção do formalismo moderado, no sentido de que "*admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame* ***não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto****, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim)* ". ***(g.n)*** **(*Acórdão nº 1.211/2021, do Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, j. em 26.05.2021).***

Por esses motivos, não havendo sido juntados, para efeito de análise do pedido de recurso administrativo, elementos jurídicos que ensejassem a alteração da *ratio decidendi* que culminou na habilitação da empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA** ., CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, mantém-se a decisão por seus próprios fundamentos.

3.2. Considerações sobre o Recurso interposto pela empresa ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA., CNPJ: 22.787.852/0001-03 (doc. 1025138)

Oportunamente, há que se destacar que a empresa **ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA.,** CNPJ Nº 22.787.852/0001-03, se insurge quanto à sua desclassificação, alegando que "*está suspensa de licitar e contratar tão somente na Universidade da Paraíba*".

Todavia, ignora a Recorrente que existem regras expressas no Edital em sentido contrário ao seu pedido. Senão vejamos:

> 5.6. **Não poderá participar,** direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:
>
> (...)
>
> ***5.6.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93*** ; (g.n)
>
> 12.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
>
> a) SICAF;
>
> b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)
>
> (...)
>
> 12.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

De tal sorte que a aplicação de sanção administrativa pressupõe a existência de processo específico para apurar a conduta da empresa, que descumpriu obrigações contratuais, gerando transtornos para a Administração Pública. Assim, uma vez registrada a penalidade de suspensão por órgão da

Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ela é suficiente para impedir a participação da empresa, direta ou indiretamente, nessa licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários, conforme item 5.6.6 do instrumento convocatório.

Nesse sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ, não existindo controvérsia acerca dos limites das sanções de suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar, previstas no art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666/93, conforme abaixo transcrito:

> PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. LIMINAR QUE POSSIBILITA A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA PUNIDA COM PENA DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR. GRAVE LESÃO À ORDEM ADMINISTRATIVA. HISTÓRICO DA DEMANDA (...)A PENALIDADE DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR PREVISTA NO ART. 87, III, DA LEI 8.666/1993 ABRANGE TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NÃO ESTANDO RESTRITA AO ENTE QUE A IMPÔS 13. É entendimento assente no Superior Tribunal de Justiça que a extensão dos efeitos da pena de suspensão temporária de licitar abrange toda a Administração Pública, e não somente o ente que aplica a penalidade. Nessa linha: AgInt no REsp 1.382.362/PR, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 31/3/2017; MS 19.657/DF, Rel. Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, DJe de 23/8/2013; REsp 174.274/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ de 22/11/2004, p. 294, e REsp 151.567/RJ, Rel. Ministro Francisco Peçanha Martins, Segunda Turma, DJ de 14/4/2003, p. 208. LICITAÇÃO VICIADA - LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS 14. É evidente que a participação de empresas punidas pela Administração com a pena de suspensão temporária de licitar, em concorrências públicas, abrange a ordem e a economia públicas.15. A liminar cuja Suspensão foi postulada impõe que a Administração Pública autorize a participação de empresa em procedimento licitatório contra disposição normativa expressa, cuja observância é obrigatória para a Administração em virtude do princípio da legalidade. Ademais, impede a realização de processo licitatório sem vícios que possam comprometer todo o contrato administrativo e a economia pública.16. O fato de não existir perfeita contemporaneidade do pedido de Suspensão de Liminar com o deferimento da tutela provisória não obsta sua concessão, porque o pleito foi apresentado antes da finalização das Concorrências Públicas, de modo que se encontra presente o interesse em evitar a contratação com a empresa punida, ora agravada.17. O Superior Tribunal de Justiça reconhece a existência de grave lesão à ordem administrativa e à economia pública quando presentes vícios na licitação, bem como a impossibilidade de o Poder Judiciário autorizar a realização do processo licitatório em tal situação. (...) CONCLUSÃO 21. Rendendo homenagens ao judicioso voto do eminente Relator, dele divirjo e dou provimento ao Agravo Interno, deferindo o pedido de suspensão da liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança em questão, com efeitos retroativos à concessão da liminar deferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, até o trânsito em julgado do writ.(AgInt na SS n. 2.951/CE, relator Ministro Herman Benjamin, relator para acórdão Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, julgado em 4/3/2020, DJe de 1/7/2021.)

Portanto, ao consultar o registro da licitante **ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA.,** CNPJ Nº 22.787.852/0001-03, no SICAF, conforme espelho nº 1009601, constatou-se a ocorrência de impedimento de licitar, aplicada pela PREFEITURA UNIVERSITÁRIA DA UFPB - Universidade Federal da Paraíba, por *descumprimento de obrigação contratual subscrita no item 1, 10.18 e 10.22 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 007/2021/UFPB/SOF/CLC*, com prazo inicial em 19/05/2022 e **prazo final 19/05/2023**.

Além disso, ainda que presente a vedação do item 5.6.6 do instrumento convocatório, a

Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC analisou os aspectos técnicos da proposta de preço apresentada pela **ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA.,** CNPJ Nº 22.787.852/0001-03, concluindo pela necessidade de "*a empresa demonstrar a exequibilidade dos preços junto a CPL uma vez que os deslocamentos no interior do Amazonas são onerosos*".

Portanto, como demonstrado, a decisão desta Pregoeira está amparada nas normas editalícias, seguindo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Por esses motivos, não havendo sido juntados, para efeito de análise do pedido de recurso administrativo, elementos jurídicos que ensejassem a alteração da *ratio decidendi* que culminou na habilitação da empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA** ., CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, mantém-se a decisão por seus próprios fundamentos.

4. DA CONCLUSÃO

Pelo exposto, esta subscrevente decide conhecer e **NEGAR PROVIMENTO** aos recursos interpostos pelas empresas **MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA.** , CNPJ N.º 07.884.5789/0001-41, e **ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA.**, CNPJ Nº 22.787.852/0001-03, para **MANTER** o posicionamento inicial e, por conseguinte, a habilitação da empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA** ., CNPJ Nº 05.926.726/0001-73.

Não obstante, os autos serão submetidos à **Exma. Sra. Ordenadora de Despesas**, para análise e manifestação acerca desta Decisão, segundo inteligência do § 4.º, do art. 109, da Lei n.° 8.666/93, combinado com o art. 4°, incisos XXI e XXII, da Lei n.° 10.520/2002 e art. 13, inciso IV, do Decreto nº 10.024/2019.

Manaus, 20 de abril de 2023.

Sarah Madalena Barbosa Santos Côrtes

Pregoeira - Portaria n.º 204/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 20/04/2023, às 12:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1025143** e o código CRC **4103B44D**.

MINUTA

MINUTA Nº DE DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - PE 4014

*** MINUTA DE DOCUMENTO**

PROCESSO SEI N.º 2022.017753
Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ

A D J U D I C A Ç Ã O E H O M O L O G A Ç Ã O

C O N S I D E R A N D O a solicitação constante do **MEMORANDO Nº 735.2022.DCCON**.0895651.2022.017753, bem como o teor do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2023.DEAC.**0995724.2022.017753**;**

CONSIDERANDO o disposto na Lei, na Ata da Sessão Pública de realização do Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 22/03/2023 a 20/04/2023, sobretudo, as ponderações do relatório circunstanciado de apreciação do certame de referência, tendo por objeto a ***contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA , com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses***, conforme as condições e especificações descritas no Edital e seus anexos.

CONSIDERANDO a aceitação da proposta e habilitação da empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES)** , CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, no valor de **R$129.400,00** (*cento e vinte e nove mil e quatrocentos reais*);

CONSIDERANDO o **Relatório de Licitação Nº 10.2023.CPL**.1015187.2022.017753, o qual demonstra que a realização deste Pregão significou uma **economia de R$2.857,64** (*dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos*), ou seja, uma **redução de aproximadamente 2,16% do valor estimado pela Administração**;

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n.º 10.520/2002, dos Atos PGJ n.º 322 e e nº 389/2007, do Decreto Federal n.º 10.024/2019 e do Decreto Estadual n.º 24.818/2005;

CONSIDERANDO a interposição de Recurso, por parte das empresas **MDA MANUTENÇÃO DE**

ELEVADORES LTDA., CNPJ N.º 07.884.5789/0001-41, e**ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA.**, CNPJ Nº. 22.787.852/0001-03, no prazo e condições de que trata o art. 4º, incisos XVIII e XX, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

CONSIDERANDO o teor da DECISÃO Nº 21.2023.CPL.1025143.2022.017753, para **MANTER** o posicionamento inicial e, por conseguinte, **aceitar a proposta** e **habilitar** a empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA. (ORONA AMG ELEVADORES)**, CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, e a fim de dar seguimento ao certame, nos termos do art. 17, inciso VII, do Decreto n.º 10.024/2019;

CONSIDERANDO o teor do DESPACHO XXXXXX, por onde foi mantida a DECISÃO Nº 21.2023.CPL.1025143.2022.017753, proferida por Sr(a). Pregoeiro(a), segundo inteligência do § 4.º, do art. 109, da Lei n.° 8.666/93, combinado com o art. 4°, incisos XXI e XXII, da Lei n.° 10.520/2002, e art. 13, IV, do Decreto nº 10.024/2019;

R E S O L V E:

I – **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** o resultado do procedimento licitatório, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ**, em favor da empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA. (ORONA AMG ELEVADORES)**, CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, no valor de **R$129.400,00** (*cento e vinte e nove mil e quatrocentos reais*), em consonância com a ata de realização do cotejo e demais documentações complementares;

II – À **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, para as providências cabíveis;

III – Após, ao **SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS**, para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), XX de abril de 2023.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Ordenadora de Despesas

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 20/04/2023, às 12:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1028266** e o código CRC **1765EB37**.

RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 10.2023.CPL.1015187.2022.017753

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.003/2023-CPL/MP/PGJ.

PROCESSO SEI Nº 2022.017753

Excelentíssima Senhora Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos,

A Pregoeira, Senhora **SARAH MADALENA BARBOSA SANTOS CÔRTES**, designada por força da PORTARIA N° 204/2023/SUBADM, de 09/03/2023 (doc. 1007401), vem apresentar e submeter à apreciação de Vossa Excelência o relatório circunstanciado do Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ, tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, concernente ao **Processo SEI N.º 2022.017753,** que tem por objeto a ***contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.***

1. DA EVOLUÇÃO DOS AUTOS

A evolução dos autos ocorreu conforme descrição e datas constantes no **Histórico do Processo 2022.017753,** disponível para consulta na rotina "Consultar Andamento".

2. DA PUBLICIDADE

Os Avisos da Licitação foram publicados no *Comprasnet*, aos 08/03/2023 (doc. 0996380 e 0996383), a fim de ser disponibilizado a partir do dia 09/03/2023; no matutino local "Jornal do Commercio", Edição n.º 43.749, de 09/03/2023 (doc. 0998710); no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas – DOMPE, Edição n.º 2563, no dia 08/03/2023 (doc. 0998611) e no sítio institucional do MPE/AM (www.mpam.mp.br).

3. DA SESSÃO PÚBLICA

3.1. Do Credenciamento – As licitantes credenciaram-se na Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamente e Gestão, através das regras do sistema *Comprasnet*, no sítio eletrônico https://www.gov.br/compras/pt-br.

3.2. Da Proposta – As propostas foram enviadas pelos licitantes através da internet desde 09/03/2023 até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, a saber, dia 22/03/2023, às 10h (horário de Brasília-DF).

Iniciada a sessão, as propostas foram analisadas conforme prescrição do item 9 do Edital (doc. 0995847), compatibilizando-as com as especificações contidas no **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2023.DEAC**.0995724.2022.017753**.**

A Pregoeira ressaltou pontos do Edital reputados importantes e alertou os participantes para que observassem com cautela as disposições concernentes às convocações emitidas e aos prazos previstos para implementação das providências por ela requeridas, comunicando a todos que os eventos seriam devidamente informados no próprio sistema (*chat*), para o adequado acompanhamento do cotejo.

Informou-se, também, que o Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ seria realizado conforme os ditames do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

Nessa etapa, ainda, recomendou-se aos interessados que considerassem atentamente, quando da oferta dos lances, as condições de fornecimento dos materiais e/ou prestação dos serviços reclamados, uma vez que deveriam ser rigorosamente cumpridas quando da execução, com destaque aos prazos estabelecidos, sob pena de eventual aplicação de sanções administrativas.

3.3. Da Fase de Lances – Antes de iniciar os lances, a Pregoeira pontuou quanto ao modo de oferta de lances (ABERTO e FECHADO), bem como acerca da prorrogação automática pelo Sistema Comprasnet, conforme se verifica na **ATA DA SESSÃO** do Pregão Eletrônico em epígrafe (doc. 1018541).

3.4. Da Aceitação – Logo em seguida, a Pregoeira convocou para apresentação a proposta da licitante mais bem colocada na ordem de classificação dos lances do grupo único, quem seja, **ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA.**, CNPJ Nº 22.787.852/0001-03, conforme itens 9 e 10, do instrumento convocatório.

Contudo, ao avaliar as condições para participação no certame, com base no item 5 do instrumento convocatório, apesar de ter solicitado manifestação da área técnica sobre a proposta, constatou-se o registro de **ocorrência de suspensão temporária** da empresa **ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA.**, CNPJ Nº 22.787.852/0001-03, **até 19/05/2023**, conforme espelho do SICAF nº 1009601, motivo pelo qual, ante a expressa vedação prevista no item 5.6.6 do instrumento convocatório, restou prejudicada a análise da Proposta de Preço nº 1007808, conforme pontuado no **Ofício Nº 125.2023.CPL**.1009979.2022.017753.

Por esta razão, foi a empresa desclassificada, oportunidade na qual, dando prosseguimento ao feito, com base no item 11.7 do Edital, convocou-se a empresa classificada em segundo lugar, no caso, **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES)** , CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, para apresentação da proposta de preço ajustada ao seu último lance, com demais documentos necessários ao adequado exame da oferta.

Uma vez verificado o cumprimento dos prazos fixados e, também, de todos os aspectos formais reclamados pela Administração, inclusive figurando abaixo do valor estimado pela Administração, quando comparado ao **QUADRO - RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA Nº 44.2023.SCOMS**.0979813.2022.017753 e à **NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS/ADJUDICAÇÃO - NAD Nº 73.2023.DOF - ORÇAMENTO.**0983250.2022.017753, levantou-se a necessidade de análise técnica da proposta apresentada pela empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES)** , CNPJ Nº 05.926.726/0001-73.

Desta feita, foi a documentação nº 1009976 encaminhada para exame acurado pela DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO - DEAC, nos termos do subitem **11.1.2.** do instrumento convocatório, conforme Ofício Nº 68.2023.CPL.0987732.2022.016003, de 23/02/2023.

Em resposta, a área técnica emitiu o **Memorando Nº 106.2023.DEAC**.1012652.2022.017753, *in letteris*:

(...)

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA		
Item	Descrição	
11.1.	Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.	Critério de análise CPL
11.1.1.	A Proposta de Preços deverá ser apresentada conforme **Anexo V**, constando dela todas as informações descritas no referido modelo, essenciais à avaliação pelo Pregoeiro.	A proposta atende ao edital.
11.1.2.	A proposta e documentação será analisada por engenheiros da **DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC** desta Instituição Ministerial, para fins de verificação do atendimento às características e exigências reclamadas no edital e anexos.	Proposta analisada.
11.2.	**Serão desclassificadas as propostas que, ressalvado o disposto no subitem 11.4. deste Edital:**	

11.2.1.	Não atendam às exigências do edital e Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;	A proposta está clara, isenta de irregularidades e sem omissões.
11.2.2.	Apresentem preços finais (globais ou unitários) superiores ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível, aplicando-se, por analogia, as disposições previstas no parágrafo primeiro do artigo 48 da Lei n.º 8.666/93.	Os valores estão abaixo do levantado no Mapa de preços (doc. N.º 0979812);
11.2.2.1.	Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.	A proposta não apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
11.2.3.	No momento do preenchimento do campo de **"Descrição detalhada do objeto ofertado"** no Sistema Comprasnet identifique sua empresa, o que não se confunde com a proposta inicial juntada ao Sistema e a proposta final/reajustada após convocação pelo Pregoeiro.	Critério de análise da CPL;
11.3.	No que couber, se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, **no prazo de 1 (um) dia útil a contar da convocação pelo Pregoeiro.**	Critério de análise da CPL;
11.3.1.	Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;	Critério de análise da CPL;
11.4.	A existência de **erros materiais ou omissões** nas propostas de preços das participantes não ensejará sua desclassificação antecipada.	A proposta não apresenta erros materiais ou omissões;
11.4.1.	**Verificada a presença de erros sanáveis** na proposta de preços, o Pregoeiro, ou Administração, poderá realizar diligência junto à Licitante para a devida correção apenas das falhas apontadas, mediante apresentação de nova	A proposta não apresenta erros

	oferta, com desconto nunca inferior a **0,01% (um centésimo percentual) do valor total de sua última proposta, limitado a 3 (três) oportunidades.**	erros sanáveis;
11.5.	Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;	Critério de análise da CPL;
11.6.	O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.**	Critério de análise da CPL;
11.6.1.	É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.	Critério de análise da CPL;
11.6.2.	Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.	Critério de análise da CPL;
11.7.	Se a melhor oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração da melhor proposta.	Critério de análise da CPL;
11.8.	Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.	Critério de análise da CPL;
11.9.	O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.	Critério de análise da CPL;
11.9.1.	Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.	Critério de análise da CPL;
11.9.2.	A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.	Critério de análise da CPL;

11.10.	Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.	Critério de análise da CPL;
11.11.	**A apresentação da proposta implicará a plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.**	Na proposta empresa apresentou esta declaração.
11.12.	Quando da proposta de preços não constar quaisquer declarações, prazos previstos, quer sejam os de garantia, validade dos produtos, validade da proposta ou de entrega, entender-se-á que estão aceitos os constantes do Edital.	Junto a proposta constam as declarações solicitados no edital.
11.13.	Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.	Critério de análise da CPL;
11.14.	Encerrada a análise e sendo aceitável a proposta, o pregoeiro admitirá a licitante à fase de habilitação, observado o disposto neste Edital.	Critério de análise da CPL;
11.15.	Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, podendo ser consultado acerca da manutenção dos preços ofertados.	Critério de análise da CPL;
11.16.	Sendo aceitável a proposta, o pregoeiro efetuará consulta "on-line" ao **sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, para comprovar a regularidade do licitante.	Critério de análise da CPL;
11.16.1.	Nos casos em que a habilitação exigir documentos que não estejam contemplados no SICAF, o pregoeiro solicitará do respectivo licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.	Critério de análise da CPL;
11.17.	Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, o proponente será declarado vencedor.	Critério de análise da CPL;

Com base na análise demostrada no quadro acima a proposta Empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES)**, CNPJ Nº 05.926.726/0001-73 (docs. N.º 1009976) referente ao **Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ** ***(Manutenção Preventiva e Corretiva Elevadores)****, com*

fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e materiais de reposição necessários para execução dos serviços, este técnico declara que a proposta está apta para dar prosseguimento ao certame.

Oportunamente, ressalte-se que, como demonstrado no **Memorando Nº 104.2023.DEAC.**1012568.2022.017753, a **Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC** analisou a proposta de preço nº 1007808, da **ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO LTDA.,** CNPJ Nº 22.787.852/0001-03, e concluiu que "*faz-se necessário a empresa demonstrar a exequibilidade dos preços junto a CPL uma vez que os deslocamentos no interior do Amazonas são onerosos*."

Destarte, a proposta de preços apresentada pela licitante **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES)** , CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, foi devidamente **aceita** pela Pregoeira, conforme registrado na **ATA DE REALIZAÇÃO** (doc. 1018541) do certame em cotejo.

3.5. Da Habilitação – Na sequência, esta subscrevente examinou a documentação de habilitação da **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES)**, CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, enviada no mesmo momento da cadastro da proposta, seguindo-se a orientação do subitem 7.1 do Edital.

Recebidos os documentos, optou-se por solicitar a **análise e manifestação** da Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC acerca dos documentos relativos à qualificação técnica (1014702) enviados pela empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES)**, CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, nos termos do Ofício Nº 132.2023.CPL.1014703.2022.017753.

Nesse ensejo, por meio do **Memorando Nº 108.2023.DEAC**.1014754.2022.017753, a Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC confirmou "*que a empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES), CNPJ Nº 05.926.726/0001-73 cumpre os requisitos, consoante item 3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO, do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2023.DEAC.0995724.2022.017753*".

Isto posto, procedeu-se à fase de julgamento das condições de habilitação, utilizando-se, inclusive, das informações do **Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF** da empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES)** , CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, dentre eles, Certificado de Registro Cadastral - **CRC** - Comprasnet; Relatório Nível I - Credenciamento e Situação do Fornecedor - SICAF, devidamente anexados aos autos (doc. 1009978).

Nessa etapa, verificou-se a autenticidade das certidões negativa de débitos (ou positiva com efeitos de negativa), mediante SICAF, bem como da de ausência de distribuição de feitos de falência ou recuperação judicial, junto à Justiça Estadual de domicílio de cada licitante (doc. 1015164). Da mesma sorte procedeu-se com os demais documentos de habilitação (doc. 1015174) da interessada que permitiam a convalidação eletrônica, conforme consta dos autos.

Os documentos de habilitação interpostos permitiam a convalidação via *internet*, razão pela qual a Pregoeira deixou de exigir seus originais e/ou cópias autenticadas, tendo por corolário os *Princípios da Celeridade e Finalidade dos Atos Públicos.*

Passo seguinte, passou-se à verificação das condições da licitante quanto à ausência de sanções pela Administração Pública, no SICAF do *Comprasnet*, bem como na Relação de Empresas com Sanção Administrativa em Vigor, do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS – TCE**, na Relação de Licitantes Inidôneos do **TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU,** na Lista de Empresas Suspensas/Impedidas da **COMISSÃO GERAL DE LICITAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS – CGL**, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da **CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU**, no Cadastro Nacional de Condenações Civis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA) do **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ** e na Relação de pessoas jurídicas impedidas de contratar com a Administração Pública da **SEFAZ-AM**, **NÃO** sendo constatados registros que indicassem restrições à contratação.

Cumpre destacar que com o objetivo de atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais, presentes nas Leis nº 12.965/14 e nº 13.460/18; e no Decreto nº 8.638/2016, o **Tribunal de Contas da União - TCU** passou a disponibilizar ferramenta que permite a consulta consolidada de pessoas jurídicas que reúne, em um só lugar – e em relatório único - a relação de Licitantes Inidôneos do TCU; CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas, ambos do Portal da Transparência. Assim, esta subscrevente promoveu a juntada da Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica da empresa vencedora (doc. 1012973).

Concluída a análise dos documentos de habilitação, conforme item 12 do instrumento convocatório e, estando todos conforme e de acordo com a previsão editalícia, a Pregoeira decidiu **HABILITAR** a empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES)**, CNPJ Nº 05.926.726/0001-73.

3.6. Do Recurso – Logo após, concedeu-se o prazo de **30 (trinta) minutos** para registro de intenção de recurso por parte das demais licitantes, quanto ao item vencido pela empresa habilitada, havendo manifestação nesse sentido, conforme abaixo destacado:

3.6.1 Da Manifestação de Intenção Recursal

3.6.1.1. CNPJ: 07.884.5789/0001-41 **- Razão Social/Nome: MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA.** (doc. 1025117):

INTENÇÃO DE RECURSO:

Solicitamos a inabilitação da MODULO, pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, conforme os itens: 12.11.2.; 12.11.4.; 12.14. A empresa apresentou Certidão de Regularidade de FGTS com validade vencida, 19/03/2023, e com certificado de SICAF apresentando a mesma data vencida, deste modo solicitamos que a habilitação jurídica seja considerada natimorta e que seja avançado a fase de convocação para novas empresas. O avanço do certame não ensejará custos maiores ao erário.

3.6.1.2. CNPJ: 22.787.852/0001-03 **- Razão Social/Nome: ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA.** (doc. 1025121):

INTENÇÃO DE RECURSO:

Manifestamos a intenção de recurso sobre a decisão de desclassificação da nossa empresa, salientamos que esse punição registrado no SICAF se restringe exclusivamente ao orgão:153066 -

PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB Diante do exposto, solicitamos a que o pregoeiro acate a nossa solicitação.

Tendo a Pregoeira verificado a presença dos pressupostos recursais de admissibilidade, resolveu aceitar as manifestações das mencionadas licitantes, abrindo-se o prazo legal para oferecimento das razões de recurso de 03 (três) dias corridos, logo, com data final até o dia 10/04/2023, 23h59min.

3.7. Das Razões Recursais e Contrarrazões

No prazo proposto, as empresas **MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA.,** CNPJ N.º 07.884.5789/0001-41, e **ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.**, CNPJ N. º 22.787.852/0001-03, (doc. 1025132) anexaram ao Sistema Comprasnet suas alegações de inconformismo, as quais foram apensadas aos autos (doc. 1025132 e 1025138, respectivamente).

Do mesmo modo, a teor do § 3º, do art. 109, da Lei n.° 8.666/93, combinado com o inciso XVIII, do art. 4.°, da Lei n.° 10.520/2002, no prazo de **3 (três) dias corridos** a empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA** ., CNPJ N.º 05.926.726/0001-73, apresentou contrarrazões em face de cada recurso manejado (doc. nº 1025134 e nº 1025140 , respectivamente)

3.8. Da Decisão dos Recursos

Pelas razões expostas na **DECISÃO Nº 21.2023.CPL.1025143.2022.017753**, esta subscrevente decidiu conhecer e **NEGAR PROVIMENTO** aos recursos interpostos pelas empresas **MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA.**, CNPJ N.º 07.884.5789/0001-41, e **ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA.**, CNPJ Nº 22.787.852/0001-03, para **MANTER** o posicionamento inicial e, por conseguinte, a **habilitação** da empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**., CNPJ Nº 05.926.726/0001-73.

Não obstante, os autos serão submetidos à **Exma. Sra. Ordenadora de Despesas**, para análise do **NÃO PROVIMENTO** dos recursos, segundo inteligência do § 4.º, do art. 109, da Lei n.° 8.666/93, combinado com o art. 4°, incisos XXI e XXII, da Lei n.° 10.520/2002 e art. 13, IV, do Decreto nº 10.024/2019.

4. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOÇÃO

Em face da interposição recursal, e diante da necessidade de remessa dos autos para exame e manifestação da **Exma. Sra. Ordenadora de Despesas**, caso entenda pela manutenção da **DECISÃO Nº 21.2023.CPL.1025143.2022.017753,** deverá proceder a **ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO** do objeto do certame à **empresa vencedora MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**., CNPJ N.º 05.926.726/0001-73), no valor global de **R$129.400,00** (*cento e vinte e nove mil e quatrocentos reais*) **.**

5. DA ECONOMICIDADE

Destaque-se que o valor estimado para a prestação do serviço ora licitado foi de

R$132.257,64 (*cento e trinta e dois mil, duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos*), sendo que, caso seja mantida a **DECISÃO Nº 21.2023.CPL.1025143.2022.017753**, o valor total da adjudicação decorrente do êxito do certame em comento será de **R$129.400,00** (*cento e vinte e nove mil e quatrocentos reais*), o que significará uma **economia de R$2.857,64** (*dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos*)**,** ou seja, uma **redução de aproximadamente 2,16% do valor inicialmente orçado pela Administração**.

É o Relatório.

Manaus, 20 de abril de 2023.

Sarah Madalena Barbosa Santos Côrtes

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - Portaria n.º 204/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 20/04/2023, às 12:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1015187** e o código CRC **4A465D94**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DESPACHO Nº 34.2023.CPL.1015190.2022.017753

Processo SEI Nº 2022.017753

Objeto: *Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses.*

Considerando a realização do Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ, iniciado em 22 de março e encerrado em 31 de março do corrente ano;

Considerando a interposição de Recurso por parte das empresas **MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA.**, CNPJ N.º 07.884.5789/0001-41, e **ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA.**, CNPJ Nº 22.787.852/0001-03, no prazo e condições de que trata o art. 4º, incisos XVIII e XX, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

Considerando que, dentre os requisitos de validade, o resultado do certame necessita de adjudicação e homologação pelo Ordenador de Despesas desta Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, do Ato PGJ nº 389/2007, Decreto Federal nº 10.024/2019 e do Decreto Estadual nº 24.818/2005;

Encaminhem-se os autos do Processo em epígrafe à Exma. Sra. Dra. **SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS**, para análise e pronunciamento decisório quanto ao teor da **DECISÃO Nº 21.2023.CPL.1025143.2022.017753**, a fim de que, caso assim entenda, mantenha a decisão proferida por esta Pregoeira, segundo inteligência do § 4º, do art. 109, da Lei n.° 8.666/93, combinado com o art. 4°, incisos XXI e XXII, da Lei n.° 10.520/2002 e art. 13, inciso IV, do Decreto nº 10.024/2019, e proceda, caso seja conveniente e oportuno, a adjudicação e homologação do objeto do certame à **empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES)**, CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, no valor global de **R$129.400,00** (*cento e vinte e nove mil e quatrocentos reais*).

Manaus, na *data da assinatura eletrônica.*

Sarah Madalena Barbosa Santos Côrtes

Membro da Comissão Permanente de Licitação
Pregoeira - Portaria n.º 204/2023/SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Sarah Madalena Barbosa Santos Cortes**, **Membro da Comissão Permanente de Licitação - CPL**, em 20/04/2023, às 12:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1015190** e o código CRC **F11B7C37**.

DECISÃO Nº 30.2023.01AJ-SUBADM.1029714.2022.017753

PROCESSO N° 2022.017753

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, FORNECIMENTO TOTAL DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE CONSUMO, E DEMAIS MATERIAIS DE REPOSIÇÃO NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NOS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE VERTICALES DOS PRÉDIOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, NO ESTADO DO AMAZONAS, POR UM PERÍODO DE 12 MESES.

INTERESSADA: DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC

Trata-se de procedimento administrativo deflagrado a partir do **MEMORANDO Nº 735.2022.DCCON** (0895651), da lavra da **Sra. Caroline Ellen Bezerra**, **Chefe da Divisão de Contratos e Convênios**, por meio do qual **informou acerca da expiração do Contrato Administrativo nº 004/2018 - MP/PGJ**, que não poderia mais ser prorrogado pois completará 60 (sessenta) meses de vigência na data de 19.03.2023, **e considerando a necessidade da continuidade na prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas**, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, encaminhou os autos ao Gestor/Fiscal do referido Contrato para adoção de providências cabíveis, caso fosse necessária a continuação da prestação dos serviços objeto do contrato.

Em seguida, a Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo, por meio do **MEMORANDO Nº 238.2022.DEAC** (0898665), encaminhou o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 23.2022.DEAC** (0898631) para análise e aprovação.

Após análise do referido documento, a Assessoria Jurídica, por meio do **PARECER Nº 120.2022.01AJ-SUBADM** (0900865), entendeu que todos os critérios exigíveis estavam presentes no referido documento, motivo pelo qual opinou pela aprovação do Termo de Referência, tendo sido acolhida a peça opinativa através do **DESPACHO Nº 596.2022.01AJ-SUBADM** (0900866).

Ressalta-se que, na data de 28/09/2022, a Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC chamou o processo à ordem a fim de juntar ao presente caderno processual o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 28.2022.DEAC** (0905588), uma vez que verificou a ausência do equipamento instalado na unidade da Paraíba - (prédio locado), conforme se verifica na **INFORMAÇÃO Nº 74.2022.DEAC** (0905575).

Ato contínuo, o Setor de Compras e Serviços - SCOMS, através do **MEMORANDO Nº 96.2023.SCOMS** (0979807), informou que realizou pesquisa de mercado via e-mail e telefone, consultando várias empresas fornecedoras, conforme registros de e-mail (0901976, 0902020, 0905231, 0905847, 0914432, 0935247 e 0974869). Dos potenciais fornecedores consultados nenhum encaminhou proposta válida durante o período da pesquisa, motivo pelo qual recorreu à plataforma on-line no Sistema Banco de Preços, através de acesso virtual no site <https://www.bancodeprecos.com.br/>, onde fora realizada a pesquisa de preços utilizando a Média Saneada das Propostas Finais (TCU) para obtenção da média que serviu de base para a elaboração dos documentos abaixo e a produção do Relatório da Cotação - Banco de Preços (0979810). Por fim, informou que os valores propostos apenas pelas duas supracitadas empresas serviram de base para a elaboração do **MAPA DEMONSTRATIVO DE PREÇOS N.º 12.2023.SCOMS** (0979812) e do **QUADRO-RESUMO DO PROCESSO DE COMPRA N.º 44.2023.SCOMS** (0979813), com valor total de **R$ 132.257,64 (cento e trinta e dois mil duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).**

Após, os autos foram encaminhados à Diretoria de Orçamento e Finanças – DOF que, por meio da **NOTA DE AUTORIZAÇÃO DE DESPESAS/ADJUDICAÇÃO -NAD Nº 73.2023.DOF - ORÇAMENTO** (0983250), informou acerca da disponibilidade financeira e encaminhou os autos à Comissão Permanente de Licitação - CPL.

Por sua vez, a Comissão Permanente de Licitação, através do **OFÍCIO Nº 74.2023.CPL** (0990656), entendeu que a contratação deveria ser formalizada obrigatoriamente por meio de termo de contrato, motivo pelo qual encaminhou o presente caderno processual à Divisão de Contratos e Convênios – DCCON para que fosse verificada a necessidade de confecção de Minuta de Contrato Administrativo ou Minuta de Termo de Garantia e Assistência Técnica.

Em seguida, a Divisão de Contratos e Convênios, por meio do **MEMORANDO Nº 239.2023.DCCON** (0991596), juntou ao processo em epígrafe a **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10.2023.DCCON** (0990747) e encaminhou os autos à CPL para prosseguimento do feito.

Por fim, a Comissão Permanente de Licitação - CPL, através do **DESPACHO Nº 20.2023.CPL** (0993841), realizou a juntada da **MINUTA DE EDITAL Nº 12.2023.CPL** (0990820), para realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA,** com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, para análise e aprovação desta SUBADM.

Após exame dos referidos documentos, considerando a presença dos requisitos exigíveis, a Assessoria Jurídica, por meio do **PARECER Nº 59.2023.01AJ-SUBADM** (0994244), manifestou-se conclusivamente da seguinte maneira:

> **III. CONCLUSÃO**
>
> *Ex positis,* esta Assessoria Jurídica **OPINA** pela **APROVAÇÃO, COM RESSALVAS**, do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 28.2022.DEAC** (0905588), uma vez que fora verificada a existência de contradição no Detalhamento do Objeto (item 2), tendo em vista que os serviços eventualmente contratados deverão ser executados em **10 (DEZ) equipamentos instalados nos prédios da PGJ/AM, instalados em MANAUS, HUMAITÁ, AUTAZES e TEFÉ**, apesar de constar no item 2.1 do Termo de Referência que os "*serviços de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA** dos equipamentos de transporte vertical deverão ser executados nos seis equipamentos instalados nos prédios da PGJ/AM*", sendo necessária a retificação do referido item a fim de não gerar dúvidas quanto da realização do certame.
>
> Ademais, **OPINA** pela **APROVAÇÃO** da **MINUTA DE EDITAL Nº 12.2023.CPL** (0990820), para realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA,** com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, modo de disputa **ABERTO e FECHADO**, e da **MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10.2023.DCCON** (0990747), considerando a presença dos requisitos exigíveis.
>
> Importante frisar que a Lei nº 14.133/2021, a nova Lei de Licitações, em que pese não ter revogado de imediato todos os dispositivos da Lei nº 8.666/93, já previu em seu artigo 6º, XXIII, a definição e os elementos do Termo de Referência, sendo indispensável que as unidades deste Ministério Público iniciem a cautelosa transposição dos ensinamentos do novo mandamento legal aos documentos correlatos às licitações e aos contratos administrativos vindouros, preparando-se para a total revogação da Lei nº 8.666/93.
>
> Ressalta-se ainda que, de acordo com o inciso II do art. 193 da Lei n° 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações entrará em vigor a partir de 01/04/2023, e, conforme dispõe o art. 191 do referido diploma legal, até o decurso do prazo a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente sob os dtames da Lei n° 8.666/1993 ou da Lei n° 14.133/2021.
>
> Assim considerando que as presnetes minutas estão utilizando como fundamento a Lei n° 8.666/1993 e a Lei nº. 10.520/2002, considerando ainda que o ordenamento jurídico encontra-se no período de transição entre os referidos diplomas legais, bem como a orientação contida nos Comunicados n° 10/2022 e n° 13/2022 da SEGES/ME, entende-se que deve ser observada a publicação do edital ou do aviso da contratação direta para garantir a ultratividade do regime antigo, sob pena de necessária retificação para readequação ao ditames da Nova Lei de Licitações.

A referida peça opinativa foi acolhida na íntegra pelo **DESPACHO Nº 264.2023.01AJ-SUBADM** (0994674), sendo determinada a retificação do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 28.2022.DEAC** (0905588). Em atenção ao determinado, fora elaborado o **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2023.DEAC** (0995724).

Dando continuidade à instrução processual, o **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ foi devidamente publicado** no *Comprasnet*, aos 08/03/2023 (0996380 e 0996383), a fim de ser disponibilizado a partir do dia 09/03/2023; no matutino local "Jornal do Commercio", Edição n.º 43.749, de 09/03/2023 (0998710); no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas – DOMPE, Edição n.º 2563, no dia 08/03/2023 (0998611) e no sítio institucional do MPE/AM (www.mpam.mp.br).

O certame foi iniciado em 22/03/2023, às 10h (horário de Brasília/DF), para a escolha da proposta mais vantajosa para a ***contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses,*** conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e anexos. **A licitação teve como critério de julgamento o menor preço global**.

No dia 31/03/2023, durante a sessão pública do certame, as empresas irresignadas manifestaram-se preliminarmente da seguinte maneira:

Empresa MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA. (1025117):

> **INTENÇÃO DE RECURSO:**
>
> Solicitamos a inabilitação da MODULO, pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, conforme os itens: 12.11.2.; 12.11.4.; 12.14. A empresa apresentou Certidão de Regularidade de FGTS com validade vencida, 19/03/2023, e com certificado de SICAF apresentando a mesma data vencida, deste modo solicitamos que a habilitação jurídica seja considerada natimorta e que seja avançado a fase de convocação para novas empresas. O avanço do certame não ensejará custos maiores ao erário.

Empresa ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA. (1025121):

> **INTENÇÃO DE RECURSO:**
>
> Manifestamos a intenção de recurso sobre a decisão de desclassificação da nossa empresa, salientamos que esse punição registrado no SICAF se restringe exclusivamente ao orgão:153066 - PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB Diante do exposto, solicitamos a que o pregoeiro acate a nossa solicitação.

Tendo a Pregoeira verificado a presença dos pressupostos recursais de admissibilidade, resolveu aceitar as manifestações da mencionadas licitantes, abrindo-se o prazo legal para oferecimento das razões de recurso de 03 (três) dias corridos, logo, com data final até o dia 10/04/2023, 23h59min.

Assim, no prazo proposto, a empresa **MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA.**, CNPJ N.º 07.884.5789/0001-41, e a empresa **ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.**, CNPJ N.º 22.787.852/0001-03, anexaram ao Sistema Comprasnet suas alegações de inconformismo, as quais foram apensadas aos autos (1025132 e 1025138), arguindo, em suma, que houve possível irregularidade no certame.

Ato contínuo, a teor do § 3º, do art. 109, da Lei n.° 8.666/93, combinado com o inciso XVIII, do art. 4.°, da Lei n.° 10.520/2002, no prazo de **3 (três) dias corridos** a empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA** ., inscrita no CNPJ N.º 05.926.726/0001-73, apresentou contrarrazões em face de cada recurso manejado.

Após análise das razões recursais e das contrarrazões, a Comissão Permanente de Licitação, por meio da **DECISÃO Nº 21.2023.CPL** (1025143), concluiu da seguinte maneira:

> **4. DA CONCLUSÃO**
>
> Pelo exposto, esta subscrevente decide conhecer e **NEGAR PROVIMENTO** aos recursos interpostos pelas empresas **MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA.**, CNPJ N.º 07.884.5789/0001-41, e **ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA.**, CNPJ Nº 22.787.852/0001-03, para **MANTER** o posicionamento inicial e, por conseguinte, a habilitação da empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA** ., CNPJ Nº 05.926.726/0001-73.
>
> Não obstante, os autos serão submetidos à **Exma. Sra. Ordenadora de Despesas**, para análise e manifestação acerca desta Decisão, segundo inteligência do § 4.º, do art. 109, da Lei n.° 8.666/93, combinado com o art. 4°, incisos XXI e XXII, da Lei n.° 10.520/2002 e art. 13, inciso IV, do Decreto nº 10.024/2019.

Posteriormente, os autos foram encaminhados a esta SUBADM, conforme **DESPACHO Nº 34.2023.CPL** (1015190).

É o relato no essencial. Passo a decidir.

Isto posto, passo a analisar a irresignação da licitante **MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA.** (1025117), CNPJ N.º 07.884.5789/0001-41, que arguiu, em suma, que houve possível irregularidade no certame, conforme transcrição abaixo:

> A Recorrente apresentou intenção de interposição de recurso em razão da Certidão de FGTS apresentada pela MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, está sem vigência, eis que na data da sessão pública do dia 22 de março de 2023, a Certidão de Regularidade do FGTS, apresentada pela MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, estava vencida desde 19 de março de 2023, conforme Ata de realização do Pregão Eletrônico.
> Destarte, estando a Certidão de FGTS vencida na data da sessão pública realizada no dia 22 de março de 2023, deve de pronto ser declarado a inabilitação da Licitante MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA.
> Em atendimento ao PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, deve de pronto ser REVOGADA A DECISÃO DO PREGOEIRO que HABILITOU E DECLAROU VENCEDORA A LICITANTE MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, por inobservância do item 12.1, da Norma Editalícia, vejamos:
> 12.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza, não contenham validade, e poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da CPL, ou por publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo

> aceitos “protocolos” ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos neste edital.
> Ínclito Julgador, ressaltamos que não carece de muitos esforços para compreender a Norma Editalícia em apreço, estando taxativo o texto do item 12.1, eis que imprestável a Certidão de FGTS apresentada com prazo de vigência fora de validade.
> Diante do exposto, tendo em vista que a Licitante MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, não atendeu às exigência do item 12.1, do Edital do Pregão Eletrônico 4014/2023-CPL/MP/PGJ, requer:
> Sejam REVOGADOS os ATOS QUE HABILITARAM E DECLARARAM vencedora do Certame a Licitante MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA, com sua consequente DESCLASSIFICAÇÃO, para ao final DECLARAR a RECORRENTE M.D.A. MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA EPP, VENCEDORA DO CERTAME.

Conforme exposto pela Comissão Permanente de Licitação, o Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, prevê o seguinte:

> **Art. 47.** O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
>
> Parágrafo único. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **caput**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

Nesse sentido, a diligência realizada ocorreu nos exatos limites da Lei e consoante a previsão editalícia do item 25.3, *in verbis*:

> 25.3. É facultada ao pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

Desse modo, conforme exposto acima, a Pregoeira detinha prerrogativa legal e editalícia para tomar a decisão mencionada pela Recorrente em suas razões, logo, é descabido o argumento de inobservância da vinculação ao instrumento convocatório.

Ademais, importa resslatar que consta previsão expressa no Edital do Pregão Eletrônico em comento autorizando a **consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pela Pregoeira:**

> 12.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
>
> 12.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF **até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;**
>
> 12.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
>
> 12.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, **exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019**. (*grifo*)

Assim, verifica-se que a empresa habilitada **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**., CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, está regular perante o FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, tendo a Pregoeira, acertadamente, realizado diligência e anexado ao caderno processual o "Histórico do Empregador" (1015174, fls. 25), comprovando que a fornecedora possui os seguintes números de Certificado de Regularidade do FGTS - CRF válidos, e importantes para este certame:

Data da Emissão/Leitura	Data da Validade	Número do CRF
28/03/2023	28/03/2023 a 26/04/2023	2023032800502357346736
09/03/2023	09/03/2023 a 07/04/2023	2023030900440994393969

Frise-se que a decisão da Pregoeira, que foi explanada na sessão pública, está ancorada nos exatos termos do item 12.2.3. (*acima reproduzido*) c/c o item 25.3.1. (*abaixo colacionado*) do Edital:

> 25.3.1. O pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deverá sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta (preexistente), que deixou de ser juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro. ***(TCU, Acórdão nº 1.211/2021, do Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, j. em 26.05.2021).***

No presente caso, o documento se prestou a atestar condição **preexistente** da licitante, nos termos do ***Acórdão nº 1.211/2021, do Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, j. em 26.05.2021,*** qual seja sua regularidade jurídica.

No mais, as decisões do Tribunal de Contas da União -TCU apontam para a necessidade de o Pregoeiro ou Comissão de Licitação observar a adoção do formalismo moderado, no sentido de que "*admitir a juntada de documentos que apenas venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame* ***não fere os princípios da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto****, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim)".* ***(g.n)*** **(*Acórdão nº 1.211/2021, do Plenário, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, j. em 26.05.2021).***

Por esses motivos, não havendo sido juntados, para efeito de análise do pedido de recurso administrativo, elementos jurídicos que ensejassem a alteração da *ratio decidendi* que culminou na habilitação da empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA** ., CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, mantém-se a decisão proferida pela Pregoeira por seus próprios fundamentos.

Ultrapassado esse ponto, passo a me manifestar quanto o Recurso interposto pela empresa **ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA.**, CNPJ: 22.787.852/0001-03 (1025138), que arguiu, em suma, que houve possível irregularidade no certame, conforme transcrição abaixo:

> II – DOS FATOS
>
> Por intermédio da Procuradoria Geral de Justiça, o Ministério Público do Estado do Amazonas promoveu licitação sob a modalidade de "Pregão Eletrônico", do tipo menor preço global para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores.
>
> Tendo em vista sua capacidade técnica, a licitante tomou conhecimento do edital referente à Pregão Eletrônico em referência, que tem por objeto:
>
> "a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses, conforme as especificações e as condições constantes deste Edital e anexos."
>
> Iniciada a sessão pública em 22/03/2023, objetivando a melhor contratação à Administração, houve a participação das empresas (i), MODULO ENGENHARIA, CONSULTORIA E GERÊNCIA PREDIAL LTDA., (ii) ACESSE COMÉRCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIO LTDA. (iii) ELEVADORES BRASIL LTDA., e (iv) MANAUS MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA.
>
> Após a finalização da etapa de lances, a recorrente ACESSE apresentou o melhor preço, contudo, restou inabilitada, ante a existência de suspensão do direito de licitar gravada em seu cadastro junto ao SICAF.
>
> A recorrida, por ter apresentado o segundo melhor preço, foi convocada e sagrou-se vencedora, após a análise minuciosa da documentação da proposta e habilitação, por esta CPL.
>
> Em face da decisão – no tocante à inabilitação da recorrente – a ACESSE apresentou recurso administrativo pleiteando a reconsideração da decisão proferida por esta D. Comissão Permanente, alegando que a suspensão de licitar anotada em seu cadastro junto ao SICAF, restringe-se somente ao âmbito do órgão penalizador (Governo do Estado da Paraíba).
>
> Razão, contudo, não assiste à recorrente, conforme restará demonstrado

a seguir, haja vista que a conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública, devendo ser mantida a decisão de sua inabilitação, ante a suspensão do direito de licitar apontado no cadastro da recorrente no SICAF, como será evidenciado a seguir.

Cumpre esclarecer que a ACESSE não questionou em seu recurso a habilitação da MODULO, ora recorrida, mas somente sua própria inabilitação, de modo que, sendo mantida tal decisão, o que se espera, não se permitirá nenhuma nova discussão sobre a correta e íntegra habilitação da MODULO, ante a caracterização de fase única recursal no presente certame.

III – DAS RAZÕES PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO DA LICITANTE. SUSPENSÃO DO DIREITO DE LICITAR. EFEITOS SOBRE TODO OS NÍVEIS DE GOVERNO (ESTADUAL, MUNICIPAL, DISTRITAL E FEDERAL)

Como narrado em epítome acima, a recorrente foi penalizada com suspensão do direito de licitar, por descumprimento do contrato administrativo firmado junto à Universidade Federal de Paraíba (UFPB) "Descumprimento de obrigação contratual subscrita no item 1, 10.18 e 10.22 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 007/2021/UFPB/SOF/CLC", que detinha também como objeto a prestação de serviços de manutenção de elevadores.

É dizer que, historicamente, e já condenada por isso, a empresa recorrente descumpre seus contratos administrativos, o que pode ser repetido neste caso, e que justifica, em nome da supremacia do interesse público, que esteja impedida de licitar e ser contratada neste certame.

A medida, está prevista no art. 87, inc. III da Lei Geral de Licitações e Contratos, ainda vigente, conforme cumpre citar:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
(...)

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

Em suas razões recursais, a licitante ACESSE sustenta que a suspensão do direito de licitar deve se restringir ao âmbito do órgão penalizador, citando precedentes isolados do Tribunal de Contas da União, que não representam o entendimento jurisprudencial sobre controvérsia.

Sem razão a recorrente, que deve, como se verá, permanecer inabilitada, e impedida de prosseguir neste certame, senão vejamos.

Da leitura atenta da legislação invocada, vê-se que o legislador federal buscou impedir – ainda que temporariamente - empresas que pratiquem atos contrários ao interesse público contratem a Administração Pública, de forma indistinta.

A busca do sentido finalístico da norma, é tarefa indissociável ao operador do direito, especialmente quando diante do interesse público primário em serviços essenciais, como o que se observa na presenta licitação.

A interpretação equivocadamente apresentada pela recorrente, visando seu único benefício e claramente prejudicial ao interesse público, não se harmoniza com o objetivo da Lei nº 8.666/93, de tornar o processo licitatório transparente e evitar prejuízos e fraudes ao erário, inclusive impondo sanções àqueles que adotarem comportamento impróprio ao contrato firmado ou mesmo ao procedimento de escolha de propostas.

Do contrário, a norma seria pifiamente burlada por tais empresas, conferindo verdadeiro bote salvador para que essas, pudessem livremente participar de novas licitações em outras regiões, resultando em contratações que não representam o melhor interesse da Administração.

Em exame profundo e atual da temática em baila, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), guardião da legislação federal, firmou sólido entendimento no sentido de que os efeitos da sanção em exame se estendem a todas as esferas da Federação.

Nesse sentido, veja-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. LIMINAR QUE POSSIBILITA A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA PUNIDA COM PENA DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR. GRAVE LESÃO À ORDEM ADMINISTRATIVA. HISTÓRICO DA DEMANDA (...)A PENALIDADE DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR PREVISTA NO ART. 87, III, DA LEI 8.666/1993 ABRANGE TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NÃO ESTANDO RESTRITA AO ENTE QUE A IMPÔS 13. É entendimento assente no Superior Tribunal de Justiça que a extensão dos efeitos da pena de suspensão temporária de licitar abrange toda a Administração Pública, e não somente o ente que aplica a penalidade. Nessa linha: AgInt no REsp 1.382.362/PR, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 31/3/2017; MS 19.657/DF, Rel. Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, DJe de 23/8/2013; REsp 174.274/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ de 22/11/2004, p. 294, e REsp 151.567/RJ, Rel. Ministro Francisco Peçanha Martins, Segunda Turma, DJ de 14/4/2003,

p. 208. LICITAÇÃO VICIADA - LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS 14. É evidente que a participação de empresas punidas pela Administração com a pena de suspensão temporária de licitar, em concorrências públicas, abrange a ordem e a economia públicas.15. A liminar cuja Suspensão foi postulada impõe que a Administração Pública autorize a participação de empresa em procedimento licitatório contra disposição normativa expressa, cuja observância é obrigatória para a Administração em virtude do princípio da legalidade. Ademais, impede a realização de processo licitatório sem vícios que possam comprometer todo o contrato administrativo e a economia pública.16. O fato de não existir perfeita contemporaneidade do pedido de Suspensão de Liminar com o deferimento da tutela provisória não obsta sua concessão, porque o pleito foi apresentado antes da finalização das Concorrências Públicas, de modo que se encontra presente o interesse em evitar a contratação com a empresa punida, ora agravada.17. O Superior Tribunal de Justiça reconhece a existência de grave lesão à ordem administrativa e à economia pública quando presentes vícios na licitação, bem como a impossibilidade de o Poder Judiciário autorizar a realização do processo licitatório em tal situação. (...) CONCLUSÃO 21. Rendendo homenagens ao judicioso voto do eminente Relator, dele divirjo e dou provimento ao Agravo Interno, deferindo o pedido de suspensão da liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança em questão, com efeitos retroativos à concessão da liminar deferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, até o trânsito em julgado do writ.(AgInt na SS n. 2.951/CE, relator Ministro Herman Benjamin, relator para acórdão Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, julgado em 4/3/2020, DJe de 1/7/2021.) Sem grifos no original.

"ADMINISTRATIVO – MANDADO DE SEGURANÇA – LICITAÇÃO – SUSPENSÃO TEMPORÁRIA – DISTINÇÃO ENTRE ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – INEXISTÊNCIA – IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA – LEGALIDADE – LEI 8.666/93, ART. 87, INC. III.– É irrelevante a distinção entre os termos Administração Pública e Administração, por isso que ambas as figuras (suspensão temporária de participar em licitação (inc. III) e declaração de inidoneidade (inc. IV) acarretam ao licitante a não-participação em licitações e contratações futuras.– A Administração Pública é una, sendo descentralizadas as suas funções, para melhor atender ao bem comum.– A limitação dos efeitos da "suspensão de participação de licitação" não pode ficar restrita a um órgão do poder público, pois os efeitos do desvio de conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública.– Recurso especial não conhecido". (Relator: Francisco Peçanha Martins; Data do Julgamento: 25/02/2003) o REsp nº 151.567/RJ – Segunda Turma).

Não é outro, o entendimento do Tribunal do Estado do Amazonas, conforme cumpre aqui citar:
DIREITO ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE CONCEDEU LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. VÍCIO DE REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL DA PARTE AUTORA. CORREÇÃO DE MODO ESPONTÂNEO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA APENAS TEMPORÁRIA, ENQUANTO PENDENTE RECURSO ADMINISTRATIVO COM EFEITO SUSPENSIVO OU PRAZO PARA SUA INTERPOSIÇÃO. INOCORRÊNCIA NA HIPÓTESE. PRELIMINAR AFASTADA. PROIBIÇÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO (ART. 87, III, DA LEI N. 8.666/1993). EXTENSÃO À ADMINISTRAÇÃO COMO UM TODO, E NÃO RESTRIÇÃO AO ÓRGÃO APLICADOR DA SANÇÃO. INTERPRETAÇÃO QUE MELHOR SE COADUNA COM O PRINCÍPIO DA PREVALÊNCIA DO INTERESSE PÚBLICO. PRECEDENTES DO STJ. I – Agravo interposto contra decisão que concedeu liminar em mandado de segurança. Reanálise dos requisitos para concessão da medida de urgência (fumus boni iuris e periculum in mora). II – Vício de representação processual. Correção espontânea. Ausência de prejuízo. III – Preliminar de ausência de interesse de agir, com base no artigo 5.º, I, da Lei n.º 12.016/2009. Ausência apenas temporária, enquanto pendente de apreciação recurso administrativo com efeito suspensivo ou prazo para interposição deste mesmo recurso. Não escolhida a via administrativa para tentativa de tutela do direito vindicado, sempre haverá interesse em judicializar a questão. IV – Proibição temporária de contratar ou licitar com a Administração. Sanção prevista no artigo 87, III, da Lei n.º 8.666/1993. Extensão à Administração Pública como um todo. Sanção que não resta adstrita ao órgão aplicador da sanção. Precedentes do STJ. Interpretação mais compatível com princípio da predominância do interesse público. V - Ausência do requisito da plausibilidade do direito alegado (fumus boni iuris). Agravo de Instrumento conhecido e provido. (TJ-AM 40007600520148040000 AM 4000760-05.2014.8.04.0000, Relator: João de Jesus Abdala Simões, Data de Julgamento: 11/11/2014, Câmaras Reunidas)

É dizer, por óbvio tal penalidade não poderia ficar restrita a um órgão do poder público, pois os efeitos do desvio de conduta que inabilita o sujeito para contratar com a Administração se estendem a qualquer órgão da Administração Pública, INDISTINTAMENTE.

A este respeito, valiosas as lições de Marçal Justen Filho (1) :

"não haveria sentido em circunscrever os efeitos da 'suspensão de participação de licitação' a apenas um órgão específico. Se um determinado sujeito apresenta desvios de conduta que o inabilitam para contratar com a Administração Pública, os efeitos dessa ilicitude se estendem a qualquer órgão. Nenhum órgão da Administração Pública pode contratar com aquele que teve seu direito de licitar 'suspenso'. A menos que lei posterior atribua contornos distintos à figura do inc. III, essa é a conclusão que se extrai da atual disciplina legislativa."

> Há, portanto, que se interpretar os dispositivos legais estendendo a força da punição a toda a Administração, e não restringindo as sanções aos órgãos ou entes que as aplicarem. De outra maneira, permitir-se-ia que uma empresa, que já se comportara de maneira inadequada, outrora pudesse contratar novamente com a Administração durante o período em que estivesse suspensa, tornando esta suspensão desprovida de sentido.
>
> Diante do exposto, de RIGOR é, a manutenção da decisão de inabilitação da recorrente ACESSE, ante a suspensão do direito de licitar em seu cadastro junto ao SICAF, penalidade que impede a licitante de contratar temporariamente com toda a Administração Pública do país, conforme entendimento uniformizado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas TJ/AM.
> IV- DOS PEDIDOS
> Pelo exposto, requer a Recorrida o recebimento destas contrarrazões, no mérito, seja mantida inalterada a decisão no qual sagrou-se vencedora a licitante MÓDULO, não havendo reparo na inabilitação da recorrente ACESSE, empresa suspensa de licitar perante toda Administração Pública do país, sendo medida que se impõe a adjudicação e homologação do certame, na forma do artigo 45 do Decreto 10.024 de 2019 (2).

Em suma, a empresa **ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA.,** CNPJ Nº 22.787.852/0001-03, se insurge quanto à sua desclassificação, alegando que "*está suspensa de licitar e contratar tão somente na Universidade da Paraíba*". Todavia, ignora a Recorrente que existem regras expressas no Edital em sentido contrário ao seu pedido. Senão vejamos:

> 5.6. **Não poderá participar,** direta ou indiretamente, desta licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários:
>
> (...)
>
> ***5.6.6. Licitante que, por quaisquer motivos, tenha sido declarado inidôneo ou punido com suspensão por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, desde que o ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado nos bancos de dados oficiais (SICAF e/ou outros), conforme o caso, pelo órgão que o praticou, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida sua reabilitação, consoante o art. 87, IV, da Lei 8.666/93*** ; (g.n)

> 12.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
>
> a) SICAF;
>
> b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/)
>
> (...)
>
> 12.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

De tal sorte que a aplicação de sanção administrativa pressupõe a existência de processo específico para apurar a conduta da empresa, que descumpriu obrigações contratuais, gerando transtornos para a Administração Pública. Assim, uma vez registrada a penalidade de suspensão por órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ela é suficiente para impedir a participação da empresa, direta ou indiretamente, nessa licitação ou da execução dos serviços e do fornecimento de bens a eles necessários, conforme item 5.6.6 do instrumento convocatório.

Nesse sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ, não existindo controvérsia acerca dos limites das sanções de suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar, previstas no art. 87, III e IV, da Lei nº 8.666/93, conforme abaixo transcrito:

> PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA. LIMINAR QUE POSSIBILITA A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA PUNIDA COM PENA DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAR. GRAVE LESÃO À ORDEM ADMINISTRATIVA. HISTÓRICO DA DEMANDA (...)A PENALIDADE DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR PREVISTA NO ART. 87, III, DA LEI 8.666/1993 ABRANGE TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, NÃO ESTANDO RESTRITA AO ENTE QUE A IMPÔS 13. É entendimento assente no Superior Tribunal de Justiça que a extensão dos efeitos da pena de suspensão temporária de licitar abrange toda a Administração Pública, e não somente o ente que aplica a penalidade. Nessa linha: AgInt no REsp 1.382.362/PR, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 31/3/2017; MS 19.657/DF, Rel. Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, DJe de 23/8/2013; REsp 174.274/SP, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ de 22/11/2004, p. 294, e REsp 151.567/RJ, Rel. Ministro Francisco Peçanha Martins, Segunda Turma, DJ de 14/4/2003, p. 208. LICITAÇÃO VICIADA - LESÃO À ORDEM E À ECONOMIA PÚBLICAS 14. É evidente que a participação de empresas punidas pela Administração com a pena de suspensão temporária de licitar, em concorrências públicas, abrange a ordem e a economia públicas.15. A liminar cuja Suspensão foi postulada impõe que a Administração Pública autorize a participação de empresa em procedimento licitatório

> contra disposição normativa expressa, cuja observância é obrigatória para a Administração em virtude do princípio da legalidade. Ademais, impede a realização de processo licitatório sem vícios que possam comprometer todo o contrato administrativo e a economia pública.16. O fato de não existir perfeita contemporaneidade do pedido de Suspensão de Liminar com o deferimento da tutela provisória não obsta sua concessão, porque o pleito foi apresentado antes da finalização das Concorrências Públicas, de modo que se encontra presente o interesse em evitar a contratação com a empresa punida, ora agravada.17. O Superior Tribunal de Justiça reconhece a existência de grave lesão à ordem administrativa e à economia pública quando presentes vícios na licitação, bem como a impossibilidade de o Poder Judiciário autorizar a realização do processo licitatório em tal situação. (...) CONCLUSÃO 21. Rendendo homenagens ao judicioso voto do eminente Relator, dele divirjo e dou provimento ao Agravo Interno, deferindo o pedido de suspensão da liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança em questão, com efeitos retroativos à concessão da liminar deferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, até o trânsito em julgado do writ.(AgInt na SS n. 2.951/CE, relator Ministro Herman Benjamin, relator para acórdão Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, julgado em 4/3/2020, DJe de 1/7/2021.)

Portanto, ao consultar o registro da licitante **ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA.,** CNPJ Nº 22.787.852/0001-03, no SICAF, conforme espelho nº 1009601, constatou-se a ocorrência de impedimento de licitar, aplicada pela PREFEITURA UNIVERSITÁRIA DA UFPB - Universidade Federal da Paraíba, por *descumprimento de obrigação contratual subscrita no item 1, 10.18 e 10.22 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 007/2021/UFPB/SOF/CLC*, com prazo inicial em 19/05/2022 e **prazo final 19/05/2023**.

Além disso, ainda que presente a vedação do item 5.6.6 do instrumento convocatório, a *Divisão de Engenharia, Arquitetura e Cálculo - DEAC* analisou os aspectos técnicos da proposta de preço apresentada pela **ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA.,** CNPJ Nº 22.787.852/0001-03, concluindo pela necessidade de "*a empresa demonstrar a exequibilidade dos preços junto a CPL uma vez que os deslocamentos no interior do Amazonas são onerosos*".

Dessa forma, como demonstrado, a decisão desta Pregoeira fora amparada nas normas editalícias, seguindo o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Assim, considerando o exposto, **NEGO PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos pela empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA** ., CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, e pela empresa **ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA.,** CNPJ Nº 22.787.852/0001-03, mantendo em todos os seus termos a **DECISÃO Nº 21.2023.CPL** (1025143) inicialmente proferida pelo Pregoeira do certame.

À Comissão Permanente de Licitação - CPL para as providências subsequentes.

GABINETE DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 24 de abril de 2023.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 24/04/2023, às 16:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1029714** e o código CRC **0E80904B**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

DESPACHO Nº 470.2023.01AJ-SUBADM.1029605.2022.017753

PROCESSO SEI N.º 2022.017753
Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ

A D J U D I C A Ç Ã O E H O M O L O G A Ç Ã O

CONSIDERANDO a solicitação constante do **MEMORANDO Nº 735.2022.DCCON** (0895651), bem como o teor do **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2023.DEAC** (0995724);

CONSIDERANDO o disposto na Lei, na Ata da Sessão Pública de realização do Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 22/03/2023 a 20/04/2023, sobretudo, as ponderações do relatório circunstanciado de apreciação do certame de referência, tendo por objeto a ***contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA , com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses***, conforme as condições e especificações descritas no Edital e seus anexos.

CONSIDERANDO a aceitação da proposta e habilitação da empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES)** , CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, no valor de **R$129.400,00** (*cento e vinte e nove mil e quatrocentos reais*);

CONSIDERANDO o **RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 10.2023.CPL** (1015187), o qual demonstra que a realização deste Pregão significou uma **economia de R$ 2.857,64** (*dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos*), ou seja, uma **redução de aproximadamente 2,16% do valor estimado pela Administração**;

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n.º 10.520/2002, dos Atos PGJ n.º 322 e e nº 389/2007, do Decreto Federal n.º 10.024/2019 e do Decreto Estadual n.º 24.818/2005;

CONSIDERANDO a interposição de Recurso, por parte das empresas **MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA.**, CNPJ N.º 07.884.5789/0001-41, e **ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA.**, CNPJ Nº. 22.787.852/0001-03, no prazo e condições de que trata o art. 4º, incisos XVIII e XX, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

CONSIDERANDO o teor da **DECISÃO Nº 21.2023.CPL** (1025143), para **MANTER** o posicionamento inicial e, por conseguinte, **aceitar a proposta** e **habilitar** a empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA. (ORONA AMG ELEVADORES)**, CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, e a fim de dar seguimento ao certame, nos termos do art. 17, inciso VII, do Decreto n.º 10.024/2019;

CONSIDERANDO o teor da **DECISÃO Nº 30.2023.01AJ-SUBADM (**1029714), através da qual foi mantida a **DECISÃO Nº 21.2023.CPL**.1025143.2022.017753, proferida por Sr(a). Pregoeiro(a), segundo inteligência do § 4.º, do art. 109, da Lei n.° 8.666/93, combinado com o art. 4°, incisos XXI e XXII, da Lei n.° 10.520/2002, e art. 13, IV, do Decreto nº 10.024/2019;

R E S O L V E:

I – **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** o resultado do procedimento licitatório, referente a o **PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ**, em favor da empresa **MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA. (ORONA AMG ELEVADORES)** , CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, no valor de **R$ 129.400,00** (*cento e vinte e nove mil e quatrocentos reais*), em consonância com a ata de realização do cotejo e demais documentações complementares;

II – À **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, para as providências cabíveis;

III – Após, ao **SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS**, para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 24 de abril de 2023.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Ordenadora de Despesas

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 24/04/2023, às 16:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1029605** e o código CRC **885BBAC6**.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
Avenida Coronel Teixeira, 7995 - Bairro Nova Esperança - CEP 69037-473 - Manaus - AM - www.mpam.mp.br

CERTIDÃO Nº 402.2023.SUBADM.1030394.2022.017753

Certifico, para todos os fins, que o documento 1029605 foi inserido, nesta data, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Amazonas – DOMPE, seguindo para publicação conforme fila do referido sistema eletrônico.

Manaus-AM, data da assinatura eletrônica.

Wilson Ribeiro Junior

Agente de Apoio - Administrativo da SUBADM

Documento assinado eletronicamente por **Wilson Ribeiro Júnior**, **Agente de Apoio - Administrativo**, em 24/04/2023, às 16:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1030394** e o código CRC **D006BEDF**.

DESPACHO Nº 476.2023.01AJ-SUBADM.1030653.2022.017753

PROCESSO N° 2022.017753

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, FORNECIMENTO TOTAL DE MÃO DE OBRA, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS DE CONSUMO, E DEMAIS MATERIAIS DE REPOSIÇÃO NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, NOS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE VERTICALES DOS PRÉDIOS DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, NO ESTADO DO AMAZONAS, POR UM PERÍODO DE 12 MESES.

INTERESSADA: DIVISÃO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E CÁLCULO – DEAC

ERRATA:

Na conclusão da **DECISÃO Nº 30.2023.01AJ-SUBADM** (1029714), **onde se lê**

"Assim, considerando o exposto, **NEGO PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos pela empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA**., CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, e pela empresa **ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA.,** CNPJ Nº 22.787.852/0001-03, mantendo em todos os seus termos a **DECISÃO Nº 21.2023.CPL** (1025143) inicialmente proferida pelo Pregoeira do certame."

Leia-se:

"Assim, considerando o exposto, **NEGO PROVIMENTO aos recursos administrativos interpostos pela empresa MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA.** (1025117), CNPJ N.º 07.884.5789/0001-41, e pela empresa **ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA.,** CNPJ Nº 22.787.852/0001-03, mantendo em todos os seus termos a **DECISÃO Nº 21.2023.CPL** (1025143) inicialmente proferida pelo Pregoeira do certame."

GABINETE DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 24 de abril de 2023.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE

Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Documento assinado eletronicamente por **Lílian Maria Pires Stone**, **Subprocurador(a)-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos**, em 25/04/2023, às 10:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no link http://sei.mpam.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1030653** e o código CRC **27A94621**.

Estadual;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno n.º 2023.007257 - SEI,

RESOLVE:

I – AUTORIZAR o fornecimento de suprimento de fundos ao Sr. ERIVAN LEAL DE OLIVEIRA, Chefe do Setor de Conservação e Manutenção Patrimonial, para atendimento de despesas eventuais e de pequeno vulto no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, devendo correr à conta do subelemento de despesa 339030-89 – MATERIAL DE CONSUMO (ADIANTAMENTOS), no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais);

II – FIXAR o prazo de 90 (noventa) dias, para aplicação dos recursos, e de 30 (trinta) dias para a prestação de contas da referida importância, contado este do exaurimento da referida aplicação.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

SUBPROCURADORIA–GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, 18 de abril de 2023.

LILIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

PORTARIA Nº 385/2023/SUBADM

A SUBPROCURADORA–GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 29, inciso XIX, da Lei Complementar n.º 011, de 17 de dezembro de 1993;

CONSIDERANDO o disposto no Ato n.º 291/2019/PGJ, de 01 de outubro de 2019;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 7.º e 9.º do Decreto n.º 16.396, de 22 de dezembro de 1994, publicado no D.O.E., de 23.12.1994, que dispõe sobre a concessão de adiantamento para a realização de despesas no âmbito da Administração Pública Estadual;

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno n.º 2023.007115 - SEI,

RESOLVE:

I – AUTORIZAR o fornecimento de suprimento de fundos ao Sr. TADEU AZEVEDO DE MEDEIROS, Diretor de Tecnologia de Informação e Comunicação, para atendimento de despesas eventuais e de pequeno vulto no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, devendo correr à conta do subelemento de despesa 339030-89 – MATERIAL DE CONSUMO (ADIANTAMENTOS), no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais);

II – FIXAR o prazo de 90 (noventa) dias, para aplicação dos recursos, e de 30 (trinta) dias para a prestação de contas da referida importância, contado este do exaurimento da referida aplicação.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

SUBPROCURADORIA–GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, 18 de abril de 2023.

LILIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

PORTARIA Nº 391/2023/SUBADM

A SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o teor do Procedimento Interno nº 2023.005785 – SEI;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4.º, II, do ATO PGJ N.º 002/2011, datado de 06.01.2011, que dispõe sobre o deslocamento dos membros e servidores do Ministério Público para fora da sede de exercício, estabelece normas para a concessão de passagens e diárias e dá outras providências,

RESOLVE:

I - AUTORIZAR o deslocamento do servidor REINALDO SANTOS DE SOUZA, Agente de Serviço, ao município de Manaquiri/AM, em veículo oficial conduzido pelo servidor EMERSON LIMA SILVA, Agente de Apoio - Motorista/Segurança, no período de 22 a 24 de abril de 2023, a fim de realizar a instalação de uma rede elétrica para as salas da promotoria de justiça da comarca.

II – CONCEDER-LHE 2,5 (duas e meia) diárias, na forma da lei, para o custeio de alimentação e pousada;

III – DETERMINAR, dentro do prazo legal, a apresentação do relatório de prestação de contas de diárias, em conformidade com as exigências do Ato PGJ n.° 002/2011/PGJ, de 06.01.2011, alterado pelo Ato PGJ n.º 067/2012, de 20.03.2012.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus/AM, 20 de abril de 2023.

LILIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

DESPACHO Nº 470.2023.01AJ-SUBADM.1029605.2022.017753

PROCESSO SEI N.º 2022.017753
Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONSIDERANDO a solicitação constante do MEMORANDO Nº 735.2022.DCCON (0895651), bem como o teor do TERMO DE REFERÊNCIA Nº 2.2023.DEAC (0995724);

CONSIDERANDO o disposto na Lei, na Ata da Sessão Pública de realização do Pregão Eletrônico n.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ e demais documentos pertinentes, lavrados pela Comissão Permanente de Licitação entre os dias 22/03/2023 a 20/04/2023, sobretudo, as ponderações do relatório circunstanciado de apreciação do certame de referência, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com reposição de peças, fornecimento total de mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de consumo, e demais materiais de reposição necessários para execução dos serviços, nos equipamentos de transporte verticales dos prédios da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no Estado do Amazonas, por um período de 12 meses, conforme as condições e especificações descritas no Edital e seus anexos.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Lilian Maria Pires Stone
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Silvia Abdala Tuma
Secretária-Geral do Ministério Público:
Renilce Helen Queiroz de Sousa

PROCURADORES DE JUSTIÇA
Câmaras Cíveis
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva
Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Sarah Pirangy de Souza
Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho
Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Silvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Silvia Abdala Tuma
Aguinelo Balbi Júnior
Silvana Nobre de Lima Cabral
Suzete Maria dos Santos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva

Av. Cel. Teixeira, 7995 - Nova Esperança - CEP: 69037-473 - Manaus/AM - Fone: (92) 3655-0500

CONSIDERANDO a aceitação da proposta e habilitação da empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA (ORONA AMG ELEVADORES), CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, no valor de R$129.400,00 (cento e vinte e nove mil e quatrocentos reais);

CONSIDERANDO o RELATÓRIO DE LICITAÇÃO Nº 10.2023.CPL (1015187), o qual demonstra que a realização deste Pregão significou uma economia de R$ 2.857,64 (dois mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), ou seja, uma redução de aproximadamente 2,16% do valor estimado pela Administração;

CONSIDERANDO o teor da Lei Federal n.º 10.520/2002, dos Atos PGJ n.º 322 e e nº 389/2007, do Decreto Federal n.º 10.024/2019 e do Decreto Estadual n.º 24.818/2005;

CONSIDERANDO a interposição de Recurso, por parte das empresas MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES LTDA., CNPJ N.º 07.884.5789/0001-41, e ACESSE COMERCIO E EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO LTDA., CNPJ Nº. 22.787.852/0001-03, no prazo e condições de que trata o art. 4º, incisos XVIII e XX, da Lei Federal n.º 10.520/2002;

CONSIDERANDO o teor da DECISÃO Nº 21.2023.CPL (1025143), para MANTER o posicionamento inicial e, por conseguinte, aceitar a proposta e habilitar a empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA. (ORONA AMG ELEVADORES), CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, e a fim de dar seguimento ao certame, nos termos do art. 17, inciso VII, do Decreto n.º 10.024/2019;

CONSIDERANDO o teor da DECISÃO Nº 30.2023.01AJ-SUBADM (1029714), através da qual foi mantida a DECISÃO Nº 21.2023.CPL.1025143.2022.017753, proferida por Sr(a). Pregoeiro(a), segundo inteligência do § 4.º, do art. 109, da Lei n.° 8.666/93, combinado com o art. 4°, incisos XXI e XXII, da Lei n.° 10.520/2002, e art. 13, IV, do Decreto nº 10.024/2019;

RESOLVE:

I – ADJUDICAR e HOMOLOGAR o resultado do procedimento licitatório, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO N.º 4.014/2023-CPL/MP/PGJ, em favor da empresa MODULO CONSULTORIA E GERENCIA PREDIAL LTDA. (ORONA AMG ELEVADORES), CNPJ Nº 05.926.726/0001-73, no valor de R$ 129.400,00 (cento e vinte e nove mil e quatrocentos reais), em consonância com a ata de realização do cotejo e demais documentações complementares;

II – À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL, para as providências cabíveis;

III – Após, ao SETOR DE COMPRAS E SERVIÇOS, para prosseguimento do feito.

Cientifique-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DA SUBPROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, em Manaus (AM), 24 de abril de 2023.

LÍLIAN MARIA PIRES STONE
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Ordenadora de Despesas

ATOS DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA

EXTRATO DE PROMOTORIA

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO Nº 2023/0000034392.01PROM_SPO

PORTARIA
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Representante – Jaina Lucia Fermin Lucas
Pessoa (Física ou Jurídica) Investigada – PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO
PAULO DE OLIVENÇA e SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Data da Instauração: 20 de abril de 2023

Objeto: CUSTO DO TRATAMENTO MÉDICO E DESPESAS DE DESLOCAMENTO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, por seu Promotor de Justiça adiante assinado, no exercício de suas atribuições, com fundamento no artigo 127, caput, e artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal e no artigo 8º da Lei nº 7.347/85;

1) Considerando a Notícia de Fato n. 040.2022.000267 instaurada após Representação da Sra. Jaina Lucia Fermin Lucas, diagnosticada com Leucemia linfóide aguda – CID C 91 0, submetida ao Transplante de Medula Óssea (TMO), noticiando que precisa de tratamento médico especializado a ser realizado na cidade de Manaus-AM, bem como necessita de
ajuda de custo para as despesas de manutenção na Capital.

2) Considerando que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

3) Considerando os aspectos humanitário, social, preventivo e democrático do ordenamento jurídico brasileiro, ao priorizar os direitos à vida, à saúde e à dignidade humanas, consoante expressamente disposto na Constituição Federal, artigo 1º, III; artigo 5º, caput; artigo 6º e artigo 196;

4) Considerando que o inciso II, do artigo 7º da Lei Federal n. 8.080/90 prega a " integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema"; e o inciso XI, da mesma norma, determina a " conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população";

5) Considerando que de acordo com o artigo 127 da Constituição Federal a finalidade institucional do Ministério Público é "a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

6) Considerando o disposto nos artigos 129, inciso II, da mesma Carta Constitucional, que atribui ao Ministério Público a função institucional de "zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia";

7) Considerando que a Notícia de Fato n. 040.2022.000267, visa apuração de fatos relativos a interesses individuais indisponíveis;

RESOLVE, com fundamento nos artigos 37, caput, 127, caput, 129, II e III e 196, todos da Constituição Federal e, arts. 8º. a 13 da Res. CNMP n. 174/2017 e arts. 45 a 50 da Res. CSMP 006/2015, instaurar PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO para a devida apuração dos fatos.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Procurador-Geral de Justiça:
Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e Institucionais
Nicolau Libório dos Santos Filho
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
Lílian Maria Pires Stone
Corregedora-Geral do Ministério Público:
Sílvia Abdala Tuma
Secretária-Geral do Ministério Público:
Renilce Helen Queiroz de Sousa

PROCURADORES DE JUSTIÇA

Câmaras Cíveis
Mara Nóbia Albuquerque da Cunha
Sandra Cal Oliveira
Jussara Maria Pordeus e Silva

Suzete Maria dos Santos
Maria José da Silva Nazaré
Delisa Olívia Vieiralves Ferreira
Jorge Michel Ayres Martins
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza
Sarah Pirangy de Souza

Câmaras Criminais
Carlos Lélio Lauria Ferreira
Rita Augusta de Vasconcellos Dias
Mauro Roberto Veras Bezerra
Flávio Ferreira Lopes
Aguinelo Balbi Júnior
Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues
Adelton Albuquerque Matos
Nicolau Libório dos Santos Filho

Câmaras Reunidas
Karla Fregapani Leite
Públio Caio Bessa Cyrino
Sílvia Abdala Tuma
José Bernardo Ferreira Júnior
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Silvana Nobre de Lima Cabral

CONSELHO SUPERIOR

Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior (Presidente)
Sílvia Abdala Tuma
Aguinelo Balbi Júnior
Silvana Nobre de Lima Cabral
Suzete Maria dos Santos
Neyde Regina Demósthenes Trindade
Anabel Vitória Pereira Mendonça de Souza

OUVIDORIA
Jussara Maria Pordeus e Silva